

A LINGUÍSTICA EM DIÁLOGO

VOLUME
COMEMORATIVO
DOS 40 ANOS
DO CENTRO
DE LINGUÍSTICA
DA UNIVERSIDADE
DO PORTO

COMISSÃO ORGANIZADORA

João Veloso

Joana Guimarães

Purificação Silvano

Rui Sousa-Silva

40

anos

A LINGUÍSTICA EM DIÁLOGO

VOLUME
COMEMORATIVO
DOS 40 ANOS
DO CENTRO
DE LINGUÍSTICA
DA UNIVERSIDADE
DO PORTO

COMISSÃO ORGANIZADORA

João Veloso

Joana Guimarães

Purificação Silvano

Rui Sousa-Silva

40

anos



TÍTULO	A Linguística em diálogo Volume comemorativo dos 40 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto
COORDENAÇÃO	João Veloso Joana Guimarães Purificação Silvano Rui Sousa-Silva
EDITOR	Centro de Linguística da Universidade do Porto
ANO DE EDIÇÃO	2018
CONCEÇÃO GRÁFICA	Invulgar - Artes Gráficas, S.A.
TIRAGEM	200 exemplares
ISBN	978-989-54104-3-9
DEPÓSITO LEGAL	443246/18

A publicação deste volume contou com o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, através do financiamento atribuído ao Centro de Linguística da Universidade do Porto ao abrigo do Fundo de Reestruturação de Unidades 2016 - Ref^a UID/LIN/0022/2016.

ÍNDICE

9 Prefácio

Mesa Redonda: *40 anos de Linguística: algumas questões do passado e algumas perspectivas de futuro*

- 17 *40 años en un suspiro. Repaso apresurado de los logros y los desafíos de la sintaxis moderna*
BOSQUE, Ignacio

- 33 *Representação e derivação em fonologia*
CARVALHO, Joaquim Brandão de

- 39 *Cuarenta años de pragmática: 1976-2016. Un contraste bibliográfico*
PAYRETÓ, Lluís

Comunicações

- 61 *A variedade galega da Terra de Viana do Bolo (Ourense) e as súas afinidades co portugués*
ÁLVAREZ POUSA, Concepción

- 81 *A oposição ‘X-do’ / ‘X-vel’ e os status da classe ‘participio’*
AZEREDO, José Carlos Santos de

- 97 *Systèmes de traduction automatique et levée d’ambiguïté : étude comparée de systèmes de TABR, TAS et TAN*
BACQUELAINE, Françoise

- 123 *A importância das tradições discursivas para a análise da evolução de conectores no português medieval*
BARROS, Clara

- 137 *Falar em Alemão ou em Português no nível de iniciação – porque (não)? : Percepções de estudantes*
CARVALHO, Ângela e TOMÉ, Simone Auf der Maur

- 153 *Dar um beijo é a mesma coisa que dar um espirro? Para uma análise sintático-semântica de diferentes valores do verbo leve dar em Português Europeu*
CHOUPINA, Celda e BRITO, Ana Maria
- 177 *As leituras futurativas do Presente do Indicativo e a noção de coerção temporal*
CUNHA, Luís Filipe
- 195 *Funções discursivas das construções com a partícula LÁ*
DUARTE, Isabel Margarida e MARQUES, Maria Aldina
- 213 *O Arquivo do Galego Oral do Instituto da Lingua Galega*
FERNÁNDEZ REI, Francisco
- 229 *O discurso relatado em textos de divulgação científica na imprensa portuguesa atual*
JORGE, Noémia e LUÍS, Maria do Rosário
- 247 *Casos de reanálise morfológica envolvendo estrutura morfológica e saliência fonética*
LUÍS, Ana R.
- 265 *Traços referenciais de CP: o que nos diz a alternância entre interrogativas impróprias e relativas com antecedente*
MATOS, Gabriela e BRITO, Ana Maria
- 291 *Deícticos e persuasão no discurso publicitário*
PINTO, Alexandra Guedes
- 307 *Discurso relatado e responsabilização enunciativa em géneros académicos*
PINTO Rosalice e VALENTIM, Helena Topa
- 321 *Os pronomes pessoais átonos na gramaticografia portuguesa setecentista*
PONCE DE LEÓN, Rogelio
- 343 *O efeito da afixação pleonástica no processamento de lexemas morfológicamente complexos do Português Europeu*
RODRIGUES, Alexandra Soares

- 361 *O verbo explicar em enunciados de testes de avaliação do ensino básico: estudo de valores semânticos e pragmáticos*
RODRIGUES, Sónia Valente, DUARTE, Isabel Margarida e
SILVANO Purificação
- 395 *Polifonia na voz autoral: agradecimentos e resumo na tese de doutoramento*
SANTOS, Joana Vieira e SILVA, Paulo Nunes
- 415 *Escrever: a relação entre os enunciados instrucionais e a aprendizagem dos géneros discursivo-textuais - o caso de manuais de português 9.º ano*
SEBASTIÃO, Isabel
- 431 *Crítica cinematográfica: análise linguístico-textual*
SILVA, Fátima, LEAL, António, SILVANO, Purificação,
FERREIRA, Idalina, OLIVEIRA, Fátima
- 459 *A relação retórica de Elaboração: subtipos e caracterização semântica*
SILVANO, Purificação, OLIVEIRA, Fátima e SORAIA, Ana
- 479 *Proposta de Edição e Glossário do Foral da Covilhã (1510)*
SOARES, Filipe Castela e OSÓRIO, Paulo
- 493 *Português para deficiente auditivo: uma análise historiográfica da obra de Marlene de Oliveira Gotti*
TEIXEIRA, Vanessa Gomes
- 509 *Deslizamento categorial em sintagma nominal: traços morfossintáticos e aspectos semântico-discursivos*
VALENTE, André Crim
- 527 *O “Interjudge Agreement” como forma de validação de transcrições de amostras dialetais*
VELOSO, João e MARTINS, Pedro Tiago

PREFÁCIO

Este volume reúne um conjunto de textos selecionados elaborados a partir de intervenções e trabalhos apresentados durante o encontro comemorativo do 40.º aniversário do Centro de Linguística da Universidade do Porto.

O Encontro decorreu nas instalações da Faculdade de Letras da Universidade do Porto entre os dias 24 e 25 de novembro de 2016. Durante esses dois dias, várias dezenas de linguistas portugueses e estrangeiros deslocaram-se ao Porto para partilharem os resultados mais recentes dos seus trabalhos, das suas reflexões e das suas descobertas em diversos domínios e disciplinas da linguística. Como fizemos questão de salientar em diversos momentos durante os próprios dias do encontro, essa foi a melhor maneira que encontrámos para dar corpo àquilo que, para a equipa do Centro, era uma verdadeira *comemoração*: convidar e reunir, como para uma festa, amigos de longa data unidos por uma paixão comum – a paixão pela linguagem e pelas línguas, pelas suas propriedades, pelas suas particularidades, pela sua constante mudança, pelas suas regularidades e pelas suas raridades, pelas portas que elas nos abrem, pelas questões e pelos desafios intelectuais que elas nos colocam, pelos avanços e pelas novidades desta ciência ímpar que permanentemente nos confronta com a aventura da pergunta, do caminho e da descoberta. Das áreas mais tradicionais e nucleares centradas na descrição/explicitação das propriedades formais e estruturais das línguas até aos domínios de aplicação mais inovadores, quase todas as perspetivas da investigação linguística estiveram representadas no Encontro – e os textos publicados neste volume são um testemunho dessa riqueza e dessa complementaridade.

O Encontro realizou-se em circunstâncias históricas que não eram então, como é público, as mais favoráveis para a vida do Centro: uns largos meses antes, e pela primeira vez na nossa história, as autoridades nacionais responsáveis pelo financiamento da investigação científica tinham

suspendido completamente todo o financiamento de que dispúnhamos para desenvolver o nosso trabalho, na sequência de um processo bastante turbulento que ditou o fim de várias unidades de investigação em várias áreas e um pouco por todo o país. Ainda assim, com alguns apoios exíguos que conseguimos reunir, com uma considerável inversão (posteriormente) dessas mesmas políticas, com a solidariedade e o apoio de diversas instituições – e sobretudo com a solidariedade e o empenhamento de todos os investigadores da equipa e dos colegas de outras instituições que, nessa altura difícil, não nos viraram as costas –, conseguimos organizar um encontro que incluiu no seu programa momentos inesquecíveis de verdadeiro debate científico, muito enriquecedores do ponto de vista académico (conforme, uma vez mais, este volume dá conta) e que, a um nível mais simbólico, foram uma prova de vida – e de resistência na adversidade – do Centro de Linguística. Institucionalmente, aproveitamos para registar aqui um agradecimento muito especial às entidades que tornaram possível a realização do Encontro: a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a Reitoria da Universidade do Porto e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (que, depois do drástico corte de fundos de 2015 e na sequência da mudança da equipa diretiva no final desse mesmo ano, nos concedeu em meados de 2016 um fundo de reestruturação cujas primeiras verbas disponíveis foram imediatamente canalizadas para esta iniciativa científica).

O Encontro antecedeu o ano em que o Centro se envolvia depois numa outra celebração: a do centenário do nascimento do nosso fundador, o Professor Óscar Lopes (efeméride celebrada também, entre outras iniciativas, com um encontro científico de cariz internacional). Não tendo sido este um encontro de homenagem direta à figura de Óscar Lopes, o encontro de que se deixa memória histórica neste volume acaba por celebrar também o exemplo e o esforço fundador de um linguista brilhante – e também ele um resistente na adversidade –, sem cujo impulso, em 1976, a Universidade do Porto não teria passado a contar com um centro especializado numa ciência-chave do pensamento científico contemporâneo e que, ao longo de quatro décadas, foi adquirindo uma reputação junto de outras instituições congéneres, quer em Portugal, quer noutros países, da qual muito nos orgulhamos.

Tal como Óscar Lopes, as sucessivas gerações de linguistas que trabalharam e dirigiram o CLUP sempre tiveram a preocupação da continuidade e do rejuvenescimento da investigação em linguística, procurando transmitir aos estudantes e pesquisadores mais novos o entusiasmo pela linguagem e, ao mesmo tempo, a preocupação com o rigor e a exigência. Por essa razão, o Centro – que tem procurado sempre encontrar espaços e apoios para a investigação desenvolvida pelos mais jovens – incluiu no programa deste Encontro uma sessão especial para estudantes, que apresentaram e discutiram os resultados dos seus estudos com linguistas de várias gerações e orientações teóricas e metodológicas, mostrando-lhes que o caminho para o crescimento assenta em grande parte na originalidade, no arrojo, na partilha e na discussão de ideias inovadoras.

Além do programa científico propriamente dito, o Encontro – não só por ser habitual neste tipo de eventos, mas também por ser um momento de festa – contou com um programa social e cultural que este volume não regista. Uma exposição documental patente na Faculdade de Letras com documentos, fotos e outra *memorabilia*, um jantar e outros momentos de convívio e um concerto musical no final do primeiro dia terão ficado certamente registados na memória de quem os presenciou. Como as ciências cognitivas – com as quais a linguística hoje estabelece um diálogo privilegiado – nos ensinam, os conteúdos das memórias individuais não são facilmente atingíveis nem facilmente comparáveis. O passado, por mais bem conservado que se encontre em arquivos, documentos, fotografias, etc., tem sempre, necessária e inevitavelmente, uma parte que fica desorganizada, desarrumada e imaterializada. Essa parte menos científica – porventura mais afetiva – do Encontro é a parte indocumentada das celebrações dos 40 anos do CLUP. Os que participaram desses momentos certamente guardarão memórias pessoais que talvez um dia ganhem forma fora deste volume.

O sucesso de um congresso científico depende em grande medida da qualidade dos trabalhos apresentados. Por isso, deixamos aqui uma palavra de agradecimento a todos os participantes com comunicação e aos autores dos textos reunidos neste volume. Neste sentido, uma palavra suplementar de especial gratidão é ainda devida aos oradores convidados do Encontro, que nele participaram com a máxima generosidade: Professores Ignacio

Bosque (Universidade Complutense de Madrid), Inês Duarte (Universidade de Lisboa), Lluís Payrató (Universidade de Barcelona), Joaquim Brandão de Carvalho (Universidade de Paris VIII) e Pavel Brazdil (Universidade do Porto).

A todos, todos, os que se juntaram ao CLUP num momento difícil mas feliz – *Nel mezzo del cammin di nostra vita*, quando, como nas palavras de Dante, tentávamos reencontrar-nos no meio de uma silva escura – deixamos uma palavra de reconhecido agradecimento, que este livro também pretende ser.

A Comissão Diretiva
do Centro de Linguística da Universidade do Porto

P O R T O

05382 - 4.5.76

1976

O Despacho do Governo que criou em 1976 o Centro de Linguística da Universidade do Porto

MESA
REDONDA

40 AÑOS EN UN SUSPIRO. REPASO APRESURADO DE LOS LOGROS Y LOS DESAFÍOS DE LA SINTAXIS MODERNA*

Ignacio Bosque

Ibosque@ucm.es

Universidad Complutense, Madrid

RESUMEN. En esta breve exposición se destacan los logros más significativos de la sintaxis formal contemporánea. Se mencionan asimismo algunos de los retos a los que se enfrenta, así como ciertos aspectos de su recepción en la comunidad lingüística y en la educativa. Muchos de los conceptos que la gramática generativa maneja como unidades de análisis se pueden dividir en cinco grupos: a) conceptos que no han nacido dentro de ella, pero han sido desarrollados a lo largo de su historia; b) conceptos que han nacido en la gramática generativa y han muerto dentro de ella; c) conceptos que han nacido en la gramática generativa y siguen vivos en ella (a veces sujetos a evolución); d) conceptos que nacieron en la gramática generativa, murieron en su seno, y luego resucitaron o se reencarnaron; y e) conceptos que han nacido en la gramática generativa y se hallan hoy “en estado de observación”.

PALABRAS CLAVE: Lingüística teórica, sintaxis formal, gramática generativa.

ABSTRACT. This brief presentation highlights the most significant achievements of contemporary formal syntax. It also mentions some of the current challenges it must face, together with its reception in the linguistic and educational communities. Most of the concepts and linguistic units handled by generative grammar fall into

* Este es el texto que presenté en Oporto el 24 de noviembre de 2016 en la mesa redonda con la que se clausuró el *Colóquio Comemorativo do Quadragésimo Aniversário do Centro de Linguística da Universidade do Porto*. Agradezco mucho los comentarios y las observaciones de los asistentes, que he procurado reflejar en alguna medida en la versión impresa que ahora se publica.

the following five groups: a) concepts that were not born within the theory, but have been developed throughout its history; b) concepts which were born in generative grammar, and have died within it; c) concepts that were born in generative grammar and are still alive in it (sometimes subject to evolution); d) concepts that were born in generative grammar, died within the theory, and then resurrected or became reincarnated; and e) concepts that were born in generative grammar and are “under observation” today.

KEYWORDS: Theoretical grammar, formal syntax, generative grammar.

Cuando la profesora Fátima Oliveira me propuso que participara en este acto trazando en unos veinte minutos un estado de la cuestión (en español) de los cambios más importantes que había experimentado la sintaxis moderna en los 40 años de vida del CLUP, ambos sabíamos perfectamente que la tarea era imposible. Si acepté su amable encargo no es porque yo pensara, ni siquiera por un momento, que podría realizarse satisfactoriamente —opinión que no he modificado—, sino más bien porque he tenido una estrecha relación con el CLUP a lo largo de estas cuatro décadas. He participado dos veces en su *Comissão de Acompanhamento*, conozco a buena parte de sus miembros y he dado conferencias en él en varias ocasiones. Así pues, constituía para mí un honor la oportunidad de estar hoy presente en esta gozosa celebración, poder dar personalmente la enhorabuena a los integrantes de este importante centro —a los antiguos y a los nuevos— y poder conmemorar con ustedes sus primeros 40 años. Ojalá se solucionen definitivamente los problemas que ponen en riesgo la supervivencia del CLUP, y ojalá se prolongue durante mucho tiempo la labor que ha realizado en Portugal hasta el día de hoy, ya que constituye un punto de referencia y un verdadero estímulo para el conjunto de los lingüistas europeos.

Como reza el título de mi intervención, estos 40 años han pasado como un suspiro. De hecho, han pasado tan velozmente para la lingüística teórica como para los que hemos tenido la fortuna de vivirlos. En estos 40 años no solo ha experimentado la sintaxis los cambios más profundos de toda su historia, sino que lo ha hecho a una vertiginosa velocidad. Las teorías han crecido y se han desarrollado a la vez que nuestra propia capacidad de comprensión y de análisis. De hecho, no tengo ninguna duda de que las teorías han cambiado porque hemos cambiado nosotros

misimos. Casi todos los repasos y panoramas se centran en la evolución de los modelos teóricos, de modo que quizá no está de más poner el acento en lo que hemos aprendido los que intentamos operar con ellos. Los que trabajan en marcos teóricos no formales (gramática cognitiva, gramática funcional, gramática de construcciones, etc.) tendrán que establecer su propio balance en función de los cambios que cada uno de esos modelos haya experimentado. Si el panorama que debo trazar es ya imposible reducido a un solo marco teórico, mucho más lo sería si debiera abarcar varios.

Me parece que los que hemos intentado acercarnos al estudio de la sintaxis con algunas de las herramientas que ofrece la gramática generativa podríamos llegar a un cierto “acuerdo de mínimos” sobre un conjunto de enseñanzas claras que podemos extraer de este largo periodo. En estos 40 años hemos aprendido que la sintaxis no es solo “una parte de la gramática”, como dicen y decían nuestros manuales, sino una manifestación de la capacidad cognitiva que permite a los seres humanos crear significados complejos a partir de expresiones simples que se combinan de manera articulada y sumamente restrictiva. Hemos mejorado, sin duda alguna, nuestra capacidad crítica. Hemos aprendido a generalizar, a simplificar, a percibir redundancias y solapamientos en las generalizaciones que hemos ido avanzando. Hemos aprendido a argumentar, a experimentar y a valorar y criticar en su justa medida nuestras argumentaciones y las de los demás. Con el paso de los años hemos ido aprendiendo a trabajar en gramática de forma muy parecida a como se trabaja en un laboratorio.

Hemos aprendido también que la sintaxis es una disciplina muy abstracta, a pesar de que percibimos a simple vista un conjunto de expresiones concretas. Hemos aprendido a entender que las posiciones sintácticas tienen nombre y son unidades de análisis. No está de más recordar que nunca lo fueron en la tradición y que raramente lo son en los modelos de análisis no formal. Hemos aprendido asimismo a desembarazarnos de las clases de oraciones y de sintagmas como construcciones particulares, por mucho que la Escuela —y hasta la Universidad— nos las mostraran como tales una y otra vez. Hemos aprendido a no interpretar las funciones sintácticas tradicionales (sujeto, objeto directo...) como elementos primitivos, y a verlas como conjuntos de informaciones diferentes (caso, papel temático,

etc.). Hemos aprendido a entender de otra forma el concepto de “estructura sintáctica”, y en particular a percibir las categorías funcionales como el esqueleto o el armazón en el que se engarzan las categorías léxicas. Hemos aprendido asimismo a aceptar la variación sintáctica y a empezar a entenderla en términos teóricos, en lugar de limitarnos a reducirla a variables sociolingüísticas.

La sintaxis que estudiábamos en nuestra juventud era sumamente nominalista, y no puede decirse exactamente que impulsara nuestra reflexión sobre los términos, los conceptos y las estructuras que asumíamos como nociones dadas, además de inevitables. Si tuviera que reducir a una sola idea aquello que más ha evolucionado en estas cuatro décadas de investigación en la sintaxis, diría sin dudar que ha sido nuestra capacidad para hacernos preguntas que en las décadas precedentes ni siquiera pasaban por nuestra imaginación.

Los manuales, las introducciones y los *handbooks* ponen claramente de manifiesto que la sintaxis teórica de base formal se ha orientado en varias direcciones en los últimos años¹ porque los investigadores han ido modificando con el paso del tiempo las preguntas que consideraban fundamentales. Todos saben, por ejemplo, que las preguntas esenciales en el modelo GB giraban en torno a las formas más adecuadas de restringir las operaciones sintácticas, mientras que en el marco minimista giran en torno a la manera de justificar, con el mínimo aparato formal, los requisitos de las interfaces. La operación “muévase- α ” estaba formulada, como se recordará, para excluir las estructuras no deseadas apoyándose en la fuerte capacidad restrictiva de cada uno de los módulos. Pero, curiosamente, los

¹ No menciono aquí los trabajos de N. Chomsky, impulsor de la mayor parte de los desarrollos teóricos de la sintaxis formal, porque entiendo que resulta más adecuado proporcionar una relación cronológica de las obras de conjunto en las que estos se expongan o se discutan ordenadamente. La lista de títulos que sigue no pretende ser exhaustiva, pero resulta suficiente para hacerse una idea cabal de las unidades de análisis y de las cuestiones conceptuales que se dilucidan en la sintaxis de orientación generativa, así como —en buena medida— de su historia y su evolución: Droste (1991); Haegeman (1991, 1997 a,b); Freidin (1992); Graffi (1994); Alexiadou & Kiss (1995); Webelhuth (1995); Radford (1997, 2004); Culicover (1997); Pollock (1997); Uriagereka (1998); Black (1999); Baltin & Collins (2001); Carnie (2002, 2012, 2014); Adger (2003); Hendrick (2003); Eguren & Fernández Soriano (2004); Cinque & Kayne (2005); Hornstein et al. (2005); Everaert & van Riemsdij (2005); Boeckx (2006); Ramchand & Reiss (2007); Bosque & Gutiérrez-Rexach (2009); Godard (2010); Freidin (2012); Den Dikken (2013); Sportiche et al. (2013); Gallego (2015).

investigadores no formulaban en aquella época una pregunta que hoy nos parecería esencial: “¿Por qué tendría que moverse α ?”.

En general, vemos hoy como algo natural que las operaciones sintácticas (y en particular las de movimiento y las de cotejo y borrado de rasgos) hayan de justificarse. El movimiento de constituyentes se considera hoy un proceso provocado por la necesidad de eliminar rasgos no interpretables en configuraciones locales, pero vale la pena resaltar el hecho mismo de que esta opción constituya una respuesta a una pregunta que raramente se formulaba en versiones anteriores del modelo: “¿Por qué han de desplazarse los constituyentes en lugar de quedarse en sus posiciones estructurales básicas?”.

Como ustedes saben, la adecuación descriptiva pasó, en cierta forma, a un segundo plano en el Programa Minimista. Las operaciones sintácticas en el marco actual deben satisfacer ciertas condiciones de simplicidad y economía que apenas desempeñaban algún papel en versiones anteriores de la teoría. Me refiero a la necesidad de evitar pasos superfluos, símbolos no esenciales, etc., y también al hecho de preferir las operaciones locales a las que no lo son, o a la necesidad de elegir las opciones estructurales más simples en lugar de las más complejas.

La sintaxis no es el único campo en el que podemos intentar separar lo viejo de lo nuevo, así como lo firme de lo inestable. De hecho, no cuesta demasiado trabajo dividir los conceptos teóricos en varios grupos, de acuerdo con esa doble distinción:

- a) Conceptos que no han nacido en la gramática generativa, pero han sido desarrollados en ella.
- b) Conceptos que han nacido en la gramática generativa y han muerto dentro de ella.
- c) Conceptos que han nacido en la gramática generativa y siguen vivos en ella (a veces sujetos a evolución).
- d) Conceptos que nacieron en la gramática generativa, murieron en su seno, y luego resucitaron o se reencarnaron.
- e) Conceptos que han nacido en la gramática generativa y se hallan hoy “en estado de observación”.

Podemos considerar, aunque sea muy esquemáticamente, cada uno de estos grupos. Respecto del grupo (a), no está de más recordar que en los últimos años 40 años hemos aprendido a entender mejor ciertos conceptos tradicionales, así como a desarrollarlos y a completarlos con otros que la tradición desconocía, pero cuya relevancia se ha probado sobradamente. Por mencionar algunos ejemplos, hace 40 años se tenía abundante información sobre el tiempo verbal, sobre el aspecto, sobre el modo y (en medida algo menor) sobre la llamada “cualidad de la acción” (*Aktionsart*). También se conocían con cierto detalle las características esenciales de las relaciones sintácticas básicas, las propiedades fundamentales de las clases de palabras o los tipos de subordinación. Se sabía también bastante sobre la estructura informativa de la oración, gracias sobre todo a la segunda escuela de Praga, así como sobre la estructura argumental y la valencia, gracias especialmente a algunas ramas del estructuralismo europeo.

El progreso real en todos estos campos ha sido doble: por un lado se ha comprendido mejor la propia naturaleza de los conceptos a los que me refiero, incluso en términos estrictamente descriptivos (el caso de los *Aktionsarten* es muy representativo). Por otro lado, se ha conseguido integrar esos dominios particulares en las mismas estructuras sintácticas, ya que siempre se habían estudiado sin un armazón configuracional unificado en el que se pudiera acotar o delimitar con precisión el entorno local adecuado de cada uno. En general, es justo decir que muchos estudios previos sobre ciertos conceptos sintácticos básicos eran —paradójicamente— tan interesantes y sugerentes como poco restrictivos. De hecho, la restrictividad (una de cuyas manifestaciones es la noción de ‘localidad’, que siempre fue central en la teoría) constituye una de las características metodológicas más destacables de este marco teórico a lo largo de toda su historia.

El grupo (b) es especialmente interesante. El simple hecho de que este grupo de conceptos pueda establecerse es percibido a veces desde fuera del marco generativista como una señal de inestabilidad, y por tanto de debilidad, cuando lo cierto es que se deduce más bien del afán por cuestionar lo aprendido y por profundizar en la coherencia interna de lo que se asume como correcto. En realidad, en toda la historia de la gramática generativa, dentro y fuera del minimismo, se percibe la búsqueda de la

simplicidad y se intenta (con mayor o menor éxito, desde luego) huir de la estipulación y evitar la redundancia.

Se podrían mencionar muchos ejemplos para ilustrar este punto, así que solo recordaré algunos de los más evidentes. Como se sabe, las reglas de estructura de frase de la teoría estándar desaparecieron porque reproducían esquemas de subcategorización del léxico. La información que recogen estas reglas se capta mejor en la estructura X-barra, pero lo cierto es que la teoría X-barra desaparece a su vez (y se diluye en la llamada *bare phrase structure*) porque toda la información que la sintaxis proyecta está presente en las piezas léxicas, y también porque las proyecciones máximas, mínimas e intermedias pueden leerse como tales sin más especificaciones.

Las listas de transformaciones particulares con las que los estudiantes habían —o habíamos— de batallar en los años 70 (ordenándolas en función de sus propiedades cíclicas o no cíclicas) desaparecieron y fueron subsumidas en ciertas “condiciones generales” sobre ellas, que desaparecieron a su vez junto con las transformaciones mismas. Quedó, como he recordado, la operación “muévase- α ”, pero esta desapareció a su vez como tal operación cuando se comprendió que el cotejo de rasgos (que ocupaba un lugar relativamente secundario en el modelo GB) provoca las operaciones sintácticas, siempre en contextos locales. A su vez, el proceso mismo de movimiento se descompuso en dos procesos más simples (*Copy + Merge*).

Las reglas de borrado desaparecieron, entre otras razones porque se asumió, de manera muy razonable, que los procesos de copia reproducen los rasgos sintácticos de los constituyentes, pero no los fonológicos. Desapareció el concepto de ‘rección’ (*government*), en buena medida porque lo que el concepto conseguía expresar se obtiene a partir de las configuraciones en las que se cotejan localmente los rasgos de caso. También desaparecieron los dos niveles de representación *estructura profunda* y *estructura superficial*, ya que las propiedades que los caracterizan pueden manifestarse en determinados puntos del proceso computacional, y también porque estas nociones no son “conceptualmente necesarias” si se las compara con las interfaces. En realidad, estas últimas son inevitables porque son consecuencia directa de la definición misma de *sintaxis*.

La relación de nociones teóricas que nacieron y murieron en el seno de la gramática generativa es mayor: huellas, filtros sintácticos,

reglas globales, múltiples principios para estructuras particulares, etc. Repárese en que el principio metodológico clásico *Menos es más* cobra su máximo valor en la evolución de la sintaxis formal. La idea de que se avanza separando lo esencial de lo accesorio y detectando estipulaciones y redundancias indeseadas no solo caracteriza los estadios más recientes del modelo, sino en realidad toda su evolución.

Los instrumentos teóricos surgen, en efecto, de preguntas en cierta forma cartesianas: ¿Qué unidades de análisis necesitamos? Necesitamos, sin duda alguna, un léxico (aun cuando este resulte no ser primitivo a la larga, sino el resultado de combinar un conjunto de rasgos cuya naturaleza no conocemos del todo bien). Necesitamos piezas léxicas y piezas funcionales. Esta distinción es clásica, y resulta igualmente inevitable. Unas y otras poseerán propiedades gramaticales que podemos concebir en forma de rasgos y que habrán de ser satisfechas en ciertos entornos y en determinadas posiciones sintácticas. Además, habrán de ser leídas en interfaces (articulatorio-perceptiva y conceptual-intencional) o bien desactivadas o anuladas como parte de la computación misma. Si la sintaxis precisa algo más que no esté dirigido a alguna de estas tareas, habrá de ser justificado expresamente, en lugar de postulado o asumido por simple conveniencia.

El grupo (c) de conceptos contrasta de forma muy marcada con el grupo (a). Hace 40 años apenas se poseía alguna información sobre las relaciones que estudia la teoría del ligamiento (*binding theory*), o sobre la que existe entre las llamadas “funciones informativas” y las posiciones sintácticas, relación analizada con gran detalle cuando se empezó a estudiar la llamada *periferia izquierda*. Hace 40 años, el desconocimiento de la mayor parte de las llamadas “relaciones a distancia” era casi absoluto. Pensemos en la relación de control (vagamente intuida a través del concepto clásico de ‘concertación’, nunca desarrollado en la tradición), en el ligado de variables por operadores, en la obviación, en los fenómenos de ámbito (*scope*) o en los efectos de intervención o de minimidad (*minimality*). No añadido a esta lista las islas sintácticas porque de la investigación pionera de J. R. Ross ha pasado ya —quien lo diría— medio siglo.

Hace 40 no se habían descubierto los huecos parasíticos (*parasitic gaps*), y nadie operaba con estructuras configuracionales tan abstractas

como las que muestran las “VP-shells” de R. Larson o el *linear correspondence axiom* de R. Kayne. Hace cuarenta años era normal confundir las construcciones de verbo ligero (*light verb constructions*) con las locuciones verbales (a pesar de que O. Jerpersen había dejado clara la diferencia mucho antes), y apenas se trabajaba con la noción de “predicado complejo”, hoy generalizada a estructuras verbales y no verbales. La relación de conceptos que caben en el grupo (c) es mucho más larga, pero estas muestras aisladas pueden servir para dar una idea de su relevancia.

El grupo (d) será visto probablemente de forma diferente en función de las preferencias teóricas de quienes lo examinen. La actual desaparición de la estructura profunda como nivel de representación cuenta con un ilustre precedente: la semántica generativa. También se hallan en esta teoría (que hablaba muy explícitamente de *syntaxis subléxica* o *preléxica*) los antecedentes de la Morfología Distribuida, de la Nanosyntax y de otros marcos construccionistas o neoconstruccionistas. Las actuales *fases* retoman el antiguo concepto de ‘ciclo sintáctico’; las viejas transformaciones generalizadas murieron con la teoría estándar, pero resucitaron en el llamado “ensamble en paralelo” (*parallel merge*). Se podrían añadir otros ejemplos. Ciertamente, estos “conceptos reencarnados” no viven exactamente su nueva vida como vivieron su existencia anterior, pero sería injusto asumir que son radicalmente nuevos, ya que contrastan marcadamente con los del grupo (c).

Si los conceptos del grupo (b) han muerto, y los del grupo (d) pueden verse como “resucitados”, es justo decir que los del grupo (e) se hallan “en el hospital”. En este grupo podemos situar el llamado *EPP feature* (rasgo del principio de proyección extendida), la distinción entre rasgos fuertes y débiles, el sujeto nulo de las lenguas romances (cuando es expletivo sobre todo, pero quizá también cuando no lo es), y el principio de integridad léxica. En unos pocos casos, no está del todo claro si algunos conceptos pertenecen al grupo (c) o al grupo (e). He situado antes en el primer grupo las nociones que articulan la teoría del ligamiento (*Binding theory*), pero algunos trabajos (por ejemplo, los reunidos en Rooryck & van den Wyngaerd 2011) dan a entender que su lugar está en el grupo (e), en lugar de en el (c).

En general —y, de nuevo, frente a lo que sucede en otras teorías—, la velocidad de los cambios y la puesta en entredicho de lo que poco antes

se asumía como indiscutible pueden ser vistas desde fuera como síntomas de inestabilidad teórica o de endeblez conceptual. Nótese que ante este tipo de críticas caben pocas reacciones, aunque solo sea porque siempre habrá algo personal e intransferible en el hecho mismo de que cada uno esté o no dispuesto a cuestionar sus propias asunciones, convicciones o herramientas teóricas cuando entienda que el dar ese paso le ayudará a comprender mejor la realidad.

Sería desacertado —incluso en la celebración de un aniversario, como sucede hoy— intentar llevar a cabo un esquemático balance de un dominio cualquiera del conocimiento destacando únicamente los logros, y omitiendo los problemas, las dificultades, las dudas, las incógnitas o los obstáculos. Por vertiginoso que sea el repaso, y por gruesas que sean las pinceladas con el que esté trazado, entiendo que no deben omitirse los aspectos polémicos, de modo que plantearé abiertamente dos cuestiones que los reducen a lo esencial:

- a) ¿Qué retos y controversias tenemos por delante?
- b) ¿Qué es exactamente lo que no hemos hecho del todo bien y cómo podríamos remediarlo?

La pregunta (a) podría ser desdoblada en una interminable lista de cuestiones específicas. De nuevo, el hecho mismo de que esa lista sea extensa debería percibirse como un signo de vitalidad. En mi opinión, si una teoría cualquiera de la gramática fuera presentada como un constructo cerrado y no admitiera una lista similar de cuestiones polémicas, no quedaría precisamente en muy buen lugar. La lista de preguntas —sin duda, abiertas y controvertidas— que sigue es sumamente breve, y puede ser ampliada sin dificultad en función de los intereses de los investigadores.

- En principio, la operación *Merge* tiene lugar para saturar rasgos de selección léxica, pero esta información está determinada semánticamente. ¿En qué medida entra ello en conflicto con la autonomía de la sintaxis? ¿Armamos acaso estructuras formales antes de saber lo que estas podrán significar?

- ¿Cómo es posible elegir una numeración sin haber computado previamente los rasgos de las piezas léxicas que la integran? ¿No existe circularidad en este proceso?
- El amplísimo espectro abarcado por las estructuras sintácticas analizadas en el modelo GB contrasta con el conjunto, mucho más reducido, de las que suelen abordarse en el programa minimista. ¿Hemos de aceptar que ello es inevitable como simple consecuencia de que resulta imposible avanzar a la vez en extensión y en profundidad?
- Unas propuestas teóricas se sustentan en generalizaciones empíricas, pero otras son más bien aspiraciones o desiderátums. ¿Cómo hemos de proceder para distinguir unas de otras? Por ejemplo, el proceso de deducir la selección-c de la selección-s es deseable, pero no ha sido demostrado empíricamente. Si no se da solución a los numerosos problemas que plantea, ¿habría de ser abandonado o debería ser mantenido como aspiración teórica?
- Las estructuras argumentales no son unidades primitivas, sino más bien esqueletos del significado de las piezas léxicas. Si ello es así ¿de dónde se obtiene exactamente este esqueleto?
- La opcionalidad es un problema para cualquier aproximación a la sintaxis que esté basada en rasgos: subida de clíticos, extraposición, orden de ciertos numerales, posición del sujeto, *scrambling*, movimiento wh- en francés y otras lenguas de “wh-in-situ”, etc. Se comprueba empíricamente que no siempre está determinada por factores informativos. ¿De dónde se obtiene entonces?
- Los procesos de *reanálisis* no tienen un estatuto claro en la gramática formal moderna, pero a la vez se han postulado en no pocas lenguas para un elevado número de construcciones. ¿Cómo se resuelve esta paradoja?
- Cada propuesta de simplificación conceptual acarrea consecuencias que deben ser evaluadas en sí mismas. Por ejemplo, ¿es cierto o no que se pierde más de lo que se gana cuando se intenta reducir el control al movimiento?

- ¿Son propiamente rasgos los conceptos de *tópico* y *foco*?
- Los llamados “análisis cartográficos” son extraordinariamente ricos en información. ¿Es posible deducir de principios semánticos (o de otro tipo) las jerarquías de proyecciones que se proponen, o debe entenderse que tales jerarquías han de postularse como unidades primitivas?
- ¿Es legítimo reducir toda la variación sintáctica a las propiedades sintácticas de las categorías funcionales, al punto derivacional en el que se aplica el *spell-out* o a la mayor o menor complejidad de las estructuras sintácticas que se lexicalizan en una pieza léxica? ¿Terminan ahí los factores relevantes?
- No tiene por qué haber contradicción en aceptar que las palabras son a la vez objetos mentales y objetos culturales. La sintaxis de una lengua no es un sistema basado en la cultura, pero, a la vez, es difícil pasar por alto que ciertos aspectos de la organización de las piezas léxicas (por ejemplo, los *frames* de Fillmore o los *image schemas* de Lakoff, junto con las propias estructuras argumentales, ya mencionadas) poseen un fundamento cultural o social. ¿En qué medida afecta este hecho a la relación de la sintaxis con el léxico?

La pregunta (b) es de naturaleza muy diferente, aunque solo sea porque no habla tanto de retos como de reflexión autocrítica. Alude sobre todo a la percepción externa de la gramática formal, a la relación de los investigadores generativistas con los lingüistas que operan con otras teorías, y también a la que existe entre la investigación y la enseñanza. Como antes, sería posible desdoblar esa pregunta en otras muchas cuestiones.

- ¿Qué podríamos hacer para combatir la extendidísima idea de que a los lingüistas generativistas no les interesa el significado?
- Una parte del rechazo que a menudo suscita la gramática generativa entre los partidarios de otras teorías se basa en la opinión —generalizada entre no pocos profesionales— de

que la formalización de los conocimientos no constituye una vía imprescindible para ganar en su comprensión. ¿Es posible combatir esta percepción? ¿Cómo podría argumentarse en sentido contrario?

- Con escasas excepciones, el intenso diálogo intrateórico que existe en la gramática formal moderna contrasta hoy fuertemente con el escaso diálogo interteórico que objetivamente se reconoce en ella. ¿Es razonable que persista esta marcada diferencia? Podría decirse que hoy es práctica común no leer ni citar los trabajos de los que investigan en las mismas cuestiones que nosotros desde otras teorías de la gramática. Los supuestos teóricos y las unidades de análisis lingüístico pueden ser, en efecto, marcadamente diferentes. ¿Hemos de entender que ello justifica por sí solo el relativo aislamiento de cada escuela o su impermeabilidad al trabajo realizado en las demás?
- Cada teoría lingüística elige los fenómenos que considera centrales y descarta los que opta por interpretar como periféricos. Como las opciones elegidas no coinciden, ¿constituye esta dificultad un obstáculo insalvable para el diálogo interteórico?
- ¿Es posible incorporar a los modelos formales una parte de los logros de otros marcos teóricos o hemos de entender que estos intentos constituyen empresas destinadas al fracaso? Por ejemplo, los fundamentos de la gramática de construcciones (*Construction grammar*) chocan frontalmente con los de la gramática generativa. Aun así, existen estructuras semiproductivas y esquemas sintácticos discontinuos que han sido repetidamente destacados por los construccionistas y que solo han sido abordados en el marco generativista por autores que defienden versiones muy personales de él (como R. Jackendoff). Existen otros muchos ejemplos posibles. En general, ¿en qué medida debemos entender que el abordaje de cuestiones estrictamente empíricas debería o no condicionar el diseño de una teoría general de la sintaxis?
- En algunos países (España entre ellos, pero también otros) se

acrecienta día a día la distancia que existe entre las cuestiones que es posible explicar en los cursos universitarios de Grado y las que los investigadores abordan en sus publicaciones. ¿Qué solución puede darse a este problema?

- Los profesionales actuales no hemos logrado que la Gramática —una de las tres artes del *Trivium* clásico— sea apreciada por la sociedad (hasta el punto de que muchas personas cultas no saben de la existencia de alguna forma de gramática que no sea normativa), y tampoco hemos conseguido que sea valorada adecuadamente en la enseñanza. Aunque puedan existir diferencias entre los países en lo que respecta a este punto, el estudio de la sintaxis ha sido arrinconado en la Enseñanza Media y ha sido casi totalmente sustituido por enfoques de base comunicativa o discursiva que a menudo suscriben una visión laxa o indeterminada de las estructuras gramaticales. ¿Existe algún remedio para esta situación?

Mucho me temo que 20 minutos no dan para más. Muchas gracias por su atención.

REFERENCIAS

- Adger, D. 2003. *Core Syntax: a Minimalist Approach*. Oxford: Oxford University Press.
- Alexiadou, A.; Kiss, T. (Eds.). 1995. *Syntax: An International Handbook*. Berlin: Mouton/De Gruyter, 2 vols.
- Baltin, M.; Collins, C. (Eds.). 2001. *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Oxford: Blackwell.
- Black, C. 1999. *A step-by-step Introduction to the Government and Binding Theory of Syntax*. North Dakota University: Summer Institute of Linguistics. Available online.
- Boeckx, C. 2006. *Linguistic Minimalism. Origins, Concepts, Methods, and Aims*. Oxford: Oxford University Press.

- Bosque, I.; Gutiérrez-Rexach, J. (Eds.). 2009. *Fundamentos de sintaxis formal*. Madrid: Akal.
- Carnie, A. 2002. *Syntax. A Generative Introduction*. Oxford, Blackwell.
- Carnie, A. 2010. *Constituent Structure*. Oxford, Oxford, University Press.
- Carnie, A. et. al. (Eds.). 2014. *The Routledge Handbook of Syntax*. New York: Routledge.
- Cinque, G.; Kayne, R. (Eds.). 2005. *The Oxford Handbook of Comparative Syntax*. Oxford: Oxford University Press.
- Culicover, P. 1997. *Principles and Parameters. An Introduction to Syntactic Theory*. Oxford: Oxford University Press.
- Den Dikken, M. (Ed.). 2013. *The Cambridge Handbook of Generative Syntax*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Droste, F.; Joseph, J. 1991. *Linguistic Theory and Grammatical Description*. Amsterdam: John Benjamins.
- Eguren, L.; Fernández Soriano, O. 2004. *Introducción a una sintaxis minimista*. Madrid: Gredos.
- Everaert, M.; van Riemsdij, H. (Eds.) 2005. *The Blackwell Companion to Syntax*. Oxford: Wiley-Blackwell, 5 vols.
- Freidin, R. 1992. *Foundations of Generative Syntax*. Cambridge: MIT Press.
- Freidin, R. 2012. *Syntax. Basic Concepts and Applications*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gallego, A. (Ed.), 2015. *Perspectivas de sintaxis formal*. Madrid: Akal.
- Godard, D. (Ed.). 2010: *Fundamental Issues in the Romance Languages*. Stanford: Centre for the Study of Language and Information.
- Graffi, G. 1994. *La sintassi*. Bolonia: Il Mulino.
- Haegeman, L. 1991. *Introduction to Government and Binding Theory*. Oxford: Blackwell.
- Haegeman, L. (Ed.). 1997a. *Elements of Grammar. Handbook in Generative Grammar*. Dordrecht: Kluwer.
- Haegeman, L. (Ed.). 1997b. *The New Comparative Syntax*. Londres: Longman.
- Hendrick, R. (Ed.). 2003. *Minimalist Syntax*. Oxford: Blackwell.
- Hornstein, N., et. al. 2005. *Understanding Minimalism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pollock, J. Y. 1997. *Langage et Cognition. Introduction au Programme Minimaliste de la Grammaire Generative*. Paris: PUF.

- Radford, A. 1997. *Syntax. A Minimalist Introduction*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Radford, A. 2004. *Minimalist Syntax: Exploring the Structure of English*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- Ramchand, G.; Reiss, C. (Eds.). 2007. *The Oxford Handbook of Linguistic Interfaces*. Oxford: Oxford University Press.
- Rooryck, J. & van den Wyngaerd, J. 2011. *Dissolving Binding Theory*. Oxford: Oxford University Press.
- Sportiche, D. et. al. 2013. *An Introduction to Syntactic Analysis and Theory*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Uriagereka, J. 1998. *Rhyme and Reason: An Introduction to Minimalist Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Webelhuth, G. 1995. *Government and Binding Theory and the Minimalist Program*. Oxford: Blackwell.

REPRESENTAÇÃO E DERIVAÇÃO EM FONOLOGIA

Joaquim Brandão de Carvalho
jbrandao@univ-paris8.fr
Université Paris 8

1) 40 anos... o que nos leva a 1976, ano que pôs um fim provisório à crise aberta em 1968 por *SPE*. Foi em 76 que John Goldsmith introduz em fonologia uma rutura cujos efeitos se sentem até hoje: a **teoria autosegmental**. Pierre Encrevé qualificou essa rutura como o mais importante acontecimento desde a invenção do alfabeto no campo da representação da faceta sonora das línguas. Desde então já não é possível considerar as palavras como puras sequências de “letter-like tokens”; distinguiu-se, pela primeira vez, entre os segmentos dum morfema e as *posições* que eles ocupam, defendeu-se a ideia de que o segmento é um conjunto de melodias com uma estrutura interna, e começou-se a pensar em termos de sincronização entre melodias e posições, como se os traços fossem tons. Se o número de operações fonológicas foi reduzido a duas (*spreading* e *delinking*), tudo isso levou a um acréscimo da complexidade e também da abstracção das representações: nada mais abstrato, por exemplo, que uma posição temporal pura.

Essa abstracção, por si, não constitui motivo de crítica: o defeito que pode ter uma teoria não é ser ela demasiado abstrata, é ser *arbitrária*. Ora aí é que residia a crítica fatal feita a *SPE* pelos seus próprios autores no último capítulo do livro: as regras fonológicas são arbitrárias; tanto geram o possível quanto o improvável ou até o impossível. A teoria autosegmental

– cujo principal representante é hoje em dia a fonologia do governo (Kaye, Lowenstamm, Scheer) – apareceu assim a muitos como um projeto em que, graças às representações, se pudessem motivar as regras do modelo clássico e talvez até acabar com elas, ou seja no mínimo justificar e no melhor dos casos eliminar a derivação da teoria fonológica. Nessa ótica, motivar um processo é mostrar que ele obedece a certos *princípios* ou “condições de boa formação” impostas às configurações autosegmentais (PCO, NCL, Alinhamento, Governo, Licensing...), ao invés doutros processos, que por essa razão resultam ser “agramaticais”. Toda a variabilidade é suposta provir de *parâmetros* associados aos princípios.

2) Interessante é comparar a contribuição da fonologia autosegmental com a segunda grande rutura em relação ao legado de *SPE*, ocorrida essa durante a primeira metade dos anos 1990: a **Teoria da Optimidade (OT)**, hoje predominante, nomeadamente na América.

Três pontos essenciais caracterizam OT, teoria da interação entre restrições cujos efeitos são potencialmente contraditórios:

- (i) as regras de *SPE* são substituídas por restrições violáveis e universais, sendo variável apenas o *ranking* das restrições, que difere de língua para língua;
- (ii) a tensão dialética entre restrições de marcação e restrições de fidelidade, sendo que as primeiras regem as formas fonéticas, e as segundas a relação entre estas e as formas abstratas;
- (iii) o carácter paralelo da derivação, que elimina o serialismo de *SPE* (pelo menos na versão clássica da OT).

Em relação à fonologia autosegmental em particular, podemos também notar dois pontos intimamente ligados, que podem parecer um retrocesso:

- (iv) salvo exceção (como em tonologia ou em métrica), os *inputs* usados na OT são, em geral, idênticos aos de *SPE*, ou seja meras sequências de letras;

- (v) as restrições de marcação da OT têm o mesmo defeito que as regras: são formalmente arbitrárias, não havendo teoria representacional que as motive – de modo que para muitos basta serem elas “*phonetically-grounded*” (aspeto que é muitas vezes difícil de averiguar).

A comparação é extremamente interessante por termos aqui duas maneiras diferentes de responder à pergunta: *que será uma fonologia sem regras?* Para eliminar as regras, o projeto autosegmental insiste na estrutura das *representações*, a OT no cálculo da *derivação* (paralela). Será possível superar essa oposição, unificar as duas teorias? É esta a questão epistemológica mais interessante que, a meu ver, nos proporciona a fonologia dos últimos 40 anos.

3) Casos de concorrência entre teorias são banais em ciência. A física é pródiga em exemplos desses, e fornece-nos três maneiras de superar tais dilemas. O primeiro – e o mais simples – é quando uma teoria mais global “anexa” uma teoria parcial anterior – caso da relatividade em relação à mecânica clássica. Não me parece que isso se possa aplicar ao nosso caso: nenhuma das duas teorias fonológicas é mais global do que a outra.

O segundo exemplo é quando duas teorias concorrentes explicam domínios distintos – caso (ainda não realizado) da relatividade e da física quântica. Aqui é que deveria ocorrer uma verdadeira “unificação”, tornando-se ambas as teorias casos particulares duma terceira mais abrangente do que uma e outra. Tampouco me parece que isso se possa aplicar ao nosso caso: os domínios da fonologia autosegmental e da OT sobrepõem-se largamente.

O terceiro exemplo é o que me soa mais interessante para o efeito. Até aos anos 20 do século passado, as leis da natureza – a luz, por exemplo – pareciam exibir um dualismo misterioso: certos dados apontavam para um fenómeno corpuscular, devendo portanto haver uma partícula a descobrir; outros dados apoiavam a ideia de que se tratava de um fenómeno ondulatório. E assim foi até que Louis de Broglie conseguiu explicar que a luz era *ao mesmo tempo* uma partícula e uma onda, dependendo do “ponto de vista”: uma é o limite da outra. Já me esqueci há muito do que

são os pontos de vista definidos por de Broglie, mas julgo que há pelo menos uma pista a explorar nesse sentido para responder à pergunta: *se na fonologia cabem tanto a representação quanto a derivação, por onde passa a fronteira entre ambas?* Parece-me que a resposta que vou sugerir a essa pergunta se enquadra de maneira interessante com pesquisas recentes sobre a estrutura – modular? – da gramática.

4) *Back to basics*: do “arqui fonema” de Trubetzkoy (p. ex. o castelhano)...

(1) a. /m/ ~ /n/ ~ /ɲ/

['kama]	['kana]	['kaɲa]
[so'mar]	[so'nar]	[so'ɲar]

b. /N/ = {nasal}

['kampo]	['kanto]	['baɲko]
['aɲʝo]	['pan/ɲ]	['bjen/ɲ]

... ao “morfo-fonema” de Bloomfield (por ex. o somali)

(2)		<i>singular</i>	<i>definido</i>	<i>plural</i>	
a.	/m/	[la:n]	[la:nta]	[la:mo]	“ramo”
		[sin]	[sinta]	[simo]	“anca”
b.	/n/	[da:n]	[da:nta]	[da:no]	“beira d’água”
		[sa:n]	[sa:nta]	[sa:no]	“esconderijo”

Assumem-se tradicionalmente duas derivações:

(3) a. Cast. /N/ → [m, n, ɲ, ŋ] / _P, T, C, K, e [n/ɲ] / _# (= “regra alofônica”)
 b. Som. /m/ → [n] / _T, #

Todavia, estes processos divergem consideravelmente:

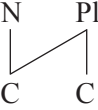

a. (3a) resulta da análise distribucional, (3b) da alomorfia;
 b. /N/ segue da concepção clássica do fonema como objeto linear, i.e.,

duma hipótese sobre *representações*: [mp] = /N+p/ onde não há *feature overlapping* a nível fonológico;

c. /m/ explica o conhecimento *morfológico* do falante: /la:m/ → pl. [la:mo], não *[la:no].

Pergunta 1: será a derivação em (3a) necessária?

Na realidade, castelhano e somali partilham a mesma restrição sobre a coda nasal, a qual não possui traço de lugar próprio, de modo que só

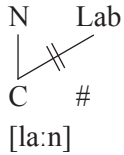
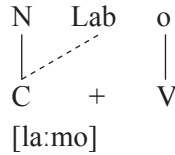
- (4) a.  e b.  são representações lícitas (*well-formed*).

Pergunta 2: por que razão o somali, mas não o castelhano, tem (3b)?

Porque o somali tem raízes que acabam ora com /m/ ora com /n/, daí a alomorfia em (2a) dada a restrição acima.

→ **Fonologia idêntica, mas léxico diferente:**

- Na fonologia propriamente dita, não existem fenómenos como propagação ou *delinking* de traços: a chamada assimilação e, em geral, os fenómenos harmónicos requerem pura e simplesmente associações do tipo *many-to-one*.
- Só em virtude da alomorfia se pode dizer que dado objeto se converte noutra diferente, como em (5a) ou (5b) (consoante for [Labial] um traço fixo ou flutuante no léxico):

- (5) a.  [la:n]
- b.  [la:mo]

5) Conclusão:

- a. Teoria baseada em *representações* descreve melhor o funcionamento interno da fonologia vista como um módulo autónomo da gramática (\neq “T-model” clássico).
- b. *Derivações* ocorrem apenas quando a fonologia interage com outros módulos linguísticos tais como a morfologia, a sintaxe (cf. o sandhi) e o léxico.

(Mesmo nesse caso, aliás, haveria que averiguar se são sempre necessárias derivações; está-se ainda à espera duma teoria da supleção (fraca) e do câmbio analógico!)

Seria interessante explorar nesse sentido o funcionamento interno e a interação doutros módulos linguísticos tais como a sintaxe e a semântica.

CUARENTA AÑOS DE PRAGMÁTICA: 1976 - 2016. UN CONTRASTE BIBLIOGRÁFICO¹

Lluís Payrató

payrato@ub.edu

Universitat de Barcelona

Departament de Filologia Catalana i Lingüística General

Centre Universitari de Sociolingüística i Comunicació (Catalunya, Spain)

RESUMEN. Este trabajo tiene como objetivo hacer una revisión del recorrido de la pragmática durante los cuarenta años transcurridos entre 1976 y 2016, es decir desde la creación del Centro de Lingüística de Porto hasta nuestros días. La revisión se fundamenta en un repaso bibliográfico en el que se seleccionan las obras que han tenido transcendencia o un impacto indiscutible en la progresión de los estudios. En la comparación entre los dos extremos de la cadena (1976 y 2016) y entre los respectivos períodos en que se puede inscribir cada uno (1966-1976 y 2006-2016) destaca, en primer lugar, una diferencia cuantitativa enorme de publicaciones, que confirma lo que ya se podía intuir como una eclosión (en el primer período) y una auténtica explosión (en el segundo) de los estudios de pragmática. En segundo lugar cabe destacar también una especialización muy evidente de los estudios a lo largo de las dos primeras décadas del siglo XXI, que aunque tiene una vertiente indudablemente positiva, ha llevado también a una imagen de una cierta dispersión, poca coordinación interna y en algunos casos incluso casi de fragmentación.

¹ Este trabajo se ha beneficiado de las ayudas FFI2014-56258-P (Ministerio de Economía y Competitividad) y 2014 SGR 918 (Generalitat de Catalunya).

PALABRAS CLAVE: Pragmática, Historia de la pragmática, etapa inicial de los estudios pragmáticos, desarrollo de los estudios pragmáticos, coordinación entre estudios pragmáticos.

ABSTRACT. This paper reviews the path of pragmatics during the forty years between 1976 and 2016, that is to say, since the creation of the Center of Linguistics of Porto. The summary comprises a bibliographical review of the studies that have had an indisputable impact on the progression of the discipline. Comparing the start and the end of the period (1976 and 2016) and the periods in which these two time points can be registered (1966-1976 and 2006-2016), the enormous difference we find in the number of publications confirms the intuition that the first period represents a “hatching” process in the study of pragmatics, and the second period a genuine explosion. There is also a very evident trend towards specialization in the first two decades of the twenty-first century; though undoubtedly positive, this trend has also created an image of a certain dispersion – almost one of fragmentation in some cases – and a low level of internal coordination.

KEYWORDS: Pragmatics, History of pragmatics, initial stage of pragmatic studies, development of pragmatic studies, coordination between pragmatic studies.

1 – Introducción

¿Cuál era el panorama de la pragmática en 1976, en el año de la creación del Centro de Lingüística de la Universidad de Porto? ¿Cómo ha cambiado ese panorama y cómo ha ido evolucionando hasta nuestros días? Este texto pretende contestar ambas preguntas, en el bien entendido de que no pueden resumirse cuarenta años de estudio en unas pocas páginas, y aunque una sola mirada no puede abrazar la diversidad de investigaciones y campos de estudio que se han abierto desde la perspectiva pragmática. Y lo intenta basándose, primero, en un repaso bibliográfico, en una necesaria selección de textos, escogidos por su impacto o trascendencia, y luego en la reflexión sobre la multiplicación y la diversificación que se ha producido en estos estudios, ya que estos dos rasgos son, al menos a primera vista, los más llamativos que se perciben.

2 – La pragmática en 1976: obras destacadas

Cabe decir, para empezar, que 1976 no es, realmente, un año de muchos libros de pragmática, por lo menos de obras básicas y seleccionables en el sentido que se acaba de apuntar. En la tradición anglosajona destaca la aportación de Bates (1976), *Language and context: The acquisition of Pragmatics*, uno de los primeros libros sobre la adquisición de la pragmática (sino el primero), un tema luego menos tratado de lo que parecía desprenderse de este estudio pionero. En la tradición española, este mismo año se publica la obra de Victoria Camps con el título de *Pragmática del lenguaje y filosofía analítica*², seguramente también una de las primeras (sino la primera) que plantea el tema en español.³

Otros libros dignos de mención son la tesis doctoral de Jens Allwood (*Linguistic Communication as Action and Co-operation. A Study in Pragmatics*), que despliega su visión pragmática del lenguaje, y el manual de estilística de Olga S. Akhmanova (*Linguostylistics: Theory and Method*).⁴ Pero seguramente los libros más destacables de 1976 son dos libros colectivos que, vistos conjuntamente, demuestran que en ese año ya se estaban tratando la gran mayoría de temas actuales de la pragmática: el de Siegfried J. Schmidt (ed.), *Pragmatics II*⁵, y el de Teun A. van Dijk (ed.), *Pragmatics of Language and Literature*. Se trata seguramente de dos de las primeras recopilaciones⁶ en el ámbito general de la pragmática,

² Información que debo agradecer a Fernanda Irene de Fonseca, pionera a su vez en el desarrollo de la pragmática portuguesa, con obras contemporáneas que se apuntan a continuación: Fernanda Irene Fonseca y Joaquim Fonseca: “Dimensões pragmáticas da linguagem e sua exploração na didáctica da língua materna”, en *Actas do I Encontro Nacional para a Investigação e Ensino do Português* (Lisboa, 1976, 75-87); Fernanda Irene Fonseca y Joaquim Fonseca: *Pragmática Linguística e Ensino do Português* (Coimbra: Almedina, 1977).

³ Por restricciones obvias de espacio, y a efectos de simplificar el repaso, solo se toma en consideración la tradición dominante, la anglosajona, con algunos comentarios como el precedente. El estudio de otras tradiciones, como la española y la portuguesa, merece un capítulo aparte e independiente.

⁴ También es de 1976 la tesis doctoral de Gerald Gazdar, sobre pragmática formal (Gazdar 1976a), que más tarde se publicará revisada como manual, probablemente el primer manual de pragmática en inglés (Gazdar 1979).

⁵ El primer volumen, *Pragmatik I*, lo editó el mismo Schmidt dos años antes, en 1974.

⁶ Entre los precedentes cabe apuntar en especial *Pragmatics of natural languages*, que, con un título muy explícito, editó Yehoshua Bar-Hillel en 1971, y que podríamos considerar otro de los “puntos

con aportaciones muy destacables de los propios editores y de reconocidos lingüistas (Charles J. Fillmore, János S. Petöfi, etc.).⁷

Como otros *highlights* de 1976, y ahora en el caso de artículos, seguramente los lugares más destacables deberían ser para *Jürgen Habermas* y sus ensayos “Some distinctions in universal pragmatics: A working paper” y “Was heisst Universalpragmatik?”⁸, central en su teoría de la pragmática universal de base racional, y para John R. Searle y su más que conocida propuesta de clasificación de los actos de habla ilocutivos, la que ha trascendido (por encima de la apuntada por su maestro, John L. Austin): “A classification of illocutionary acts”.

Para ir acabando con este repaso tan sintético de 1976, también merecen apuntarse, entre otros, los trabajos de Elionor O. Keenan (Elionor Ochs, “On the universality of conversational implicatures”), Charles A. Ferguson (“The structure and use of politeness formulas”) y Erving Goffman (“Replies and reponses”), todos ellos publicados (también el de Searle) en el quinto volumen de la revista *Language in Society*; asimismo el artículo de Gerald Gazdar (1976b), sobre la inadecuación de la hipótesis performativa, el de Jerrold J. Katz y D. Terence Langendoen, favorable a una concepción semántica de la presuposición, y la contribución de Dieter Wunderlich,

simbólicos” de inicio de la pragmática. Curiosamente, en 1976 se publica también el volumen de homenaje a Bar-Hillel (Kasher (ed.) 1976), que con los otros dos mencionados forma una trilogía muy panorámica, muy complementaria en las temáticas (en este último más epistemológica, no tan pragmática) y de mucho interés.

⁷ En la tradición alemana los volúmenes de Schmidt se pueden aparejar con los primeros manuales, que se editan entre 1972 y 1975: Maas & Wunderlich (1972), Wunderlich (ed.) (1972), Breuer (1974), Henne (1975) y Schlieben-Lange (1975) (agradezco la información a Marta Fernández-Villanueva). El último es el único traducido al español (en 1984), probablemente el primer manual de pragmática (no original) en esta lengua. En la época analizada, si comparamos las fechas, puede decirse con poco margen de error que la tradición alemana, al menos en lo que se refiere a los manuales, va prácticamente una década avanzada a la inglesa. Todavía va más avanzada, seguramente, en el campo de la lingüística textual, ligado al anterior en muchos aspectos (véase Borreguero 2006; como estudio de esta etapa, y precisamente el texto de Petöfi 1976 sobre pragmática formal y teoría del texto). Por descontado la tradición alemana, como la francesa o la italiana, merece un estudio independiente, que debería llevarse a cabo asimismo en el caso de lenguas menos divulgadas; para el catalán, por ejemplo, 1976 es también el año en que puede simbolizarse el inicio de los estudios de pragmática (del catalán y en catalán), con un artículo sobre la deixis de Gemma Rigau (vid. Cots & Payrató 2011; cf. también Payrató 2016).

⁸ Original en alemán de 1976, en Karl-Otto Apel (ed.), traducido y reeditado en numerosas ocasiones más tarde (en inglés en 1979).

pionero de la pragmática alemana (y general), sobre una teoría integrada del significado gramatical y pragmático. Por último, 1976 es también el año en el que aparece un trabajo muy destacable en el planteamiento de las intersecciones entre el código verbal y el no verbal: Tatiana Slama-Cazacu expone cómo los elementos no verbales crean lo que denomina una “sintaxis mixta” con componentes verbales y no verbales al mismo tiempo.

3 – La eclosión de la pragmática: 1973-1987

Si ampliamos nuestro zoom de análisis para no quedarnos exclusivamente en 1976, y nos fijamos en la quincena 1973–1987, hay muchas razones que se pueden aducir para entender esta etapa como la del establecimiento definitivo de un paradigma o proyecto de investigación de naturaleza propiamente pragmática:

- (a) Jacob L. Mey publica en 1977 el primer número del *Journal of Pragmatics* (Holanda), con su primer editorial, conjuntamente con Hartmut Haberland (“Editorial: Pragmatics and linguistics”).
- (b) Se celebran los primeros congresos internacionales de pragmática: “Possibilities and limitations of pragmatics” (Urbino, 1979), “International Pragmatics Conference” (Viareggio, 1985⁹), que luego se suele considerar como el primero de los (grandes) congresos internacionales, que ya oficialmente tendrán continuidad en los de Amberes (1987), Barcelona (1990), Kobe (1992), etc.¹⁰

⁹ Actas editadas por Verschueren & Bertucelli-Papi (eds.) (1987), con 40 contribuciones y más de 800 páginas.

¹⁰ Desde Amberes (1987), todos ellos ya auspiciados por la International Pragmatics Association (IPrA, véase el punto (e), más adelante). Resulta algo relativo decidir cuál es el primer congreso internacional de pragmática propiamente dicho, puesto que la distinción entre congreso, simposio o workshop no es categórica. Vale la pena aducir que, en la tradición alemana, Ehrich & Finke (eds.) (1975) recogen las actas de un encuentro (sobre gramática y pragmática) en Bielefeld el año anterior, y Weber & Weydt (eds.) (1976) reúnen también las actas (de lingüística y pragmática) de un coloquio llevado a cabo en Tübingen en 1975; en la tradición anglosajona Bar-Hillel (ed.) (1971), citado antes, edita las actas de

- (c) En la editorial John Benjamins, se empieza a publicar, en 1980, la colección de monografías “Pragmatics and Beyond”.
- (d) Se publican los primeros manuales de pragmática en inglés, Gazdar (1979), sobre pragmática formal (en verdad más una monografía que un manual), y sobre todo Levinson (1983) y Leech (1983), curiosamente el mismo año¹¹ y con temas muy complementarios. En realidad, también habría que matizar en este caso la palabra *manual*, ya que no se trata en absoluto de simples manuales entendidos como síntesis (*states of the art*) sino de auténticas propuestas fundamentales en el desarrollo posterior de la disciplina, son libros que no solo “reflejan” la disciplina sino que propiamente la definen.
- (e) Se crea la primera gran asociación internacional de pragmática (International Pragmatics Association, IPrA), en Amberes, en la University of Antwerp, en 1986, con un énfasis inicial y muy justificado en la concepción y límites de la disciplina (véase Verschueren 1987).
- (f) Aparece la primera gran bibliografía de pragmática, compilada por Jan Nuyts i Jef Verschueren en 1987 (en cuatro volúmenes, con un total de más de 2000 páginas), que amplía de manera evidente las 270 páginas del trabajo bibliográfico anterior y pionero de Verschueren (1978).
- (g) El número de *highlights* bibliográficos se desborda, y ya es muy difícil buscar una síntesis representativa de todos los temas que se desarrollan a lo largo de estos años. Una lista muy escogida y poco “arriesgada” seguro que contendría artículos pioneros

un “Working Symposium” sobre pragmática de las lenguas naturales que tuvo lugar en Jerusalén en 1970. Este parece —con el relativismo ya insinuado— el mejor candidato al título de «primer congreso internacional» de pragmática.

¹¹ Se trata del mismo año, 1983, en que en la misma editorial que el de Levinson, y también con temas complementarios, aparece otro manual fundamental: *Discourse Analysis*, de Gillian Brown y George Yule (sobre la relación entre pragmática y análisis de discurso, y su historia y desarrollo, véase lo que se apunta más adelante, en la nota 19).

como los de Robin T. Lakoff (1973), “The logic of politeness; or minding your p's and q's”, por descontado el de H. Paul Grice (1975): “Logic and conversation” (aunque ya se conocía bastante antes), los estudios sobre deixis de Charles J. Fillmore (1975), la primera edición del libro sobre principios universales de cortesía de Penelope Brown y Stephen C. Levinson (1978, *Politeness. Some Universals in Language Usage*), o el libro de Kent Bach & Robert M. Harnisch de 1979, *Linguistic communication and speech acts*, que en algunos sentidos es también *un manual de pragmática, predecesor de los citados de 1983*.

4 – La “explosión” de la pragmática: 2002 – 2016

Si establecemos ahora la comparación entre la quincena inicial (1973-1987) y la final (2002-2016) del período escogido, podemos observar en seguida una auténtica explosión cuantitativa, de publicaciones y citas, en los años recientes. Como una primera prueba, y aunque no son datos totalmente fiables, porque en ellos se mezclan factores muy diversos, resulta curioso apreciar en las búsquedas en la red, utilizando internet como corpus, la diferencia de ocurrencias entre *pragmatics 1976* y *pragmatics 2016*: 1.220.000 frente a 2.330.000, casi el doble. Este dato es el más fiable y contrasta también con otro más curioso todavía, que es la diferencia entre las ocurrencias de *pragmatics 1976* (1.220.000) y las que corresponden a *pragmatics 1956* (686.000), *pragmatics 1966* (856.000), lógicas y esperables, y sobre todo las de *pragmatics 1986* (575.000), *pragmatics 1996* (640.000) y *pragmatics 2006* (653.000), mucho menos esperables y explicables a primera vista.¹²

Si a continuación hacemos una búsqueda más cualitativa, para poner un primer ejemplo plenamente significativo, es obvio que a los pocos

¹² Las búsquedas se hicieron los días 14 y 15 de marzo de 2017, sin diferencias apreciables entre ellas. También se llevaron a cabo en el orden inverso (año + *pragmatics*) y en este caso también resulta extraño comprobar que el resultado es muy parecido en todos los casos excepto precisamente en el de 1976, en que la cifra desciende bruscamente y pasa a 485.000 ocurrencias, sin explicación aparente.

manuals de pragmàtica apuntats en el primer període les suceden hoy en dia múltiples possibilitats, porque no hay editorial de prestigio que no ofrezca su propio manual. A las reediciones de los anteriores podemos sumar *handbooks* en una línea más bien clásica o anglosajona (Huang 2007, Birner 2013), otros que plantean una pragmàtica muy abierta e interdisciplinaria (Cummings 2005, Senft 2014) y algunos que intentan –y en buena parte consiguen– abrazar ambos campos (Archer, Aijmer & Wichmann 2012)¹³. La proliferación de textos de este tipo permite inferir que la inclusión de la pragmàtica en los cursos universitarios es un hecho más que evidente, ya sea en conexión más bien con la gramàtica o más bien con el discurso y los aspectos socioculturales; no faltan manuales explícitamente dedicados (desde el subtítulo) a estudiantes universitarios y que incluyen incluso distintos grados de profundidad en el texto (con capítulos separados) para adecuarse a sus niveles de preparación (cf. Cutting 2002 y Archer, Aijmer & Wichmann 2012).

Al mismo tiempo han aparecido numerosas enciclopedias, colecciones y diccionarios. Entre las enciclopedias en un solo volumen destacan las de Horn & Ward (eds.) (2004), Mey (ed.) (2009), Cummings (ed.) (2010), Allan & Jaszczolt (eds.) (2012), y especialmente Huang (ed.) (2013/2017)¹⁴. Entre las colecciones sobresale la monumental serie dirigida por Wolfram Bublitz, Andreas H. Jucker y Klaus P. Schneider en Mouton de Gruyter (desde 2011), con volúmenes que, siguiendo el orden de la colección, tratan sobre los fundamentos de la pragmàtica (Bublitz & Norrick (eds.) 2011), acciones de habla (Sbisà & Turner (eds.) 2013), pragmàtica del discurso (Schneider & Barron (eds.) 2014), pragmàtica cognitiva (Schmidt (ed.) 2012), pragmàtica de la sociedad (Andersen & Aijmer (eds.) 2011), pragmàtica interpersonal (Locher & Graham (eds.) 2010), contrastiva e intercultural (Trosborg (ed.) 2010), histórica (Jucker & Taavitsainen (eds.) 2010) y sobre la comunicación

¹³ En español se puede destacar, en este sentido, la propuesta de Portolés (2004), muy amplia y rigurosa, y con dominio de la parte gramatical; cf. también Payrató (2017), más introductorio e inclinado hacia la otra vertiente.

¹⁴ La fecha oficial de publicación (en papel) es, según el web de la editorial, el 19 de enero de 2017 (y en línea desde 2013, según el dato también de la editorial, en su web).

mediatizada por ordenador (Herring, Stein & Virtaneen (eds.) 2013).¹⁵ A su lado, y desde 2007, se ha creado también la colección *Mouton Series on Pragmatics* (monografías); continúa *Pragmatics and Beyond. New Series*, y la bibliografía del IPrA se puede consultar en línea, con más de 60.000 referencias (editada por Frank Brisard, Michael Meeuwis & Jef Verschueren). Entre los diccionarios conviene reseñar Cruse (2006) y sobre todo Huang (2012). El número de *readings* y libros colectivos es todavía más alto, y con estas obras volvemos a entrar en el campo de la especialización.

Lo mismo cabe comentar de los congresos, promovidos por diversas instituciones, ya no solo IPrA, y de las revistas, que ofrecen un panorama también diversificado: *Journal of Pragmatics* (desde 1977), *Pragmatics*¹⁶, *Pragmatics and Cognition* (1993), *Journal of Historical Pragmatics* (2000), *Intercultural Pragmatics* (2004), *Semantics and Pragmatics* (2007), *International Review of Pragmatics* (2009), *Pragmatics and Society* (2010).¹⁷

La diversificación se percibe igualmente y de inmediato en las subdivisiones que se han creado dentro del campo pragmático. Frente a la división clásica entre pragmática continental (europea) y anglosajona (británica y americana), a la que se refería ya Levinson (1983), o a la distinción básica entre pragmalingüística y sociopragmática a que se refería Leech (1983), el diccionario de Huang (2012) clasifica las orientaciones pragmáticas mediante las siguientes denominaciones (con su propia numeración):

- (1) Pragmática anglo-americana
- (2) Pragmática continental
- (3) Macropragmática (I): orientada cognitivamente

¹⁵ Los volúmenes que se ha previsto publicar, además de los nueve citados, son sobre metodología (núm. 10, en 2019), *social media* (núm. 11, 2018), ficción (núm. 12, 2017) y pragmática clínica y del desarrollo (núm. 13, 2019). Véase más información en <https://www.degruyter.com/view/serial/40489>.

¹⁶ Con su precedente *IPrA Papers in Pragmatics* durante la etapa 1987-1990.

¹⁷ Sin olvidar otras de tema específico como *Journal of Politeness Research* (desde 2005) y muchas de ámbito discursivo y sociolingüístico que también publican artículos de temas pragmáticos.

- (4) Macropragmática (II): orientada socialmente y/o culturalmente
- (5) Macropragmática (III)

En las subdivisiones correspondientes a estas cinco dimensiones podemos encontrar subsiguientes campos con progresivas distinciones o matizaciones (cf. también Huang (ed.) 2017):

- (1) En la pragmática anglo-americana encontramos el debate entre contextualismo (o “semántica contextualista”) y minimalismo semántico (o “literalismo”), según el mayor o menor papel que se asigna al contexto en la determinación del significado de un enunciado. En esta dimensión de la pragmática se ha desarrollado la pragmática neo-griceana, la teoría de la relevancia, la pragmática de la optimidad y las teorías pragmáticas relacionadas con la teoría de los juegos y de la toma de decisiones. Los temas tratados en estas orientaciones son los clásicos: referencia, presuposición, implicatura, deixis y actos de habla, y determinan lo que algunos especialistas denominan el núcleo duro de la pragmática.
- (2) En la tradición continental pesa mucho más la perspectiva funcional (aplicable a cualquier área del lenguaje), y a menudo se abre paso una pragmática más empírica y menos teórica y filosófica que la anterior, por una parte, y una pragmática más orientada a cuestiones sociales, culturales e interaccionales (también menos delimitable y más amplia y vaga que la anterior).¹⁸
- (3) En la macropragmática orientada cognitivamente encontramos, además de una orientación general (pragmática cognitiva), la pragmática psicolingüística (del desarrollo y experimental), la pragmática computacional, la clínica y la neuropragmática.

¹⁸ A pesar de la distinción clásica y de su revisión y mantenimiento en Huang (2012, (ed.) 2017), no se puede negar que hay una progresiva neutralización de la distinción, y que en muchos casos hay que recurrir a una descripción minuciosa de objetivos y marcos teóricos (como en las dimensiones (3) – (5)) más que a distinciones preestablecidas como las de (1) y (2).

- (4) En la macropragmática orientada socialmente, a su vez, encontramos también una orientación general (sociopragmática), y orientaciones como la pragmática intercultural (*cross-cultural & intercultural pragmatics*), la pragmática del interlenguaje y la interaccional (o interpersonal).
- (5) Huang (2012) coloca por último en esta quinta dimensión campos de estudio como el de la pragmática histórica (pragmafilología y pragmática diacrónica), la sociopragmática histórica, la pragmática sincrónica y finalmente la pragmática aplicada (de segundas lenguas, de corpus, literaria, legal o feminista).

Por otra parte, la distinción de corrientes de estudio específicas dentro de la pragmática es hoy también imprescindible, como por ejemplo en el caso de la teoría de la relevancia (Sperber & Wilson 1986/1995), de la teoría de la argumentación (Van Eemeren et al. (eds.) 2014), de la optimidad (Blutner & Zeevat (eds.) 2004), etc. Todo ello nos hace pensar en una pragmática, en definitiva, mucho más compleja como disciplina que la que se iba formando en la etapa (1973-1987). Los temas de estudio se han mantenido por lo que se refiere a temas clásicos (actos de habla, deixis, inferencias, cortesía, pragmática del texto, del discurso y la conversación...), pero también se han diversificado y ampliado: pragmática experimental (Noveck & Sperber (eds.) 2004), pragmática de corpus (Romero-Trillo (ed.) 2008), clínica (Perkins 2007), no verbal (Wharton 2009), pragmática en la red o ciberpragmática (Yus 2011), etc.

En el caso de la interfaz gramática – pragmática, encontramos teorías como por ejemplo la *Functional Discursive Grammar* (FDG, Hengeveld y Mackenzie 2008), que constituye un modelo gramatical que presta una gran atención a los aspectos tipológicos y que al mismo tiempo tiene una clara base pragmática, ya que la unidad primera y fundamental de análisis es el acto de habla, y permite incluir aspectos multimodales (Alturo, Clemente & Payrató 2016).

En la interfaz entre pragmática y aspectos socioculturales, el análisis del discurso en general y el análisis crítico del discurso en particular confluyen en muchos aspectos y en muchas orientaciones con la pragmática;

a partir de estas confluencias o encuentros se determinan aproximaciones muy específicas orientadas precisamente a descubrir cómo interactúan los factores cognitivos, comunicativos y socioculturales en el uso lingüístico (cf. Wodak (ed.) 2012 y Wodak & Meyer (eds.) 2016)¹⁹.

Como último ejemplo, y esta vez en una línea más antropológica, Hanks, Ide & Katagiri (eds.) (2009, 2012) han propuesto una pragmática que, con la denominación de pragmática emancipatoria (emancipatory pragmatics), permita describir y explicar los fenómenos pragmáticos de cada cultura “en” y “desde” sus propios términos y conceptos, sin que queden supeditados (aunque sea inconscientemente o involuntariamente) a los conceptos (etnocéntricos) de las culturas dominantes, aquellas desde donde se suelen emprender las investigaciones.

5 – Conclusiones

Cuando se contrasta el año 1976 con 2016, en lo referente a la producción de estudios pragmáticos, se vislumbra una etapa de eclosión frente a una de pleno desarrollo. Cuando saltamos de la anécdota de estos dos años escogidos a la comparación de períodos más representativos (las quincenas 1973-1987 y 2002-2016), la imagen se aclara y se confirma que la primera la podemos catalogar como una etapa de nacimiento y desarrollo (primeros congresos, primeros manuales...) y la segunda como una etapa de explosión de publicaciones y de gran especialización.

Sin embargo, a nadie se le escapa que el debate interesante y de fondo en el repaso de una disciplina (o de una etapa de esta disciplina) no es el bibliográfico, sino el conceptual. En nuestro caso, la cuestión de fondo es cómo ha avanzado la pragmática en los últimos cuarenta años. Y a nadie se le escapa, tampoco, que esa cuestión no se puede responder

¹⁹ La historia del análisis del discurso en la misma etapa que se está repasando en este trabajo (1976-2016) tiene muchas concomitancias con la de la pragmática, pero no se expone por limitaciones evidentes de espacio. Igual que al entorno de 1976 encontramos solo algunas referencias singulares, los primeros manuales aparecen más bien hacia 1983. La etapa 2002-2016 incluye otra auténtica explosión cuantitativa de estudios, como se refleja también en las numerosas enciclopedias del tema aparecidas en este siglo.

en unas pocas páginas, entre otras cosas, precisamente, porque uno de los rasgos más evidentes de la progresión de los estudios pragmáticos ha sido su multiplicación: a los temas de estudio clásico se les han sumado los más innovadores, de manera que se ha producido más un proceso de adición que uno de sustitución por haber solucionado los problemas planteados. La imagen de la progresión de la pragmática no es la típica que asociaríamos a la de la tecnología (una línea que avanza sin retrocesos ni paradas en una sola dirección), sino más bien la de un abanico o la de un conjunto concéntrico de círculos cuyo diámetro es cada vez mayor (imagen aplicable, de hecho, a muchas ciencias humanas o sociales). Los temas clásicos de la pragmática, con los actos de habla —como el más clásico— a la cabeza, continúan vigentes: tanto los más cercanos a la “pragmagramática” o interfaz gramática – pragmática (deixis; inferencias: presuposición e implicaturas; modalidad²⁰...), como los más cercanos a la sociopragmática (cortesía, pragmaestilística, estructura conversacional...).

En definitiva, cuando contemplamos el panorama actual de la pragmática nos encontramos con aspectos aparentemente positivos como los siguientes:

- (a) *Multiplicación o expansión* evidente, en un sentido puramente cuantitativo. Las cifras se asemejan más a las de una progresión geométrica que a las de una progresión aritmética.
- (b) *Especialización o hiperespecialización*, si se puede llamar así, al menos en algunos casos, y que es consiguiente a una diversificación temática, por una parte (objetos de estudio), y a una diversificación de las corrientes teóricas, por otra (perspectivas de estudio).
- (c) *Innovación* o aparición de nuevos campos y paradigmas (o no

²⁰ La modalidad parece un tema que se considera cada vez más desplazado hacia lo propiamente gramatical o sintáctico, al menos si hacemos caso de su presencia (en muchos casos casi nula, es decir, una auténtica “ausencia”) de los nuevos manuales de pragmática. El debate entre los confines de la gramática (y semántica) y de la pragmática es precisamente otro de los temas que tampoco se ha solucionado y continúa vigente (y seguramente seguirá siendo así porque cada nueva teoría lo plantea de forma diferente).

tan nuevos, pero recuperados y ampliados) que ofrecen a su vez nuevas posibilidades: pragmática experimental, pragmática de corpus, pragmática clínica, pragmática intercultural, pragmática multimodal..., con algunas teorías cada vez más transversales (teoría de la relevancia, en especial; teorías de la argumentación...).

- (d) *Interdisciplinariedad y transdisciplinariedad*, que aunque a veces se dan en franca oposición o contradicción con el grado de especialización apuntado en (b), normalmente están motivadas por una necesidad obvia de “entrar” en terrenos contiguos a los clásicos (en la historia de la pragmática el más clásico ha sido desde siempre el de la filosofía, sin duda), o bien de “traspasar” esos terrenos, con una visión transversal y un zoom muy amplio, no limitado a fronteras establecidas de antemano (el caso de la multimodalidad sería un buen y reciente ejemplo, en este sentido, y en el fondo parecido al caso clásico anterior de la filosofía). Curiosamente, en la época en que empieza este repaso, ya se vislumbraba lo que hoy se nos aparece como una imagen muy clara de *transversalidad* (cf. precisamente las “revisiones” y en buena parte “previsiones” realizadas por Lieb 1976 y Allwood 1978).

Visto así, el progreso podríamos convenir que es evidente, innegable, pero el panorama actual de estudios de orientación pragmática no esconde algunas imágenes no tan positivas; sobre todo, quizá la más destacable, la de una cierta dispersión y descoordinación, asociada a esa (hiper)especialización temática y a la (posible) fragmentación de teorías. En este terreno es en donde se diría que la pragmática —si se permite la personalización retórica— debería esforzarse por encontrar métodos y teorías contrastados, y siempre con el fundamento de una masa crítica. La coordinación y una voluntad disciplinada, junto a una cierta “generosidad” intelectual y a una mínima amplitud de miras, serían buenas cualidades y buenos criterios para mejorar su desarrollo, al lado, claro está, de la mejor capacidad explicativa que sepa desarrollar cualquier teoría. La

especialización es positiva siempre que no implique disgregación, y la fuerza (centrípeta) de la coordinación de los estudios, con todo lo que implica respecto a valorar y unificar en lo posible teoría y metodología, es la que puede evitar la típica fuerza centrífuga que conduce a la fragmentación o a la dispersión.

REFERENCES

- Akhmanova, Olga S. (1976): *Linguostylistics: Theory and Method*. The Hague: Mouton.
- Allan, Keith & Jaszczolt, Kasia (eds.) (2012): *Cambridge Handbook of Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Allwood, Jens (1976): *Linguistic Communication as Action and Co-operation. A Study in Pragmatics*. Gothenburg: University of Gothenburg.
- Allwood, Jens (1978): "A bird's eye view of pragmatics". In Kirsten Gregersen (ed.): *Papers from the Fourth Scandinavian Conference of Linguistics*. Odense: Odense University Press, pp. 145-159.
- Alturo, Núria; Clemente, Ignasi; Payrató, Lluís (2016): "Notes for a Multilingual and Multimodal Functional Discourse Grammar". In Jungbluth, Konstanze & Fernández-Villanueva, Marta (eds.): *Beyond Language Boundaries. Multimodal Use in Multilingual Contexts*. Berlin: De Gruyter, 3-33.
- Andersen, Gisle & Aijmer, Karin (eds.) (2011): *Pragmatics of society*. Berlin: De Gruyter Mouton.
- Archer, Dawn; Aijmer, Karin & Wichmann, Anne (2012): *Pragmatics. An advanced resource book for students*. London: Routledge.
- Bach, Kent & Harnisch, Robert M. (1979): *Linguistic communication and speech acts*. Cambridge: The MIT Press.
- Bar-Hillel, Yehoshua (ed.) (1971): *Pragmatics of natural languages*. Dordrecht: Reidel.
- Bates, Elisabeth (1976): *Language and context: The acquisition of Pragmatics*. New York: Academic Press.
- Birner, Betty J. (2013): *Introduction to Pragmatics*. Malden, MA: Wiley-Blackwell.

- Blutner, Reinhard & Zeevat, Hendrik (eds.) (2004): *Optimality theory and pragmatics*. New York: Palgrave/Macmillan.
- Borreguero, Margarita (2006): “La lingüística textual alemana: nacimiento y primeros desarrollos de una nueva disciplina lingüística (1960-1975)”. In A. Roldán et al. (eds.): *Caminos actuales de la Historiografía Lingüística*. Murcia: Universidad de Murcia, 279-301.
- Breuer, Dieter (1974): *Einführung in die pragmatische Texttheorie*. München: Fink.
- Brisard, Frank, Meeuwis, Michael & Verschueren, Jef (eds.) (2016): Bibliography of pragmatics on line. Accesible (a través de compra) en: <https://benjamins.com/#catalog/online%20resource/e.bop/main>
- Brown, Gillian & George Yule (1983): *Discourse Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press. [Trad. cast.: *Análisis del discurso*. Madrid: Visor, 1993.]
- Brown, Penelope & Levinson, Stephen C. (1987): *Politeness. Some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press (1a ed., 1978).
- Bublitz, Wolfram & Norrick, Neal R. (eds.) (2011): *Foundations of Pragmatics*. Berlin: De Gruyter Mouton.
- Camps, Victoria (1976): *Pragmática del lenguaje y filosofía analítica*. Barcelona: Península.
- Cots, Josep M. & Payrató, Lluís (2011): “Catalan Pragmatics and the pragmatics of Catalan”. In Payrató, Lluís & Cots, Josep M. (eds.): *The Pragmatics of Catalan*. Berlin: De Gruyter Mouton, 1-13.
- Cruse, Alan (2006): *A Glossary of Semantics and Pragmatics*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Cummings, Louise (2005): *Pragmatics. A Multidisciplinary Perspective*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Cummings, Louise (ed.) (2010): *The Pragmatics Encyclopedia*. London: Routledge.
- Cutting, Joan (2002): *Pragmatics and Discourse. A resource book for students*. London: Routledge.
- Dijk, Teun A. van (ed.) (1976): *Pragmatics of Language and Literature*. Amsterdam: North Holland.
- Eemeren, Frans H. van; Garssen, Bart; Krabbe, Erik C. W.; Snoeck Henkemans, A. Francesca; Verheij, Bart & Wagemans, Jean H.M. (eds.) (2014): *Handbook of argumentation theory*. Dordrecht: Springer.

- Ehrich, Veronica & Peter Finke (eds.) (1975): *Beiträge zur Grammatik und Pragmatik*. Kronberg: Scriptor.
- Ferguson, Charles A. (1976): "The structure and use of politeness formulas". *Language in Society* 5, 137-151.
- Fillmore, Charles J. (1975): *Santa Cruz lectures on deixis*. Mecanografiado. Indiana University Linguistics Club.
- Fonseca, Fernanda Irene & Fonseca, Joaquim (1976): "Dimensões pragmáticas da linguagem e sua exploração na didáctica da língua materna". In *Actas do I Encontro Nacional para a Investigação e Ensino do Português*, Lisboa, 75-87.
- Fonseca, Fernanda Irene & Fonseca, Joaquim (1977): *Pragmática Linguística e Ensino do Português*. Coimbra: Almedina.
- Gazdar, Gerald (1976a): *Formal Pragmatics for Natural Language Implicature, Presupposition and Logical Form*. Tesis doctoral, University of Reading.
- Gazdar, Gerald (1976b): "On performative sentences". *Semantikos* 1/3, 37-62.
- Gazdar, Gerald (1979): *Pragmatics: Implicature, Presupposition, and Logical Form*. New York: Academic Press.
- Goffman, Erving (1976): "Replies and reponses". *Language in Society* 5, 257-313.
- Grice, H. Paul (1975): "Logic and conversation". In Cole, Peter & Morgan, Jerry L. (eds.): *Syntax and Semantics* 3. Speech Acts. New York: Academic Press, 41-58. [Trad. cast.: "Lógica y conversación". In Valdés, Luis Ml. (ed.): *La búsqueda del significado*. Tecnos - Universidad de Murcia, 1991.]
- Haberland, Hartmut & Mey, Jacob L. (1977): "Editorial: Pragmatics and linguistics". *Journal of Pragmatics* 1.1: 1-16.
- Habermas, Jürgen (1976a): "Some distinctions in universal pragmatics: A Working Paper". *Theory and Society* 3.2, 155-167.
- Habermas, Jürgen (1976b): "Was heisst Universalpragmatik?". In Karl-Otto Apel (ed.): *Sprachepragmatik und Philosophie*. Frankfurt: Suhrkamp. [Trad. ingl.: "What is Universal Pragmatics?". *Communication and the evolution of society*. Boston: Beacon, 1979.]
- Hanks, William F., Ide, Sachiko & Katagiri, Yasuhiro (eds.) (2009): Towards an Emancipatory Pragmatics. Part One. Special Issue. *Journal of Pragmatics* 41, 1-196.
- Hanks, William F., Ide, Sachiko & Katagiri, Yasuhiro (eds.) (2012): Towards an Emancipatory Pragmatics. Part Two. Special Issue. *Journal of Pragmatics* 44, 563-708.

- Hengeveld, Kees & Mackenzie, J. Lachlan (2008): *Functional Discourse Grammar: A typologically-based approach to language structure*. Oxford: Oxford University Press.
- Henne, Helmut (1975): *Sprachpragmatik*. Tübingen: Niemeyer.
- Herring, Susan; Stein, Dieter & Virtaneen, Tuija (eds.) (2013): *Pragmatics of Computer-Mediated Communication*. Berlin: De Gruyter Mouton.
- Horn, Laurence R. & Ward, Gregory (eds.) (2004): *The Handbook of Pragmatics*. Malden, MA: Blackwell.
- Huang, Yan (2007): *Pragmatics*. Oxford: Oxford University Press.
- Huang, Yan (2012): *The Oxford Dictionary of Pragmatics*. Oxford: Oxford University Press.
- Huang, Yan (ed.) (2013/2017): *The Oxford Encyclopedia of Pragmatics*. Oxford: Oxford University Press [en línea desde 2013, en papel desde 2017].
- Jucker, Andreas H. & Taavitsainen, Irma (eds.) (2010): *Historical Pragmatics*. Berlin: De Gruyter Mouton.
- Kasher, Asa (ed.) (1976): *Language in focus: Foundations, methods and systems. Essays in memory of Y. Bar-Hillel*. Dordrecht: Reidel.
- Katz, Jerrold J. & Langendoen, D. Terence (1976): "Pragmatics and presupposition". *Language* 52.1, 1-17.
- Keenan, Elinor [Ochs] (1976): "On the universality of conversational implicatures". *Languages and Society* 5, 67-80.
- Lakoff, Robin T. (1973): "The logic of politeness; or minding your p's and q's". *Papers from the ninth regional meeting*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 292-305. [Trad. cast: "La lógica de la cortesía, o acuérdate de dar las gracias". In Julio, María Teresa & Muñoz, Ricardo (eds.) (1998): *Textos clásicos de pragmática*. Madrid: Arco/Libros, 259-278.]
- Leech, Geoffrey N. (1983): *Principles of pragmatics*. London: Longman.
- Levinson, Stephen C. (1983): *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press. [Trad. cast.: *Pragmática*. Barcelona: Teide, 1989.]
- Lieb, Hans-Heinrich (1976): "On relating pragmatics, linguistics, and non-semiotic disciplines". In Kasher, Asa (ed.): *Language in focus: Foundations, methods and systems. Essays in memory of Y. Bar-Hillel*. Dordrecht: Reidel, 217-249.
- Locher, Miriam A. & Graham, Sage L. (eds.) (2010): *Interpersonal Pragmatics*. Berlin: De Gruyter Mouton.

- Maas, Utz & Wunderlich, Dieter (1972): *Pragmatik und sprachliches Handeln*. Frankfurt/M.: Athenäum.
- Mey, Jacob L. (ed.) (2009): *Concise Encyclopedia of Pragmatics*. Amsterdam: Elsevier (1a ed., 1998).
- Noveck, Ira A. & Sperber, Dan (eds.) (2004): *Experimental pragmatics*. New York: Palgrave Macmillan.
- Nuyts, Jan & Verschueren, Jef (1987): *A comprehensive bibliography of pragmatics*. Amsterdam: Benjamins, 4 vols.
- Payrató, Lluís (2016): “Estudis de pragmàtica i anàlisi del discurs sobre la llengua catalana: Un repàs de l’etapa 1997-2012”. *Estudis Romànics* 38, 55-88.
- Payrató, Lluís (2017): *Pragmática. Una perspectiva sobre el lenguaje en acción*. Madrid: Síntesis (en prensa).
- Perkins, Michael (2007): *Pragmatics Impairment*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Petöfi, János S. (1976): “Formal pragmatics and a particular theory of text”. In S.J. Schmidt (ed.): *Pragmatik/Pragmatics II*. München: Fink, 105-121.
- Portolés, José (2004): *Pragmática para hispanistas*. Madrid: Síntesis.
- Rigau, Gemma (1976): “Anem o venim?”. *Els Marges* 8, 33-53.
- Romero-Trillo, Jesús (ed.) (2008): *Pragmatics and corpus linguistics. A mutualistic entente*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Sbisà, Marina & Turner, Ken (eds.) (2013): *Pragmatics of Speech Actions*. Berlin: De Gruyter Mouton.
- Schlieben-Lange, Brigitte (1975): *Linguistische Pragmatik*. Stuttgart: W. Kohlhammer. [Trad. cast.: *Pragmática lingüística*. Madrid: Gredos, 1984.]
- Schmid, Hans-Jörge (ed.) (2012): *Cognitive pragmatics*. Berlin: De Gruyter Mouton.
- Schmidt, Siegfried J. (ed.) (1974): *Pragmatik I*. München: Fink.
- Schmidt, Siegfried J. (ed.) (1976): *Pragmatik/Pragmatics II*. München: Fink.
- Schneider, Klaus P. & Barron, Anne (eds.) (2014): *Pragmatics of Discourse*. Berlin: De Gruyter Mouton.
- Searle, John R. (1976): “A classification of illocutionary acts”. *Language in Society* 5, 1-23. [Trad. cast.: “Una taxonomía de los actos ilocucionarios”. In Valdés, Luis Ml. (ed.): *La búsqueda del significado*. Tecnos - Universidad de Murcia, 1991, 449-476.]
- Senft, Gunter (2014): *Understanding pragmatics*. London: Routledge.

- Slama-Cazacu, Tatiana (1976): "Nonverbal components in message sequence: 'Mixed syntax'". In McCormack, William Charles & Wurm, Stephen A. (eds.) (1976): *Language and Man: Anthropological Issues*. The Hague: Mouton, 217-227.
- Sperber, Deirdre & Wilson, Dan (1986): *Relevance: Communication and cognition*. Oxford: Basil Blackwell (2a. ed., 1995). [Trad. cast.: *La relevancia*. Madrid: Visor, 1994.]
- Trosborg, Anna (ed.) (2010): *Pragmatics across Languages and Cultures*. Berlin: De Gruyter Mouton.
- Verschueren, Jef (1978): *Pragmatics: an annotated Bibliography*. Amsterdam: Benjamins.
- Verschueren, Jef (1987): *Pragmatics as a theory of linguistic adaptation*. Antwerp: International Pragmatics Association.
- Verschueren, Jef & Bertucelli-Papi, Marcella (eds.) (1987): *The pragmatic perspective. Selected Papers from the 1985 International Pragmatics Conference*. Amsterdam: Benjamins.
- Weber, Heinrich & Weydt, Harald (eds.) (1976): *Sprachtheorie und Pragmatik. Akten des 10. linguistischen Kolloquiums. Tübingen 1975*. Tübingen: Niemeyer, vol. 1.
- Wharton, Tim (2009): *Pragmatics and Non-Verbal Communication*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wodak, Ruth (ed.) (2012): *Critical Discourse Analysis*. 4 vols. London: Sage
- Wodak, Ruth & Meyer, Michael (eds.) (2016): *Methods of Critical Discourse Studies*. London: Sage (3 ed.; 1st ed., 2001).
- Wunderlich, Dieter (1976): "Towards an integrated theory of grammatical and pragmatical meaning". In Kasher, Asa (ed.): *Language in focus: Foundations, methods and systems. Essays in memory of Y. Bar-Hillel*. Dordrecht: Reidel, 251-277.
- Wunderlich, Dieter (ed.) (1972): *Linguistische Pragmatik*. Frankfurt/M.: Athenäum.
- Yus, Francisco (2001): *Cyberpragmatics. Internet mediated communication in context*. Amsterdam: Benjamins.

COMUNICAÇÕES

A VARIEDADE GALEGA DA TERRA DE VIANA DO BOLO (OURENSE) E AS SÚAS AFINIDADES CO PORTUGUÉS*¹

Concepción Álvarez Pousa

alvarezpousa@yahoo.es

Instituto da Lingua Galega (España)

RESUMO. Este artigo ten como alicerce unha comunicación ofrecida no *Colóquio Comemorativo dos 40 anos do CLUP*, que tratou de dar a coñecer a variedade lingüística galega da Terra de Viana do Bolo, no sueste da provincia de Ourense, e as súas similitudes co portugués. Os obxectivos deste traballo son perfilar esta zona oriental galega e achegarse á dialectoloxía galega a través dunha das súas mostras, a variedade galego-oriental da Terra de Viana do Bolo, mediante a caracterización lingüística en eidos como a fonética, a morfosintaxe e o léxico e cunha mostra dun etnotexto representativo. Tamén se fará referencia ao fenómeno do cambio lingüístico e á súa repercusión no mantemento da variedade. Asemade, resultarán de relevancia as consideracións arredor do galego e do portugués realizadas por diferentes autores e as similitudes lingüísticas da variedade vianesa co portugués

¹ Quero manifestar o meu agradecemento aos responsables do CLUP por convidárenme a participar no Colóquio conmemorativo dos seus 40 anos e tamén a impartir unha conferencia para dar a coñecer o galego oriental e a variedade vianesa, que tivo lugar en novembro de 2016 na Facultade de Letras da Universidade do Porto. Tamén quero agradecer a atención recibida ao longo do meu período da estadia de doutoramento no 2016 no Arquivo Dialectal, especialmente ao meu orientador João Veloso pola súa axuda e amabilidade e por permitir que me puxera en contacto directo coa dialectoloxía portuguesa, de tanto interese para min.

Asemade, o meu fondo agradecemento para os moitos informantes do Concello de Viana do Bolo (Ourense) que desde hai anos, pacientemente, levan colaborado na miña investigación e que son parte fundamental deste traballo.

padrón en ámbitos como a fonética e a morfosintaxe, principalmente.

Canto aos resultados finais, salientase que, en xeral, esta variedade, ademais dos trazos xerais do galego oriental, conta con outras particularidades, e que varios dos seus riscos son compartidos co galego zamorano e tamén co portugués.

PALABRAS CHAVE: galego oriental, vianés, galego zamorano, descrición lingüística, galego e portugués.

ABSTRACT. This article has as its foundation a lecture offered in the *Colóquio Comemorativo dos 40 anos do CLUP*, which tried to promote the linguistic variety of the Galician Land of Viana do Bolo, on the southeast of the province of Ourense, and its similarities with Portuguese. The aims of this work are, first, to outline this eastern region and approach Galician dialectology through one of its samples, the eastern Galician variety in the Land of Viana do Bolo by describing linguistic fields such as phonetics, morphosyntax and lexicon and a representative sample of its ethno-texts. There will also be a reference to the phenomenon of linguistic change and of its impact on the preservation of this variety. Considerations around the Galician and Portuguese by different authors will also be shown as well as linguistic similarities between the Galician variety from Viana and standard Portuguese mainly in areas such as phonetics and morphosyntax.

As for the final results, it will be pointed out that, in general, this variety, in addition to the general characteristics of Eastern Galician, has other peculiarities, and that several of its dialectal features are shared with the variety of Galician from Zamora and also with Portuguese.

KEYWORDS: eastern Galician variety, Galician variety from Viana, Galician variety from Zamora, linguistic description, Galician and Portuguese.

1 – Introducción

O principal estudoso da variedade lingüística vianesa foi Laureano Prieto (1907-1977), mestre e etnógrafo², que sentou de xeito amplo as bases polas que hoxe eu camiño e que me permitirán falar da vitalidade da lingua documentada por el hai máis de medio século e tamén facer un estudo

² Laureano Prieto escribe os *Contos Vianeses* (1958), un conxunto de mostras de variada temática. A obra resulta de moita importancia, xa que amais de estar escrita na variedade vianesa nela realiza unha descrición detallada das Terras de Viana, as súas xentes e a súa fala.

A figura de Laureano Prieto trátoa nun traballo de recente publicación (Álvarez Pousa 2018), no que afondo no seu perfil polifacético e na súa traxectoria investigadora.

comparativo no tocante á caracterización que realizou.

A miña investigación céntrase no eido da lingüística galega, concretamente na liña da variación e no estudo da variedade galega da Terra de Viana do Bolo (Ourense), que se encadra no galego oriental, área oriental-central e microsubárea O Bolo-Viana da clasificación de Fernández Rei (1990: 108). Reflicte a continuidade dun Traballo de Investigación Tutelado (TIT), que presentei na Universidade de Vigo co que iniciaba as miñas contribucións ao tratamento desta variedade oriental ourensá.

Os obxectivos desta investigación son o afán por perfilar a caracterización do vianés dentro do galego oriental, a través da mostra de tres xeracións de falantes (baixa, media e alta), que me permitirán analizar polo miúdo os trazos propios e tamén observar o cambio lingüístico e as similitudes con outras variedades próximas.

No tocante á metodoloxía baséome na recolleita de gravacións orais de tres fontes diferentes, o material do Arquivo do Galego Oral (AGO) do Instituto da Lingua Galega (<http://www.ilg.usc.gal/ago>), o citado TIT (Álvarez Pousa 2007) e o material actual da investigación da tese de doutoramento (ITD) que estou a realizar na Universidade de Santiago de Compostela. Verbo da metodoloxía, logo da selección do material procedo á transcripción semifonolóxica deste, e os resultados que obteño dinme que, en xeral, os textos presentan as particularidades do galego oriental xa documentados, agás algúns pequenos matices, e que varios destes trazos son compartidos coa área galegófona zamorana e tamén co portugués padrón.

A Terra de Viana do Bolo, a súa variedade lingüística e as similitudes co portugués son os eixos fundamentais deste traballo.

2 – A comarca ourensá de Viana no territorio sudoriental galego. A Terra de Viana do Bolo (Ourense)

A comarca de Viana, cuxa capital é Viana do Bolo, está situada no sueste da provincia de Ourense e está formada polos concellos da Gudiña, A Mezquita, Viana do Bolo e Vilariño de Conso, tal e como se pode apreciar na figura 1. Limita ao norte coas terras ourensás de Trives e Valdeorras,

ao leste coa comarca zamorana de Seabra, ao sur co distrito portugués de Bragança e ao oeste coa Terra de Verín.

Concretamente, o concello de Viana do Bolo limita polo norte cos do Bolo e A Veiga, polo oeste con Vilariño de Conso, polo sur coa Gudiña e A Mezquita e polo leste co concello zamorano de Porto. É o segundo municipio ourensán máis extenso, con 270,4 km², tras o municipio veciño da Veiga, con 290,5 km². Conta con 3.040 hab. (IGE, 2016) distribuídos en 35 parroquias, nun total de 52 aldeas.

O concello de Viana é na actualidade unha zona que presenta unha economía centrada principalmente na gandería e na agricultura. Cunha taxa de despoboación importante en diversas aldeas, a vila emerxe coas principais actividades arredor do sector terciario dos servizos, seguido do sector secundario da industria e a construción, e por último o sector primario da agricultura. A comercialización da castaña constitúe un factor importante para o pulo da zona. Así mesmo, resultou de especial importancia a minería, como é a mostra das Médulas na parroquia de Caldesiños, antiga explotación aurífera.

Alén diso, cómpre salientar que foi berce de personaxes ilustres coma o xuíz Nicolás Tenorio, o etnógrafo Laureano Prieto ou a xeógrafa Charo Castells, que realizaron cadanseus traballos de relevancia sobre a zona.

No eido da cultura resulta de interese o Entroido, que ten no *boteiro* a súa figura representativa. A súa máscara garda certa similitude coas de Vinhais, en Trás-os-Montes, na denominada *Festa dos rapazes* do Nadal.



FIGURA 1 – A comarca de Viana (Ourense)

Fonte: elaboración propia

3 – A dialectoloxía galega

Centrándose no principal estudo realizado sobre o galego oral cómpre facer referencia ao manual *Dialectoloxía da lingua galega*, de Fernández Rei (1990), que, co material fonético e morfolóxico do *Atlas Lingüístico Galego (ALGa)*, fai unha completa caracterización de todos os falares do dominio galego. Establece unha división dialectal en tres bloques dialectais (ou macroáreas), tendo en conta a isoglosa do plural das formas rematadas en *-n* (*pantalón*), que dá os resultados de *pantalóns* no bloque occidental, *pantalós* no central e *pantalois* no oriental.

No tocante á extensión do territorio, o bloque occidental comprende o occidente das provincias da Coruña e Pontevedra; o bloque central boa

parte das provincias de Lugo e Ourense e a franxa interior das da Coruña e Pontevedra e o bloque oriental o leste das provincias de Lugo e Ourense e as zonas galegofalantes de Asturias, León e Zamora.

No interior dos tres bloques establece áreas lingüísticas, de desigual extensión xeográfica e desigual unidade, que delimita con isoglosas de fenómenos propios de falas desas áreas, onde tamén marca a existencia de subáreas, mesmo de microsubáreas (Fernández Rei 1990: 106 ss). Mostras representativas da totalidade das áreas e subáreas do dominio galego poden verse no audio-libro de Fernández Rei *et al.* (2003).

4 – A variedade galego-oriental da Terra de Viana do Bolo

No tocante ao galego oral do Concello de Viana do Bolo, este encádrase dentro do bloque lingüístico oriental. Fundamentalmente, a partir de exemplos de tres mostras orais de diferentes xeracións perfilo as características dialectais no eido da fonética, a morfosintaxe e o léxico. Deste xeito, a análise dos exemplos correspondentes a esas tres mostras, xunto con outros fornecidos por moi diversos etnotextos que recollín e en parte transcribín, permitirán facer algunhas consideracións sobre o cambio lingüístico e delimitar a variedade vianesa dun xeito amplo.

Atendendo á distribución realizada por Fernández Rei (1990), esta variedade inclúese na área oriental-central (M) do bloque oriental. Os trazos caracterizadores das falas do galego oriental son os seguintes: uso dos ditongos *ua* (*cuatro*, *guardar*), *oi* (*moito*, *coiro*) e *ui* (*muíto*, *truíta*, *escuíta*) ou ausencia de ditongo (*muto* / *mutio*, *truta* / *trutia*, *escuta* / *escutia*); formas con *-aix-* (*baixo*, *caixa*) fronte a *-ax-* (*baxo*, *caxa*) do centro-norte do galego oriental; terminación *-ín* (*camín*, *padrín*), excepto na zona sur (*camiño*, *padriño*); plural *-is* (*cais*, *ladrois*; sg. *can*, *ladrón*) e plural *-is* (*animais*, *caracois*; sg. *animal*, *caracol*), excepto na área asturiana, que mantén o *-l-*; pretéritos *cantein* e *cantén*, futuros *cantarein* e *cantarén* e SNP *-is* na P5 dos tempos verbais (agás no pretérito): *cantais*, *cantabais*, *canteis*...

Ademais, a variedade vianesa insírese na subárea Valdeorras-Viana (M-2) coa terminación *-iño* (*camiño*, *padriño*) e a solución pronominal *llo* (galego común *llelo*) e na microsubárea O Bolo-Viana (M-2b) con *mutu*, tal e como se reflicte na figura 2.

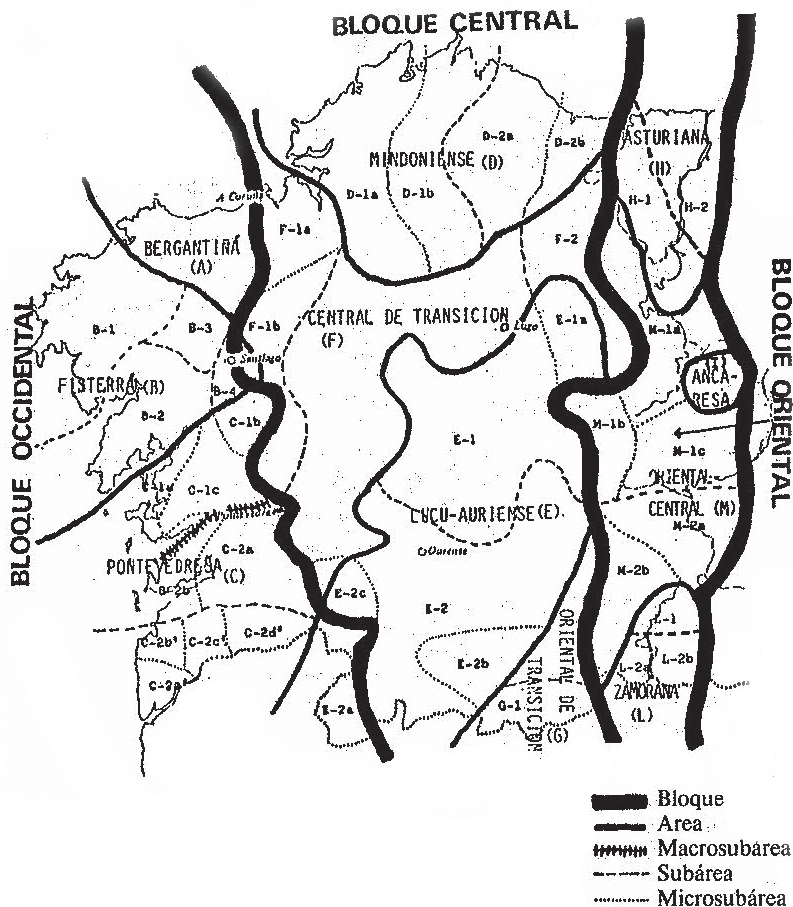


FIGURA 2 – Bloques, áreas, subáreas e microsubáreas da lingua galega

Fonte: *Dialectoloxía da lingua galega* (Fernández Rei 1990: 108)

5 – Caracterización lingüística da variedade vianesa

5.1 – Fonética³

Como riscos xerais destacan os seguintes: no vocalismo tónico a realización pechada etimolóxica do timbre nos pronomes persoais *nós* e *vós*, trazo común no galego da área zamorana; e no vocalismo átono a palatalización de *a* en formas como *ásí* ou *äixada*, fenómeno característico tamén do galego zamorano de Porto e Hermisende. Reflictese a alternancia dos ditongos *oi* e *ou* en *noite* / *noute*, característica común en formas do galego zamorano⁴. Destaca a presenza do ditongo *ui* ou a súa ausencia en *cuitelo*, *escuita*, *muíto* fronte a *cutelo*, *escuta*, *muto*⁵ / *mutio* e nas voces *enxuíto*, *fruíta*, *truíta* fronte a *enxuto*, *fruta* e *truta* / *trutia*. Outro risco é a epéntese do *i* en formas verbais como *salio* ou *valio*; o mantemento dos grupos *cua-* e *gua-* en *cundo*, *cuatro*, *guardar* e a terminación *u* en ditongo nos substantivos rematados en *-o*⁶: *friu*, *riu*, *tiu*. Creación do ditongo *au* nos substantivos, adxectivos e participios en *-ado*⁷: *ganau*; *enfadau* e *mallau* (en formas perifrásticas como *daban mallau*), respectivamente.

Verbo do consonantismo, os textos orais non presentan a gheada e o seseo, os fenómenos máis característicos da dialectoloxía galega e importantes marcadores sociolingüísticos. Fernández Rei (1990: 173-175) refire que nos puntos do galego oriental investigados para o *ALGa* non se rexistrou gheada e que no galego das comarcas que estreman con Galicia só se ten sinalado a existencia deste innovador fenómeno fonético nos Ancares de León, co que se anchea polo oriente a lagoa do Cebreiro. No referente a este trazo, destaca Freixeiro Mato (2006: 156):

³ A descrición lingüística da variedade vianesa é tratada de xeito amplo nos diferentes planos noutro traballo da miña autoría (Álvarez Pousa 2017 a).

⁴ Santos (1967: 190) tamén recolle esta alternancia *oi* / *ou* no tocante ás variedades de Trás-os-Montes, mais comenta que na fronteira tende a ser substituído por [õu].

⁵ Nalgúns puntos tratados por Santos (1967: 241) tamén se reflicte esta alternancia *muto* / *muíto*.

⁶ Esporadicamente rexístranse voces en *-o* coma *río*. Con todo, o frecuente na fala é a pechazón da vogal, esta alternancia tamén é característica apuntada por Santos (1967: 191) nos falares fronteirizos.

⁷ No caso dos participios é máis vital na variedade vianesa o uso en *-ado*: *Daban chegado*.

Resulta xa un lugar común afirmarmos que a zona máis castelanizada de Galiza é a costeira e a menos o interior das provincias de Lugo e Ourense, onde hoxe fica moi pouco da gheada, pois parece lóxico pensar que, perante unha reacción xeral contraria ao fenómeno, este é moito máis fácil de erradicar alí onde a súa implantación foi menor. Por iso hoxe a gheada pervive nas provincias da Coruña e Pontevedra e está en total recuamento nas de Lugo e Ourense [...]

No tocante ás alteracións do *s* implosivo, o fenómeno máis común na fala é o rotacismo, risco dialectal moi habitual nas diferentes xeracións de falantes. Pódense atopar nos textos orais as seguintes mostras: con consoantes sonoras ante dental en *or demais*, ante nasal en *mirmo*, ante lateral en *or lunes* e ante consoante xorda fricativa en *ar fontes*. Na xeración de falantes media (30-60 anos) rexístrase ocasionalmente aspiración do *s* implosivo en formas como *despoigh* e *dough*, en posición final de palabra, e tamén no interior como en *mághcara*. É común, ademais, a realización interdental da primeira consoante do grupo culto *-ct-* en *diztadura*, *exaztamente*, *intazta*, *produzto*s. Reflictese a caída do *-d* final en formas como *Madrí* ou realización como interdental en *Madriz* e a caída da interdental final en *rapá*, *ve*, que alterna co seu uso en *rapaz*, *vez*. Este non é un fenómeno sistemático, como non o é noutras variedades ourensás en que se rexistra.

A conxunción *e* en contacto con vogal pasa a ser asilábica (*i-outro*, *i-eu*, *i-antes*), trazo que o vianés comparte con moitas falas centro-orientais do dominio lingüístico galego.

5.2 – Morfosintaxe

Coméntanse neste apartado as características máis importantes da variedade vianesa, algunhas delas comúns a moitas falas do bloque oriental.

Verbo do número, nas palabras agudas rematas en *-l* existen dúas solucións, *-les* e *-is*, sendo maioritaria a forma primeira: sg. en *-al*: *animales* / *animais*; sg. en *-el*: *papeles* / *papeis*; sg. en *-il*: *funiles* / *funís*; sg. en *-ol*: *caracoles* / *caracois*; sg. en *-ul*: *baúles* / *baúis*. No plural das formas en *-n*, a solución é a propia do bloque oriental, polo que a formación é a seguinte: sg. en *-an*: *alemais*, *cais*; sg. en *-en*: *treis*; sg. en *-in*: *choupís*;

sg. en *-on*: *fullois*; sg. en *-un*: *comuis*⁸. Como resultado das terminacións latinas *-ANUM*, *-ANAM* a solución é a de *mao-maos*, *vrao-vraos* e *irmá-irmás*, *mazá-mazás*, respectivamente. No caso das formas rematadas en *-INUM* a solución é *-iño*, *veciño* ou *camiño* e non *-in* propia doutras falas orientais. A terminación *-TATEM* ofrece como resultados *-ai* e *-á*: *mitai*, *ver dai* (pl. *verdais*, *mitais*), que alternan con *mitá*, *verdá*. Outras formas son *mocedá*, *casualidá*. Nos nomes rematados en *-TUTEM*, a solución nos textos vianeses resólvese coa redución vulgar: *juventú*, *virtú*.

O artigo indeterminado masculino *un*, no plural realízase coas variantes *unhos* / *unhes*, no feminino alternan as formas *unha* / *úa*⁹.

Nos pronome tónico de 2ª persoa o trazo común, propio do bloque oriental é *tu*, a modalidade de cortesía é *usté* por influxo do castelán, e *tiu* ou *señor*¹⁰. Prieto Rodríguez (1973: 6) destaca que nas terras do sur do partido xudicial de Viana se emprega *osté* e nas do norte, *vostede*. Atópanse nas mostras orais recolleitas por min exemplos coma os seguintes: *tiu Bernardino* ou *tía Carolina*. O seu uso é maior na xeración media e alta.

Nos pronomes átonos de obxecto directo de 3ª persoa aparece a forma *o* tras forma verbal rematada en ditongo no canto de en *no* do galego común: *deixouo*, *faias*, *foio*, *partiwo* e *pechoua*, solucións propias tamén do galego da área zamorana.

Nos indefinidos *algún*, *ningún* dáse a variante *algüis* / *algunhos*; *ningüis* / *ningunhos* (feminino *algunha* / *algúa*¹¹, *ningunha* / *ningúa*) e rexístrase ocasionalmente *ningüi*.

Destaca o uso dos radicais verbais do tipo *fizo* / *fixo*; *traguer* / *traer*; *faguer* / *facer* e o uso das formas temáticas *fais*¹², *pois*, *teis*, *veis* (*ver* e *vir*); que corresponden ás formas atemáticas *fas*, *pos*, *tes* e *ves* do galego común.

No ámbito da sintaxe, débese salientar a ausencia de artigo en

⁸ Ocasionalmente esta forma alterna coa estándar *comúns* na xeración baixa, principalmente.

⁹ Este fenómeno é común tamén no galego da área asturiana, en falas próximas con Galicia.

¹⁰ Santos recolle como forma de tratamento nos falares fronteirizos a forma *senhor* (1967: 246).

¹¹ Santos recolle estes arcaísmos como vixentes en toda a fronteira (1967: 229) ao pé doutras formas como *nium*, *niña*, *niuns*, *niñas*.

¹² No traballo de Santos tamén se reflicte o uso das formas *fais*, *fai* e *faem* (1967: 235) nas variedades da fronteira, correspondentes á segunda, terceira e sexta persoas do presente de indicativo.

estruturas como *en casa*, *en cama* e a presenza do teísmo: *Non te direi muito máis* ou *Co veciño que te caía millor*. Este fenómeno rexístrase só na parroquia vianesa de Vilaseco da Serra, no límite coa provincia de Zamora. É tamén un risco común co galego zamorano da subárea da Mezquita-Lubián e que así mesmo se dá no extremo do Baixo Miño pontevedrés.

5.3 – Léxico

Non se vai afondar no apartado do léxico por cuestións de espazo, pero este resulta de vital importancia no estudo da variedade, xa que moitos dos termos recollidos no seu día por Laureano Prieto (1973) seguen vivos na actualidade¹³. Ao pé das diferentes desviacións léxicas que caracterizan calquera variedade galega, son de moita importancia os dialectalismos onde se rexistran formas como *bullote* para designar a *castaña*, *choupín* para nomear un tipo de *cogomelo*, *cireixal* para a árbore que dá como froito a *cireixa* ou *esquila* para o chocallo que porta o gando, xeralmente o vacún.

6 – O cambio lingüístico

A evolución da lingua e o coñecemento do estándar fan que nas xeracións máis baixas se perdan as formas orais máis tradicionais. Tal e como destaca Rodríguez Neira (1991: 185): “As xeracións xoves mostran menor tendencia a mante-la lingua dos seus pais ca estes a dos avós. Os procesos de cambio acentúanse na última xeración”. Non obstante, os cambios son naturais e non entorpecen o eido da comunicación, como refire Aitchison (1993: 248): “Que la lengua cambie continuamente es natural e inevitable, y se debe a una combinación de factores psicolingüísticos y sociolingüísticos”.

As principais marcas de mudanza lingüística danse polo coñecemento do estándar, maior afinidade cun determinado grupo de falantes ou ás veces, moda. Nos textos orais as principais pegadas do cambio reflíctense

¹³ Varias mostras deste léxico son compartidas, ademais, coa variedade de Trás-os-Montes recollida por Santos (1967).

en formas tradicionais propias da variedade vianesa, como *noute*, *ningúa*, *fizo* ou *traguer*, que empezan a ser desprazadas na xeración baixa (ata os 30 anos) polas voces estandarizadas *noite*, *ningunha*, *fixo* ou *traer*; e o mesmo acontece coa perda do teísmo e o uso de termos do galego común como *catro* ou *vez*. Canto ao léxico, na xeración baixa tamén van desaparecendo algúns termos como *quicho* (enfado) ou *papavello* (puré de castañas) ou conviven ambas as formas.

7 – Mostra da variedade vianesa

Como complemento da caracterización lingüística que se acaba de ver, inclúese un fragmento da transcripción semifonolóxica dunha mostra oral, pertencente a un informante da xeración media e que forma parte do corpus actual que recollín para a tese de doutoramento, mostra que se pode consultar no Arquivo do Galego Oral (<http://www.ilg.usc.gal/ago/>).

(2) Mostra oral 2, Investigación actual da Tese de Doutoramento,
USC (2015)

Informante (30-60): Home (33 anos), Quintela do Pando (Viana do Bolo)

O folión de Quintela do Pando

I. — Bièn, non sei, a ver o fulión estivo perdido digamos durante unhes anos, é decir, foi dos poucos puèblos que dicen que aguantou a Ditzadura, que aguantou a posguèrra e toda a historia, seguían tocando o fulión, è sin embargo despois cuando a xente, a malloría tuvèron que emigrar pa traballar e tod’a historia, pois claro, ô non haber xente perdeuse durante unhes anos, non sei os anos esaztamente que foron. Nós cuando eramos pequenos solo tocabamos cuando viña así algún veciño ... è pouco máis. Empezamos tocando con outros puèblos eu i-ò meu irmau e buèno ibamos por aí. Despois un ano pois, falamos ca xente e decidiuse volver a recuperalo como se..., como se facía antiguamente.

Que pasa? Que... buèno cambiáronse cousas, por ekhèmple or boteiros que había eiquí, non èran exaztamente como son agora, èran máis bèn parecidos, digamos, a Vilar ou a Buxán.

E. — E como eran os de Vilar e Buxán?

I. — Pois o traxe blanco cas cintas de cores, o carapucho como se fora un cono, digamos, a máscara si qu'era de madeira, eso si que... Temos algunha por aí inda que se conserva porque era unha cousa un pouco familiar o tema, é decir, non era “Temos unha careta do pueño”, nò. O que tiña cuartos, digamos, a casa que tiña pasta, qu'eran adineraus, eses tiñan unha máscara deles, guardábana eles e eles facían o seu traxe. Cuando chegaba a época do Carnaval pois iban ô curral, quitábanll'as esquilas ár vacas, facían o cinto, facían o traxe no momento, non era un traxe que tuvèran feito... [...]

8 – Consideracións arredor do galego e do portugués

Froito do latín galaico xurdiron dous estándares románicos no occidente ibérico, o galego e o portugués, que van compartir unha fase común na Idade Media, período de relativa unidade lingüística ao norte e sur do río Miño, a vulgar polos textos notariais e literarios conservados. Berce desta relación intrínseca do galego e o portugués na etapa medieval, foron numerosas as consideracións realizadas por diversos estudosos ao longo dos tempos sobre a relación entre estas dúas linguas, mais por cuestións prácticas imos referirnos só a algunhas das que resultan fundamentais.

Tal e como recolle Cintra (1971: 2-3), Leite de Vasconcelos no *Mapa Dialectológico* (1893-1897) propón unha clasificación en grupos primarios, secundarios e terciarios aos que lles chama dialectos, subdialectos e variedades e distingue as seguintes: dialecto interamnense, dialecto trasmontano, dialecto beirão e o dialecto meridional. Alén disto, fala de *co-dialectos* coma o galego, o mirandés, o riodonorés e o quadramilés e enxalza o seguinte respecto do galego: “À Galiza pertence o *galego*, que não é mais que um dialecto português ou, se se quizer, um seu co-dialecto”.

E refire este mesmo autor que Vasconcelos na *Esquisse* (1901: 27-28) ofrece a similar clasificación en dialectos, onde estas últimas mostras mencionadas seguen consideradas como dialectos do portugués, pero xa non fala da existencia de variedades ou subdialectos. No referente aos codialectos do portugués manifesta o seguinte no apartado do galego:

Le galicien médiéval différerait très peu du portugais; il y a même des cas où il est difficile ou impossible, par le seul moyen de la graphie, d'établir des distinctions entre ces idiomes. –Le galicien traite les voyelles latines comme le portugais, et non pas comme l'espagnol: Ě, Ů, par exemple, restent *e*, *o*, au lieu de se diphtonguer en *ie*, *ue*, comme dans l'espagnol; l'-L- est traitée de la même façon dans le galicien et dans le portugais, c'est-à-dire qu'elle tombe, tandis que l'espagnol la conserve, par ex. galicien et portugais archaïque (encore populaire dans le *trasmontano*) *soa*, esp. *sola* < l. *sola* [...] (Vasconcelos 1970: 163).

Asemade, sostén Cintra (1971: 4) que nas alteracións que realiza Vasconcelos no mapa en 1929, no momento no que o reedita nos *Opúsculos* perfecciona o trazado das fronteiras dos catro dialectos principais, interamnense, trasmontano, beirão e meridional e dálle outro tratamento diferente ao galego ao que designara impropriamente como *co-dialecto*.

Alén disto, Santos (1967: 398) reflicte no seu estudo d'*Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes* a relación entre os diferentes dialectos deste xeito:

Desde há séculos devem pois ter vivido, nas conservadoras terras da raia trasmontana e nas vizinhas da Galiza e de Leão variedades dialectais com bastantes semelhanças, mas com algumas diferenças, cujo conjunto seria uma complexa zona de cruzamento de traços galego-portugueses e leoneses.

Cintra na “Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses” (1971: 8) distingue entre dialectos galegos, portugueses setentrionais e portugueses centromeridionais. No tocante aos falantes portugueses sostén que estes distinguen perfectamente se un falante é do norte ou do sur e tamén se é galego:

[...] De ambos distinguem ainda perfeitamente um Galego (que compreendem quando fala o seu dialecto, mas em cuja linguagem não vêem normalmente, a não ser que tenham certa cultura histórica ou linguística, uma variedade do português, apenas porque a consciência da separação política os impede de sentir «linguisticamente» da forma que seria a normal.

Nas liñas iniciais da súa *Dialectoloxía da lingua galega*, Fernández Rei (1990: 18) realiza estas consideracións verbo do galego e do portugués:

Na actualidade, desde o punto de vista estritamente lingüístico, ás dúas marxes do Miño fálase o mesmo idioma, pois os dialectos miñotos e trasmontanos son unha continuación dos falares galegos, cos que comparten trazos comúns que os diferencian dos do centro e sur de Portugal; pero no plano da lingua común, e desde unha perspectiva sociolingüística, hai no actual occidente peninsular dúas linguas modernas, con diferencias fonéticas, morfosintácticas e léxicas, que poden non impedir a intercomprensión ó existir un bilingüismo inherente entre o galego e o portugués, semellante ó existente entre o catalán e o occitano, o danés e o noruegués, o eslovaco e o checo, o feroés e o islandés.

Maia (2002: 28-29) fai referencia, así mesmo, a que son dúas linguas diferentes, pero tamén moi similares:

A atitude científica que assenta na análise estrutural do galego e do português só permite considerá-los como dúas linguas muito aparentadas, mas dúas linguas, contudo, diferentes: elas oferecem uma situação muito particular, pois se situam, uma relativamente à outra, exactamente no limite onde começa o bilinguismo, sendo possível, por esse motivo, em determinadas circunstâncias, a intercompreensão entre os respectivos falantes [...].

9 – Similitudes lingüísticas da variedade vianesa co português

Froito do emparentamento das dúas linguas na etapa de esplendor e da súa proximidade son varias as similitudes do galego co portugués. Raposo *et al.* (2013: 116) reflicte a seguinte información respecto dos dialectos fronteirizos:

A fronteira lingüística entre Portugal e Espanha, que na generalidade do territorio, coincide com a fronteira política, é interrompida em duas ou três pequenas áreas. A razão dessa não coincidência entre fronteira política e lingüística é a existência nessas áreas, de um e de outro lado da fronteira, e por razões históricas diversas, de

enclaves em que se falan dialetos portugueses (ou de origem galego-portuguesa antiga) em território politicamente espanhol e em que se fala, em território politicamente portuguê, uma língua (ou dialetos de uma língua) que não é portuguê [...].

Fernández Rei (1990: 24) manifesta que a totalidade das falas galegas e das portuguesas setentrionais presentan trazos comúns, especialmente na fonética (ditongos *ei*, *ou*; *ch* [tʃ] africado; inexistencia da labiodental sonora [v]) fronte aos falares centromeridionais portugueses (monotongación de *ei*, *ou*; *ch* [ʃ] desafricado; labiodental sonora [v]; e no relativo ao léxico, sostén que o portuguê do sur e do leste é innovador fronte ao conservadurismo léxico do noroeste e centro-norte. Así, rexístranse termos como *ordenhar* vs. *moger*, *mugir* e *amojar*; *borrego* vs. *cordeiro*, *anho* ou *maçaroca* vs. *espiga* (de millo), que corresponderían aos galegos *muxir*, *año* e *cordeiro*, *espiga* e *mazaroca*.

Deste xeito, a variedade vianesa presenta similitudes co portuguê padró n no eido da fonética a través de formas como *cuatro* e *quando* (port. *quatro* e *quando*); *muto* / *muíto* e *escutar* / *escuitar* (port. *muíto* e *escutar*); *luta* / *luita* (port. *luta*). No eido da morfosintaxe, a terminación *-ao* / *-á* en formas como *irmao* / *irmá* (port. *irmão* / *irmã*), os plurais en *-n* do tipo *cais* (port. *cães*), plurais en *-l* *animais* / *animales*, *papeis* / *papeles* (port. *animais*, *papéis*), o pronome persoal *tu* fronte a *ti* do galego común (port. *tu*), formas verbais en *-is* do SNP da 5ª persoa, *falais*, *vendeis*, *partís* fronte a *falais*, *vendeis*, *partís* do portuguê; ausencia do *-n* en formas da P1 do pretérito *fui* / *fuin* / *fun* (port. *fui*); uso de radicais arcaicos *ficen*, *ficera* alternando con *fixen*, *fixera* (port. *fiz*, *fizera*) e ausencia de artigo en contrucións do tipo *en casa* (port. *em casa*).

Tamén é compartido o uso do pronome átono *te* (complemento directo e indirecto) co portuguê, característica que só se dá no galego do Baixo Miño pontevedrés, no galego de Zamora, nalgúns falas do leste de Ourense e nunha pequena área da variedade vianesa. Algunha variedade próxima á vianesa como é a frieiresa, da zona da Gudiña e A Mezquita, comparte máis trazos co portuguê, como é o uso das formas *collí*, *dixe*, sen a desinencia *-n* do galego común¹⁴. Na variedade zamorana dáse a

¹⁴ Trato estes aspectos de xeito máis amplo noutro traballo (Álvarez Pousa 2017 b), onde analizo os trazos comúns da variedade vianesa e a frieiresa-portelá, próxima ás Terras de Trás-os-Montes, co portuguê.

confusión nos ditongos *oi / ou*: *dois / dous* e en Hermisende rexístranse pegadas das sibilantes sonoras /z/ de *casa* e /ʒ/ de *gente*. O uso das formas verbais *ouvo*, *ouvas*, *ouva* (v. *ouvir*) é tamén un trazo común desta área, que se reflicte no trasmontano e que contrastaría co portugués común nalgumas persoas (*ouço / oiço*, *ouça / oiça* ...).

10 – Conclusión

A microsubárea O Bolo-Viana presenta en xeral os trazos do bloque oriental xa documentados por Fernández Rei (1990), agás nos plurais en *-l* onde ofrecen a variante en *-les*, de uso maioritario, amais de en *-is*; a presenza do teísmo e a alternancia nas formas *muíto / muto*. Como distintivo fonético principal destacan a palatalización do *a* átono e o rotacismo. O léxico resulta de vital importancia xa que moitas das formas compiladas por Prieto (1973), seguen sendo de uso común.

O cambio lingüístico reflíctese nas xeracións máis baixas a través do uso de formas actuais como *trouxen* ou *ningunha* fronte ás máis conservadoras *trouguen* e *ningunha / ningúa*. Varios trazos lingüísticos nos diferentes planos son compartidos coa área zamorana, zona próxima de fala galega, e dado o emparentamento do galego e o portugués, e a continuidade do portugués no galego oriental, a variedade tamén rexistra afinidades parellas coa lingua irmá, no eido da fonética e da morfosintaxe, principalmente. Esta relación entre ambas as linguas foi obxecto de interese para diversos estudosos.

REFERENCIAS

- AGO = Arquivo do Galego Oral (<http://www.ilg.usc.gal/ago/>) [Última consulta: 17/03/2017].
- Aitchison, J. 1993. *El cambio en las lenguas: ¿progreso o decadencia?*. Barcelona: Ariel Lingüística.
- Álvarez Pousa, C. 2007. *Consideracións sobre a fala do Concello de Viana do Bolo (Descrición e textos)*. Traballo de Investigación Tutelado inédito. Vigo: Universidade de Vigo.

- Álvarez Pousa, C. 2017 a. “A variación lingüística galega en textos orais do Concello de Viana do Bolo”. In M. Negro Romero / R. Álvarez / E. Moscoso (eds.), *Gallaecia. Estudos de lingüística portuguesa e galega*. Universidade de Santiago de Compostela, 2017. ISBN 978-84-16954-41-4, pp. 803-823. Disponible en <http://dx.doi.org/10.15304/cc.2017.1080.46> [último acceso: 12/02/2018].
- Álvarez Pousa, C. 2017 b. “As variedades vianesa e a frieiresa-portelá do galego oriental e as súas afinidades co portugués”. *Limite* n.º11. 2, 79-108, ISSN 1888-4067.
- Álvarez Pousa, C. 2018. “Laureano Prieto, mestre da vida e da cultura popular da Terra vianesa”, *A Trabe de Ouro. Revista galega de pensamento crítico* n.º 107, 43-66.
- Cintra, Luís F. Lindley (1964-1971): “Nova proposta de classificação dos dialetos galego-portugueses”. Lisboa: *Boletim de Filologia*, XIII, 81-116. Centro de Estudos Filológicos. Consultado o 20 de marzo de 2017 na web <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biblioteca/novaproposta.pdf>.
- Fernández Rei, F. 1990. *Dialectoloxía da lingua galega*. Vigo: Xerais.
- Fernández Rei, F.; Hermida Gulías, C. 2003. *A nosa fala. Bloques e áreas lingüísticas do galego*. Santiago de Compostela: Consello da cultura galega, Arquivo Sonoro de Galicia. (<http://www.consellodacultura.gal/arquivos/asg/anosafala.php>) [última consulta: 17/03/2017].
- Freixeiro Mato, X. R. 2006. *Gramática da lingua galega. Fonética e fonoloxía*. Vol. I. Vigo: A Nosa Terra.
- IGE = Instituto Galego de Estatística (<http://www.ige.eu/>). [Última consulta: 17/03/2017].
- Maia, C. de Azevedo 2002. *O galego visto pelos filólogos e linguistas portugueses*. Lisboa: Colibri / Cátedra de Estudos Galegos da Universidade de Lisboa.
- Prieto Rodríguez, L. 1958. *Contos Vianeses*. Vigo: Galaxia.
- Prieto Rodríguez, L. 1973. *Notas en col da fala vianesa*. Separata do Tomo III do *Boletín Auriense*. Ourense: Museo Arqueolóxico Provincial, 1-27.
- Raposo, E. B. Paiva; Nascimento, M. F. Bacelar do; Mota, M. A. Coelho da; Segura, L.; Mendes, A. 2013. *Gramática do português (vol. I)*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian.
- Rodríguez Neira, M. A. 1991. “Outra contribución á cuantificación do cambio lingüístico en Galicia”, in M. Brea; F. Fernández Rei (coords.): *Homenaxe*

ó profesor Constantino García, vol. II. Santiago de Compostela: USC, 179-194.

Santos, M. J. de Moura. 1967. *Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes*. Separata da *Revista portuguesa de filologia*. Vols. XII, tomo II, XIII e XIV. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Instituto de Estudos Românicos.

Vasconcelos, J. Leite de (1970²): *Esquisse d'une dialectologie portugaise (com aditamentos e correções do autor, preparada com base no exemplar conservado no Museu Etnológico "Dr. Leite de Vasconcellos", por M^a Adelaide Valle Cintra)*, Lisboa: Centro de Estudos Filológicos. (Disponível en liña: <http://purl.pt/160> [última consulta: 27/03/2017]).

A OPOSIÇÃO 'X-DO'/'X-VEL' E O STATUS DA CLASSE 'PARTICÍPIO'

José Carlos de Azeredo

jc.azeredo@terra.com.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO. Este texto revisita a polêmica sobre o lugar do particípio formador da 'voz passiva' no conjunto das classes de palavras: uma forma de verbo ou uma variedade de adjetivo? A reflexão trazida na presente análise considera que a tradição segundo a qual a forma 'em -do' passível de flexão integra o paradigma do verbo tem seu fundamento fragilizado em face das formas 'em -vel', que, a despeito de terem muito em comum com os 'particípios variáveis' (função atributiva e seleção de argumentos com papel semântico de paciente), são consensualmente – e sem nenhum questionamento – classificadas como adjetivos. Em ambas as construções, verifica-se a previsibilidade semântica que vem sempre acompanhada de alta produtividade, tornando dispensável, em função da redundância, o respectivo registro lexicográfico. A alegada 'natureza verbal' que embasa a permanência do particípio variável na classe 'verbo' está presente, em alta escala, em adjetivos deverbais em -vel. Por que não reunir uns e outros na mesma classe, adjetivo?

PALAVRAS-CHAVE: Tradição descritiva, morfologia derivacional, adjetivos e particípios, sufixo -vel.

ABSTRACT. This paper revisits the controversy about the place of the forming participle of the 'passive voice' in the set of the classes of words: a verb form or a variety of adjective? The reflection brought in the present analysis considers that the tradition according to which the flexible form 'in -do' integrates the paradigm of the verb has its foundation weakened in face of the forms 'in -vel', that, in spite of having much in common with 'variable participles' (attributive function and selection of arguments with semantic role of patient), are consensually - and

without any questioning - classified as adjectives. In both constructions, semantic predictability is verified, which is always accompanied by high productivity, rendering the corresponding lexicographical record redundant. The alleged 'verbal nature' underlying the permanence of the variable participle in the 'verb' class is present, on a large scale, in adjectives that are in -vel. Why not join the former and the last ones in the same class, adjective?

KEYWORDS: Descriptive tradition, derivational morphology, adjectives and participles, suffix -vel.

Introdução

O presente texto retoma a polêmica sobre o lugar do particípio formador da 'voz passiva' no conjunto das classes de palavras: uma forma de verbo ou uma variedade de adjetivo? Para tanto, dá-se uma breve notícia sobre a análise do particípio na antiguidade greco-romana, bem como sobre os modos de incorporação desse conceito pelas análises empreendidas por autores de gramáticas das línguas românicas entre o final do século XV e o final do século XVIII. Em seguida, recordam-se abordagens recentes que ratificam a tradição (uma forma de verbo) e assume-se posição favorável à análise alternativa (uma variedade de adjetivo).

O termo e sua história

É sabido que o modelo greco-romano forneceu a régua e o compasso para a análise das línguas vernáculas empreendida desde o Renascimento. Por esse modelo, o particípio ocupava um escaninho próprio no conjunto das classes. Ele era uma das oito classes de Dionísio Trácio e de Marco Varrão, e como tal permaneceu ao longo da Idade Média, já que o principal objeto de descrições gramaticais era a língua latina.

O vocábulo «particípio» vem do latim *participium* (tradução do grego *μετοχή*). O termo retratava a natureza complexa da classe, que reunia características do nome – já que também se flexionava em caso – e do verbo – pois também apresentava variação mórfica para a expressão do tempo (particípio presente, particípio pretérito e particípio futuro). Já se

encontrava, portanto, nessa origem a semente do posicionamento flutuante do particípio no território das classes de palavras.

As gramáticas do latim clássico referem-se a quatro subclasses de particípio:

- a) Particípio presente: *fluens*, *-entis* (port. fluente. Outros: atraente, penetrante).
- b) Particípio pretérito: *conservatus*, *-a*, *-um*. (port. conservado. Outros: agitado, atraído).
- c) Particípio futuro ativo: *nasciturus*, *-a*, *-um*. (port. nascituro. Outros: futuro, ventura).
- d) Particípio futuro passivo: *despiciendus*, *-a*, *-um* (port. despiendo. Outros: memorando, mestrando).

Embora dê continuidade à tradição greco-romana, que conferiu ao particípio uma classe distinta do verbo, a gramática das línguas modernas despojou o particípio do status de classe à parte. Em geral tratando o particípio como peça do paradigma verbal, ela afasta-se de sua matriz, não obstante algumas notas dissonantes, que se registram mais à frente. Essa ‘ruptura’ era, porém, apenas aparente, já que essa gramática se esforçou em preservar a categoria da voz como uma componente a ser descrita no âmbito do verbo. Assim é que a distinção entre ‘verbo ativo’, ‘verbo passivo’ e ‘verbo neutro’ ocorre amiúde nas obras para retratar relações entre o verbo e seu sujeito, relações que na gramática do latim clássico eram morfologicamente expressas por desinências das vozes ativa e passiva.

A explicação mais plausível para esta e tantas outras decisões descritivas é o fato de que as primeiras gramáticas das línguas modernas foram escritas pelo modelo das gramáticas do latim clássico. Era comum a produção de gramáticas pedagógicas que tinham por objeto uma língua moderna. O objetivo dessa gramática, no entanto, era instruir o estudante no funcionamento de sua língua materna, a fim de que, senhor da metalinguagem gramatical e trabalhando por analogia, ele encontrasse maior facilidade na aprendizagem da língua que lhe daria acesso aos bens da cultura intelectual: o latim.

Era “normal”, portanto, que o gramático buscasse, na estrutura da

língua que estava descrevendo, as correspondências das categorias da gramática latina. Foi esse o espírito da gramática portuguesa de Contador de Argote (1725). Suas *Regras da Lingua Portuguesa* (1725) tinham como subtítulo, sintomaticamente, a expressão “Espelho da Língua Latina”.

A inadequação desse procedimento não escapou a um gramático da primeira metade do século XIX, Solano Constâncio, que escreveu (a ortografia foi atualizada):

Se a língua portuguesa é essencialmente latina nas vozes ou vocábulos, é por certo bem distinta nas desinências dos nomes e verbos, e na construção, no valor e funções das partículas. Não é menos diferente na prosódia e na versificação. Erraram pois os autores que para a gramática portuguesa tomaram por base a latina (...). Constâncio (1831: 3)

O participio na tradição das gramáticas românicas

Em sua *Gramática de la lengua castellana* (1492), primeira gramática de uma língua românica, Antonio de Nebrija reservou para o participio um lugar independente entre as dez classes de palavras:

Participio es una de las diez partes de la oración, que significa hazer y padecer en tiempo como verbo, y tiene casos como nombre; y de aquí se llamó participio, por que toma parte del nombre y parte del verbo. Nebrija (1492/1980: 191)

Lição idêntica foi seguida pelos autores da *Grammaire Générale e Raisonnée* (1640):

Os participios são verdadeiros nomes adjetivos e por isso aqui (o capítulo dedicado ao verbo) não seria lugar para falar deles, a não ser por causa da ligação que eles têm com os verbos. Essa ligação consiste, como dissemos, no fato de que significam a mesma coisa que o verbo, exceto a afirmação que lhes foi tirada e a designação das três pessoas diferentes, que segue a afirmação. Arnaud e Lancelot (1640/2001: 107).

Um pouco antes, na mesma obra, Arnaud e Lancelot já haviam anunciado esta posição:

...a razão essencial pela qual um particípio não é um verbo está em que não significa uma afirmação; daí decorre que não pode constituir uma proposição (o que é próprio do verbo), a não ser acrescentando-lhe um verbo, isto é, restituindo-lhe o que se lhe tirou ao mudar o verbo em particípio. Idem (1640/2001: 85).

A Arte da Grammatica do português Reis Lobato (1770), expressa o entendimento mais difundido nos séculos XVIII e XIX sobre a natureza e o papel do particípio:

O particípio é um nome adjetivo, que participa (do que lhe provém o nome) do verbo, de que se deriva a propriedade de mostrar também o tempo, em que se obra a coisa, que significa como v.g. o Particípio *Reinante*, que significa não só a pessoa, que reina, mas também mostra que reina no tempo presente.

O particípio ou é ativo ou passivo.

Particípio ativo é aquele, que significa alguma ação que obra no tempo presente, como v.g. *Amante*, que significa o que obra a ação de amar no tempo presente.

Particípio passivo é aquele, que significa o que padeceu a ação, que alguém obrou no tempo passado, como v.g. o Particípio passivo *Amado*, *Amada*, que significa o que padeceu a ação de amar, que outro obrou no tempo passado. Lobato (1770: 167)

Diferentemente da tradição gramatical portuguesa e brasileira, a tradição gramatical espanhola revela divergências notáveis sobre o lugar do particípio no conjunto das classes de palavras, conforme se lê na obra de Calero Vaquera (1986):

El participio comienza a ser tratado como categoría independiente a partir de Dionisio de Tracia, quien lo definió como la “parte de la oración que participa de los rasgos del verbo y del nombre”.

También en Roma el participio seguía considerándose clase de palabras autónoma e independiente, por influencia de la gramática griega; de Prisciano tomamos la siguiente descripción del participio:

“Clase de palabras relacionada con el verbo por derivación; posee las categorías de los nombres y las de los verbos (tiempos y casos) y es, por tanto, distinto de los dos. Hasta la época renacentista no se plantea la posibilidad de que esta parte de la oración no sea tal parte, sino una subcategoría perteneciente bien al adjetivo, bien

ao verbo, tal como resuelven el Brocense o Port-Royal. De estas dos corrientes de opinión surge la doble tendencia que en la consideración del participio se observa en el período que estudiamos:

1. El participio es categoría independiente, separada de las demás.
2. El participio no es de ninguna manera uma categoría autónoma, sino englobada según unos autores en el nombre (adjetivo), según otros en el verbo.

Calero Vaquera (1986: 134)

Chervek (1977), por sua vez, referindo-se à situação em França, dá conta de uma tradição dividida em época mais remota, mas unificada modernamente:

La nouvelle grammaire scolaire fait purement e simplement disparaître le participe de la liste des parties du discours. Les grammairiens anciens avaient reconnu ses affinités à la fois avec le verbe (le participe est une forme du verbe), et avec l'adjectif, dont il a souvent le fonctionnement syntaxique. Aussi hésitait-on, au XVIIIe siècle: fallait-il le traiter avec le verbe, comme un mode (Beauzée, Silvestre de Sacy), ou après le verbe, comme une sixième partie du discours (Régnier-Desmarais, Restaut)? Chervel (1977: 246).

A novidade românica

A gramática das línguas neolatinas trazia, porém, uma novidade, proveniente do latim vulgar: com o desaparecimento das desinências da voz passiva, a indicação estrutural da passividade do sujeito foi amplamente absorvida pela união do verbo copulativo ‘ser’ e o participípio, construção de resto já presente na gramática do latim clássico, mas apenas para as formas verbais perfectivas (pretérito perfeito, mais-que-perfeito, etc.).

A grande novidade ficou por conta da “criação” de um participípio do pretérito invariável, integrante das formas que ganharam a denominação de ‘tempos compostos’. A forma em –do que se consolidou nas locuções – tempos compostos – introduzidas por ter/haver (*Eu tinha comprado os sapatos*) foi uma novidade que, mesmo desprovida de marcas morfológicas do verbo, é um verdadeiro verbo, como comprovam as

seguintes propriedades gramaticais: a) não ocupa outro lugar estrutural além de núcleo léxico do predicado, situação em que vem obrigatoriamente precedido de v. aux. *ter/haver* (O muro *caiu*/O muro tinha *caído*); b) rege o objeto direto da forma flexionada (eu li a carta/eu tinha lido a carta), e c) integra o paradigma de todos os verbos, sem exceção, ao passo que o particípio variável em gênero e número é utilizado na construção da voz passiva, tipicamente relacionada à natureza semântica e sintática dos verbos transitivos diretos.

Os primeiros gramáticos portugueses não acharam que as consequências da perda das desinências da voz passiva precisassem ser levadas em consideração na hora de decidir onde ficaria a expressão gramatical da diferença entre atividade e passividade do termo que formava a proposição ao lado do verbo. A gramática de Reis Lobato, dividida em amplas seções intituladas Livros, dedica duas delas ao verbo. Uma delas, o Livro IV, trata exclusivamente das formas perfectivas e se encerra com o estudo do 'particípio do pretérito'. Fica claro que Reis Lobato o considerava uma parte do verbo.

Ratificando esse ponto de vista, via de regra as gramáticas escolares modernas reservam, no capítulo dedicado à morfologia do verbo, uma seção em que é apresentada a "conjugação da voz passiva". A conclusão parece ser esta: se a voz é expressa por uma flexão do verbo, como pensam alguns gramáticos, não se poderia dizer que a palavra que o representa na voz passiva pertence a outra classe. Ou seja, se se entende que a diferença entre *Ana guardou as joias* e *As joias foram guardadas por Ana* é indicada, entre outras coisas, por uma relação flexional entre *guardou* e *guardadas*, é necessário atribuir a mesma classe a essas duas formas. Ambas pertencem à classe 'verbo'.

Não há dúvida de que a análise assim feita ainda é tributária do modelo das gramáticas do latim clássico, língua em que o verbo apresentava uma flexão de voz. Isso não acontece, porém, nas línguas românicas, oriundas do latim vulgar. Em português – assim como no espanhol, no francês e no italiano – o recurso gramatical empregado sistematicamente para atribuir o papel de paciente ao sujeito pertence à sintaxe da língua.

Pelo reposicionamento do particípio variável/passivo

O motivo implícito da opção por incluir o particípio variável, ou particípio passivo, no paradigma verbal – e assim classificá-lo como uma forma do verbo e não como um adjetivo – é a ideia de que o verbo varia não só em tempo-modo e número-pessoa, mas também em voz, haja vista a alta regularidade da correspondência entre as construções de um par como *Ana guardou as joias/As joias foram guardadas por Ana*. Tal regularidade é comprovada no fato de que o particípio preserva ou herda as propriedades semânticas e os constituintes que cercam o verbo que lhe serve de base.

Consideremos, a propósito, os seguintes enunciados:

- 1- Tomada pela radicalidade das mudanças que pode provocar no mundo, a eleição de Donald Trump é equiparada ao histórico ataque terrorista (de 11/9). (Josias de Sousa. UOL, 9/11/16)
- 2- Tomada pela radicalidade das mudanças que pode provocar no mundo, a eleição de Donald Trump é equiparável ao histórico ataque terrorista (de 11/9).

Segundo o pensamento que prevalece nas obras que vimos citando, no primeiro enunciado estamos diante de uma construção passiva (verbo auxiliar ser + particípio passivo); no segundo, uma construção atributiva (verbo copulativo + adjetivo). Pensamos, porém, que o bem conhecido compartilhamento de propriedade morfossintática (expressão formal da variação de número) e de propriedades sintáticas (função atributiva na composição do sintagma nominal e função predicadora mediada por verbo copulativo) faz do par de formas *equiparado* x *equiparável* um forte candidato à inclusão em uma mesma classe. O que as distingue é a representação da analogia entre a eleição de Trump e o ataque às torres gêmeas: com ‘equiparado’, o enunciador é taxativo e se refere a um estado de coisas consensual no noticiário; com ‘equiparável’, o enunciador é cauteloso e apresenta o estado de coisas como uma possibilidade, ancorada no seu ponto de vista.

Se há uma construção de passividade na primeira, também há na segunda, com a diferença entre o consumado (*equiparado*) e o potencial

(*equiparável*). Se dissermos que 'equiparada' preserva a natureza verbal, não há como não enxergá-la em 'equiparável'. Segundo Ignacio Bosque, “los participios regulares no aparecen en el diccionario porque su forma y su significado se obtienen de los principios básicos de la sintaxis” Bosque (1999: 277). Esta observação aplica-se integralmente às formações regulares em ‘-vel’ (*apoiável*, *extraível*, *descascável*). É incontável o número de adjetivos potenciais criáveis pelo modelo ‘X-vel’ e que “no aparecen en el diccionario porque su forma y su significado se obtienen de los principios básicos de la sintaxis”.

O fato de as formas em ‘-vel’ serem sistematicamente classificadas, sem questionamento, como adjetivos, a despeito de apresentarem várias das propriedades invocadas para contrapor participípios passivos e *adjetivos autênticos*, me parece uma situação incômoda para a tese que sustenta o posicionamento desses últimos dois subtipos em classes diferentes.

Com efeito, essas formas têm muito em comum com os participípios passivos (função atributiva e seleção de argumentos com papel semântico de paciente/tema). A comutação delas (v. g. A alface é *substituível* por chicória/A alface é *substituída* por chicória; produtos *negociáveis* no mercado livre/produtos *negociados* no mercado livre) demonstra que os traços gramaticais que as distinguem envolvem aspecto e modalidade¹, mas não classes de palavras. Em ambas as construções, verifica-se a previsibilidade semântica que vem sempre acompanhada de alta produtividade, tornando dispensável, em função da redundância, o respectivo registro lexicográfico. A alegada ‘natureza verbal’ que embasa a permanência do participípio variável na classe ‘verbo’ também está presente, em alta escala, em adjetivos deverbais em –vel. O que aqui se defende é que o participípio variável em gênero e número não pertence à classe verbo. De duas, uma, portanto: ou lhe reservamos uma classe distinta, a que pertenceriam também as formas em ‘-vel’, que se produzem largamente

¹ Trata-se de uma característica salientada, entre outros, por Pereira et alii: “A modalidade é uma das propriedades mais características deste sufixo. Os adjetivos em –vel têm quase sempre um significado que é, na sua génese, relativamente modalizado (encarando a modalidade enquanto forma de expressar a atitude do enunciador para com o enunciado), o que se pode ver no facto de as suas paráfrases conterem os típicos verbos modais do Português – *poder* e *dever*.” Pereira et alii (2013: 56)

com significação altamente previsível (bebível, comprável, retribuível), ou a incluímos na classe adjetivo.

Regularidade e previsibilidade semânticas como critério

“La mayor parte de los participios no están en el diccionario. Este hecho, lejos de constituir una ausencia involuntaria de los lexicógrafos o una omisión censurable, viene a establecer indirectamente la clave de la diferencia entre las dos categorías que comparamos: los participios regulares no aparecen en el diccionario porque su forma y su significado se obtienen de los principios básicos de la sintaxis.” Bosque (1999: 277).

“Existem alguns verbos, especialmente transitivos, cujo particípio é formalmente idêntico a uma forma adjetival, constituindo esta o resultado de uma recategorização do particípio. O adjetivo, embora mantenha alguma relação semântica (por vezes tênue) com o verbo e o particípio regular, tem um sentido idiossincrático que não pode ser deduzido do significado do verbo da mesma maneira que o significado de um particípio regular pode.” Veloso e Raposo (2013: 1483)

Estas citações apresentam o mesmo argumento a favor da necessidade de distinguir emprego verbal e emprego adjetival do particípio variável. Como forma de verbo, o particípio tem um significado regularmente calculado a partir do que o verbo correspondente significa; por isso, o dicionário nem sempre o registra. Como adjetivo, esse significado apresenta necessariamente algum traço que lhe dá uma espécie de autonomia semântica em relação ao verbo. É o que se comprova nos dois significados de ‘educados’ nos exemplos abaixo. O significado de *educar* se acha inteiramente preservado apenas em 3; o refinamento da educação, inerente ao sentido do exemplo 4, é debitado à função atributiva do adjetivo:

- 3- Os filhos dessas famílias eram educados em colégios religiosos (particípio)
- 4- Os filhos dessas famílias são meninos muito educados. (adjetivo)

A diferença é óbvia, mas não seria suficiente para justificar a distinção de classes proposta, já que a variação entre sentido previsível a partir da semântica do verbo (exemplo 3) e sentido idiossincrático (exemplo 4) também se dá em formações deverbais com o sufixo '-vel'. No exemplo abaixo, o adjetivo 'notável' tem um sentido regularmente produzido por um mecanismo gramatical semelhante ao da formação dos participípios:

5- Esses sinais não são notáveis a olho nu (= não podem ser notados)

Uma especialização de sentido levou 'notável' a expressar um juízo de valor que não faz parte do significado do verbo (ver o exemplo 6):

6- Os dois mágicos que vão à final do concurso são notáveis (= dignos de atenção, extraordinários)

Foi exatamente o que aconteceu com 'educado' no exemplo. Nem por isso, porém, nos ocorre a ideia de atribuir a 'notável' classes diferentes para distinguir o sentido previsível e regular de 5 e o sentido idiossincrático de 6.

A exemplo do que ocorre com os 'participípios variáveis', de significação regular e previsível a partir do significado do verbo base, a incorporação das formas em -vel pelos dicionários é aleatória sempre que o significado delas é regular e pode ser descrito mediante a fórmula 'que se pode V-r' (ocultável = que se pode ocultar). Em ambas as construções, verifica-se a previsibilidade semântica que vem sempre acompanhada de alta produtividade, tornando dispensável, em função da redundância, o respectivo registro lexicográfico, a que alude Ignacio Bosque (v. acima).

A referida aleatoriedade/ irregularidade pode ser comprovada na primeira edição do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, por exemplo. Ali registram-se 'perdível', mas não 'cortável'; 'extraível' e 'contraível', mas não 'subtraível'; 'engolível', mas não 'deglutível' nem, tampouco, 'ingerível'; 'descascável', mas não 'descaroçável'; 'sopitável', mas nenhum de seus sinônimos 'serenável' ou 'abrandável'.

Em uma crônica de Paulo Mendes Campos, datada de 1962, ocorre o adjetivo 'saldável', que não figura no Houaiss, no Aurélio ou sequer

no VOLP. A regularidade dessa criação léxica é análoga à dos adjetivos participiais:

“Cruzei o saguão do hotel, convencido de que as dívidas dessa natureza protocolar, para a mútua comodidade, são *saldáveis* com dois apertos de mão e cinco minutos de cordialidades sociais.” Campos (1962: 41)

A eventividade como critério

Segundo Bosque (1999) e Veloso e Raposo (2013), já aqui citadas, um traço básico que distingue o particípio passivo de sua recategorização como adjetivo é a conceptualização de um conteúdo como um evento. Ainda de acordo com Bosque (1999), “En muchos casos se percibe de manera relativamente clara la relación entre el estadio final y la acción en que se desemboca” Bosque (1999: 282). O substantivo modificado por um particípio passivo nomeia uma entidade afetada no evento; no papel de adjetivo, a forma em –do apresenta o estado resultante sem pressupor o processo que o antecedeu. Noutras palavras, a informação – um estado – expressa no particípio pressupõe, necessariamente, um evento que resulta nesse estado.

Os exemplos a seguir mostram o uso de ‘adequado’ retratando um evento em 7 e um estado/atributo em 8:

- 7- O novo projeto não perdeu as características fundamentais ao ser *adequado* pelos engenheiros às normas da prefeitura. (Eventivo, implica que os engenheiros adequaram o projeto às normas)
- 8- O uso de bermudas é *adequado* nos dias quentes de verão. (Atributivo, não implica uma ação prévia que culminasse em um estado).

Uma vez mais, a diferença semântica é invocada para dar respaldo à distinção entre particípio passivo e adjetivo.

Observando agora esse outro par de exemplos:

- 9- 'O diretor supervisionou a *adequação* do projeto às normas da prefeitura' ['adequação' significa o processo de 'adequar', em acepção nitidamente eventiva] e
- 10- 'O diretor do colégio reconheceu a *adequação* do uso de bermudas nos dias quentes de verão' ['adequação' significa um 'estado de coisas' conceptualizado independentemente daquilo que o gerou].

Nota-se que em 9 'adequação' denota o evento – um processo que pode se desenrolar como uma sequência de atos, sentido compatível com a progressividade inerente ao verbo 'supervisionar' – ao passo que em 10 o verbo 'reconhecer' impõe ao nome 'adequação' a representação de um fato em si, pontual, situado em um dado momento. Trata-se da mesma diferença conceptual que distingue 'adequado' em 7 [= estado que pressupõe um ato prévio representado pelo verbo 'adequar'] e 8 [= atributo que não pressupõe o mesmo ato prévio] .

Referindo-se aos empregos de formas como 'afastado' – participio em 'O diretor do presídio foi afastado do cargo', e adjetivo em 'Ela mora em um bairro afastado [= distante] do centro da cidade' – Bosque (1999), que citamos uma vez mais para uma boa costura de nossa reflexão, afirma: "En todas estas situaciones el adjetivo perfectivo designa un estadio episódico, pero no tiene en cuenta el evento que lleva a él, exatamente lo contrario de lo que sucede con el participio." (p. 282).

Nossa questão é, no entanto, a seguinte: se, em última análise, a supracitada distinção semântica dá suporte à atribuição de classes diferentes a 'adequado' em 7 e 8, que boa razão poderíamos ter para ignorar a relevância desse mesmo critério quando a forma em questão é um substantivo como 'adequação', sujeito a variação semântica análoga à do participio 'adequado'? Ou, por outra, por que a mencionada variação semântica deve amparar uma distinção de classes para 'adequado', mas não para 'adequação'?

Com efeito, há na língua uma enorme quantidade de nomes que, oriundos de verbos tanto quanto os participios, compartilham com eles o traço eventivo (passeio/passear, retorno/retornar, saída/sair, balanço/balançar). Comparando 'Sinto-me bem quando passeio à noite' e 'Um

passeio noturno me faz bem’, nota-se que em ambos os enunciados registra-se um evento capaz de causar uma experiência psicológica agradável. O mesmo substantivo ‘passeio’ pode, ainda, designar o espaço geográfico propício ao evento: ‘A prefeitura vai instalar banheiros químicos ao longo do passeio público’.

Analogamente, a experiência de um espetáculo visual é conceptualizada como evento quer se diga ‘Estávamos na praça *quando o bloco passou*’ quanto ‘Estávamos na praça *durante a passagem do bloco*’. A exemplo do que ocorre com *passeio*, também *passagem* pode ser o ponto, o local por onde ‘se passa’: ‘A *passagem* para o interior da gruta está bloqueada’.

Como nunca nos passou pela cabeça a ideia de pôr *passeio* ou *passagem* em classes diferentes para dar conta da dupla conceptualização (ação/evento X lugar), não parece defensável que uma diferença de conceptualização possa fundamentar a atribuição de classes distintas à ocorrência de ‘adequado’ nos exemplos comentados.

Palavras finais

Os gregos e os romanos nos legaram o modelo de análise gramatical. Eram oito as classes de palavras da Tekhné de Dionísio Trácio (séc. II a.C.), entre as quais figurava o participípio, uma classe provida de tempo, aspecto, gênero e número, distinguida em lugar próprio por sua natureza mista. A história e o uso se encarregaram de submeter o participípio a um desbaste mórfico que resultou na redução de suas formas ao papel de participípios passivos (As casas foram *varridas*) e, no caso mais extremo de reacomodação sintática, o privou de todas as primitivas marcas morfológicas (Ele tinha *varrido* as casas). Esta última foi a grande inovação.

Por conta dessas alterações, passamos a ter dois participípios, um que serve à expressão da passividade do sujeito e se flexiona como os adjetivos, e outro, invariável, que forma os tempos compostos. A tradição gramatical das línguas modernas, que tem início com a publicação da *Gramática de la lengua castellana* (1492), consagraria a incorporação do participípio, independentemente da citada diferença, na classe do verbo. O

motivo maior dessa decisão pode ter sido a comodidade de circunscrever ao âmbito do verbo o estudo das vozes ativa e passiva, que é a prática vigente até hoje. A ostensiva afinidade do participio variável, ou passivo, com os adjetivos sempre foi mencionada e comentada, mas prevaleceu a tese de que seu lugar deveria ser na casa do verbo. Em favor desse ponto de vista, apresentam-se comumente propriedades combinatórias e particularidades quanto à representação conceptual que seriam exclusivas do participio passivo. No presente trabalho, foram emparelhados enunciados cuja diferença de sentido se limita à permuta entre uma forma em – do e uma forma em – vel (p. ex. ‘equiparado’ *versus* ‘equiparável’) a fim de comprovar que a alegada ‘natureza verbal’ que alguns analistas usam para justificar a separação entre participio passivo e adjetivo está presente, em alta escala, em adjetivos deverbais em –vel. Teríamos, pois, bons argumentos para reunir uns e outros em uma ampla classe de participios (consumação *versus* potencialidade do processo) ou, por outra, admitir que os participios passivos precisam ser descritos como uma variedade de adjetivos, ponto de vista que adotamos.

REFERÊNCIAS

- Arnauld, Antoine e Lancelot, Claude 1640/2001. *Gramática de Port-Royal ou gramática geral e razoada*. Tradução e prefácio de Bruno Fregni Bassetto e Henrique Graciano Muracho. SP: Martins Fontes.
- Bosque, Ignacio y Demonte, Violeta (eds.). 1999. *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa-Calpe.
- Bosque, Ignacio. 1999. El sintagma adjetival. Modificadores y complementos del adjetivo. Adjetivo y participio. In Bosque, I. y Demonte, V. (eds.), pp. 218-305.
- Calero Vaquera, María Luisa. 1986. *História de la gramática española (1847-1920)*. Madrid: Gredos.
- Campos, Paulo M. 1962. *Homenzinho na ventania*. Rio de Janeiro: Editora do Autor.
- Chervel, André. 1977. *Histoire de la grammaire scolaire*. Paris: Payot.
- Constancio, Francisco Solano. 1831. *Grammatica analytica da lingua portugueza*.

- Paris: Casa de J. P. Aillaud.
- Contador de Argote. 1725. *Regras da lingua portugueza – espelho da lingua latina*. Lisboa Occidental: Na Officina da Musica.
- Houaiss, Antônio e Villar, Mauro de Sales. 2001. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Lobato, Antonio J. dos Reis. 1770. *Arte da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica.
- Nebrija, Antonio de. 1492/1980. *Gramática de la lengua castellana*. Edición preparada por Antonio Quilis. Madrid. Editora Nacional.
- Pereira, Rita V., Silvestre, João P. e Villalva, Alina. 2013. Os adjetivos em – vel formados em português: estrutura argumental, estrutura temática e aspecto da base verbal. *ReVEL*, v. 11, n. 20. [disponível em www.revel.inf.br]
- Raposo, Eduardo B. Paiva et alii (eds.). 2013. *Gramática do português*. Vol. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Veloso, Rita e Raposo, Eduardo B. Paiva. 2013. Adjetivos e participios verbais. In: Raposo, E. B. P. et alii, pp. 1476-1493.

SYSTÈMES DE TRADUCTION AUTOMATIQUE ET LEVÉE D'AMBIGUÏTÉ : ÉTUDE COMPARÉE DE SYSTÈMES DE TABR, TAS ET TAN

Françoise Bacquelaine

franba@letras.up.pt

Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal)

Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

RÉSUMÉ. La traduction automatique (TA) est un domaine en pleine effervescence depuis l'invention de l'ordinateur. L'aventure a commencé par la traduction à base de règles (TABR) dans les années 1940-1950. La traduction automatique statistique (TAS) s'est imposée quelques décennies plus tard et la traduction automatique neuronale (TAN) a vu le jour au XXI^e siècle. Cette distinction n'est pas stricte puisque la plupart des systèmes de TA sont aujourd'hui hybrides, mais l'ambiguïté reste un piège bien connu, tant dans le cadre de la traduction humaine que de la traduction automatique.

Le mot anglais courant *issue* soulève deux types d'ambiguïté : « ambiguïté grammaticale » (nom ou verbe ?) et « ambiguïté homographique et polysémique » lorsqu'un mot a plusieurs sens dans la langue source (Hutchins 2005 : 17). Cette recherche se limite à trois sens du nom *issue* et à deux sens du verbe. Un échantillon de phrases comportant au moins une occurrence du mot *issue* dans un de ces cinq sens a été sélectionné dans le *British National Corpus* afin de comparer quatre systèmes de traduction automatique anglais-français : SYSTRAN (TABR, accès gratuit en ligne), Google Translate (TAS, accès gratuit en ligne), MT@EC (TAS, accès limité) et le système de TAN de LISA (Université de Montréal). Les résultats ont été comparés à un modèle de traduction humaine fondé sur des mémoires de traduction afin d'évaluer les faiblesses et les atouts de chaque système de TA, de comparer leurs performances et de proposer des possibilités d'amélioration grâce à l'hybridation des systèmes.

MOTS-CLÉ: Traduction automatique, linguistique informatique, levée d'ambiguïté.

ABSTRACT. Machine Translation (MT) has been a lively field of research ever since the invention of the computer. Rule-Based Machine Translation (RBMT) was the first option back in the 1940s–1950s; Statistical Machine Translation (SMT) appeared a few decades later and Neural Machine Translation (NMT) in the 21st century. This distinction is not strict since most MT systems are now hybrid, but natural language ambiguity is a well-known pitfall, be it in human or machine translation.

Two types of ambiguity can arise when using the rather common English word *issue*: “grammatical ambiguity” (noun or verb?), on the one hand, and “homographic and polysemic ambiguity (one word form with different senses in the source language)” (Hutchins 2005: 17), on the other hand. The scope of this research is limited to three senses of the noun *issue* (1. An important topic or problem for debate or discussion; 2. The action of supplying or distributing an item for use, sale, or official; 3. (*formal or law*) Children of one’s own) and two senses of the verb *to issue* (1. [WITH OBJECT] Supply or distribute (something) for use or sale; 2. [NO OBJECT] (*issue from*) Come, go, or flow out from). A sample of sentences containing at least one example of usage was selected from the *British National Corpus* in order to test and compare four English-French MT systems: SYSTRAN (free online RBMT), Google Translate (free online SMT), MT@EC (restricted access SMT) and free online Neural Machine Translation by LISA (University of Montreal). The outputs were compared to a human translation model based on translation memories (parallel corpora) in order to evaluate weaknesses and strengths of each system, compare the results and find out possible ways of improving MT output through hybridisation.

Research results in cases like these are not just useful for theoretical linguistics but can also be used to heighten awareness in human translators and demonstrate that translators who are trained in computational linguistics can also work together with experts in artificial intelligence and machine translation.

KEYWORDS: Machine translation, computational linguistics, ambiguity resolution.

L'idée de la mécanisation de la traduction remonte au XVII^e siècle (Descartes, Leibniz, Wilkins) et plusieurs modèles de « machines à traduire » ont été conçus dans les années 1930 (Artsouni en France et Smirnov-Troyanskii en URSS), mais c'est indiscutablement l'invention de l'ordinateur qui a provoqué l'essor de la traduction automatique (TA) après la Seconde Guerre mondiale (Somers 2003 : 4). On distingue aujourd'hui

trois types de système. L'approche théorique a ouvert la marche avec la traduction automatique à base de règles (TABR). À partir des années 1980, l'approche empirique a démontré les atouts de la traduction automatique statistique (TAS). Depuis le milieu des années 2010, la traduction automatique neuronale (TAN) ouvre de nouvelles perspectives. Chaque système présente des atouts et des faiblesses et la plupart d'entre eux sont aujourd'hui hybrides. Cette hybridation résulte des efforts mis en œuvre pour résoudre les problèmes persistants de la TA, tous systèmes confondus. Malgré les progrès incontestables de la TA, l'ambiguïté constitue encore aujourd'hui un obstacle de taille au même titre que les phrases complexes ou les « unités de construction préformées » ou « UCP » (Schmale 2013) telles que les collocations ou les expressions idiomatiques.

Il s'agit simplement ici d'explorer les limites de la TA en termes de levée d'ambiguïté dans le cas particulier d'un objet lexical dont la polysémie et la fréquence d'emploi élevée constituent un défi tant pour le traducteur humain que pour la TA : le mot anglais *issue*. L'approche est celle d'un linguiste se prêtant à une petite expérience de TA de deux formes du mot anglais *issue* (*issue* et *issues*) par quatre systèmes différents pour en tirer quelques conclusions quant aux atouts et aux faiblesses de chacun.

Dans un premier temps, le matériel technologique et linguistique nécessaire à l'expérience est décrit : (1) systèmes de TA, (2) ambiguïté du mot anglais *issue*, (3) corpus, (4) modèle de référence (traduction humaine) et (5) critères de comparaison des systèmes de TA. Les résultats de la TA sont ensuite comparés et commentés.

1 – Systèmes de TA

Quatre systèmes de TA ont été choisis en fonction de l'approche dont ils relèvent, de la disponibilité de la paire de langues anglais-français et de leur accès gratuit : SYSTRANet, Google Translate, MT@EC¹ et NMT (Neural Machine Translation) by LISA. Même s'il est généralement admis

¹ Accès gratuit mais réservé aux utilisateurs autorisés.

que tous les systèmes sont aujourd'hui hybrides, les informations sur l'architecture de ces divers systèmes sont plutôt rares. SYSTRANet résulte de l'évolution des systèmes de la première génération (TABR) vers des systèmes hybrides tandis que les trois autres relèvent essentiellement de l'approche empirique de la deuxième génération (TAS) ou de la troisième génération (TAN).

Traditionnellement, SYSTRAN se fonde sur la TABR, dont l'architecture plus ou moins complexe² repose sur des données lexicales (dictionnaires bilingues) et des règles de transformation pour l'analyse en langue source, le transfert de la langue source à la langue cible et la génération du texte en langue cible (Koehn 2017). SYSTRANet est un outil gratuit, disponible en ligne et destiné à un usage général. La qualité de la traduction en termes de congruence (*adequacy*) et de fluidité (*fluency*) est toujours inférieure à celle que peut atteindre un outil sur mesure, destiné à un usage restreint à un domaine (très) particulier et à un type de texte bien précis tel que les bulletins météorologiques : plus le domaine couvert est réduit, meilleurs sont les résultats de la TA, toutes générations confondues. La TABR a régné pendant plusieurs décennies, elle a montré ses limites et est passée à l'arrière-plan : aujourd'hui la TAS et la TAN occupent le devant de la scène où se joue l'avenir de la TA (Koehn 2017).

Google Translate et MT@EC relèvent de l'approche empirique et reposent sur l'entraînement des systèmes à partir d'un modèle linguistique pour chaque langue cible (corpus monolingues) et d'un modèle de traduction pour chaque paire de langues (corpus aligné). Google Translate se sert des ressources en ligne (Internet) et de mémoires de traduction (Ryan McDonald, Lisbonne 2016, communication personnelle). MT@EC se fonde sur le logiciel libre Moses (Koehn *et al.* 2007) et est entraîné à partir des mémoires de traduction de divers services de traduction de la Commission européenne, d'autres institutions de l'Union européenne et de l'administration publique des États-membres. Ces systèmes sont programmés pour établir des correspondances entre le texte source et le

² Le fameux triangle de Vauquois donne une idée précise des divers niveaux de complexité de l'analyse et de la génération dans les systèmes de TABR, de la traduction directe à la traduction via l'interlangue en passant par le transfert syntaxique et le transfert sémantique.

texte cible à partir du modèle de segments alignés que sont les mémoires de traduction et autres corpus alignés. Ils établissent des correspondances mot à mot ou 'n-gramme à n-gramme', un n-gramme étant un groupe de n mots contigus récurrent dans un corpus. Au-delà de 3-grammes, la tâche se complique : « [the SMT] model of a single language is a trigram model because moving up to even one item longer (i.e. a quadgram model) would be computationally prohibitive » (Wilks 2009 : 106). Il est toutefois possible d'enregistrer des segments alignés plus longs tels que les expressions idiomatiques complètement figées (Koehn 2017). Si l'hybridation de la TABR consiste à ajouter des données empiriques aux dictionnaires et aux règles de transformation, celle des systèmes de TAS résulte par exemple de l'ajout de l'analyse morphologique aux données empiriques ou du regroupement automatique de mots en n-grammes (Koehn 2017). Comme SYSTRANet, Google Translate se destine au public en général tandis que MT@EC est conçu pour répondre aux besoins de l'UE et des administrations publiques des États-membres. La qualité de la TA est étroitement liée au(x) domaine(s) couvert(s). Il serait vain de demander à MT@EC de traduire une phrase comme « I love you ». Nous en avons tenu compte lors du choix du corpus de test.

La TAN utilise le même genre de données empiriques que la TAS (corpus monolingues et corpus alignés), mais au lieu de calculer la correspondance la plus probable entre mots ou n-grammes du texte source et du texte cible, la TAN calcule le mot suivant le plus probable en langue cible en se fondant sur un réseau de neurones récurrents s'inspirant du système nerveux du cerveau humain (Koehn 2017). La priorité va à la fluidité au détriment de la congruence, contrairement aux systèmes des générations précédentes. 'Neural Machine Translation by LISA' est alimenté par des mémoires de traduction des Nations unies et du Parlement européen. Les domaines couverts sont donc proches de ceux de MT@EC, mais le volume de données est moindre car l'entraînement de ces nouveaux systèmes est plus complexe et plus lent (Koehn 2017).

2 – Ambiguïté du mot anglais *issue*

Un énoncé ambigu donne lieu à plusieurs interprétations et donc à plusieurs candidats à la traduction. L'ambiguïté peut être lexicale, si elle se situe au niveau du mot, ou structurelle, si elle se situe au niveau de la syntaxe. Seule l'ambiguïté lexicale nous intéresse ici. Le mot anglais *issue* soulève deux types d'ambiguïté : « ambiguïté grammaticale » puisqu'il peut appartenir à la classe des verbes (V) ou des noms (N) et « ambiguïté homographique et polysémique » puisqu'il a plusieurs sens dans la langue source (Hutchins 2005 : 17). Selon la terminologie de Polguère (2002 : 128), *issue* est un vocable polysémique. Un « vocable » correspond à une « entrée » de dictionnaire (*idem* : 42) et un vocable polysémique comporte plusieurs lexies, « chaque lexie (lexème ou locution) [étant] associée à un sens donné » (*idem* : 41). En nous fondant sur le vocable *issue* de l'*Oxford English Dictionary* (OED), nous avons sélectionné les deux lexies verbales et trois des cinq lexies nominales³ répertoriées. Les exemples et les définitions proviennent tous de l'OED.

2.1 – Lexie N₁

La lexie N₁ est un nom comptable qui correspond à la définition « important topic or problem for debate or discussion » comme dans l'exemple « the issue of racism ». Au pluriel, il peut signifier « personal difficulties or problems » (ex. : « You will learn to resolve personal issues without using guns, lawyers or therapists. ») ou « problems or difficulties, especially with a service or facility » (ex : « connectivity issues »). Cette lexie au sens très général remplit parfois une fonction que l'on peut qualifier d'anaphorique, ce qui complique encore la tâche de la TA, notamment lorsque les relations anaphoriques sont interprastiques.

³ Les sens « result or outcome of something » et « action of flowing or coming out » ont été exclus car ils n'étaient pas attestés dans le corpus de référence (cf. *infra*).

2.2 – Lexie N₂

La lexie N₂ est un nom massif signifiant « action of supplying or distributing an item for use, sale or official purposes » (ex. : « the issue of notes by the Bank of England »). C'est aussi un nom comptable dans deux sous-sens : « number or set of items distributed at one time » (ex. : share / bond issues ») et « each of a regular series of publications » (ex. : « the December issue of the magazine »).

2.3 – Lexie N₃

La lexie N₃ est un terme juridique ou appartenant au registre soutenu. Il s'agit d'un nom massif désignant l'ensemble des « children of one's own » (ex. : « the earl died without male issue »).

2.4 – Lexie V₁

La lexie V₁ est un verbe « with object » (donc transitif) qui correspond au sens de N₂ : « supply or distribute (sth) for use or sale » (ex. : « Christmas stamps to be issued in November »). L'OED distingue en outre deux emplois particuliers : « supply someone with (something) » (ex. : « everyone was issued with a gas mask ») et « formally send out or make known » (ex. : « the minister issued a statement »). Seuls les deux emplois particuliers entrent dans le cadre de cette étude.

2.5 – Lexie V₂

La lexie V₂ est un verbe « without object⁴ » signifiant « come, go, or flow out of » (ex. : « the many springs which issue from the highlands above the wood ») dans un sens concret et « result or be derived from » (ex. : « the struggles of history issue from the divided heart of humanity ») dans un sens abstrait.

⁴ Qui admet la voix passive, ce qui est impossible en français.

On le voit, le mot anglais *issue* est propice à l'étude de la levée d'ambiguïté en traduction. Seules les formes *issue* et *issues* présentent à la fois une ambiguïté lexicale et grammaticale. Les autres formes verbales ont donc été exclues d'emblée.

3 – Corpus

Pour mener à bien cette étude, deux corpus sont nécessaires : un corpus de référence permettant de dégager un modèle de traduction humaine et un corpus destiné à tester les quatre systèmes de TA.

3.1 – Corpus de référence

Le corpus de référence provient d'Europarl v7, un corpus aligné issu des mémoires de traduction du Parlement européen. Il a été choisi en raison de la qualité que l'on peut attendre des traducteurs de l'UE et parce qu'il compte parmi les données empiriques de MT@EC et NMT by LISA. Ce corpus a été exploré grâce à l'interface de recherche du projet OPUS (Tiedemann 2012). Les recherches lancées sur *issue* et *issues* (avec minuscule et majuscule) donnent 69.713 concordances alignées anglais-français. Nous avons donc sélectionné quelques n-grammes pour constituer un corpus de référence et déterminer le modèle de traduction humaine à partir des segments alignés anglais-français.

Pour la lexie N_1 , de loin la plus fréquente, nous avons choisi le 3-grammes *human rights issue(s)* (68 occurrences au singulier et 338 au pluriel) et les trois « *phrases*⁵ » mentionnées par l'OED : le 4-grammes *what is at issue* (148 occurrences) plutôt que le 2-grammes *at issue* (547 occurrences), le 4-grammes *make/made an issue of* (14 occurrences, 0 occurrence avec *makes* et *making*) et le 3-grammes *take/takes/taking issue with* (80 occurrences, 1 segment mal aligné, 0 occurrence avec *took* et

⁵ (1) *at issue* : under discussion ; in dispute ; (2) *make an issue of* : treat too seriously or as a problem ; (3) *take issue with* : disagree with ; challenge. (OED)

taken). Nous avons ainsi analysé 648 segments alignés contenant la lexie N_1 .

Le 4-grammes *the issue of* N [banknotes, coins, Eurobonds] (12 occurrences) illustre l'emploi de la lexie N_2 en tant que N massif. Quant aux deux N comptables, nous avons retenu le 2-grammes *bond/SDR⁶ issue* (3 occurrences), le 5-grammes *issues of shares and bonds* (1 occurrence) et le 2-grammes *recent/latest/next/April... issue* (16 occurrences), soit 32 segments alignés analysés.

Le terme juridique *issue* n'est pas attesté dans ce corpus. Il a néanmoins été conservé car il est susceptible d'être reconnu par MT@EC et NMT by LISA contrairement à SYSTRANet et Google Translate. Le modèle de traduction provient de la banque de données terminologiques de l'UE : Interactive Terminology for Europe ou IATE.

Pour le verbe transitif, nous avons choisi une série d'objets fréquents du V_1 dans le sens de « formally send out or make known » et retenu toutes les occurrences ou une partie représentative lorsqu'elles étaient trop nombreuses. Ainsi, l'analyse a porté sur 159 segments alignés comportant les objets *statement* (20 occurrences sur 92), *opinion* (20 occurrences sur 106), *directive(s)* (20 occurrences sur 26), *recommendation(s)* (20 occurrences sur 39), *decision(s)* (9 occurrences), *warning(s)* (30⁷ occurrences sur 100), *report(s)* (20 occurrences sur 39) et *instructions* (20 occurrences sur 24).

Quant à la construction du V_1 *issue someone with something*, l'échantillon analysé se limite aux cas où *something* est *statement* (3 occurrences), *reports* (4 occurrences) et *list* (2 occurrences).

Enfin, la lexie V_2 est très rare dans ce corpus. Nous n'avons détecté que 10 occurrences du sens concret et 4 occurrences du sens abstrait.

⁶ Special drawdown rights.

⁷ Nous en avons retenu 30 au lieu de 20 en raison de la diversité des traductions proposées avec cet objet.

3.2 – Corpus de test

Le corpus de test provient du British National Corpus (BNC). Il comporte quarante-deux exemples d'emplois de formes *issue* et *issues*. La priorité a été donnée aux collocations attestées dans le corpus de référence.

Ainsi, nous avons sélectionné

- *human rights issue(s)* (4), *civil rights issues* (1), *what is at issue* (1), *make an issue of* (4), *take issue with* (5), soit quinze exemples d'emploi de N_1 ;
- *issue of banknotes* (massif, 1), *rights issue(s)* (comptable, 3), *recent issue (of a magazine)* / *May issue* (comptable, 2), soit six exemples d'emploi de N_2 ;
- trois exemples d'emploi de N_3 dans deux phrases contiguës ;
- *issue a directive, an opinion, recommendations, a decision, a warning, a statement, a report, instructions* (9, car il y a 2 exemples de *statement*), *issue someone with something* (4), soit treize exemples d'emploi de V_1 ;
- *issue from* (2 dans le sens concret et 3 dans le sens abstrait), soit cinq exemples d'emploi de V_2 .

4 – Modèle de traduction humaine

L'analyse du corpus de référence révèle une grande diversité d'équivalents français pour N_1 et V_1 , ce qui ne facilite pas l'élaboration du modèle de traduction. Les résultats de l'analyse des traductions humaines de ce mot anglais polysémique sont présentés sous forme de tableaux commentés.

N ₁	Équivalent le plus fréquent	Autres équivalents
the human rights issue	la question des droits de l'homme (73,7%)	problématique (13,2%), [NUL](0,6%), problème (0,3%), s'agissant de (0,3%), thème (0,3%)
a human rights issue	une question de droits de l'homme (63,3%)	problème (13,3%), [NUL] (6,7%), débat (6,7%), thème (3,3%), sujet (3,3%), affaire(3,3%)
human rights issues	questions de(s) droits de l'homme (54,7%)	[NUL] (16%), problèmes (11%), question (7,4%)
what is at issue (is)	il s'agit de/ce dont il s'agit (31,8%)	question (19,6%), enjeu/en jeu (18,9%), ce qui est en cause (4,7%)
make an issue of	faire une montagne/une affaire de, monter en épingle, remettre en question, ...	
take issue with	désaccord (23,75%)	ne pas être d'accord avec (10%), contester qch (10%), contredire qn (6,25%)

TABEAU 1 – Modèle de traduction de N₁

L'équivalent français *question* se distingue nettement, mais lorsque *human rights issue* est précédé de l'article indéfini, les traducteurs ont tendance à ajouter *qui touche / touchant / liée aux (droits de l'homme)*. Il en va de même au pluriel où les variantes sont beaucoup plus nombreuses : *relatives, portant sur, concernant...* Dans le cas de *human rights issues*, seuls les équivalents apparaissant plus de vingt fois ont été retenus (y compris *question* au singulier), mais il y en a d'autres qui sont attestés plusieurs fois : *affaires, sujets, aspects, dossiers* au pluriel et *problématique, domaine, situation, sujet*, mais aussi *défense* ou *respect* au singulier. Ainsi,

N_1 admet de nombreux équivalents, y compris l'omission (NUL), surtout au pluriel. Par exemple, *report on human rights issues* est traduit par *rapport sur les droits de l'homme*.

Lorsque *issue* dans *what is at issue (is)* est traduit par *question*, on trouve plusieurs formules : *il est question de*, *la question est de savoir* et *ce dont il est question*. *Enjeu* et *en jeu* ont été considérés comme le même équivalent utilisé vingt-huit fois pour traduire ce 4-grammes : *l'enjeu* (11/28), *ce qui est en jeu* (15/28), *la question en jeu* et *les éléments qui sont en jeu*. Parmi les 30 % restants, on trouve l'omission pure et simple, *problème*, *sujet*, *objectif*, *but*, *idées défendues*, voire le pronom *cela* qui suggère une valeur anaphorique de N_1 .

Make an issue of (14) n'a pas été traduit deux fois de la même façon. Les quatre expressions présentées dans le tableau constituent chacune un hapax parmi d'autres.

Enfin, on remarque quelques contresens ou atténuations dans la traduction de *take issue with* (*débattre de*, *revenir sur*, *aborder la question*,...). *Désaccord* est l'équivalent le plus fréquent de *issue*, mais ce, dans diverses formules : *être / rester en désaccord*, *exprimer / afficher / marquer / ne pouvoir cacher son désaccord* (avec quelqu'un et parfois quelque chose, *sur* quelque chose). Parmi les autres équivalents, on trouve *être / s'élever / prendre parti contre*, *s'opposer à*, *ne pas partager l'avis de*, ...

N_2 pose moins de problèmes, comme le montre le tableau 2 :

N ₂	Équivalent le plus fréquent	Autres équivalents
issue of (bank notes, coins, Eurobond, shares and bonds)	émission (100%)	
(SDR, bond) issue	émission (100%)	
(recent, latest, next) issue of (a magazine, newspaper, etc.)	numéro (83,3%)	édition (16,7%)
(date) issue of (a magazine, newspaper, etc.)	nul (100%)	
the April issue of (an information sheet)	parution (hapax)	numéro, édition (Internet)

TABLEAU 2 – Modèle de traduction de N₂

Comme *human rights issue*, il s'agit ici de collocations et la traduction en français du collocatif N₂ dépend de la base (*bank notes, newspaper,...*). Avec une date, *issue* est systématiquement omis en français comme dans l'exemple *in the 14 September issue of one of the major Paris daily papers* qui se traduit par *dans un grand quotidien parisien daté du 14 septembre*. Le corpus ne contient qu'une seule occurrence avec un nom de mois, or *numéro d'avril* ou *édition d'avril* sont plutôt plus fréquents en français⁸. Nous admettons donc les trois solutions dans notre modèle.

N₃ n'a pu être identifié dans Europarl v7. L'équivalent proposé par IATE est *descendance*. Ce terme correspond bien à la définition de l'OED.

À l'instar du collocatif N₂, le choix du collocatif V₁ dépend de la base nominale (N objet direct ou précédé de *with* dans la structure figée). Le tableau 3 présente les résultats de l'analyse du corpus :

⁸ Comme le confirment les résultats d'une recherche lancée sur Google (sites .fr) : « numéro d'avril » : 75.300 résultats ; « édition d'avril » : 27.900 résultats ; « parution d'avril » : 7.770 résultats.

V ₁	Équivalent le plus fréquent	Autres équivalents
issue a statement	faire une déclaration (25%)	NUL (25%), déclarer (10%), publier une déclaration (10%),...
issue an/POSS opinion	se prononcer (35%)	rendre un/son avis (25%), émettre un avis (20%), ...
issue [(a) directive(s)]	émettre (25%)	publier (10%), rédiger (10%), présenter (10%), élaborer (10%), adopter (5%), ...
issue (a/POSS) recommendation(s)	émettre (40%)	produire (15%), formuler (5%), ...
issue [(a) decision(s)]	prendre (33,3%)	rendre (22,2%)
issue (a) warning(s)	lancer un/des avertissement(s) (26,7%)	mettre en garde (23,3%), adresser un/des avertissement(s) (10%), avertir (10%)
issue [(a) report(s)]	publier (45%)	rédiger (10%), fournir (10%), NUL (10%), produire (5%), ...
issue (an) instruction(s)	donner (60%)	hapax: NUL, publier, ...
issue s.o. with (statement, list, mandate, reports)	faire une déclaration, fournir (une liste, des rapports), donner (un mandat)	

TABLEAU 3 – Modèle de traduction de V₁

Dans le corpus de référence, le verbe « without object » *issue from* présente certaines particularités. L'origine (*from* N) peut être un lieu concret ou une quelconque origine ou cause humaine ou autre. À cela s'ajoute la métonymie habituelle (*Bruxelles* pour *la Commission européenne*, etc.) et

la possibilité d'emploi de ce verbe « without object » à la voix active et à la voix passive sans changer de sujet (*Grandiose ideas issued from on high (...) will always fail*), ce qui est impossible en français. Le modèle doit donc aussi refléter les choix des traducteurs selon que V_2 est employé à la voix active ou passive. C'est ce dont rend compte le tableau 4.

V_2	Équivalents
issue from (cause humaine ou non ; lieu = métonymie)	émaner de (2) ; venir de ; découler de ; dériver de ; résulter de ; provenir de ; de la part de (6 hapax)
issued from (lieu)	formulé (en coulisses) ; lancé depuis (2 hapax)
issued from (cause humaine ou non ; lieu = métonymie)	émanant de ; diffusé à partir de ; imposé par (3 hapax)

TABLEAU 4 – Modèle de traduction de V_2

Le nombre réduit d'exemples d'emploi de V_2 empêche toute généralisation : le traducteur ne peut se fier aux mémoires de traduction et choisit l'équivalent qui lui semble le plus adéquat au cas par cas. On imagine l'obstacle que cela constitue pour la TA. Retenons simplement que *émaner de* est ici l'équivalent le plus fréquent puisque toutes les autres solutions retenues par les traducteurs sont des hapax.

5 – Critères de comparaison

La question de la qualité de la TA du mot anglais *issue* en français ne se pose pas de la même façon selon que *issue* fonctionne comme un N ou un V collocatif (*issue of banknotes*, *issue a statement*) ou qu'il fait partie d'une des quatre UCP dont le degré de figement est supérieur à celui d'une collocation (*what is at issue*, *make an issue of*, *take issue with*, *issue someone with something*). Les critères de comparaison des systèmes de TA diffèrent donc sensiblement.

La qualité de la TA des quatorze exemples d'emploi de ces quatre

UCP se mesure en termes de reconnaissance et traduction en bloc des trois premières, et en termes de reconnaissance et transformation syntaxique dans le cas de la quatrième. Ces critères concernent à la fois la congruence de la traduction et le degré de fluidité du style.

Quant à la qualité de la traduction du collocatif *issue*, le premier critère concerne la levée de l’ambiguïté grammaticale, c’est-à-dire la distinction entre N et V. Le deuxième sert à évaluer la TA en classant les résultats selon le candidat proposé : (1) le plus fréquent, (2) une variante adéquate, (3) un faux sens, (4) un non-sens. La variante adéquate peut être attestée ou non dans le corpus de référence. L’équivalent le plus fréquent et la variante adéquate peuvent donner lieu ou non à une solution digne d’un être humain, ce qui sera également signalé. Le faux sens signifie que le texte cible est fluide mais ne correspond pas au texte source. L’omission à mauvais escient (puisque’elle est parfois naturelle en français) et la méconnaissance du mot (UNK ou non-traduction) sont considérées comme des non-sens.

6 – Résultats de la TA

Le premier test porte sur les 14 UCP dont le degré de figement est très élevé. Comme le montre le tableau 5, la TAS (GT et surtout MT@EC) se montre bien plus performante que la TABR (SYSTRANet) ou la TAN (NMT by Lisa) dans la reconnaissance de l’UCP et sa traduction en bloc ou sa transformation syntaxique.

Figement	SYSRANet	GT	MT@EC	NMT by LISA
Reconnaissance de l’UCP	5/14	5/14	9/14	1/14
Traduction en bloc	5/10	3/10	6/10	4/10
Transformation syntaxique	0/4	2/4	3/4	0/4

TABLEAU 5 – Traduction automatique de quatre UCP
(unités de construction préformées)

MT@EC reconnaît et traduit correctement au moins une fois chaque UCP (64 % de traduction réussie, 6 traductions en bloc et 3 transformations syntaxiques). GT ne reconnaît que deux UCP sur quatre : *take issue with* (3 traductions en bloc / 5 occurrences traduites) et *issue someone with* (2 transformations syntaxiques / 4 occurrences traduites). SYSTRANet ne reconnaît que l'UCP *take issue with* qu'il traduit systématiquement en bloc par *contester*. NMT by LISA propose une traduction en bloc de qualité humaine de *what is at issue is* (*il s'agit de savoir*) et trois traductions en bloc jugées inadéquates de *take issue with* (*aborder, s'interroger sur* et *se pencher sur*). Les exemples (1) à (5) illustrent ces différences en matière de TA d'UCP.

- (1) *What is at issue is whether ...* (BNC)
Il s'agit (donc) de savoir si... (MT@EC et NMT by LISA)
**Ce qui est à la question est si...* (SYSTRANet)
**Quel est l'enjeu est de savoir si...* (GT)

Ce premier exemple révèle que l'UCP va au-delà du 4-grammes *what is at issue*. Cette UCP est fréquente dans les corpus de MT@EC et NMT by LISA, ce qui explique leur succès par rapport à GT et à SYSTRANet, conçus pour un usage général. Cette UCP passe inaperçue dans le système de TAS (GT) et n'est manifestement pas répertoriée comme telle dans le système de TABR (SYSTRANet).

- (2) *Nor will he make an issue of the incident ...* (BNC)
Il ne sera pas non plus mettre en cause l'incident ... (MT@EC)
**Ni il fera une question de l'incident ...* (SYSTRANet)
**Il ne pourra d'en faire un problème l'incident ...* (GT)
**Il ne fera pas non plus la question de l'incident ...* (NMT by LISA)

Seul *mettre en cause* peut ici prétendre au statut de candidat à la traduction de *make an issue of*. La traduction de *Nor will he* sort du cadre de cette étude, mais notons que la solution de NMT by LISA est incontestablement la plus fluide.

- (3) Pesh Framjee *takes issue with the way ...*
 Pesh Framjee *conteste* la manière/façon ... (SYSTRANet, GT et MT@EC)
 UNK UNK *se penche sur* la façon dont... (NMT by LISA)

Tous les systèmes traduisent l'UCP en bloc. Cependant la TAN propose une solution fluide mais inadéquate au texte source, puisque la nuance de désaccord est omise.

- (4) ... their employers should *issue them with briefing documents* ...
 (BNC)
 ... leurs employeurs doivent / leur employeur devrait *leur délivrer des documents d'information* ... (GT et MT@EC)
 ... *leurs employeurs devraient *les publier avec des documents de briefing* ... (SYSTRANet)
 ... *leur employeur *les UNK avec des documents d'information* ...
 (NMT by LISA)

Dans l'exemple (4), les systèmes de TAS reconnaissent l'UCP et apportent les transformations syntaxiques nécessaires contrairement aux deux autres.

Ces quatre exemples montrent la supériorité de MT@EC. L'exemple (5) illustre la systématique de la TABR par rapport à la TAS et la traduction en bloc par la TAN :

- (5) ... I must *take issue with* one or two of his conclusions ... (BNC)
 ... je dois *contester* un ou deux de ses conclusions ... (SYSTRANet)
 *... je dois *prendre problème avec* un ou deux de ses conclusions ...
 (GT)
 *...nécessaire d'*aborder la question sous* un ou deux de ses conclusions... (MT@EC)
 ?... je dois *aborder* un ou deux de ses conclusions ... (NMT by LISA)

Le deuxième test porte sur l'échantillon de 28 occurrences de collocations où le N ou le V *issue* joue le rôle de collocatif. Le tableau 6 rend compte de la levée de l'ambiguïté grammaticale ($N \neq V$) et des cas où l'omission du collocatif équivalent à *issue* (\emptyset), la méconnaissance du mot ou de la collocation (UNK) ou la non-traduction (*issue* conservé en français) ne permettent pas de trancher sur ce point.

	SYSTRANet	GT	MT@EC	NMT by LISA
$N \neq V$	27	25	22	19
\emptyset – UNK - <i>issue</i>	0	1	3	9

TABLEAU 6 – Levée de l'ambiguïté grammaticale

SYSTRANet parvient à distinguer le N du V vingt-sept fois sur 28, mais il tombe une fois dans le piège de l'ambiguïté grammaticale de N_1 . GT le talonne, omet une fois N_3 et tombe deux fois dans le piège tendu par V_2 . MT@EC tombe trois fois dans le piège tendu par V_2 , omet deux fois N_2 et conserve une fois V_2 (non-traduction). Les problèmes de la TAS concernent les emplois les moins fréquents du N (N_2 et N_3) et du V (V_2) tandis que l'analyseur morpho-syntaxique de SYSTRANet remplit sa mission à un cas près. Les résultats de la TAN sont complètement différents. Ce système ne se trompe jamais de catégorie grammaticale. Il lui arrive sept fois de ne pas reconnaître le mot dans son contexte (UNK) et deux fois d'omettre le collocatif indispensable correspondant à N_2 .

L'exemple 6 illustre le seul cas d'échec de SYSTRANet lors de la TA de N_1 qui résulte dans une phrase agrammaticale :

- (6) ... a complete change of tack from labour education, to *civil rights issues*. (BNC)
 *... un changement complet de pointe d'éducation de travail, vers *des droits civiques publie*. (SYSTRANet)
 ... un changement complet de cap de l'éducation du travail, les *questions de droits civiques*. (GT)
 ... un changement de cap, de l'éducation, du travail pour les

émissions de droits. (MT@EC)

... un changement complet de UNK de l'éducation au travail, aux
questions relatives

aux droits civils. (NMT by LISA)

MT@EC propose un N inadéquat, mais ce critère n'entre pas ici en ligne de compte. GT propose l'équivalent le plus fréquent et NMT by LISA propose une solution comparable à la traduction humaine. En effet, « relatives aux » a été ajouté alors que ces deux mots ne correspondent à rien dans le texte source. Cet ajout améliorant la fluidité est attesté dans le corpus de référence et illustre en quoi peut consister une traduction digne d'un être humain.

Le tableau 7 rend compte des équivalents proposés par les divers systèmes testés et la capacité à proposer des solutions comparables à la TH :

Équivalent	SYSTRANet	GT	MT@EC	NMT by LISA
le + fréquent	6	11	11	8
variante	6	6	7	6
faux sens	4	4	3	4
non-sens	12	7	9	10
solution TH	0	0	2	3

TABLEAU 7 – Levée de l'ambiguïté sémantique

Seuls MT@EC et NMT by LISA proposent des solutions dignes d'un être humain telles que l'illustrent les exemples (6) ci-dessus et (9) ci-dessous. Si l'on additionne les équivalents les plus fréquents aux variantes acceptables, MT@EC se classe en tête (64,3 % de levée d'ambiguïté sémantique) et est suivi de près par GT (60,7 %). La TAN occupe la troisième position (50 %) et la TABR se retrouve lanterne rouge (42,9%). En termes de faux sens, les résultats sont très proches, mais MT@EC sort vainqueur avec seulement trois faux sens tandis que c'est GT qui s'en sort

le mieux en termes de non-sens avec seulement sept non-sens. Le poids des non-sens est équivalent à celui des traductions acceptables dans le cas de SYSTRANet, mais il équivaut à 50% du poids des traductions acceptables proposées par MT@EC. Quant à NMT by LISA, la plupart des non-sens correspondent à « UNK », seules deux omissions du collocatif résultent dans un non-sens. Les exemples (7) à (10) illustrent chacun un cas de TA de N_2 , N_3 , V_1 et V_2 .

- (7) Eurotunnel is expected to make *a new rights issue* next year ... (BNC)

Eurotunnel devrait faire *une nouvelle émission de droits* l'année prochaine ... (GT)

Eurotunnel devrait procéder à *une nouvelle émission de droits* l'année prochaine ... (MT@EC)

*On s'attend à ce que fasse *une question de nouvelles droites* l'année prochaine ... (SYSTRANet)

?L'on s'attend à ce que l'on UNK *une nouvelle question de droits* l'année prochaine ... (NMT by LISA)

L'exemple (7) illustre la levée de l'ambiguïté sémantique de N_2 par les systèmes de TAS, le non-sens de la TABR et le faux sens de la TAN.

- (8) ... if the wife or husband *dies without issue* the tenant ... (BNC)
?... si l'épouse ou le mari *meurt sans question* le locataire ... (SYSTRANet)

?... si la femme ou le mari *meurt sans* le locataire ... (GT)

?... si l'épouse ou l'époux *décède sans problème* le preneur ... (MT@EC)

?... si la femme ou le mari *meurt sans problème*, le locataire ... (NMT)

Dans l'exemple (8), N_3 (*descendance*) n'a pas été identifié. Seul GT propose d'omettre purement et simplement ce terme juridique appartenant à un registre soutenu pour aboutir à un non-sens tandis que tous les autres proposent un équivalent de N_1 et donc un faux sens.

- (9) ... four months in which to *issue a final decision*. (BNC)
 ?... quatre mois (...) pour *publier une conclusion définitive*. (SYSTRANet)
 ... quatre autres mois pour *rendre une décision définitive*. (GT)
 ... quatre mois pour *arrêter une décision finale*. (MT@EC)
 ?... quatre mois pour *publier une décision finale*. (NMT by LISA)

En (9), GT propose l'un des équivalents les plus fréquents de V_1 tandis que MT@EC propose une collocation plus rare digne d'un être humain. L'équivalent proposé par la TABR et la TAN a été considéré comme un faux sens puisque rien ne permet de supposer que la décision sera publiée.

La TA des cinq occurrences de V_2 a toujours résulté dans un non-sens, que l'équivalent proposé corresponde à N_1 (10) ou à V_1 (11) dans le cas de la TAS, à V_1 dans le cas de la TABR ou à *UNK* dans le cas de la TAN.

- (10) ... the River Hope which *issues from the freshwater Loch Hope*. (BNC)
 *... l'espoir de rivière qui *publie de l'espoir d'eau douce de loch*. (SYSTRANet)
 *... l'espérance qui *les questions de l'eau douce de la rivière Espérance Loch*. (GT)
 *... l'espoir (...) la rivière *questions du Loch Hope d'eau douce*. (MT@EC)
 *... la rivière UNK qui *UNK de l'eau douce UNK Hope*. (NMT by LISA)

Outre le non-sens de ces TA, la TABR propose un V (*publie*) et la TAN reconnaît son ignorance (*UNK*), mais la TAS se trompe de catégorie grammaticale (*questions*), ce qui illustre également les résultats du test sur la levée de l'ambiguïté grammaticale. Dans le dernier exemple, la TAS et la TABR traduisent V_2 par un équivalent de V_1 :

- (11) ... savoury smells began to *issue from the kitchen*. (BNC)
*... les odeurs savoureuses commençaient à *publier de la cuisine*.
(SYSTRANet)
*... odeurs salées ont commencé à *émettre à partir de la cuisine*.
(GT)
*... les odeurs salés a commencé à *délivrer de la cuisine*. (MT@EC)
*... les odeurs UNK ont commencé à *s'UNK de la cuisine*. (NMT by
LISA)

Si SYSTRANet propose systématiquement *publier* comme équivalent de V_2 , ses TA ne sont pas tout à fait systématiques dans les autres cas. Pour traduire le N *issue*, il propose une fois *numéro* pour N_2 et pour traduire V_1 , une fois *émettre (un avis)* et deux fois *fournir (des instructions, un avertissement)*.

7 – Conclusion

Étant donné la dimension réduite de l'échantillon de test, le choix des UCP figées et des collocations (plutôt favorable à MT@EC et NMT by LISA), les critères de comparaison retenus et le choix des outils testés, les résultats sont relatifs. Ainsi, MT@EC est naturellement plus performant que les systèmes de TA disponibles en ligne, mais cette analyse confirme que la levée de l'ambiguïté grammaticale et surtout lexicale reste un défi de taille pour la TA. Chaque système présente néanmoins des atouts et des faiblesses.

SYSTRANet se distingue en ce qui concerne la levée de l'ambiguïté grammaticale, mais ce système manque cruellement de flexibilité. Il tend à privilégier les relations sémantiques bi-univoques entre mot de la langue source et mot de la langue cible. À quelques rares exceptions près, le N anglais est traduit systématiquement par *question* et le V par *publier*, qu'il s'agisse d'UCP figées ou de collocations.

La TAS domine nettement le palmarès de la TA des UCP figées et des collocations. Ses performances sont intimement liées à la fréquence d'emploi de chacun des cas envisagés ici. On pouvait s'y attendre puisque

GT et MT@EC disposent d'un volume impressionnant de données empiriques et que l'échantillon est favorable à MT@EC, dont les données sont sans doute de meilleure qualité que celles de GT. Comme la TABR, elle semble toutefois avoir atteint ses limites.

Le système de prévision du mot suivant compte tenu d'un contexte plus large que 3-grammes permet à la TAN de surpasser tous ses concurrents en termes de fluidité et de traductions dignes d'un être humain. Ses résultats médiocres dans le cadre de ce test particulier sont dus essentiellement à la taille réduite des corpus d'entraînement de la version gratuite testée en ligne, mais cette nouvelle approche n'en est qu'à ses débuts et les perspectives sont prometteuses, comme en témoignent par exemple les résultats obtenus par le système de TAN de l'université d'Édimbourg en 2016 (Bojar *et al.* 2016 : 141-144 *et passim*).

RÉFÉRENCES

- BNC Consortium. 2007. *British National Corpus*. Explored September 2016, from the World Wide Web: <http://corpus.byu.edu/bnc/>.
- Bojar, O.; Chatterjee, R.; Federmann, C.; Graham, Y.; Haddow, B.; Huck, M.; Jimeno Yepes, A.; Koehn, P.; Logacheva, V.; Monz, C.; Negri, M.; Neveol, A.; Neves, M.; Popel, M.; Post, M.; Rubino, R.; Scarton, C.; Specia, L.; Turchi, M.; Verspoor, K.; Zampieri, M. 2016. Findings of the 2016 Conference on Machine Translation (WMT16). In: *Proceedings of the First Conference on Machine Translation, Volume 2: Shared Task Papers*. Berlin: Association for Computational Linguistics, 131-198. Retrieved March 17, 2017, from the World Wide Web: <http://www.statmt.org/wmt16/pdf/W16-2301.pdf>
- European Union. 1995-2014. "issue" in *Interactive Terminology for Europe (IATE)*. Retrieved October 10, 2016, from the World Wide Web: <http://iate.europa.eu/SearchByQuery.=12&matching=&start=0&next=1&targetLanguages=fr>
- Hutchins, J. 2005 [Corrected version of 1997 paper in: *Machine Translation*. **12** (3):195-252]. From first conception to first demonstration: the nascent years of machine translation, 1947-1954. A chronology. Retrieved March

- 17, 2017, from the World Wide Web: <http://www.hutchinsweb.me.uk/MTJ-1997-corr.pdf>.
- Koehn, P. 2017. Introduction to Neural Machine Translation (NMT). Omniscien Technologies [Webinar held on 24 January 2017]. Retrieved March 17, 2017, from the World Wide Web: <https://vimeo.com/201401054>.
- Koehn, P. 2012. *Europarl v7*. [corpus aligné, voir Tiedemann 2012]
- Koehn, P.; Hoang, H.; Birch, A.; Callison-Burch, C.; Federico, M.; Bertoldi, N.; Cowan, B.; Shen, W.; Moran, C.; Zens, R.; Dyer, C.; Bojar, O.; Constantin, A.; Herbst, E. 2007. Moses: Open Source Toolkit for Statistical Machine Translation. In: *Proceedings of the 45th Annual Meeting of the Association for Computational Linguistics Companion Volume Proceedings of the Demo and Poster Sessions*. Prague: Association for Computational Linguistics, 177–180. Retrieved March 17, 2017, from the World Wide Web: <http://www.aclweb.org/anthology/P07-2045>.
- MacDonald, R. 2016. Communication personnelle au META-FORUM 2016: *Beyond Multilingual Europe* (Lisbonne, 4-5 juillet 2016)
- Oxford University Press. 2017. “issue” in *Oxford English Dictionary*. Retrieved March 17, 2017, from the World Wide Web: <https://en.oxforddictionaries.com/definition/issue>.
- Polguère, A. (2002). *Notions de base en lexicologie*. Montréal: OLST. [Manuel de cours polycopié]. Retrieved October 10, 2016, from the World Wide Web: <https://www.fichier-pdf.fr/2013/11/18/notions-de-base-en-lexicologie/>.
- Schmale, G. 2013. Qu’est-ce qui est préfabriqué dans la langue ? – Réflexions au sujet d’une définition élargie de la préformation langagière. *Langages*. **189**: 27-45.
- Somers, H. 2003. Introduction. In: Somers, H. (Ed.). *Computers and Translation. A translator’s guide*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1-11.
- Tiedemann, J. 2012. Parallel Data, Tools and Interfaces in OPUS. In: Calzolari, N.; Choukri, K.; Declerck, T.; Doğan, M. U.; Maegaard, B.; Mariani, J.; Moreno, A.; Odijk, J.; Piperidis, S. (Eds). *Proceedings of the 8th International Conference on Language Resources and Evaluation (LREC’2012)*. Istanbul: European Language Resources Association, 2214-2218.
- Wilks, Y. 2009. *Machine Translation. Its Scope and Limits*. New York: Springer.

A IMPORTÂNCIA DAS TRADIÇÕES DISCURSIVAS PARA A ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DE CONECTORES NO PORTUGUÊS MEDIEVAL

Clara Barros

mbarros@letras.up.pt

Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal)

Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

RESUMO. Na análise de textos medievais orientada para o estudo do funcionamento dos conectores discursivos e das suas derivas semânticas e pragmáticas, é importante observar textos pertencentes a diversas tradições discursivas. Dada a polifuncionalidade das unidades linguísticas, as formas podem assumir valores diversos no discurso quando são atualizadas em diferentes contextos. Há, portanto, uma especificidade histórica nos processos de gramaticalização: as mudanças não se dão isoladamente, mas em contextos particulares de uso. O presente estudo situa-se na sequência da investigação anteriormente realizada pela autora sobre os valores e usos de conectores causais-conclusivos e contrastivos em textos argumentativos do discurso legislativo do primeiro período do português medieval e constitui um alargamento dessa análise a textos do mesmo período pertencentes a outras tradições discursivas (narrativos, históricos, de pendor filosófico e poéticos). Esse alargamento permitiu verificar que os mesmos conectores apresentam, na mesma sincronia, diferenças de uso e de evolução em textos de diferente tipologia. Esta análise contribui para estabelecer parâmetros de evolução dos conectores em diferentes tradições discursivas, relacionando a evolução histórica com a tipologia dos textos e com a sua história.

PALAVRAS-CHAVE: Tradições discursivas, gramaticalização, conectores, História do português, português medieval.

ABSTRACT. In medieval textual analysis, which is aimed at the study of the mode of functioning of discursive connectors and their semantic and pragmatic derivations, it is important to take into account texts belonging to different discursive traditions. Given the pluri-functionality of linguistic elements, forms can assume different values within discourse when they are in different contexts. There is, therefore, a historical specificity in the processes of grammaticalization: the changes do not take place in an isolated way, but in particular contexts of use. The present discussion follows on from the author's previous research on the values and uses of causal conclusive and contrastive connectors in argumentative texts in the legislative discourse of the first period of Medieval Portuguese and constitutes an extension of this analysis to texts of the same period belonging to other discursive traditions (i.e. of narrative, historical, philosophical and poetic texts). This enlargement has permitted the verification of the extent to which the same connectors are present, in the same synchrony, with differences of use and evolution in texts of different typologies. This analysis contributes to the establishment of parameters of the evolution of connectors in different discursive traditions, thus relating historical evolution to the typology of the texts and their history.

KEYWORDS: Discourse traditions, connectives, grammaticalization, Portuguese History, medieval Portuguese.

Na análise de textos medievais orientada para o estudo do funcionamento dos conectores discursivos e das suas derivas semânticas e pragmáticas é importante a consideração de textos pertencentes a diversas tradições discursivas conforme o modelo proposto por Kabatek (2001; 2008). A noção da dupla historicidade deste modelo propõe que, além da historicidade da língua, se tome em consideração a historicidade das tradições discursivas que relaciona a evolução das formas textuais com a evolução da língua e permite estudar “las continuidades y discontinuidades de la evolución textual y talvez una posible evolución lingüística paralela” (Kabatek 2001: 100).

Proponho-me analisar, no presente estudo,¹ a correlação entre a tradição discursiva a que pertencem os textos e a frequência e a

¹ Retomo e desenvolvo aqui a temática tratada na comunicação “Percursos de gramaticalização dos contrastivos em português: análise em diversas tradições discursivas” apresentada no XXVIII^o Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza, Roma, 2016 (no prelo).

especificidade do uso de conectores. É de sublinhar o facto de serem abordados conjuntamente os aspetos teóricos e metodológicos da questão e os aspetos concretos que tentam identificar fenómenos em diversas tradições discursivas. A história de uma língua varia também de acordo com as tradições dos textos e estas podem condicionar a seleção de elementos linguísticos adotados a partir de outros sistemas. Tomar em conta a tradição dos textos nos estudos de evolução histórica pode tornar-se um elemento fundamental da investigação. A corrente de linguística histórica que integra o conceito de tradições discursivas estuda a atividade linguística de diferentes sujeitos e seus resultados nos textos que são produzidos. Para Oesterreicher (2002: 359), as tradições discursivas diversificam-se a partir de situações comunicativas determinadas historicamente, havendo processos de recontextualização e de autonomização. E todo o discurso individual guiado por determinados modelos discursivos – os géneros ou tradições – constitui-se como marco de uma série de constelações comunicativas, historicamente determinadas, que controlam os traços específicos de cada discurso e as possíveis modalidades da sua produção e receção. O objetivo principal é a ampliação da teoria linguística pela inclusão da tradição textual, contemplando a tradição de textos concretos. Na definição de uma metodologia da linguística histórica é fecundo ter em conta a diversidade textual através da inclusão do conceito de tradições discursivas. Kabatek chama a atenção para o facto de, na história das línguas, só existirem textos e tradições textuais e aponta a sua particular relevância para a análise dos percursos de gramaticalização.

Em primeiro lugar, é importante a utilização deste modelo porque permite um conhecimento melhor dos testemunhos do passado. Permite colmatar a dificuldade inerente ao estudo histórico dos textos do passado de que já falava Labov (1994: 11), alertando para a necessidade da descoberta de estratégias para superar problemas metodológicos clássicos no estudo de sincronias do passado – o problema da escassez dos dados e o da impossibilidade que tem o observador de estados de língua remotos de recorrer à ‘competência dos falantes’ ou à sua própria competência. E é por isso que a investigação sobre textos antigos obriga a uma utilização de múltiplas fontes para o conhecimento do passado linguístico e a um domínio da crítica do testemunho.

Em segundo lugar, cada tipo de textos pode apresentar frequências variáveis ou usos diferentes de um determinado elemento linguístico e a análise de diversas tradições discursivas é útil para estabelecer essa distribuição e a cronologia dos fenómenos de mudança. A escolha de textos com condições de produção e de receção bem determinadas auxilia a percepção da relação entre a linguagem e os contextos e revela uma especificidade de sentido que tem repercussões no funcionamento textual-discursivo.

Em trabalhos anteriores, observei os usos e significados de conectores discursivos em textos do primeiro período do português medieval mostrando que se diferenciam dos que virão a estabilizar-se em sincronias posteriores da língua portuguesa; tenho igualmente tentado atender a aspetos de evolução linguística, às regularidades da mudança semântica e pragmática com especial foco sobre o fenómeno da gramaticalização, propondo alguns elementos de descrição e explicação de alguns morfemas que evidenciam derivas formais ou funcionais — escolhidos de acordo com a relevância que têm em segmentos argumentativos do discurso legislativo.

No estudo da tradição discursiva de textos jurídicos legislativos a análise visa o levantamento de dados linguísticos históricos, relacionando explícita e sistematicamente a situação específica em que esses dados foram produzidos, atendendo aos meios linguísticos que preenchem certas funções e realizam particulares intenções do Locutor.

A observação da estruturação e funcionamento destes textos e dos discursos neles patentes alia a análise das estruturas discursivas e das dimensões acional e intersubjetiva da linguagem. Essa observação pode dar um contributo para o conhecimento das dimensões referidas tal como se concretizam nas sincronias do passado e, simultaneamente, contribuir para esclarecer algumas estruturas e formas específicas da língua portuguesa de diferentes períodos.

No paradigma das tradições discursivas é sobretudo de salientar a importância de que se reveste o ‘nível textual’ na linguística histórica. Certamente surgem nos textos, desde as primeiras sincronias da língua (período medieval), novas formas de organização dos enunciados, com novos meios para exprimir relações e uma consequente ampliação dos meios de conexão intra- e interfrásica que apresentam também uma maior

precisão semântica. No uso dos diferentes textos de tradições diversas, não só se vai enriquecendo progressivamente o inventário de morfemas com funções relacionais, mas também as suas possibilidades combinatórias.

Pretendo, neste trabalho, sublinhar a importância do alargamento da análise a um *corpus* multifacetado, selecionando textos pertencentes a diferentes tradições discursivas — narrativos, de pendor filosófico, históricos, notariais, apologéticos ou até da lírica.

A partir da observação de exemplos de diferentes tradições tentarei evidenciar o uso diverso de conectores em textos da mesma sincronia e em sincronias sucessivas. Há fenómenos de evolução que dentro de um mesmo período poderão não se dar exatamente no mesmo tipo de textos, nem com a mesma frequência. Daí a importância da constituição do *corpus*. Kabatek defendia, já em 2008, a realização de uma análise quantitativa e pluridimensional de *corpora* históricos para o estudo de tradições discursivas das línguas românicas que está na base do projeto, sediado na universidade de Tübingen, que alia o trabalho de ordem linguística e a análise computacional: o projeto TRADISC, programa informático de tratamento semiautomático de dados, que permite extrair conclusões acerca dos textos e das tradições em que estão inseridos. Também Company y Company (2014) sublinha aspetos muito concretos que devem ser tidos em conta na elaboração de um *corpus* para análises em diferentes tradições discursivas como, por exemplo, a seleção de períodos amplos, de dois séculos. Defende, portanto, a observação de intervalos sistemáticos (de 100 a 200 anos). Preconiza, igualmente, a escolha de um universo similar de palavras para cada período e a utilização de bases muito amplas, porque a possibilidade de comparar em dados quantitativos elevados garante que as descontinuidades observadas não sejam esporádicas ou acidentais. Defende ainda a diversidade de géneros textuais por cada faixa cronológica, com temática diferente: três a cinco obras por século observando um critério de homogeneidade, sugerindo a seleção de textos de prosa diversificada de preferência aos de poesia ou de teatro.

Para selecionar um *corpus* para a análise linguística do português de sincronias do passado dispomos dos textos do *Corpus Informatizado*

do Português Medieval,² que utilizei para os textos notariais e para os textos narrativos da *Crónica Geral de Espanha de 1344* e da *Demanda do Santo Graal*. Para a análise do *Leal Conselheiro* utilizei a edição da *Ibero-American Electronic Text Series*. Para o período quinhentista analisei também textos dos gramáticos Oliveira, Barros e Leão, recorrendo às pré-edições de Paiva 2002.

Dada a polifuncionalidade das unidades linguísticas, as formas podem possuir várias possibilidades de sentido que são atualizadas em diferentes contextos e assumem diferentes valores no discurso. Há, portanto, nos processos de gramaticalização, uma especificidade histórica: as mudanças não se dão isoladamente, mas em contextos particulares de uso. Nesses processos de gramaticalização não há uma imediata anulação dos usos tradicionais, aliás de acordo com a propriedade de estratificação de Hopper & Traugott 2003.³

São definidas como internas ao sistema a profundidade histórica ou antiguidade da mudança em questão; o aspeto fónico/gráfico da forma (ou da construção) inovadora; a frequência de emprego das formas ou construções – a conservadora e a inovadora; e finalmente o tipo de categoria que experimentou a mudança. São consideradas variáveis externas ao mesmo percurso: o tipo de sociedade que usa a língua e o género textual ou tradição discursiva da manifestação do fenómeno.

Na determinação do carácter de fenómeno interno ou externo ao sistema, podemos observar que o processo de gramaticalização é interno, mas a sua expansão depende dos grupos sociais que usam as novas formas. Dada a complexidade dos fenómenos de mudança histórica, há necessidade de incorporar a dimensão social à gramaticalização (aspeto já sublinhado por Jacob 2003). O âmbito de estudo destes fenómenos de mudança deve tomar uma direção que foi encetada por numerosos trabalhos que se reclamam de uma sociolinguística histórica. Importa não só estudar a

² Edição digital do Corpus Informatizado do Português Medieval (CIPM) da Universidade Nova de Lisboa.

³ Segundo os autores, a estratificação é um efeito sincrónico da unidirecionalidade: “Layering is the synchronic result of successive grammaticalization of forms which contribute to the same domain” (Hopper & Traugott 2003: 134).

relação entre tradição discursiva e evolução histórica, mas discutir esta questão dentro dos parâmetros de uma teoria integradora da mudança que leva a identificar as referidas variáveis, incluindo a última, a tradição dos textos.

Pretendo exemplificar esta metodologia de análise com o estudo da história de uma mudança que se verifica no uso de formas com valor contrastivo como *por en*, *toda via*, *com todo esso* no português medieval (cf. Barros 2010, 410-416; 421-426) e que não obedece a uma evolução cronologicamente linear, antes depende em grande medida dos textos particulares em que estas formas aparecem, das respectivas tradições e da frequência com que neles surgem. O que demonstra que as análises da mudança linguística podem encontrar outra visão dos fenómenos se tiverem em conta a diversidade textual.

Com efeito, podem observar-se em cada tipo de textos usos diversificados de um mesmo conector com maior ou menor frequência relativa. A análise em textos diferentes é importante para detetar a distribuição dessa frequência e estabelecer a cronologia dos fenómenos. Tomando o caso específico de *por en*: a partir da análise de textos jurídicos da legislação de Afonso X, observei algumas ocorrências de *por en* contrastivo, em consonância com o cariz argumentativo de muitos segmentos textuais, o que me permitiu traçar uma fronteira inicial do novo uso do morfema como contrastivo patente no exemplo seguinte:

1. *Se algũa molher for uiuuoa que aya senhor auodo ia ou amigo e casar depos morte de seu padre ou de sa madre sen uoontade de seus irmaos nõ seya **porẽ** desherdada.*

(F.R., III, 45-47)

Esta e outras ocorrências são talvez os primeiros exemplos de um uso que surgiu em contextos muito marcados ou específicos: os textos jurídicos legislativos que, dado o seu teor argumentativo, podem ostentar uma maior frequência do novo uso, contrastivo, de *por en*. Mas trata-se, ainda assim, de uma frequência muito relativa, diminuta em comparação com as ocorrências de *por en* como conclusivo, de que podemos observar os seguintes exemplos:

2. *Porque os corações dos omêes son departidos **porẽ** naturalmête natural cousa é que os entendimêtos nẽ as obras non acordẽ en hũu.*

(F.R., I, 17-19).

3. *E **por que** o fazer he muy grave cousa e o desfazer ligeyra, **por ende** o desfazimêto das leyes e tolhellas de todo que nom valhã, nõ se deve fazer senõ com grã conselho de todos os homêes bõos da terra.*

(P.P., I, 252-255).

Não me teria apercebido deste facto se não tivesse analisado outros textos coevos de tradições discursivas diferentes. Verifica-se que os usos contrastivos são inexistentes no texto dos *Diálogos de S. Gregório*, texto apologético analisado por Mattos e Silva (1989) onde as ocorrências de *por en* revelam valor conclusivo e explicativo. Mesmo dentro do discurso jurídico, os textos notariais contemporâneos da legislação de Afonso X não apresentam o valor e uso como contrastivo de *porem*: documentam apenas o valor de conclusivo e de anafórico característico destas formas na sincronia medieval. Observemos os dois exemplos seguintes, um de 1262 (Maia 1986) e outro de 1309 (Amaral 2016):

4. *E esses frades mandarom a mi dizer que lhys embargam ora sas esmolnas demandando lhys as cousas de suso dictas. E **porem** mando e defendo que nenguu seja ousado en meu reyno de lhys demandar estas cousas sobredictas [...] E aquel que hy al fezesse faria lh'eu **porem** mal no corpo e no aver.*

(P.Col.P., 15).

5. *Ca nos la testamos a Deus & ad Santa Maria & au dito abbade & conuento du moesteiro de Subrado per mão do dito ffrey Paayo que Deus **por ẽ** nos agia merzêe aa carne & áas almas & segianos amparamento contra os pecados & remijmento de nossas almas.*

(H.G.P., 001, 41).

O mesmo se verifica no texto narrativo da *Crónica Geral de Espanha* como podemos ver no seguinte exemplo:

6. E, **por que** os que ouvissen esta estoria nom ficassen duvydosos, dizendo que verssos poderiam seer; **poren** escrevemos aquy parte delles per latim e depois en liguagen.

(C.G.E., Fól. 65a, Título 167).

Em meados do séc. XV, a forma analisada – no uso gramaticalizado como contrastivo— já se encontra numa ampla variedade de textos, convergindo na mesma função contrastiva, ainda em frase negativa, até estabilizar no moderno e corrente uso adversativo. No texto de cariz literário e filosófico do *Leal Conselheiro*, de 1437-1438 (*Ibero-American Electronic Text Series*), detetam-se casos, ainda raros, do uso contrastivo de *porem/porende* em frase afirmativa de que aqui se apresentam três exemplos:

7. Ca em este caso aos outros do seu reyno, a que perteece de o em ella [justa guerra] servir; nom convem mais scoldrinhar, mas sem embargo podem matar, ferir e roubar; segundo per seu rey e senhor for ordenado. §21 Ca esto todo he per todos dereito determynado, que os que teem officio de defensores o devem fazer; husando **porem** de piedade quanto mais poderem, com reguardo de seu serviço, naquelles casos que per boos confesores e leterados nos for determinado

(L.C., Cap. XVII, *Do hodyo*)

Também nos exemplos 8 e 9 existem instanciações particulares em que o princípio geral não se efetiva:

8. §19 E sse conhecermos que com ella nom tressaymos, e nos aproveita com grande tento, nom leixemos de pensar, fallar, obrar, ainda que a ssyntamos, **porem** com boo resguardo ssegundo for a pessoa, feicto e logar.

(L.C., Cap. XVI, *Da sanha*)

9. §5 Segunda he dos jejũus que por special devaçom se guardom, os quaaes, ainda que nom assy como aos primeiros sejamos obrigados, **porende** as speriencias bem demostram como a nosso senhor delles praz per cujo emxemplo aquelles da cidade de Nyve foram salvos da sentença de sua destruyçom.

(L.C., Cap. XXXIII, *Da diferença dos jejũus*)

Na mesma obra, no entanto, a forma ‘*porem*’ surge ainda com o uso e valor conclusivo de *por isso*, como se pode ver no seguinte exemplo:

10. *scripto ao pee da letera, que chamam os leterados ‘a contexto’, o qual a algũus nom muyto praz, por seer scripto na maneira latinada. E queriam que se tirasse a ssentença posta em mais geeral maneira de fallar. E outros dizem que bem lhes parece. Porem, quando mandardes tornar algũa leitura de latim em nossa linguagem, a maneira que mais vos prouuer mandaae que tenha aquel que dello tener cárrego.*

(L.C., Cap. XCIX, *Da maneira pera bem tornar algũa leitura em nossa lynguagem*)

No *Cancioneiro Geral* de 1516 surgem igualmente alguns casos, também raros, de ‘*porem*’ contrastivo em frase afirmativa:⁴

11. *Nom o posso porem crer, aynda que mo jureys.*

(C.G.R., c. 477, *De Joã Rodriguez de Saa a hũa dama que disse que sonhara que elle e outro homem achauã certas damas de noyte*).

12. *Por ventura com mudança, / como mil vezes se ordena, / prazer se troca por pena / ou outr mayor s’alcança. / E porém há esperança, / que muytas vezes lhe val, / por grande que seja o mal.*

(C.G.R., c. 462, *Trouas que mandou Joã Rodriguez de Saa à senhora Dona Joana Manuel*)

⁴ São ocorrências cronologicamente anteriores, mas próximas dos primeiros casos atestados do francês *pourtant* contrastivo nesse mesmo contexto (1588). A consulta da forma *pourtant* nos recursos disponibilizados pelo Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales CNRTL/ ATILF dá a seguinte informação:

«Pourtant, Adv. **Étymol. et Hist.** 1. *Ca* 1160 <à cause de cela, pour cette raison> (*Eneas*, éd. J. J. Salverda de Grave, 7091); *ca* 1165 (Benoît de Ste-Maure, *Troie*, éd. L. Constans, 17365); 2. *ca* 1445 marque l’opposition «malgré cela, cependant» dans une phrase nég. (Pierre de Hauteville, *La Confession et Testament de l’amant trespassé de deuil*, éd. R. M. Bilder, 632: Ne pourtant croiez que remecte Ou pardonne de vraye science A la mort mauldicte et infaicte); 1588 dans une phrase affirm. (Montaigne, *Essais*, éd. P. Villey et V. L. Saulnier, I, 3, p.18)».

É evidente que há aspetos comuns a outras línguas românicas, com fenómenos de evolução análogos, que no entanto poderão não se dar nas diferentes línguas com a mesma frequência, nem exatamente no mesmo período, nem no mesmo tipo de textos.

13. *E porem na noyte mays, / porque he empo mays desposto / em que estas fadiguas
taes / dam dores mays desyguais [...].*

(C.G.R., c. 459, *Epistola de Laodomia*)

O morfema surge ainda frequentemente como conclusivo em correlação com *porque*. Há portanto um uso diversificado.

Partindo, como vimos, da análise dos textos e do contexto cultural que os envolve (única garantia para o estabelecimento dos sucessivos momentos do percurso de mudança), este estudo poderá conduzir ao estabelecimento de uma mais precisa cronologia dos fenómenos de gramaticalização de morfemas contrastivos e permitir a identificação da tradição de textos em que surge a mudança e as exatas circunstâncias em que ela ocorre.

Observei a evolução do morfema ‘porém’, que se fixou como contrastivo ao longo da história do português, tentando estabelecer uma cronologia do fenómeno a partir de textos de diferentes tradições, de tipologia variada. O trabalho, embora ainda em progresso,⁵ permite-me ver que é nos séculos de XIII a XV que se desenvolve o fenómeno de gramaticalização deste e de alguns outros contrastivos em português.⁶ Pude ainda sublinhar a coexistência dos valores conclusivo-explicativo e contrastivo do conector ao longo do período medieval. Anotei também que o uso de ‘porém’ como contrastivo ocorre com maior frequência nos textos legislativos e não se observa, na mesma época, nem nos textos notariais (Maia 1986) nem nos apologéticos (Mattos e Silva 1989), onde continua a ter valor causal/explicativo. Encontra-se igualmente este valor no *Leal Conselheiro*, texto do século XV, mas encontramos já também nessa obra o contrastivo ‘porém’ no seu uso moderno, em frase afirmativa.

Creio que o tipo de trabalho aqui apresentado pode ser relevante por estabelecer parâmetros de evolução dos contrastivos em diversas tradições discursivas, relacionando o percurso dos conectores com a tipologia dos

⁵ Gostaria de analisar mais longamente o texto do *Cancioneiro Geral* e os textos dos gramáticos do século XVI.

⁶ Há razões para crer que existe um longo período de coexistência de formas ao longo dos séculos XIII a XV. Ver Maia, 1995, 23-25.

textos. Esta metodologia pode contribuir para uma história da língua portuguesa que tome em conta as condições de produção-receção dos textos-discursos e a evolução que neles se inscreve.

REFERÊNCIAS

- Amaral, L.; Silva, M. J. 2016. *Pergaminhos de uma coleção particular*. Porto: CITCEM / Edições Afrontamento (=P.Col.P.).
- Azevedo Ferreira, J. (Ed.) 1980. *Alphonse X. Primeyra Partida*. Édition et Étude. Braga: INIC. [= P.P.]
- Azevedo Ferreira, J. (Ed.) 1987. *Afonso X. Foro Real. Edição e Estudo Linguístico*. 2 Vols. Lisboa: INIC. [= F.R.]
- Barros, C. 2002. Alguns aspectos do funcionamento dos contrastivos no Português medieval. In: B. Head (Ed.). *História da Língua e História da Gramática. Actas do Encontro*. Braga: Universidade do Minho, 72-82.
- Barros, C. 2010. *Versões Portuguesas da Legislação de Afonso X. Estudo Linguístico-Discursivo*. Porto: Uporto Editorial.
- Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales CNRTL/ ATILF. Citação retirada em 15 de maio de 2017 da WWW: www.cnrtl.fr.
- Company e Company, C. (Ed.) 2014. *Sintaxis histórica de la lengua española. Tercera parte: Adverbios, preposiciones y conjunciones. Relaciones interoracionales*. México: Fondo de Cultura Económica y Universidad Nacional Autónoma de México.
- Crónica Geral de Espanha*. Edição digital do Corpus Informatizado do Português Medieval – CIPM, da Universidade Nova de Lisboa. Retirada em 15 de maio de 2017 da WWW: <http://cipm.fcsh.unl.pt> [= C.G.E.]
- Demanda do Santo Graal*: Edição digital do Corpus Informatizado do Português Medieval – CIPM, da Universidade Nova de Lisboa. Retirada em 15 de maio de 2017 da WWW: <http://cipm.fcsh.unl.pt> [= D.S.G.]
- Hopper, P.; Traugott, E. 2003. *Grammaticalization*. Cambridge: CUP.
- Kabatek, J. 2001. ¿Cómo investigar las tradiciones discursivas medievales? El ejemplo de los textos jurídicos castellanos. In: D. Jacob & J. Kabatek (Eds.). *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica*:

- descripción gramatical - pragmática histórica – metodología*. Frankfurt am Main / Madrid: Vervuert / Iberoamericana (Linguística Iberoamericana, 12), 97-132.
- Kabatek, J. 2006. Tradições discursivas e mudança linguística. In: N. Almeida; Z. Carneiro; T. Lobo; I. Ribeiro (Eds.). *Para a História do Português Brasileiro, Vol. VI/II*. Salvador da Bahia: EDUFBA, 505-527.
- Kabatek, J. 2008. Introducción. In: J. Kabatek (Ed.). *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: Nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas*. Frankfurt am Main / Madrid: Vervuert / Iberoamericano, 7-16.
- König, E.; Traugott, E. (1991). The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. In: B. Heine; E. Traugott (Eds.). *Approaches to Grammaticalization, I*. Amsterdam: Benjamins, 189-218.
- Labov, W. 1994. *Principles of Linguistic Change: Internal Factors*. Oxford: Blackwell.
- Lima, J. 1997. Caminhos semântico-pragmáticos da gramaticalização: o caso de *embora*. In: A. Brito; I. Lima, R. Martelo; F. Oliveira (Eds.). *Sentido que a Vida Faz - Estudos para Óscar Lopes*. Porto: Campo das Letras, 643-655.
- Leal Conselheiro*: edição digital da Ibero-American Electronic Text Series. Retirada em 15 de maio de 2017 da WWW: <<http://digital.library.wisc.edu/1711.dl/IbrAmerTxt>. LealConsel> [= L.C.].
- Maia, C. 1986. *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*. Coimbra: INIC.
- Maia, C. 1995. Sociolinguística histórica e periodização linguística. Algumas reflexões sobre a distinção entre português arcaico e português moderno. *Diacrítica* 10: 3-30.
- Mattos e Silva, R. 1989. *Estruturas Trecentistas. Elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Oesterreicher, W. 1997. Zur Fundierung von Diskurstaditionen. In T.Haye; D.s Tophinke (Eds.). *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, 19-41.
- Paiva, M. 2002. *Os Gramáticos Portugueses Quinhentistas e a fixação do Padrão Linguístico. Contribuição da informática para o estudo das relações entre funcionamento, variação e mudança*. Porto: Faculdade de Letras.
- Piel J. (Ed.) 1942. *Leal Conselheiro o Qual Fez Dom Eduarte Rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Cepta*. Edição com a grafia atualizada de João Morais

- Barbosa. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. *Introdução à edição electrónica*, por João Dionísio. Retirada em 15 de maio de 2017 da WWW: <http://digital.library.wisc.edu/1711.dl/IbrAmerTxt>. LealConselIntro
- Pimpão, A.; Dias, A. (Eds.) 1973. *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. Coimbra: Instituto de Alta Cultura. [= C.G.R.]
- Traugott, E.; Heine, B. 1991. *Approaches to Grammaticalization Volume I. Theoretical and methodological issues*. Amsterdam: Benjamins.
- Traugott, E.; Hopper, P. 1993. *Grammaticalization*. Cambridge: CUP.

FALAR EM ALEMÃO OU EM PORTUGUÊS NO NÍVEL DE INICIAÇÃO – PORQUE (NÃO)?: PERCEÇÕES DE ESTUDANTES

Ângela Carvalho

accarvalho@letras.up.pt

Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal)
Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

Simone Auf der Maur Tomé

stome@letras.up.pt

Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal)
Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

RESUMO. A presente comunicação surgiu da motivação para monitorizar a nossa prática letiva a fim de entender melhor a importância atribuída pelos estudantes à competência oral e a sua perceção relativamente ao desenvolvimento desta competência na sala de aula de Alemão Língua Estrangeira (ALE) e Português Língua Estrangeira (PLE) na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). O foco de estudo centra-se nas perspetivas de 42 estudantes que se encontravam a estudar ALE (após concluírem o nível A1.1) e 19 estudantes que se encontravam a estudar PLE (durante a frequência do nível A1.2), na FLUP, no ano letivo de 2015/2016. O trabalho foi concebido como um estudo qualitativo exploratório com vista a recolher informações que possibilitassem caracterizar os participantes em traços gerais e no que se refere às motivações para o estudo da língua-alvo. Além disso, visou-se detetar as principais dificuldades na aprendizagem do ALE e do PLE, assim como conhecer as práticas que mais apazem aos aprendentes no treino da oralidade em sala de aula. Para a obtenção de dados foram aplicados dois questionários; um para o Alemão (no final do 1.º semestre) e outro para o Português (no meio do 2.º semestre), atendendo à especificidade dos aprendentes.

Os resultados, obtidos através da comparação dos dois grupos de estudantes, embora manifestando algumas divergências, revelaram importantes pontos de contacto. Avançamos com a suposição de que as principais divergências se devem ao facto de os estudantes de PLE se encontrarem em contexto de imersão, ao contrário dos estudantes de ALE.

PALAVRAS-CHAVE: Competência oral, ensino de línguas estrangeiras, interdisciplinaridade, alemão língua estrangeira, português língua estrangeira.

ABSTRACT. This paper results from our motivation to monitor the way we practice teaching in order to better understand the importance attributed to oral competence by foreign language students and their perceptions regarding the development of this competence in the classroom. The study deals with German as a Foreign Language (GFL) and Portuguese as a Foreign Language (PFL) at the Faculty of Arts of the University of Porto (FLUP). The focus is on the perspectives of 42 students who were studying GFL (after completing level A1.1) and 19 students who were studying PFL (while attending level A1.2) at FLUP in the academic year 2015/2016. The study was conceived as a qualitative, exploratory study to collect information that would enable the participants to be characterized in general terms and with regard to their motivations for their learning of the target-language. In addition, it aimed to identify the main difficulties in learning GFL and PFL, as well as to know their preferences with regard to activities for the training of orality in the classroom. To obtain data, two questionnaires were administered; one for German (at the end of the first semester) and another for Portuguese (in the middle of the second semester), taking into account the specificity of the learners. The results, obtained by comparing the two groups of students, although displaying some divergences, revealed important points in common. We advance the assumption that the main divergences are due to the fact that PFL students are in a context of immersion, unlike the students of GFL.

KEYWORDS: Oral competence, foreign language teaching, inter-disciplinarity, German as a foreign language, Portuguese as a foreign language.

1 – Introdução

O presente estudo incidiu inicialmente apenas no Alemão, e os seus resultados foram apresentados em fevereiro de 2016 nas jornadas “Promover a Oralidade nas aulas de Língua Estrangeira - FADO Follow_

UP”¹. Este evento, “FADO Follow_UP”, tinha como público-alvo professores de línguas estrangeiras em formação inicial e contínua (ensino básico, secundário e superior) e pretendeu manter a filosofia multilíngue e interdidática² (Alarcão, 2008) subjacente ao projeto, integrando no programa todas as línguas estrangeiras dos currículos dos cursos de 1º e 2º ciclos de estudo oferecidos pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), criando, assim, um espaço de reflexão e indagação sobre boas práticas associadas à oralidade. Esta competência foi selecionada pelas organizadoras do evento tendo por base a convicção de que a oralidade é um aspeto fundamental na aprendizagem de uma língua, no enquadramento da abordagem comunicativa, implicando aspetos pragmático-discursivos, não-verbais e culturais (Galisson *apud* Klett, 2013; Liedke, 2010; Funk *et al.* 2014). Aliás, segundo o *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas* (QECRL), documento orientador elaborado pelo Conselho da Europa (2001), “[a] receção e a produção (oral e/ou escrita) são, obviamente, processos primários, uma vez que ambos são necessários à interacção. [...] As actividades de produção têm uma importante função em muitos campos académicos e profissionais (exposições orais, estudos escritos, relatórios) e está-lhes associado um valor social (juízos feitos sobre o que foi apresentado por escrito ou sobre a fluência no discurso e nas apresentações orais).” (*idem, ibidem*: 36).

Neste sentido, será importante considerar, no âmbito do desenvolvimento da competência oral em língua estrangeira, tanto o oral mais coloquial e espontâneo, que pode dar resposta a desafios colocados

¹ O projeto FADO (Grundtvig PROALV 2011-1-IT2-GRU06-24012 2) – *Find A Delightful Opportunity to Learn Portuguese Through Internet and Songs* – surgiu na sequência de outros dois projetos Grundtvig, *Languages and Integration Through Singing* (que incluía o italiano, o romeno e o russo) e *FRESCO* (que acrescentava às línguas anteriores o francês e o espanhol), e tinha por objetivo juntar o português às cinco línguas já consideradas. O foco dos três projetos enunciados era promover a aprendizagem de línguas menos dominantes (face ao inglês) através da abordagem didática de canções com recurso a karaoke. Este projeto contou com a participação de quatro instituições parceiras: Universidade do Porto – Faculdade de Letras (Portugal), FENICE – Federazione Nazionale Insegnanti Centro di Iniziative per l’Europa (Itália), Universitatea din București – Facultatea de Limbi și Literaturi Străine (Roménia) e a Escuela Oficial de Idiomas de Málaga (Espanha). A página web do projeto encontra-se disponível em: <http://www.languagesbysongs.eu/page-01-por.htm> [acedido a 30/03/2017].

² Interdidaticidade, tal como Alarcão a define, é “a atitude – e a prática – de uma didática colaborativa ao nível dos professores” (Alarcão, 2008, p. 12).

pela aprendizagem em imersão, como o oral mais formal e académico, que pode ir ao encontro das necessidades de quem tem de dominar uma língua estrangeira para poder aceder a domínios de saber e conhecimentos mais específicos. Neste contexto, a primeira situação relaciona-se, tendencialmente, mais com o perfil dos aprendentes de Português Língua Estrangeira (PLE) considerados neste estudo e a segunda com os de Alemão Língua Estrangeira (ALE).

Tal como mencionado inicialmente, o presente questionamento surgiu associado só ao ALE com a apresentação intitulada “Falar em Alemão no nível de iniciação – porque (não)?: Perceções de estudantes e consequências para a prática letiva” e levou ao estabelecimento de diálogo com a área do PLE, o que permitiu intuir que a situação do Alemão e do Português de nível iniciação assemelhar-se-ia sob diversos aspetos. Para aferir da validade dessa suposição, aplicou-se um questionário junto dos aprendentes de nível inicial de ALE e de PLE, adaptando-o em virtude da distinta situação pedagógica, nomeadamente no que diz respeito às características do público-alvo e ao contexto de aprendizagem.

O presente estudo alicerça-se no atual paradigma da didática de línguas que coloca no centro do processo de ensino-aprendizagem o aprendente, implicando que o professor deva tentar conhecer profundamente o seu público-alvo, isto é, as suas necessidades, interesses, conhecimentos prévios, ambições, entre outros, para adequar e otimizar a sua prática letiva (Alarcão, 2008; Bernaus, 2004; Bizarro, 2008; Conselho da Europa, 2001). Consequentemente, a centralidade do aluno institui-se como um fator-chave a ter em consideração nas reflexões e decisões pedagógico-didáticas, no sentido de reconhecer a riqueza de públicos linguística e culturalmente heterogêneos, desenvolvendo e implementando estratégias adequadas para o processo de ensino-aprendizagem em sala de aula de língua estrangeira.

El fenómeno de la inmigración lleva incorporada la lengua y la cultura de los que emigran, lo cual presenta nuevos retos para el planteamiento de la enseñanza/aprendizaje de las lenguas en los centros educativos, que han pasado de ser monolingües o bilingües a ser plurilingües y pluriculturales, lo cual debe conducir a nuevos enfoques en la didáctica de las lenguas. (Bernaus, 2002: 3)

À semelhança do que refere a autora citada, não só em Espanha mas também em Portugal se tem vindo a observar, nos últimos anos, um enriquecimento do perfil do público-alvo da aprendizagem de línguas estrangeiras, tanto no que diz respeito à proveniência, aos conhecimentos linguísticos, às culturas educacionais de partida, quanto às experiências de vida e às motivações para a aprendizagem da língua-alvo.

Concretamente, no contexto da FLUP, esse enriquecimento traduz-se, no que concerne ao ALE, numa maior procura desta língua estrangeira e da mudança de objetivos para a sua aprendizagem, ou seja, os aprendentes pretendem emigrar ou estudar num país de língua oficial alemã (sobretudo os aprendentes de mobilidade oriundos do Brasil). Além disso, verifica-se uma maior heterogeneidade do público-alvo, nomeadamente pela presença de um crescente número de estudantes de mobilidade. Sensivelmente até 2011, os estudantes eram maioritariamente portugueses e aprendiam a língua alemã para se tornarem professores ou tradutores dessa língua; neste momento, verifica-se um leque mais diversificado no que diz respeito às características, necessidades e objetivos dos aprendentes de ALE.

Também no domínio do PLE se podem detetar alterações deste tipo. Nos últimos quatro anos, além do habitual público de estudantes de mobilidade ERASMUS(+) e de estrangeiros que se encontram a residir em Portugal, têm vindo a frequentar os Cursos de Português para Estrangeiros da FLUP estudantes que se encontram no país no âmbito da Plataforma Global de Apoio Académico aos Estudantes Sírios³, bem como estudantes de programas de mobilidade extracomunitários, nomeadamente aprendentes timorenses, na sua grande maioria já licenciados, que são enviados para Portugal com o objetivo de melhorar o seu nível de língua portuguesa e expandir as suas habilitações académicas, frequentando cursos de 2º e 3º ciclos de estudo em instituições de ensino superior português, com o intuito de regressar a Timor-Leste para contribuir para a melhoria do ensino naquele país.

Atendendo ao facto de considerarmos o aprendente e,

³ Para mais informações ver <http://jorgesampaio.pt/jorgesampaio/pt/global-platform-4-syrian-students/> [acedido a 30/03/2017].

consequentemente, as suas características e necessidades, o centro do processo de ensino-aprendizagem, não podemos ignorar as alterações do perfil do público-alvo nem deixar de repensar o que, o como, o para quem e o para que ensinar-aprender línguas vivas estrangeiras hoje (Bizarro, 2008; Conselho da Europa, 2001).

Pensar os Sujeitos do ensino-aprendizagem, em geral, e os de uma Língua Estrangeira, em particular, no contexto de sala de aula, implica equacionar, de modo prioritário, as cores da Diversidade (de idades, de géneros, de origens sócio-económicas, de religiões, de etnias, de culturas, de ideologias, de perfis cognitivos e de aprendizagem, de motivações...). (Abdallah-Pretceille, 1999) Professores e aprendentes correspondem a seres vivos com características próprias, colectivas, mas também individuais a que a Escola não pode/não deve ficar indiferente, adaptando os seus métodos de trabalho e as suas finalidades maiores às necessidades de formação/educação existentes. (Bizarro, 2008: 83-84)

Tendo como pano de fundo estes grupos heterogéneos, e sabendo que os aprendentes possuem diferentes características linguísticas e modos de conceptualização (“software of the mind”, cf. Hofstede, 1991) impõe-se conhecer as dificuldades específicas apontadas pelos mesmos. Liedke (2010: 985) identifica dois tipos de lacunas na competência oral que podem ocorrer na língua materna, na língua segunda ou na língua estrangeira, a saber: marcas exteriores e distúrbios no processo da fala. No que respeita ao primeiro grupo de lacunas, o autor menciona a ocorrência de múltiplas pausas, de interrupções, repetições e correções, bem como uma velocidade de fala retardada ou até o silêncio, assim como o uso mais frequente de pausas preenchidas. Quanto ao segundo tipo, este diz respeito a quando o indivíduo não sabe o que deve fazer numa determinada situação comunicativa (avaliação da situação); não vê o objetivo da sua intervenção comunicativa (motivação); tem dificuldade em transpor conceitos mentais para unidades lexicais e estruturas gramaticais seriadas (planificação); tem dificuldade em exteriorizar movimentos articulatórios ou gestuais (atividade motora da fala); ou pode sentir uma divergência entre uma exigência comunicativa e as suas competências comunicativas (medo de falar).

Na tentativa de atingir os objetivos estabelecidos e tomando, parcialmente, o modelo de Liedke como ponto de referência, foi elaborado um questionário que foi aplicado *online* junto dos aprendentes de ALE, o qual foi numa segunda fase adaptado e aplicado presencialmente junto dos estudantes de PLE. Optou-se por fazer uma aplicação do questionário de PLE de forma presencial pelo facto de este estar na língua-alvo e se considerar importante a presença de um professor para garantir a boa compreensão do instrumento de recolha de dados. A aplicação presencial do questionário permitiu a obtenção de mais respostas face ao aplicado eletronicamente.

Na elaboração destes questionários teve-se em conta vários princípios orientadores: no que concerne à estruturação dos mesmos, optou-se por organizar as perguntas na ordem do mais geral para o mais específico e do menos pessoal para o mais pessoal. Além disso, estabeleceu-se uma ordem lógica das perguntas (por áreas temáticas) e tentou-se respeitar o princípio da clareza; o princípio da coerência bem como o princípio da neutralidade. A escolha do método da aplicação de um inquérito por questionário foi feita porque possibilita uma maior sistematização dos resultados fornecidos, permite uma maior facilidade de análise bem como reduz o tempo que é necessário despendar para recolher e analisar os dados (Amaro, Póvoa & Macedo, 2004; Günther, 2003).

De seguida apresentam-se os dados coletados junto dos aprendentes de ALE e de PLE, particularmente no respeitante às motivações para o estudo da língua-alvo, às dificuldades percecionadas pelos respondentes no que diz respeito à competência de expressão oral, à importância atribuída pelos estudantes ao desenvolvimento da oralidade em sala de aula de língua estrangeira e às atividades que mais aprazem aos estudantes.

2 – Resultados

2.1 – Alemão como Língua Estrangeira

Para saber mais sobre as perceções dos estudantes de alemão relativamente à competência oral, foi implementado, no final do primeiro semestre do

ano letivo 2015/2016, isto é, em janeiro de 2016, um questionário *online* a 5 turmas que tinham acabado de concluir o nível A1.1 de alemão⁴. Num universo de 151 estudantes, apenas 42 responderam ao questionário, ou seja, 27,8%. A maioria dos respondentes era do sexo feminino (71,4%). A idade dos participantes variava entre os 18 e os 23 anos, na sua grande maioria. Havia, no entanto, dois participantes que tinham mais de 30 e mais de 45 anos. A maioria dos inquiridos era de nacionalidade portuguesa (83,3%), mas também havia estudantes brasileiros (9,5%), um estudante cabo-verdiano (2,4%), um luso-italiano (2,4%) e um espanhol (2,4%). A maioria dos inquiridos tinha o inglês como primeira língua estrangeira e era composta por estudantes dos cursos Línguas, Literaturas e Culturas e Línguas e Relações Internacionais. No entanto, também obtivemos respostas de estudantes a frequentarem outros cursos, nomeadamente Filosofia, Geografia, História de Arte e Matemática.

No que concerne aos três motivos principais que levaram os estudantes à aprendizagem do Alemão, foram referidos os seguintes:

- Aquisição de competências interculturais (capacidade de interagir com pessoas de outro país em termos linguísticos e culturais) que é precisamente uma das finalidades da aprendizagem no domínio educativo do QECRL (Conselho da Europa, 2001);
- Interesse pessoal na língua e cultura alemãs (domínio privado segundo o QECRL);
- Domínio da língua alemã como ferramenta indispensável para a futura atividade profissional ou académica pretendida (domínio profissional segundo o mesmo documento de referência).

Quanto à importância atribuída pelos inquiridos à competência oral, estes consideraram-na muito importante, dado atualmente existirem muitas ofertas de trabalho na Alemanha, a língua alemã ser a língua mais falada na Europa, ser fundamental dominar a oralidade para estabelecer um bom relacionamento com um falante nativo de língua alemã e para comunicar com sucesso, visto o alemão ter uma pronúncia consideravelmente diferente das línguas já aprendidas pela maioria dos estudantes.

⁴ Os estudantes têm aulas de 90 minutos duas vezes por semana e o nível A1.1 tem a duração de um semestre.

No que diz respeito às principais dificuldades no âmbito da expressão oral mencionadas pelos estudantes de ALE, estes referiram a falta de vocabulário, o facto de se sentirem inseguros ou envergonhados ao pronunciar as palavras, o sentir medo de cometer erros, a falta de conhecimentos gramaticais, a dificuldade em construir frases em alemão e de falar sem o apoio de um texto escrito, a preferência pelo trabalho individual, o facto de não gostarem de ser corrigidos (“constantemente”) nem de ter de fazer uma apresentação oral em frente da turma.

Finalmente, no tocante às atividades que os aprendentes indicaram como as mais apreciadas dentro da sala de aula é de relevar: (i) utilizar frases já formuladas, meios de expressão e fazer um pequeno diálogo com um colega; (ii) ler diálogos que aparecem no manual; (iii) repetir sons e palavras com o grupo inteiro; e (vi) repetir palavras e frases em voz alta muitas vezes.

2.2 – Português como Língua Estrangeira

O questionário aplicado de forma presencial no âmbito do PLE, foi implementado no meio do segundo semestre do ano letivo 2015/2016, isto é, em abril de 2016, junto das 2 turmas do Curso Anual de Português para Estrangeiros que se encontravam no nível A1.2⁵. Num universo de 25 estudantes, 19 responderam ao questionário, ou seja, 76%. A maioria dos respondentes era do sexo feminino (73,7%) e tinha idades compreendidas entre os 20 e os 45 anos. Quanto às línguas maternas dos aprendentes, dada a heterogeneidade dos inquiridos, podemos apenas destacar como línguas maternas mais faladas o inglês e o russo⁶, já no que se refere à língua estrangeira mais apontada pela maioria dos inquiridos, esta era convergente e apontava para o inglês.

No que diz respeito aos motivos que levaram ao estudo do PLE,

⁵ Os estudantes têm aulas de 120 minutos duas vezes por semana e o nível A1.2 tem a duração de um semestre.

⁶ Alemão e russo falado por 4 estudantes (cada língua); inglês falado por 2 estudantes e albanês, checo, chinês, espanhol, húngaro, polaco, sérvio e turco falado por 1 aprendente cada língua; 1 aprendente era bilingue (alemão e turco).

os três principais, de acordo com as indicações dos aprendentes, foram o desejo de poder falar com os portugueses, poder comunicar no seu dia a dia e compreender melhor os portugueses quando falam.

Quanto às dificuldades identificadas pelos estudantes na aprendizagem da língua portuguesa, ainda que a questão colocada não se focasse na oralidade, das sete dificuldades mais indicadas, dentre uma lista que contemplava todas as competências, seis referem-se à oralidade (compreensão, produção e interação orais):

- Compreender quando os portugueses falam rápido;
- Compreender áudios;
- Falar com portugueses;
- Compreender quando os portugueses falam;
- Pronunciar as palavras;
- Falar nas aulas.

No que concerne à importância atribuída pelos estudantes à competência oral, à pergunta “Qual é a importância que dá à competência oral (produção, interação e compreensão) na língua portuguesa?” 16 em 18 alunos responderam “muito importante”, não tendo ninguém assinalado “nada importante”. Como podemos verificar, os aprendentes demonstram valorizar muito a componente oral da língua-alvo, o que foi justificado com a referência ao facto de ter família portuguesa, ao peso da oralidade na comunicação quotidiana, ao desejo de trabalhar em Portugal, à necessidade de acompanhar as aulas bem como à possibilidade de exprimir os seus sentimentos e pensamentos na língua-alvo.

Por fim, visou-se conhecer as condições e/ou atividades que levam o aprendente a ter prazer na expressão oral em sala de aula tendo sido (i) [conseguir] falar fluentemente, (ii) treinar a oralidade, por ser considerada uma competência fundamental a adquirir, (iii) interagir em português com os colegas, e (iv) falar sobre temas de interesse pessoal como as quatro atividades mais indicadas.

Por fim, passa-se a apresentar os dados coletados, para ambas as línguas, em forma de tabela, para que possam ser confrontados mais claramente:

	ALE	PLE
Caraterização dos respondentes	Idade: entre 18 e 45 anos Sexo: F 71, 4% Nacionalidades: portuguesa (83,3%), brasileira (9,5%), cabo-verdiana (2,4%), luso-italiana (2,4%) e espanhola (2,4%) Língua estrangeira mais referida: inglês	Idade: entre 20 e 45 anos Sexo: F 73,7% Nacionalidades: alemã (21%), albanesa, bielorrussa, britânica, britânica/australiana, checa, chinesa, húngara, moldava, montenegrina, peruana, polaca, russa, suíça, turca e ucraniana (5% cada) Língua estrangeira mais referida: inglês
Importância atribuída à oralidade	- muito importante	- muito importante, não tendo ninguém assinalado “nada importante”
Motivações para o estudo da língua-alvo	<p>- aquisição de competências interculturais (capacidade de interagir com pessoas de outro país em termos linguísticos e culturais)</p> <p>- interesse pessoal na língua e cultura alemãs</p> <p>- domínio da língua alemã como ferramenta indispensável para a futura atividade profissional ou académica pretendida</p> <p>Procuram o ALE porque:</p> <p>- atualmente existem muitas ofertas de trabalho na Alemanha</p> <p>- a língua alemã é a língua mais falada na Europa</p> <p>- é fundamental dominar a oralidade para estabelecer um bom relacionamento com um falante nativo de língua alemã</p> <p>- querem comunicar com sucesso, visto que o alemão tem uma pronúncia consideravelmente diferente das línguas já aprendidas pela maioria dos participantes</p>	<p>- poder falar com os portugueses</p> <p>- poder comunicar no seu dia a dia</p> <p>- compreender melhor os portugueses quando falam</p> <p>Procuram o PLE porque:</p> <p>- têm família portuguesa</p> <p>- a oralidade é muito importante na comunicação quotidiana</p> <p>- querem trabalhar em Portugal</p> <p>- precisam de acompanhar as aulas (não se referindo às aulas da língua-alvo em apreço)</p> <p>- querem exprimir os seus sentimentos e pensamentos na língua-alvo</p>

Principais dificuldades na expressão oral na língua-alvo	<ul style="list-style-type: none"> - falta de vocabulário - insegurança e/ou vergonha ao pronunciar as palavras - medo de cometer erros - falta de conhecimentos gramaticais - dificuldade em construir frases em alemão e de falar sem o apoio de um texto escrito - preferência pelo trabalho individual - o facto de não gostarem de ser corrigidos (“constantemente”) nem de ter de fazer uma apresentação oral em frente da turma 	<ul style="list-style-type: none"> - compreender quando os portugueses falam depressa/rápido; - compreender áudios; - falar com portugueses; - compreender quando os portugueses falam; - pronunciar as palavras; - falar nas aulas.
Condições e/ou atividades que levam o aprendente a ter prazer na expressão oral em sala de aula de língua estrangeira	<ul style="list-style-type: none"> - utilizar frases já formuladas, meios de expressão e fazer um pequeno diálogo com um colega - ler diálogos que aparecem no manual - repetir sons e palavras com o grupo inteiro - repetir palavras e frases em voz alta muitas vezes 	<ul style="list-style-type: none"> - falar fluentemente - treinar a oralidade - interagir em português com os colegas - falar sobre temas de interesse pessoal

TABELA 1 – Sistematização dos dados obtidos para ALE e PLE

A sistematização dos dados obtidos permite identificar vários pontos em comum entre o ALE e o PLE desde logo no que se refere à idade, sexo e à língua estrangeira mais referida. Embora as nacionalidades sejam bastante divergentes, todos os respondentes referiram que a oralidade em língua estrangeira se reveste da maior importância.

No que concerne às motivações para o estudo da língua-alvo, os dados recolhidos demonstram que o desejo de poder comunicar com os falantes nativos da língua/cultura-alvo e de estabelecer um bom relacionamento com os mesmos, está bem patente, quer no caso do ALE quer no caso do PLE. Além disso, fica evidente que os respondentes procuram aprender a língua estrangeira (ALE/PLE) porque querem trabalhar num país falante da língua-alvo.

No tocante às principais dificuldades na expressão oral, o aspeto comum entre o ALE e o PLE reside na pronúncia das palavras, assim como falar nas aulas, nomeadamente em frente à turma. No caso do ALE, é possível concluir que os respondentes manifestam dificuldades em transpor conceitos mentais para unidades lexicais e estruturas gramaticais seriadas, bem como receio de falar (Liedke, 2010).

Finalmente, relativamente às condições e/ou atividades que levam o aprendente a ter prazer na expressão oral em sala de aula de língua estrangeira, podemos inferir que os aprendentes gostam de falar nas aulas de ALE e de PLE quando se sentem seguros, seja porque podem recorrer a frases já formuladas e meios de expressão, seja por sentirem que se expressam com relativa fluência, dado o baixo nível de proficiência na língua-alvo.

3 – Conclusão

O estudo mostrou que os resultados, obtidos através da comparação dos dois grupos de aprendentes de línguas estrangeiras (ALE e PLE), embora manifestando algumas divergências e tendo um contexto de aprendizagem diverso (imersão/não imersão), revelaram importantes pontos de contacto.

Tomando como ponto de partida os resultados obtidos, impõe-se refletir sobre os currículos das línguas estrangeiras oferecidas pela FLUP com vista a uma maior aproximação às necessidades e interesses do público-alvo, de forma contextualizada. Questões como as seguintes devem estar no centro da atenção: Quem são e de onde vêm os nossos estudantes? Com que objetivos aprendem ALE e PLE? Em que medida, os estudantes estão a ser preparados, em termos linguísticos, sócio-culturais e pragmáticos para a participação ativa no contexto de uso da língua-alvo? Como podem os docentes ajustar as suas práticas pedagógicas de modo a dar resposta às características destes aprendentes, adotando uma perspetiva interdidática das línguas estrangeiras?

Com o objetivo de tentar dar resposta a estas e outras questões, consideramos necessário, em futuros estudos, recolher, cruzar e analisar mais dados, de forma a possibilitar um ajuste fundamentado das práticas

pedagógico-didáticas em língua viva estrangeira (concretamente no domínio da oralidade em ALE e PLE), que possibilite um *empowerment* do aprendente enquanto agente nas esferas do público e do privado, nomeadamente nos mundos profissional e académico cada vez mais complexos e diversificados.

REFERÊNCIAS

- Alarcão, I. 2008. Desafios atuais ao desenvolvimento da Didática das Línguas em Portugal. In Bizarro (Org.), *Ensinar e aprender línguas e culturas estrangeiras hoje: que perspectivas?*. Porto: Areal Editores, 10-14.
- Amaro, A., Póvoa, A., Macedo, L. 2004. *A arte de fazer questionários*. Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Ano letivo 2004/2005. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/nadiacachado/a-arte-de-fazer-questionrios> [Acedido a 30/03/2017].
- Bernaus, M. 2004. Un nuevo paradigma en la didáctica de las lenguas. *Glosas Didácticas* (11), 3-13.
- Bizarro, R. 2008. O ensino-aprendizagem de uma Língua Estrangeira: do objecto aos objectivos. In R. Bizarro (Org.), *Ensinar e aprender línguas e culturas estrangeiras hoje: que perspectivas?*. Porto: Areal Editores, 82-89.
- Conselho da Europa 2001. *Quadro europeu comum de referência para as línguas. Aprendizagem, ensino, avaliação*. Porto: Edições Asa.
- Funk, I.; Kuhn, C.; Skiba, D.; Spaniel-Weise, D.; Wicke, R. 2014. *Aufgaben, Übungen, Interaktion*. DLL, 4. München: Klett-Langenscheidt.
- Günther, H. (2003). Como elaborar um questionário. *Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais*, 1. Disponível em: http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/lapsam/Texto_11_-_Como_elaborar_um_questionario.pdf [Acedido a 30/03/2017]
- Hofstede, G. 1991. *Cultures and Organizations. Software of the Mind*. Maidenhead: McGraw-Hill.
- Levelt, W. 1989. *Speaking. From intention to articulation*. Cambridge Mass.: MIT Press.

- Liedke, M. 2010. Vermittlung der Sprechfertigkeit. In: H-J. Krumm; C. Fandrych; B. Hufeisen; C. Riemer (Eds.). *Deutsch als Fremd- und Zweitsprache. Ein internationales Handbuch*. Berlin/New York: de Gruyter, 983-991.
- Klett, E. 2013. *Didáctica de las lenguas extranjeras. Tras un desarrollo disciplinario autónomo*. Disponível em: <http://www.didacticale.unlu.edu.ar/sites/www.didacticale.unlu.edu.ar/files/site/Didactica%20de%20las%20Lenguas%20Extranjeras%2C%20tras%20un%20desarrollo%20disciplinar%20aut%C3%B3nomo.%20KLETT.pdf> [Acedido a 30/03/2017].

DAR UM BEIJO É A MESMA COISA QUE DAR UM ESPIRRO? PARA UMA ANÁLISE SINTÁTICO-SEMÂNTICA DE DIFERENTES VALORES DO VERBO LEVE DAR EM PORTUGUÊS EUROPEU

Celda Choupina

celda@ese.ipp.pt

Politécnico do Porto (Portugal)

Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

Ana Maria Brito

abrito@letras.up.pt

Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal)

Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

RESUMO. Neste texto fazemos uma análise de alguns aspetos sintáticos e semânticos do verbo leve *dar* em Português Europeu, defendendo que há pelo menos dois valores distintos deste verbo leve: um em que tem três argumentos (DAR 2) e, nessa medida, aproxima-se do verbo pleno correspondente (DAR 1) e outro em que é verdadeiramente leve e tem, pelo menos aparentemente, dois argumentos, não sendo, portanto, ditransitivo (DAR 3). Propomos que o verbo leve DAR 2 é gerado numa posição baixa na estrutura, idêntica à do verbo pleno, distinguindo-se dele por formar um predicado complexo com o N deverbal com o qual se combina, enquanto o verbo leve DAR 3 é gerado na posição de v.

PALAVRAS-CHAVE: Verbo leve, *dar* como verbo leve, diferentes valores do verbo leve, estrutura argumental, predicado complexo.

ABSTRACT. In this text we analyze some syntactic and semantic aspects of the light verb *dar* ‘to give’ in European Portuguese, arguing that there are, at least, two distinct values of this light verb: one where it has three arguments (DAR 2) and, therefore, it is close to the corresponding full verb (DAR 1) and other value in which it is truly a light verb and it has, at least apparently, two arguments and it is therefore not ditransitive (DAR 3). We propose that the light verb DAR 2 is generated in a low position in the structure, similar to the full verb, distinguishing itself from it by forming a complex predicate with the deverbal N with which it combines, while the light verb DAR 3 is generated in v.

KEYWORDS: Light verb, *dar* ‘to give’ with light verb, different values of the light verb, argument structure, complex predicate.

1 – Introdução

Em muitas línguas do mundo (línguas românicas, Inglês, diversas línguas asiáticas, pelo menos) existe uma classe de verbos cujo conteúdo semântico é mais fraco do que o dos verbos plenos correspondentes. Foi Jespersen (1965, vol. VI, p. 117) quem terá proposto pela primeira vez a designação de ‘light verb’, verbo leve, para verbos como *give*, *have*, *take* em inglês, em contextos como os ilustrados em (1):

- (1) (a) John gave a sigh / a shout / a pull.
- (b) John had a rest / a cry / a think.
- (c) John took a bath / a drive / a walk.

uma vez que tais verbos não têm o significado pleno que têm em contextos como os de (2):

- (2) (a) John gave a book to Mary.
- (b) John had a house.
- (c) John took an umbrella.

Na verdade, em (1) temos combinações V+NP/DP cujo significado corresponde a verbos como *to sigh*, *to shout*, *to pull*, *to rest*, *to cry*, *to think*, *to bath*, *to drive*, *to walk*. A investigação já realizada tem mostrado que nas

línguas com este fenómeno há uma série de verbos leves, que pode variar entre cinco a vinte e que são do tipo de ‘dar’, ‘ter’, ‘tomar’, ‘fazer’, ‘ir’, ‘vir’, ‘levantar’ (cf., e.o., Butt 2010: 1-2). Embora a investigação tenha notado a existência de combinações de vários tipos (ver ponto 2.), não há dúvida de que é sobre a combinação V+ NP/DP, em que o N é uma nominalização deverbal, que mais tem incidido a investigação sobre o tema (cf. Mohanan 2006: 466-472).

Apesar de intensa discussão, as seguintes propriedades dos verbos leves parecem ser consensuais para várias línguas (Mohan 2006, Butt 2010, entre outros):

- (i) os verbos leves têm uma forma idêntica à de um verbo pleno da língua em causa;
- (ii) nas frases com verbos leves há sempre uma predicação conjunta formada por dois ou mais elementos à partida considerados predicativos e que dão origem a uma “joint predication” (usando a designação de Butt 2010: 5) ou a um predicado complexo (usando a designação de Mohanan 2006, Alsina 1996, Gonçalves *et al.* 2010);
- (iii) a predicação conjunta referida em (ii) dá origem a uma única oração e não a uma estrutura bi-oracional.

Estes verbos e estas propriedades colocam interessantes questões: têm os verbos leves significado lexical? Têm os verbos leves estrutura argumental própria? E estrutura temática? Em que medida os verbos leves se distinguem dos verbos plenos correspondentes? A estas perguntas têm sido dadas respostas distintas, não só por se ter partido de fenómenos diferenciados mas também por terem sido construídas em quadros teóricos distintos. A algumas delas nos referiremos no ponto 3.

Dada a diversidade de línguas e de análises, neste texto limitar-nos-emos ao estudo do verbo *dar* em Português Europeu (PE).¹ O

¹ O que nos interessa é apenas a combinatória V leve *dar*+ N deverbal, isto é, um nome derivado de uma raiz verbal, e não um N derivado de outro N, como parece ser o caso de *dar uma cabeçada*, *dar uma facada* (um dos casos estudados por Scher 2006). Esta autora afirma a certa altura que “a ocorrência de [construções de verbos leves] CVLs com *dar* em português europeu (PE) é bastante restrita, limitando-se a casos como *dar uma olhadela*, por exemplo.” (p. 27). Como os trabalhos de Gonçalves *et al.* (2010) e Duarte *et al.* (2010) mostram e como este trabalho confirma, o uso do V *dar* como verbo leve não é assim tão raro como Scher afirma no PE.

texto está estruturado do seguinte modo: depois de em 1. fazermos uma breve introdução à problemática dos verbos leves, no ponto 2. apresentaremos alguns dados sobre o verbo leve *dar* em Português Europeu; no ponto 3. faremos uma apresentação de alguns tratamentos surgidos em Sintaxe sobre estes verbos, o que servirá como ponto de partida para a análise em 4.; em 5. apresentaremos algumas conclusões e, finalmente, as referências bibliográficas.

2 – Algumas propriedades do verbo leve *dar* em Português Europeu

Como é sabido, há em PE alguns verbos leves, como sejam *dar*, *fazer*, *ter*² nos exemplos a seguir.

- (3) O João deu uma ajuda ao filho.
- (4) Eles fizeram um assalto ao banco.
- (5) A Maria teve um desmaio.

Nos exemplos referidos, *dar*, *fazer* e *ter* são considerados verbos leves, distinguindo-se dos verbos plenos correspondentes, ilustrados nos exemplos seguintes:

- (6) O João deu uma prenda ao filho.
- (7) Eles fizeram uma pizza.
- (8) A Maria tem uma casa.

Pelo facto de os verbos leves, em exemplos do tipo de (3) a (5), serem seguidos de um nome deverbal, é frequente afirmar-se que uma das propriedades dos verbos leves seguidos do nome deverbal é poderem ser substituídos pelo verbo a partir do qual é formado o nome deverbal (Gonçalves *et al.* 2010: 451, Duarte *et al.* 2010, Gonçalves & Raposo, 2013: 1215, entre outros), como se comprova em (9) a (11).

² Em Português do Brasil são também usados os verbos *tomar* e *pegar* como verbos leves: (i) Ela tomou um susto; (ii) Maria pegou uma gripe (exemplos de Pederneira 2014).

- (9) O João ajudou o filho.
- (10) Eles assaltaram o banco.
- (11) A Maria desmaiou.

Embora esta possibilidade de paráfrase seja muito frequente, tem de dizer-se, no entanto, que nem sempre ela é possível³, por várias razões: umas vezes, apesar de a combinação ser formalmente constituída por V+N deverbal, não estamos verdadeiramente perante uma construção de V leve, como parece acontecer em *dar (um) gosto* (12a), pois, quer na interpretação de *dar gosto*, *dar paladar*, quer na interpretação de *dar uma satisfação* nenhuma das combinações é parafraseável por *gostar*, o que pode significar que estamos na presença de expressões quase lexicalizadas; outras vezes, a paráfrase tem sentido de alguma forma distinto da combinação V + NP/DP (12b); finalmente, noutros casos o V da paráfrase é pouco frequente ou inexistente, como em (13). De facto, *priorizar* e *parabenizar* são muito pouco frequentes no PE e por isso as paráfrases são de gramaticalidade duvidosa, pelo menos nesta variante:

- (12)(a) *dar (um) gosto a algo / alguém*⁴ (≠ *gostar*)
- (c) *deu uma saída* (≠ *sair*)

³ Refira-se, aliás, que a paráfrase V+N por V não parece ser uma propriedade universal dos verbos leves. Segundo Hale & Keyser (2002: 117), o Basco é uma língua em que a combinação de V+N se mantém e, segundo os mesmos autores, este facto é um argumento a favor da configuração básica desta combinação, anterior à incorporação do N ao verbo leve *v*, sugerindo uma variação paramétrica entre línguas em relação ao mecanismo de incorporação: o Basco não o teria, o Inglês teria (ver ponto 4. deste trabalho)

- (i) a. *negar egin* (choro fazer = chorar)
- b. *eztul egin* (tosse fazer = tossir)
- c. *barre egin* (riso fazer = rir)
- d. *lo egin* (sono fazer = dormir)
- e. *zurrunga egin* (ronco fazer = roncar)

⁴ No *corpus* do *CetemPúblico* encontrámos duas ocorrências de *dar um gosto*, com uma interpretação não psicológica de *gosto*:

- (i) *par=ext349343-com-98a-3*: Para **dar um gosto** futurista a qualquer criação, nada melhor que o Samplekit Vol .
- (ii) *par=ext785021-nd-94a-2*: A animação musical, que é o mesmo que dizer música ao vivo, copos (...) e conversa vão **dar um gosto** ainda mais especial ao festival.

- (13) (a) A Maria deu prioridade ao filho / ?? A Maria priorizou o filho.
 (b) A Maria deu os parabéns ao filho / ?? A Maria parabenizou o filho.

Sendo o V leve *dar* homónimo do V ditransitivo *dar*, um V de três lugares, com o significado de transferência de posse, interessa discutir até que ponto o V leve *dar* e o V pleno *dar* são próximos, ou mais especificamente, importa perceber o estatuto predicativo do verbo leve *dar* e se ele mantém em todas as combinações as propriedades do verbo *dar* ditransitivo.

Tomemos em conta um exemplo de *dar* quando este seleciona três argumentos, como em (14).

- (14) O João deu uma prenda à mãe/deu uma carteira ao pai.

O exemplo (14) integra o verbo *dar* pleno, com estrutura argumental ditransitiva, três argumentos (argumento externo_{Agente}, argumento interno_{Tema} e um argumento OI_{Recipiente / Meta}), permitindo a pronominalização dativa e acusativa dos dois argumentos internos, como em (15), e uma construção passiva, como em (16):

- (15) O João deu-lhe uma prenda; deu-a à mãe; deu-lha.
 (16) Uma prenda foi dada à mãe/uma carteira foi dada ao pai.

Ao nível semântico, a construção em (14) exprime transferência de posse de uma entidade concreta e referencial de um possuidor (Agente) para outro (Recipiente), como resultado de uma situação eventiva intencional.

Vejamos se estas mesmas propriedades, semânticas e sintáticas, são partilhadas por construções com o V *dar* como V leve:

- (17) (a) O João deu uma ajuda ao filho (= (3)).
 (b) O João ajudou o filho (= (9))
 (18) (a) O João deu um empurrão ao amigo.
 (b) O João empurrou o amigo.

Nas construções apresentadas em (17) e (18), mantém-se a transitividade do verbo (cf. *O João deu-a /-o*), sendo o DP que contém o N deverbal um argumento do V *dar*, embora seja ele próprio predicativo (Mohanen 2006: 470). Por sua vez, mantém-se a ditransitividade, como ilustram os testes de pronominalização em (19), o que permite concordar com Gonçalves *et al.* (2010: 452), segundo o qual os verbos leves, ou melhor, este tipo de verbos leves, mantém a estrutura argumental do V pleno correspondente.

(19) O João deu-*lhe* uma ajuda / deu-*lhe* um empurrão.

Relativamente à relação com o argumento externo, os mesmos autores propõem que o V leve é “responsável pela seleção semântica do argumento externo” (p. 452), o que continua a ser verdade para casos como (17a) e (18a). Gonçalves *et al.* (2010: 453) usam a combinação *dar um empurrão* nos exemplos como (20a) e (20b) precisamente para fundamentar a proposta de que a agentividade do argumento externo é preservada, daí a agramaticalidade de (20b)⁵.

(20)(a) O João deu um empurrão ao carro que estava estacionado.

(b) * A chuva deu um empurrão ao carro que estava estacionado.

No que se refere à possibilidade de construção passiva, e segundo os nossos juízos de gramaticalidade, os exemplos com o verbo leve em (21) não são iguais quanto à capacidade de aceitarem a construção, o que pode ser uma evidência de que a agentividade não é absolutamente paralela:

(21) a) Uma ajuda foi dada ao filho pelo João.

b) ? Um empurrão foi dado ao amigo pelo João.

c) ? Um empurrão foi dado ao carro (...) pelo João.

⁵ A aceitabilidade dos exemplos depende crucialmente da possibilidade de antropomorfização da força / causa selecionada para sujeito frásico: veja-se (i) o vento / a tempestade deu um empurrão à casa, frases que consideramos gramaticais.

No entanto, ainda que se aceite como válida a preservação do traço de agentividade no sujeito em todas as construções com *dar*, nos exemplos como (17), (18) (20) e (21), no que diz respeito ao significado associado ao argumento interno há claramente alguma perda de significado e a noção de transferência de posse de uma dada entidade de um possuidor para outro não é mantida: com efeito, *uma ajuda* e *um empurrão* não são entidades concretas que possam ser transferidas, não sendo autónomas do evento em que se inserem.⁶ Assim, as expressões nominais *uma ajuda*, *um empurrão*, no contexto de V leve, parecem ser expressões nominais híbridas entre a leitura de entidade e a leitura de evento, podendo ser contáveis (pluralizáveis e quantificáveis) (*dar várias ajudas*, *dar dois empurrões*).⁷

Por outro lado, se em exemplos como (14) o papel temático do argumento objeto indireto é de Recipiente, em (17) e (18), não havendo transferência de posse, a interpretação do objeto indireto é de Beneficiário / Maleficiário.

Mas será que o V *dar* como V leve se comporta de maneira igual em todas as combinações? Foi notado por Barreiro (2006) que *dar* e *to give* se podem combinar com diversos tipos de nomes deverbais em Português e em Inglês. A lista (22) é adaptada de Barreiro (2006) para o Português e mostra que o V *dar* como V leve se combina com diversas subclasses de nomes:

(22) (a) ***dar* com nomes deverbais que descrevem contacto ou agressão**

física: *dar um abraço (abraçar)*, *dar um beijo (beijar)*, *dar uma bofetada (esbofetear)*, *dar uma sova (sovar)*, *dar uma surra (surrar)*, *dar um golpe (?golpear)*, *dar uma lambidela (lamber)*, *dar um beliscão (beliscar)*;

(b) ***dar* com nomes deverbais significando emoções e sentimentos:**

dar ânimo (animar), *dar alegria (alegrar)*, *dar desgosto (desgostar)*, *dar satisfação (satisfazer)*, *dar susto (assustar)*, *dar terror (aterrar)*, *dar vergonha*

⁶ Por essa razão, e partindo da noção de escala de transitividade proposta em Hooper & Thompson (1980), Choupina (2013: 41-48) defende que em (17) e (18) o verbo parece ser um V de “transitividade mitigada”.

⁷ Como tem sido referido por vários autores, os verbos leves são um dos fatores que favorecem a telicidade dos nomes deverbais e, por isso, não se comportam neste contexto como os nomes deverbais de evento típicos, que, em geral, são massivos e não contáveis (cf. entre outros, Rothstein 2004: 184).

(*envergonhar*); *dar amparo* (*amparar*), *dar carinho* (*acarinhar*), *dar consolo* (*consolar*), *dar escândalo* (*escandalizar*);

- (c) **dar seguido de nomes de poder ou influência:** *dar autorização* (*autorizar*), *dar aprovação* (*aprovar*), *dar aviso* (*avisar*), *dar ajuda* (*ajudar*), *dar conselho* (*aconselhar*), *dar consentimento* (*consentir*), *dar cumprimentos* (*cumprimentar*), *dar ordem* (*ordenar*), *dar orientação* (*orientar*);
- (d) **dar seguido de nomes relacionados com informação e opinião:** *dar assessoria* (*assessorar*), *dar explicação* (*explicar*), *dar informação* (*informar*), *dar interpretação* (*interpretar*), *dar mostra(s)* (*mostrar*), *dar opinião* (*opinar*), *dar resposta* (*responder*);
- (e) **dar seguido de nomes relacionados com alojamento:** *dar alojamento* (*alojar*), *dar albergue* (*albergar*), *dar asilo* (*asilar*), *dar hospedagem* (*hospedar*), *dar refúgio* (*refugiar*), *dar abrigo* (*abrigar*);
- (f) **dar seguido de nomes em –dela, -ada ou –agem designando ações rápidas:** *dar uma pincelada* (*pincelar*), *dar uma pinceladela* (*pincelar*), *dar uma esfregadela* (*esfregar*), *dar uma lavagem* (*lavar*);
- (g) **OUTROS valores:** *dar emprego* (*empregar*), *dar colocação* (*colocar*), *dar destino* (*destinar*), *dar alimento* (*alimentar*), *dar início* (*iniciar*), *dar origem* (*originar*); *dar forma* (*enformar*); *dar força* (*fortalecer*); *dar uma leitura* (*ler*); *dar preferência* (*preferir*); *dar realce* (*realçar*); *dar solução* (*solucionar*);
- (h) **dar com nome deverbal de movimento:** *dar uma caminhada* (*caminhar*), *dar um salto* (*saltar*), *dar um pulo* (*pular*);
- (i) **dar com nomes relacionados com sentidos ou atos/reações do corpo:** *dar um gemido* (*gemitir*), *dar um grito* (*gritar*), *dar uma olhada* (*olhar*), *dar um sopro* (*soprar*), *dar um suspiro* (*suspirar*); *dar um espirro* (*espirrar*).

Partindo das construções com *dar* e da diversidade de subclasses de nomes propostos em (22), vamos estudar brevemente algumas propriedades das combinações; escolheremos apenas o primeiro exemplo de cada uma das alíneas.

i) Possibilidade de ocorrência com um argumento dativo:

(23) *Dar-lhe um abraço, dar-lhe ânimo, dar-lhe autorização, dar-lhe assessoria, dar-lhe alojamento, dar-lhe uma pinceladela; dar-lhe emprego.*

Vemos que nas classes (22a) a (22g) elencadas acima, o V *dar* comporta-se como um V ditransitivo, com três argumentos, isto é, com estatuto predicativo e estrutura argumental próximos de um V de transferência de posse, no que ao número e à natureza de argumentos diz respeito.

Mas em (22h) e (22i), em que o V *dar* é seguido de nomes deverbais de movimento (*dar uma caminhada*) e de nomes relacionados com sentidos e atos/reações corporais (*dar um gemido*), o V não tem claramente o funcionamento de um ditransitivo, não selecionando um segundo argumento interno, como a agramaticalidade em (24) e (25) mostra:

(24) * dar-lhe uma caminhada, * dar-lhe um salto, * dar-lhe um pulo.

(25) * dar-lhe um gemido, * dar-lhe um grito⁸, * dar-lhe um suspiro,
* dar-lhe um espirro.

ii) Interpretação do argumento externo:

Nas combinações em (22i) (*dar um gemido*, *dar um espirro*, *dar um grito*, *dar um suspiro*) não é a agentividade o traço semântico associado ao argumento externo; o argumento externo é um experienciador. O que permite concluir que, com esta classe de verbos, é claramente a raiz verbal do nome e não o V *dar* que é responsável pela interpretação do chamado argumento externo.

Assim, começa a esboçar-se a ideia, clássica nos estudos sobre verbos leves, segundo a qual o verbo leve e o nome deverbal participam ambos na seleção do argumento externo e na atribuição de papel temático, uma vez que formam um predicado complexo (ver, entre outros, Mohanan 2006, Butt 2010, Gonçalves *et al.* 2010).

iii) Natureza aspetual dos verbos de que derivam os nomes deverbais:

⁸ A construção *dar-lhe um grito* pode aceitar-se com a interpretação de ‘bradar/gritar’ a alguém, sobretudo numa realização dialetal.

Como Gonçalves *et al.* (2010) e Duarte *et al.* (2010) mostraram, o V leve *dar* combina bem com nomes derivados de verbos que designam processos ou atividades ou ainda melhor com nomes derivados de verbos que Oliveira & Leal (2015) designam de atividade ou “processo culminável” (*caminhar*); com nomes derivados de verbos que são aspetualmente pontos (*saltar, pular, espirrar, gemer, gritar, suspirar*) ou com nomes derivados de verbos que designam processos culminados (*pintar*)⁹. Consequentemente, as combinações não têm o mesmo valor aspetual: enquanto *dar uma caminhada* exprime preferencialmente um processo, *dar uma pintura* exprime um processo culminado, *dar um espirro* exprime um ponto.

Vemos que, apesar de o verbo *dar* ser considerado um verbo leve em todos os casos listados em (22), ele não ocorre em combinações com idênticas propriedades semânticas e sintáticas, pelo que deve ser ponderada a hipótese de estarmos perante valores diferentes do mesmo verbo.

Tal como Butt (2010: 6) afirma, a solução mais simples seria admitir que o verbo *dar* ou é um verbo pleno ou um verbo leve e como tal adotar uma de duas das soluções que têm sido apresentadas na literatura para a sua interpretação enquanto verbo leve: i) o verbo leve é semanticamente vazio, isto é, a sua função é simplesmente licenciar a predicação construída a partir de um elemento não-verbal, neste caso uma nominalização deverbal; ou ii) o verbo leve é predicativo e faz a seleção semântica e sintática dos argumentos, tal como o verbo pleno correspondente, e forma um predicado complexo.

Na nossa ótica, admitir diferentes valores do verbo leve levanta hipóteses de solução mais interessantes e condizentes com a diversidade de propriedades evidenciadas pelas construções. Esta ideia de que os verbos leves não são todos iguais vai ao encontro da reflexão de Butt (2010), segundo o qual “light verbs constitute a cohesive class on one hand, but fall into different subclasses on the other hand.” (p. 5).

⁹ Como mostram Gonçalves *et al.* (2010) e Duarte *et al.* (2010), o verbo leve *dar* não pode facilmente combinar-se com estados: (i) *O João deu uma estada no Brasil; com culminações (ii) *A Maria deu um nascimento / um assalto à casa. No entanto, a combinação *dar (um) gosto* nas suas duas aceções é gramatical, apesar de, num caso, conter um N derivado de um V psicológico estativo e no outro designar um sentido do corpo humano. Como dissemos, esta razão leva a considerar esta combinação como não representativa de um V leve mas do V pleno correspondente, talvez numa construção lexicalizada.

Assim, sintetizamos no quadro seguinte as propriedades do V *dar* enquanto verbo pleno (DAR 1), como nos exemplos (6) e (14), do verbo *dar* como verbo leve ditransitivo (DAR 2), que recobre os casos de (22a) a (22g), e do verbo *dar* como verbo leve capaz de ocorrer em combinações com nomes deverbiais de movimento e de atos/reações do corpo (DAR 3), que recobre os casos (22h) e (22i).

Valores		Verbo pleno	Verbo leve		
		DAR 1	DAR 2	DAR 3	
		O João deu uma prenda à mãe.	O João deu uma ajuda ao filho/ um empurrão ao amigo.	O João deu um espirro.../ deu um pulo	
Propriedades	N.º de argumentos	3	3	2	
	Interpretação dos argumentos	Agente √ Tema √ Recipiente √	Agente √ Tema √ Beneficiário/Maleficiário √	Agente / Experienciador √ Tema √ ----	
	Interpretação do Tema - entidade concreta - evento / interpretação híbrida entre entidade e evento	√ Não	 Não √	Não √	
	Significado de transferência de algo do Agente para o Recipiente	√	Não	----	
	Caso do Recipiente / Beneficiário / Maleficiário	Dativo	Dativo	----	

Tabela 1 – Propriedades distintivas dos diferentes valores do verbo DAR¹⁰

¹⁰ Quadro inspirado em Mohanan (2006: 476).

O quadro apresentado não esgota certamente o *continuum* de valores que estamos a sugerir para o V *dar*. Com efeito, encontrámos acima não só combinações do tipo *dar um beijo*, em que o V é seguido de DP, como encontramos *dar amparo* dar+NP, sem determinação. Por outro lado, encontramos combinações sintáticas, como, de novo, *dar um beijo*, e expressões quase lexicalizadas como *dar gosto*, *dar licença*, *dar um estalo*, já para não falar de *dar os bons dias*.

Apesar de não explorarmos aqui todas as consequências da distinção entre NP/DP nas construções com verbos leves, ela é de grande relevância. Com efeito, de acordo com Longobardi (1994), um DP tem mais condições para ser uma expressão referencial e um argumento. Assim, em *dar um abraço* temos um argumento e, como tal, o DP é projetado em Sintaxe numa posição de argumento interno. Quando temos um nome simples singular, não afetado de determinação, nos contextos considerados, temos, muito provavelmente, apenas um NP e, por essa razão, tal expressão nominal tem menos condições para ser referencial e argumental.¹¹

A “gradação” que estamos a sugerir para o verbo *dar* é ainda mais acentuada quando sabemos que há línguas em que o verbo dá origem a morfemas aplicativos, como parece ser o caso do Mandarim e de algumas línguas crioulas, de acordo com dados apresentados em Mohanan (2006: 476):

- (26) mama fěng-gèi Xiàóqí yì tiáo qúnzi. (Mandarim)
mãe costura-dar Xiaoqi uma CL saia
‘A mãe costurou uma saia para o Xiaoqi’
- (27) i e prani a karu gi yu. (Sranan)
eu planta o milho dar ti
‘eu estou a plantar o milho para ti’

¹¹ Evidentemente nem todo o DP é referencial e argumental, pois, em contextos predicativos, como (i) A Maria é *uma professora*, temos um DP que não é um argumento. Por sua vez, pode haver nomes simples em posição de argumento interno, como é o caso, em PE, dos nomes simples plurais de interpretação existencial: (ii) Li *romances e novelas*, comi *morangos*, bebi *sumos*, ou dos nomes massivos singulares (iii) Bebi *água*.

Tendo proposto a ideia de gradação¹² e de *continuum* nos valores de *dar*, uma questão que se coloca é saber se há algum traço semântico comum aos três casos. Embora haja em DAR 2 e 3 perda da noção de transferência, o traço [+dinâmico], proposto em Gonçalves *et al.* (2010: 461), parece ser comum aos três usos, o que permite concluir que nos três casos o V *dar* tem significado lexical, embora haja uma escala, uma gradação do significado mais forte (DAR 1) para o significado mais fraco (DAR 3).

Em síntese, procurámos mostrar que o verbo leve *dar* pode ter comportamentos sintáticos distintos conforme o nome deverbal com o qual se pode combinar: nuns casos, o verbo leve *dar* tem uma estrutura argumental do verbo próxima da do verbo pleno homónimo (*dar* ditransitivo); noutros casos, combinado com nomes deverbais de movimento e com nomes deverbais relacionados com sentidos ou atos/reações do corpo, o V *dar* tem um valor mais leve, sendo, pelo menos aparentemente, transitivo direto e não ditransitivo. Neste segundo caso, o verdadeiro elemento predicativo é o nome deverbal. Este entendimento deste tipo de verbos leves vai ao encontro do que Gonçalves & Raposo (2013) consideram: o elemento “que contribui centralmente para a predicação nas construções com verbos leves é o complemento nominal e não o verbo” (Gonçalves & Raposo 2013: 1215).

3 – Alguns tratamentos sintáticos sobre verbos leves e objetos cognatos

Como dissemos, nas últimas décadas os verbos leves têm sido objeto de inúmeras análises.¹³ Apresentaremos aqui apenas algumas delas.

¹² Para a ideia de *continuum* de valores semânticos do V *dar* ver, para o Português do Brasil, entre outros, O'Donnell Christoffersen (2016), que defende igualmente cinco valores de *dar* / *to give* em parte baseada em valores aspetuais e na distinção entre dativos preposicionais e a chamada Construção de Duplo Objeto em Português, questão que não discutiremos neste trabalho.

¹³ Na tradição francesa de influência harrisiiana, em particular nos trabalhos de Maurice Gross (1981), foi proposta a distinção entre verbos suporte e verbos distribucionais (verbos plenos), a partir de exemplos tão diferentes como os seguintes: (ia) Luc a le projet de partir *versus* (ib) Luc critique le projet de partir; (iia) Ces idées ont une diffusion rapide *versus* (iib) Ces idées garantissent une diffusion rapide; (iia) Max est / entre / part en discussion avec Luc *versus* (iib) Max désavoue cette discussion avec Luc. Nos exemplos (a) teríamos verbos suporte e nos exemplos (b) teríamos verbos distribucionais, verbos plenos. A partir de uma série de comportamentos distintos, Gross desenvolve

Com base em dados do Japonês, Grimshaw & Mester (1988)¹⁴ propuseram que os verbos leves, apesar de serem capazes de atribuir caso e de codificarem alguns traços verbais (mas não se confundindo com auxiliares), são vazios do ponto de vista predicativo, sem estrutura argumental, sendo a sua função essencial legitimar um predicado não verbal. Os autores partem de frases com uma classe de verbos que glosam como *suru* e de exemplos como os seguintes (pp. 206-7):

- | | | |
|--|------------------|-----------|
| (28) John-wa Bill-to | aiseki-o | shita |
| João-Top Bill-com | mesa-partilha-Ac | suru-Pass |
| 'O João partilhou uma mesa com o Bill' | | |
| (29) John-wa Mary-ni | hanashi-o | shita |
| João-Top Mary-a _{Prepdativo} | fala-Ac | suru |
| 'O João falou à Maria' | | |

Em (28), *aiseki* 'partilha da mesa' é marcado com caso acusativo pelo verbo *suru*, mas é essa forma que parece marcar tematicamente *John* e *Bill*; será então uma construção com um verbo leve e com *aiseki*, de natureza nominal, como o verdadeiro elemento predicativo. Uma situação paralela se passa em (29), onde *hanashi* 'fala' é o elemento capaz de atribuir papel temático a *John* e *Mary*. Para dar conta deste fenómeno os autores propõem que a estrutura argumental de *suru* é não especificada, havendo um processo de *Argument Transfer* do nome para esse verbo.¹⁵

a ideia de que um verbo suporte desempenha uma função unicamente sintática e de que o verdadeiro elemento predicativo é o nome, acabando por aproximar os verbos suporte a auxiliares, esvaziados de sentido, embora possam alguns ser portadores de valor aspetual ou de quantidade. Como veremos ao longo do trabalho, distanciamo-nos desta visão e mostraremos que os verbos leves não são próximos dos auxiliares e propomos que os verbos leves têm significado lexical, mesmo quando esse significado é mais fraco do que no verbo pleno correspondente.

¹⁴ Em relação ao Inglês, os autores (p. 229) reconhecem que a situação é complexa, pois há usos diferenciados dos verbos leves, afirmando que, para além do significado do N deverbal, o verbo leve pode ter algum significado, dando o exemplo de *take a walk*: *a spider* 'aranha' *walks* mas não: * *a spider takes a walk*.

¹⁵ Grimshaw & Mester (1988) distinguem (34) de (i):

(i) John-wa Bill-to aiseki shita
João-top bill-com mesa-patilha suru-Pass
'O João partilhou uma mesa com o Bill'

Rosen (1989) desenvolve a perspectiva de Grimshaw & Mester (1988) e sugere uma aproximação que vai ser marcante em trabalhos seguintes, a ideia de que os verbos de reestruturação nas línguas românicas podem ser analisados como verbos leves. Esta aproximação tem alguma justificação, uma vez que, por força da reestruturação / formação do predicado complexo, certos verbos acabam por “herdar” argumentos de um outro predicado; veja-se, entre outros fenómenos, a subida de clítico para junto dos verbos *faire*, *volere*, *querer* em exemplos como os seguintes (também Scher 2006: 27):

- (30) Jean l’a fait partir.
 ‘O João fê-lo partir’
 (31) Mario lo vuole leggere.
 ‘O Mário quer lê-lo’
 (32) Luis las quiere comer.
 ‘O Luís quer comê-las.’

É nessa mesma linha que se orienta Alsina (1996), a partir da análise de predicados complexos nas línguas românicas e nas línguas Bantu, e Butt (1995, 2010), a partir da análise de verbos leves em Urdu, e ambos no quadro da *Lexical Functional Grammar*; os autores propõem que a formação de predicados complexos faz corresponder duas estruturas argumentais a uma única estrutura funcional.

Veja-se, por exemplo, Butt (2010: 3-4), em que o autor chama a atenção para a semelhança entre uma estrutura causativa como (33) e uma estrutura com o verbo leve *dar* em Urdu, (34):

- (33) nadya=ne yassin=se paoda kat-**va**-ya
 NadyaF.Sg=Erg Yassin.M.Sg=Inst planta.M.Nom cortar-
 Caus-Perf.M.Sg
 ‘Nadya teve a planta cortada por Yassin’

Em (i) *aiseki* não tem caso acusativo, pelo que a construção deve ser analisada como uma incorporação de nome. Os autores consideram que os verbos leves em inglês, por terem algum significado lexical, são mais próximos de *saseru* em japonês do que de *suru*. Sobre a construção com *suru* veja-se Mohanan (2006: 471), que dá conta de outros tratamentos distintos entretanto surgidos na literatura.

- (34) *nadya=ne makan bana di-ya*
Nadya.F.Sg=Erg casa.M.Nom constroi **dar**-Per.M.Sg
'Nadya construiu uma casa (para alguém)'

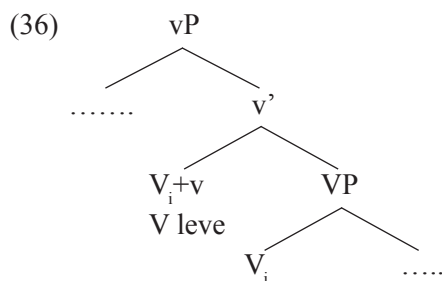
Mohanani (2006), partindo de factos do Malayalam, uma língua do sul da Índia, propõe que nesta língua pode haver a formação de predicados complexos V+V, V+ADJ e V+N; em qualquer dos casos há duas estruturas semânticas mas uma única estrutura argumental. Vejam-se os seguintes exemplos de predicado complexo V+N:

- (35) *raam-ne niinaa-kii madad kii (Mohanani 2006: 463)*
Ram Nina-gen ajuda deu
'Ram ajudou Nina'

Uma abordagem incontornável é a de Hale & Keyser (1993; 2002), em que as estruturas argumentais dos predicados são pensadas e projetadas no Léxico. Recorde-se que, em Inglês, muitos verbos são formados por incorporação nominal ou *conflation*: *to sleep* a partir de *sleep*, *to cry* a partir de *cry*, e, por isso, Hale e Keyser desenvolveram um modelo em que a própria estrutura lexical de um V é altamente hierarquizada e o V é formado a partir de um N por subida do N de uma posição baixa para uma posição vazia de V que os autores chamam "light V", verbo leve. Neste sentido, os autores propõem que a estrutura lexical de um V inergativo, geralmente considerado intransitivo, é parecida com a de um V transitivo, pois ambos podem selecionar na estrutura lexical um N.

Estão assim abertas as portas para que Chomsky (1995) introduza a noção de verbo leve abstrato em Sintaxe e a ideia que começa a fortalecer-se é a de que a categoria vP tem uma estrutura altamente hierarquizada, em que a posição de v pode vir a ser ocupada por um V (movido em Sintaxe) ou por um verbo leve, como se descreve em (36):¹⁶

¹⁶ Cf. Bosque & Gutiérrez-Rexach (2009: 404-5). Nesta estrutura a posição de especificador de vP é ocupada pelo argumento externo. Mas atualmente o argumento externo é colocado em especificador de VoiceP, por influência de Kratzer (1996) e no seguimento de Alexiadou (2006).



Assim, um verbo leve pode ser representado por ‘v’, uma categoria mista com propriedades funcionais e lexicais. Dado o caráter misto dos verbos leves, com alguma informação semântica mas dependentes do ponto de vista predicativo de outro elemento, a categoria ‘v’ passa a descrever tal classe de verbos (ver, entre outros, Butt 2010: 6).

Com a noção de decomposição verbal (proposta, em moldes distintos, por Hale & Keyser 1993, Levin & Rapaport 1998 e Ramchand 2008), é introduzida a ideia de que a cada verbo pleno corresponde não só uma estrutura argumental mas também uma estrutura de evento, sugerindo-se em vários autores que os verbos leves não instanciam uma estrutura de evento completa mas apenas uma parte dessa estrutura.

Embora em moldes formalmente distintos dos autores referidos, pensamos que é nesta linha que se situa a análise de Gonçalves *et al.* (2010) e Duarte *et al.* (2010) para o Português. De acordo com estes autores, os verbos leves são subespecificados em relação a certos traços semânticos (de tipo aspetual) e é a formação do predicado complexo V+N, essencialmente uma operação de compatibilização de traços, que faz com que “a sequência $V_{\text{leve}} + N$ herd[e] os valores especificados nos traços do nome” (p. 461). Por sua vez, o predicado complexo é formado em Sintaxe, “depois de o verbo e o nome terem entrado na numeração com os seus traços formais inerentes” (p. 461): os traços interpretáveis subespecificados do verbo leve são valorados por *checking* (verificação) / *agree* (concordância) contra os traços valorados do nome.” (p. 461) Recorde-se que para estes autores os verbos leves são elementos predicativos, capazes não só de impor restrições sobre as classes aspetuais dos nomes deverbais com os quais se combinam mas também com estrutura argumental própria: o argumento externo seria diretamente introduzido em especificador de VoiceP e o interno é a projeção

DP que contém o nome deverbal.¹⁷

Numa orientação distinta, mas claramente dialogando com o Programa Minimalista, situa-se a proposta da Morfologia Distribuída (MD), um modelo desenvolvido, entre outros, por Halle & Marantz (1993). Em MD, é a estrutura que determina a formação das palavras e a maior parte do sentido das construções. Trata-se, portanto, de um modelo neste aspeto oposto ao modelo lexicalista de Hale e Keyser. Considera-se que tanto nomes deverbais como verbos são formados a partir da mesma raiz (acategorial), que se funde com os *f*-morfemas (morfemas de categoria). No caso dos verbos leves, em particular, estes seriam inseridos tardiamente na estrutura se não se projetar um verbo pleno por fusão de uma raiz com um *f*-morfema categorizador verbal. Para o Português, Choupina (2013: 245-49) sugere uma solução deste tipo para construções com objetos cognatos e para os predicados com verbos leves e nomes deverbais, com a diferença de que o verbo leve é inserido, por inserção tardia, apenas em v. Nesta perspetiva, os verbos leves são uma “solução” que evita a redundância morfossemântica das estruturas com objetos cognatos (veja-se *espirrar* / *espirrar um espirro*...) e também uma “solução” para estruturas com nomes deverbais que não autorizam estruturas com cognatos, como acontece com *dar um pulo* / **pular um pulo*, *dar um salto* / **saltar um salto*, por exemplo.

4 – Proposta de análise sintática de algumas construções com o verbo leve *dar*

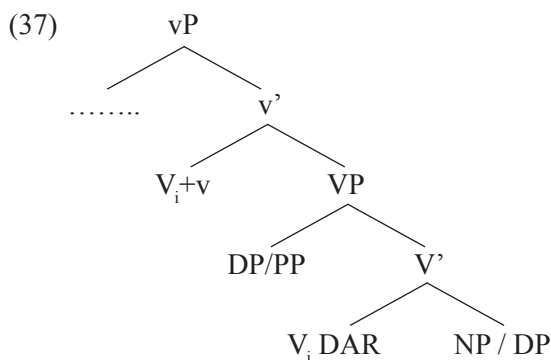
Recorde-se que, a partir de Hale & Keyser (1993) e Chomsky (1995), a estrutura da categoria vP é, em geral, a descrita em (36).

À primeira vista, portanto, poderíamos desde já aceitar a estrutura (36) para qualquer V leve, seguida dos mecanismos necessários à construção do predicado complexo. Mas no ponto 2 pudemos perceber que os verbos

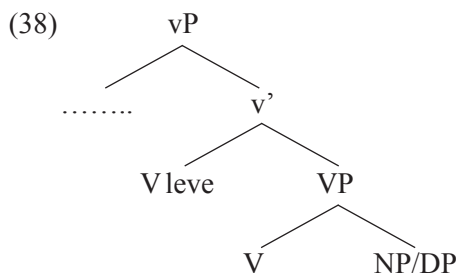
¹⁷ A ideia de que os Vs leves são afinal muito próximos dos verbos plenos é também partilhada por Bruening (2015), para quem os verbos leves são verbos regulares, com complementos regulares, havendo apenas dois pontos a marcar a diferença: os complementos exprimem um evento e o argumento externo do N deverbal pode ser controlado.

leves não são todos iguais e que, especificamente, o verbo *dar* como verbo leve tem, pelo menos, dois valores muito distintos: um em que o verbo é ditransitivo, tem estrutura argumental e, tendo um significado menos forte do que o verbo pleno *dar*, forma um predicado complexo com o NP/DP cujo núcleo é um N deverbal (DAR 2); e outro valor em que o verbo *dar* é mais leve, sendo o N deverbal do NP/DP que segue o verbo o verdadeiro predicado (DAR 3). Se assim é, parece plausível que os dois valores de *dar* devam ser captados por duas análises distintas.

Nessa medida, a estrutura (36) não deverá ser comum a estes dois valores. Propomos que o V DAR 2, como elemento predicativo, ocupa a posição de V (cf., no mesmo sentido, Gonçalves *et al.* 2010: 462). Como DAR 2 é ditransitivo, adotaremos aqui, embora sem discussão, que o OI é, em geral, gerado na posição de especificador de VP (cf. Brito 2010, Gonçalves 2016):



Diferentemente, o V DAR 3 deverá ocupar a posição de V leve na estrutura (38), formando um predicado complexo com o N deverbal.



Note-se que o argumento verbal típico dos verbos leves é um NP ou um DP indefinido ou quantificado), como em *dar amparo*, *dar um amparo*, *dar um espirro*, *dar dois espirros*). Pensamos que quer a presença de N simples quer a presença de expressão indefinida ou quantificada contribuem para a leitura híbrida entre entidade e evento a que já fizemos referência. Na verdade, um indefinido (mesmo com interpretação específica) ou uma expressão quantificada são, de facto, consideradas, por alguns autores, como as mais baixas na escala de referencialidade das expressões nominais (Raposo 2013: 1324).

A análise aqui esboçada não permite dar conta do paralelismo entre algumas expressões de verbos leves e as construções com objetos cognatos (*dar um espirro*, *espirrar um espirro enérgico*, versus *dar um pulo*, **pular um pulo*, **pular um pulo extenso*). Mas a exploração desse paralelismo está fora do alcance deste trabalho (para um tratamento destas questões, no quadro da MD, ver Choupina 2013).

5 – Conclusões

Neste texto fizemos uma análise do verbo leve *dar* em Português Europeu, e defendemos que há, pelo menos, dois valores distintos deste verbo leve: um em que o verbo tem três argumentos (DAR 2) e, nessa medida, aproxima-se do verbo pleno correspondente (DAR 1) e outro em que o verbo é verdadeiramente leve e tem, pelo menos aparentemente, dois argumentos, não sendo, portanto, ditransitivo (DAR 3).

Defendemos que o verbo leve DAR 2 é gerado numa posição baixa na estrutura, idêntica à do verbo pleno, V, distinguindo-se dele por formar um predicado complexo com o N deverbal com o qual se combina e que explica que o argumento externo seja marcado tematicamente pelo V e pelo N deverbal. Por seu lado, o verbo leve DAR 3 é gerado na posição de v, seguindo a proposta geralmente aceite em Sintaxe. Em qualquer dos casos, o V leve seleciona um NP ou um DP indefinido ou quantificado; quer a presença de N simples quer a presença de expressão indefinida ou quantificada parecem contribuir para a leitura híbrida entre entidade e de evento, típica dos argumentos dos Vs leves.

REFERÊNCIAS

- Alexiadou, A. 2006. On the morphosyntax of (anti-)causative verbs. Retirado em 28 de Maio de 2013 da World Wide Web : <http://ifla.uni-stuttgart.de/files/artemis-anitaworkpap-revised3.pdf>.
- Alsina, A. 1996. *The Role of Argument Structure in Grammar. Evidence from Romance*. CSLI Publications. Stanford: California.
- Barreiro, A. 2006. Extraction and Formalization of Support Verb Extraction and Formalization of Support Verb Paraphrases from Corpora Paraphrase. Retirado em 11 de Novembro de 2016 da World Wide Web: <http://www.linguateca.pt/documentos/ABarreiroSDL2006.pdf>.
- Bosque, I. & Gutiérrez-Rexach, J. 2009. *Fundamentos de Sintaxis Formal*. Madrid: Akal.
- Brito, A. M. 2010. Do European Portuguese and Spanish have the Double Object Construction? In *ENCUENTROGG. VEncuentro de Gramática Generativa*, 29-31 de Julio de 2009, org. da COMISIÓN ORGANIZADORA DEL VEGG, Facultad de Lenguas – Universidad Nacional del Comahue, General Roca, Río Negro, Argentina, CDRom, 81-114.
- Bruening, B. 2015. Light Verbs are Just Regular Verbs. *U. Penn Working Papers in Linguistics*, Volume 21.1, 1-10.
- Butt, M. 2010. The Light Verb Jungle: Still Hacking Away. In Amberber, M.; Baker, B. & Harvey, M. (Eds.) *Complex Predicates: Cross-linguistic Perspectives on Event Structure*. Cambridge: Cambridge University Press 978-0-521-88667-3; acessível em <http://ling.uni-konstanz.de/pages/home/butt/main/papers/cp-volume.pdf>
- Chomsky, N. 1995. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- Choupina, C. M. 2013. *Regência, Transitividade e Intransitividade: noções e critérios. Uma abordagem sintática de verbos com objetos cognatos em PE*. Dissertação de Doutoramento. FLUP, Porto: Edição de autor.
- Duarte, I.; Gonçalves, A.; Miguel, M.; Mendes, A.; Hendrickx, I.; Oliveira, F.; Cunha, L.F.; Silva, F. & Silvano, P. 2010. Light verbs features in European Portuguese. In *Proceedings of the Second Interdisciplinary Workshop on Verbs. The Identification and Representation of Verb Features*. Pisa, Scuola Normale Superiore/Università di Pisa, 27-31.
- Gonçalves, A. & Raposo, E. P. 2013. Verbo e sintagma verbal. In E. P. Raposo *et al.* (orgs.). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian,

1155-1218

- Gonçalves, A.; Cunha, L. F.; Miguel, M.; Silvano, P. & Silva, F.. 2010. Propriedades predicativas dos verbos leves: estrutura argumental e eventiva. In *Textos Seleccionados*, Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, XXV, 2010, Porto. Atas, Porto: APL, 449-464.
- Gonçalves, R. 2016. *Construções ditransitivas no Português de São Tomé*. Diss. de Doutoramento, U. Lisboa.
- Grimshaw, J. & Mester, A. 1988. Light Verbs and Θ -Marking. *Linguistic Inquiry* 19-2: 205-232.
- Gross, M. 1981. Les bases empiriques de la notion de prédicat sémantique. *Langages*, n.63: 7-52.
- Hale, K. & Keyser, S. J. 1993. On Argument Structure and the Lexical Expression of Syntactic Relations. In Hale, K. & Keyser, S.J. (Eds.). *The View From Building 20: Essays in Linguistics in honour of Sylvain Bromberger*. Cambridge, Mass.: MIT Press., 53-109.
- Hale, K. & Keyser, S. J. 2002. *Prolegomenon to a theory of argument structure*. Cambridge, Mass., MIT Press.
- Halle, M. & Marantz, A. 1993. Distributed morphology and the pieces of inflection. In Hale, K. & Keyser, S. J. (eds.) *The View from Building 20*, 111–176. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Hopper, P. & Thompson, S. 1980. Transitivity in Grammar and Discourse. *Language*, Vol. 56, 2, junho de 1980, Linguistic Society of America, 251-299.
- Jespersen, O. 1965. *A Modern English Grammar on Historical Principles*, Part VI, Morphology. London: George Allen and Unwin Ltd.
- Kratzer, A. 1996. *Severing the external argument from the verb*. In Rooryck, J. & L. Zaring, L. (Eds..) *Phrase Structure and the Lexicon*. Dordrecht: Kluwer. 109-137.
- Levin, B.; & Rappaport Hovav, M. 1998. Building Verb Meanings. In Butt, M. & Geuder, W. (Eds.) *The Projection of Arguments: Lexical and Compositional Factors*, 97- 134. Stanford, California: CSLI Publications.
- Longobardi, G. 1994. Proper names and the theory of N-movement in syntax and logical form. *Linguistic Inquiry*, 25, 609-665.
- Marantz, A. 1993. Implications of Asymmetries in Double Object Constructions. In Mchombo, S. A. (Eds.) *Theoretical aspects of Bantu Grammar*, Vol. 1. Stanford: CSLI Publications, 113-150.

- Mohanan, T. 2006. Grammatical verbs (with special reference to light verbs). In Everaert, M. & H. van Riemsdijk (Eds.) *The Blackwell Companion to Syntax*, vol. II, 459-492.
- O'Donnell Christoffersen, K. 2016. A contrastive analysis of *dar* 'give' in English and Brazilian Portuguese: semantic-syntactic relationships and implications for L2 instruction, *BELT*, Porto Alegre, v. 7, n. 1: 26-43, <http://dx.doi.org/10.15448/2178-3640.2016.1.23491> (25/03/2017)
- Oliveira, F. & Leal A. 2015. Activities with culmination. In Simões, A. *et al.* (Eds.) *Linguística, Informática e Tradução: Mundos que se cruzam*. OSLA, Oslo Studies in Language, 7 (1): 457-470.
- Pederneira, I. L. 2014. Gramática na Teoria Gerativa - Verbos leves no português brasileiro: uma nova proposta. *Revista Linguística Rio*, Volume 1, Número 1, Outubro de 2014 – ISSN, 2358-6826.
- Ramchand, G. 2008. *Verb Meaning and the Lexicon: a first phase syntax*. Cambridge: University Press.
- Raposo, E. P. 2013. Orações copulativas e predicacões secundárias. In Raposo, E. P. *et al.* (Eds.) *Gramática do Português*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, vol. II, 1285-1356.
- Rothstein, S. 2004. *Structuring events. A study in the semantics of lexical aspect*. Oxford: Blackwell.
- Rosen, S. T. 1989. *Argument Structure and Complex Predicates*. PhD Dissertation. Brandeis University.
- Scher, A. P. 2006. Nominalizações em *-ada* em Construções com o Verbo Leve *dar* em Português Brasileiro. *Letras de Hoje*, Porto Alegre. v. 41, nº 1: 29-48.

AS LEITURAS FUTURATIVAS DO PRESENTE DO INDICATIVO E A NOÇÃO DE COERÇÃO TEMPORAL

Luís Filipe Cunha¹

luisfilipeleitecunha@gmail.com

Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal)
Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

RESUMO. Este nosso trabalho visa fornecer algumas pistas para um tratamento adequado dos casos em que o Presente do Indicativo recebe leituras futurativas em Português Europeu. Procuraremos demonstrar que uma análise que sustenta que este tempo gramatical representa a expressão do “não passado”, tal como a desenvolvida por Giannakidou (2014) para o Grego e para o Italiano, se revela insuficiente para dar conta do que se passa em PE, sobretudo porque parece não existir uma ambiguidade sistemática entre leituras futurativas e não futurativas e porque nem todas as predicções podem ser projetadas para um intervalo posterior ao momento da enunciação quando perspectivadas pelo Presente. Nessa medida, aduziremos alguns argumentos em favor da ideia de que o Presente do Indicativo, nas interpretações que envolvem posterioridade, se encontra sujeito a algum tipo de coerção ou de mudança temporal, constituindo-se esta, em certa medida, como uma leitura de natureza “derivada”.

¹ Trabalho financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do QREN – POPH – Tipologia 4.1. – Formação avançada, participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MEC.

PALAVRAS-CHAVE: Semântica, relações temporais, futuridade, Presente do Indicativo, coerção.

ABSTRACT. The main goal of this paper is to provide cues for an appropriate treatment of the futurate readings that arise in some contexts with the *Presente do Indicativo* (Simple Present) in European Portuguese. I will try to demonstrate that an analysis based on the past vs. non-past distinction, such as the one developed by Giannakidou (2014) to explain contrasts in Greek and Italian, is not sufficient to account for the European Portuguese data since there is not a systematic ambiguity between future and non-future readings with the present tense in EP and because not all predicates can be located in an interval subsequent to the utterance time when they combine with the tense under analysis. In this regard, I will adduce some arguments in favour of a treatment in which the *Presente do Indicativo* (Simple Present) is temporally “coerced” (or, more appropriately, undergoes some temporal shift) in order to provide future information. In this perspective, the “futate present” comes about as a “derived” temporal reading.

KEYWORDS: Semantics, temporal relations, futurates, Simple Present, temporal shift.

1 – Introdução

Em línguas como o Português, é relativamente fácil encontrar estruturas em que o Presente do Indicativo veicula uma relação temporal de posterioridade, tal como ilustrado em exemplos como os de (1)-(4):

- (1) Começa amanhã, em Lisboa, a reunião da Plataforma Europeia de Autoridades Reguladoras (EPRA) que irá discutir a possibilidade de criação de uma entidade que centralize a aplicação da directiva europeia Televisão sem Fronteiras. (*CetemPúblico*, par=ext63889-clt-97b-4)
- (2) As cidades de Évora e Ilha de Moçambique, ambas classificadas como património mundial, assinam amanhã na localidade africana um protocolo de geminação. (*CetemPúblico*, par=ext1068048-soc-97a-2)
- (3) *Pessoas e Lugares* é o título do programa de Fernando Alves e do arquitecto Manuel Graça Dias que a TSF estreia no próximo domingo, às 11h. (*CetemPúblico*, par=ext15922-clt-97a-2)

- (4) A comissão do ensino superior do PCP apresenta no próximo domingo, num hotel de Lisboa, um Programa para o Desenvolvimento do Ensino Superior. (*CetemPúblico*, par=ext26899-clt-soc-93b-1)

Nas frases em (1)-(4), o Presente do Indicativo funciona como um verdadeiro futuro, na medida em que estabelece uma relação de posterioridade da situação descrita em relação ao momento da enunciação.

Com o presente trabalho, pretendemos: (i) investigar em que circunstâncias o Presente do Indicativo pode receber leituras de tipo futurativo; (ii) reconhecer quais as restrições a que tais interpretações estão sujeitas e (iii) encontrar uma descrição semântica tão adequada quanto possível para dar conta dos factos observados.

2 – Propostas de análise anteriores: Giannakidou (2014)

Com base em trabalhos anteriormente levados a cabo (cf. Giannakidou & Mari, 2012; 2013), Giannakidou (2014) sugere que as leituras futurativas do Presente do Indicativo – pelo menos em Holandês, Grego e Italiano – resultam, em grande medida, das propriedades semânticas do referido tempo gramatical, em particular no que diz respeito à sua caracterização temporal.

Nesse sentido, assume, seguindo propostas como as de Broekhuis & Verkuyl (2014), um tratamento binário para a categoria tempo.

No que à referida categoria diz respeito, podemos destacar, na literatura, a existência de duas concepções divergentes: uma visão tripartida do tempo – análise que surge tomando como ponto de partida a proposta de Reichenbach (1947) e que reparte o eixo temporal em passado, presente e futuro – e uma análise binária do tempo, em que o eixo temporal é dividido em dois setores: passado e não-passado (i.e., [+PAST] e [-PAST]).

Como exemplos de tratamentos binários do tempo podemos destacar a proposta avançada por Declerck (1991; 2006), segundo a qual o domínio temporal é dividido em duas esferas principais: uma esfera do âmbito do passado e outra do âmbito do não-passado (que inclui, por conseguinte, a expressão do presente e do futuro); e a proposta de Broekhuis & Verkuyl

(2014), que assume a existência de três oposições binárias: presente vs. passado; síncrono vs. posterior; imperfeito vs. perfeito, esta última operativa ao nível aspetual.²

Num esquema binário deste género, o futuro perde o seu estatuto como elemento linguístico equiparável ao passado e ao presente. A expressão da prospetividade estaria, assim, incluída (e subordinada) no domínio geral do não passado. Por exemplo, Declerck (1991) trata o futuro como uma forma que se caracteriza por ser “posterior a presente”.

Como uma das consequências decorrentes desta conceção, Giannakidou (2014) assume que a morfologia de futuro em Grego, Italiano ou Holandês não veicula, de facto, temporalidade (os futuros linguísticos não seriam, em última instância, tempos gramaticais), mas que, pelo contrário, se constitui como um conjunto de formas que exprimem modalidade (o que explicaria, por exemplo, leituras não temporais, puramente epistémicas, do futuro, do género de “O João estará agora no Brasil”).

Numa conceção binária do tempo, o presente (= não passado) deixa de poder ser diretamente correlacionado com o momento da enunciação e passa a ser concebido como um tempo gramatical que localiza as situações que descreve num intervalo alargado e aberto que pode ou não incluir o tempo da fala (desde que não lhe seja totalmente anterior), mas que seguramente se prolonga muito para além deste. Nesse sentido, o Presente do Indicativo inclui porções de tempo que são posteriores ao “agora” da enunciação. Ora, se o Presente revela a capacidade de integrar períodos de tempo posteriores ao momento da enunciação, então poderá exprimir futuridade sem quaisquer problemas e, em particular, sem a necessidade de qualquer tipo de estipulação suplementar.

O Presente do Indicativo poderia, assim, por si só, localizar situações num intervalo de tempo posterior ao momento da enunciação, ou seja, estaria apto a receber uma interpretação inequívoca de futuro (cf. exemplos (1)-(4)). Nesse sentido, e segundo esta conceção binária do tempo, será

² Dada a complexidade das abordagens em apreço, não nos é possível, neste trabalho, discutir os seus pormenores. Limitar-nos-emos a realçar o facto de que ambas sugerem um tratamento bipartido para o tempo, i.e., defendem a ideia de que, em termos gerais, a distinção entre passado e não passado assume um papel mais relevante do que a divisão entre presente e futuro.

lícito afirmar que a morfologia de presente se revela capaz de veicular informação de futuridade e, em consequência, o Presente acaba por ser concebido como uma forma que, na realidade, exprime o “não passado”.

3 – Problemas para uma análise do Presente do Indicativo como uma forma de não passado em Português Europeu

Embora capaz de dar conta da existência de leituras futurativas associadas ao Presente do Indicativo em PE, a conceção do presente como uma forma de não passado levanta, apesar de tudo, problemas de grande complexidade.

Em primeiro lugar, se o Presente do Indicativo exprimisse, em termos semânticos, a ideia de não passado, frases envolvendo este tempo gramatical seriam sistematicamente ambíguas (ou, pelo menos, manifestariam alguma vaguidade) entre uma leitura de presente e uma interpretação futurativa. No entanto, não é isso que se observa. Em contexto neutro, ou seja, na ausência de elementos (linguísticos ou extralinguísticos) que explicitem e inequivocamente remetam para a posterioridade, os eventos, em combinação com o tempo gramatical em causa, dão preferencialmente origem a interpretações habituais, i.e., estruturas de reiteração de situações que decorrem num intervalo de tempo que inclui obrigatoriamente o momento da enunciação (cf. (5)-(6)), enquanto os estativos recebem uma leitura de presente real (cf. (7)-(8)).

- (5) Sabino C., espanhol, condenado a 20 anos por roubo qualificado, uso de documento falso e arma proibida e por evasão, **faz** artesanato na cela – reproduções de barcos antigos – que **vende** para o exterior. (CetemPúblico, par=ext27812-soc-93a-1)
- (6) **Dorme** mal («o meu sono é medíocre»), **levanta-se** às oito e meia da manhã, **lê** os jornais, das 10 às 14 **trabalha** no escritório, saleta penumbrea da vivenda que lhe cabe em S. Bento, **almoça** breve («sozinho, num quarto de hora») e **dorme** a sesta. (CetemPúblico, par=ext129489-pol-93b-2)
- (7) Manuel Guerra é diplomado em Teatro e Artes do Espectáculo pela Universidade de Paris e **é professor** na Escola Superior de

Educação de Coimbra e director artístico d'*O Teatrão – Teatro para a Infância de Coimbra*. (*CetemPúblico*, par=ext7615-soc-96a-3)

- (8) Martin Scorsese **adora** personagens que vivem nos extremos, o género de tipos constantemente empoleirados entre a vida e a morte. (*CetemPúblico*, par=ext127685-nd-95b-1)

Uma observação semelhante pode estender-se aos casos envolvendo o Imperfeito:³ este tempo gramatical, em contexto neutro, estabelece com o Ponto de Perspetiva Temporal com que ocorre uma relação de sobreposição, seja graças à interpretação habitual dos eventos (cf. (9)), seja porque os estativos desencadeiam uma leitura sistemática de inclusão de um intervalo passado (cf. (10)), não se verificando, também aqui, qualquer tipo de ambiguidade entre uma leitura de sobreposição a passado e uma interpretação de posterioridade.

- (9) Nos hospitais, tal como os outros poetas, **fazia** recitais, **lia** poemas aos combatentes feridos. (*CetemPúblico*, par=ext7599-clt-92a-2)
- (10) Will Durant **era professor** na Ferrer Modern School, fundada por um grupo de anarquistas de Nova Iorque, quando se apaixonou pela mais velha das suas alunas (...). (*CetemPúblico*, par=ext92229-nd-91b-2)

A confirmar o facto de que uma leitura de posterioridade não depende crucialmente das propriedades semânticas intrínsecas do Presente (ou do Imperfeito), observem-se casos em que, dada a impossibilidade de repetição das eventualidades envolvidas, uma leitura habitual é bloqueada.

³ Embora estejamos plenamente conscientes de que, em termos semânticos, são muitas as divergências que separam o Presente do Indicativo do Imperfeito, optámos por incluir alguns exemplos em que figura esta forma do passado no sentido de ilustrar os paralelismos que se observam, em termos da expressão da posterioridade, entre os tempos gramaticais em apreço. Como procuraremos demonstrar ao longo deste trabalho, as condições de licenciamento de interpretações futurativas do Presente são, em grande medida, semelhantes às que viabilizam uma leitura paralela do Imperfeito, salvaguardada a diferença de que, no primeiro caso, o Ponto de Perspetiva Temporal selecionado é o momento da enunciação e, no segundo, é um dado intervalo relevante do passado.

Se o Presente do Indicativo estivesse associado, por si só, a um intervalo de tempo não passado, seria expectável que, não se encontrando disponível uma interpretação que remete para a sobreposição das situações descritas com o momento da enunciação, uma leitura de tipo futurativo seria de imediato viabilizada. Não é isso, no entanto, o que sucede, como a anomalia exibida pelos exemplos seguintes nos revela:

(11)# O João parte o braço à saída da escola.

(12)# A bomba explode no átrio do hotel.

Uma vez mais, o Imperfeito revela um comportamento análogo ao do Presente: frases como as de (13) e (14) parecem não poder receber uma leitura de posterioridade a passado.

(13)# O João partia o braço à saída da escola.

(14)# A bomba explodia no átrio do hotel.

Um segundo argumento que, de alguma forma, contraindica a adoção de um tratamento para as leituras futurativas do Presente do Indicativo como sendo o resultado de uma bipartição entre um domínio passado e um domínio não passado prende-se com a existência de restrições semânticas quanto à possibilidade de o Presente do Indicativo manifestar posterioridade, mesmo estando reunidas as condições para que tal pudesse vir a acontecer.

Observamos, por exemplo, que os estados de indivíduo manifestam uma certa resistência à coocorrência com o Presente do Indicativo na expressão da prospectividade, tal como demonstram os seguintes contrastes:

(15)# O João tem varicela daqui a uns dias.

(16) O João vai ter varicela daqui a uns dias.

(17)# Quando acabar o curso, o João é um bom médico.

(18) Quando acabar o curso, o João vai ser um bom médico.

(19)# “E se, numa bicha, encontrar alguém a murmurar contra a demora responder-lhe-ei que, quando chegar a sua vez, também **gosta** de ser bem atendido.”

- (20) “E se, numa bicha, encontrar alguém a murmurar contra a demora responder-lhe-ei que, quando chegar a sua vez, também vai gostar de ser bem atendido.” (*CetemPúblico*, par=ext833088-soc-95a-2)

As restrições que, em certa medida, parecem tornar o Presente do Indicativo menos adequado para a expressão da posterioridade em comparação com outros mecanismos linguísticos que inequivocamente remetem para a futuridade não se limitam às dificuldades de coocorrência com os estativos. Na realidade, e como é comumente assumido na literatura (cf. e.g. Copley, 2009; Silva, 1997; Martín, 2008), o uso do Presente do Indicativo com valor de futuro está fortemente ligado à expressão da planificação (cf. (21)), da iminência (cf. (22)) ou da assunção de um alto grau de certeza (cf. (23)):

(21) Amanhã eu acabo o artigo e parto de férias.

(22) O João chega em cinco minutos.

(23) Amanhã chove.

Se, no entanto, nenhum destes valores se revelar particularmente saliente no discurso, o uso do Presente do Indicativo com uma interpretação futurativa, mesmo com eventos, parece revelar-se (pelo menos no entender de alguns falantes) algo inadequado, como indicado pelos seguintes contrastes:

(24) # O grupo de leões caça um gnu daqui a dois dias.

(25) O grupo de leões vai caçar um gnu daqui a dois dias.

(26) # O fogo consome a floresta daqui a uma semana.

(27) O fogo vai consumir a floresta daqui a uma semana.

Ora, tendo em consideração os dados que acabámos de apresentar, parece-nos plausível assumir que, se o Presente do Indicativo exprimisse simplesmente o conceito de não passado, nada justificaria a emergência das limitações interpretativas aqui observadas. Por outras palavras, a leitura de futuridade do Presente do Indicativo deveria ser sistematicamente obtida,

na medida em que derivaria diretamente do seu perfil semântico básico; no entanto, e atendendo às restrições apontadas, tal nem sempre se verifica.

Um terceiro argumento contrário a uma análise do Presente do Indicativo como correspondendo a uma verdadeira forma de não passado tem a ver com o facto de se tornar necessário, para se obter uma leitura futurativa com o referido tempo gramatical, o recurso a elementos linguísticos ou contextuais adicionais que, de algum modo, remetam para a orientação prospetiva da eventualidade em questão.

Na realidade, tanto as leituras prospetivas do Presente do Indicativo quanto as do Imperfeito requerem obrigatoriamente a presença, implícita ou explícita, de algum elemento adicional que exprima orientação para o futuro, o que se traduz, na maioria dos casos, no recurso a adverbiais temporais como os representados em (28)-(30):

(28)[As] Cramol cantam ao vivo **no Ano Novo**. (*CetemPúblico*, par=ext22684-clt-96b-1)

(29)O primeiro-ministro, coronel Vasco Gonçalves, fala **amanhã** ao país, em princípio às 21h, através da Radiotelevisão Portuguesa. (*CetemPúblico*, par=ext728732-nd-94b-3)

(30)**Dois dias depois**, a senhora recebia o extracto bancário. (*CetemPúblico*, par=ext36825-soc-94b-1)

Com efeito, as leituras futurativas do Presente do Indicativo e do Imperfeito em configurações como (28)-(30) parecem depender crucialmente da presença dos adverbiais temporais orientados para o futuro (a saber, “no Ano Novo”, “amanhã” e “dois dias depois”). Caso estes elementos sejam retirados, a interpretação preferencial atribuída às frases em apreço torna-se substancialmente diferente, como podemos observar nos exemplos que se seguem:

(31)[As] Cramol cantam ao vivo.

(32)O primeiro-ministro, coronel Vasco Gonçalves, fala ao país através da Radiotelevisão Portuguesa.

(33)A senhora recebia o extracto bancário.

É interessante observar que frases em tudo idênticas a (28)-(30), excetuando no que se refere aos elementos linguísticos que exprimem posterioridade, em particular os adverbiais temporais, recebem, agora, interpretações bastante distintas. Com efeito, (31) parece significar que as Cramol normalmente cantam ao vivo (e não, por exemplo, em gravações ou *videoclips*); (32) sugere que a forma habitual de o primeiro-ministro se dirigir ao país é através da Radiotelevisão Portuguesa e (33) parece indicar que a senhora costumava receber regularmente o seu extrato bancário. Por outras palavras, (31)-(33) manifestam uma leitura preferencial de habitualidade.⁴

Se o Presente do Indicativo representasse uma forma de não passado, incorporaria, por princípio, no seu perfil semântico básico, algum tipo de informação respeitante à expressão da futuridade. Nesse caso, deveria ser possível obter leituras equivalentes entre os conjuntos de exemplos em (28)-(30) e em (31)-(33). No entanto, não é isso que se verifica: a mera supressão de expressões linguísticas que remetem para a posterioridade parece ser suficiente para alterar a interpretação preferencial conferida às frases em apreço, sendo a leitura de futuro tipicamente substituída pela de habitualidade.

Em suma, diremos que (i) a inexistência de ambiguidade (ou, pelo menos, de um certo grau de vaguidade) nas interpretações atribuídas ao Presente do Indicativo entre uma leitura de sobreposição e uma interpretação de posterioridade, (ii) as restrições manifestadas por este tempo gramatical no que respeita à possibilidade de integrar estruturas que veiculam futuridade e (iii) a obrigatoriedade da presença de elementos linguísticos ou extralinguísticos claramente prospetivos para o licenciamento das interpretações em apreço levam-nos a concluir que uma análise do Presente do Indicativo como um tempo que exprime não passado se revela manifestamente insuficiente para dar conta dos dados

⁴ Com estas observações não queremos, naturalmente, sustentar a ideia de que uma leitura de posterioridade associada ao Presente do Indicativo depende única e exclusivamente da presença de adverbiais temporais que remetam para um intervalo futuro; no entanto, parece-nos lícito admitir que, para que uma tal interpretação seja viabilizada, estejam disponíveis informações de cariz linguístico ou contextual que inequivocamente apontem para a futuridade.

observados no Português Europeu.

Coloca-se, por conseguinte, a questão de saber como são obtidas as leituras prospetivas do Presente do Indicativo. Por outras palavras, importa esclarecer quais são os mecanismos linguísticos que, efetivamente, se encontram envolvidos na obtenção deste género de interpretações.

Exploraremos, neste trabalho, a hipótese de que as leituras futurativas do Presente do Indicativo (e, provavelmente, também do Imperfeito) resultam da aplicação de um mecanismo de coerção ou de mudança temporal, em certa medida semelhante ao que se pode observar no âmbito das classes aspetuais de predicações.

4 – As interpretações prospetivas do Presente do Indicativo e a noção de mudança temporal

4.1 – A coerção no domínio aspetual

A ideia de que a classe aspetual básica de uma predicação pode ser facilmente comutada numa categoria diferente, de tipo derivado, é, desde há muito, comumente aceite na literatura e foi largamente explorada por autores como Moens (1987), Moens & Steedman (1988), de Swart (1998), entre muitos outros. Por exemplo, Moens propõe uma Rede Aspetual capaz de dar conta dos diversos tipos de transições e percursos possíveis para cada classe aspetual de predicação.

Resumimos, em seguida, os ingredientes básicos que compõem o mecanismo de comutação ou de coerção aspetual:

- Um “input” ou categoria de entrada: trata-se da classe aspetual da predicação que vai ser sujeita a alterações ao nível do seu perfil temporal interno básico;
- Um mecanismo de comutação ou de mudança aspetual: pode ser desencadeado ou por operadores, i.e., formas linguísticas que codificam lexicalmente a alteração em causa; ou por elementos que, de um modo ou de outro, entram em conflito (*mismatch*) com as propriedades básicas da situação com que se combinam,

- desencadeando a sua reinterpretação;
- Um “output” ou categoria de saída: trata-se da classe aspetual final que vai caracterizar a predicação depois de sujeita ao mecanismo de coerção.

Assim, por exemplo, em PE, o Progressivo toma como seu “input” situações de tipo processual que são comutadas num “output” de cariz estativo (os designados estados progressivos) graças à intervenção de um operador aspetual (neste caso, a forma verbal *estar a*) (cf. Cunha, 1998a). De um modo semelhante, o operador *acabar de* toma como seu “input” predicções de tipo processual, convertendo-as, no entanto, em “outputs” de natureza bem diversa, a saber em culminações (cf. Cunha, 1998b; Oliveira *et al.*, 2004).

Por outro lado, numa frase como “O João leu o livro durante meia hora”, temos uma situação de base que corresponde a um processo culminado. No entanto, o adverbial temporal “durante meia hora” entra em conflito com as propriedades aspetuais básicas da predicação em causa, forçando a sua reinterpretação como processo.

Será possível estender um tratamento deste género a alterações que se observam num domínio essencialmente temporal? A hipótese que iremos desenvolver na próxima subsecção do nosso trabalho pretende responder afirmativamente a esta questão, procurando analisar as interpretações futurativas do Presente do Indicativo como o resultado da aplicação de um mecanismo de coerção ou de mudança temporal.

4.2 – A mudança no domínio temporal

Em primeiro lugar, começaremos por assumir, em linha com o que tem sido defendido na literatura para o PE (cf. Peres, 1993; Oliveira & Lopes, 1995; Oliveira, 2003) que o perfil temporal básico do Presente do Indicativo corresponde a uma relação de sobreposição ao momento da enunciação (mais especificamente, o intervalo ocupado por uma eventualidade no Presente do Indicativo inclui tipicamente o “agora” da enunciação) e que o perfil temporal básico do Imperfeito corresponde a uma relação

de sobreposição a um dado Ponto de Perspetiva Temporal passado (que, de novo, se traduz usualmente na inclusão do PPT relevante no intervalo ocupado pela situação no Imperfeito).

Uma análise deste género implica, em última instância, que as leituras prospetivas do Presente e do Imperfeito não estão diretamente codificadas nas suas propriedades semânticas básicas, tal como defendido por Giannakidou (2014) para as formas do Presente em Grego, Italiano e Holandês. Como poderemos, então, obter uma descrição satisfatória para exemplos em que estes tempos gramaticais exprimem futuridade?

Tendo em conta que, para obter leituras prospetivas com o Presente do Indicativo, em PE, parece ser necessária a presença de elementos externos (de natureza linguística ou contextual) que as licenciem, colocaremos a hipótese de que estamos perante casos de coerção ou de mudança ao nível temporal.

Assim, uma hipótese como esta poderia tomar como base os seguintes componentes, que, em conjunto, configurariam a mudança temporal:

- A relação temporal de sobreposição ao momento da enunciação para o Presente do Indicativo (e de sobreposição a um dado PPT passado para o Imperfeito) constituir-se-ia como “input” ou “perfil” temporal de partida.
- Adverbiais temporais que remetem para a posterioridade como “amanhã”, “na próxima semana”, “no dia seguinte”, “daí a dois dias”, etc. entrariam em conflito com as propriedades básicas dos tempos gramaticais com que se combinam, forçando a sua reinterpretação em termos de prospetividade;⁵
- Como resultado da coerção ou mudança temporal obteríamos “outputs” ou relações temporais de saída diferentes dos “inputs” originais: no caso do Presente do Indicativo teríamos uma leitura de futuro; no caso do Imperfeito, uma interpretação de futuro do passado.

⁵ Sublinhe-se que, em muitos casos, fatores contextuais podem igualmente condicionar leituras futurativas do Presente do Indicativo, pelo que também estes deverão ser tidos em conta como desencadeadores de mudança temporal em configurações deste género.

4.3 – Algumas vantagens da hipótese da coerção temporal

Quando comparada com a proposta avançada por Giannakidou (2014) para a caracterização das leituras futurativas do Presente do Indicativo, a análise em termos de mudança temporal que acabámos de apresentar parece trazer algumas vantagens. Destacamos as que se apresentam a seguir.

Dado que, em termos semânticos, o Presente do Indicativo remete de forma sistemática para um intervalo que inclui o momento da enunciação, já que as suas aceções futurativas seriam o resultado da comutação temporal desencadeada por certos elementos linguísticos ou extralinguísticos, em contexto neutro não se espera qualquer tipo de ambiguidade ou de vaguidade no que diz respeito à sua interpretação, sendo expectável que as leituras habituais ou de “presente real” sejam preferencialmente seleccionadas (cf. a discussão dos exemplos (5)-(8) na secção 3).

Uma outra vantagem da proposta que aqui estamos a advogar prende-se com a acomodação de certas restrições que vimos existirem no que se refere ao licenciamento das leituras prospetivas do Presente do Indicativo. Em particular, observámos que os estados de indivíduo parecem oferecer uma maior resistência à combinação com o Presente do Indicativo numa interpretação de cariz futurativo. Ora, se assumirmos que uma das características fundamentais da referida classe aspetual é a sua “estabilidade”, não apenas em termos aspetuais, mas também a nível temporal (e.g. revelam alguma dificuldade em coocorrer com adverbiais temporais de localização precisa, cf. “# O João vai ser gordo amanhã”; “# A Ana vai ser alta no dia 2 de janeiro de 2025”), não surpreende que este tipo de situações se revele menos apto a participar num mecanismo de coerção no que respeita à sua localização temporal.

Finalmente, se tivermos em conta que é a intervenção de formas linguísticas prospetivas, como certos adverbiais temporais, que se constitui, num número significativo de casos, como a principal responsável pela emergência das leituras futurativas do Presente do Indicativo - e não propriamente as características semânticas do tempo gramatical em causa -, então teremos uma explicação bastante plausível para os contrastes interpretativos que constatámos entre (28)-(30), por um lado, e (31)-(33), por outro. Ou seja, o facto de os adverbiais temporais orientados para o

futuro alterarem substancialmente a interpretação final das predicções com o Presente do Indicativo a que se associam sugere que a sua participação é crucial para a obtenção de leituras de posterioridade nos referidos contextos.

Sublinhe-se, ainda, que a consideração da existência de um mecanismo de mudança temporal que, graças à intervenção de elementos linguísticos ou extralinguísticos adicionais, permite converter uma relação de sobreposição numa relação de posterioridade nos abre a possibilidade de propor um tratamento unificado para as leituras prospetivas do Presente do Indicativo e do Imperfeito, que, como tivemos oportunidade de constatar, revelam semelhanças bastante significativas a este respeito. A mera adoção, a nível temporal, de uma oposição entre um domínio passado e um domínio não passado não seria suficiente, por seu lado, para dar conta, de forma explícita, do paralelismo em questão.

É igualmente interessante constatar que, se a abordagem que temos vindo a propor se revelar adequada para a descrição dos factos linguísticos que temos vindo a observar, teremos um mesmo mecanismo – a coerção – capaz de atuar em domínios semânticos diferentes – o do Aspeto e o do Tempo –, o que o converteria num princípio de âmbito bastante geral na modelação do significado das línguas naturais.

5 – Conclusão

Constatámos que, em línguas como o Português Europeu, reunidas certas condições de licenciamento, o Presente do Indicativo – tal como o Imperfeito – revela a capacidade de projetar as situações com que coocorre num intervalo de tempo prospetivo.

Uma hipótese de explicação para um tal facto poderia passar, na esteira de propostas como as desenvolvidas por Giannakidou (2014), por considerar que o Presente do Indicativo remete para um domínio temporal não passado, i.e., capaz de incluir intervalos que se sobrepõem e/ou que se seguem ao momento da enunciação.

Esta linha de análise enfrenta, contudo, um conjunto de problemas de difícil resolução: prevê, contrariamente aos factos, leituras ambíguas

ou vagas para o Presente do Indicativo; não responde satisfatoriamente a certas restrições observadas no que respeita às (im)possibilidades de licenciamento de leituras futurativas e não dá conta do papel crucial desempenhado por expressões linguísticas prospetivas como certos adverbiais temporais na interpretação final das configurações em questão.

No sentido de encontrar uma solução mais adequada para os problemas descritos, propusemos considerar as interpretações futurativas do Presente do Indicativo como um caso de coerção ou de mudança temporal, em que uma relação de sobreposição ao momento da enunciação é convertida numa relação de posterioridade.

Uma abordagem deste género permite não apenas encontrar soluções para os problemas levantados pela proposta de bipartição do domínio temporal entre passado e não passado como revela a vantagem adicional de proporcionar um tratamento unificado para as leituras prospetivas do Presente do Indicativo e do Imperfeito, possibilitando igualmente conceber a coerção como um mecanismo comum que atua em diferentes áreas da semântica, em particular ao nível do Tempo e do Aspeto.

Dado que as leituras futurativas do Presente do Indicativo localizam as proposições com que coocorrem num intervalo posterior ao tempo de avaliação do seu valor de verdade, é imperioso investigar as propriedades modais que lhes estão associadas (cf. Copley, 2009). No entanto, a concretização de um tal objetivo implica obrigatoriamente a comparação deste tipo de configurações com outras formas de expressão do futuro, em particular com o Futuro Simples do Indicativo e com a construção *ir* + Infinitivo, pelo que deixaremos esta análise para um próximo trabalho. Estamos, no entanto, conscientes de que uma caracterização semântica adequada deste género de estruturas só será possível se for tido em conta o papel fundamental que a modalidade desempenha na sua interpretação final.

REFERÊNCIAS

- Broekhuis, H.; Verkuyl, H. J. 2014. "Binary Tense and Modality". *Natural Language and Linguistic Theory*, 32 (3): 973-1009.
- Copley, B. 2009. *The Semantics of the Future*. Londres / Nova York: Routledge.
- Cunha, L. F. 1998a. *As Construções com Progressivo no Português: uma Abordagem Semântica*. Dissertação de Mestrado, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Cunha, L. F. 1998b. Os Operadores Aspectuais do Português: Contribuição para uma Nova Abordagem. *Cadernos de Linguística*, 1. Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto.
- De Swart, H. 1998. "Aspect Shift and Coercion". *Natural Language and Linguistic Theory*, 16 (2): 347-385.
- Declerck, R. 1991. *Tense in English: its Structure and Use in Discourse*. Londres / Nova York: Routledge.
- Declerck, R. 2006. *The Grammar of the English Tense System*. Berlim: Mouton de Gruyter.
- Giannakidou, A. 2014. "The Futurity of the Present and the Modality of the Future: a Commentary on Broekhuis and Verkuyl". *Natural Language and Linguistic Theory*, 32 (3): 1011-1032.
- Giannakidou, A.; Mari, A. 2012. "The Future of Greek and Italian: an Epistemic Analysis". *Proceedings of Sinn und Bedeutung*, 17: 255-270.
- Giannakidou, A.; Mari, A. 2013. "A Two Dimensional Analysis of the Future: Modal Adverbs and Speaker's Bias". *The Proceedings of the 19th Amsterdam Colloquium*, Vol. 2013: 115-122.
- Kamp, H.; Reyle, U. 1993. *From Discourse to Logic. Introduction to Model-Theoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- Martín, A. B. 2008. *La Perífrasis "Ir a + Infinitivo" en el Sistema Temporal y Aspectual del Español*. Dissertação de Doutorado, Madrid: Universidad Complutense de Madrid.
- Moens, M. 1987. *Tense, Aspect and Temporal Reference*. Dissertação de Doutorado, Edimburgo: Edinburgh University.
- Moens, M.; Steedman, M. 1988. "Temporal Ontology and Temporal Reference". *Computational Linguistics*, 14: 15-28.
- Oliveira, F. 2003. "Tempo e Aspecto". In M. H. Mateus; A. M. Brito; I. Duarte; I.

- Faria (orgs.) *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Oliveira, F.; Lopes, A. C. M. 1995. "Tense and Aspect in Portuguese". In R. Thieroff (ed.), *Tense Systems in European Languages. Vol II*. Tübingen: Niemeyer, 95-115.
- Oliveira, F.; Cunha, L. F.; Gonçalves, A. 2004. "Aspectual Verbs in European and Brazilian Portuguese". *Journal of Portuguese Linguistics*, 3 (1): 141-173.
- Peres, J. A. 1993. Towards an Integrated View of the Expression of Time in Portuguese. *Cadernos de Semântica*, 14. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Reinchenbach, H. 1947. *Elements of Symbolic Logic*. Londres: Macmillan.
- Silva, A. 1997. *A Expressão da Futuridade na Língua Falada*. Dissertação de Doutoramento, Campinas, São Paulo: Universidade Estadual de Campinas / Instituto de Estudos da Linguagem.

FUNÇÕES DISCURSIVAS DAS CONSTRUÇÕES COM A PARTÍCULA LÁ

Isabel Duarte

iduarte@letras.up.pt

Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal)
Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

Maria Aldina Marques

mamarques@ilch.um.pt

Universidade do Minho (Portugal)
Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho (Portugal)

RESUMO. Na continuação de trabalhos anteriores sobre o uso de *lá* (Duarte 2009, Duarte & Marques 2015 e Marques & Duarte 2017), propomo-nos analisar, numa perspetiva sincrónica, as construções (semi)cristalizadas do tipo *vamos lá ver* ou *sei lá*, a fim de determinar, por um lado, as estruturas em que ocorre *lá* e, por outro, as funções que tais estruturas desempenham na construção discursiva, os valores semântico-pragmáticos que atualizam no discurso. O quadro de análise que adotamos é o da análise dos discursos, que privilegia a abordagem enunciativa (Moirand 2005). O *corpus*, de dados autênticos, é constituído por conversas informais, recolhidas, sobretudo, no *corpus Perfil sociolinguístico da fala bracarense* e no C-ORAL-ROM.

PALAVRAS-CHAVE: *Lá*, construções (semi)cristalizadas, valores semântico-pragmáticos, funções discursivas.

ABSTRACT. Following previous studies on the use of “lá” (“there”) (Duarte 2009, Duarte & Marques 2015 and Marques & Duarte 2017), we propose in this article to analyse, from a synchronic perspective, (semi) crystallized constructions such

as *vamos lá ver* or *sei lá*, in order to determine, on the one hand, the structures in which “lá” occurs and, on the other hand, the functions that such structures play in the discursive construction, the semantic-pragmatic values that they update in the discourse. The framework of analysis adopted is that of discourse analysis, which favours the enunciative approach (Moirand 2005). The corpus of authentic data is constituted by informal dialogues collected, primarily, in *Perfil sociolinguístico da fala bracarense* and in the C-ORAL-ROM.

KEYWORDS: *Lá*, (semi) crystallized constructions, semantic-pragmatic values, discursive functions.

1 – Introdução

Na continuação de trabalhos anteriores sobre o uso de *lá* (Duarte 2010, Duarte & Marques 2015 e Marques & Duarte 2017), propomo-nos analisar, numa perspetiva sincrónica, as construções (semi)cristalizadas do tipo *vamos lá ver*, *lá está* ou *sei lá*, a fim de determinar, por um lado, as estruturas em que ocorre *lá* e, por outro, as funções que tais estruturas desempenham na construção discursiva, os valores semântico-pragmáticos que atualizam no discurso.

Reiteramos, nesta abordagem, os princípios já estabelecidos nas análises anteriores, nomeadamente a polifuncionalidade dos advérbios de lugar, de função deíctica a funções não deícticas num *continuum* de valores, que podem mesmo coocorrer.

É o caso da frequente ocorrência de *lá* com um topónimo. O valor locativo está presente, mas não está só¹. Há uma clara dimensão avaliativa negativa que o contexto permite explicar. No exemplo abaixo, as interlocutoras participam numa interação marcada pela proximidade, numa interação de estudo em grupo, reforçada pelas relações sociais (colegas de curso e amigas). Este excerto simula um momento de agressividade verbal ao serviço de uma interação descontrainda, que os risos das interlocutoras sublinham: “lá em felgueiras” tem de ser correlacionado com “não sou eu que ando de galochas”, um comportamento marcadamente rural. Nesta

¹ Martelotta & Rêgo (1996: 135) identificam nestes casos um valor anafórico de *lá* que, segundo eles, gera um efeito de ênfase.

correlação estabelece-se um valor depreciativo que faz coincidir um valor não deítico com o primeiro, deítico:

(1) A: §AI eu hoje↑ tooou azeiteira a sério↓/ a minha letra tá horrível→§

B: §tu és azeiteira/ tipo qual é a dificuldade?§

A: §OLHAmas não sou eu que ando de galochas↑ **lá em felgueiras**→§

B: §[OLHA EU ANDO DE GALOCHAS?

A: (RISOS)

C: (RISOS)] (5’')

B: [eu ando de galochas/ em felgueiras?

A: (())

C: (RISOS)]§

A: §as galochas é bom é para não escorregares no azeite filha?²§

B: §[olha - olha vou chamar o meu gang de celeirós

Recolha e transcrição: estudantes de *Análise Conversacional*, 2013-2014

Este tipo de estruturas foi já alvo de análise mas numa perspetiva diacrónica, enquanto processo de gramaticalização. Salientamos os trabalhos de Martelotta, Votre & Cezario 1996³, Brinton 1996, Dostie 2004, Teixeira 2011, Oliveira & Batoréo 2014, entre outros. Os resultados obtidos, bem como a metodologia usada são de interesse para o presente trabalho, nomeadamente pela progressiva atenção ao uso, que evidenciam, ainda que nos situemos numa perspetiva teórica diversa. De facto, privilegiámos a abordagem enunciativo-pragmática, no quadro da análise dos discursos.

² Entre risos

³ Sobre este tópico, escrevem os autores: “Há duas trajetórias básicas de gramaticalização diferentes para os usos do *lá*, todas partindo do seu valor deítico espacial e gerando usos diferentes para essa partícula. (...) A partícula *lá* pode assumir, no texto, papéis anafóricos e catafóricos. (...). O *lá* com valor catafórico tende a funcionar como elemento enfático da informação mencionada e a introduzir uma informação nova no texto.” (p.132)

2 – Os dados em análise

O *corpus*, de dados autênticos, é constituído por conversas informais, recolhidas no *corpus Perfil sociolinguístico da fala bracarense* e no C-ORAL-ROM, preferencialmente, ainda que se recorra pontualmente a outros *corpora*, elaborados por estudantes de licenciatura e Mestrado (nas Unidade Curriculares de *Análise Conversacional*, e *Temas de Pragmática*, na Universidade do Minho, e *Gramática da Comunicação Oral e Escrita*, na Universidade do Porto). São interações orais marcadas por um registo coloquial (Briz 2010, Marques 2014).⁴

As estruturas consideradas são fórmulas idiomáticas complexas, expressões fixas - com graus diversos de cristalização - (Lamiroy 2008, Marques 2011) ou, ainda, construções e microconstruções, multifuncionais, com funções enunciativas, pragmáticas e textuais, que participam num “percurso discursivo de construção negociada do sentido” (Marques 2014: 95).

É evidente que, como os estudos sobre gramaticalização demonstram, se trata de um processo em curso, pelo que as estruturas que seleccionámos apresentam diferentes graus de gramaticalização/pragmaticização⁵. Daqui decorre também a dificuldade sentida na inclusão de algumas estruturas na presente análise, resolvida com a aplicação de testes de supressão da partícula *lá* que nos permitiram traçar uma delimitação, tendo nomeadamente em conta a gradação dos funcionamentos e as características mais ou menos prototípicas de cada estrutura.

Os excertos seguintes são exemplo de tais funcionamentos. Apesar

⁴ Nos diversos *corpora*, foram usados sinais de transcrição pertencentes a sistemas diferentes. Assim apresentaremos o valor de cada um, abaixo numerados:

Corpus 1: Perfil da fala bracarense (identificado com sequências como (01H1B)): pausa média (•); pausa longa (••); introdução de discurso direto (: -); enunciado inacabado (...); enunciado interrompido (/). Ponto de interrogação, ponto final, vírgula usados de acordo com os valores da pontuação portuguesa.

Corpus 2: Gravação e transcrição, AC: sistema Val.ES.Co.

Negrito: expressões em análise.

Corpus 3: C-ORAL-ROM (identificado entre parêntesis retos, como [pf0796pu]; anotação original respeitada).

⁵ A expressão é de Dostie: «Pour les changements assez rapides, plus dépendants du contexte et qui aboutissent à la création des marqueurs pragmatiques, nous préférons utiliser le terme *pragmaticalisation*.» (Dostie 2004).

de alguma aceitabilidade, parece-nos que a supressão de *lá* cria dificuldades de interpretação, que justificam considerar que se trata de um estrutura fixa.

- (2) para fazerem compras para •• para um mês ou dois **ou lá o que é que é**. (04H1C)
- (2') ?? para fazerem compras para •• para um mês ou dois **ou o que é que é**.⁶
- (3) aquilo tem / as quadras/ vá /os quarteirões /ou bairros/ [...] **ou lá o que é que será /aquilo** // [pfamd104]
- (3') ?? aquilo tem / as quadras/ vá /os quarteirões /ou bairros/ [...] **ou o que é que será /aquilo** //
- (4) Hannahs Montanas e •• e Jackie Code **ou lá como é que aquilo se chama** que os meus primos é que vêm aquilo. (49M1C)
- (4') ?? Hannahs Montanas e •• e Jackie Code **ou como é que aquilo se chama** que os meus primos é que vêm aquilo.

Situações diversas são as ocorrências da mesma sequência formal, mas constituindo unidades diferentes. *Vamos lá ver* é um desses casos, podendo ocorrer como sintagma livre (5), com valor de futuro, como “vamos ver” ou como estrutura fixa (6), com função reorganizadora de discurso⁷:

- (5) •• e tentações. •• E, às vezes... ••• Não sei. •• **Vamos lá ver**. Para já, •• como isso está ligado à Santa Casa da Misericórdia, (44H4D)
- (6) E. Sente que satisfaz as suas curiosidades ao ir para o curso de filosofia?
I: De certa forma. Ora **vamos lá ver**. Eu eu não sei sei faz...
Vivi uma experiência (45H4D)

⁶ Uma consulta no Google deu zero ocorrências para esta expressão.

⁷ No caso de (6) reforçada pelo “Ora”, que estabelece uma espécie de pausa.

Para a presente análise, seleccionámos 10 estruturas diferentes em que *lá* ocorre, algumas delas com variantes e estruturas similares que iremos ter em consideração. A variação de formas e estruturas, como a de pessoa/número e tempo verbais, mostra que se trata de funcionamentos complexos relacionados com processos de pragmaticalização em fases variadas que determinam o seu comportamento⁸.

Todas as estruturas se caracterizam pela ocorrência de pelo menos uma forma verbal: *saber, ir, ver, querer, estar, ser, etc.*, a que *lá* se pospõe ou se antepõe:

- a) *sei lá*
- b) *quero lá saber*
- c) *vê lá*
- d) *lá está:*
- e) *ou lá o que é que é*
- f) *vamos lá ver / vá lá ver*
- g) *vá lá / vá lá que*
- h) *vamos lá*
- i) *lá está X*
- j) *sei lá o quê / que eu sei lá*

A contabilização simples destas ocorrências mostra o predomínio de *sei lá*, seguido de *lá está* e *vá lá* quando comparadas com as outras formas que ocorrem nos diferentes *corpora*:

⁸ A variação entre *vamos lá ver* e *vá lá ver* parece decorrer de diferentes fases dessa cristalização.

Estruturas com <i>lá</i>	Número de ocorrências
Sei lá	254
Lá está	92
Vá lá	70
Vê lá	17
Vá lá ver	14
Ou lá o que é que é	12
Sei lá o quê/que eu sei lá	11
Vá lá que	11
Lá está X	5

QUADRO 1 – Contabilização de ocorrências de estruturas com *lá*

3 – Valores contextuais das estruturas complexas com *lá*

As estruturas em análise são uma categoria polissémica ou multifuncional, carreando valores semântico-pragmáticos dependentes do contexto, que dizem respeito à organização enunciativa, à organização ilocutória e argumentativa e à organização textual. Não são dimensões autónomas, antes participam do processo de gestão global da comunicação. A categorização que realizámos não pode ser entendida fora desta diversidade e *continuum* de valores. Em particular, salientamos o facto de serem, em muitos dos contextos considerados, expressões que apresentam características próprias dos marcadores discursivos (MD) (Martín Zorraquino & Portolés 1998); a realização simultânea de diferentes tarefas discursivas favorece a coocorrência de diferentes valores, com saliências distintas, efeitos pragmáticos diversos em função do contexto local e global.

A. Organização enunciativa

A.1. Modalização

Teremos em consideração valores de modalização, integrando neste conceito o que Vion (2007: 203) distingue como modalidade e modalização.

No domínio da modalidade, de acordo com a definição de Vion, o valor de negação marca algumas das estruturas em análise. Nos casos considerados, são estruturas que veiculam asserções negativas: *sei lá*; *sei lá bem*; *reparei lá*; *quero lá saber*, entre outras. *Lá* marca uma polaridade negativa implícita, inferível a partir do contexto. Sem ele, a expressão significa o contrário: *sei*, *quero saber*, *interessa-me*:

- (7) E: da da Junta • • o que é que punhas aqui • • na freguesia que gostasses de ter?

I: • • • Gostava de ter? • • • **Sei lá.** (01H1B)

- (8) AFE - isso fica aí escrito /

AFD - não me importo //

AFE - é sério /

AFD - **quero lá saber** // [pf0796pu]

- (9) Eu dizia logo: - Oh, minha senhora, eu primeiramente queria a comida, **interessava-me lá** a sua filha, se não tivesse a comida na mesa. (79M4A)

Mas é mais que simples negação. O valor de polaridade negativa constrói-se a partir de um afastamento subjetivo do locutor (Martelotta & Rêgo 1996; Marques & Duarte 2017). A negação é o ponto máximo da escala de avaliação negativa, marcando *lá* a distância afetiva entre o “centro deítico” apreciador e o tema negativamente avaliado (Duarte & Marques 2015). E por isso há um claro valor emotivo, que decorre desse distanciamento e que *lá* carrega. O locutor desconsidera a importância do dito, marcando ora a indiferença ora a surpresa:

- (10) uma das coisas que quando eu vim para aqui lembra-me que me fazia uma confusão doida eram /as madeiras/ **sabia lá** se era vinhático /se era ... [pf0990pu]

- (11) • • - Olha reparaste naquela que ela tem. • • • **Eu reparei lá!** Claro. • • Converso, falo, ((onomatopeia)), mas • • • não não sou assim • • curiosa, não. (77M3D)

Tal afastamento é intensificado, amplificado, marcando uma distância máxima, desresponsabilizadora do locutor relativamente ao dito e ao dizer, em estruturas com o advérbio *bem*, *sei lá bem*, ou do tipo *que eu sei lá*:

- (12) •• E inglês também todos já fizeram o britânico com •• fizeram o / **sei lá bem**. ••• Aqueles os efes, nem sei o nome dos exames, agora esquece-me. (78M3D)

Sei lá e estruturas próximas como *sabe-se lá*; *sabes lá* participam ainda na modalização da assertividade do enunciado, ao introduzirem um valor epistémico dubitativo, a que se agregam juízos avaliativos diversos. Esta função modalizadora é a mais frequente nos usos de *sei lá* que determinámos nos *corpora* analisados:

- (13) E: Por isso passa-me um bocado ao lado. É o que eu digo, a mim nunca me sai o Euromilhões, •• de certeza.
I: ••• **Sabe-se lá**. Desculpe se tenho fugido ao assunto, mas... (44H4D)

- (14) não há assim uma tradução/ literal digamos// é/ **sei lá** //é hospitalidade / mais ou menos // [pfamd110]

A.2. *Relação interpessoal*

Os processos discursivos que temos vindo a analisar fazem parte de uma estratégia global de negociação do sentido, que assenta na alteridade constitutiva da linguagem. Em particular, algumas estruturas têm uma específica função interpessoal, são relacionemas.

Lá está e *vê lá*, nomeadamente, são marcas de uma relação de acordo, a primeira, ou de solicitação de acordo, a segunda, face a algo que o locutor considera surpreendente, uma posição que pretende que o alocutário partilhe:

- (15) NUN - pois //ah / o professor Vasco Pereira da Silva // a professora Maria João Estorninho //

RQL - pois /ah / **lá está**// [pfamd117]

(16)B: §mudar de curso e eu sei que praí há três anos ou que só havia um aluno **vê lá**

A: um aluno? § (Gravação e transcrição, AC (Tiago e Lisa, 2015)

B. Valores ilocutórios e argumentativos

B.1. Valores ilocutórios

Em estreita relação com os valores de modalidade e modalização, são vários os valores ilocutórios⁹ que identificámos nos dados recolhidos e que as estruturas em análise carregam e/ou reforçam. Desde logo, os atos assertivos, atos de base que, como já apontámos, estão associados, em especial, à modalidade epistémica e apreciativa. Ocorrem ainda em atos assertivos de crítica (*lá está(s) X*), no exemplo (17), atos de advertência (*vê lá*) (18) e ainda atos exortativos (*vá lá; vamos lá*) (20).

Em (19), *vê lá* é parafraseável por “imagina”, “calcula”, reforçando um ato de crítica ou de censura que tem como alvo algo / alguém que não o interlocutor. Quando tem por alvo o *interlocutor* marca sobretudo um ato de advertência (como em (18)). Já a forma *lá está (s) X* (17) apresenta o objeto da crítica como um comportamento habitual.

(17)•• Agora, mete uma palavra em inglês, •• é moda. •• E ela: - Ei, **lá está** o pai, **lá está** o... Mas é. •• Para mim é. ((risos)) (44H4D)

(18)e a minha mãe /estava lá e disse assim / “olha /tu **vê lá** /não te esqueças daquilo que lhe estás a dizer » / e ele / “não não// se ela não conseguir emprego /ela vem viver cá para casa” // [pnatco02]

(19)••• Até pessoas do sexto, •• **vê lá**. (01H1B)

⁹ Détrie, Siblot & Verine consideram que a modalidade engloba, entre outros fenómenos, “l’expression des principaux types d’actes de langage” (2001: 189).

- (20) Prof: então **vamos lá**. alguém que se atreva a começar (*corpus* CP, 2014)

B.2. Atenuação

A atenuação constitui-se como uma estratégia de proteção da face dos interlocutores. *Sei lá* e *vá lá* são os MD usados. Em (21) e (22), o locutor pretende que o alocutário fale sobre a sua vida, numa clara invasão do seu território, um ato ameaçador prevenido por *sei lá*. Em (23), por exemplo, *vá lá* atenua uma formulação que o locutor tem dificuldade em assumir, pela sensibilidade do tema e pela crítica implícita. O locutor distancia-se, ou finge distanciar-se para assegurar a eficácia do ato realizado:

- (21) E: • • • E à Queima das Fitas de ... • • **sei lá**, do Porto ou de...
(04H1C)

- (22) E: Há uns anos... • • **Sei lá**, do seu tempo mais jovem para agora? (32H3D)

- (23) quer dizer /eh /parece-me que /à primeira vista /a coisa pode ser interpretada como um reforço /eh /**vá lá** /dos partidos de esquerda // [ppubmn04]

B.3. Argumentação

Numa perspetiva pragmática, a argumentação é um ato discursivo que, dependendo dos autores, ora se distingue ora se confunde com os atos ilocutórios (Nølke 1994).

Adotando a proposta de Amossy (2000) de uma teoria da argumentação nos discursos, não é a dimensão argumentativa destes que influi na análise das expressões fixas com *lá*, isto é, a dimensão argumentativa decorrente do uso da palavra como exercício de influência, mas sim o modo de enunciação, constituído por estruturas sequenciais e movimentos argumentativos que configuram um ato de linguagem. Argumentar é assim um modo de estruturação textual e um ato de linguagem com um fim perlocutório.

Na construção do movimento argumentativo, *lá está* confirma e apresenta um argumento forte (quase “um achado”: é a pertinência

argumentativa que *lá está* explicitamente sublinha); *lá está* orienta, pois, a argumentação. A esta focalização do argumento agrega-se, por vezes, uma função explicativa do enunciado em que *lá está* ocorre (24):

- (24) Mas gosto bastante de Londres e de... **Lá está**, ((hesitação)) é muita gente. Agitação e ((incompreensível)) Eu adoro. (46M1B)

As funções argumentativas de *lá está* não se confinam à intensificação e orientação argumentativa; podem ainda marcar o conteúdo do enunciado em que se integra como conhecimento partilhado pelos interlocutores. *Lá está* reforça um acordo.

- (25) RQL - foi de obrigações /julgo eu //sim //mas eu não o tive //
 NUN - ah /hhh //
 RAQ - **lá está /lá está**//
 NUN - mas havia assim uma aura /que o envolvia// [pfamd117]

Vá lá (por vezes repetido) e *vá lá que* têm também um papel nestes movimentos argumentativos. Marcam, em particular, um movimento concessivo, com valor apreciativo positivo, agregado a uma dimensão emotiva de surpresa, decorrente de uma situação inesperada ou mesmo de uma contraexpectativa gerada pela intervenção anterior:

- (26) I: passado uma hora ou duas, portanto, é assim mais dois ou três autocarros, não... • • Mesmo muito poucos. • • Mas esse da estação sei que agora anda até às onze.
 E: • • **Vá lá**. (58M2B)

- (27) ABM- barba só no circo //pois //não é ? /não /valha-me Deus/
 hhh//
 LSC – hhh
 ABM – hhh /**vá lá que** já há muita opilca e muito [...] desinfetante// [pf0091pu]

C. Organização textual

As expressões fixas com *lá* têm uma função de reorganização textual, nomeadamente no que concerne a reorganização e reorientação de tópico, exemplificações hipotéticas, reformulação e recategorização, preenchimento de pausas (pontuador). Esta função de organização textual é uma função típica dos marcadores discursivos.

C.1. Reorganização e reorientação de tópico

Na função de reorganização e reorientação de tópico, ocorrem as estruturas *vá la ver* e *vamos lá ver*. O Locutor, através deste uso, ganha tempo para formular melhor o tópico em curso (tem também função de pontuador), mas, sobretudo, orienta a atenção do alocutário:

- (28) E: Não é depois onde tem o McDonalds? ••• ((hesitação))
I: ••• Não, **vá lá ver**. A brasileira. Onde é que é a brasileira? O café Brasileira velha. A Brasileira velha. (32H3D)

- (29) ACL – leva alhos //
ACD – e leva alhos//
ZEM - bom /então **vamos lá ver** /quando eles aí estão a trabalhar dentro da maceira diz que estão a quê ? [pnatpe01]

C.2. Exemplificação hipotética

A exemplificação é um outro valor da forma *sei lá*; neste caso, é parafraseável por “por exemplo”, a que se segue, por vezes, uma enumeração ou a continuação de uma enumeração.

- (30) dá para a pessoa /conhecer outras pessoas /conhecer sítios /
tentar perceber/ ah /paisagens mais urbanas /paisagens mais /
campesinas/ ah /**sei lá** /praias /tudo// [pfamd120]

C.3. Recategorização

Estas construções servem ainda à reformulação (auto e hétero-reformulação) do processo de categorização realizado pelo locutor, mas relativamente ao

qual se distancia, quer porque duvida da sua adequação quer porque não o considera importante para a interação; por isso há sempre um afastamento que dá origem a uma desvalorização da questão. É característico dos MD *sei lá*, *vá lá* e *ou lá o que era* e estruturas próximas como *ou lá como é que era*; *ou lá o que é*, etc.:

(31) Por eu fazer mal. Por apresentar ((incompreensível)) por eu fazer... Ah, pontaria de fogo. • • **Sei lá** fazer fogo. Estava a fazer tudo mal. (34H4A)

(32) *os gigantones* /**ou lá como é que** se chama àquilo/ [pfamd104]

(33) I: parece um • • parece

E: Um mato.

I: um/ ((hesitação)) **sei lá**, um ((hesitação)) um matagal (38H4B)

Neste processo de (re)categorização, *sei lá* marca ainda um valor aproximativo que ocorre particularmente em contextos de fechamento de enumeração (valor resumitivo de enumeração que introduz a vagueza no final da enumeração) e de quantificação:

(34) como é que /por exemplo/ eh /se /eh /põe operacional /um elevador /que tem já /**sei lá** /dezoito /quinze/ vinte anos /e que / na época em que foi feito /estava ah /operacional /e agora está perfeitamente //fora de moda/ [pmedin02]

(35) • • E depois vi Roswell, vi os Fich/ X-files. E ((hesitação)) **sei lá**. • • • Depende. Às vezes vejo o Dexter também. (46M1B)

C.4. Pontuador

O facto de fazerem parte de interações orais não planeadas, marcadas, em graus diversos, pelo registo coloquial, permite que algumas das estruturas analisadas funcionem como pausas preenchidas, de suporte a um processo cognitivo em curso mais difícil, pelo que acumula também uma função

reformuladora e categorizadora. *Sei lá, vá lá, vamos lá ver, vá lá ver, lá está* têm esta função:

(36) I: •• Não. É muito diferente. ••• Na na... •• **Sei lá** em sotaque, na maneira de falar, é muito diferente. (58M2B)

(37) temos outra vertente que é de, **lá está**, de programação, dos sistemas operativos, •• de de informática, vá. (49M1C)

4 – Em conclusão

Estes usos elencados, que discriminámos por questões operatórias, raramente ocorrem isolados, antes constituem agregados de sentido que cada contexto atualiza de modo diverso. Veja-se, por exemplo, o valor aproximativo de *ou lá o que é* e similares a par da amplificação, ou a estrutura *lá está*, integrada num movimento argumentativo. A multifuncionalidade de lá, que testámos em trabalhos anteriores, favorece a coocorrência de sentidos.

Saliente-se que, apesar da diversidade de *corpora* que considerámos, não esgotámos nem a lista de estruturas fixas com *lá*, nem os usos e funcionamentos de cada uma delas.

Enquanto construção negociada dos sentidos do discurso, estas estruturas têm um papel importante na construção e matização da responsabilidade enunciativa do locutor, que ora marca um afastamento subjetivo, relativamente ao dito próprio ou alheio, ora marca o seu ponto de vista de modo categórico.

A análise das diferentes estruturas deverá também ter em conta a relação com o género discursivo. No *corpus* constituído por transcrições de aulas universitárias, por exemplo, ocorrem apenas as estruturas *lá está* e *vamos/vá lá*.

REFERÊNCIAS

- Adam, J.-M. 1997. Genres, textes, discours: pour une reconception linguistique du concept de genre. *Revue belge de philologie et d'histoire*. **75**, fasc. 3 : 665-681.
- Amossy, R. 2000. L'argumentation dans le discours. Paris: Nathan.
- Brinton, L. J. 1996. Pragmatic markers in English. Grammaticalization and discourse function. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- Briz, A. 2010. El español coloquial: situación y uso. Madrid: Arco Libros.
- Détrie, C.; Siblot, P. & Verine, B. 2001. Termes et concepts pour l'analyse du discours. Une approche praxématique. Paris: Honoré Champion.
- Dostie, G. 2004. Pragmaticalisation et marqueurs discursifs: Analyse sémantique et traitement lexicographique. Bruxelles: De Boeck/Duculot.
- Duarte, I. M. 2010. La dimension modale de *cá* et *lá* en portugais. *Studii și Cercetări Lingvistice*. **LX**: 179-195.
- Duarte, I. M.; Marques, M. A. 2015. Cá e lá: atenuação, reforço e outros valores modais em PE. *Acta Semiotica et Lingvistica*. **20**, n. 2: 115-128.
- Lamiroy, B. 2008. Les expressions figées : à la recherche d'une définition. In : Blumenthal, P. ; Mejri, S. (Eds.) *Les séquences figées : entre langue et discours*. Stuttgart : Steiner, 85-98.
- Marques, M. A. 2014. Linguagem coloquial e modalização. *REDIS: Revista de Estudos do Discurso*. **2**: 94-107.
- Marques, M. A. 2011. Expressions idiomatiques et valeurs argumentatives dans le discours parlementaire portugais». In : Maria Helena Carreira (Ed.). *L'idiomaticité dans les langues romanes*. Paris: Université de Paris 8, 263-272.
- Marques, M. A.; Duarte, I. M. 2017. Lá, atenuador em interações informais – Português Europeu. *Studia Universitatis Babeş-Bolyai. Philologia*. (no prelo)
- Martelotta, M.; Votre, S.; Cezario, M. M. (Eds). 1996. *Gramaticalização no Português do Brasil: uma Abordagem Funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Martín Zorraquino, M. A.; Portolés, J. 1998. Los marcadores del discurso. In Bosque, I.; Demonte, V. (Eds.). *Nueva gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Fundación Ortega y Gasset.
- Nølke, H. 1994. *Linguistique modulaire: de la forme au sens*. Louvain-Paris:

Ed.Peters.

Oliveira, M. & Batoréo, H. 2014. Construções com pronomes locativos (loc) do tipo loc v e v loc no PB e no PE: correspondências e distinções. *Linguística*.

30: 171-208.

Teixeira, A. C. 2011. Micro-construções e gramaticalização: uma análise a partir de *vá lá* e *vamos lá*. *Rev. Let. & Let.* **27** n.1: 163-178.

Vion, R. 2007. Dimensions énonciative, discursive et dialogique de la modalisation.

Línguas & Letras vol. 8 nº 15: p. 193-224

<http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/1154/944>

Corpora

Perfil sociolinguístico da Fala bracarense.

<https://sites.google.com/site/projectofalabracarense>

C-Oral-Rom

O ARQUIVO DO GALEGO ORAL DO INSTITUTO DA LINGUA GALEGA

Francisco Fernández Rei

ilgpaco.rei@usc.es

Instituto da Lingua Galega

Universidade de Santiago de Compostela (Galicia)

RESUMO. O *Arquivo do Galego Oral (AGO)* é un proxecto do Instituto da Lingua Galega da Universidade de Santiago de Compostela que ten como obxectivo inmediato poñer en Internet un banco de gravacións con cadansúa transcripción para configurar un atlas temático da oralidade de todo o dominio lingüístico galego. Este artigo trata sobre a orixe e os subarquivos do *AGO*, e de xeito particular o subarquivo de etnotextos de 1992 á actualidade, porque é o máis completo e aberto e porque del proceden os audios que desde maio do 2011 figuran no sitio web <http://ilg.usc.gal/ago/>. Faise referencia ó audiolibro *A nosa fala. Bloques e áreas lingüísticas do galego* (1996), escolma de gravacións con transcripcións representativas das diversas modalidades do galego, que constitúen unha dialectoloxía oral con material dos subarquivos de etnotextos do *AGO*; como mostra desa publicación recóllese neste traballo un fragmento dun texto occidental. Por último, faise referencia ó estado actual do *AGO* en Internet, os temas dos audios da páxina <http://ilg.usc.gal/ago/> e os criterios de transcripción semifonolóxica e estandarizada de cada audio, con mostra da dobre transcripción dun fragmento dun texto oriental.

PALABRAS CHAVE: Dialectoloxía, lingua galega, galego oral, arquivo dialectal, *AGO*, etnotexto.

ABSTRACT. The *Arquivo do Galego Oral (AGO)* is a project of the Instituto da Lingua Galega of the University of Santiago of Compostela whose objective is to put on the Internet a bank of recordings with the respective transcription to create a thematic atlas of orality of the entire Galician linguistic domain. This article deals

with the origin and subfiles of *AGO*, and in particular with subfiles of ethnotexts from 1992 to the present, because it is the most comprehensive and open and because the audios that are listed on the website <http://ilg.usc.gal/ago/> from May 2011 come from it. It is made reference to the audiobook *A nosa fala. Bloques e áreas lingüísticas do galego* (1996), a selection of recordings with transcripts representing various forms of Galician, which constitute an oral dialectology with material of subfiles of ethnotexts of *AGO*. A sample of this publication is shown in this article with a fragment of a Western text. Finally, reference is made to the current state of *AGO* in the Internet, the topics of audios in the page <http://ilg.usc.gal/ago/> and criteria of standardized and semi-phonemic transcription of each audio with a sample of the transcript of a fragment of eastern text.

KEYWORDS: Dialectology, Galician, oral Galician, dialectal file, *AGO*, ethnotext.

1 – O *Arquivo do Galego Oral* e os seus subarquivos¹:

Desde 1974 á actualidade, investigadores do Instituto da Lingua Galega (ILG) da Universidade de Santiago de Compostela rexistraron o galego oral en moitos puntos do dominio lingüístico galego, á vez que dirixiron traballos académicos en que o material básico para analizar eran mostras orais con un ou varios informantes da mesma ou de diversas xeracións. Estas gravacións, e moitas en depósito de xente allea ó ILG, foron conformando o *Arquivo do Galego Oral (AGO)* co que se quere construír un corpus de interese multidisciplinar para estudar a lingua oral e á vez contribuír a un mellor coñecemento da sociedade galega a través de mostras do seu patrimonio inmaterial.

No *AGO* hai unhas 2.000 horas de gravacións, en boa parte dixitalizadas. Corresponden a uns uns 8.000 informantes da totalidade dos 313 concellos de Galicia e de 28 concellos (dun total de 46) do galego estremeiro, o das comarcas galegófonas do occidente de Asturias, León e Zamora. Tamén hai mostras do “falar também essencialmente galego da região de Xalma”, como denominaba L. F. Lindley Cintra as variedades

¹ Información máis detallada sobre os subarquivos do *Arquivo do Galego Oral* pode verse en Fernández Rei (2004) e Fernández Rei & Hermida Gulías (2008: 154-158). A xénese e a situación actual do arquivo trátase en Fernández Rei (2017).

dos tres concellos da zona de Xálima (ou do val do Ellas) de Cáceres.

O *AGO* consta de tres subarquivos de etnotextos:

- 1º) Gravacións do *Atlas Lingüístico Galego (ALGa)*, realizadas entre novembro do 1974 e maio do 1977, xunto con outras complementarias de puntos do atlas realizadas entre 1979 e 1983. Son unhas 30 horas, transcritas e dixitalizadas na súa totalidade, das que aínda non se fixo a clasificación temática.
- 2º) Gravacións da década de 1980. Son unhas 350-400 horas, rexistradas en 806 casetes (305 da Coruña, 210 de Lugo, 84 de Ourense, 197 de Pontevedra e 10 do galego estremeiro) en cerca de 800 localidades. A maioría dos rexistros corresponden ó período 1979-1985, pero tamén os hai que chegan a 1991. Gran parte están transcritas, mais só un 50% dixitalizadas e catalogadas.
- 3º) Gravacións de textos de 1992 á actualidade, que forman o subarquivo máis completo e que se incrementa con novas gravacións, e do que proceden os audios que actualmente figuran no sitio web. Tratarase con máis detalle na epígrafe 2.

Ademais, existe un subarquivo de gravacións en rexistro culto que se empezou a conformar no 1996. Son unhas 400 horas, aínda sen catalogar, das que están dixitalizadas unhas 200. Fundamentalmente son conferencias sobre a realidade sociocultural de Galicia impartidas por especialistas en política, historia, etnografía, lingua ou literatura, e tamén presentacións de libros e outros actos. As gravacións realizáronas membros do proxecto do *AGO*, pero hainas de diversa procedencia, entre outras, de programas de emisoras locais de radio, de televisións locais e dalgúns programas da TVG de interese lingüístico e etnográfico.

2 – O subarquivo de etnotextos do 1992 á actualidade

O Ministerio de Educación e Ciencia de España concedeu un proxecto, do que eu era investigador principal, para a creación entre xullo do 1992 e xullo do 1995 dun *Arquivo Dialectal da Lingua Galega* no Instituto da

Lingua Galega; e despois a Xunta de Galicia concedeunos o proxecto *Actualización do Arquivo do Galego Oral* para o período 1996-1999. A concesión destes proxectos permitiu actualizar o *Arquivo do Galego Oral* que de xeito espontáneo se fora creando no ILG. Agora fíxose unha planificación para poder contar cun rexistro das 3.768 parroquias de Galicia (considerouse a parroquia, e non o concello, como unidade fundamental) e dos puntos do galego estremeiro; e na medida do posible, poder contar con gravacións de diversas xeracións en cada parroquia.

Comezou unha nova fase do *AGO* cando no 2007 a Secretaría Xeral de Política Lingüística da Xunta de Galicia asinou co ILG un convenio de colaboración, aínda en vigor, para continuar cos traballos do arquivo; e así puido facerse a actualización, así como a catalogación total e transcripción parcial dos fondos e proceder á súa difusión a través dunha páxina web.

O subarquivo con material desde 1992 consta de máis de 1.000 horas de gravacións, das que un terzo están transcritas e clasificadas tematicamente e dixitalizadas nun 95%, sen que se acade o 100% porque cada pouco hai achegas en depósito de gravacións en casete realizadas hai anos. Actualmente contén 6.007 informantes (3.378 mulleres, 2.561 homes e 68 sen especificar o xénero), de varias xeracións e profesións, aínda que a maioría son voces da primeira xeración e do sector primario, tanto no caso das mulleres coma no dos homes. En bastantes parroquias hai mostras de tres (ou de dúas) xeracións de falantes.

Na táboa 1 figura o número de concellos do dominio galego do que hai rexistros orais no *AGO*, xunto co número de informantes por provincias. No 2017 hai mostras de todos os concellos de Galicia e de 28 dos 46 concellos galegófonos das comarcas estremeiras de Asturias, León e Zamora, así coma dos tres concellos de fala “galega” de Cáceres.

		Concellos	Informantes
Galicia	A Coruña	93 (de 93)	1938
	Lugo	67 (de 67)	1468
	Ourense	92 (de 92)	851
	Pontevedra	61 (de 61)	1663
Asturias: Eo-Navia		15 (de 18)	35
León: Os Ancares e O Bierzo		8 (de 23)	27
Zamora: As Portelas e A Seabra (só Calabor e Pedralba de la Pradería)		5 (de 5)	16
Terra de Xálima (Cáceres)		3 (de 3)	9

TÁBOA 1 – Concellos con gravacións e número de informantes

Membros do equipo do *AGO* ou outros investigadores (sobre todo do ILG), a quen se lles pediu colaboración, realizaron máis dun terzo das gravacións deste subarquivo; uns dous terzos proceden de traballos de curso ou de diversos traballos académicos de licenciatura e diplomatura, dirixidos todos por membros do equipo do *AGO*; e unha porcentaxe moi reducida ten outras procedencias.

3 – O audiolibro *A nosa fala. Bloques e áreas lingüísticas do galego*

A comezos da década de 1990 fixéronse escolmas orais en casete que se lles enviaban ós seminarios de lingua galega de centros de ensino secundario, que as solicitaban ó ILG para usalas nas clases prácticas. Esta difusión rudimentaria deixou de facerse cando no 1996 apareceu a publicación máis salientable do *AGO* (e antes da web do arquivo foi a de maior utilidade e difusión), realizada con material dos tres subarquivos de etnotextos.

Trátase do audiolibro *A nosa fala* (Fernández Rei & Hermida Gulías 1996), preparado para o Arquivo Sonoro de Galicia do Consello da Cultura Galega. Distribuíuse en librarías e á vez fíxose unha edición para agasallar con ela as 700 persoas que se inscribiron no I Congreso Internacional *A Lingua Galega: Historia e Actualidade*, que o ILG organizou en Santiago de Compostela en setembro do 1996 con motivo do 25 aniversario da creación dese instituto universitario. Cando se reeditou no 2003, as tres casetes do audio-libro, con tres horas de gravacións, foron substituídas por tres CDs; e no 2004 pendurouse na rede unha versión electrónica dos textos orais coas súas transcripcións, con máis 15.000 consultas no 2005 (<http://consellodacultura.gal/arquivos/asg/anosafala.php>).

O audiolibro é unha especie de dialectoloxía oral, con gravacións de diferentes xeracións de informantes, rexistradas entre mediados da década de 1970 e mediados da década de 1990. Procurouse que a temática da escolma fose o máis variada posible e que resultase amena para estudantes e ensinantes de lingua galega; pero tamén se procurou que fose útil para etnógrafos, historiadores ou sociólogos interesados pola Galicia anónima de onte e de hoxe.

Coa finalidade de dar unha imaxe real da sociedade galega do último terzo do século XX, a temática dos textos é moi diversa. Así, trátanse a pesca e o marisqueo nas augas do Cantábrico, da Costa da Morte ou da ría da Arousa e a pesca no banco canario-sahariano, e o cultivo do viño en Mondariz e en Amandi ou o dos tomates no Rosal. Algúns textos céntranse na guerra do 1936 na comarca compostelá ou ben na dureza da vida na posguerra, con historias do contrabando no Baixo Miño ou sobre os portugueses que viñan á seitura ó concello arraiano da Mezquita.

Cóntanse historias da rapa das bestas, de muiñadas e ruadas, do Entroido, da mata do porco, do liño e das fiadas; pero tamén as hai relativas a inventos recentes, como era o fax, e a temas coma os incendios forestais e a limpeza das praias. E nos textos do estremeiro está presente, entre outros temas, a problemática lingüística e identitaria desas comarcas da “Galicia irredenta”, como a definían os vellos galeguistas.

Na distribución areal dos textos seguiu-se a *Dialectoloxía da lingua galega* de Fernández Rei (1990), e buscou-se que cada texto tivese o maior número de trazos caracterizadores do bloque, área e subárea en que se

encadra. Son 15 textos do bloque occidental (90' de gravacións), 19 textos do bloque central (60' de gravacións) e 9 do bloque oriental (30' de gravacións).

Na transcripción das gravacións d'*A nosa fala* procurouse un compromiso entre a claridade necesaria para que un non lingüista poida ler os textos e o rigor preciso para fornecerlle a un lingüista a máxima información fonética e fonolóxica posible. Partíuse da normativa que elaboraran a Real Academia Galega e o Instituto da Lingua Galega (RAG-ILG 2012²³) con particularidades que afectan á representación gráfica dos fonemas de grao medio aberto, da gheada, do seseo e doutros fenómenos relevantes do galego oral. Non se marca ningún tipo de castellanismo nin empréstitos doutras linguas².

A seguir reproducéase a parte final do texto de Roo-Noia (A Coruña), pertencente á área fisterrá do bloque occidental. A gravación é de xullo do 1975, do subarquivo do *ALGa*, e o informante é un labrego de 76 anos:

“Entonçes çalíamolle alá. È entonçes veña á tumbada polo, por aqueles pra[dos], prados abaixo. ¡Ai Diòs míó! ¡Onde van aqueles mundos! Però eço era á vista da xente. Víaó todo o mundo cando façíamos esas cousas. Aora do rèsto. ¡Çèmpe houbo algo hò!, çèmpe houbo algo. Però non aquí como aghora, ¡contro! Aora, aora è unha barbaridá, meus hòmes. Non çe vos pòde andar. È pònse, arriman o fuçiño como çe nada, eu, parece que querían quedar peghados xa toda a noite ou todo o día, se están. Paçan por diante da xente: ca, xa non ven a ninguên, non ven máis que un ó outro. Tropèçan nun è tropèçan en calquèra, porque non ven, cando van. Eu véxoos aghora, ¡meu! Eu aora teño çåtenta è çeis anos, è eu estou falando daqueles tempos porque estiven naqueles mundos è máis aora estou nos de aghora ¡Ai Diòs míó! Estamos perdidos. Ê dicir, perdidos non; que, total, como çon todos. Se fora un sòlo ou dous ¡buèno! era unha verghonça pró que lle paçaba, però aora son todos è, è a, a nai que tèn unha filla è non tèn moço xa di:

-¡Ai Diòs míó! ¡È pois a miña filla non tèn tanto mal, è pois a miña filla podía ter moço coma outra!

² Para a transcripción vid. Fernández Rei & Hermida Gulías (1996: 11-16) e Fernández Rei (1997).

Xa quèren que o teña, xa quèren que o teña. O mundo está perdido. Buèno, xa será o que sexa. Asta outros tempos, ha de haber tempos mellores que estes è mais máis malos. Pèro, polo de pronto, eu nestes xa vexo.” (Fernández Rei & Hermida Gulías 1996: 43-44).

Como se pode apreciar, non se transcribiron contraccións xerais no galego oral (*todo o mundo*, *toda a noite*) nin a perda da vogal *e* que se produce constantemente ante outra vogal (*çaliámolle alá*, *se están*). O grafema <ç> úsase para a consoante lámino-alveolar xorda en voces con seseo (*entonçes*, *façiamos*, *fuçiño*) e noutras non seseantes (*çempre* ‘sempre’, *çâtènta* ‘setenta’) e o grafema <x> representa a sibilante lámino-postalveolar xorda que “tende” a ápico-alveolar (*abaixo*, *xente*). Co dígrafo <gh> márcase a realización fricativa faringal xorda da gheada (*aghora*, *algho*) e tamén a fricativa velar xorda de castelanismos adaptados a ese son³. Non se marcan castelanismos comúns no galego oral como *Diòs mío!* ‘Meu Deus!’, *¡bueno!* ‘vaia!’ ou *aora*, en concorrencia con *aghora* neste texto.

4 – O Arquivo do Galego Oral en Internet

4.1 – Obxectivos

O obxectivo inmediato é poñer en Internet un banco de gravacións con cadansúa transcripción para configurar un atlas temático da oralidade de todo o dominio lingüístico galego. Desde maio do 2011 figura unha mostra de textos no sitio web <http://ilg.usc.gal/ago/>, da que se pode ver a distribución xeográfica na figura 1.

³ Neste fragmento non hai exemplos, pero si no comezo do texto nas formas *ghòta* ‘xota’ e *eghèmplo* ‘exemplo’.



FIGURA 1 – Portada da páxina web do AGO

A longo prazo outro obxectivo é a redacción dun corpus informatizado do galego oral para o estudo, sobre todo, do léxico e da gramática, que se irá construíndo cos textos da web do AGO e con textos transcritos do propio arquivo que non estean na rede, así como con outros textos orais de coleccións éditas e inéditas. Ese corpus, o *Tesouro Oral Informatizado da Lingua Galega (TOILG)*, será unha peza máis da rede de córpora do ILG integrada na plataforma interuniversitaria de *Recursos Integrados da Lingua Galega (RILG)*⁴.

4.2 – Os textos na rede

No sitio web <http://ilg.usc.gal/ago/> figura unha escolma de 117 etnotextos

⁴ Da RILG xa forman parte estes córpora do ILG: *Tesouro informatizado da lingua galega (TILG)* e *Corpus Xelmírez - Corpus Lingüístico da Galicia Medieval*, e tamén o *Dicionario de Dicionarios* e o *Dicionario de Dicionarios do Galego Medieval*.

correspondentes a 99 concellos, coa repartición xeográfica vista na figura 1: 30 da Coruña, 24 de Lugo, 22 de Pontevedra, 22 de Ourense e 1 de Asturias. Nesa escolma hai mostras de 12 dos 19 bloques temáticos en que se clasificou o material do *AGO*:

- 1 Cultura popular (subtemas: cantigas; contos; lendas; regueifas e desafíos).
- 2 Crenzas (subtema: Compañía).
- 3 Festas, romarías e costumes (subtemas: casamento, despedidas; Entroido).
- 4 Nenez (subtema: xogos tradicionais).
- 5 Mocidade (subtema: mocear).
- 6 Traballos e produtos agrícolas (subtemas: abellas e mel; muiños, fornos, pan; viña e derivados).
- 7 Traballos e produtos do mar e do río (subtema: actividade pesqueira).
- 8 Outros traballos e actividades⁵ (subtema: a mina).
- 9 Hábitat, edificios e servizos, monumentos, xeografía, flora e fauna (subtema: o lobo).
- 10 Acontecementos e personaxes históricos (subtema: a guerra civil e a posguerra).
- 14 Comidas e receitas (subtema: comidas).
- 18 Lingua galega e situación sociolingüística (subtema: represión lingüística).

Aínda non se penduraron na rede textos dos seguintes bloques temáticos:

- 11 Emigración.
- 12 Historias de vida.
- 13 Relacións persoais.
- 15 Saúde.
- 16 Lecer: cultura, deporte, viaxes.
- 17 Evolución dos usos e dos costumes e o progreso.
- 19 Temas de actualidade.

⁵ Neste bloque temático hai 40 subtemas.

4.3 – Utilidade do *AGO*

A utilización do material do arquivo como recurso didáctico por parte do profesorado de Lingua Galega e Literatura é unha constante en centros universitarios e de secundaria desde que se pode consultar parte do fondo a través do citado sitio web. A utilidade dos textos dispoñibles é múltipla pola forma e polo contido. A narración de feitos históricos por parte dalgúns falantes protagonistas deles (en textos sobre a guerra civil, por exemplo, da que hai 26 mostras na rede) converte eses fragmentos en documentos tamén aproveitables para materias como a de Xeografía e a de Historia.

Antes de pendurarse na rede mostras do *AGO*, membros do Consello Científico do ILG utilizaron etnotextos (éditos e inéditos) e gravacións en rexistro formal para prácticas de galego oral nas clases de titulacións das facultades de Filoloxía e de Ciencias da Comunicación da Universidade de Santiago de Compostela e para diversas investigacións.

Material do *AGO* da década de 1990 empregouse eses anos na redacción de traballos de investigación de cursos de doutoramento ou na redacción de memorias de licenciatura, ben co material dunha parroquia ou de varias parroquias dun concello, que case sempre se acompañaban dunha escolma de etnotextos de diversas xeracións. Todos eses traballos académicos dirixíronos membros do proxecto. Moitos textos desas investigacións introducíronse no *TILG*, onde xa figuraban textos transcritos do *ALGa*. Por outra parte, os investigadores do proxecto do *AGO* realizaron traballos baseados, en maior ou menor medida, en material de etnotextos do *AGO* ou ben en gravacións aínda non incorporadas ó arquivo⁶.

⁶ Desde hai uns anos a vía principal de difusión do proxecto é Internet para a docencia da lingua galega e para investigacións diversas cos textos da rede; mais tamén se espalla a súa existencia con frecuentes visitas ó *AGO*, no edificio do ILG na zona monumental de Santiago de Compostela, nas que se lles explican a orixe, a actualidade e a utilidade. Sobre a divulgación e resultados do *AGO* vid. Fernández Rei (2007).

4.4 – A transcripción das gravacións

O audio de cada texto da páxina web do *AGO* acompáñase sempre de dúas transcricións. Unha semifonolóxica, pensada para estudantes e investigadores da oralidade e tamén para locutores dos medios de comunicación, dobradores, actores e outros profesionais que usan decote o galego oral; e unha transcripción estandarizada, pensada para estudantes, ensinantes e investigadores da lingua galega, pero tamén para etnógrafos, historiadores, sociólogos e outras persoas interesadas na situación sociocultural e sociolingüística de Galicia e das comarcas estremeiras en que o galego é lingua propia.

A transcripción semifonolóxica contén a maior información fonética e fonolóxica posible para poder reproducir a oralidade da forma máis aproximada, particularmente timbres das vogais, resultados de encontros vocálicos, fenómenos dialectais consonánticos relevantes (seseo, gheada, rotacismo...) e a realización dalgúns fonemas consonánticos na cadea fónica. Partiuse da normativa vixente (RAG-ILG 2012²³), pero con convencións gráficas semellantes ás empregadas nas transcricións do audiolibro *A nosa fala*.

A transcripción estandarizada é unha escrita normalizada, que carece dos convencionalismos gráficos da semifonolóxica, e con estandarización morfolóxica, léxica e fraseolóxica. En xeral séguense as pautas da normativa ortográfica e morfolóxica RAG-ILG (2012²³) e da codificación léxica do *VOLG* (2004). No vocalismo non se marcan os timbres das vogais nin as crases vocálicas inusuais na escrita (*para esta*, *a unha festa* e non *pr'èsta* e *ò'nha festa*), prescínlese de harmonizacións xerais de *e* ou *o* pretónicos, da palatalización de *ä* e do *-e* paragórico. No consonantismo non se sinala a gheada nin o seseo, os dous fenómenos máis relevantes da dialectoloxía galega e importantes marcadores sociolingüísticos; tampouco se marca o rotacismo, pero restáuranse os grupos cultos, consonte coa normativa vixente. Moitas veces elimínanse reiteracións innecesarias para facilitar a lectura dos textos.

Como mostra, achégase na figura 2 o comezo das dúas transcricións dun texto do galego oriental, o de Lamas de Moreira-A Fonsagrada (Lugo), que trata da guerra civil española do 1936 e da posguerra.

Tema: Acontecementos e personaxes históricos
Subtema: A guerra civil e a posguerra
Informante/s: Home 81 anos - zoqueiro e labrego
Gravación de: Isabel Vázquez Vidal
Ano gravación: 1996

Transcripción semifonolóxica	Transcripción
<p>I. — Xa me deu pena na guerra, porque..., xa sufrín na guerra e caíu un cañonazo xunto de minhe que m'hiriu moito xa daquela. È d'end'aquela, pois, xa me quedou o, o oído un pouquítin corto; i-àgora na viekhez notol moito, porque tan eiquí, ta a televisión traballando i-eu case non enten<do>, non ouzco case nada; è prè... dicirm'unha cousa tein, non tèn qu'haber estorbo, se non non pircibo, è verdá.</p> <p>E. — E donde estivo na guerra?</p> <p>I. — Por vario-sitios, no pior.</p> <p>E. — Si?</p> <p>I. — Tuvén, comecei pola parte de León; è dispois tuven en Tèruèl, tod'ò tèmpo de Tèruèl hasta que se liberou; è dispois tuven cuatro meses no Ebro, que foi o<nde>, onde, onde máis gorda l'houbó. Así qu'eu, a guerra toda; toda, todo me tocóu. Ora que eu, non pasei fame que taba, taba de rãixeiro.</p>	<p>I. — Xa me deu pena na guerra, i canonazo xunto de min que me feriu i me quedou o oído un pouquiño curt están aquí, está a televisión traballand nada; e para dicirme unha cousa non i é verdade.</p> <p>E. — E onde estivo na guerra?</p> <p>I. — Por varios sitios, no peor.</p> <p>E. — Si?</p> <p>I. — Estiven, comecei pola parte de tempo de Teruel hasta que se liberot que foi onde máis gorda a houbó. / tocóu. Ora que eu, non pasei fame, qu</p>

FIGURA 2 – Texto de Lamas de Moreira-A Fonsagrada

5 – Equipo actual do AGO

Constitúeno os seguintes investigadores e persoal informático de apoio:

Director

Francisco Fernández Rei (1992-)

Subdirectora

Carme Hermida Gulías (1992-)

Investigadores/as

Concepción Álvarez Pousa (2014-)

Carme Ares Vázquez (1996-)

Xosé Henrique Costas González (2005-)

Ana García García (2007-)

Carme García Rodríguez (1996-)

Xavier Varela Barreiro (1992-2007, 2011-)

Dixitalización

Alberto Iglesias Cordero (2008-)

Administración do sistema informático

César Osorio Peláez (2008-2015)

Juan José Gómez Noya (2015-2016)

Noemí Varela Rodríguez (2017-)

No apartado dos subarquivos do *AGO* do sitio <http://ilg.usc.gal/ago/> dáse información precisa de quen no seo do ILG traballou na conformación do proxecto desde a súa creación, e moi particularmente das persoas que na década de 1990 traballaron na recolleita, transcripción e informatización dos etnotextos, unha década que é un esteo fundamental no conxunto do material deste arquivo da oralidade.

REFERENCIAS

- Fernández Rei, F. 1990. *Dialectoloxía da lingua galega*. Vigo: Xerais.
- Fernández Rei, F.; Hermida Gulías, C. 1996. *A nosa fala. Bloques e áreas lingüísticas do galego*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, Arquivo Sonoro de Galicia <http://consellodacultura.gal/arquivos/asg/anosafala.php>.
- Fernández Rei, F. 1997. Normas para a transcripción de etnotextos do *Arquivo do Galego Oral*. *Revista de Filoloxía Románica*. 14: 225-240.
- Fernández Rei, F. 2004. O *Arquivo do Galego Oral* do Instituto da Lingua Galega. In: C. Pujales Prats (Ed.). *Actas I, II e III Encontros 'O Son da Memoria'*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, Arquivo Sonoro de Galicia, 63-79.
- Fernández Rei, F.; Hermida Gulías, C. 2008. O Arquivo do Galego Oral e o seu aproveitamento lexicográfico. In: E. González Seoane; A. Santamarina; X. Varela Barreiro (Eds.). *A lexicografía galega do século XXI*. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega / Consello da Cultura Galega, 153-166.
- Fernández Rei, F. 2017. O *Arquivo do Galego Oral*: xénese e situación actual. In: R. Álvarez; E. Moscoso; M. Negro (Eds.). *Gallaecia. Estudos de lingüística portuguesa e galega en homenaxe aos profesores Ramón Lorenzo e Antón*

Santamarina. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela (no prelo).

RAG-ILG 2012²³. *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*. A Coruña / Santiago de Compostela: Real Academia Galega / Instituto da Lingua Galega <http://academia.gal/documents/10157/704901/Normas+ortogr%C3%A1ficas+e+morfol%C3%B3xicas+do+idioma+galego.pdf>.

RILG = *Recursos Integrados da Lingua Galega*. Dispoñible en <http://sli.uvigo.es/RILG/>. Deseño e programación web: Xavier Gómez Guinovar.

TILG = Santamarina, A. (coord.). *Tesouro informatizado da lingua galega*. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega. <http://ilg.usc.es/TILG/>.

VOLG (2004) = González González, M.; Santamarina Fernández, A. (Coords.). *Vocabulario ortográfico da lingua galega (VOLGa)*. A Coruña / Santiago de Compostela: Real Academia Galega / Instituto da Lingua Galega. <http://academia.gal/recursos-volg#http://academia.gal/Volga/>.

O DISCURSO RELATADO EM TEXTOS DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA IMPRENSA PORTUGUESA ATUAL

Noémia Jorge

n.o.jorge@fcsh.unl.pt

Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (Portugal)

Maria do Rosário Luís

mrosario@sapo.pt

Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (Portugal)

RESUMO. O artigo que agora se apresenta resulta da investigação realizada no âmbito do projeto em curso *Promoção da Literacia Científica* e foca a questão do discurso relatado em textos de divulgação científica na imprensa atual portuguesa. Concebendo os textos de divulgação científica como textos que difundem conhecimentos científicos junto do grande público, consideramos que os mesmos são marcados, entre outros aspetos, por uma prática de linguagem centrada em operações de reprodução e de reformulação do discurso. Na linha de Authier-Revuz (1982), entendemos que o discurso de divulgação científica é condicionado pela reformulação de um discurso fonte num discurso segundo e, consequentemente, que o discurso segundo é (pelo menos em parte) o produto da atividade de reformulação do discurso fonte. As modalidades de relato do discurso (das mais miméticas às mais difusas) assumem particular relevância enquanto mecanismo que realiza textualmente a comunicação/divulgação do discurso científico.

Assim, com base num *corpus* constituído por onze textos publicados na imprensa atual (*Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *Público*, *Sol*) entre 12/05/2016 e 06/06/2016, produzidos no âmbito do chamado *jornalismo científico*, inscritos na área da Medicina e subordinados ao tema *saúde*, analisaremos o funcionamento do discurso relatado nesses textos, tendo em conta a configuração

linguística das formas de relatar discurso mais recorrentes na divulgação da ciência.

Privilegiamos, em termos de enquadramento teórico-metodológico, a perspetiva do Interacionismo Sociodiscursivo (Bronckart 1997) – perspetiva essa que complementamos com estudos específicos na área do discurso de divulgação científica e do discurso relatado, com destaque para Authier-Revuz (1982, 1985, 1999, 2001), Zamboni (2001) e Duarte (2003). Ao nível metodológico, optamos por uma via de abordagem predominantemente qualitativa e interpretativa.

A análise permitirá concluir que a configuração do discurso relatado nos textos de divulgação científica apresenta procedimentos linguísticos determinados pela prática de divulgação científica, prática essa que resulta da confluência de duas esferas sociais distintas – a ciência e o jornalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Divulgação da ciência, texto de divulgação científica, discurso relatado, verbo introdutor do discurso relatado, atividade de linguagem.

ABSTRACT. This article is the result of an investigation made within the ongoing project of Scientific Literacy Promotion (Promoção da Literacia Científica) and focuses on the question of related discourse in texts of scientific dissemination, in the current Portuguese press.

If we consider these science dissemination texts as texts that aim to diffuse scientific knowledge, we can see that they are marked, among other aspects, by a language practice centered in operations of reproduction and reformulation of the discourse. Following Authier-Revuz (1982), we consider that science dissemination discourse depends on the reformulation of a departure discourse in a target discourse and, consequently, this target discourse is (at least a part of it) the product of the activity of reformulation of the departure discourse. The modalities of relating the discourse (whether it is close to the departure discourse or very different from it) assume a particular relevance as a mechanism that textually produces the communication-dissemination of the scientific discourse.

Thus, based on a *corpus* of eleven texts, published in the current Portuguese press (*Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *Público*, *Sol*) between 12/05/2016 and 06/06/2016, within the scope of what they call scientific journalism, inscribed within the area of Medicine and the theme of *health*, we will analyse the functioning of the related discourse in these texts, having in mind the linguistic configuration of the most recurrent ways of relating the discourse, in the communication of science. From the theoretical-methodological point of view, we privilege the perspective of the Socio-Discursive Interactionism (Bronckart 1997), complemented with specific studies within the area of scientific dissemination discourse and related discourse, according to the theories of Authier-Revuz (1982, 1985, 1999, 2001), Zamboni (2001) and Duarte (2003). From the methodological point of view, our approach is predominantly qualitative and interpretative.

This analysis will allow us to conclude that the configuration of the related discourse in scientific dissemination texts presents linguistic procedures that are determined by the practice of scientific dissemination, which is a result of the confluence of two distinct social spheres – science and journalism.

KEYWORDS: Science dissemination, scientific dissemination text, related discourse, verbs introducing related discourse, language activity.

1 – Breve nota sobre a transmissão do conhecimento científico

Atualmente, a transmissão da ciência é concretizada de diversas formas. Entre elas, poderemos destacar, sem pretensões de exaustividade, a transmissão que se realiza: i) no meio académico em que o conhecimento científico é produzido e validado, entre pares, através da modalidade oral (conferências, comunicações, palestras) e escrita (livros, artigos científicos); ii) através do jornalismo científico, em que os jornalistas se assumem como principais agentes de difusão das descobertas científicas recentes, comunicando a ciência ao grande público; iii) por meio de suportes que divulgam a um público não especializado o conhecimento científico já validado – com destaque para as enciclopédias, programas televisivos ou radiofónicos (ex.: *1 minuto de ciência*) ou para os espaços interativos de divulgação científica e tecnológica (ex.: Centros Ciência Viva); iv) no meio escolar, no seio do ensino formal das ciências e dos documentos programáticos que o regem.¹

Qualquer destas modalidades tem como objetivo a *divulgação da ciência* (assumimos, na esteira de Crato (2006:4), a *divulgação* como “actividade de difusão de conhecimentos, atitudes e pontos de vista científicos a que o receptor adere voluntariamente”), inserindo-se num processo de transposição dos conhecimentos científicos. No entanto, ainda que os objetivos sociocomunicativos sejam comuns, as práticas sociais são distintas (académico-científica, jornalística, didática...), apresentando especificidades em termos de contexto de produção e receção/interpretação e dando origem a novos (tipos) de saberes. Poder-se-á afirmar, neste caso, que é “a própria conceção de saber que assim se desloca: do saber que

¹ Posicionada na área da lexicografia, Lino (1996) apresenta uma proposta de classificação sobre o grau de especialização dos textos científicos que ilustra uma outra possibilidade de categorização. Para a autora, os textos podem ser classificados como *altamente especializados* (redigidos por especialistas para especialistas), *altamente especializados didáticos* (redigidos por especialistas para alunos universitários), *semiespecializados* (redigidos por especialistas com carácter de vulgarização), *banalizados* (redigidos em sistemas paralelos à linguagem científica em causa) e *vulgarizados* (redigidos com carácter de vulgarização da ciência).

se reproduz e se transmite (ou da ilusão desse saber) para o saber que se constrói em situação – organizando-se, formulando-se, reformulando-se” (Coutinho 2001, 148). Corroborando os pontos de vista defendidos por Zamboni (2001), consideramos que as práticas linguísticas de difusão do saber científico devem ser encaradas não como “um discurso da ciência degradado”, mas como práticas de linguagem específicas e distintas das práticas de linguagem que lhes deram origem, resultantes “de um efetivo trabalho de formulação discursiva, no qual se revela uma ação comunicativa que parte de um ‘outro’ discurso e se dirige para ‘outro’ destinatário” (Zamboni, 2001, xviiiix).

As especificidades de cada modalidade vão repercutir-se necessariamente ao nível da língua. É esta, aliás, a perspetiva de Fayard (1988:13), que advoga que “é apenas ciência, a ciência comunicável”, acrescentando que a comunicação da ciência se faz não apenas entre pares/especialistas (com recurso à partilha de uma linguagem comum), mas também para grandes públicos (não especializados), dando origem a “verdadeiras empresas específicas de produção, reprodução e tratamento estratégico da informação” (Fayard, 1988: 20).

2 – Características dos textos de divulgação científica

O jornalismo científico assume-se como uma atividade de linguagem cuja essência é indissociável do ato de divulgação científica ao grande público. Como a própria designação/etiqueta sugere, o jornalismo científico resulta da confluência de duas atividades de linguagem distintas: a atividade científica e a atividade jornalística. Como tal, a linguagem por ele utilizada para (construir e) veicular conhecimentos herda características das duas áreas, nomeadamente o léxico da especialidade da área científica em causa e a didatização da linguagem científica operada pela linguagem jornalística.

Tendo em conta categorias de análise de ordem contextual e textual, Gonçalves *et al.* (2017)² sintetizam as principais características dos textos

² Trata-se de um trabalho desenvolvido no âmbito do projeto *Promoção da Literacia Científica*,

de divulgação científica produzidos na esfera do jornalismo científico nos seguintes termos:

Categorias de análise		Regularidades
Nível contextual (contexto de produção)	Produtor textual	Cientista (reconhecido como especialista) Jornalista (especializado na divulgação da ciência)
	Intenção comunicativa	Divulgar um acontecimento científico
	Suporte	Publicação periódica (revista/secção de jornal ou revista) associada à divulgação de ciência
Nível textual	Conteúdo temático	Referência à atividade científica <ul style="list-style-type: none"> • cientistas/investigadores/estudo/ jornal/revista • processo de investigação • resultados da investigação
	Estrutura (plano de texto)	Articulação entre texto e imagem (com destaque para a fotografia e a infografia) – multimodalidade Texto encabeçado por título Estrutura variável, em função do género textual
	Mecanismos linguísticos	Articulação entre dois discursos/textos (ciência e jornalismo) que se reflete <ul style="list-style-type: none"> • no emprego de vocabulário técnico (e na sua explicitação) • na reprodução do discurso do cientista, sob a forma de discurso direto (citação) ou discurso indireto (paráfrase, síntese) • na referência ao texto fonte ou ao autor do texto fonte (argumento de autoridade) Presença de <ul style="list-style-type: none"> • reformulações, paráfrases, explicações, analogias (comparações) • deícticos espaciais e temporais (associados ao carácter noticioso inerente à divulgação científica) • presente com valor genérico (associado à teorização científica) • marcas de modalização epistémica (certeza ou dúvida)

QUADRO 1 – Principais características dos textos de divulgação científica produzidos na imprensa portuguesa atual (Gonçalves *et al.* (2017: no prelo))

financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian (PG LC P44) e do Projeto Estratégico UID/LIN/03213/2013, no Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (CLUNL). A identificação de características mais recorrentes nos textos de divulgação científica resulta da análise de um *corpus* de textos de divulgação científica publicados na imprensa atual (*Público, Jornal de Notícias, Diário de Notícias, Sol, Expresso, Super Interessante, Quero Saber, National Geographic Portugal*), disponíveis em linha (<http://www.literaciencia.pt/corpus>). A constituição do *corpus* obedeceu aos seguintes critérios: foram recolhidos textos em jornais e revistas portuguesas, entre maio e junho de 2016 sob o indexador “ciência”; todos os textos foram considerados indexadores títulos de secção, palavras-chave (*tags*), ou palavras-chave com hiperligações (*hashtags*); não foram incluídas notícias de carácter político (por exemplo: anúncios de medidas governamentais).

Como se pode constatar através da leitura do Quadro 1, uma das principais especificidades linguísticas dos textos de divulgação científica que circulam na imprensa atual portuguesa reside na articulação entre dois textos/discursos – o do jornalista e o do cientista que lhe dá origem. Esta articulação reflete-se, entre outros aspetos, “na reprodução do discurso do cientista, sob a forma de discurso direto (citação) ou discurso indireto (paráfrase, síntese)”. É sobre esta característica em particular que nos debruçaremos em seguida.

3 – O discurso relatado em textos de divulgação científica – análise textual

Apresentamos nesta secção alguns resultados da análise das possibilidades de configuração do discurso relatado em textos de divulgação científica produzidos na imprensa portuguesa atual, no âmbito do chamado jornalismo científico.

A análise tem como base um *subcorpus* selecionado a partir do *corpus* disponível no sítio *Promover a literacia científica* e é constituído por onze textos publicados na imprensa atual (*Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *Público*, *Sol*) entre 12/05/2016 e 06/06/2016, circunscritos à área da Medicina e ao tema *saúde*. Os textos adotam formatos textuais distintos, correspondendo aos géneros textuais *notícia*, *reportagem* e *breve*.

A análise incidirá sobre o funcionamento do discurso relatado nos onze textos, tendo em conta a configuração linguística das formas de citar ou reformular o discurso científico – com enfoque quer nas configurações do discurso relatado, quer nos verbos introdutórios do relato do discurso.

Privilegiamos, em termos de enquadramento epistemológico, a perspetiva do Interacionismo Sociodiscursivo (Bronckart 1997), assumindo a centralidade da noção de *atividade de linguagem* (concebida enquanto atividade linguística que constrói e verbaliza determinada prática produzida numa esfera social concreta – ou, como veremos, na confluência de duas esferas sociais distintas). Em termos teóricos, complementamos esta perspetiva com estudos específicos na área do discurso relatado – nomeadamente Authier-Revuz (1984, 1997, 2001) e Duarte (2003) e do

discurso de divulgação científica – com destaque para Authier-Revuz (1982, 1985, 1999) e Zamboni (2001). Optamos por uma via de abordagem predominantemente qualitativa e interpretativa, por nos parecer que este tipo de metodologia se adequa à análise, na medida em que permite analisar, por meio de um paradigma retórico-hermenêutico (Rastier 2001), as relações que se estabelecem entre os mecanismos de realização textual (neste caso, o discurso relatado) e as atividades de linguagem que os condicionam.

3.1 – Configurações do discurso relatado

Presente em todos os textos que constituem o *corpus* atrás referido (independentemente do género textual adotado pelos mesmos), a integração do discurso do cientista no discurso do jornalista poderá ser encarada como uma das especificidades mais recorrentes nos textos de divulgação científica. Não nos referimos apenas a questões de ocorrência / não ocorrência de discurso relatado, mas também aos tipos de configurações linguísticas assumidas pelo discurso relatado, que passam por práticas de citação (discurso direto) e de reformulação (discurso indireto – paráfrase, síntese).

Num artigo sobre o discurso relatado nos textos de divulgação científica (*vulgarisation scientifique* – VS), Authier-Revuz (1982), reflete sobre a questão em análise, sublinhando:

Ainsi, si la V.S. se donne pour tâche de transmettre des connaissances figurant dans un discours D1 sous la forme d'un discours sur le monde, ce n'est pas en énonçant, à son tour, en D2, un discours du même type adapté au nouveau récepteur – comme c'est le cas, nous semble-t-il pour les manuels et les encyclopédies – mais en prenant appui, explicitement, sur ce discours D1. Schématiquement, le message n'est pas de la forme “les gènes sont” mais “X a dit / vient de dire /dit que les gènes sont...”

Authier-Revuz (1982:36)

Num texto posterior subordinado ao mesmo tema (Authier-Revuz, 1999:11), a autora considera que os artigos de divulgação científica “colocam em cena de modo muito insistente uma dupla estruturação da

enunciação”: a do discurso científico (D1) e a do discurso de divulgação científica (D2). Authier-Revuz salienta ainda duas especificidades do discurso científico: aparece massivamente sob a forma de discurso indireto – *O Senhor X (os químicos, os especialistas, o mundo dos eruditos...) pensa (diz, experimentou, demonstrou, explicou...) que...* – e é marcado por referências abundantes aos nomes próprios dos enunciadores, os lugares e os tempos dos atos de comunicação.

Os textos do *corpus* analisado corroboram as reflexões de Authier-Revuz – de facto, mesmo os textos de menor extensão (etiquetados na atividade de linguagem jornalística como *breves*) refletem a articulação entre os dois discursos (o do cientista e o do jornalista). O exemplo 1 ilustra essa articulação:

(1) *Cancro Amostras de sangue serão eficientes*

As amostras de sangue podem ser tão eficientes para os exames do cancro como as biópsias invasivas aos tecidos e ajudar os médicos a prescrever o tratamento adequado para combater os tumores, revela um estudo divulgado na reunião anual da Sociedade Americana de Oncologia Clínica, nos EUA.
(JN_0007_P_56).

Ainda que o discurso relatado não esteja graficamente marcado, facilmente se identifica o esquema proposto por Authier-Revuz no exemplo 1: *Os cientistas (um estudo) dizem/revelam que X (as amostras de sangue...)*. De facto, o texto é maioritariamente constituído pela reformulação de um discurso fonte (“*As amostras ... tumores*”), que se encontra encaixada no discurso do jornalista (“*revela um estudo divulgado na reunião anual da Sociedade Americana de Oncologia Clínica, nos EUA*”). O que está aqui em causa não é uma asserção do tipo “*as amostras de sangue podem ser...*”, mas “*um estudo divulgado na reunião... revela que as amostras de sangue podem ser...*”. Há, pois, uma alteração ao nível dos mecanismos de responsabilidade enunciativa: o jornalista transfere a responsabilidade do que diz para o enunciador primeiro (*o estudo produzido pelos cientistas*), não com o intuito de se distanciar relativamente ao que é dito, mas para conferir autoridade ao seu discurso.

Ainda assim, note-se que a opção pelo discurso indireto e pela paráfrase poderá denotar algum grau de comprometimento enunciativo relativamente ao que é dito, na medida em que o jornalista assume uma postura ativa de reformulação do discurso fonte, dando a conhecer a sua interpretação desse discurso. Este facto deve-se, acreditamos, a questões de ordem jornalística e didática – o objetivo do jornalista será dar a conhecer ao grande público, de forma fluida e facilmente compreensível, um conhecimento científico recente, construído na esfera científica por uma linguagem altamente especializada. A opção pelo discurso indireto (em detrimento do discurso direto) poderá, a nosso ver, ser perspectivada como uma forma possível de concretização da “produção, reprodução e tratamento estratégico da informação” referida por Fayard (1988).

O exemplo 1 ilustra ainda outro aspeto comum aos textos que constituem o *corpus* analisado, de ordem temática e estrutural, que contribui para a caracterização da configuração linguística do relato do discurso (aspeto esse que não se circunscreve aos textos de divulgação científica, mas que se alarga a outros textos jornalísticos). O texto é constituído por dois segmentos distintos: i) a expressão que, inserida no discurso do jornalista, assinala a presença do discurso relatado, constituída pela identificação da fonte (seja ela um cientista, um estudo ou uma organização) e pelo verbo introdutor do relato do discurso; ii) o discurso relatado propriamente dito (na forma de discurso indireto). A ordem pela qual estes dois segmentos ocorrem não será a mais habitual na língua portuguesa (na medida em que não reflete a estrutura sintática SVO), levando a que o discurso do cientista ocorra em posição temática e que, por isso, assuma uma posição de destaque na frase.

O texto é ainda marcado por uma especificidade sintática que, mesmo podendo ser considerada subversiva em termos gramaticais, é recorrente no *corpus*: o discurso reformulado encontra-se subordinado ao discurso do jornalista (em termos sintáticos, corresponde a uma oração subordinada que completa o sentido do verbo introdutor do relato do discurso), mas, quando ocorre em início de frase, omite-se a conjunção subordinativa completiva. Parece existir uma contaminação da configuração linguística do discurso direto (que não implica uma relação de subordinação explícita entre os dois discursos e que permite a presença de orações intercaladas).

No limite, o que poderá aqui estar em causa são as fronteiras – difusas – entre o discurso direto e o discurso indireto.

Embora o exemplo 1 ilustre uma modalidade de reprodução do discurso que se poderá classificar como *difusa*, no *corpus* analisado, a articulação entre os dois discursos é feita também com recurso ao discurso direto e indireto *canónicos*. No exemplo 2 ilustra-se essa situação.

(2) *Há quase dez anos no IGC, como coordenadora do grupo de investigação sobre regulação celular, Mónica Bettencourt-Dias tem hoje uma série de estudos publicados sobre estas pequenas estruturas celulares e, de alguma forma, o artigo que sai hoje na Science completa um ciclo de trabalho. “Fizemos vários estudos sobre estas estruturas, sobre como surgem, e agora sobre a forma como são eliminadas, ou seja sobre o seu nascimento e a sua morte”, diz a investigadora do IGC, que se confessa satisfeita com os resultados alcançados. “Levou tempo mas valeu a pena.”*
(DN_0001_P_4).

Aqui, o discurso da cientista surge configurado de acordo com duas modalidades distintas: i) discurso direto, sob a forma de citação, graficamente delimitado por aspas e fazendo menção de uma expressão (pretensamente) concreta da enunciadora citada (*“Fizemos vários estudos sobre estas estruturas, sobre como surgem, e agora sobre a forma como são eliminadas, ou seja sobre o seu nascimento e a sua morte”* / *“Levou tempo mas valeu a pena.”*); ii) discurso indireto, assente não na reprodução mimética das palavras da enunciadora citada, mas na síntese de conteúdos da enunciação por ela produzida (*“que se confessa satisfeita com os resultados alcançados”*).³

A opção pelas duas modalidades de relato do discurso poderá dever-se a questões de ordem estilística. A título de exemplo, considere-se *o Livro de Estilo* da Agência Lusa:

³ Esta forma de ocorrência de discurso indireto foi, aliás, já observada por Duarte (2003:91):

As entrevistas e/ou declarações textuais, na opção formal do discurso direto alongado, não devem ultrapassar os 200 caracteres. Nestes casos específicos, a uma frase em discurso direto não deve seguir-se outra igualmente em discurso direto, sejam elas separadas por um parágrafo ou não.

Agência Lusa (em linha)

Relativamente à gestão de vozes no exemplo 2, refira-se ainda que a integração, no discurso do jornalista, de vários segmentos de discurso relatado, resulta em estruturas de dois tipos – encaixe (quando sintaticamente subordinados) e alternância (*“Levou tempo mas valeu a pena”*). Este segundo tipo de estrutura caracteriza-se, a nosso ver, por uma relativa autonomia em relação ao discurso do jornalista (prescinde-se do verbo introdutor do discurso relatado e à identificação do enunciador desse discurso) e só pode ocorrer em cotextos que não suscitem ambiguidade nem afetem a inteligibilidade relativamente à identificação do enunciador citado. Com efeito, a identificação inequívoca do enunciador citado é uma preocupação da linguagem jornalística, pelo que a inclusão de uma citação implica a identificação, pelo leitor, do enunciador citado.⁴

3.2 – Verbos introdutores do discurso relatado

Os verbos introdutores do discurso relatado têm sido, nas últimas décadas, alvo de atenção privilegiada nos estudos do relato do discurso. De entre as propostas disponíveis, poderíamos destacar, a título de exemplo, as de Charolles (1976), Kerbrat-Orecchioni (1980), Leech (1983) ou Duarte (2003).

“Contrariamente à hipótese de existência de uniformidade do DI, defendo que existem diversos matizes de uma aparente uniformidade: se uns exemplos do DI estão mais próximos do resumo, da síntese de conteúdos, outros incluem, por vezes, menção de expressões concretas do enunciador citado. Entre um tipo de DI e outro, são inúmeras as gradações existentes [...]”.

⁴ Citando o *Livro de Estilo* da Agência Lusa (disponível em linha), “A identificação e/ou a atribuição das transcrições devem vir, de preferência, no início e não no fim dos períodos. É um recurso estilístico que só beneficia a clareza e a rapidez de leitura, podendo também usar-se a intercalação entre vírgulas. / Exemplo: “Devemos unir-nos em torno dos grandes ideais republicanos”, exortou o Presidente da República, “ideais que exigem, da parte dos agentes políticos, um esforço acrescido para a concretização da ética republicana e para a transparência na vida pública”.

No entanto, com base no *corpus* analisado, concluímos que, mesmo contribuindo de forma inequívoca para o estudo do discurso relatado, estas propostas não são suficientes para analisar cabalmente a atividade de linguagem jornalística atual associada à divulgação científica. Assim, tendo como ponto de partida os estudos que apresentam propostas de classificação do discurso relatado (com destaque para Duarte 2003), mas assumindo que a divulgação do discurso científico na imprensa apresenta contornos específicos, propomos uma tipologia que tem em conta fatores de ordem contextual (associados às práticas de divulgação científica) e de ordem textual (referentes à estruturação textual).

Designamos o primeiro grupo de verbos como verbos orientados para a *divulgação da ciência* e repartimo-lo em três subgrupos, que exemplificamos abaixo: o da *asserção*, referente às afirmações tradicionais/proposições que se julgam verdadeiras (exemplo 3); o da *dúvida*, que corresponde aos enunciados em que se veicula um valor de incerteza (exemplo 4); o de *divulgação*, em que se destaca a intenção comunicativa do enunciador citado (exemplo 5).

- (3) “*A divisão celular tem de ter um número muito certinho de centríolos*”, **vincou** à Lusa a investigadora Mónica-Bettencourt Dias, coordenadora do Laboratório de Regulação do Ciclo Celular. (JN_0003_P_3)
- (4) *Todos os pacientes eram, no entanto, quase terminais, pelo que os autores do estudo **acreditam** que a performance da droga pode ser melhorada.* (DN_0004_P_52)
- (5) *Vários laboratórios **anunciaram** ontem, no maior centro de medicina oncológica do mundo, que está a decorrer em Chicago, nos Estados Unidos, que há ensaios clínicos em curso de novas drogas que poderão ser armas inovadoras contra alguns dos tipos de cancros mais mortais.* (DN_0004_P_52)

Estes verbos assinalam, em maior ou menor grau, a presença de duas esferas sociais distintas, que confluem na mesma atitude comunicativa: comunicar ciência, nos seus vários estádios de desenvolvimento – desde que determinado projeto científico é anunciado, até ao momento em que

os resultados provisórios ou definitivos são divulgados (sob a forma de dúvidas ou asserções).

O segundo grupo corresponde aos verbos orientados para o *suporte* (em geral, escrito) e relaciona-se concretamente com o ato de *ler* e de *escrever*, estando orientado para o ato de produção ou receção-interpretação textual:

- (6) *Em conclusão, **escrevem** os autores do estudo, “registámos que a administração central de FGFI desvenda uma capacidade inerente do cérebro para induzir uma remissão sustentável da diabetes”.* (PB_0020_P_29)

Finalmente, o terceiro grupo de verbos contribui para a *estruturação do texto* (podendo referir-se ao plano do texto-fonte, ao plano do texto de divulgação científica propriamente dito ou a ambos), assumindo uma função metalinguística:

- (7) *“Os resultados indicam que o vírus Zika do Brasil atravessa a placenta e causa microcefalia ao infectar células progenitoras corticais, induzindo a morte celular e pondo em causa o neurodesenvolvimento”, **concluem** os cientistas no artigo, **acrescentando** que o modelo que usaram “pode servir para determinar a eficiência de terapias experimentais”.* (PB_0002_P_9)

Apresentamos no Quadro 2 uma proposta de categorização dos verbos introdutórios do discurso relatado nos textos de divulgação científica, tendo em conta questões de ordem contextual (atividade de divulgação científica) e temática (conteúdo temático verbalizado nos textos).

Tipos de verbos		Exemplos
Verbos orientados para a comunicação da ciência	Asserção	<i>dizer, afirmar, indicar, sublinhar, vincar, frisar, declarar</i>
	Dúvida	<i>especular, acreditar, sugerir</i>
	Divulgação	<i>informar, anunciar, divulgar, mostrar, explicar, revelar, confirmar, demonstrar, descrever, esclarecer, avisar</i>
Verbos orientados para o suporte		<i>ler (lê-se), escrever</i>
Verbos com função de estruturação do texto		<i>acrescentar, adiantar, responder, concluir</i>

QUADRO 2 – Verbos introdutores do discurso relatado nos textos de divulgação científica (imprensa atual)

Ainda que o discurso relatado tenda a ser introduzido por verbos, as expressões que assinalam a presença do discurso relatado nem sempre são de natureza verbal. Com efeito, no *corpus* analisado o discurso relatado é frequentemente introduzido por segmentos textuais que Adam (2008) designa como “marcadores de quadros mediadores ou fontes de saber” (*segundo, de acordo com, para, de fonte segura...*).

(8) *De acordo com as conclusões do estudo, liderado por Mónica-Bettencourt Dias, do ICG, e publicadas na revista “Science”, o mecanismo foi identificado na mosca da fruta, mas é visível em todos os animais, incluindo os seres humanos.* (JN_0003_P_3)

No exemplo 8, o marcador “de acordo com” tem uma função idêntica à exercida pelos verbos introdutores do discurso relatado, na medida em que permite identificar a fonte citada, atribuindo um ponto de vista distinto do texto que introduz – conferindo credibilidade/autoridade ao texto de divulgação científica.

4 – Considerações finais

Duarte (2003:97) considera que “A imprensa é, por excelência, o lugar do relato de discursos”, acrescentando, relativamente ao discurso direto, que

nem sempre essas aspas que assinalam DD no relato de imprensa pretendem significar que a reprodução de palavras é exata e objetiva. Frequentemente, querem apenas responsabilizar o locutor das palavras citadas pela respetiva enunciação, porque o jornalista não partilha o ponto de vista do locutor citado e deseja marcar o seu texto do texto do outro.

Embora a reflexão de Duarte se afigure válida para grande parte dos textos que são publicados na imprensa portuguesa atual, entendemos que, no caso específico do jornalismo científico, o relato do discurso desempenha uma outra função. De facto, ao contrário do que acontece com textos de imprensa associados a outras áreas, o jornalista recorre à citação não para se demarcar do ponto de vista do locutor citado, mas como argumento de autoridade, na medida em que se reproduz a voz do especialista e se partilha com ele a responsabilidade enunciativa. Assim, o discurso relatado torna-se um mecanismo linguístico ao serviço da legitimação do conteúdo científico transmitido.

Este aspeto insere-se, em última análise, numa outra questão mais abrangente, que se relaciona com a própria noção de *texto*. Nas palavras de Bronckart (1997), um texto poder-se-á definir como uma unidade comunicativa global, construído em/pela sociedade, em atividades de linguagem concretas. Como tal, resulta da articulação de fatores de ordem textual e contextual. Ao contrário das línguas, os textos estão condicionados pelo *universo de discurso* e pela *situação*, não podendo, por isso, ser considerados como objetos estritamente linguísticos (Coutinho 2003). As possibilidades de configuração e funcionamento do relato de discurso nos textos de divulgação científica que acabámos de apresentar comprovam que os textos são *objetos empíricos e complexos*, condicionados por múltiplos fatores em interação, linguísticos e extralinguísticos. Os textos de divulgação científica, em particular, resultam da confluência de duas atividades de linguagem distintas – ciência e jornalismo – e, como tal, os

mecanismos de realização textual neles presentes são condicionados por essas duas áreas. A configuração do relato do discurso no *corpus* analisado demonstra isso mesmo, na medida em que advém da imbricação de duas esferas sociais – a ciência e o jornalismo científico (divulgação da ciência).

REFERÊNCIAS

- Adam, J.-M. 2008. *A lingüística textual. Introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez Editora.
- Authier-Revuz, J. 1982. La mise en scène de la communication dans des discours de vulgarisation scientifique. *Langue Française* **53**, 34-47.
- Authier-Revuz, J. 1984. Hétérogénéité(s) Enonciative(s). *Langages*, 73, 98-110.
- Authier-Revuz, J. 1985. Dialogisme et vulgarisation scientifique. DISCOSS. 1. *Actes du Colloque Discours Contrastif - Sciences et Sociétés*, 14-15 mars, Paris, 117-122.
- Authier-Revuz, J. 1997. Modalisation Autonymique et Discours Autre: Quelques Remarques., *Modèles Linguistiques*, **XVIII (1)**, 33-51.
- Authier-Revuz, J. 1999. Dialogismo e divulgação científica. *RUA* **5 (1)**, 9-15.
- Authier-Revuz, J. 2001. Le Discours rapporté. In: R. Thomassone (dir.), *Une Langue : le français*. Hachette, coll. Grands Repères culturels, 192-201.
- Bronckart, J.-P. 1997. *Activité langagière, textes et discours. Pour un interactionisme socio-discursif*. Lausanne: Delachaux et Niestlé.
- Charolles, M. 1976. Exercices sur les verbes de communication. *Pratiques* **9**, 83-107.
- Coutinho, M. A. 2001. Saberes e dizeres. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* **14**, 141-151.
- Coutinho, M. A. 2003. *Texto(s) e competência textual*. Lisboa: FCG/FCT.
- Crato, N. 2006. As saudáveis diferenças entre a divulgação, o ensino e a investigação. *Revue: Revista da Universidade de Évora* **III 6**, 4-11.
- Duarte, I. M. 2003. *O relato do discurso na ficção queirosiana*. Lisboa: FCG/FCT.
- Fayard, P. 1988. *La Communication Scientifique Publique - De la Vulgarisation à la Médiation*. Chronique Sociale: Lyon.
- Kerbrat-Orecchioni, C. 1980. *L'Énonciation de la subjectivité dans le langage*.

Paris: Armand Colin.

- Gonçalves, M. *et al.* (2017). Divulgação da ciência na aula de Português. In: *Língua e Literatura na Escola do Século XXI. Actas do 12.º ENAPP. Lisboa: Associação de professores de Português* (no prelo).
- Leech, G. 1983. *Principles of Pragmatics*. London and New York: Longman.
- Lino, T. 1996. Da constituição de *corpora* à lexicografia informatizada de especialidade. In *Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, I (Corpora)*. Lisboa: APL, 67-71.
- Rastier, F. 2001. *Arts et sciences du texte*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Zamboni, L.M.S. 2001. *Cientistas, jornalistas e a divulgação científica*. São Paulo: Autores Associados/Fapesp.

CASOS DE REANÁLISE MORFOLÓGICA ENVOLVENDO ESTRUTURA MORFOTÁTICA E SALIÊNCIA FONÉTICA

Ana R. Luís

aluis@fl.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Portugal)

CELGA-ILTEC (Portugal)

RESUMO. Nos crioulos indo-portugueses de Damão e de Korlai, a quarta conjugação constitui uma inovação linguística destinada à integração de empréstimos verbais de origem indo-ariana (Clements 1996, Luís 2008, Clements & Luís 2015). Neste trabalho propomo-nos investigar a origem das bases temáticas que definem a quarta conjugação, dando especial ênfase ao crioulo de Damão. São apresentados dados que indicam que o desenvolvimento da quarta conjugação terá resultado de um processo de reanálise morfológica que converteu um verbo flexionado indo-ariano numa base temática indo-portuguesa, envolvendo a perda de valor morfossintático. Tentaremos demonstrar que esta reanálise foi favorecida i) pela semelhança morfológica entre os verbos flexionados e as bases temáticas e ii) pela saliência fonética dos sufixos *-u/-ũ*. Os dados são analisados no âmbito da teoria *Paradigm Function Morphology* (Stump 2001, 2016), em conformidade com um modelo autónomo de morfologia (Aronoff 1994).

PALAVRAS-CHAVE: Línguas crioulas, flexão verbal, vogais temáticas, estrutura morfológica, saliência fonética.

ABSTRACT. In the Indo-Portuguese creoles of Daman and Korlai, the fourth conjugation class is used to integrate loanverbs of Marathi and Gujarati origin (Clements 1996, Luís 2008, Clements & Luís 2015). This study aims to investigate the factors that favoured the development of this conjugation class as well as the linguistic context that triggered the formation of 4th conjugation stems, with

a special emphasis on the creole of Daman. Analysis of the data suggests that the fourth conjugation derived from the reanalysis of inflected verb forms as 4th conjugation stems, involving the loss of morphosyntactic value. This reanalysis may have been triggered by the combined influence of two factors: i) the perfect match between the morphotactic structure of Indo-Aryan and Indo-Portuguese verb forms, and ii) the phonetic salience of the *-u/-ũ* suffixes. Our analysis of the data will be framed within Paradigm Function Morphology (Stump 2001, 2016), based on an autonomous view of morphology (Aronoff 1994).

KEYWORDS: Creole inflection, conjugation class, theme vowels, morphotactic structure, phonetic salience.

1 – Introdução

A morfologia das línguas crioulas é geralmente investigada enquanto produto de um processo de crioulização, envolvendo o contacto entre línguas de superstrato e de substrato (DeGraff 2001, McWhorter 2001, Plag 2004, entre outros). Pouco se sabe sobre o tipo de morfologia que pode desenvolver-se nas línguas crioulas após a crioulização, no seu contacto com as línguas envolvidas. Um contributo para compensar esta lacuna é dado por Clements & Luís (2016), que investigam um caso de morfologia de contacto no crioulo indo-português de Korlai, mais especificamente, a formação da quarta conjugação (com vogal temática em *-u*), que resultou do contacto entre o crioulo e o Marata, a língua indo-ariana dominante (Clements 1996). Tendo por base o trabalho de Clements & Luís (2016), o presente estudo vem aprofundar este caso de morfologia de contacto, alargando a investigação ao crioulo de Damão, no qual também se desenvolveu uma quarta conjugação.

Os dois crioulos indo-portugueses de Korlai e de Damão derivam ambos do contacto entre o Português e uma língua indo-ariana: o Marata, no caso do crioulo de Korlai; o Guzerate, no caso do crioulo de Damão. No que diz respeito à morfologia, apresentam paradigmas verbais de influência predominantemente portuguesa que preservam as conjugações em *a-*, *e-* e *i-* (ver secção 2). Estas marcas ter-se-ão desenvolvido ao longo do processo de crioulização, durante o qual se foram preservando traços da morfologia flexional portuguesa. Desde a sua formação, estes crioulos coexistem

com as línguas indo-arianas dominantes (o Marata e o Guzerate), num ambiente sociolinguístico em que os falantes de crioulo são efetivamente bilingues (Clements 1996). A partir do contacto prolongado com o Marata e o Guzerate, desenvolveu-se a quarta conjugação, para a integração de empréstimos verbais provenientes das línguas indo-arianas.

Estudos na área da Tipologia Linguística têm revelado a existência de diferentes estratégias linguísticas para a integração de empréstimos verbais (Soren & Wohlgemut 2008, Matras 2009, Wohlgemut 2009), sendo possível identificar essencialmente dois tipos: estratégias uniformizadoras e estratégias diferenciadoras. Um exemplo do primeiro tipo verifica-se, por exemplo no Português, em que verbos de origem anglófona são conjugados como verbos da 1ª conjugação (ex.: *clicar* < *click*). Um exemplo do segundo tipo pode observar-se em línguas que desenvolvem recursos linguísticos marcados, como acontece na língua nauatle que possui uma conjugação, com uma vogal temática *-oa*, para verbos de origem espanhola (Soren & Wohlgemut 2008). No caso dos crioulos de Korlai e de Damão, a quarta conjugação constitui claramente uma estratégia diferenciadora, uma vez que os verbos indo-arianos apresentam uma base temática distinta das bases temáticas de origem portuguesa (em *-a*, *-e* ou *-i*).

Embora trabalhos anteriores tenham estudado detalhadamente a emergência da quarta conjugação no crioulo de Korlai (Clements & Luís 2016), não foi ainda realizado, tanto quanto sabemos, um estudo comparativo abrangendo os dois crioulos. De facto, parece-nos essencial investigar o contexto linguístico que terá privilegiado, nos dois crioulos indo-portugueses, o desenvolvimento de estratégias de integração idênticas, tendo em conta que o contacto linguístico do qual resultam as bases temáticas diferenciadoras envolve línguas indo-arianas com morfologia verbal distinta (secção 3).

A partir de uma comparação entre o crioulo de Korlai e o crioulo de Damão, será nosso objetivo demonstrar que, em ambos os crioulos, a quarta conjugação terá resultado de um processo de reanálise morfológica que converteu formas verbais indo-arianas em bases temáticas indo-portuguesas, através da perda de valor morfossintático. Tentaremos mostrar que, nos dois crioulos, a reanálise foi motivada por um contexto linguístico favorável: i) a semelhança morfológica entre verbos flexionados

indo-arianos e bases temáticas indo-portuguesas e ii) saliência fonética dos sufixos flexionais indo-arianos *-u/-ũ*.

O presente trabalho tem a seguinte estrutura: na secção 2, apresentamos os dados empíricos referentes aos paradigmas verbais dos crioulos de Korlai e de Damão. Na secção 3, investigamos a origem indo-ariana das bases temáticas indo-portuguesas, a partir de uma comparação dos paradigmas verbais do Marata e do Guzerate. Na secção 4, formalizamos os resultados do estudo no âmbito da teoria *Paradigm-Function Morphology* (Stump 2001, 2015) e na secção 5 oferecemos uma breve síntese.

2 – Dados empíricos: paradigmas verbais indo-portugueses

Nesta secção, apresentamos o perfil flexional dos paradigmas verbais dos crioulos de Damão e de Korlai, começando por referir as três classes de origem portuguesa e passando à quarta conjugação.

Os crioulos indo-portugueses de Korlai e de Damão distinguem-se dos demais crioulos de base lexical portuguesa pelo facto de possuírem um paradigma verbal marcado por vários sufixos flexionais e por vogais temáticas de influência portuguesa (ver abaixo Tabelas 1 e 2). No que diz respeito ao paradigmas verbais, tanto o crioulo indo-português de Korlai como o crioulo indo-português de Damão se destacam pela presença das vogais temáticas *-a*, *-e*, e *-i* de origem portuguesa e pela presença de sufixos de tempo igualmente de origem portuguesa: o sufixo completivo *-d*, o sufixo progressivo *-n*, e os alomorfes de passado *-w* e *-o*. Importa ainda notar a completa ausência de flexão de pessoa e número nos paradigmas ilustrados nas Tabelas 1 e 2 (Luís 2008).

	Não-marcado	Passado	Progressivo	Completivo
CANTAR	<i>kat-a</i> cantar-VT 'cantar'	<i>kat-o</i> cantar-PST 'cantou'	<i>kat-a-n</i> cantar-VT-PROG 'cantando'	<i>kat-a-d</i> cantar-VT-PRF 'cantado'
BEBER	<i>beb-e</i> beber-VT 'beber'	<i>beb-e-w</i> bebeu-VT-PST 'cantou'	<i>beb-e-n</i> beber-VT-PROG 'bebendo'	<i>beb-i-d</i> beber-VT-PRF 'bebido'
ERGUER	<i>irg-i</i> erguer-VT 'erguer'	<i>irg-i-w</i> erguer-VT-PST 'ergueu'	<i>irg-i-n</i> erguer-VT-PROG 'erguendo'	<i>irg-i-d</i> erguer-VT-PRF 'erguido'

TABELA 1 – Paradigma verbal do crioulo indo-português de Korlai

	Não-marcado	Passado	Progressivo	Completivo
CANTAR	<i>kant-a</i> cantar-VT 'cantar'	<i>kant-o</i> cantar-PST 'cantou'	<i>kant-a-n</i> cantar-VT-PROG 'cantando'	<i>kant-a-d</i> cantar-VT-PRF 'cantado'
BEBER	<i>beb-e</i> beber-VT 'beber'	<i>beb-e-w</i> bebeu-VT-PST 'cantou'	<i>beb-e-n</i> beber-VT-PROG 'bebendo'	<i>beb-i-d</i> beber-VT-PRF 'bebido'
SUBIR	<i>sub-i</i> subir-VT 'subir'	<i>sub-i-w</i> subir-VT-PST 'subiu'	<i>sub-i-n</i> subir-VT-PROG 'subindo'	<i>sub-i-d</i> subir-VT-PRF 'subido'

TABELA 2 – Paradigma verbal do crioulo indo-português de Damão

A presença de três conjugações verbais reforça a ideia de que os crioulos podem efetivamente acomodar alternâncias flexionais semelhantes às das línguas de origem (Plag 2007, Luís 2011). Contudo, no caso destes dois crioulos indo-portugueses, para além das conjugações de origem

portuguesa, desenvolveu-se ainda uma quarta conjugação, para a integração de empréstimos verbais provenientes do Marata (no caso crioulo de Korlai) e do Guzerate (no caso do crioulo de Damão).

Conforme ilustrado nas Tabelas 3 e 4, os verbos da quarta conjugação apresentam uma base temática em *-u* seguida dos sufixos flexionais das restantes conjugações (cf. Tabelas 1 e 2): a forma progressiva é marcada com o sufixo *-n* e a forma completiva é portadora do sufixo *-d*. À semelhança das conjugações de influência portuguesa, a forma não-marcada caracteriza-se pela ausência de um sufixo explícito de tempo. A principal diferença entre a quarta conjugação e as restantes conjugações situa-se ao nível da forma verbal de passado que é homófona com a forma não-marcada. No caso da variedade acroletal do crioulo de Damão (cf. Tabela 5), surge o marcador temático *-ũ*, que tal como a vogal temática *-u*, não tem qualquer semelhança com as vogais temáticas do Português (Clements & Luís 2013).

	Não-marcado	Passado	Progressivo	Completivo
LOṬU 'empurrar'	<i>loṭ-u</i> empurrar-VT 'empurrar'	<i>loṭ-u</i> empurrar-VT 'empurrou'	<i>loṭ-u-n</i> empurrar-VT- PROG 'empurrando'	<i>loṭ-u-d</i> empurrar-VT-PRF 'empurrado'

TABELA 3 – Formas da quarta conjugação (crioulo de Korlai)

	Não-marcado	Passado	Progressivo	Completivo
BƏBRU 'sussurrar'	<i>bəbr-u</i> sussurrar-VT 'sussurrar'	<i>bəbr-u</i> sussurrar-VT 'sussurrou'	<i>bəbr-u-n</i> sussurrar-VT-PROG 'sussurrando'	<i>bəbr-u-d</i> sussurrar-VT-PRF 'sussurrado'

TABELA 4 – Formas da quarta conjugação (crioulo de Damão/variedade basilectal)

	Não-marcado	Passado	Progressivo	Completivo
BƏBRU 'sussurar'	<i>bəbr-ũ</i> sussurrar-ũ 'sussurrar'	<i>bəbr-ũ</i> sussurrar-ũ 'sussurrou'	<i>bəbr-ũ</i> sussurrar-ũ 'sussurrando'	<i>bəbr-ũ</i> sussurrar-ũ 'sussurrado'

TABELA 5 – Formas da quarta conjugação (crioulo de Damão/variedade acroletal)

O desenvolvimento de estratégias de integração de empréstimos verbais através de morfologia flexional constitui efetivamente uma inovação linguística dos crioulos indo-portugueses de Korlai e de Damão (Clements 1996, Luís 2008, Clements & Luís 2016). Trata-se de um tipo de morfologia que resultou do encontro entre estes e as línguas indo-arianas envolventes, constituindo assim um caso típico de morfologia de contacto.

Tendo sido anteriormente investigada a sua ocorrência no crioulo de Korlai, não foi ainda realizado um estudo comparativo sobre o contexto linguístico que terá conduzido os dois crioulos a desenvolver uma estratégia de integração de empréstimos verbais idêntica, em contextos sociolinguísticos distintos e em contacto com línguas indo-arianas diferentes. Importa, em particular, saber em que medida a explicação apresentada para o crioulo de Korlai, por Clements & Luís (2016), é extensível ao crioulo de Damão.

3 – A origem indo-ariana das bases temáticas

Com esta secção é nosso o objetivo identificar as formas verbais indo-arianas que terão favorecido a integração dos empréstimos verbais nos crioulos de Korlai e de Damão. Para este efeito, apresentamos sucintamente os paradigmas verbais do Marata, na secção 3.1, e do Guzerate, na secção 3.2.

3.1 – Marata

À semelhança dos crioulos indo-portugueses, a flexão verbal no Marata

ocorre depois do radical, em posição de sufixo. Conforme ilustram as formas flexionadas do verbo *kər-ŋe* ‘fazer-INF’ na Tabela 6, o radical do verbo combina com um ou dois sufixos. De entre estes sufixos, existem efetivamente formas verbais contendo um sufixo *-u*. Conforme ilustra a tabela, trata-se das formas verbais do futuro imediato, do imperativo e do imperativo negativo constituídas unicamente pelo radical do verbo e o sufixo *-u*.

Tempo verbal	Formas verbais
Presente	<i>kər-t-o, kər-t-os, kər-t-o, kər-t-o, kər-t-a, kər-t-at</i>
Perfeito	<i>kəray-l-o, kəray-l-as, kəray-l-a, kəray-l-o, kəray-l-at</i>
Passado Habitual	<i>ker-ts-e, ker-ts-as, ker-ts-a, ker-ts-o, ker-ts-a, ker-ts-e</i>
Futuro Imediato	<i>kər-in, kər-sil, kər-il, kər-u, kər-lə, kər-tilə</i>
Imperativo	<i>kər, kər-u</i>
Imperativo Negativo	<i>kər-u</i>

Tabela 6 – Formas flexionadas do verbo *kər-ŋe* ‘fazer-INF’ do Marata (Masica 1991)¹

Além das semelhanças fonéticas evidentes entre a vogal temática *-u* do crioulo de Korlai e o sufixo *-u* indo-ariano, existe um outro dado que aumenta a probabilidade de ter sido este o sufixo que serviu de origem à vogal temática: comparando formas verbais do Marata (em *-u*) com bases temática (em *-u*) do crioulo de Korlai, tal como exemplificado na Tabela 7, podemos constatar que o empréstimo verbal envolve toda a forma verbal que é portadora do sufixo *-u*.

¹ O valor morfossintático das formas verbais encontra-se detalhado no Apêndice A.

Base temática da 4ª conjugação (crioulo de Korlai)	Forma flexionada (Marata)
<i>tep-u-</i> aquecer-VT-	<i>tep-u</i> aquecer-FUT.IMED. 1 PL
<i>lot-u-</i> empurrar-VT-	<i>lot-u</i> empurrar-FUT.IMED. 1 PL
<i>thok-u-</i> bater (à porta)-VT-	<i>thok-u</i> bater (à porta)-FUT.IMED. 1 PL
<i>səmədz-u-</i> compreender-VT-	<i>səmədz-u</i> compreender-FUT.IMED. 1 PL

Tabela 7—Bases temáticas do crioulo de Korlai e formas flexionadas do Marata

Estes dados permitem, pois, demonstrar que a formação da quarta conjugação terá resultado da reanálise morfológica de formas verbais flexionadas indo-arianas em bases temáticas. Quanto aos fatores linguísticos que terão motivado a reanálise, os dados parecem apontar para dois fatores linguísticos: a estrutura morfológica e a saliência fonética.

Começando pela estrutura morfológica, o sufixo *-u* é o único sufixo vocálico que ocorre imediatamente após o radical do verbo (cf. Tabela 8). A sua posição na estrutura morfológica corresponde exatamente à posição das vogais temáticas nos verbos flexionados indo-portugueses, preservando a estrutura morfológica das formas verbais das restantes classes:

	Radical	Vogal temática
Classe temática 1	<i>kat-</i>	<i>a-</i>
Classe temática 2	<i>beb-</i>	<i>e-</i>
Classe temática 3	<i>sub-</i>	<i>i-</i>
Classe temática 4	<i>lot-</i>	<i>u-</i>

Tabela 8 – Estrutura morfológica das bases temáticas do crioulo de Korlai

Quanto à saliência fonética do sufixo *-u*, a sua qualidade vocálica permite realmente diferenciar acusticamente a quarta conjugação das restantes conjugações, garantindo uma distância fonética máxima entre as respetivas

vogais temáticas em *-a*, *-e*, *-i* e *-u*².

Tendo em conta os fatores morfológicos e fonéticos, podemos concluir que, apesar de as formas verbais com sufixo *-u* em posição final possuírem valor morfossintático variado (cf. Tabela 9), esse valor não terá desempenhado qualquer papel na seleção desta base temática.

Futuro Imediato. 1 PL	Imperativo. 1 PL	Imperativo Negativo
<i>kər-u</i>	<i>kər-u</i>	<i>kər-u nak</i>
do-FUT.IMED. 1 PL	do-IMP. 1 PL	do-IMP NEG

Tabela 9 – Valor morfossintático de formas flexionadas do Marata

Efetivamente, o processo de reanálise apenas preservou o valor semântico do lexema verbal, tendo o sufixo *-u* adquirido valor temático (ou morfómico) em detrimento do seu valor morfossintático de origem.

3.2 – Guzerate

Com base nos resultados obtidos para o crioulo de Korlai, passaremos de seguida à análise das formas verbais do Guzerate, aplicando os critérios morfológico e fonético.

Conforme ilustra a Tabela 10, o Guzerate é uma língua flexional sufixal, sem classes conjugacionais que, à semelhança do Marata, não dispõe de vogais temáticas que pudessem ter transitado diretamente para o crioulo de Damão.

² Sobre o conceito de distância fonética máxima, veja-se Crothers (1978:126).

Presente	<i>kər-ũ ch-ũ, kər-e ch-e, kər-ie ch-ie, kər-o ch-o</i>
Imperfeito	<i>kər-t-o ho-t-o, kər-t-i ho-t-i, kər-t-ũ ho-t-ũ, kər-t-a ho-t-a, kər-t-ã ho-t-ã</i>
Futuro Simples	<i>kər-ish, kər-she, kər-ishũ, kər-sho</i>
Imperativo	<i>kər; kər-o</i>

Tabela 10 – Formas flexionadas do verbo *kər-vũ* ‘fazer-INFINITIVO’ do Guzerate (Masica 1991)³

Começando pela estrutura morfotática das formas verbais na Tabela 10, é possível identificar um conjunto de formas verbais cuja estrutura morfotática é semelhante à estrutura morfotática das bases temáticas (de influência portuguesa) do crioulo de Damão. São, pois, formas verbais que apresentam sufixos vocálicos imediatamente adjacentes ao radical do verbo, conforme exemplifica a Tabela 11. De entre estas formas, contudo, apenas uma das formas verbais cumpre o critério fonético necessário para que a base temática funcione como marca diferenciadora da quarta conjugação. Trata-se, assim, da forma verbal com sufixo *-ũ* em posição final.

Presente	Presente	Imperativo
<i>kər-ũ</i> fazer-PRS.1SG	<i>kər-e</i> fazer-PRS.2SG/3	<i>kər-o</i> fazer-IMP

Tabela 11 – Formas flexionadas da raiz ‘*kər*’

De facto, uma observação mais atenta permite concluir queas formas verbais portadoras dos sufixos *-e* ou *-o* não são suficientemente diferenciadores, no âmbito do paradigma verbal do crioulo de Damão. Mais concretamente: a) uma base temática em *-e* (e.g., *kər-e*) seria idêntica à base temática da segunda conjugação (e.g., *kum-e* ‘comer-VT’); e b) uma base temática em *-o* (*kər-o*) seria idêntica à forma verbal de passado da

³ O valor morfossintático das formas verbais encontra-se detalhado no Apêndice B.

primeira conjugação (*kant-o* ‘cantar-passado’). Pelo contrário, as formas verbais com sufixo *-ũ* permitem atribuir à quarta conjugação a máxima saliência fonética.

Os dados permitem assim concluir que, à semelhança do crioulo de Korlai, a seleção de uma base temática em *-u* terá sido favorecida por uma convergência entre propriedades morfológicas e fonéticas. Estamos assim igualmente perante um caso de reanálise, através do qual uma forma verbal indo-ariana, com valor morfossintático, se transformou em base temática⁴.

4 – Análise

Com base nos resultados obtidos nas secções anteriores, pretendemos com esta secção enquadrar a mudança morfológica estudada no quadro da teoria flexional *Paradigm Function Morphology* (PFM), seguindo o modelo de Stump (2001). O objetivo será formalizar a diferença entre as formas verbais (indo-arianas) e as bases temáticas (indo-portuguesas) à luz da distinção entre regras flexionais (*realization rules*) e regras de formação/seleção de bases temáticas (*stem formation/selection rules*).

A distinção entre operações com valor morfossintático e operações com valor formal (interno à morfologia) ocupa um lugar central nos modelos autónomos de morfologia (Aronoff 1994), no âmbito dos quais se situa a teoria PFM. Neste contexto teórico, as regras de realização morfossintática (RR) constituem operações que associam afixos flexionais a propriedades morfossintáticas, enquanto as regras de formação/seleção de bases temáticas (SFR/SSR) formam bases temáticas através da combinação do radical com um marcador temático.

O desenvolvimento da quarta conjugação nos crioulos de Korlai e de Damão assenta precisamente sobre esta distinção, conforme passaremos a ilustrar sucintamente.

⁴ Na variedade basilectal, há ainda a notar a perda do traço nasal, motivada muito possivelmente pelo perfil ‘não-nasal’ das restantes vogais temáticas do crioulo de Damão. Na variedade acroletal, a base temática converteu o traço nasal em consoante nasal (Tabela 5), mantendo-se se ainda o princípio da estratégia diferenciadora.

4.1 – Formas verbais indo-arianas

Formas verbais indo-arianas, como *kər-u* ‘do-FUT.IMED.1PL’, exprimem propriedades morfossintáticas de tempo, pessoa e número, pelo que a derivação do sufixo se faz através da aplicação de uma regra de realização morfossintática (RR) que realiza o valor morfossintático ‘FUT.IMED.1PL’ através do sufixo *-u*, conforme ilustrado esquematicamente em (1).

Por sua vez, a derivação completa da forma verbal é formalizada em (2) através de uma Função Paradigmática (*Paradigm Function*) que associa a regra RR_{ld} ao radical *ker-*, na ordem definida pela gramática do Marata, resultando assim a forma *keru* (1ª pessoa do plural, futuro imediato do verbo *kər-ŋe* ‘fazer-INF’)⁵:

$$\begin{aligned} (1) & RR_{ld} \{FUT.IMED.1PL\}, V(<X, \sigma>) =_{def} <X, u> \\ (2) & PF (<kər, \{FUT.IMED.1PL\}>) =_{def} RR_{ld} (kər, FUT.IMED.1PL)) = \\ &_{def} <kər-u, \sigma> \end{aligned}$$

4.2 – Bases temáticas indo-portuguesas

Uma base temática é constituída pelo radical do verbo seguido de vogal temática, não constituindo por isso uma forma verbal completa, uma vez que ainda não lhe foram associados os valores morfossintáticos. A formalização das bases temáticas exige, pois, regras próprias, destinadas à sua formação e seleção.

Em (3), por exemplo, a regra de formação das bases temáticas indica, de forma declarativa, a existência de uma base em *-u*. A associação da base temática ao lexema verbal é feita através de regras de seleção de bases temáticas, como a que indicamos em (4). Haverá tantas regras de formação e de seleção quantas as bases temáticas existentes numa determinada língua. As regras de formação e de seleção são, por isso, regras morfômicas (Luís 2011), uma vez que não produzem nenhum efeito morfossintático.

⁵ Neste exemplo, por isso, a representação é apenas ilustrativa, uma vez que a *Função Paradigmática* de uma língua deve ser formulada com base na totalidade do paradigma verbal da língua.

(3) A forma da base temática em *-u* é *Xu* (sendo *X* o radical do lexema verbal)

(4) $RR_0, V[Class\ 4] \langle X, \sigma \rangle = \text{def} \langle Y, \sigma \rangle$ (sendo $Y = Xu$).

A derivação da forma verbal completa procede de acordo com a aplicação de regras de realização morfossintática que, à semelhanças das operações em (1) e (2), derivam os sufixos de progressivo *-n*, passado *-w* ou *-o*, e completivo *-d*⁶.

5 – Conclusão

Este trabalho incidiu sobre um caso de morfologia de contacto nos crioulos indo-portugueses de Korlai e de Damão que, em comum, desenvolveram uma quarta conjugação, para a integração de empréstimos verbais provenientes das suas línguas de adstrato. Os dados apresentados permitiram demonstrar que a estratégia de integração adotada pelos dois crioulos segue o mesmo padrão: a reanálise de verbos indo-arianos morfotaticamente compatíveis com as bases temáticas indo-portuguesas. Neste processo, formas verbais com a estrutura base+sufixo (provenientes do Marata ou do Guzerate) foram convertidas em radical+vogal temática e integradas nos paradigmas verbais indo-portugueses dos crioulos de Korlai e de Damão. O processo de reanálise foi igualmente favorecido pela qualidade vocálica dos sufixos indo-arianos, que garantiu saliência fonética máxima para os verbos da quarta conjugação.

Agradecimentos

Gostaria de começar por agradecer ao Clancy Clements, pelo acesso que me deu aos dados empíricos dos crioulos de Damão e de Korlai, bem como pelos esclarecimentos prestados no decurso deste estudo. Agradeço ainda a todos os que, em diversos encontros, colaboraram com os seus comentários e sugestões.

⁶ Por razões de espaço, não ilustraremos a representação formal das regras flexionais de realização dos sufixos de TMA. Sobre o assunto, veja-se Stump (2001).

Abreviaturas

FUT-futuro; IMED-imediato; IMP-imperativo; INF-infinitivo; NEG-negativo; PL-plural; PRF-perfeito; PROG-progressivo; PST-passado; VT-vogal temática.

REFERÊNCIAS

- Aronoff, M. 1992. *Morphology by itself*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Clements, C. 1996. *The genesis of a language: the formation and development of Korlai Portuguese*. Amsterdam: John Benjamins.
- Clements, C. & Luís, A. 2013. 'The Marathi-Gujarati connection: two adstrate languages, one outcome'. *Joint Meeting of the Society for Pidgins and Creole Language & Associação de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola*, University of Lisbon, 21 June.
- Clements, C. & Luís, A. R. 2015. Contact intensity and the borrowing of bound morphology in Korlai Indo-Portuguese. Francesco Gardani, Peter Arkadiev & Nino Amiridze (eds.), *Borrowed Morphology*. Berlin: Mouton de Gruyter, 219-240.
- Crothers, J. 1978. Typology and universals of vowel systems. In Joseph H. Greenberg, Charles A. Ferguson, & Edith A. Moravcsik (eds.), *Universals of Human Language*. Vol 2: Phonology, 93-152. Stanford: Stanford University Press.
- DeGraff, M. 2001. On the origins of Creoles: A Cartesian critique of Neo-Darwinian linguistics. *Linguistic Typology* 5, 213-310.
- Luís, A. R. 2008. Tense marking and inflectional morphology in Indo-Portuguese. In Susanne Michaelis (ed.), *Roots of creole structures: Weighing the contribution of substrates and superstrates*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 83-121.
- Luís, A. R. 2011. Morphomic structure and loan-verb integration: Evidence from Lusophone creoles. In Martin Maiden, John Charles Smith, Maria Goldbach & Oliver Hinzelin (eds.), *Morphological autonomy: Perspectives from Romance inflectional morphology*. Oxford: Oxford University Press, 235-254.
- Masica, C. 1993. *The Indo-Aryan languages*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Matras, Y. 2009. *Language Contact*. Cambridge: Cambridge University Press.
- McWhorter, J. 2001. The world's simplest grammars are creole grammars. *Linguistic Typology* 5, 125-166.
- Plag, I. 2005. Morphology in pidgins and creoles. In Keith Brown (ed.), *Encyclopedia of Language and Linguistics*, Vol. 8, 304-308. Oxford: Elsevier.
- Plag, I. 2008. Creoles as interlanguages: inflectional morphology. *Journal of Pidgin and Creole Languages* 23 (1), 109-130.
- Stump, G. 2001. *Inflectional morphology: A theory of paradigm structure*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Stump, G. 2016. *Inflectional Paradigms: Content and Form at the Syntax-Morphology Interface*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wichmann, S. & Wohlgemuth, J. 2008. Loan verbs in a typological perspective. In Thomas Stolz, Rosa Palomo & Dik Bakker (eds.), *Aspects of language contact. New theoretical, methodological and empirical findings with special focus on Romancisation processes*. Berlin: Mouton de Gruyter, 89-121.
- Wohlgemuth, J. 2009. *A typology of verbal borrowings*. Berlin: Mouton de Gruyter.

Apêndice

A- Paradigmas flexionais do verbo *ker-ŋe* ‘fazer-INFINITIVO’ do Marata (Masica 1991)

Presente	Perfeito	Passado Habitual	Futuro Imediato
<i>kər-t-o</i> fazer-PRS.IMP-1SG	<i>kəray-l-o</i> fazer.PERF.PST-1SG	<i>ker-ts-e</i> fazer-PST.HAB-1SG	<i>kər-in</i> fazer-IMED.FUT.1SG
<i>kər-t-os</i> fazer-PRS.IMP-2SG	<i>kəray-l-as</i> fazer.PERF.PST-2SG	<i>ker-ts-as</i> fazer-PST.HAB-2SG	<i>kər-sil</i> fazer-IMED.FUT.2SG
<i>kər-t-o</i> fazer-PRS.IMP-3SG	<i>kəray-l-a</i> fazer.PERF.PST-3SG	<i>ker-ts-a</i> fazer-PST.HAB-3SG	<i>kər-il</i> fazer-IMED.FUT.3SG
<i>kər-t-o</i> fazer-PRS.IMP-1PL	<i>kəray-l-o</i> fazer.PERF.PST-1PL	<i>ker-ts-o</i> fazer-PST.HAB-1PL	<i>kər-u</i> fazer-IMED.FUT.1PL
<i>kər-t-a</i> fazer-PRS.IMP-2PL	<i>kəray-l-at</i> fazer.PERF.PST-2PL	<i>ker-ts-a</i> fazer-PST.HAB-2PL	<i>kər-lə</i> fazer-IMED.FUT.2PL
<i>kər-t-at</i> fazer-PRS.IMP-3PL	<i>kəray-l-e</i> fazer.PERF.PST-3PL	<i>ker-ts-e</i> fazer-PST.HAB-3PL	<i>kər-tilə</i> fazer-IMED.FUT.3PL

Imperativo	Imperativo Negativo
<i>kər</i> fazer-IMP (2SG/PL)	<i>kər-u nak</i>
<i>kər-u</i> fazer-IMP (1PL)	fazer-IMP NEG

B- Paradigmas flexionais do verbo *kār-vũ* ‘fazer-INFINITIVO’ do Guzerate (Masica1991)

Presente		Imperfeito		Futuro Simples
<i>kār-ũ</i> fazer-1SG	<i>ch-ũ</i> PRS-1SG	<i>kār-t-o</i> fazer-IMPERF-MASC.1SG	<i>ho-t-o</i> PST-IMPERF-MASC.1SG	<i>kār-ish</i> fazer-FUT.1SG
<i>kār-ẽ</i> fazer-2SG	<i>ch-e</i> PRS-2SG	<i>kār-t-i</i> fazer-IMPERF-FEM.2SG	<i>ho-t-i</i> PST-IMPERF-FEM.2SG	<i>kār-ish</i> fazer-FUT.2SG
<i>kār-ẽ</i> fazer-3	<i>ch-e</i> PRS-3	<i>kār-t-ũ</i> fazer-IMPERF-NEUT.3SG	<i>ho-t-ũ</i> PST-IMPERF-NEUT.3SG	<i>kār-she</i> fazer-3.FUT
<i>kār-ie</i> fazer-1PL	<i>ch-ie</i> PRS-1PL	<i>kār-t-a</i> fazer-IMPERF-1PL	<i>ho-t-a</i> PST-IMPERF-1PL	<i>kār-ishũ</i> fazer-FUT.1PL
<i>kār-o</i> fazer-2PL	<i>ch-o</i> PRS-2PL	<i>kār-t-ã</i> fazer-IMPERF-2PL	<i>ho-t-ã</i> PST-IMPERF-2PL	<i>kār-sho</i> fazer-FUT.2PL
<i>kār-e</i> fazer-3	<i>ch-e</i> PRS-3	<i>kār-t-ã</i> fazer-IMPERF-3PL	<i>ho-t-ã</i> PST-IMPERF-3PL	<i>kār-she</i> fazer-FUT.3SG

Imperativo
<i>kār</i> fazer-IMP.SG
<i>kār-o</i> fazer-IMP.PL

TRAÇOS REFERENCIAIS DE CP: O QUE NOS DIZ A ALTERNÂNCIA ENTRE INTERROGATIVAS IMPRÓPRIAS E RELATIVAS COM ANTECEDENTE^{1*}

Gabriela Matos

gmatos@letras.ulisboa.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Portugal)

Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (Portugal)

Ana Maria Brito

abrito@letras.up.pt

Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal)

Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

RESUMO. A alternância entre interrogativas impróprias e relativas com antecedente levanta a questão das propriedades sintáticas, semânticas e discursivas que aproximam CPs e DPs. Considerando propostas avançadas nas duas últimas décadas, assumimos que a propriedade fundamental que estes constituintes partilham nos casos de alternância em estudo é o traço de referencialidade. Este traço está semanticamente presente nos predicados que selecionam estes constituintes e encontra uma contrapartida estrutural nas sintaxe destes CPs e DPs.

^{1*} O presente trabalho é uma versão modificada de Matos & Brito (2013), incluído nas Referências finais. A investigação conducente a estes dois trabalhos foi elaborada no âmbito dos projetos PEst-OE/LIN/UI0214/2013 e FEDER / POCTI U0022/2003. Agradecemos à audiência do *Encontro comemorativo dos 40 anos do CLUP* os comentários e as sugestões.

PALAVRAS-CHAVE: Referencialidade de CP e DP, alternância entre interrogativas impróprias e relativas com antecedente, periferia esquerda, predicados assertivos definidos de cognição ou comunicação.

ABSTRACT. The alternation between improper interrogatives and headed relatives raises the question of the syntactic, semantic and discursive properties that relate CPs and DPs. Taking into account proposals put forward in the last two decades, we assume that referentiality is the core property that these constituents share in the alternation cases under study. This feature is semantically present in the predicates that select these constituents and finds a structural counterpart in the syntax of these CPs and DPs.

KEYWORDS: Referentiality of CP and DP, alternation between improper interrogatives and headed relative clauses, left periphery, assertive definite predicates of cognition or communication.

1 – Introdução

Em certas línguas (Espanhol, Português, Inglês, e.o.) frases completivas declarativas como as que ocorrem em (1a), (2a), designadas na literatura como *interrogativas impróprias* (Suñer 1993, 1999), apresentam como paráfrases DPs contendo orações relativas restritivas, como em (1b), (2b) (Keenan & Hull 1973, Moreno Cabrera 2002, Matos & Brito 2013):²

- (1)a. Juan sabe qué ruta tomará el barco.³
b. Juan sabe la ruta que tomará el barco.
- (2)a. Nós descobrimos que dificuldades temos de enfrentar.
b. Nós descobrimos as dificuldades que temos de enfrentar.

Tomaremos esta alternância como evidência da existência de propriedades nominais no argumento CP em (1a)-(2a). Semanticamente,

² Neste trabalho usaremos as siglas das categorias em Inglês, como é costume na bibliografia sintática de cariz generativo: DP (Determiner Phrase), para Sintagma Determinante; CP (Complementizer Phrase), para Sintagma Complementador; IP (Inflection Phrase), para Sintagma Flexionado, TP (Tense Phrase), para Sintagma Tempo.

³ Os exemplos em Espanhol são de Keenan & Hull (1973).

tanto a frase completiva em (1a)-(2a) como o DP que contém a relativa em (1b)-(2b) são argumentos; o CP selecionado pelo verbo e o DP relativizado têm ambos um alto grau de referencialidade e partilham a pressuposição de existência de uma entidade específica denotada pela expressão *wh D-linked* (i. e., com a forma *wh+N*) em (1a) e (2a) e pelo DP que contém a oração relativa em (1b) e (2b). O presente trabalho desenvolve propostas de Matos & Brito (2013), dando especial ênfase às propriedades sintáticas e semânticas que permitem relacionar estes DPs e CPs e lhes conferem propriedades referenciais.

Para alcançar este objetivo, o texto está organizado da seguinte maneira: na secção 2 traçaremos alguns paralelismos e diferenças entre DP e CP classicamente apontados na literatura. Em 3 analisaremos a questão da alternância entre relativas com antecedente e interrogativas impróprias; começaremos por descrever as propriedades que distinguem as interrogativas impróprias das interrogativas propriamente ditas (secção 3.1); seguidamente, discutiremos a hipótese de a alternância entre interrogativas impróprias e DPs relativizados se dever à inclusão destes DPs na classe das *interrogativas ocultas* (secção 3.2); por fim, exploraremos a possibilidade de essa alternância se dever parcialmente às propriedades estruturais que aproximam interrogativas impróprias e DP relativizados (secção 3.3). Tendo em conta a insuficiência desta análise, para caracterizar decisivamente as propriedades partilhadas por interrogativas impróprias e DP relativizados, na secção 4 debruçar-nos-emos sobre a questão da referencialidade destas construções: em 4.1 analisaremos as classes de predicados que as selecionam; em 4.2 consideraremos propostas recentes que procuram contrapartidas estruturais para a natureza referencial do CP; em 4.3 explicitaremos a nossa proposta para captar a referencialidade do DP e do CP nas construções de alternância em estudo. Em 5, apresentaremos as conclusões principais a que chegámos.

2 – Sobre o paralelismo entre DP e CP⁴

O paralelismo entre expressões nominais (DP) e orações (IP, TP) é conhecido desde Abney (1987). Com a introdução de CP (Chomsky 1986), novas perspectivas se abriram. O paralelismo entre DP e CP foi reconhecido pelo menos desde Szabolcsi (1994) e Longobardi (1994). Partindo do Húngaro, Szabolcsi adianta a ideia de que um complementador como *that* ‘que’ e equivalentes e os artigos são uma espécie de subordinadores, no sentido de que permitem que uma oração (CP) e um DP atuem como argumentos (ver também Coene & d’Hulst 2002: 6). Ao nível de CP, este paralelismo explicaria o facto de uma oração só poder ser argumento de um predicado superior se tiver um complementador explícito ou omissivo (cf. (3a) e (3b))⁵. Uma categoria CP isolada não pode ser argumento (cf.(3c)):

- (3)a. Eu disse [_{CP} que a Maria saiu]
- b. Eu disse [_{CP} 0 ir sair]
- c. *_{[CP} Que a Maria saiu]

No nível nominal, e de acordo com Longobardi (1994), para que um NP se torne um argumento, D tem de estar presente; em certas línguas, como o Português, um Nome próprio pode ocorrer com e sem artigo (4a), mas no vocativo, considerado por Longobardi uma posição não argumental, o artigo não pode estar presente(4b):⁶

- (4)a. O João chegou / João chegou.
- b. *O João, vem cá!

⁴ Sobre esta questão, ver, entre outros, Brito (2015) e bibliografia aí citada.

⁵ Isto não significa que todas as orações completivas sejam CP; de facto, muitos autores têm proposto o estatuto deficitário das orações seleccionadas por verbos de reestruturação como *querer*, pelos modais *poder* e *dever* e pelos verbos aspetuais (*estar a*, *andar a*, etc.), explicando, no caso destes últimos, a sua natureza de “semi-auxiliar” (ver, para o Português, Matos 1992, Gonçalves 1996, entre outros).

⁶ Por uma questão de limite do âmbito da discussão, vamos aqui passar ao lado de toda a problemática relacionada com nomes simples (*bare nouns*).

Outro facto que relaciona DP e CP são fenómenos de subcategorização / seleção: certos predicados seleccionam DP e CP como argumentos, como é visível em (5a) e (5b). Este facto é reconhecido pela tradição gramatical luso-brasileira, ao chamar substantivas às orações integrantes / completivas:

- (5) a. Eu disse [_{CP} que a Maria saiu]
- b. Eu disse [_{DP} uma mentira].
- c. Eu disse [_{DP} isso]

Em consonância, certos estudos de Sintaxe Generativa propuseram que acima de CP haveria um nó NP. Contudo, desde Kiparsky & Kiparsky (1970) e Hooper & Thompson (1973) sabemos que as orações integrantes / completivas não são nominais da mesma maneira e que as orações seleccionadas por predicados factivos têm mais propriedades nominais do que as que são seleccionadas por predicados não factivos (ver para o PE Raposo 1987). Mas enfatizar a importância da factividade tem os seus problemas, pois se uma oração seleccionada por um V factivo fosse realmente introduzida pela expressão *o facto de*, como proposto por Kiparsky & Kiparsky (1970), não explicaríamos restrições quanto à natureza dos sujeitos, como em (6) e (7) (cf. Raposo 1987), nem diferenças de comportamento em extrações com e sem *o facto de* (8) (cf. Duarte 2003: 630-631):

- (6) a. Lamentamos *o eles* não terem recebido financiamento.
- b. *Lamentamos *o os institutos* não terem recebido financiamento.
- (7) a. É um perigo o estarem a aumentar *as situações de conflito* no globo.
- b. *É um perigo o *as situações de conflito* estarem a aumentar no globo.
- (8) a. *O que é que é afitivo o facto de ele ter tido _ ?
- b. O que é que é afitivo ele ter tido _ ?

Nas duas últimas décadas, a noção de factividade tem sido correlacionada com propriedades de definitude e referencialidade (e.g. Melvold 1991). Desenvolvendo esta hipótese, análises recentes procuram

derivar a factividade de propriedades de definitude e referencialidade dos predicadores que seleccionam estes argumentos nominais e oracionais (Hinzen & Sheehan 2011) e de propriedades estruturais do CP (e.g. de Cuba & McDonald 2013, Haegeman & Ürögdi 2010a, b), como veremos na secção 4. deste trabalho.

Em síntese, há paralelismos entre as categorias DP e CP, no sentido em que há propriedades nominais e referenciais em orações completivas. No entanto, CP engloba vários tipos de orações completivas. Neste artigo, desenvolvendo Matos & Brito (2013), investigaremos a alternância entre um tipo de oração completivas, as chamadas interrogativas indiretas impróprias introduzidas por um sintagma *wh D-linked*, e as orações relativas com antecedente, constituídas por um DP definido que contém uma relativa restritiva como em (1) e em (2), de modo a determinar que traços partilham e como estes se codificam na estrutura sintática.

3 – A alternância entre interrogativas impróprias e alguns DPs relativizados

A possibilidade de alternância entre interrogativas impróprias e relativas com antecedente evidencia que estas construções partilham um conjunto de propriedades. Em línguas como o Português, essa similitude tem uma base sintática e não se restringe unicamente a aspetos semânticos. Assim, nesta secção, depois de caracterizarmos as propriedades das interrogativas impróprias (secção 3.1) e de demonstrarmos que não é sintaticamente plausível atribuir o estatuto de interrogativas ocultas às relativas que alternam com interrogativas impróprias (secção 3.2), destacaremos os aspetos estruturais que aproximam as interrogativas impróprias das relativas com antecedente (secção 3.3).

3.1 – Interrogativas propriamente ditas interrogativas impróprias

As frases subordinadas *-wh* em (1a) e (2a), repetidas em (9), apresentam um comportamento que as diferencia das interrogativas indiretas propriamente ditas, razão pela qual foram designadas interrogativas impróprias.

- (9) a. Juan sabe qué ruta tomará el barco.
b. Nós descobrimos/sabemos que dificuldades temos de enfrentar.

Esta distinção foi proposta para o Inglês e Espanhol por Plann (1982) e Suñer (1993, 1999), para frases com e sem um sintagma-*wh*, como em (10) e (11), respetivamente correlacionadas com as interrogativas parciais e globais em (12) e (13), exemplos de Suñer:

- (10) a. John knows how many students passed the test.
b. Dijo cuales eran sus actores favoritos.
(11) a. Mary knows whether they serve breakfast.
b. Bri sabía si su abuela había ido a Madrid.
(12) a. They {asked/wondered} which book John read.
b. Juan preguntó quantos invitados iban a venir.
(13) a. Mary asked whether it is raining.
b. Bri preguntou (que) si su abuela había ido a Madrid.

As orações em (10)-(11) diferem das orações em (12)-(13) em diversos aspetos. Discursivamente, distinguem-se pela sua força ilocutória: enquanto em (10)-(11) as orações reportam uma asserção e têm força ilocutória declarativa, em (12) e (13) reportam uma pergunta e têm força ilocutória interrogativa. Semanticamente, as orações interrogativas não podem ser verdadeiras (V) nem falsas (F): em (13b), *Mary asked whether it is raining*, a oração encaixada *whether it is raining* não é nem V nem F, porque a entidade denotada pelo sujeito superior não sabe se está a chover ou não; pelo contrário, as interrogativas impróprias são proposições, porque têm um valor de verdade: em (1), *Mary knows whether they serve breakfast*, declara-se que a Maria sabe a resposta (sim ou não) da oração encaixada. Lexicalmente, em PE há restrições sobre os complementadores que introduzem as interrogativas indiretas globais propriamente ditas: o complementador *se* está associado ao valor interrogativo, sendo *que* excluído, como mostra a agramaticalidade de *que* em (14) e a diferença de interpretação entre (15a) e (15b); enquanto em (15b) permanece a incógnita sobre se *o João leu o livro*, em (15b) é dado como certo que *o João leu o livro*:

- (14) Ela perguntou/perguntou-se/inquiriu {se/*que} a Ana enfrentava alguma dificuldade.
- (15) a. Ela ignora/ desconhece/ não sabe/esqueceu-se/não se lembra se o João leu o livro.
 b. Ela ignora/desconhece/não sabe/esqueceu-se /não se lembra que o João leu o livro.

Adicionalmente há restrições sobre as classes de verbos que selecionam interrogativas encaixadas propriamente ditas e as que selecionam interrogativas impróprias. Em PE, as interrogativas indiretas propriamente ditas são tipicamente selecionadas pelas classes de verbos explicitadas em (16) (cf. Matos & Brito 2013), como ilustrado nos exemplos em (17):

- (16) a. Predicados de comunicação com um conteúdo interrogativo: *perguntar, inquirir, interrogar-se*
 b. Predicados relacionados com falta de conhecimento: *ignorar, desconhecer/não saber, esquecer, não recordar*
 c. Predicados de comunicação e percepção (*dizer, admitir, ver*) no escopo de um operador de negação ou de interrogação ou no escopo de um verbo modal como *querer*
- (17) a. Ela perguntou/perguntou-se/inquiriu se a Ana enfrentava alguma dificuldade.
 b. Ela ignora /desconhece/ não sabe/esqueceu-se/não se lembra se o João leu o livro.
 c. Ele sabe/disse/ouviu se o carro já está arranjado?
 d. Ele quer saber se o carro está arranjado.

Uma diferente situação ocorre nas interrogativas indiretas impróprias, em que os verbos que as selecionam são verbos não interrogativos. Em (18) indicamos alguns desses predicados, que ilustraremos em (19):

- (18) a. Predicados de aquisição, retenção e perda de conhecimento: *saber, descobrir, reparar, ver, lembrar, esquecer*
 b. Predicados de conjectura: *adivinhar, prever*

c. Predicados de comunicação sem conteúdo interrogativo:

revelar, explicar

- (19) a. Ela sabe que dificuldades tem de enfrentar.
 b. Ela sabe {que/*se} a Ana enfrentava dificuldades.
 c. Nós adivinhámos/previmos que rota o barco ia tomar.
 d. Nós adivinhámos/previmos {que/*se} o barco ia tomar aquela rota.
 e. Ela revelou-nos que artigo tinha sido aceite para publicação.
 f. Ela revelou-nos {que/*se} esse artigo tinha sido aceite para publicação.

3.2 – Serão os DPs que contêm orações relativas interrogativas ocultas?

Quando olhamos para os verbos que permitem a alternância entre interrogativas *wh D-linked* e DPs contendo orações relativas verificamos que coincidem com os verbos que introduzem interrogativas indiretas impróprias listados na secção anterior, como mostra o confronto entre os exemplos (a) e (b) seguintes:

- (20) a. Ela sabe que dificuldades tem de enfrentar.
 b. Ela sabe as dificuldades que tem de enfrentar.
 (21) a. Nós adivinhámos/previmos que rota o barco ia tomar.
 b. Nós adivinhámos/previmos a rota que o barco ia tomar.
 (22) a. Ela revelou-nos que artigo tinha sido aceite para publicação.
 b. Ela revelou-nos o artigo que tinha sido aceite para publicação.

Considerando as paráfrases entre interrogativas e alguns DPs, Baker (1968), Suñer (1999), Romero (2005), Frana (2006), entre outros, colocaram a hipótese de esses DPs poderem ser interpretados como interrogativas ocultas. O Português também exhibe este fenómeno, quer com Vs introdutores de interrogativas indiretas propriamente ditas quer com Vs que introduzem interrogativas indiretas impróprias, como os exemplos em

(23) e (24) atestam:⁷

- (23) a. Eles perguntaram que horas eram.
- b. Eles perguntaram as horas.
- (24) a. Eles revelaram/anunciaram quem/que pessoa tinha vencido o concurso.
- b. Eles revelaram/anunciaram o vencedor do concurso.

Contudo, esta aproximação tem alguns problemas. Em primeiro lugar, o paralelismo entre uma oração CP introduzida por um sintagma *wh* e um simples DP é semântico e baseia-se numa relação de paráfrase; ao nível sintático não há nenhum movimento *wh* em (23b) ou (24b). Em segundo lugar, nem todos os verbos que legitimam interrogativas ocultas legitimam DPs contendo orações relativas; comparem-se os exemplos em (23) com (25), que é agramatical em Português Europeu:⁸

- (25) *Eles perguntaram as horas que eram.

Em terceiro lugar, nem todos os verbos que admitem interrogativas indiretas impróprias como *saber*, *descobrir*, *adivinhar* (cf. (26a)) aceitam uma interrogativa oculta em PE (cf. (26b)):

- (26) a. Eles sabiam que pessoa tinha vencido o concurso.
- b. *Eles sabiam o vencedor do concurso.

⁷ De maneira a adaptar a noção de pergunta cancelada à distinção entre interrogativas diretas próprias e impróprias, Suñer chega a propor a distinção entre perguntas ocultas próprias e impróprias (Suñer 1999: 2174-8). Assim, (i) representaria uma pergunta oculta própria e (ii) uma pergunta oculta imprópria (Suñer 1999: 2174-2178):

- (i) Le preguntó su dirección (cf. Le preguntó (que) qual era su dirección).
- (ii) Sabía su dirección (cf. Sabía cual era su dirección).

⁸ Em Espanhol, o verbo *preguntar* seleciona não só um “simples” DP, como em (i), mas também um DP contendo uma oração relativa restritiva, como (ii):

- (i) Me preguntó la hora (que era).
- (ii) Me preguntó las dificultades que tendré que enfrentar.

Finalmente, mesmo quando podem selecionar um DP como argumento interno, alguns destes verbos têm restrições: só um DP que refira uma entidade que resulte de um processo de aquisição ou retenção de conhecimento é possível:

- (27) a. Eu sei/descobri/adivinhei o caminho/a verdade.
b. Eu *sei/#descobri/*adivinhei o rapaz.

Vemos assim que não há total coincidência entre os verbos que permitem a alternância entre uma interrogativa imprópria e um DP contendo uma oração relativa e os verbos que podem selecionar interrogações ou perguntas ocultas. Por isso, concluímos que as construções (1b) e (2b) não são perguntas ocultas impróprias, contrariamente à posição defendida por Suñer 1999.⁹

3.3 – Análise modular das interrogativas impróprias e das relativizas com antecedente

Admitimos que a alternância entre interrogativas impróprias e DPs relativizados se deve parcialmente às propriedades estruturais que aproximam estas construções. No Programa Minimalista (Chomsky 1995), as orações que envolvem um movimento *wh* foram sendo representadas como em (28), em que C, o núcleo de CP, codifica a força ilocutória da frase e a posição de especificador contém um operador que liga a cópia do sintagma *wh* em TP. Porém, Rizzi (1997, 2004) apresenta uma análise alternativa, em que o domínio CP se encontra dividido em diferentes projeções funcionais, como explicitado nos aspetos relevantes em (29):

⁹ Frana (2006), embora propondo uma análise semântica unificada de diferentes tipos de perguntas ocultas, reconhece que frases contendo o verbo *saber* representam uma crença *de re* acerca de um indivíduo. A autora dá um exemplo de pergunta oculta (i), que pode ser parafraseado como em (ii):

(i) Kim knows the governor of California.

(ii) Kim knows of A. Schwarzenegger that he is the governor of California.

Em (i) e em (ii) temos uma crença *de re*, sendo *the governor of California* uma propriedade que acontece no mundo real.

(28) [_{CP} whP_i [_C [int]/[decl]/...] [_{TP} ... [whP]_i ...]]

(29) [Force [Top* [... [Foc [Top* [Mod* [Top* [Fin [IP/TP]]]]]]]]]

Nesta última representação, só Força e Finitude são obrigatórias. As outras categorias Tóp(ico), Foc(o) e Mod(ificador), só são projetadas se necessário. De acordo com Rizzi, *Force* é o lugar do complementador declarativo. Em frases interrogativas, FocP é o lugar para os morfemas *wh*.

Adaptando a proposta de Rizzi ao Português, adotaremos para uma frase interrogativa parcial, como (30a), a estrutura em (30b), em que o sintagma *wh* ocupa a posição final de especificador de ForceP, depois de ter passado por especificador de FocP, cujo núcleo pode ser realizado em PE pela expressão *fixa é que*.¹⁰

(30) a. Eu perguntei que livro (é que) a Maria leu.

b. ... [_{ForceP} que livro_i [_{Force} [int] [_{FocP} t_i [_{Foc} (é que)] [_{FinP} [+finito] [_{TP} ... t_i ...]]]]]

De acordo com esta análise, as interrogativas impróprias distinguem-se das interrogativas indiretas propriamente ditas pela força ilocutória: declarativa (decl) nas primeiras (cf. (31b)), interrogativa (int), nas últimas (cf. (30b)). Porém, aproximam-se pelo facto de o sintagma *wh* ocupar a posição de especificador de ForceP, depois de passar por especificador de FocP, e pela possibilidade de ocorrência da partícula focalizadora *é que* (cf. (30b) e (31b)):

(31) a. Eu descobri que livro (é que) tu leste.

b. ... [_{ForceP} que livro_i [_{Force} [decl]] [_{FocP} t_i [_{Foc} [_{FinP} [+finito] [_{TP} tu leste que t_i]]]]]

¹⁰ Estamos a assumir, com Ambar (1999), que *é que* é uma expressão focalizadora. Costa & Lobo (2009), que não adotam a proposta de Rizzi (1997, 2004), analisam as orações clivadas com *é que* como orações simples e propõem que *é que* lexicaliza C ou outra categoria funcional na periferia esquerda da frase.

As semelhanças entre relativas e interrogativas impróprias são também evidentes: partilham a força ilocutória declarativa e o facto de envolverem dependências A'. Estas semelhanças são captadas na representação (32b), em que foi usada a análise por elevação das relativas com antecedente (cf. Kayne 1994, Bianchi 1999)¹¹. De acordo com esta análise, a oração relativa é seleccionada por D e um constituinte nominal move-se do interior da subordinada para o especificador da projecção de CP mais alta, que nós assumimos ser ForceP:

- (32) a. Eu descobri o livro que tu leste.
b. ...[DPo [ForceP livroi [Force que [decl]] [FinP [+finito] [TP tu leste ~~livroi~~]]]]

No entanto, esta representação evidencia também as diferenças entre as interrogativas impróprias e as relativas: na derivação do CP relativo a categoria funcional Foco não ocorre, e, consequentemente, o constituinte-A' nas relativas não é discursivamente interpretado como um foco contrastivo, mas, possivelmente como um tópico. Assim, esta representação permite dar conta do facto de a expressão de focalização *é que*, que é legítima nas interrogativas impróprias, produzir resultados marginais nas orações relativas:

- (33) *Eu descobri o livro *que é* que a Maria leu. (cf. Eu descobri que livro é que a Maria leu.)

Uma outra propriedade que parece corroborar o estatuto de tópico do operador A' nas relativas com antecedente é a exclusão de *wh* múltiplos:

- (34) *Eu encontrei a rapariga que deu o quê a quem.

¹¹ Não discutiremos neste trabalho outras possíveis análises das relativas restritivas com antecedente, uma vez que todas elas assumem que o CP relativo está inserido num DP, e o CP relativizado manifesta movimento A' em línguas como o PE.

Repare-se que esta restrição não está presente nas interrogativas impróprias (cf. (35a)) nem nas interrogativas indiretas propriamente ditas (cf. (35b)):

- (35) a. Eu descobri que rapariga deu o quê a quem.
- b. Ele perguntou quem deu o quê a quem.

Consideramos que esta restrição das relativas se deve ao facto de para cada CP relativo haver apenas um antecedente, que é discursivamente interpretado como informação dada e que está integrado numa configuração que é, do ponto de vista informacional, uma relação tópico-comentário.

Em suma, uma análise modular das interrogativas próprias e impróprias e dos DPs relativizados capta os aspetos estruturais comuns e divergentes destas construções. Porém, não nos dá diretamente a solução para a possibilidade de alternância entre DPs relativizados e interrogativas impróprias e a exclusão das interrogativas indiretas propriamente ditas desta alternância — veja-se o contraste entre (36), em que ocorre um verbo que legitima interrogativas impróprias e (37), que exhibe verbos que apenas admitem interrogativas propriamente ditas:

- (36) a. A Maria *descobriu* que livros a Ana tem de consultar.
- b. A Maria *descobriu* os livros que a Ana tem de consultar.
- (37) a. A Maria *perguntou/inquiriu* que livros a Ana tem de consultar.
- b. *A Maria *perguntou/inquiriu* os livros que a Ana tem de consultar.

4 – Referencialidade e a alternância interrogativas impróprias e DP relativizados

Como referimos na secção 3.1, para além da força ilocutória, uma outra propriedade distingue interrogativas encaixadas verdadeiras de interrogativas impróprias, a natureza do predicado que as seleciona por argumento. Assim, analisaremos as classes semânticas dos predicados que permitem a alternância entre interrogativas impróprias e DP relativizados.

4.1 – Referencialidade e classes semânticas de predicados

Como vimos em (18), os verbos que permitem a alternância entre interrogativas impróprias e DP relativizados são predicados de aquisição, retenção ou perda de conhecimento (38), de conjectura (39) e de comunicação sem valor interrogativo (40):

- (38)a. Ela descobriu/sabia/recordou/ignorava que rota o barco ia tomar.
- b. Ela descobriu/sabia/recordou/ignorava a rota que o barco ia tomar.
- (39)a. Nós adivinhamos/previmos que dificuldades teríamos de enfrentar.
- b. Nós adivinhámos/previmos as dificuldades que teríamos de enfrentar.
- (40)a. Ele explicou/revelou de que modo solucionaria a questão.
- b. Ele explicou/revelou o modo como solucionaria a questão.

Na classificação de Hooper & Thompson's (1973) estes predicados recaem em duas classes distintas: a dos *predicados fracamente assertivos*, que selecionam asserções¹², i.e., proposições que podem ser verdadeiras ou falsas, como em (41); e a dos *predicados semi-factivos* (Karttunen1971), ou seja, predicados basicamente factivos, que pressupõem a verdade do seu complemento proposicional, mas perdem a sua factividade em certos contextos, como em perguntas e condicionais, como (42):

- (41) Ele *previu* que ia chover, mas enganou-se.
- (42)a. Ele *descobriu* que está a chover (#mas enganou-se).
- b. Se ele *descobrir* que está a chover, avisa-nos.

¹² A noção de “asserção” não é definida por estes autores de modo absoluto; de qualquer modo, a asserção é “identified as that part which can be negated or questioned by the usual application of the processes of negation and interrogation” (Hooper & Thompson (1973: 473).

O facto de os predicados que admitem as alternâncias em estudo serem incluídos na classificação de Hooper e Thompson em duas classes distintas, com propriedades contraditórias (factivo vs. assertivo) é problemático. Porém, propostas recentes permitem ultrapassar este problema, pois não tomam a factividade como um traço primitivo mas tentam explicar esta noção em termos da de referencialidade (de Cuba & Ürögdi 2009, de Cuba & MacDonald 2011, Haegeman & Ürögdi 2010, Hinzen & Sheehan 2011).

Explorando as semelhanças entre o domínio nominal e o domínio oracional, Hinzen & Sheehan (2011) propõem uma escala de referencialidade idêntica para as expressões nominais e as orações. Nas expressões nominais temos as expressões deícticas, nomes próprios ou pronomes > as expressões definidas > as expressões quantificadas. Nas orações, temos as verdades > os factos > as proposições. Os dois casos intermédios são os que mais interessam para a nossa análise. Assim, o traço definido/indefinido, classicamente usado só para o domínio nominal, entraria na caracterização dos complementos oracionais e nos verbos que os seleccionam: as orações completivas seleccionadas por verbos factivos seriam equivalentes a expressões nominais definidas.

Desenvolvendo esta proposta, Hinzen & Sheehan (2011) propõem uma tipologia baseada nos seguintes traços: (i) assertivo/não-assertivo; (ii) comunicação/cognitivo/outros¹³; (iii) definido /indefinido, como ilustrado na tabela 2¹⁴:

¹³ O traço *cognitivo* está relacionado com aquisição, retenção, perda ou falta de conhecimento.

¹⁴ Os autores fazem corresponder a nova tipologia às noções clássicas de factivo, não factivo e semifactivo, como está patente na tabela.

I	II	III	IV	V	VI
STRONGLY ASSERTIVE COMMUNICATION DEFINITE PREDICATES <i>semi-factives</i>	STRONGLY ASSERTIVE COMMUNICATION INDEFINITE PREDICATES <i>non-factives</i>	WEAKLY ASSERTIVE COGNITIVE DEFINITE PREDICATES <i>semi-factives</i>	WEAKLY ASSERTIVE COGNITIVE INDEFINITE PREDICATES <i>non-factives</i>	NON- ASSERTIVE DEFINITE PREDICATES <i>emotive</i> <i>factives</i>	NON- ASSERTIVE INDEFINITE PREDICATES
disclose, divulge, confess, point out, reveal	say, claim, assert, report, vow	know, discover, find out, forget, realize, grasp	think, believe, suppose, guess, imagine, prove, decide	regret, deplore, resent, detest, hate, be glad, be aware, care, mind	doubt, (deny), be possible, be likely, wish, want, order, ask

TABELA 1 – Classificação de predicados de Hinzen & Sheehan (2011)

Nesta classificação, a natureza assertiva de um predicado não é incompatível com o seu estatuto factivo. Por outro lado, esta tipologia distingue entre predicados com um conteúdo cognitivo e os que têm um conteúdo comunicativo. Além disso, baseados no paralelismo semântico entre Vs factivos e semi-factivos, capazes de selecionarem uma oração de *that* / *the fact that* e uma expressão definida, Hinzen & Sheehan (2011) propõem para estes verbos o traço definido, para caracterizar o alto grau de referencialidade dos argumentos que selecionam.

De acordo com esta classificação, os predicados que admitem alternância entre interrogativas impróprias e os DP relativizados são maioritariamente selecionadas por predicados fracamente assertivos cognitivos definidos (*weakly assertive cognitive definite predicates*, classe III), como por exemplo *descobrir*, *imaginar*, e por predicados fortemente assertivos definidos de comunicação (*strongly assertive communication*

definite predicates, classe I), como *divulgar*, *revelar*. Por outras palavras, os predicados envolvidos na alternância em estudo legitimam CPs e DPs com traços de referencialidade.

4.2 – Contrapartidas estruturais da natureza referencial de CP

Embora muitas das propriedades das frases em que existe alternância entre interrogativas impróprias e DPs contendo orações relativas se relacionem com os predicados que as selecionam, há propriedades estruturais que contribuem igualmente para permitir esta alternância. Alguma literatura recente procura, com efeito, estabelecer um correlato entre a referencialidade e as configurações estruturais dos CPs (e.g. De Cuba & Ürögdi 2009, De Cuba & McDonald 2013, Haegeman & Ürögdi 2010a, b, Haegeman 2012, Ürögdi 2012).

Assim, De Cuba & MacDonald(2013) assumem que o traço [+referencial] só é atribuído a CPs com menos estrutura. Segundo os autores, esta propriedade permitiria distinguir em Espanhol entre interrogativas subordinadas verdadeiras com o traço [-referencial], que admitem redobro de complementador, e interrogativas impróprias com o traço [+referencial], que excluem este redobro:

- (43) a. Le preguntaron [*que* [*a quién* invitó Susi al concierto]]
 b. *Le explicaron [*que* [*a quién* invitó Susi al concierto]]

No entanto, no PE não há evidência para haver uma camada adicional de estrutura de CP nas interrogativas subordinadas propriamente ditas, pelo que é difícil correlacionar o estatuto de referencialidade das interrogativas impróprias com a ausência desse nível estrutural suplementar:

- (44) *Perguntaram-lhe que a quem falou a Susana.

Alternativamente, Haegeman & Ürögdi (2010 a,b), Ürögdi (2012) e Haegeman (2012), debruçando-se sobre complementos factivos, e

desenvolvendo ideias de Melvold (1991)¹⁵, propõem que a natureza referencial dos CPs e DPs decorre do movimento para a esquerda de um operador nulo:

(45) [CP Op_i that [TP ... t_i ...]]

(46) [DP Op_i the [_{sc} e_i]NP]]

No caso dos argumentos frásicos caracterizados como referenciais, esse operador mover-se-ia de uma posição interna ao TP para uma posição de especificador em CP e ligaria uma variável Evento. No caso dos constituintes nominais, um operador de definitude mover-se-ia para especificador em DP e ligaria uma variável interna à projeção SC (*small clause*) que inclui o NP.

As propostas de Haegeman & Ürögdi (2010 a,b) permitem fundamentar uma abordagem estrutural das estruturas de alternância CP e DP em estudo. Na próxima secção procuraremos conciliá-las com uma análise estrutural que tenha em conta os traços dos predicados que legitimam estas construções, tal como caracterizados por Hinzen & Sheehan (2011).

4.3 – A natureza referencial das interrogativas impróprias e dos DPs relativizados

Relacionemos de novo a alternância interrogativas indiretas impróprias e DPs contendo orações relativas com a natureza dos predicados que as seleccionam. Recorde-se que, de acordo com a tipologia de Hinzen & Sheehan (2011), os predicados que permitem esta alternância são os *assertivos definidos cognitivos ou de comunicação*. Que os DPs que contêm relativas e que podem alternar com interrogativas indiretas impróprias têm de ser definidos é mostrado por exemplos como os seguintes:

(47) a. Ela descobriu quantos livros havia na biblioteca.

¹⁵ Melvold (1991) propõe, para os complementos dos verbos factivos, a existência de um operador eventivo e de um operador definido, o operador iota.

- b. #Ela descobriu uma quantidade de livros que havia na biblioteca.
 - c. Ela descobriu a quantidade de livros que havia na biblioteca.
- (48) a. Nós adivinhámos que opções o capitão ia tomar.
- b. *Nós adivinhámos umas opções que o capitão ia tomar.
 - c. Nós adivinhámos as opções que o capitão ia tomar.

Assumindo então que o traço definido é partilhado por certos verbos e certos DPs, duas questões relacionadas, mas não articuladas nos trabalhos de Hinzen e Sheehan e de Haegeman e Ürögdi, têm de ser discutidas:

- (49) i. Como é que o traço verbal [+definido] relaciona CPs e DPs em Sintaxe?
- ii. Como estender a análise proposta para orações completivas seleccionadas apenas por factivos a outros CPs, nomeadamente às interrogativas *wh* impróprias que aqui nos ocupam?

Em relação à primeira pergunta, conjugando as propostas de Hinzen & Sheehan (2011) com as de Haegeman & Ürögdi (2010a,b) e Haegeman (2012), consideramos que o traço [+definido] do V está associado ao traço mais geral [+referencial], partilhado por um DP definido e por um CP introduzido por um *que* / *that*-CP seleccionado pelos verbos semi-factivos.

Admitimos ainda que na estrutura sintáctica, *v*, em contraste com *V*, é uma categoria que exhibe quer traços lexicais quer traços funcionais (cf. Chomsky 2001, 2008). Assim, colocamos como hipótese que, além do traço [acusativo], *v* dispõe dos traços [eventivo] e [referencial], como ilustrado na seguinte representação:

- (50) [*v*P [*v* [+acusativo], [eventivo] [ref]]] [*VP* [*V*...]]

O traço [referencial] conta como não interpretável para *v*, mas é interpretável para argumentos verbais DP/CP. Quando *v*_V é instanciado por um predicado assertivo definido cognitivo ou de comunicação, os traços seleccionais deste predicado requerem que o DP ou CP seleccionado pelo *V* seja marcado [+ref]. Por outro lado, só a inserção desse predicado pode

valorar adequadamente o traço não interpretável [ref] de v. *Agree* opera e o traço [ref] de v_V assume o valor [ref: +ref]. Veja-se a representação (51):

- (51) [vP [v *descobrir* [ac], [eventivo] [ref: +ref]] [VP [V[ref: +ref]]
[DP+ref/CP+ref]]]

Complementarmente, no argumento DP ou CP [+referencial] verifica-se movimento de operador, eventivo no caso do CP e definido no caso do DP, como proposto por Haegeman e Ürögdi (cf. (52)):

- (52) a. [vP [v *descobrir* [ac], [ref: +ref]] ... [CP+refOp_[_eventivo] i ...
[TP ... t_i...]]]
b. [vP [v *descobrir* [ac], [ref: +ref]] ... [DP+refOp_{i[definido]} [_{sc} [e_i
] NP]]]

As abordagens de Hinzen & Sheehan (2011), de Haegeman & Ürögdi (2010a,b) e de Ürögdi (2012) debruçam-se tipicamente sobre a correlação entre DP e *that*-CPs. Por isso, o segundo problema que se nos depara é o de alargar esta análise às interrogativas impróprias e às relativas com antecedente com as quais alternam:

- (53) a. Nós descobrimos *que rota* o barco ia tomar.
b. Nós descobrimos *a rota* que o barco ia tomar.

Estas propostas fornecem-nos parcialmente a solução do problema: em qualquer destes complementos, CP ou DP, o valor referencial é obtido pela presença do operador eventivo ou definido, como explicitado em (52). Porém, embora relevante, esta análise não dá conta da quase sinonímia dos complementos que entram em alternância. Essa quase-sinonímia decorre do conteúdo das frases encaixadas e da estrutura que apresentam (cf. secção 3.3). Este último aspeto merece ser enfatizado: as interrogativas impróprias e as relativas com que alternam apresentam a mesma força ilocutória (declarativa) e ambas exibem um operador-A' que liga, no domínio TP, a variável do sintagma movido, o whP *D-linked* (*que rota* em (53a)) ou relativizado, (*rota*, em (53b)), como explicitado em (54):

- (54) a. [_{ForceP} WhP _{D-linked} [Force declarativa] [_{TP} ... t_{wh} ...]]
 b. [_{ForceP} NP_{-rel} [Force declarativa] [_{TP} ... t_{rel} ...]]

Adicionalmente, a natureza *D-linked* do *whP* nas interrogativas impróprias permite que estas partilhem com as relativas com antecedente correspondentes a pressuposição da existência de uma entidade específica. Deste modo, a alternância entre CPs de interrogativas impróprias e os DPs relativizados correlatos é esperada.

Em suma, nas interrogativas impróprias e nas relativas com antecedente o contexto de legitimação argumental e a estrutura operador-variável envolvendo os operadores eventivo e definido estabelece o valor referencial do CP e do DP; a pressuposição de uma entidade específica denotada pelo *whP D-linked* e pelo “antecedente” da relativa explica a sua alternância.

5 – Conclusões

O principal objetivo deste trabalho foi dar conta dos paralelos entre CP e DP no que diz respeito às suas propriedades referenciais a partir da alternância, possível em Português Europeu e em Espanhol, entre interrogativas impróprias e DPs contendo orações relativas. Vimos que, contra Suñer (1999), para o Espanhol, o DP que contém uma oração relativa restritiva não pode ser sintaticamente identificado como uma pergunta oculta.

O confronto entre as propriedades estruturais de interrogativas impróprias e das relativas com que alternam permitiu-nos precisar que tanto as interrogativas impróprias como um DP contendo uma oração relativa têm força ilocutória declarativa, representam ambos dependências A' e envolvem duas categorias, DP e CP, caracterizadas por um alto grau de referencialidade. A sua maior diferença é estarmos, no segundo caso, perante uma oração relativa encaixada num DP.

Adotando a tipologia de Hinzen & Sheehan (2011), propusemos que esta alternância é legitimada por verbos *assertivos definidos cognitivos ou de comunicação*, que correspondem a semi-factivos.

Procurando conciliar as propostas de Hinzen & Sheehan (2011)

com as de Haegeman & Ürögdi (2010 a, b), defendemos que há traços referenciais em *v* ([eventivo] e [referencial]) presentes na derivação da estrutura sintática. Alargando as propostas de Haegeman & Ürögdi (2010a, b), admitimos que o valor referencial das interrogativas impróprias e dos DPs relativizados decorre da presença de um operador para a periferia esquerda do CP e do DP, um operador eventivo no caso das interrogativas impróprias e um operador de definitude no caso dos DPs.

Esta propriedade, que aproxima as construções em estudo de outros argumentos CP e DP referenciais, não nos permite, no entanto, captar a quase sinonímia das construções que entram em alternância. Propusemos, assim, que essa quase sinonímia se deve em grande parte à força ilocutória declarativa, que ambas as construções exibem, e à correlação que se estabelece entre os *whP D-linked* que figuram nas interrogativas impróprias e o operador-*A'* das relativas com antecedente, bem como ao facto de os *whP D-linked* e os DPs relativizados definidos com que alternam veicularem a pressuposição da existência de uma entidade específica.

Concluímos, pois, que a alternância entre interrogativas indiretas impróprias e DPs contendo relativas restritivas é permitida não só pelas propriedades lexicais de certos predicados, mas também por propriedades sintáticas e discursivas destas construções.

REFERÊNCIAS

- Abney, S. 1987. *The English Noun Phrase in its sentential aspect*. PhD. Dissertation, MIT.
- Ambar, Manuela. 1999. Aspects of the Syntax of Focus in Portuguese. In Georges Rebuschi; Laurice Tuller (Eds.) *The grammar of focus*, Amsterdam: John Benjamins, 23-53
- Baker, C. 1968. *Indirect Questions in English*. PhD. Dissertation. University of Illinois, Urbana.
- Bianchi, V. 1999. *Consequences of Antisymmetry: Headed Relative Clauses*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Brito, A.M. 1991. *A Sintaxe das Orações Relativas em Português*, Lisboa: INIC.

- Brito, A.M. 2015. Alguns paralelos sintáticos entre construções nominais e frásicas. *Textos Seleccionados. XXX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Porto. 21-50.
- Chomsky, N. 1986. *Barriers*. MA: MIT Press.
- Chomsky, N. 1995. *The Minimalist Program*, Cambridge, MA: MIT Press.
- Chomsky, N. 2001. Derivation by Phase. In M. Kenstowicz. (Ed.) *Ken Hale – a life in language*. Cambridge, MA: MIT Press, 1-52.
- Chomsky, N. 2008. On Phases. In: R. Freidin; C. Otero; M.-L. Zubizarreta (Eds.) *Foundational Issues in Linguistic Theory – Essays in Honor of Jean-Roger Vergnaud*, Cambridge, MA: MIT Press, 133-166.
- Coene, M.; Y. D’Hulst. 2002. Introduction: The syntax and semantics of noun phrases. In: M. Coene; Y.D’Hulst (Eds.) *From NP to DP. Volume I: The syntax and semantics of noun phrases*, Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 1-33.
- Costa, J.; M. Lobo 2009. Estruturas clivadas: evidência dos dados do português europeu não-standard. *Anais do Congresso Internacional da Abralin – João Pessoa – 2009*, vol. 2. João Pessoa: Universidade Federal Paraná, 3800-3806.
- Dayal, V.; J. Grimshaw. 2009. *Subordination at the interface*. Department of Linguistics, Rutgers University. Ms.
- De Cuba, C.; B. Ürögdi. 2009. Eliminating Factivity from Syntax: Sentential Complements in Hungarian. In: M. Den Dikken; R. Vago (Eds.). *Approaches to Hungarian*, vol. 11. John Benjamins, 29-63.
- De Cuba, C.; J. MacDonald. 2013. Referentiality in Spanish CPs. In: V. Camacho-Taboada; A. Jiménez-Fernandez; J. Martín-González; M. Reys-Tejedor. *Information structure and Agreement*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 117-140.
- Demonte, V.; O. Soriano. 2009. Force and finiteness in the Spanish complementizer system. *Probus*, 21: 23-49.
- Duarte, I. (2003) Subordinação completiva – as orações completivas. In: M. H. Mateus; A. M. Brito; I. Duarte; I. Faria; S. Frota; G. Matos; F. Oliveira; M. Vigário; A. Villalva (2003) *Gramática da língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 595-651.
- Frana, I. 2006. The reanalysis of concealed questions. A unified approach to definite and indefinite concealed questions. <http://research.nii.ac.jp/salt16/proceedings/frana-salt16.pdf>

- Gonçalves, A. 1996. Aspetos da sintaxe dos verbos auxiliares do Português Europeu. In: A. Gonçalves; M. Colaço; M. Miguel; T. Móia. *Quatro Estudos em Sintaxe do Português. Uma Abordagem segundo a Teoria dos Princípios e Parâmetros*, Lisboa: Ed. Colibri.
- Haegeman, L. 2012. *Adverbial Clauses, Main Clause Phenomena, and the Composition of the Left Periphery*. Oxford: Oxford University Press.
- Haegeman, L.; B. Ürgödi. 2010a. Referential CPs and DPs: an operator movement account. *Theoretical Linguistics* 36: 111-152.
- Haegeman, L.; B. Ürgödi. 2010b. Operator movement, referentiality and intervention. *Theoretical Linguistics*. 36: 233-246.
- Hinzen, W.; M. Sheehan. 2011. Moving towards the edge: the grammar of reference, *Linguistic Analysis*, 37: 405-458.
- Hooper, J.; S. Thompson. 1973. On the Applicability of Root Transformations, *Linguistic Inquiry*, 4:465-497.
- Karttunen, L. 1977. Syntax and semantics of questions. *Linguistics and Philosophy*, 1: 3-44.
- Kayne, R. 1994. *The Antisymmetry of Syntax*, Cambridge, Mass., The MIT Press.
- Keenan, E.; R. Hull. 1973. The Logical Syntax of Direct and Indirect questions. In: C. Corum; T. Smith; A. Weiser (Eds.) *You take the high node and I'll take the low node. Papers from the Comparative Syntax Festival. The differences between main and subordinate clauses*. Chicago, Chicago Linguistics Society, 348-371.
- Kiparsky, P.; C. Kiparsky, 1970. Fact. In: M. Bierwisch; K. Heidolph (Eds.) *Progress in Linguistics*. The Hague: Mouton, 143-173.
- Longobardi, G. 1994. Reference and proper names: a theory of N-movement in syntax and Logical Form, *Linguistic Inquiry*, 23: 79-108.
- Matos, G. 1992. *Elipse do Predicado em Português - SV Nulo e Despojamento*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa. Lisboa.
- Matos, G.; A. M. Brito. 2013. The alternation between improper indirect questions and restrictive relatives. In: V. Camacho-Taboada, A. Jiménez-Fernández, J. Martín-González, Javier & M. Reyes-Tejedor (Eds.) *Information Structure and Agreement*, Amsterdam: John Benjamins, 83-116.
- Melvold, J. (1991). 'Factivity and definiteness.' In: L. Cheng; H. Demirdache (Eds.). *MIT Working Papers in Linguistics*. 15. MIT: Cambridge, Mass., 97-117.

- Moreno Cabrera, J. 2002. *Curso Universitario de Lingüística General, Tomo I: Teoría de la gramática y sintaxis general*, 2ª ed. revista e aumentada, Madrid: Síntesis.
- Plann, S. 1982. Indirect Questions in Spanish, *Linguistic Inquiry*, 12, 297-312.
- Raposo, E. 1987. Case Theory and Infl-to-Comp: the Inflected Infinitive in European Portuguese, *Linguistic Inquiry*, 18: 85-110.
- Rizzi, L. 1997. The fine structure of the left periphery. In: L. Haegeman (Ed.) *Elements of grammar*. Dordrecht: Kluwer, 281-337.
- Rizzi, L. 2004. Locality and Left Periphery. In A. Belletti (ed.) *The Structures and Beyond- the Cartography of Syntactic Structures*. Volume 3. Oxford: Oxford University Press, 223-251.
- Romero, M. 2005. Concealed questions and specificational subjects. *Linguistics and Philosophy*, 28: 687-737.
- Ross, J. 1967. *Constraints on Variables in Syntax*. PhD Dissertation, MIT.
- Szabolcsi, Anna. 1994. The noun phrase. In F. Kiefer & K. É Kiss (Eds.), *The Syntax of Hungarian. Syntax and Semantics 27*. San Diego: Academic Press, 179-274.
- Suñer, M. 1993. About indirect questions and semi-questions. *Linguistics and Philosophy*, 16: 45-77.
- Suñer, M. 1999. La subordinación sustantiva: la interrogación indirecta. In: I. Bosque; V. Demonte (Eds.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa, 2147-2195.
- Ürögdi, B. 2012. *Operator Movements in Embedded Clauses*. PhD. Dissertation, Eötvös Loránd University, Budapest.
- Vergnaud, J-R. 1974. *French Relative Clauses*, PhD. Dissertation, MIT.

DEÍCTICOS E PERSUAÇÃO NO DISCURSO PUBLICITÁRIO

Alexandra Guedes Pinto

mapinto@letras.up.pt

Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal)

Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

RESUMO. Estabelecer uma ligação entre certas soluções linguísticas e a sua eficácia perlocutória, embora atraente, é sempre uma tarefa arriscada e difícil, dado que este nível da organização pragmática dos enunciados não está sob o controle absoluto do falante. Apesar deste facto, é possível argumentar que a ocorrência regular de certas estruturas linguísticas em certos géneros de texto é uma forte evidência de tal ligação. Este é o caso de algumas construções deícticas em certos géneros do discurso publicitário, incluindo construções com deícticos pessoais, espaciais e temporais, que conseguem criar espaços dicotómicos, posicionados axiologicamente e ideologicamente em relação ao centro deíctico - representado pelo Eu, Aqui e Agora - onde se encontram os valores positivos.

É, portanto, possível prever, como proposto por Sánchez Corral (1991b: 142), que os deícticos contribuem para o contraste de dois espaços: o espaço eufórico do INTERIOR DO UNIVERSO PUBLICITÁRIO, e o espaço disfórico do EXTERIOR DO UNIVERSO PUBLICITÁRIO. A existência de uma oposição nocional entre esses dois espaços é sugerida por marcas linguísticas, como os advérbios de tempo e de lugar, as preposições, os pronomes e determinantes possessivos e demonstrativos e também os verbos de movimento. O modelo de *proximização* como ferramenta cognitivo-pragmática que explica a construção simbólica de relações entre entidades dentro do Espaço do Discurso (Chilton, 2005) e aplicado ao conceito de legitimação (Cap, 2013) parece ter um poder explicativo sobre a análise dos movimentos retóricos e ideológicos que os deícticos realizam nos anúncios publicitários. Este artigo visa estudar essas soluções linguísticas num *corpus* de anúncios publicitários impressos.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso publicitário, deixis, valor retórico, espaços dicotômicos, polarização nocional e axiológico.

ABSTRACT. Establishing a connection between certain linguistic solutions and their perlocutionary effectiveness, although appealing, is always a risky and difficult task, given the fact that this level of pragmatic organization is not under the absolute control of the speaker. In spite of this fact, it can be argued that the regular occurrence of certain linguistic structures in certain text genres is a strong evidence of such a connection. This is the case of particular deictic constructions in certain genres of advertising discourse, including personal, spatial and temporal deictic markers that manage to create dichotomous deictic spaces, axiologically and ideologically positioned in relation to the deictic center - represented by the *I*, the *Now* and the *Here* - where positive values lie.

It is, thus, possible to foresee, as proposed by Sánchez Corral (1991b: 142), that deictics contribute to the contrast of two spaces: the Inside-Advertising Space, as an euphoric space, and the Outside-Advertising Space, as a dysphoric space. The existence of a notional opposition between these two dimensions is suggested by linguistic features such as adverbs of time and place, prepositions, pronouns, possessive and demonstrative determiners and also by motion verbs.

The proximization model as a cognitive-pragmatic tool which accounts for the symbolic construal of relations between entities within the Discourse Space (Chilton, 2005) and as applied to the concept of legitimization (Cap, 2013) seems to have an explanatory power to the analysis of the rhetorical and ideological shifts that deictics perform in advertisements. This paper aims at studying these linguistic solutions in a corpus of Portuguese print advertisements.

KEYWORDS: Advertising discourse, deixis, rhetorical value, dichotomous spaces, notional and axiological polarisation.

1 – Introdução

Neste estudo focalizaremos o funcionamento discursivo e os efeitos pragmáticos de alguns dos elementos deícticos ocorrentes nos textos publicitários.¹ Centraremos, assim, a nossa atenção na categoria gramatical

¹ A frequência das construções deícticas no tipo de discurso publicitário foi já estudada em línguas como o espanhol (Sánchez Corral, 1991; 1991b) e o português (Pinto, 1997; 2008), mostrando que estas soluções linguísticas se afirmam, neste discurso, como fórmulas de grande valor retórico e ideológico.

já clássica dos deícticos: pessoais, espaciais e temporais; avançaremos com observações que perspetivam os deícticos como marcas da presença do Homem na língua, de acordo com Benveniste ([1966] 1986); mas, para além desta marca, defenderemos, já de acordo com Chilton (2005), que os deícticos são instrumentos para a construção da relação entre as entidades representadas no discurso, ganhando, assim, um valor simbólico (Chilton, 2005), axiológico (Cap, 2013), e ideológico, até (Van Dijk, 1995). Estes valores simbólico, axiológico e ideológico decorrem do facto de os deícticos, em certos discursos, não se limitarem à localização das entidades num campo mostrativo e referencial dos sujeitos falante e ouvinte, mas contribuírem, também, para a atribuição de valores positivos e negativos às entidades envolvidas no discurso, ganhando, com este efeito retórico, um valor ideológico, no sentido de Van Dijk:

Ideologies are defined as basic systems of fundamental social cognitions and organizing the attitudes and other social representations shared by members of groups. (Van Dijk, 1995: 243)²

Em suma, perspetivaremos os deícticos, não só como referenciadores pessoais, espaciais e temporais, mas, sobretudo, como elementos com o poder estratégico de organizar o espaço simbólico intersubjetivo do discurso, atribuindo valores positivos e negativos às entidades envolvidas e referidas no discurso – EU / TU / ELE –, às posições que as mesmas ocupam no espaço – AQUI / ALI – e aos tempos em que estas se inscrevem e a que se referem – AGORA / ANTES.

Desta forma, ao partirmos de categorias gramaticais e de autores clássicos na Teoria da Enunciação, tal como Benveniste; ao revisitarmos a deixis em teorias mais recentes que a reanalisam como instrumento de construção discursiva simbólica, axiológica e ideológica; e ao estudarmos o funcionamento dos deícticos num tipo de discurso específico, julgamos construir uma passagem entre Gramática e Pragmática, ou, ainda, entre

² Fazemos referência, nesta breve reflexão, a aspetos ideológicos do discurso, enquadrando a nossa perspetiva de *ideologia* na conceptualização de van Dijk, todavia, não teremos ensejo de aprofundar estes aspetos neste estudo.

Língua e Discurso, esperando, com isto, dar um pequeno contributo, neste volume comemorativo dos 40 anos do CLUP, para mostrar a evolução que a própria Linguística experimenta constantemente e que é a manifestação da sua vitalidade.

Segundo Chilton & Schaffner (2002:30), os deícticos organizam o espaço em torno de um centro deíctico que pode não ser apenas um espaço mostrativo físico, mas também nocional, em torno de valores axiológicos do Bom e do Mau, da Inclusão e da Exclusão. São, por este facto, segundo os autores, pequenas palavras que concentram muito poder nas representações sociais que potenciam. Podem, por exemplo, ajudar na construção da noção de *insideness*, mas, também, de *outsideness*, como dois espaços antagónicos e simbolicamente marcados (Chilton & Schaffner, 2002:30).

Uma evidência empírica que sustenta esta reflexão é a de que os deícticos constituem um material linguístico recorrente nos textos publicitários, sendo que são os mesmos elementos deícticos que tendem a repetir-se. Estes factos sugerem a existência de determinadas configurações semântico-pragmáticas estáveis, que poderão estar relacionadas com objetivos persuasivos do discurso publicitário.

Para fundamentar a hipótese que avançamos de que o uso dos deícticos em publicidade é um uso retórico e ideológico, socorrer-nos-emos de exemplos extraídos de anúncios impressos portugueses, recolhidos de vários periódicos, entre 1996 e 2016.

1.1 – Deícticos pessoais: construção do EU / TU / ELE

Como em qualquer discurso, também no discurso publicitário o elemento central do espaço deíctico é o *Eu*, sujeito da enunciação. É a partir do centro deste espaço que todas as atividades enunciativas se organizam, desde logo, a construção da relação intersubjetiva entre *Eu* e *Tu*, estes dois actantes de estatuto enunciativo simétrico e intercambiável, e a construção da relação entre estes dois e o *Ele*: o(s) objeto(s) de discurso de que se fala.

A oposição enunciativa da categoria de pessoa, expressa linguisticamente pelos pronomes “eu”/”tu”, e da não-pessoa, representada pelo “ele”, que se reporta já a Benveniste ([1966]1986:20-22), é

rentabilizada no discurso publicitário para opor uma certa terceira pessoa: *Ele = os Outros*, às categorias enunciativas positivas, *Eu-Tu*:

A “3ª pessoa” não é uma “pessoa”; é até a forma verbal que tem por função exprimir a “não-pessoa” (...). Com efeito, uma característica das pessoas “eu” e “tu” é a sua unicidade específica: o “eu” que enuncia, o “tu” ao qual “eu” se dirige são sempre únicos. Mas “ele” pode ser uma infinidade de sujeitos - ou nenhum. (Benveniste, [1966]1986: 20-22)

Salienta também Benveniste (ibidem:23) o facto de esta “3ª pessoa” ser usada para obter dois efeitos opostos: como uma forma de reverência que eleva o interlocutor acima da condição de pessoa e da relação de homem para homem (a referência a Deus, por exemplo), ou como forma de desprezo, que rebaixa o interlocutor na sua qualidade de pessoa, excluindo-o desse espaço que “eu” e “tu” partilham.³

Nesta correlação subjetiva que envolve o *Eu* e o *Tu*, a terceira pessoa que designa o *Ele*, “os Outros” - outros produtos, outros leitores que usam outros produtos - parece ser subvalorizada, tal como bem defende Sánchez Corral:

(...) parece razonable pensar que la primera e segunda persona forman los miembros positivos de la categoria y, en cambio, la tercera es esencialmente una noción negativa. El enunciadador publicista sabe utilizar con habilidad expresiva estas posibilidades del sistema lingüístico y le otorga la existencia categórica al campo deíctico que abarca el yo-tú (incluida aquí la “imagen de la marca”), mientras se la niega a *lo demás*, a todo lo no comprendido en el interior de este campo. (Sánchez Corral, 1991: 139).

Esta desvalorização não se aplica, todavia, a todas as ocorrências do *Ele* no discurso publicitário, devendo, antes, ser feita uma distinção na configuração deíctica da publicidade entre duas terceiras pessoas: uma

³ Usamos as aspas para assinalar as ocorrências-tipo dos deícticos, sempre que reportamos, ainda que de forma indireta, a teoria de Benveniste, por ter sido esta a opção que o autor adotou na sua obra já citada, que nos serve de referência neste estudo.

que designa “os Outros”, normalmente os concorrentes e aqueles que não cumprem o programa enunciativo; e uma que identifica o produto/marca. Ao contrário do *Ele* que refere os *Outros* (outros produtos; outros consumidores), o *Ele* que refere o produto/marca não é negativo. Mais do que isso, o *Ele* que refere o produto/marca (*Ele = Produto/Marca*) é objeto de uma positivização, sendo equivalente ao *Eu/Nós* (*Eu/Nós = Produto/Marca*). Na verdade, o enunciador que fala em nome do produto/marca e que, portanto, se identifica com ele, fala, geralmente, na primeira pessoa do plural ou na terceira pessoa do singular. Temos, portanto, uma situação em que *Ele = Nós = Eu – Produto/Marca*. Esta configuração pode ser exemplificada por recurso ao seguinte *slogan* da marca Mercedes:

(1) Na Mercedes, gostamos de si.

ELA (a Marca) = NÓS/EU (enunciador) = TU

que é equivalente à paráfrase:

A Mercedes gosta de si.

Já a oposição entre *Eu/Nós* e *Ele/os Outros* é construída através de diversos mecanismos linguísticos que ficam visíveis nos exemplos abaixo:

- (2) *Já alcançámos o que os outros ainda tentam desenvolver.* (Audi)
- (3) *Faça a sua lista de casamento connosco. Ou prepare-se para receber os outros presentes.* (Armazéns de Aveiro, Pórtico e Estrela do Lar)
- (4) *Nasceu um veículo que tem tudo para não se parecer com nenhum outro.* (Lancia Y)
- (5) *Metade dos empresários portugueses anda com esta cara. A outra metade ainda não é cliente do BES.* (Banco Espírito Santo)
- (6) *Eles ainda não sabem o que fazer com as gravuras. Nós em Mira Villas não temos gravuras mas preservámos o património natural.* (Mira Villas)
- (7) *Há motores a diesel e há o Turbodiesel 1.9 da Volvo.* (Volvo)
- (8) *A tecnologia a que muitos aspiram só alguns conseguem realizar.* (Audi)

Para além da marcação da oposição entre *Eu/Nós* e *Ele/os Outros* através dos próprios pronomes Nós e Eles/o(s) Outro(s), outros mecanismos linguísticos, visíveis nos exemplos listados acima, constroem esta mesma oposição, a saber:

- a oposição entre a ausência e a presença do artigo definido antes do N: a presença do artigo definido no grupo nominal gera o efeito de definitude e singularidade, apresentando o produto como único (“motores a diesel” vs “o Turbodiesel”);
- a contraposição de “muitos” a “alguns”, que confere um valor singularizante positivo ao segundo termo, implicando distinção e eleição. O facto de, em termos lógico-semânticos, “alguns” ser o oposto de “muitos” contribui também para o contraste promovido.⁴
- a oposição entre singularização e pluralização. Enquanto o singular individualiza o produto, sendo, portanto, utilizado para o qualificar, o plural, porque não destaca, não confere identidade, é utilizado para desqualificar;
- as expressões pronominais e nominais, referindo-se a *Ele = os Outros*, citadas acima, mesmo quando mantêm uma forma sintática singular, muitas vezes exibem uma referência semântica indefinida ou plural que é, nestes contextos, desvalorizante (“a outra metade”).

Há, portanto, uma tentativa concertada de desqualificar a face do *Ele/o Outro*, para valorizar o *Eu* e o *Tu*, concretizada através de mecanismos linguísticos recorrentes.

Benveniste ([1966]1986:22) alerta para uma outra característica do “eu” e do “tu” por oposição ao “ele” que propicia ainda mais esta fusão

⁴ Este mesmo contraste é realçado no caso do *slogan* (4) *Nasceu um veículo que tem tudo para não se parecer com nenhum outro*, em virtude de “nenhum” ser, em termos lógico-semânticos, a negação de “um”. Agradecemos à Professora Fátima Oliveira os comentários que fez ao nosso trabalho e que permitiram enriquecer o mesmo com alguns contributos de uma análise lógico-semântica sobre certos operadores linguísticos presentes nestes *slogans*.

intendida entre os dois primeiros termos e a exclusão bem marcada do terceiro:

Uma segunda característica do “eu” e do “tu” é serem invertíveis: aquele que “eu” defino por “tu” pensa-se e pode inverter-se em “eu”, e “eu” (eu mesmo) torna-se um “tu”. Nenhuma relação semelhante é possível entre uma destas duas pessoas e “ele”, visto que “ele” em si mesmo não designa especificamente nada nem ninguém. Enfim, devemos tomar plenamente consciência desta particularidade: a “terceira pessoa” é a única pela qual uma coisa é predicada verbalmente. (ibidem)

O *Ele* está, portanto, fora deste espaço reservado aos eleitos onde *Nós*, tão facilmente, podemos entrar: basta para isso aceitarmos o convite:

(9) *Faça parte do círculo.* (Whisky JB)

1.2 – Marcadores espaciais: O movimento centrípeto

Para além dos elementos enunciativos da pessoa, também os elementos enunciativos do espaço colaboram em publicidade para a configuração que temos vindo a descrever.

O discurso pressupõe a existência de dois espaços nocionalmente opostos, o espaço [ALI/LÁ], marcado pelas propriedades semânticas de [+ DISTÂNCIA], [+ NEGATIVO], e o espaço [AQUI], marcado pelas propriedades semânticas de [+ PROXIMIDADE], [+POSITIVO], em que o espaço [AQUI] exerce uma força de atração sobre todas as outras categorias deícticas na sua direção.

Relembrando que a ideia subjacente à nossa proposta é a de que pontos de vista espaciais correspondem a pontos de vista axiológicos e ideológicos, podemos citar, como exemplos de conceptualizações negativas do espaço, as expressões correntes “Estar fora” ou “Estar out” em contraposição a “Estar por dentro” ou “Ser/Estar in”, que mostram justamente como se cristalizaram na língua estas conceções dicotómicas.

A existência de uma oposição nocional e axiológica entre estas duas dimensões, no discurso publicitário, é sugerida por recursos linguísticos variados, tais como os que ficam visíveis nos exemplos abaixo (advérbios

espaciais, preposições, pronomes e determinantes demonstrativos, entre outros recursos), enquanto a possibilidade de mobilidade entre os dois espaços é expressa pela presença recorrente de verbos de movimento como “venha”, em atos ilocutórios diretivos de conselho e sugestão:

- (10) *Entre no mundo Singer.* (Singer)
- (11) *Novo Nissan Micra 16v. Venha experimentá-lo.* (Nissan)
- (12) *Venha ao concessionário Volkswagen converter-se ao milagre das cores.* (Volkswagen Polo)
- (13) *Venha ver o milagre das cores.* (Volkswagen Polo)
- (14) *Venha mergulhar no futuro.* (Expo 98)
- (15) *Partilhe do nosso ponto de vista.* (Aroeira)
- (16) *É impossível... estar mais perto de um bom conselho.* (Comércio Tradicional)
- (17) *É bem provável que um dos nossos 400 balcões esteja tão perto de si como este aqui.* (BES)
- (18) *TMN. Mais perto do que é importante.* (TMN)
- (19) *Ver não chega. É preciso tocar para sentir.* (Philishave)
- (20) *Está lá? Agora o seu crédito à habitação está cá.* (Banco Comercial de Macau)
- (21) *Dentro existe um mundo.* (Perfume Flora - Carolina Herrera)
- (22) *Esta é a porta de entrada. ICEP uma nova rota para o seu negócio.* (ICEP)
- (23) *Agora já não precisa ir muito longe para ter o carro que lhe convém.* (Locarent)

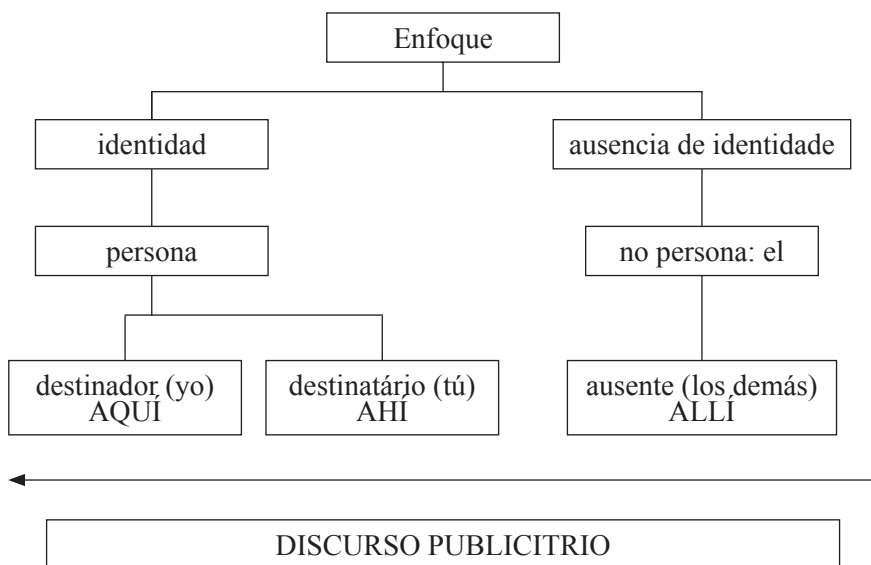
A frequência das formas diretivas do verbo “vir” em convites publicitários é explicada pelo facto de que as mesmas ativam uma suposição sobre a localização do enunciador: num convite como “Venha ver” é inegável que o enunciador fala de dentro do espaço enunciativo para onde convida o *Tu*.

As outras soluções verbais representadas pelos advérbios “dentro”, “perto”, “não longe”, “aqui” e “cá”; pela própria preposição “em”; pelos demonstrativos “este” e “esta”; pela gradação “ver” » “tocar”; pelos verbos de movimento para o interior e para o centro do espaço enunciativo,

como “entrar”; “mergulhar”; “partilhar”, ativam o mesmo contraste entre espaços e o mesmo movimento centrípeto em direção ao centro do espaço enunciativo.

O espaço atua, portanto, no discurso publicitário, como um princípio estruturador da estratégia persuasiva, definindo a necessidade de o leitor passar por um processo que o trará de um espaço exterior disfórico para um espaço interior eufórico. É uma deslocação espacial que é simultaneamente uma deslocação nocional / axiológica.

O diagrama de Sánchez Corral (ibidem: 142) sumariza o trabalho combinado de marcadores deícticos pessoais e espaciais para contrapor estes dois campos no discurso publicitário:



QUADRO 1 – (extraído de: Sánchez Corral, 1991b: 142)

1.3 – Marcadores temporais: a celebração do Agora

Na sequência do que dissemos, torna-se expectável que também os marcadores temporais desempenhem o seu papel no cumprimento deste “programa persuasivo”. Com efeito, paralelamente à deslocação espacial,

onde se realça a oposição dos espaços, estão também presentes os conceitos de deslocação temporal e de mudança, contrapondo também dois estádios diferentes e as respectivas dimensões axiológicas: o estádio anterior e o estádio posterior relativamente à transformação do sujeito.

É claro que, coerentemente com o que foi delineado até aqui, o estádio anterior identificado com o “ontem”, o “passado”, está associado a valores de negatividade. É o “Antes de...”. O tempo eufórico do presente, do *Agora* da enunciação, um *Agora* aprisionado na própria instância do discurso que o instaura e, por isso, um *Agora* intemporalizado, é, ao contrário, associado a valores positivos. Para ele, num movimento centrípeto, semelhante ao descrito nos outros marcadores enunciativos, confluem passado e futuro: o *Agora* é o instante celebrizado:

- (24) *Esta é uma cozinha Siematic. Possui-la agora não é um sonho.*
(Cozinhas Siematic)
- (25) *O grande momento chegou!* (Singer)
- (26) *É tempo de realizar o sonho. Ele está mais acessível que nunca.*
(Lancia Y10)
- (27) *Audi 80 Avant. Momentos únicos. Agora que o sonho se pode tornar realidade.* (Audi)
- (28) *Faça hoje mesmo a sua encomenda.* (Seleccções do Reader's Digest)
- (29) *Assine já a Máxima e ganhe tratamentos Vip-Clinique.*
(Máxima)
- (30) *Toda a informação - Todas as vantagens. Assine hoje mesmo a Automotor.* (Automotor)
- (31) *Aproveite já.* (La Redoute)

Este movimento de atração e concentração das instâncias enunciativas temporais explica-se pela necessidade de fazer convergir todos os esforços da persuasão no instante decisivo do presente, que é o instante em que o sujeito toma a decisão da compra.

A forma intensificada e hiperbólica de descrever o momento presente, por meio de isotopias lexicais que sugerem o seu carácter imperativo e irresistível (“grande momento”; “momentos únicos”; um “sonho” que se

pode tornar “realidade”) e por meio de expressões verbais e adverbiais que reforçam o caráter urgente da mudança (“agora”; “É tempo”; “já”; “hoje mesmo”), provoca a ativação de valores pragmáticos derivados como o da ameaça e da intimidação, que sobrecarregam o valor acional destes atos diretivos com força ilocutória forte.

Em torno do momento crítico do Agora – o momento da mudança – posicionam-se o *Antes* e o *Depois*, configuração que podemos representar pelo esquema seguinte e ilustrar através de vários títulos do nosso *corpus*:

Antes -----X----- Depois
Mudança

- (32) *Tempos houve em que a cozinha era sinónimo de pilhas de pratos, tachos e panelas sujas e amontoadas (...) Hoje a história da cozinha é outra.* (Bosch)
- (33) *A celulite era uma fatalidade no passado. Cellactia Gel Anti-Celulite. A pele tipo “casca de laranja” é visivelmente eliminada. Um mês depois, os resultados persistem.(...) Cellactia é hoje o gel anticelulite mais vendido nas Farmácias europeias. E não é por acaso.* (Vichy)

Embora o tempo publicitário se resuma ao instante breve e condensado do presente, este instante encontra-se, como já dissemos, aprisionado nas próprias instâncias do discurso, transformando-se, assim, num instante permanente, impermeável ao transcurso cronológico. O tempo publicitário é, como defende Sánchez Corral (1991b:148), um tempo “acrónico” que anula a perceção do transitório, isto é, que reprime a própria consciência do *Tempo*. As personagens, os objetos, os espaços evidenciam um caráter estereotipado e simbólico que pretende impedir uma contextualização histórica precisa. Antes, o espaço deve coincidir com o tempo na transmissão de uma imagem de felicidade absoluta e intemporal (Pinto, 1997).

O movimento centrípeto faz com que confluem no *Aqui* e *Agora*, passado e futuro, um futuro certo e seguro que nada tem de comum com o futuro imprevisível do mundo real. Observemos um dos títulos que

Sánchez Corral apresenta (1991:150) e que resume muito expressivamente esta espécie de “viagem programada” que os operadores enunciativos no discurso publicitário propõem:

“El que no está aquí no existe. No se quede fuera. Aquí está todo lo que es. Porque para ser hay que estar. (Cetesa,89)”

Para além dos instrumentos de análise já projetados neste estudo sobre os deícticos nos anúncios publicitários, também o modelo de proximização⁵, ferramenta cognitivo-pragmática que explica a interpretação simbólica das relações entre entidades dentro do Espaço do Discurso, proposto por Chilton (2005), parece ter poder explicativo sobre a configuração retórica que os deícticos concretizam nos anúncios publicitários.

De facto, as construções do espaço discursivo, centradas no *Eu/Nós* como centro vs *Eles* como periferia; no *Dentro/Inside* como Bom/Inclusão vs *Fora/Outside* como Mau/Exclusão, e as mudanças nessa organização, correspondentes a movimentos de *proximização* espaço-temporal e *proximização* axiológica (Cap, 2008), parecem ajustar-se à descrição do espaço deíctico no discurso publicitário. Neste, a *proximização* é a mudança pretendida que o leitor deve fazer para alcançar o centro do espaço deíctico, onde estão o Eu, o Aqui e o Agora e onde está toda a positividade.

2 – Conclusão

Assumindo que o discurso publicitário tem uma dimensão perlocutória forte procuramos, neste estudo, demonstrar que o uso da *deixis* neste discurso é importante para a estratégia persuasiva do género. Um sinal preliminar do estatuto retórico destes índices linguísticos advém da sua frequência na componente linguística destas mensagens.

O que esperamos ter mostrado é que as construções deícticas no discurso publicitário, incluindo os marcadores deícticos pessoais,

⁵ Tradução nossa de “proximization model”.

espaciais e temporais, criam espaços deícticos polarizados, posicionados axiologicamente e ideologicamente em relação ao centro deíctico, representado pelo *Eu*, o *Agora* e o *Aqui* e conotado com uma valoração positiva.

A publicidade propõe, para tal, o que podemos chamar *programa enunciativo de proximização*, que envolve categorias textuais tais como: os protagonistas discursivos que sofrem a transformação; os marcadores espaciais que tornam a transformação desejável, convidando a um movimento de deslocação de um espaço negativo para um espaço positivo; e, também, os marcadores temporais, que se referem aos estados do *Antes* e do *Depois* da transposição proposta. Os marcadores deícticos são a base deste *programa enunciativo de proximização*, apoiando a identificação destas entidades textuais e estimulando a execução do programa.

São, pois, elementos linguísticos que, atualizados neste discurso específico, ganham um valor retórico, estratégico de construir uma dada versão do real e de agir sobre o *Tu*.

REFERÊNCIAS

- Benveniste, É. [1966]1986. “L’homme dans la langue” in *Problèmes de linguistique générale I*, Paris, Gallimard, *O Homem na linguagem* (tradução portuguesa Maria Alzira Seixo), Lisboa: Vega Editora.
- Cap, P. 2008. Towards the proximization model of the analysis of legitimization in political discourse. *Journal of Pragmatics* 40, 17-41.
- Cap, P. 2013. Proximization: The Pragmatics of Symbolic Distance Crossing. Amsterdam: John Benjamins.
- Chilton, P. & Shaffner, C. (Ed). 2002. Politics as Text and Talk. Analytic Approaches to Political Discourse. Amsterdam: John Benjamins.
- Chilton, P. 2005. Discourse Space Theory: Geometry, brain and shifting viewpoints. *Annual Review of Cognitive Linguistics* 3, 78-116.
- Pinto, A. G. 1997. *Publicidade um discurso de sedução*. Porto: Porto Editora.
- Pinto, A. G. 2008. Aspectos da textualização publicitária: contributo para uma delimitação tipológica. Tese de doutoramento. Porto: FLUP.

- Sánchez Corral, L. 1991. Retórica y sintaxis de la publicidad: itinerarios de la persuasión. Universidad de Cordoba.
- Sánchez Corral, L. 1991b. Los marcadores deícticos en la Publicidad, una estrategia del discurso, *Lingüística Española Actual XIII*, 1. Madrid: ICIA, 133-151.
- Van Dijk, Teun A. 1995. Discourse Semantics and Ideology. *Discourse & society* 6(2): 243-289.

DISCURSO RELATADO E RESPONSABILIZAÇÃO ENUNCIATIVA EM GÊNEROS ACADÉMICOS

Rosalice Pinto

rosalicepinto@gmail.com

Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (Portugal)
Centro de Investigação e Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade
da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (Portugal)

Helena Topa Valentim

htvalentim@gmail.com

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa (Portugal)
Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (Portugal)

RESUMO. Fazendo convergir contribuições relevantes, por um lado, da teoria das operações predicativas e enunciativas e, por outro, do interacionismo sociodiscursivo, são dois os objetivos do presente artigo. Pretende-se, primeiramente, descrever os mecanismos de responsabilização enunciativa observados em discursos relatados presentes num género académico específico: prova de aferição de conhecimentos em licenciatura (Curso de Ciências da Linguagem). Em segundo lugar, pretende-se observar de que forma a atividade social (nomeadamente as práticas docente e discente) e o próprio género académico podem coibir a materialização linguístico-textual de mecanismos enunciativos presentes nos textos analisados. A nossa hipótese de trabalho é a de que, no presente género textual, a existência de uma relação assimétrica inerente à respetiva prática social entre os interactantes pode comprometer o grau de responsabilidade enunciativa por parte do agente produtor na sua atividade discente.

PALAVRAS CHAVE: Discurso relatado, heterogeneidade enunciativa, gênero textual acadêmico, interactantes, pseudo-responsabilização enunciativa.

ABSTRACT. Through the convergence of the relevant contributions of linguistic studies, namely the enunciative and the interactive-discursive approaches, this article has two objectives. First, it is intended to describe the linguistic markers of enunciative responsibility observed in reported speech sequences in texts belonging to a specific academic genre: assessment tests in University first degree (Language Sciences Course). Secondly, the intention with this study is to observe and to describe the way both social activity (in particular the teaching and student practices) and the academic genre itself can restrain the linguistic and textual materialization of enunciative resources. Our working hypothesis is that, specifically in this textual genre, the fact that there is an asymmetrical relationship related to the underlying social practice between the interactants can compromise the degree of enunciative responsibility.

KEYWORDS: Reported speech, enunciative heterogeneity, textual academic genre, interactants, enunciative pseudo-responsibility.

1 – Introdução

Conforme refere Duarte (2003), o emprego das duas formas tradicionais do discurso relatado, o discurso direto e o indireto, não se resume a uma aplicação mecânica de leis linguísticas, visando uma tentativa de “passagem fiel”, ou de transferência programática, de uma para a outra forma de discurso. Duarte (2010: 94) salienta, inclusive, que “esta equivalência inequívoca não existe quando se trata de tentar ‘imitar’ ou ‘representar’ a vivacidade das palavras de um locutor (real ou fictício)”. Na verdade, o uso do discurso relatado implica, necessariamente, uma seleção entre um arsenal de matizes de natureza textual, inclusive de mecanismos de responsabilização enunciativa, por parte de um enunciador que, enquanto produtor de estratégias linguísticas/não linguísticas adequadas a veicular a sua intenção comunicativa, também é locutor. Pode-se, desse modo, afirmar que existe uma escolha condicionada de certos mecanismos de modulação da responsabilização enunciativa em detrimento de outros, de forma a atingir a finalidade comunicativa visada. Essa seleção de algumas estratégias em lugar de outras é determinada por questões genéricas (relativas aos gêneros em que os textos se inserem) de natureza diversa,

tendo em conta, entre outros aspetos, o contexto de produção e o papel social dos interlocutores.

Partindo desses pressupostos, o presente artigo adota uma abordagem sociodiscursivo-interacionista dos textos e discursos, valendo-se de subsídios descritivos da teoria das operações predicativas e enunciativas. Num primeiro momento, objetiva-se identificar e descrever os mecanismos de responsabilização enunciativa observados em sequências de discurso relatado presentes em textos de um género académico particular, a prova de aferição de conhecimentos. Num segundo momento, pretende-se testar a relação estabelecida entre os constrangimentos genéricos na resolução das provas por parte dos discentes e as escolhas perpetradas na elaboração das respostas às questões. Desse modo, pretende-se dar um contributo para a reflexão sobre a forma como a atividade social da prática docente/discente e o próprio género académico podem influir ao nível micro-linguístico, isto é, condicionando as formas e as construções linguísticas nos textos.

Já existem, evidentemente, algumas reflexões teóricas sobre as provas de aferição de conhecimento, como as de Rio-Torto (2011), a propósito dos exames nacionais de 9.º ano em Língua Portuguesa. O presente artigo procura, porém, versar dimensões que nos parecem pouco estudadas: 1) o alargamento do estudo das provas de aferição de conhecimento ao âmbito universitário: por se tratar de um género que não se restringe aos ensinos básico e secundário, deve-se estender o seu estudo a outros níveis de formação (inclusive o universitário); 2) a dimensão da prova de aferição de conhecimentos: esta deve ser produzida e avaliada em função de aspetos contextuais vários que merecem ser relevados pelos docentes aquando da avaliação das provas efetuadas pelos discentes.

Dessa forma, para cumprir as etapas apontadas, este trabalho está dividido em três partes. Inicialmente, apresentam-se alguns elementos teóricos relevantes tanto do interacionismo sociodiscursivo (doravante ISD), quanto de alguns conceitos da teoria das operações predicativas e enunciativas (doravante TOPE). Num segundo momento, propõe-se a apresentação do *corpus* e da metodologia adotada para a análise. Por fim, procede-se à análise e aos resultados.

2 – Aspetos teóricos

Partindo do princípio de que o estudo dos dados linguísticos não deve incidir sobre ‘textos forjados para atender a determinado objetivo descritivo’, privilegia-se a conceção de textos empíricos, que correspondem a unidades comunicativas globais (Bronckart, 2004: 103), devendo a análise da sua materialização linguístico-textual ser feita em função das práticas sociais em que esses textos se inserem. Na verdade, os textos – que podem mobilizar recursos verbais e não-verbais – circulam socialmente e devem ser analisáveis no interior das práticas sociais em que estão inscritos. Retomando o projeto de trabalho defendido pelo círculo bakhtiniano (Voloshinov 1997), Bronckart ratifica, por exemplo, a influência dos fatores contextuais na estrutura composicional dos textos, como se observa abaixo:

Os textos constituem os correspondentes empíricos das atividades languageiras, realizados com os recursos de uma língua natural. São unidades comunicativas globais, cujas características composicionais dependem tanto das propriedades das situações de interação e daquelas das atividades gerais que elas comentam quanto das condições histórico-sociais de sua própria elaboração.

Deste modo, se reforçam três condições definitórias da noção de texto, defendidas por Rastier (1989: 21, 22): o texto 1) é atestado empiricamente, não forjado a partir de exemplos abstratos; (2) é produzido em uma prática social determinada; (3) circula em determinado suporte. O texto é ainda objeto de estudo da Linguística (cf. RASTIER *idem*: 302).

Ao adotar-se uma conceção de texto como objeto cuja análise não deve ser alheia a dados contextuais, parece adequado fazer intervir no seu estudo a noção de género textual¹. Maingueneau (1998 e 2004) define

¹ Alguns teóricos como Bronckart (1998) e Rastier (1989) falam de géneros textuais, no plural. Bakhtin (1984), faz uso da expressão géneros do discurso. Também Maingueneau e Adam adotam a designação de géneros de discurso. Numa visão conciliatória, opta-se aqui por adotar a denominação de *género textual*, uma vez que se dá prioridade à análise da materialidade linguístico-textual dos textos, embora se considere sempre a influência direta dos aspetos contextuais nesta semiotização.

gêneros textuais como práticas de comunicação sócio-historicamente definidas, dependentes de critérios situacionais diversos e que evoluem incessantemente com a sociedade. Na atividade de produção ou de interpretação dos textos, recorre-se a modelos 'mais ou menos estáveis' de construção textual, o que permite uma certa *economia cognitiva*, tanto por parte do produtor textual, quanto por parte do interpretante. Na produção, de forma particular, dá-se frequentemente a adoção de modelos de textos 'previamente internalizados na memória a longo termo' e uma adaptação dos mesmos em função de critérios diversos. Haverá, naturalmente, 'gêneros textuais' mais permeáveis a mudanças do que outros. Considera-se, por conseguinte, que qualquer texto está forçosamente inserido em determinado gênero, por pertencer obrigatoriamente a um discurso, ou prática social.

E é assim que, seguindo a relevância do estudo dos textos inseridos em gêneros textuais, Bronckart (1998), numa abordagem sociodiscursivo interacionista, propõe uma grelha analítica em que são contemplados diversos elementos que devem ser observados a partir de uma metodologia de análise descendente. Devem ser analisados, primeiro, os parâmetros contextuais relativos à produção do texto e, posteriormente, questões linguístico-textuais em três níveis metodologicamente distintos: o nível da infra-estrutura textual, o nível dos mecanismos de textualização e o nível da responsabilização enunciativa². A este último nível, que tem particular interesse para a presente contribuição, correspondem as vozes enunciativas (vozes sociais, autoriais ou dos personagens) e as modalizações construídas nos textos. Interessa-nos, mais especificamente, aqui, a apreensão dessas vozes no âmbito do gênero *prova de aferição de conhecimento* e as estratégias linguísticas utilizadas para nos permitir a nós, analistas, verificar que vozes são estas.

A identificação da forma como são construídas as vozes enunciativas poderá beneficiar de uma explicação metalinguística de natureza semântica. A teoria das operações predicativas e enunciativas, ao propor uma explicação do funcionamento global da linguagem, privilegia a construção de valores de determinação dos enunciados relativamente a um sistema referencial,

² Para mais detalhes, ver: Bronckart (1998, cap. 3).

que integra as coordenadas subjetiva e espaço-temporal (Culioli 1999a, 1999b). De entre os valores construídos, encontram-se aqueles que, de forma particular, resultam de uma localização em relação ao sujeito enunciador, ou sujeito da enunciação (S_0), e que atestam a pluralidade de sujeitos de estatuto teórico variável que estão na base da heterogeneidade enunciativa. Podemos, pois, por referência ao enunciador, isto é, construídas pelo enunciador, encontrar num mesmo enunciado entidades enunciativas diferidas, que, numa relação de disjunção referencial com o enunciador, são investidas por este da responsabilidade pela validação dos conteúdos proposicionais construídos. Estes sujeitos de estatuto teórico variável, muito embora não coincidam com o que teoricamente se entende, no âmbito do interacionismo sociodiscursivo, por vozes enunciativas, permite, num outro nível de análise, semântica, fornecer subsídios adequados para a descrição linguística dessas vozes.

3 – Seleção do *corpus* e metodologia de análise

O *corpus* observado é constituído por três provas de aferição de conhecimentos (provas A, B e C), aplicadas a alunos de uma turma da disciplina de Pragmática, da Licenciatura em Ciências da Linguagem, da FCSH-UNL, durante o segundo semestre do ano letivo de 2015-2016. A turma integra 15 alunos e o *corpus* é composto por quarenta e duas provas. Foram extraídas as respostas dos alunos a quatro questões de carácter instrucional (aqui renumerados de 1 a 4) que remetem diretamente para a proposta teórica/metodológica de um autor, exigindo, por conseguinte, que o aluno tenha presente as suas reflexões e as refira na resposta que elabore à questão colocada. O objetivo da análise dos presentes dados é o de apurar a forma como a prática social enquadradora dos textos produzidos, e consequentemente a natureza genérica desses textos, podem influenciar os mecanismos de responsabilidade enunciativa de que os alunos, tornados locutores e agentes, se socorrem.

As questões das provas cujas respostas dadas pelos alunos analisamos são os seguintes:

Questão 1 (prova B) - *Austin constata que um enunciado como Malandro!*

realiza um ato performativo primário (ou implícito) que não é identificável segundo o critério gramatical. Explique por que razão.

Questão 2 (prova A) - *Diga de que modo a seguinte afirmação nos permite remeter para a tripartição do ato de fala proposta por Austin (responda expondo essa mesma conceptualização de Austin).*



*Tradução: **Eu sou responsável pelo que digo e não pelo que você entende.***

Questão 3 (prova C) - *Tendo em conta que, como afirma Gardiner, o sucesso do ato de fala realizado por meio de uma interrogativa depende da realização de uma certa ação pelo interlocutor (uma resposta verbal pertinente, a resposta “desejada”), comente a forma que a interação assume no seguinte cartoon.*



Questão 4 (prova B) - *Numa segunda fase da sua reflexão em torno dos atos de fala, Austin abandona a dicotomia constativo/performativo e concebe três vertentes do ato de fala: a locução, a ilocução e a perlocução. Diga de que forma a situação a seguir descrita ilustra essas três vertentes: **Ao informar que o tornado se aproximava da costa, a Proteção Civil assustou os pescadores.***

4 – Análise dos textos

4.1 – Prova de aferição de conhecimento

Do ponto de vista genérico, a prova de aferição de conhecimentos pode apresentar diversos formatos: pode ocorrer sob a forma de questionários mais abertos ou mais fechados, por exemplo. No caso específico em análise, a prova é elaborada como um questionário aberto. A partir deste, os alunos desenvolvem as suas respostas de acordo com as instruções prévias estipuladas pelo docente no enunciado. No *corpus* analisado, são os atos diretivos de carácter instrucional, sinalizados nas formas imperativas “comente”, “descreva”, “relate”, que orientam e desencadeiam as respostas dos alunos. Para cada enunciado de carácter diretivo, existe uma ‘representação prévia’ por parte do docente quanto à sua ‘formulação da resposta’.

O agente produtor é aquele que responde ao questionário produzido pelo docente (agente interpretante). Cada qual desempenha um papel social bem definido no contexto institucional universitário que enquadra o género em análise. Do primeiro espera que demonstre o conhecimento que detém sobre a matéria, uma vez que será em função disso que receberá uma classificação. Ao segundo cabe verificar se o discente cumpriu as metas estabelecidas e balizadas pelo teor da prova, devendo, em função disso, atribuir-lhe uma classificação. Evidentemente que existe uma assimetria entre os dois interactantes, condicionada pelo próprio contrato comunicativo (o de ensino e o de aprendizagem) estipulado neste contexto institucional: o docente é o detentor do saber e o discente é aquele que deve ‘respeitar as regras do contrato’ para não ser penalizado, sob a forma do valor atribuível à resolução da prova.

Como as análises se centram nas respostas formuladas pelos alunos às perguntas, o objetivo central destes é o de demonstrar o domínio da matéria, de forma a conseguir um melhor resultado final. O tempo de duração para a execução da prova é delimitado pelo professor em função da duração da própria aula. O local de realização da frequência é a própria sala de aula. Lembremos que, neste espaço institucional, os papéis sociais são bem demarcados e o carácter assimétrico dos mesmos é socialmente pré-estabelecido.

Vale ressaltar que todos os elementos genéricos acima referidos são de extrema relevância para a interpretação das estratégias enunciativas utilizadas pelos alunos quando das respostas ao questionário.

4.2 – Estratégia de desresponsabilização e operações enunciativas

Como seria de esperar, dada a referência explícita aos autores dos conteúdos convocados pelas questões instrucionais, é recorrente, nas respostas elaboradas pelos alunos, a referência ao autor aí mencionado. São, porém, diferentes as construções linguísticas que, na hipótese de a retomar, enquadram tal referência, correspondendo também estas construções a estratégias diversificadas de implicação de uma outra fonte de validação enunciativa do conteúdo proposicional dos enunciados. São, por conseguinte, identificáveis três tipos de construções linguísticas de desresponsabilização enunciativa por via da imputação da mesma responsabilidade a um outro enunciador, isto, é, pela remissão ao autor, ou autores, convocados pela questão inicial.

O primeiro tipo de estratégia de desresponsabilização, e mais presente no *corpus* observado, resulta da construção, por parte do sujeito enunciador (S_0), de um outro sujeito, sujeito locutor (S_1), enquanto responsável pela validação do conteúdo proposicional. Esse sujeito locutor retoma o autor mencionado no texto da questão instrucional, que, nos exemplos que se seguem, corresponde a “Austin”:

1. **Austin propôs** uma tripartição dos atos de fala, dividindo-os em três fases diferentes. A afirmação exprime dois desses conceitos [...] (1.1 PM)³
2. [...] Na segunda fase, **Austin propõe que** os atos de fala sejam tripartidos em locutório, ilocutório e perlocutório e já não em enunciados constativos e performativos. [...] (1.2 LG)
3. Apesar de **Austin ter proposto que** ‘os exclamativos e os

³ A identificação dos enunciados permite a sua localização no *corpus*, sinalizando os números da prova e da questão, assim como o aluno a que pertencem.

imperativos são considerados como performativos’, este caso de ‘Malandro!’ é um pouco equívoco. [...] (3.2 MZ)

4. **Austin**, na sua aceção sobre atos performativos primários em contraste com os atos performativos explícitos, **afirma que** [...] (2.2 CP)

Estes enunciados ilustram o caso em que o sujeito locutor (S_1), construído pelo enunciador (S_0) como referencialmente disjunto, se identifica com o sujeito do enunciado (S_2), ou sujeito sintático, numa frase em que o verbo de atitude proposicional (*propor* e *afirmar*) é sucedido de um complemento, naturalmente de natureza proposicional, quer seja frásico (cf. enunciados 2, 3 e 4) quer seja nominal (cf. enunciado 1).

Um segundo tipo de estratégia de desresponsabilização é construída através de locuções prepositivas que introduzem o sujeito locutor (S_1), novamente e por definição, disjunto do enunciador. São os casos dos enunciados que se seguem:

5. [...] **segundo Austin**, são realizados pelo facto de se dizer algo; os atos ilocutórios [...] (1.2 LG)
6. **De acordo com Austin**, os atos performativos podem ser primários (ou implícitos) e explícitos. Os atos explícitos [...] (2.6 MT)
7. **Para Austin**, falar é produzir alterações nas pessoas, nas coisas e nos estados das pessoas e das coisas. [...] (1.5 CF)

Uma terceira estratégia de desresponsabilização enunciativa, das três a menos frequente no *corpus* observado, resulta da construção enunciativa do sujeito locutor (S_1) ao nível de uma frase relativa passiva correspondente a um modificador restritivo que integra, portanto, um grupo participial e um grupo preposicional (“elaborado por Austin” = que foi elaborado por Austin).

8. O critério gramatical **elaborado por Austin** prevê que um ato performativo deve ser convertível na fórmula 1ª pessoa singular + verbo na voz ativa + que + conteúdo proposicional. [...] (2.3 ME)

9. As três vertentes do ato de fala **utilizadas por Austin** na segunda fase de reflexão são as seguintes: [...]. (3.3 DF)

Trata-se de três construções possíveis, três formas de operar enunciativamente muito frequentes quando o enunciador opta por um apagamento de responsabilidade ao nível da validação dos conteúdos proposicionais veiculados, em resposta à necessidade suscitada pela prática em causa de se demonstrar o conhecimento, consistentemente remetendo para o seu autor, aqui retomado, como fonte desse conhecimento, isto é, como autoridade. Em todas estas descrições está, por conseguinte, subjacente uma operação mediante a qual o enunciador (S_0) constrói um outro sujeito, um sujeito locutor (S_1), enquanto responsável pela validação do conteúdo proposicional, daí resultando enunciados como aqueles que aqui propomos a título de ilustração, cujos sujeitos enunciador e locutor não coincidem.

Sob o ponto de vista enunciativo, diremos que temos desresponsabilização enunciativa quando o sujeito enunciador não valida o conteúdo proposicional do enunciado, construindo, para tal, um outro enunciador, e também locutor, a quem imputa a responsabilidade da mesma validação. Em termos de modalidade epistémica, trata-se de uma não asserção.

Esta incidência de estratégias linguísticas que marcam uma desresponsabilização enunciativa por parte do agente produtor (o discente) pode ser explicada numa articulação com as características genéricas dos textos produzidos. Assim, o próprio facto de o aluno estar a ser avaliado num contexto de prova é um elemento que constrange as escolhas perpetradas e constantes nas respostas às questões. A relação assimétrica estabelecida institucionalmente entre o docente e o discente, alicerça-se numa representação coletiva, partilhada socialmente, tal como mencionado anteriormente. O primeiro é aquele que sabe e que tem a autoridade; já ao discente, que está em aula para aprender, cabe uma ‘voz praticamente silenciada’. Dessa forma, se pode explicar a incidência elevada de mecanismos de desresponsabilização enunciativa nas produções dos alunos.

As estratégias linguísticas utilizadas pelos alunos são decorrentes de escolhas por eles feitas a partir de condicionantes genéricas e de suas representações prévias sobre o desempenho dos papéis que cabem aos interactantes. Podemos, desse modo, considerar que, na verdade, existe uma *pseudo* desresponsabilização enunciativa do discente. Embora faça uso de estratégias que poderiam simular uma desresponsabilização, o discente é a fonte enunciativa por excelência. É ele quem constrói enunciativamente outras vozes, sujeitos diferidos, com diferentes estatutos teóricos. Disso são marcadoras as formas e construções linguísticas por que opta, reflexo que são das suas representações individuais e sociais e de uma competência textual que o leva a reconhecer a reproduzir traços prototípicos do género textual que a prática social em causa enquadra.

4 – Nota conclusiva

Uma observação de exemplares textuais do género em causa, *provas de aferição de conhecimentos* sob forma de questionário aberto, permite identificar o que, em termos pragmático-discursivos, será central para a sua caracterização: a heterogeneidade enunciativa sinalizando o recurso a estratégias de desresponsabilização enunciativa. Discursivamente, tal demarcação em termos de responsabilidade enunciativa por parte do enunciador não significa necessariamente um desconhecimento por parte do mesmo relativamente ao conteúdo da disciplina. Na verdade, pode mesmo tratar-se de um reforço da validação do conteúdo proposicional, por via da remissão para um enunciador outro que se apresenta com maior autoridade, por ser o autor dos conhecimentos veiculados, uma referência. As próprias questões, lembremos, suscitam este tipo de remissão, em virtude do seu carácter instrucional. No ato de produção deste género textual, os discentes encontram-se numa situação contextual específica o que constrange a materialidade linguística das suas respostas. Retomamos aqui uma citação de Neves (2006: 17; *apud* Duarte 2010: 92): “o falante processa estruturas regulares, mas é ele que faz as escolhas que levam a resultados de sentido e efeitos pragmáticos”. Na verdade, no *corpus* em análise, o falante é um aluno que está numa situação específica de avaliação

e que procura atender aos objetivos programáticos propostos. Ainda, vale ressaltar que, mesmo o silenciamento da voz dos alunos nas respostas aos questionários (pela inexistência de marcadores agentivos) quando da utilização do discurso relatado, pode ser o resultado de um cruzamento de várias outras vozes implicitamente presentes em suas respostas. Trata-se de uma ‘pseudo desresponsabilização enunciativa,’ uma vez que, na execução das respostas, se dá uma seleção por parte do agente produtor de entre as várias possibilidades de respostas possíveis, seguindo critérios pragmáticos vários.

Evidentemente, este foi um estudo exploratório. Outros trabalhos merecem ser realizados com outros *corpora*, abrangendo vários períodos de ‘maturidade acadêmica’ dos discentes, para que se possam atingir resultados mais conclusivos.

REFERÊNCIAS

- Bronckart, J.-P. 1996. *Activité langagière, textes et discours*. Pour un interactionisme socio-discursif. Paris/Lausanne: Delachaux et Niestlé.
- Culioli, A. 2002. *Variations sur la linguistique*. Paris: Klincksieck.
- Culioli, A. 1999a. *Pour une linguistique de l'énonciation. Opérations et représentations* 2. Paris: Éditions Ophrys.
- Culioli, A. 1999b. *Pour une linguistique de l'énonciation. Opérations et représentations* 3. Paris: Éditions Ophrys.
- Bronckart, J.-P. 2008. Genres de textes, types de discours, et ‘degrés’ de langue, *Texto!* Retrieved July 10, 2016 from the World Wide Web: <http://www.revue-texto.net/index.php?id=86>
- Duarte, I. M. 2002. *Gavetas de leitura: estratégias e materiais para uma pedagogia da leitura*. Porto: Asa.
- Duarte, I. M. 2010. Gramática, literatura e ensino do português. In: M. J. Marçalo et al. (org.). *Lingua Portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*. Évora: Universidade de Évora: 89-105.
- Dufaye, L.; L. Gournay. 2010. *L'alterité dans les théories de l'énonciation*. Paris: Ophrys.
- Rabatel, A. 2009. *Homo narrans. Pour une analyse énonciative et*

- interactionnelle du récit*. 2 Volumes. Limoges: Editions Lambert-Lucas.
- Maingueneau, D. 1998. *Analyser les textes de communication*. Paris: Dunod.
- Maingueneau, D. 2004. Retour sur une catégorie: le genre. In: J.-M. Adam; J.-B. Grize; M.A. Bouacha (eds.). *Texte et discours: catégories pour l'analyse*. Dijon: Editions Universitaires de Dijon: 107-118
- Neves, M. H. M. 2006. *Texto e Gramática*. São Paulo: Editora Contexto.
- Rastier, F. 1989. *Sens et textualité*. Paris: Hachette.
- Rio-Torto, G. 2011. *Avaliação em Língua Portuguesa nos exames nacionais de 9.º ano*. Retrieved April 1, 2017 from the World Wide Web: <http://www.estudogeral.sib.uc.pt>
- Valentim, H. T.; Pinto, R. 2012. Genre textuel débat d'idées et constructions énonciatives: une étude théorico-empirique. In: L. Gournay; L. Dufaye (coords.) *Arts et savoirs. Revue en ligne du Centre de recherche LISAA* (Littératures, Savoirs et Arts - EA 4120), numéro 2. Les théories de l'énonciation: Benveniste après un demi-siècle. Université Paris-Est/ Marne-la-Vallée. Retrieved April 1, 2017 from the World Wide Web: <http://lisaa.univ-mlv.fr/arts-et-savoirs/parution-du-numero-2-les-theories-de-lenonciation-benveniste-apres-un-demi-siecle/>
- Voloshinov, V. N. 1997. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 8.^a edição.

OS PRONOMES PESSOAIS ÁTONOS NA GRAMATICOGRAFIA PORTUGUESA SETECENTISTA

Rogelio Ponce de León

rromeo@letras.up.pt

Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal)

Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

RESUMO. O presente trabalho analisa a exposição sobre os pronomes pessoais átonos na gramaticografia da língua portuguesa publicada no século XVIII. Tendo como ponto de partida o tratamento destas formas nas gramáticas do português quinhentistas e seiscentistas, trata-se de determinar tendências, na descrição gramatical no período em causa, da integração destas unidades em subclasses de palavras. Neste sentido, são estabelecidos dois critérios gerais: a organização intercategoriaal – em autores que são continuadores da gramaticografia anterior – e a reorganização intracategoriaal – que constitui uma evolução do primeiro, se bem que as duas tendências ocorrem em simultâneo. É ainda analisada isoladamente a integração dos pronomes clíticos nos diferentes esquemas de descrição, registados nas gramáticas estudadas.

PALAVRAS-CHAVE: Pronomes clíticos, gramaticografia do português, século XVIII.

ABSTRACT. This paper studies the exposition of the personal pronouns in the grammatography of Portuguese published in the 18th century. This study takes as a starting point the treatment of these forms in the 16th- and 17th-century Portuguese grammars, in order to determine trends in the grammatical description throughout this period regarding the integration of these units into subclasses of words. In this sense, two general criteria are established: the intercategoriaal organization - in authors who are followers of the previous grammar - and the intracategoriaal reorganization - that

constitutes an evolution of the former, although the two trends occur simultaneously. The integration of the clitic pronouns in the different schemes of description, which were reported in the grammars studied, is also analyzed separately.

KEYWORD: Clitic pronouns, portuguese grammaticography, 18th century.

1 – Considerações iniciais

O presente trabalho constitui uma continuação de um trabalho anterior nosso (Ponce de León 2015), no qual se analisa, no quadro da gramaticografia da língua portuguesa publicada nos séculos XVI e XVII, os pronomes pessoais átonos, também designados como oblíquos átonos (Cunha & Cintra 1994 [1984]: 278; Neves 2000: 449; Azeredo 2008: 175) ou clíticos especiais (Brito, Duarte & Matos 2003: 829). No trabalho referido, é enfatizado, numa perspetiva historiográfica, o carácter *instável* da categoria de pronome, sendo considerada ou não – como reconhece, por exemplo, Schäfer-Priess (2010 [2000]: 133) – como classe de palavras autónoma na gramaticografia do português dos séculos XVI a XIX, condição esta que também se observa na tradição gramatical de outras línguas, como o castelhano (Martínez Gavilán 1989: 333). Por seu turno, a análise das formas pronominais átonas na tradição gramatical do português ganha especial relevo, porquanto, na literatura científica no âmbito da historiografia linguística do português, aquelas não são estudadas, em nossa opinião, nem de forma completa, nem satisfatória. Por exemplo, Schäfer-Priess, ao abordar aspetos do pronome (2010 [2000]: 132-142), parece fazer apenas referência aos clíticos que derivam dos pronomes pessoais latinos – os de primeira e segunda pessoa –, não considerando, na sua análise, os clíticos de terceira pessoa. Por sua vez, no que toca à gramaticografia do século XVIII, autores como Fávero (1996: 176-177, 197-199) ou, mais recentemente, Moura (2012) não parecem fazer referência às formas átonas – no caso desta última investigadora, o estudo citado centra-se apenas nas categorias gramaticais de nome, verbo e participio. Outros trabalhos, por fim, que estudam de forma monográfica as classes de palavras na tradição gramatical do português, como o de Neves (2011), ou, de forma exclusiva, o pronome, como o do Rumeu (2008), também não analisam de forma

suficiente esta subcategoria de formas gramaticais. Por forma a colmatar este vazio, nas seguintes linhas trataremos de analisar de forma mais ou menos pormenorizada o enquadramento das formas pronominais átonas na gramaticografia que descreve a língua portuguesa, publicada durante o século XVIII.

2 – A análise dos pronomes pessoais átonos nos textos metagramaticais setecentistas

2.1 – Recapitulação de dados sobre a gramaticografia precedente

Muito possivelmente, no quadro da tradição gramatical do português, para esta descrição incompleta ou pouco satisfatória destas unidades pelos investigadores citados tem contribuído o enquadramento instável delas – especialmente das formas acusativas de terceira pessoa – por diferentes classes de palavras. No quadro da gramaticografia dos séculos XVI e XVII, concluímos no estudo acima citado (Ponce de León 2015) que os pronomes pessoais átonos são habitualmente classificados em duas subcategorias (à exceção, talvez, da *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda* [Lyon 1672] de Bento Pereira [1606-1681]):

- i) as formas de primeira e segunda pessoas, bem como a forma pronominal *se*, são enquadradas entre os pronomes pessoais – substantivos irregulares para Amaro de Roboredo (Ponce de León 2015: 153);
- ii) as formas acusativas de terceira pessoa não são analisadas de forma consensual pelos autores: Fernão de Oliveira (1507–ca. 1581) caracteriza-as como artigos relativos; João de Barros (1496-1570), por seu turno, descreve-os como nomes relativos;
- iii) verifica-se, por fim, na gramática de Bento Pereira, uma evolução nítida na descrição destas unidades, porquanto o autor jesuíta parece enquadrá-las numa subclasse próxima da dos atuais pronomes clíticos.

As propostas dos gramáticos quinhentistas e seiscentistas podem ser esquematizadas no seguinte quadro:

	Oliveira 1536	Barros 1540	Roboredo 1619	Pereira 1672
<i>me, te, nos, vos, se</i>	Pronomes pessoais (apenas <i>me, te, se</i>)	Pronomes demonstrativos	Nomes substantivos irregulares	<i>Particulae</i>
<i>lhe(s)</i>	-	[Pronome relativo]	Nome relativo (adjetivo irregular)	
<i>o(s), a(s)</i>	Artigos relativos	Nome relativo	Nome relativo (adjetivo irregular)	

QUADRO 1 – Classificação das formas pronominais átonas na gramaticografia de Quinhentos e Seiscentos

Pode afirmar-se, em suma, que estas unidades ocupam, na gramaticografia dos séculos XVI e XVII, uma *zona gramatical intercategoryal* – com a exceção, talvez, de Bento Pereira – que varia no tratamento dado por cada gramático. Resta ver de que forma se analisam estas formas na gramaticografia do século XVIII.

2.2 – A gramaticografia da língua portuguesa do século XVIII

Para o presente trabalho, consultou-se o *corpus* composto pelas seguintes obras:

Jerónimo Contador de Argote (1676-1749), *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*, Lisboa, Officina da Música, 1725[1721].

António José dos Reis Lobato († ca. 1804), *Arte da grammatica da lingua portugueza*, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1770.

Bernardo de Melo e Lima Bacelar (= Bernardo de Jesus Maria) (n. 1736), *Grammatica philosophica, e orthographia racional da lingua portugueza*, Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, 1783.

Francisca de Chantal Álvares, *Breve compendio da grammatica portugueza*

para uso das meninas que se educaõ no Mosteiro da Vizitação de Lisboa, Lisboa, António Rodrigues Galhardo, 1786.

João Joaquim Casimiro, *Methodo gramatical resumido da lingua portuguesa*, Porto, António Alvarez Ribeiro, 1803 [1792].

Pedro José de Figueiredo (1762-1826), *Arte da grammatica portugueza, ordenada em methodo breve, fácil, e claro*, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1799.

Pedro José da Fonseca (1737-1816), *Rudimentos da grammatica portugueza*, Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, 1799.

Nelas, relativamente ao tratamento dos pronomes pessoais átonos, podemos deduzir duas tendências de descrição gramatical: i) a organização intercategorial, como continuação da tradição gramatical precedente; ii) a reorganização intracategorial. No entanto, dentro de cada tendência, observam-se critérios diferentes de análise, que se podem esquematizar como se segue:

1. Organização intercategorial.

1.1. Sistema ternário: i) pronomes pessoais, pronome recíproco, pronomes relativos (Argote); ii) pronomes demonstrativos, pronome recíproco, [palavras] (Lobato); iii) pronomes pessoais, pronome recíproco, [artigos] (Casimiro).

1.2. Sistema binário: i) pronomes demonstrativos, pronome recíproco (Figueiredo).

2. Reorganização intracategorial.

2.1. Como pronomes pessoais (Fonseca).

2.2. Como pronomes [?] (Álvares).

2.3. Pela sua função sintática → dativos enclíticos [!] (Bacelar).

2.2.1 – Organização intercategorial

No que se refere à diferenciação categorial destas unidades, como se pode apreciar no esquema, não há consenso entre os autores (Jerónimo Contador de Argote, António José dos Reis Lobato, João Joaquim Casimiro e Pedro José de Figueiredo), à exceção do critério de descrição gramatical de *se*

como forma integrante do pronome recíproco, que é comum às quatro obras metagramaticais.

Podemos, por um lado, observar, nas *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina* (Lisboa 1721) de Argote, na esteira da tradição gramatical portuguesa – mas não só –, a análise canónica das formas átonas da primeira e da segunda pessoas como pronomes pessoais. Veja-se, a este respeito, o quadro dos pronomes da primeira pessoa:

D. Declinação do Pronome *Eu*.

Numero Singular.

Nominativo *Eu*.

Genitivo *de mim*.

Dativo *me, ou a mim*.

Accusativo *me, ou a mim*.

Ablativo *de mim*.

Numero Plurar.

Nominativo *Nòs*.

Genitivo *de nós*.

Dativo *a nós*.

Accusativo *a nós*.

Ablativo *de nós* (Argote 1725[1721]: 37-38).

Ainda no que se refere às formas pronominais de primeira e de segunda pessoas, importa realçar o facto de as formas acusativas e dativas do plural *nos* e *vos* não estarem registadas no paradigma, nem serem analisadas nas explicações respetivas do Capítulo III da obra de Argote; provavelmente, o autor opta pelas formas preposicionadas para marcar de forma clara o índice casual através da preposição *a*, ou por considerar redundância a inclusão de umas formas (*nos/vos*) sentidas como formalmente idênticas¹. No atinente aos pronomes pessoais de terceira pessoa, cujo quadro a seguir se reproduz:

¹ Tal não acontece quando, no singular, o acusativo e o dativo são materializados através de unidades formalmente diferenciadas.

D. Declinação do Pronome *Elle*, ou *Ella*.

Numero Singular.

Nominativo *Elle*, ou *Ella*.

Genitivo *delle*, ou *della*.

Dativo[*sic*] *lhe*, ou *a elle*, ou *a ella*.

Accuzativo *a elle*, ou *a elle*.

Ablativo *delle*, ou *della*.

Numero Plurar.

Nominativo *Elles*, ou *Ellas*.

Genitivo *deles*, ou *dellas*.

Dativo *lhes*, ou *a elles*, ou *a ellas*.

Accuzativo *a elles*, ou *a ellas*.

Ablativo *deles*, ou *dellas* (Argote 1725 [1721]: 40),

importa enfatizar a plena gramatização, no quadro da subclasse de pronomes pessoais, das formas de terceira pessoa e, consequentemente, do clítico *lhe* – com o seu plural *lhes* –, que até essa altura, na gramaticografia do português, tinham vindo a ser analisadas habitualmente como pronomes demonstrativos. Quanto aos pronomes clíticos *o(s)*, *a(s)*, estes são descritos, de forma coerente com a tradição gramatical do português e de outras línguas, como pronomes relativos, segundo se pode observar na seguinte passagem:

M. E quaes são os Pronomes, que são Relativos, e não são Demonstrativos?

D. São os seguintes *Mesmo*, ou *Mesma*. *O*, ou *A*, *Qual*, ou *Que*.

[...]

M. E como se declina o Pronome *O*, ou *A*.

D. Esse Pronome não se declina, porque não tem mais caso, que o Accuzativo, em ambos os numeros.

M. Dizey exemplo.

D. *Pedro vem, e eu o chamey*. O Pronome *O*, està em Accuzativo, *Comi peras; e as colhi*.

M. Não dissestes no Capitulo primeyro, que *O*, e *A*, eraõ artigos, como agora dizeys que são Relativos?

D. Humas vezes são Artigos, outras Relativos.

M. E quando he que são Relativos?

D. Quando trazem à memoria o seu antecedente.

M. Dizey exemplo.

D. *Comi peras, e as colhi*. Nesta Oração a palavra *as* traz a memoria o antecedente *Peras*, e faz este sentido. *Colhi peras, e as peras comi* (Argote 1725 [1721]).

De acordo com o passo reproduzido, as formas acusativas de terceira pessoa são analisadas, por um lado, como uma sorte de pronome defetivo, dado que apenas têm caso acusativo e, por outro, como signos polifuncionais, porquanto podem desempenhar o papel de artigos ou de relativos. Importa, ainda, salientar – como, de resto, acontece com outras gramáticas setecentistas, como a de António José dos Reis Lobato ou João Joaquim Casimiro – a natureza fragmentária da exposição sobre os pronomes pessoais átonos, dado que aspetos como a colocação (nomeadamente a mesóclise) ou as variantes combinatórias aparecem registados no capítulo dedicado às figuras de dicção, como se pode observar na passagem seguinte:

M. E como se chama a essa figura?

D. Chama-se *Syncope*, ou *Concisaõ*.

M. E he muyto usada na lingua Portugueza?

D. Sim.

M. Dizey em que palavras se usa.

D. Usa-se [...] com o futuro composto do Verbo *Dizer* quando vem com os pronomes *Me, Te, Se, Lhe, Nós, Vós, Lhes*, assim como *Dirme-ha, Dirte-ha, Dirnos-haõ* [...] (Argote 1725 [1721]: 279-280).

M. E usa-se algumas vezes mais da figura Commutação?

D. Usa-se com todas as pessoas dos Verbos, que acabaõ em *S*, quando se *lhe* ajunta o relativo *O, Os, A, As*, porque muda entãõ a pessoa do Verbo a ultima letra *S*, em *L* (Argote 1725 [1721]: 284).

A descrição de Argote, no que toca a estas formas, parece ser relativamente cuidadosa, pelo menos se comparado com as restantes gramáticas do primeiro grupo. Por exemplo, João Joaquim Casimiro, no seu *Methodo grammatical resumido da lingua portuguesa* (Lisboa 1792),

classifica, inicialmente, os pronomes em relativos, possessivos e numerais e, linhas depois, apresenta os quadros habituais dos pronomes pessoais (incluindo o de terceira pessoa):

Pronome he o que se poem em lugar do nome Os Pronomes se dividem em Relativos, Possessivos e Numeraes.

Relativo he o que relata outro nome, como *Aquelle, Aquella; Elle, Ella* [...] [Em nota de rodapé: “Não tratei das mais especies de pronomes, por não confundir, mas basta que se expliquem”.] (Casimiro 1803 [1792]: 4).

São tres os Pronomes, que se chamaõ pessoas: *Eu, Tu, e Elle*, e porque variaõ de terminaçaõ, se declinaõ sem artigo (Casimiro 1803 [1792]: 7).

No entanto, do fragmento reproduzido, no que diz respeito às formas pessoais de terceira pessoa (*elle, ella*), pode inferir-se que estas parecem ainda estarem, na obra de Casimiro, naquilo que designámos, para a gramaticografia anterior da língua portuguesa, como *zona de indefinição gramatical* (Ponce de León 2015: 143), porquanto parecem oscilar, na conceção gramatical de Casimiro, entre a categoria de pronome relativo e a de pronome pessoal². Por sua vez, as formas acusativas de terceira pessoa não são registadas na gramática ou, pelo menos, não há uma descrição delas, nem um inventário das formas – como há, de resto, nas *Regras* de Argote; há, porém, indicação das suas variantes combinatórias no capítulo dedicado às *figuras de dicção* (Casimiro 1803 [1792]: 75-76). Por exemplo, a sinalefa é ilustrada com formas como *Deraõ-ta* ou *Affirmaraõ-lho* (Casimiro 1803 [1792]: 75). Interessa ainda realçar, ao explicar a prótese, a designação metalinguística das formas átonas acusativas de terceira pessoa como *artigos*: “Prothese he huma figura, pela qual no principio da palavra se acrescenta alguma letras, como nos artigos *o, a o n*, ás vozes dos verbos *Mataraõ-no; Disseraõ-no, &c.* em lugar de *Mataraõ-o; Disseraõ-o*” (Casimiro 1803 [1792]: 75); contudo, no capítulo do *Methodo grammatical* dedicado ao artigo, não é explicado nada a esse respeito. Seja

² De resto, a declinação de *elle* aparece na secção dos pronomes pessoais (Casimiro 1803 [1792]: 9) e, numa *advertência*, é registada a (única) variação, *lhe(s)*: “A variação, que vimos ter o Pronome *Elle, Ella*, he *Lhe* no S., e *Lhes* no Pl.” (Casimiro 1803 [1792]: 9).

como for, das palavras de Casimiro inferimos que as formas átonas *o(s)* e *a(s)* poderiam ser incluídas, diferentemente do critério de Argote, na categoria de artigo, como já tinha sido proposto, *mutatis mutandis*, por Fernão de Oliveira (Ponce de León 2015: 150).

No primeiro grupo de gramáticas, observa-se ainda uma análise nitidamente diferente daquelas que acabam de ser apresentadas. Estamos a referir-nos à *Arte da grammatica da lingua portugueza* (Lisboa 1770), de António José dos Reis Lobato, que analisa os pronomes clíticos – à exceção das formas acusativas de terceira pessoa –, tal como refere Carlos Assunção (2000: 72-73), como uma subclasse dos pronomes demonstrativos³, critério que já tinha sido adotado por João de Barros (Cambaia 2010: 34-35; Ponce de León 2015: 151):

Pronome Demonstrativo he aquelle, que serve para mostrar a pessoa, ou alguma cousa, como v. g. quando digo: *Eu escrevo a Grammatica Portugueza*. Onde a palavra *Eu* he Pronome demonstrativo, por mostrar a pessoa, que escreve a Grammatica Portugueza.

Dos Pronomes demonstrativos três se chamão pessoaes, por mostrarem, e exprimirem as pessoas, que podem entrar na oração, e são os seguintes [*Eu, Tu, Elle, Ella*], incluídos no numero dos primitivos (Lobato 1770: 39-40).

No entanto, parece-nos que Lobato se poderá ter baseado, segundo evidencia Carlos Assunção (2000: 72), no *Novo methodo da grammatica latina* (Lisboa 1752)⁴ do padre oratoriano António Pereira de Figueiredo

³ Consequentemente, não percebemos bem a afirmação de Cambaia de que “[a] partir de Argote, os pronomes pessoais não aparecem mais junto aos demonstrativos nas obras analisadas [pelo investigador], embora se saliente frequentemente a relação entre os demonstrativos e os relativos” (2010: 35). Na gramática de Lobato, parece-nos clara a inclusão dos pronomes pessoais como uma subclasse dos demonstrativos – o investigador citado não analisa a *Arte da grammatica portugueza*, de Pedro José de Figueiredo, autor que também adota idêntico critério –.

⁴ Segundo o gramático oratoriano: “Em explicar o Pronome não concordão entre si os Grammaticos. A explicação mais simples he a daquelles, que attendendo precisamente ao significado da voz, dizem ser o Pronome huma voz de significação arbitraria, que na Oraçãõ se poem em lugar do Nome: alguns accrescentaõ, *significando pessoa certa*; assim como *Ego*, eu; *Is*, este. / Conforme as diversas propriedades, e officios, que nelles consideraõ, fazem os Grammaticos varias clases, ou divisoens dos pronomes. Porque chamaõ Primitivos aquelles, que se não derivaõ de outros: assim como *Ego, Tu*. Derivados chamaõ aquelles, que se derivaõ dos primitivos: assim como *Meus, Tuus* [...]. / Pronomes

(1725-1797), o manual de referência para o estudo do latim depois da expulsão da Companhia de Jesus e da consequente proibição dos manuais dos jesuítas. Das formas acusativas de terceira pessoa, por seu turno, não parece haver rasto na descrição gramatical de Lobato, se bem que, como acontece com as obras de Argote e Casimiro, certos aspetos da colocação – como a mesóclise – e das variantes combinatórias são consideradas no Livro IV, relativo às *figuras de dicção* (Lobato 1770: 245-253). Importa, a este respeito, salientar o *desinteresse* de Lobato por descrever ou designar, de forma concreta, em termos metalinguísticos, estas unidades, visto que se refere a elas pura e simplesmente como *palavras*. Assim, com efeito, são designados quando Lobato trata da antítese:

Antithese he, quando na palavra se poem alguma letra por outra.

Usa-se esta figura nas vozes dos verbos acabadas em *s*, ou *r*, porque mudão o *s*, ou *r* em *l*, seguindo-se-lhes alguma das seguintes palavras *O*, *Os*; *A*, *As*, como v. g. quando dizemos: *Nós defedemolo. He-nos conveniente defendelos*, onde a voz verbal *Defendemos* muda o *s* em *l*, por se lhe seguir a palavra *O*, pois val o mesmo que dizer: *Defendemos-o* (Lobato 1770: 252);

ou quando explica a prótese:

Prothese he, quando no principio da palavra se acrescenta alguma letra.

Usa-se esta figura nas palavras *O*, *A*, porque se lhes acrescenta no principio hum *n*, quando se seguem ás vozes dos verbos acabados em *ão*, ou *em*; porque quando dizemos v. g. *Disserão-no, Dissessem-no*, accrescentamos á palavra *o* hum *n*, e val o mesmo que dizer *Disserão-o, Dissessem-o*. A razão deste uso, e dos sobreditos he a Eufonia, isto he, a maior suavidade na pronunciação das palavras (Lobato 1770: 253).

Vimos até agora uma análise das formas pronominais átonas em três classes, distribuídas estas de forma explícita – como, com efeito, faz Argote

Demonstrativos chamaõ áquelles que mostraõ, e indicaõ a pessoa, ou cousa: assim como *Ego*, eu, *Tu*, tu; *Hic*, Iste, este [...]” (Figueiredo 1752: 9).

– ou de forma implícita – dado que a designação das formas acusativas de terceira pessoa como *palavras* (em Lobato) ou *artigos* (em Casimiro) não faz senão mostrar, em nossa opinião, um sistema ternário. A este respeito, notamos uma evolução na reorganização das unidades objeto do presente trabalho na *Arte da grammatica portugueza, ordenada em methodo breve, fácil, e claro* (Lisboa 1799), de Pedro José de Figueiredo, que apresenta o seguinte quadro de pronomes de terceira pessoa:

Declinação do pronome demonstrativo da terceira pessoa	
Num. Singul.	Num. Plur.
Nom. <i>Elle, Ella.</i>	Nom. <i>Elles, Ellas.</i>
Gen. <i>d'Elle, d'Ella.</i>	Gen. <i>d'Elles, d'Ellas.</i>
Dat. <i>Lhe, ou a Elle, Lhe, ou a Ella.</i>	Dat. <i>Lhes, ou a Elles, Lhes, ou a Ellas.</i>
Acc. <i>O, Elle, ou a Elle, A, Ella, ou a Ella.</i>	Acc. <i>Os, Elles, ou a Elles, As, Ellas, ou a Ellas.</i>
Abl. <i>Elle, ou d'Elle, Ella, ou d'Ella.</i>	Abl. <i>Elle, ou d'Elles, Ellas, ou d'Ellas</i> (Figueiredo 1799: 15).

Nele, pode observar-se que as formas acusativas de terceira pessoa se integram plenamente nos pronomes de terceira pessoa, designados também como demonstrativos, muito provavelmente na esteira de António José dos Reis Lobato e de António Pereira de Figueiredo. Contudo, como acontece, *mutatis mutandis*, na exposição de João Joaquim Casimiro, estes pronomes – incluindo não apenas a forma *lhe(s)*, como também os pronomes clíticos acusativos da terceira pessoa *o(s)* e *a(s)* – enquadram-se também entre os pronomes relativos. Assim, com efeito, são designados ao apresentar as formas dos demonstrativos:

Assim como este Pronome *Elle*, que tambem he Relativo, se declinam os outros Pronomes Demonstrativos da terceira pessoa, somente com a differença, que todos levam no numero singular unicamente hũa terceira terminação, ou fôrma, a que se pôde chamar neutra [...] (Figueiredo 1799: 16).

Tendo em consideração o critério de Figueiredo – como, de resto,

também o de Casimiro –, podemos concluir que, ainda no fim do século XVIII, não estava totalmente resolvido o enquadramento categorial dos pronomes pessoais de terceira pessoa – e das suas formas átonas correspondentes.

2.2.2 – Reorganização intracategorial

No que se refere ao segundo grupo de obras metagramaticais – aquelas que reorganizam a série de pronomes pessoais átonos numa só categoria –, pode afirmar-se que constitui um conjunto muito heterogéneo, porquanto a integração destas formas obedece a critérios de natureza gramatical diferente. Por um lado, no *Breve compendio da grammatica portugueza* (Lisboa 1786), de Francisca de Chantal Álvares, devido talvez ao carácter escolar da obra – indicado, de resto, no seu título (Kemmler, Assunção & Fernandes 2010: 378) –, com repercussões em certos critérios pedagógicos, como a concisão da matéria gramatical, não se diferenciam subclasses dentro da categoria de pronome (Shäfer-Priess 2010 [2000]: 135), como se pode observar no seguinte fragmento:

Chamamos *Pronome* á palavra que se poem em lugar no *nome*, para significar o mesmo que significou o Nome: v. g. se digo: *David matou o Gigante, mas este era mais corpulento que aquelle*.

A palavra *este* ou estoutra *aquelle*, são huns *pronomes*, que se põe em lugar do *Gigante*, de de *David*, e significão naquele lugar o mesmo, que se repetíssemos os nomes *Gigante* e *David*, dizendo: *David matou o Gigante, mos o Gigante era mais corpulento que David*.

Na Lingua Portugueza temos muitos pronomes, como são, *este, aquelle, aquel'outro, Eu, Tu, elle, Nós, Vós, a Mim, a Ti, a Si, o qual, cujo, &c.* (Álvares 1786: 10)

Nesta perspetiva, seria possível deduzir que as formas pessoais átonas, apesar de não serem registadas na obra, se enquadram nesta categoria; para esta proposta contribui a afirmação de Álvares, no capítulo sobre as figuras (concretamente, o hipérbato e a síncope e a sinalefa), ao referir-se à forma *o* como pronome:

Às vezes metemos com graça huma palavra no meio da outra, exemplo. En[sic] lugar de dizer *Te darei hum livro*, digo *Dar-te hei hum livro*: metendo o pronome *Te* no meio de *Dar-ei*: em lugar de dizer *nos vingaremos*, podemos dizer com graça *vigar-nos-hemos* (Álvares 1786: 42-43).

Outras vezes mudamos alguma letra final em outra, para suavizar a pronuncia[sic], como se digo: *A quem me fizer bem heide estimalo*, em lugar de dizer *heide o estimar*; porque para transpor o pronome *o* que está antes de *estimar*, para o seu lugar próprio, que he depois do verbo, como se faz dizendo *heide estimar o*, fica a pronuncia dura; porém mudando o *r* em *l*, fica mais suave; por isto digo: *heide estima-lo* (Álvares 1786: 44).

Seja como for, a autora não apresenta subclassificações no âmbito do pronome, pelo que a reorganização (implícita) a que procede – provavelmente, não de forma consciente – nos parece excessivamente geral.

Caso radicalmente diferente é o da *Grammatica philosophica* (Lisboa 1783), de Bernardo de Lima e Melo Bacelar, cuja formalização lógica tem repercussões na descrição gramatical, na medida em que o ponto de partida da obra é o esquema sintático básico subjacente, constituído pelo *agente* (ou nominativo), *acção* (ou verbo) e *accionado* ou *paciente* (ou objeto direto). Por este motivo, a explicação, no plano morfológico, de classes ou subclasses de palavras como o pronome poderia ser pouco coerente. No que toca às formas pessoais átonas, o critério de classificação é, de forma coerente com a concepção gramatical de Bacelar, sintático, porquanto aquelas são designadas como *dativos enclíticos* – inclusivamente as formas acusativas de terceira pessoa... –, segundo se pode ler na seguinte passagem:

Todas as vezes, que se açhar a preposição *á, a, as, ao, aos*, com perda ou proveito antes ou depois do paciente; o vocabulo, que se seguir á esta preposição, vai *á dativo*. Pois se todo o agente obra, ou faz pacientes, não deve obrar em vão, más em utilidade ou perda d’alguem. Ora este alguem he o que se poem em dativo, como se vê neste exemplo: Derão á Pedro, e ao Povo alegria; onde *Pedro* e *Povo* estão em dativo de proveito [Em nota de rodapé: “Os dativos enclíticos são me, te, nos, vós, lhe, lhes, lha, lha, lho, lhos, ou a, as, o, os”.] (Bacelar 1996 [1783] 153).

Contudo, para além das características salientadas por Bacelar na designação dos pronomes pessoais átonos – a sintática e a posição a respeito da forma verbal –, na *Grammatica philosophica* não parece haver mais referências a estas formas.

Ao contrário do *Breve compendio*, de Francisca de Chantal Álvares, e da *Grammatica philosophica*, de Bacelar – obras que registam, segundo acabamos de ver, no melhor dos casos, de forma extremamente parca as unidades que estamos a analisar –, pode afirmar-se que são os *Rudimentos da grammatica portugueza* (Lisboa 1799), de Pedro José da Fonseca, a obra que melhor sistematiza, no âmbito da reorganização intracategorial, os pronomes clíticos – na subclasse dos pronomes pessoais (Fonseca 1799: 40-49) –, como, de resto, já referiu Coelho (2009: 90-93). Com efeito, Fonseca dedica um extenso subcapítulo às formas pessoais, em cujo inventário integra não apenas as formas acusativas átonas, como também os descritos até então, na gramaticografia do português, como pronomes recíprocos (*se, si, consigo*) (Fonseca 1799: 41-42). Veja-se, a este respeito, a exposição sobre os pronomes de terceira pessoa:

A terceira pessoa, pela qual se entende não só homem, e mulher, mas qualquer cousa, de que se falla, exprime-se no singular masculino por *elle*, e *o*, e no plural do mesmo genero por *elles*, e *os*. *Ella*, e *a* servem para o singular feminino, *ellas*, e *as* para o plural. *Lhe* convém ao singular, e *lhes* ao plural de hum, e outro genero. *Se, si, consigo* accomodão-se aos dous generos em ambos os números (Fonseca 1799: 42).

Por outro lado, a sistematicidade não se concretiza apenas na reorganização intracategorial (como pronomes pessoais), mas também na exposição da matéria gramatical, porquanto, no referido capítulo, são integrados aspetos relevantes sobre as formas pessoais átonas, que, na gramaticografia anterior, eram apresentados, segundo pusemos em relevo antes, de forma fragmentária – habitualmente no capítulos sobre as *figuras de dicção*. Nele, com efeito, são apresentadas de forma pormenorizada as variantes combinatórias:

Os pronomes *o, a, os, as*, quando se ajuntão aos outros, *me, te, lhe, lhes*, contrahem-se em huma só syllaba, perdendo estes ultimos a sua terminação, e tomando a dos primeiros [...].

Quando porém são precedidos pelos pronomes *nós, e vós*, mudão estes o *s* em *l*, parecendo formar assim huma só dicção [...].

Igualmente se troca o *r* em *l* dos infinitos dos verbos, que se antepõe aos sobreditos pronomes *o, a, os, as* [...] (Fonseca 1799: 43-44).

Quando se pospõe ás terceiras pessoas nos tempos dos verbos, que tem terminação em *m*, ou *ão*, para evitar hiato, se lhes mette do permeio hum *n* [...].

O mesmo passa com o adverbio não [...].

As pessoas do futuro no indicativo dos verbos se interrompem ás vezes, mudando o *r* do meio em *l*, pela interposição dos sobreditos pronomes, como: *dilo-hei, falo-has, telo-há*, &c. que tanto valem, como: *direi-o, farás-o, terá-o*, &c.

O mesmo succede a respeito dos outros pronomes pessoaes, *me, te, se, nós, vós, lhe, lhes*, se bem que nestes se não faz a dita mudança do *r* em *l* [...] (Fonseca 1799: 46-47);

bem como as suas características sintáticas: as correspondentes às formas acusativas da terceira pessoa (“Dos referidos pronomes *o, a, os, as*, se usa todas as vezes que a acção dos verbos termina nelles” [Fonseca 1799: 45]) e às restantes (“[*m*]e, *te, lhe, nós, vós, lhes*, quando a acção dos verbos, a que se ajuntão, nelles se não termina, servem para denotar que se nos dá, ou dirige alguma cousa, ou que se nos segue algum damno, ou proveito” [Fonseca 1799: 47]). Fonseca apresenta ainda certos traços semânticos como a reflexividade: “[*t*]ambem servem para mostrar que a acção dos verbos activos, se termina nas mesmas pessoas, que regem estes verbos, como eu *me* acovardo, tu *te* affliges, elle *se* louva, &c.” (Fonseca 1799: 48); ou construções pronominais próximas da voz média:

Além disto significão os efeitos, que as causas externas produzem nos sujeitos por elles indicados, como quando se diz: *admiro-me, compadece-te, enternece-se*, &c. Estes verbos, posto que activos, não significão que as pessoas são as que causão a si proprias os referidos sentimentos; mas sim que ellas os recebem de outras cousas (Fonseca 1799: 48);

salienta, enfim, o valor do *se* apassivador:

[u]ltimamente a palavra *se* denota a voz passiva dos verbos. Exemplos: *A omissão he o peccado, que com mais facilidade se commette, e com mais difficuldade se conhece: e o que facilmente se commette, e difficultosamente se conhece, raramente se emenda* (Fonseca 1799: 48-49).

Parece-nos também oportuno realçar a distinção que Fonseca apresenta entre as formas do artigo determinado e os pronomes clíticos acusativos da terceira pessoa, através das unidades com as quais se combinam:

Estes taes pronomes distinguem-se dos artículos, que tem a mesma forma, porque sendo artículos, se põe sempre antes de nomes, como: *o dia, a noite, os homens, as mulheres, o bom, o mau*; porém sendo pronomes, se põe sempre antes ou depois dos verbos, como: *Fallando Scipião Africano com Masinissa lhe dizia: vence teu coração; não o afees* (Fonseca 1799: 44-45).

Em torno das fontes da gramática de Pedro José da Fonseca, é consensual indicar, como uma das principais, a *Gramatica de la lengua castellana* (Madrid 1771), da Real Academia Espanhola (GRAE) (Schäfer-Priess 2010 [2000]: 31; Schäfer-Priess 2005; Coelho 2009: 11; Coelho 2011: 173; Duarte 2016: 243). No que diz respeito à exposição dos pronomes pessoais, concordamos com Coelho (2009), quando afirma, sobre a explicação dos pronomes nos *Rudimentos da grammatica portugueza*, que “Fonseca recorre efectivamente a diversas fontes, mas redige cada parte da oração sempre com originalidade” (2009: 98). Seja como for, pensamos que o autor poderá ter partido do subcapítulo correspondente da GRAE (Real Academia Española 1781: 36-42) – ou, pelo menos, ter-se baseado nela parcialmente – para desenvolver a exposição sobre estas formas⁵.

⁵ Veja-se, a este respeito, a forma como são apresentadas, na GRAE, as diferenças do artigo determinado e dos pronomes clíticos de terceira pessoa: “Las terminaciones *el, la, lo, los* parecen equívocas con los artículos, pero se distinguen fácilmente, porque quando son artículos se ponen siempre ántes de nombres, como *el hombre, la muger, los hombres, lo bueno, lo fácil*; pero quando son *pronombres*,

Como síntese do que acaba de ser dito até agora, é apresentado um quadro com as diferentes propostas dos gramáticos setecentistas sobre os pronomes pessoais átonos:

	Argote 1725 [1721]	Lobato 1770	Bacelar 1783	Álvares 1786	Casimiro 1803 [1792]	Figueiredo 1799	Fonseca 1799
<i>me, te, nos, vos</i>	Pronomes pessoais primitivos	Pronomes demonstrativos pessoais	Dativos enclíticos	[Pronomes]	Pronomes pessoais [<i>lhe</i> analísado também como pronom demonstrativo]	Pronomes demonstrativos [<i>lhe</i> analisado também como pronom relativo]	Pronomes pessoais
<i>lhe(s)</i>							
<i>Se</i>	Pronome pessoal primitivo recíproco	Pronome recíproco			Pronome defetivo recíproco	Pronome recíproco	
<i>o(s), a(s)</i>	Pronomes relativos	----- [Mas, nas <i>figuras de</i> <i>dicção</i> , “palavras”]			----- [Mas, nas <i>figuras de</i> <i>dicção</i> , “artigos”]		

QUADRO II – Síntese da classificação proposta pelos gramáticos setecentistas sobre os pronomes pessoais átonos

3 – Considerações finais

Ao longo das páginas anteriores, pudemos verificar, no quadro da gramaticografia do português de Setecentos, uma evolução na descrição dos pronomes pessoais átonos no que se refere ao seu enquadramento categorial, que deve ser analisada em dois níveis:

se ponen siempre ántes, ó despues de verbos, como *él* habló, ò habló *él*: *la* dixeron, ó dixerón*la* [...]” (RAE 1781: 37).

i) Quanto às unidades consideradas por separado, observamos, para algumas delas (é o caso das formas dativas da terceira pessoa), um processo de integração plena (se comparada com a gramaticografia anterior), na medida em que *ele* e as restantes formas pessoais enquadradas na terceira pessoa passam a registar-se, segundo os gramáticos, como pronomes pessoais ou pronomes demonstrativos em conjunto com as formas da primeira e segunda pessoas; para outras unidades, pelo contrário, à luz dos dados que apresentámos, a integração torna-se bastante mais lenta e problemática, como, com efeito, acontece com as formas acusativas da terceira pessoa *o(s)* e *a(s)*, que não parecem ter sido gramatizadas por alguns gramáticos, como António José dos Reis Lobato – que apenas se refere a elas com o termo *palavras* –, e a forma *se*, registada pela maioria dos gramáticos setecentistas como pronome recíproco – e enquadrada entre os pronomes pessoais apenas por Pedro José da Fonseca.

ii) No que se refere à organização categorial destas unidades, detetámos duas tendências: a primeira – que denominamos de *organização intercategorial* – constitui a continuidade com a descrição gramaticográfica anterior e regista-se até fins do século XVIII – na medida em que a *Arte da grammatica portugueza*, de Pedro José de Figueiredo, distingue ainda, claramente, os pronomes demonstrativos do pronome recíproco; relativamente à segunda (a *reorganização intracategorial*), ela ocorre apenas, de forma nítida, num só autor: Pedro José da Fonseca.

Estes dois níveis de análise mostram a (relativa) complexidade dos processos de gramatização das formas linguísticas; o tratamento gramaticográfico das unidades átonas modernamente integradas entre os pronomes pessoais parece-nos uma excelente ilustração.

REFERÊNCIAS

- [Álvares, F. Ch.] 1786. *Breve compendio da grammatica portugueza para uso das meninas que se educaõ no Mosteiro da Vizitação de Lisboa*. Lisboa: António Rodrigues Galhardo.
- Argote, J. C. de. 1725 [1721]. *Regras da lingua portuguesa, espelho da lingua*

- latina*. Lisboa: Oficina da Música.
- Assunção, C. da C. 2000. Introdução. In: C. da C. Assunção (ed.). *A Arte da Gramática da Língua Portuguesa de António José dos Reis Lobato*. Lisboa: Academia das Ciências.
- Azeredo, J. C. de. 2008. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha.
- Bacelar, B. de M. e L. 1996[1783]. *Gramática filosófica da língua portuguesa*. Introdução e notas de Amadeu Torres. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- Brito, A. M.; Duarte, I.; Matos, G. 2003. Tipologia e distribuição das expressões nominais. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5ª ed., revista e aumentada. Lisboa: Editorial Caminho, 795-867.
- Cambraia, C. N. 2010. Demonstrativos: história de uma categoria na tradição gramatical de língua portuguesa (sécs. XVI a XIX). In: M. J. Marçalo; M. C. Lima-Hernandes; E. Esteves; M. do C. Fonseca; O. Gonçalves; A. L. Vilela; A. A. Silva (eds.). *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*. Évora: Universidade de Évora.
- Casimiro, J. J. 1803 [1792]. *Methodo gramatical resumido da lingua portuguesa*. Porto: António Alvarez Ribeiro.
- Coelho, S. 2009. *Classes e subclasses de palavras em Rudimentos da grammatica portugueza de Pedro José da Fonseca*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Letras, Artes e Comunicação, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Coelho, S. 2011. As ideias linguísticas nos Prólogos das gramáticas de Pedro José da Fonseca (1799) e de Jerónimo Soares Barbosa (1822). In: A. Costa, I. Falé, P. Barbosa (orgs.). *XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Textos Seleccionados*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística.
- Cunha, C.; Cintra, Luís F. L. 1994. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 10.ª edição. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Duarte, S. 2016. Vozes castelhanas na tradição portuguesa (textos metagramaticais e metaortográficos). *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*. 2: 235-252.
- Fávero, L. L. 1996. *As concepções linguísticas no século XVIII. A gramática portuguesa*. Campinas: Editora da UNICAMP.

- Figueiredo, A. P. de. 1752. *Novo methodo da grammatica latina, para uso das escolás da Congregação do Oratorio [...] ordenado, e composto pela mesma Congregação*. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues.
- Figueiredo, P. J. de. 1799. *Arte da grammatica portugueza, ordenada em methodo breve, fácil, e claro*. Lisboa: Regia Officina Typografica.
- Fonseca, P. J. da. 1799. *Rudimentos da grammatica portugueza*. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira.
- Kemmler, R.; Assunção C.; Fernandes, G. 2010. A primeira gramática portuguesa para o ensino feminino em Portugal (Lisboa, 1786). *Diacrítica. Revista do Centro de Estudos Humanísticos. Série Ciências da Linguagem*. 24,1: 374-393.
- Lobato, A. J. dos R. 1770. *Arte da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Regia Officina Typografica.
- Martínez Gavilán, M. D. 1989. *Las ideas lingüísticas en España en el siglo XVII: Los tratados gramaticales*. Dissertação de doutoramento apresentada à Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de León.
- Moura, T. 2012. *As ideias linguísticas portuguesas no século XVIII*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Neves, M. H. de M. 2011. Uma amostra do tratamento concedido às classes de palavras na tradição gramatical do português. *Confluência. Revista do Instituto de Língua Portuguesa*. 39: 11-28.
- Neves, M. H. de M. 2000. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP.
- Ponce de León, R. 2015. O tratamento dos pronomes pessoais átonos na gramaticografia do português (séculos XVI-XVII). *Confluência. Revista do Instituto de Língua Portuguesa*. 49: 142-162.
- Real Academia Española. 1781 [1771]. *Gramática de la lengua castellana. Tercera impresión*. Madrid: Joaquín de Ibarra.
- Rumeu, M. C. de B. 2008. A categoria “pronome” na construção da metalinguagem no português. *Revista da ABRALIN*. 7, 1: 129-159.
- Schäfer-Priess, B. 2000. *Die portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822. Entstehungsbedingungen und Kategorisierungsverfahren vor dem Hintergrund der lateinischen, spanischen und französischen Tradition*. Tübingen: Max Niemeyer.
- Schäfer-Priess, B. 2005. Gramaticografia em contacto: as gramáticas portuguesas

de Pedro José da Fonseca e Jerónimo Soares Barbosa e a *Gramática de la lengua castellana* da Real Academia Española de 1771. *Estudios Portugueses. Revista de Filología Portuguesa*. 5: 129-136.

Schäfer-Priess, B. 2010. *A Gramaticografia Portuguesa de 1540 até 1822: Condições da sua génese e critérios de categorização, no âmbito da tradição latina, espanhola e francesa*. Tradução de Jaime Ferreira da Silva, revista e atualizada pela autora. Inédito.

O EFEITO DA AFIXAÇÃO PLEONÁSTICA NO PROCESSAMENTO DE LEXEMAS MORFOLOGICAMENTE COMPLEXOS DO PORTUGUÊS EUROPEU

Alexandra Soares Rodrigues

afsr@ipb.pt

Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Bragança (Portugal)

CELGA-ILTEC – Universidade de Coimbra (Portugal)

RESUMO. O objetivo deste trabalho consiste na compreensão dos efeitos da afixação pleonástica no processamento de lexemas construídos do português europeu. A afixação pleonástica sob foco compreende a afixação múltipla isocategorial de tipo avaliativo, realizada, pelo menos, através de três afixos atualizadores de semantismo avaliativo. Os resultados apresentados neste trabalho advêm de um estudo comparativo do processamento de diversos tipos de lexemas com afixação múltipla, desenvolvido por Rodrigues (2016a) e Rodrigues (em publicação). Esse estudo tem por base os padrões genolexicais produtivos do português europeu contemporâneo (Rio-Torto et al. 2016) e ancora-se teoricamente no modelo *multiple-route* de Kuperman et al. (2010). O estudo fundamenta-se na análise de *corpora* (*Corpus de Referência do Português Contemporâneo* e *Linguateca*) e de experimentações (tarefas de julgamento de aceitabilidade e de recordação) efetuadas com falantes nativos do português europeu.

Essas experimentações permitem estabelecer fatores psicolinguísticos que condicionam os limites da extensão da afixação múltipla, dos quais se salientam a frequência da combinação afixal, a transparência semântica da combinação, a saliência afixal e a previsibilidade quer da combinação afixal, quer do semantismo por aquela acarretado (Bell & Schäfer 2016; Rodrigues 2016a; Rodrigues (em publicação)), através da comparação entre o processamento de lexemas com afixação múltipla não frequentes, frequentes, com combinações afixais heterocategoriais e isocategoriais.

Na tarefa de recordação, os resultados obtidos para os lexemas avaliativos não frequentes apresentam um contraste em relação àqueles que dizem respeito aos lexemas heterocategoriais não frequentes. Esse contraste é consequência da transparência semântica dos lexemas avaliativos, ausente dos lexemas heterocategoriais não frequentes. O nosso estudo revela que, embora ambos os tipos de lexemas apresentem baixa frequência, os lexemas avaliativos são mais recordáveis do que aqueles que contêm afixação heterocategorial, devido ao efeito de *priming* semântico ocasionado pela similitude semântica (cf. Bell & Schäfer (2013; 2016) sobre o processamento de compostos) entre os afixos avaliativos constituintes do lexema com afixação isocategorial. De acordo com Bell & Schäfer (2013; 2016) a propósito de compostos, o referido efeito torna a semântica da combinação afixal expectável, favorecendo o processamento do lexema.

PALAVRAS-CHAVE: Afixação pleonástica, afixação múltipla, processamento de palavras morfologicamente complexas, português.

ABSTRACT. The aim of this work is to understand the effects of pleonastic affixation on the processing of words constructed in European Portuguese. The pleonastic affixation under focus consists on isocategorial multiple affixation of evaluative type, actualised by means of, at least, three affixes working on evaluative formation. The results presented in this work come from a comparative study on the processing of several kinds of multiple affixation, developed by Rodrigues (2016a) and Rodrigues (in publication). The study considers as a base the word-formation patterns that are productive in contemporary European Portuguese (Rio-Torto et al. 2016) and it has as a theoretical support the *multiple-route* model by Kuperman et al. (2010). The study is founded on the analysis of *corpora* (*Corpus de Referência do Português Contemporâneo* and *Linguatca*) as well as on experiments (lexical decision task and recall task), realised with native speakers of European Portuguese.

Those experiments permit us to establish psycholinguistic factors that condition the limits of the extension of multiple affixation. From those factors, we focus on the frequency of the affix combination, the semantic transparency of the combination, the affix salience and the expectedness both of the affix combination and of its semantics (Bell & Schäfer 2016; Rodrigues 2016a; Rodrigues (in publication), by means of comparing the processing of frequent and non-frequent words with multiple affixation, either with heterocategorial affix combinations or with isocategorial affix combinations.

In the recall task, the obtained results concerning non-frequent evaluative words present a contrast in relation with results concerning non-frequent heterocategorial words. That contrast is a consequence of the semantic transparency of evaluative words, which is absent from non-frequent heterocategorial words. Our study reveals that, although both types of words have low frequency, evaluative words are more easily recalled than those that contain heterocategorial affixation, owing to the semantic priming effect caused by the semantic similitude (cf. Bell & Schäfer (2013; 2016) on compounding processing) between the evaluative affixes

that constitute the word with isocategorical affixation. Following Bell & Schäfer (2013; 2016) on their study in compounding, the semantic priming effect increases the expectedness of the semantics of the affix combination, which favours the processing of the word.

KEYWORDS: Pleonastic affixation, multiple affixation, processing of morphologically complex words, Portuguese.

1 – Introdução

O trabalho que aqui apresentamos resulta de uma investigação com carácter experimental cujo ponto de partida empírico consistiu na constatação da ocorrência em textos de imprensa de lexemas como *contabilizabilidade*, *comercializabilidade* ou *utilizabilidade*. O confronto com estes lexemas de formação heterocategorial suscitou-nos uma série de questões que constituíram a espinha dorsal de uma investigação amplamente descrita em Rodrigues (em publicação), sumariamente apresentada em Rodrigues (2016a) e parcelarmente exposta em Rodrigues (2016b) e no presente texto. Assim, os dados aqui expostos são apenas uma das partes que constituem o trabalho mais vasto de Rodrigues (em publicação), não coincidente com os conteúdos explanados em Rodrigues (2016b). Do trabalho completo, fazem parte a comparação do processamento de i) lexemas morfológicamente complexos, de derivação heterocategorial, que contêm a série afixal *-bil/-al-iz(a)-bil-idade*, com baixa frequência, com o processamento de ii) outras palavras morfológicamente complexas de derivação heterocategorial, com frequência mais elevada, como *ornamentalização* ou *desgovernamentalização*, de iii) palavras morfológicamente complexas de derivação isocategorial avaliativa, com baixa frequência, como *sacolinhazinha*, *aranhiçozinho*, de iv) palavras morfológicamente complexas de derivação isocategorial avaliativa, com frequência mais elevada, como *pequeninho*, de v) palavras neutras, isto é, palavras com alta frequência de uso básico, sem relação morfológica derivacional com aquelas apresentadas nas categorias anteriores, como *livro*, *comparação* ou *igualmente*, e vi) pseudopalavras, como **quirilete*, **socir* ou **cantaco*.

Em Rodrigues (2016b), focámos apenas o confronto entre as palavras contendo a série afixal *-bil/-al-iz(a)-bil-idade* e aquelas de morfologia derivacional heterocategorial com frequência mais elevada. No presente trabalho, reportar-nos-emos ao confronto entre as formas em *-bil/-al-iz(a)-bil-idade* e as palavras de morfologia derivacional isocategorial com carácter pouco frequente (e.g. *pequen-in-inh(o)-zinh(o)*). Assim, se em Rodrigues (2016b) os objetos em análise tinham como ponto em comum a heterocategorialidade e como ponto de divergência a frequência, na presente exposição, centrar-nos-emos na comparação entre categorias que têm como ponto de partilha a baixa frequência e como ponto de divergência o carácter hétero/isocategorial da derivação em causa.

O objetivo geral desta investigação consiste na compreensão dos limites da múltipla afixação derivacional e dos fatores psicolinguísticos que os determinam.

2 – Considerações teóricas acerca do processamento das palavras morfológicamente complexas

A análise em jogo pressupõe um enquadramento teórico que, neste contexto, se requer de exposição breve. Remetemos para Rodrigues (em publicação) para uma visão mais profunda e alargada do mesmo. Não podemos, no entanto, deixar de mencionar que o acesso e o processamento das palavras morfológicamente complexas têm sido objeto de divergentes modelos explicativos, como amplamente analisado em Schreuder & Baayen (1995), Baayen (2007), Libben (1998), Bertram, Schreuder & Baayen (2000), Kuperman Betram & Baayen (2010), entre outros.

Um dos modelos mais recentes é o modelo *multiple-route* de Kuperman et al. (2008, 2009, 2010), que oferece um entendimento da complexidade de fatores que influenciam o tratamento psicolinguístico da palavra morfológicamente complexa. De acordo com este modelo, o léxico mental é um acervo de informações lexicais situadas na memória de longo prazo. Sem pretendermos um elenco exaustivo, a complexidade dessas informações advém de fatores tais como a frequência do lexema, a frequência da forma de palavra (Baayen, Wum & Aycocock 2007), a frequência

do radical e da base (Taft & Forster 1976, Beauvillain 1996, Burani & Caramazza 1987, Schreuder, Burani & Baayen 2003, Niswander, Pollatsek & Rayner 2000, Niswander-Klement & Pollatsek 2006), a produtividade (Baayen 1992, 1993), a categoria lexical, o seu carácter derivacional, flexional ou composto, as relações semânticas entre as palavras e os seus constituintes morfológicos (Libben 1998:31), a transparência semântica (Marslen-Wilson et al. 1994, Libben, Gibson, Yoon, & Sandra 2003, Bell & Schäffer 2013, 2016), a saliência afixal (Laudanna & Burani 1995), a capacidade de construção de padrão de uma combinatória afixal (Rodrigues em publicação, 2016b), o carácter pleonástico da combinação afixal (Rodrigues em publicação), entre outros.

Tendo em conta a multiplicidade de fatores determinantes para o acesso e o processamento das palavras morfológicamente complexas, no nosso trabalho são tidos em consideração os fatores de frequência da combinação afixal, a sua transparência semântica, a saliência afixal dos seus constituintes, a previsibilidade da combinação afixal, a complexidade morfológica dos padrões genolexicais envolvidos nas combinatórias, o carácter pleonástico da afixação, adveniente da isocategorialidade avaliativa das formações, e a capacidade de construção de padrão da afixação.

Em Rodrigues (em publicação, 2016b), definimos a capacidade de construção de padrão como o poder que uma determinada combinação afixal derivacional tem de funcionar como um padrão mental que sirva quer a análise/interpretação de palavras quer a produção destas. A capacidade de construção de padrão está dependente da previsibilidade da combinatória afixal, estando ambas dependentes de informação ao nível do léxico mental que permita a identificação de um estímulo com esse padrão. Havendo essa identificação, a palavra é mais facilmente processada.

Da interação entre os fatores, seguimos Bell & Schäffer (2013, 2016) que, em estudos sobre o processamento de compostos, demonstram que quanto maior for a frequência da palavra, maior é a sua previsibilidade e, logo, maior é a sua transparência semântica. Essa previsibilidade, de acordo com as autoras, advém não apenas do conhecimento/identificação de cada constituinte do composto, mas também da relação entre eles. Como verificaremos ao longo do nosso trabalho, as relações entre constituintes

são também determinantes no caso do processamento de palavras formadas por afixação. Essas relações situam-se no eixo paradigmático, ativando padrões genolexicais ao nível do léxico mental, e no eixo sintagmático, tornando previsível a ocorrência de sufixos semanticamente similares que se encontram adjacentes num dado lexema.

Assim sendo, em Rodrigues (em publicação, 2016a, 2016b), demonstra-se que, no caso dos lexemas construídos com afixação, a informação léxico-mental não se atém somente a informações de cada morfema em si mesmo, nem a esquemas/regras onde aquele atua, vistas isoladamente. A informação estende-se, antes, às relações entre os morfemas enquanto combinatórias múltiplas e não a combinatórias “um mais um”. Este dado evidencia o carácter paradigmático e não concatenativo da morfologia derivacional. Esta extensão da informação é suportada por Frauenfelder & Schreuder (1991), Schreuder & Baayen (1995), Caramazza, Laudanna & Romani (1998) e Ji, Gagné & Spalding (2011), que propõem que a computação das palavras morfologicamente complexas recorre a um procedimento integrativo no todo dos seus constituintes morfológicos e não apenas ao procedimento de decomposição dos mesmos. Numa computação deste tipo, a previsibilidade e a transparência semântica têm um papel decisivo, como demonstrado por Libben et al. (2003: 51) e Bell & Schäffer (2013, 2016), e corroborado pelo nosso estudo.

Ao fazermos o confronto entre formas em *-bil/-al-iz(a)-bil-idade*, pouco frequentes e, por isso, com baixa previsibilidade, e outras formas de derivação heterocategorial, mas com mais alta frequência, como *ornamentalização*, ficou patente existir um efeito de *priming* paradigmático exercido por morfemas em relação a outros que, ainda que ausentes do estímulo, se encontram fortemente associados aos primeiros ao nível do léxico mental (Rodrigues em publicação, 2016b). Por sua vez, ao fazermos o confronto entre as formas em *-bil/-al-iz(a)-bil-idade* e formas também elas pouco frequentes, mas com morfologia isocategorial avaliativa, ficou demonstrado, como veremos, um efeito de *priming* semântico sintagmático.

3 – Frequência e adequação aos constrangimentos estruturais das formas em *-bil/-al-iz(a)-bil-idade* e das formas isocategoriais avaliativas

Devido a constrangimentos de espaço, não explicitaremos aqui os dados relativos à baixa frequência e à adequação estrutural das combinatórias afixais das palavras em análise. Remetemos para Rodrigues (em publicação), onde esses dados se encontram expostos. Limitamo-nos neste texto a enfatizar a baixa frequência das palavras em foco, como verificado através da análise de *corpora* como o *Corpus de Referência do Português Contemporâneo* e *Linguatca* e de motores de busca da internet (*Google*), bem como a sua adequação aos constrangimentos estruturais (Rainer 2005, Rodrigues 2009, 2014, 2015) da genolexia do português.

4 – Experimentações

As experimentações desenvolvidas consistiram numa tarefa de julgamento de aceitabilidade e numa tarefa de recordação. Devido a constrangimentos de espaço e dado que o grau de aceitabilidade, avaliado na tarefa de julgamento de aceitabilidade, não mostrou influência sobre os resultados relativos aos objetos sob análise no presente trabalho, apenas apresentaremos a tarefa de recordação, remetendo para Rodrigues (em publicação) para a exposição da tarefa de julgamento de aceitabilidade.

4.1 – Metodologia da tarefa de recordação

A metodologia utilizada para a tarefa de recordação descreve-se de seguida.

4.1.1 – Participantes

Os participantes eram compreendidos por 22 falantes nativos do português europeu, com audição normal e visão normal ou corrigida até ao normal, estudantes do Instituto Politécnico de Bragança, sem conhecimentos de linguística.

4.1.2 – Estímulos

Os estímulos consistiram em 86 palavras, fornecidas em suporte escrito, em papel, inseridos em enunciados, em ordem aleatória, pertencentes às seguintes categorias: i) 10 nomes contendo a combinação afixal *-bil/-al-iz(a)-bil-idade*, com baixa frequência; ii) 10 palavras heterocategoriais com pelo menos 4 afixos derivacionais, com carácter frequente; iii) 13 nomes com afixação múltipla isocategorial avaliativo, com carácter frequente; iv) 13 nomes e adjetivos com afixação múltipla isocategorial avaliativa, com carácter não frequente ou formados *ad hoc* para a experimentação de acordo com os padrões derivacionais da categoria iii); v) 12 pseudopalavras; e vi) 27 palavras neutras.

4.1.3 – Procedimento

Foram fornecidos aos participantes 86 enunciados em formato sonoro, em gravação feita por um falante nativo de português europeu, ordenados aleatoriamente. Cada enunciado continha um dos 86 lexemas descritos em 4.1.2. Os participantes deveriam reproduzir oralmente cada um dos enunciados, sendo as respostas gravadas. As produções obtidas foram por nós categorizadas em 7 classes distintas. Uma vez que o nosso objetivo consiste na análise do processamento dos lexemas e não dos enunciados, as categorizações especificam a reprodução dos lexemas e não do enunciado na totalidade.

As categorizações das produções obtidas são as seguintes:

- i) Acerto Lexical Completo (ALC): O lexema foi repetido fielmente.
- ii) Mutação Fonológica Parcial (MFP): A estrutura fonológica sofreu alterações, sendo que a forma produzida não coincide com um lexema real ou possível do português (e.g. * *sacalinhozinha* por *sacolinhazita*).
- iii) Acerto Semântico Total (AST): ocorreu produção de um lexema com similitude semântica com aquele que constituía o estímulo. Tal pode dever-se à produção de um lexema sinónimo (e.g. *também* por *igualmente*) ou à preservação do morfema

- lexical e mutação dos morfemas derivacionais por outros semanticamente congêneres (e.g. *sacolazita* por *sacolinhazita*).
- iv) Acerto Semântico Parcial (ASP): Ocorreu produção de lexema com equivalência parcial àquele que constituía o estímulo, podendo verificar-se similitude apenas semântica ou semântica e formal (e.g. *sacozinho* por *sacolinhazita*, *globalização* por *globalizabilidade*).
 - v) Desacerto na Categoria Lexical (DCL): Ocorreu reprodução do significante do estímulo. No entanto, o mesmo foi inserido num co-texto sintático não adequado à categorial lexical do estímulo (**Era riachozinho quando as pessoas se banhavam no verão.* por *Era um riachozinho onde as pessoas se banhavam no verão.*).
 - vi) Outros Lexemas Reais (OLR): Verificou-se produção de um lexema existente em português, sem relação formal ou semântica com o estímulo (e.g. *estudou* por *fundamentacionou*).
 - vii) Sem Resposta (SR).

4.1.4 – Resultados

A Figura 1 apresenta os resultados obtidos na tarefa de recordação. Mais uma vez, salientamos que não focaremos no presente trabalho todas as categorias de palavras em análise em Rodrigues (em publicação; 2016a).

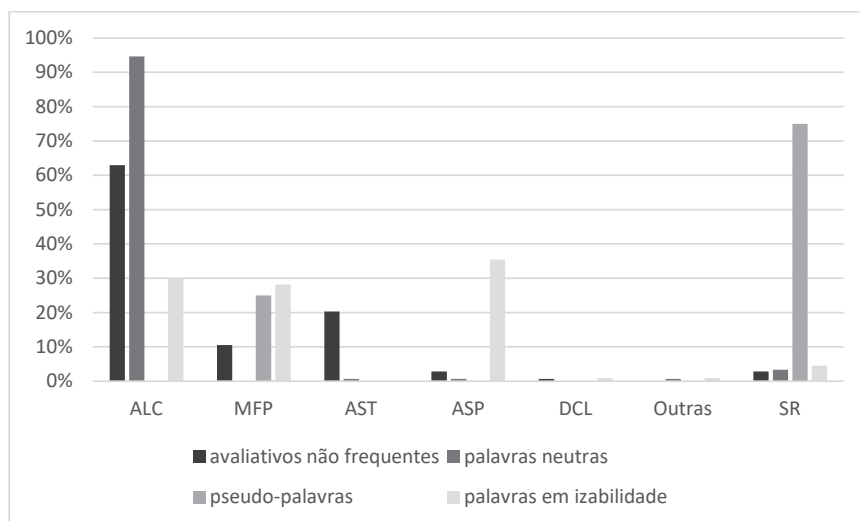


FIGURA 1. Resultados da tarefa de recordação

A maior taxa de Acertos Lexicais Completos foi obtida na recordação das palavras neutras (95%), seguindo-se a categoria de avaliativos não frequentes (63%), as palavras contendo a série *-bil/-al-iza-bil-idade* (30%) e as pseudopalavras (0%).

Verificou-se que a Mutação Fonológica Parcial surgiu mais elevadamente nos lexemas em *-bil/-al-iza-bil-idade* (28%), sendo estas seguidas das pseudopalavras (25%), das palavras isocategoriais avaliativas não frequentes (10%) e das palavras neutras (0%).

O Acerto Semântico Total não ocorreu nem nas palavras em *-bil/-al-iza-bil-idade* nem nas pseudopalavras, como expectável. Nas palavras neutras verificou-se 1% de resultados em Acerto Semântico Total. A taxa mais elevada ocorreu nas palavras isocategoriais avaliativas não frequentes (20%).

As palavras em *-bil/-al-iza-bil-idade* apresentaram a taxa mais elevada de Acerto Semântico Parcial (35%), enquanto os avaliativos não frequentes apenas devolveram 3% das respostas nesta categoria, as palavras neutras 1% e as pseudopalavras 0%, como também era previsível.

O Desacerto na Categoria Lexical deu-se em 1% das respostas relativas aos avaliativos não frequentes e no mesmo valor percentual

nas palavras em *-bil/-al-iza-bil-idade*. Não se observou esta categoria de recordação nos restantes tipos de palavras.

Outros Lexemas Reais verificaram-se em 1% das respostas relativas a palavras neutras e igualmente em 1% dos resultados das palavras em *-bil/-al-iza-bil-idade*. Não surgiram Outros Lexemas Reais nem nos avaliativos não frequentes nem nas pseudopalavras.

Por último, não se verificaram respostas para 75% das recordações das pseudopalavras, 5% das relativas às palavras em *-bil/-al-iza-bil-idade*, 3% das referentes às palavras neutras e igualmente 3% das respeitantes aos avaliativos não frequentes.

5 – Discussão dos resultados

A nossa atenção centrar-se-á na comparação dos resultados obtidos em relação às palavras complexas isocategoriais avaliativas não frequentes e às palavras heterocategoriais contendo a combinação afixal *-bil/-al-iza-bil-idade*. Enfatizemos que ambas as categorias partilham o carácter de não frequente e divergem quanto à hétero/isocategorialidade derivacional. Assim, as palavras em *-bil/-al-iza-bil-idade* são caracterizadas por uma complexidade morfológica heterocategorial, sendo que cada afixo disponibilizado nessa complexidade opera num padrão genolexical distinto, caracterizado por relações semântico-categoriais diversas (*-bil-*: adjetivos modais deverbais/ *-al-*: adjetivos relacionais denominais – *-iz-*: verbos de mudança denominais ou deadjetivais – *-bil-*: adjetivos modais deverbais – *-idade*: nomes essivos deadjetivais).

Pelo contrário, nas palavras isocategoriais avaliativas com combinação afixal múltipla, cada um dos sufixos presentes na combinatória funciona pleonasticamente em relação aos convizinhos, reiterando a informação semântica instanciada por aqueles (*sac-ol-inha-zita*, *cas-inh-oto-zinho*, *burr-ic-alh-inho*). O carácter pleonástico da semântica dos produtos avaliativos com afixação múltipla é determinante, como explicitaremos, dos resultados obtidos na tarefa de recordação e indicia o modo de operação do seu processamento. Dado que ambas as categorias de palavras são não frequentes, não ocorre intromissão deste fator como

motivo de divergência no processamento dos lexemas em causa.

Desde logo, o Acerto Lexical Completo apresenta uma taxa mais elevada nas formas avaliativas não frequentes (63%) do que nas formas heterocategoriais em *-bil/-al-iz(a)-bil-idade* (30%). Esta diferenciação reside no facto de as primeiras conterem sufixação pleonástica, em que cada sufixo reitera informação semântica e atualiza o mesmo padrão genolexical instanciado pelos sufixos adjacentes, em vez de, como nas formas em *-bil/-al-iz(a)-bil-idade*, acrescentar informação semântica diferente e realizar padrões derivacionais diversos. A afixação pleonástica pode ser interpretada como exercendo um efeito de *priming* ao nível do eixo sintagmático, uma vez que cada sufixo avaliativo identificado ativa o mesmo tipo de sufixo, ou seja, operante no mesmo padrão genolexical. O efeito de *priming* reforça a previsibilidade e a transparência semântica dentro da estrutura da própria palavra. A afixação pleonástica parece ainda ter um efeito subjugador do carácter não frequente das construções. O peso da não frequência destas formas é subestimado pelo seu carácter pleonástico, facto que não acontece nas palavras de formação heterocategorial de baixa frequência.

A Mutação Fonológica Parcial é mais elevada nas formas heterocategoriais não frequentes (28%) do que nas avaliativas não frequentes (10%). A dificuldade no reconhecimento da palavra é mais elevada nas formas com sufixação múltipla heterocategorial do que naqueles em que ocorre reiteração do padrão genolexical, sobretudo se a combinatória heterocategorial não for frequente, o que faz decrescer a sua previsibilidade e, logo, a saliência afixal dos seus constituintes, como é o caso das formas em *-bil/-al-iz(a)-bil-idade*.

Como expectável, o Acerto Semântico Total apresenta uma taxa considerável nas palavras avaliativas não frequentes (20%). Em contrapartida, esta categoria de resposta não se verificou nas palavras em *-bil/-al-iz(a)-bil-idade*. Nos avaliativos, mesmo não tendo ocorrido recordação fiel do lexema, a afixação pleonástica admite uma ocorrência diversificada de afixos em línguas, como o português, em que os afixos operantes ao serviço da genolexia avaliativa são em número considerável, como estudado em Rio-Torto (1993). Sendo esses afixos semanticamente similares e operantes no mesmo padrão de formação de palavras, a sua troca

não resulta em mudanças semânticas fortes, antes redundante na preservação do mesmo semantismo de carácter avaliativo presente no estímulo (e.g. *mesinhitazinhinha* por *mesinhitazinha*, *aranhiçozito* por *aranhiçozinho*). Pelo contrário, nas palavras de sufixação múltipla heterocategorial, as mutações ocorrentes não são passíveis de serem classificadas como Acertos Semânticos Totais, uma vez que uma alteração morfológica acarreta diferenças nos padrões genolexicais instanciados, como em *sociabilização* ‘evento de tornar(/-se) sociável’ por *socializabilidade* ‘qualidade de estar apto/ser capaz de socializar’.

O carácter pleonástico das formas avaliativas e o carácter heterocategorial das formas em *-bil/-al-iza-bil-idade* acarreta valores de Acerto Semântico Parcial contrários aos do Acerto Semântico Total. Nas palavras em *-bil/-al-iza-bil-idade* verificou-se uma taxa de 35% de Acerto Semântico Parcial, contra 0% de Acerto Semântico Total, e nas palavras avaliativas uma taxa de 3% de Acerto Semântico Parcial, contra 20% de Acerto Semântico Total. Estes resultados, mais uma vez, apoiam a interpretação de acordo com a qual a sufixação pleonástica favorece a permuta de afixos dentro daqueles que operam no mesmo padrão genolexical, havendo manutenção do semantismo avaliativo do produto lexical. O mesmo não se verifica na afixação múltipla heterocategorial, em que a elisão e a troca afixais conduzem a alterações nos padrões genolexicais, o que acarreta alterações semânticas em relação às estruturas dos estímulos.

É ainda interessante tecer comentários gerais comparativos entre as pseudopalavras, as palavras avaliativas não frequentes e as formas em *-bil/-al-iza-bil-idade*, tendo em conta que as três categorias são caracterizadas por baixa ou nula frequência e pelo facto de, na tarefa de recordação, as três categorias terem sido maioritariamente classificadas como não aceitáveis em português (pseudopalavras 76%; avaliativas não frequentes 71% e palavras em *-bil/-al-iz(a)-bil-idade* 62%).

Apesar destes pontos de contacto, na tarefa de recordação, as pseudopalavras mereceram tratamento diferente. Assim, ocorreu uma taxa de 75% de Sem Resposta para as pseudopalavras, o que contrasta com a taxa de 5% para as palavras em *-bil/-al-iza-bil-idade* e com a de 3% para lexemas avaliativos não frequentes. Saliente-se que os resultados de

Sem Resposta destas duas últimas categorias lexicais foram equivalentes àqueles obtidos para as palavras neutras (3%).

Esta divergência entre palavras classificadas tendencialmente como não aceitáveis e de carácter não frequente e as pseudopalavras mostra que nas palavras em *-bil/-al-iza-bil-idade* e nas formas avaliativas ocorreu identificação de segmentos morfológicos. Como demonstrado em Rodrigues (em publicação, 2016b), no caso das palavras em *-bil/-al-iza-bil-idade*, os resultados apontam a existência de um efeito de *priming* paradigmático induzido por morfemas identificados no estímulo que ativaram outros ausentes do estímulo, mas associados aos primeiros ao nível do léxico mental. Esta constatação permitiu-nos determinar que a série afixal *-bil/-al-iza-bil-idade* não é detentora de capacidade de construção de padrão, ao contrário de associações invocadas pelo *priming* paradigmático. A identificação de morfemas não ocorreu nas pseudopalavras, construídas *ad hoc* para esta investigação com o cuidado de não conterem segmentos fonológicos susceptíveis de serem interpretados como morfemas derivacionais do português. Tais pseudopalavras podem exemplificar-se com **quirilete*, **vontoco*, **citisco*, **socir*, **pomponipom*, **livivi* ou **fanti*.

6- Conclusões

O presente trabalho permite concluir que o processamento de palavras com afixação múltipla de tipo isocategorial avaliativo beneficia do carácter pleonástico verificável entre as estruturas sufixais que instanciam reiteradamente o mesmo padrão avaliativo. Num estudo sobre o processamento de compostos, Bell & Schäffer (2016:163) demonstram haver uma correlação entre a transparência semântica percebida de um composto e a previsibilidade dos seus constituintes e ainda a previsibilidade da relação entre esses constituintes, condicionadas pela frequência.

Neste trabalho, demonstrámos que palavras não frequentes e, por isso, com baixa previsibilidade apresentam resultados diferentes de acordo com a hétero/isocategorialidade da afixação múltipla em causa. Nas palavras com afixação múltipla isocategorial não frequentes, apesar da baixa frequência e da baixa aceitabilidade por parte dos falantes

nativos, a afixação pleonástica parece compensar as expectáveis baixas previsibilidade, transparência semântica e saliência afixal. A afixação pleonástica suscita um efeito de *priming* no eixo sintagmático, segundo o qual a reiteração de estruturas semânticas instanciadas por sufixos operadores no mesmo padrão genolexical facilita a identificação dos padrões e, logo, a transparência semântica do constructo. Tal não se verifica nas palavras com afixação múltipla heterocategorial, em que a baixa frequência da combinatória afixal, de que está ausente redundância semântico-formal, condicionadora das suas baixa previsibilidade, baixa saliência afixal e baixa transparência semântica, dificulta a identificação dos lexemas.

Neste sentido, a nossa investigação suporta o modelo *multiple-route* de Kuperman et al. (2008, 2009, 2010), segundo o qual o processamento das palavras morfológicamente complexas está dependente de um conglomerado de informações morfológicas fornecidas pelas próprias estruturas morfológicas ao nível do léxico mental.

REFERÊNCIAS

- Baayen, H. 2007. Storage and processing in the mental lexicon. In: G. Jarema & G. Libben (Eds.). *The mental lexicon. Core perspectives*. Amsterdam: Elsevier, 81-104.
- Baayen, H.; Wum, L. H.; Aycocock, J. 2007. Lexical dynamics for low-frequency complex words. A regression study across tasks and modalities. *The mental lexicon*. **2(3)**, 419-463.
- Beauvillain, C. 1987. The integration of morphological and whole-word information during eye-fixations on prefixed and suffixed words. *Journal of Memory and Language*. **35**, 801-820.
- Bell, M. J.; Schäfer, M. 2013. Semantic transparency: challenges for distributional semantics. In: A. Herbelot; R. Zamparelli; G. Boleda (Eds.). *Proceedings of the IWCS 2013 workshop: Towards a formal distributional semantics. Potsdam: Association for Computational Linguistics*, 1-10.
- Bell, M. J.; Schäfer, M. 2016. Modelling semantic transparency. *Morphology*.

26(2), 157-199.

- Bertram, R.; Schreuder, R.; H. Baayen 2000. The balance of storage and computation in morphological processing: the role of word formation type, affixal homonymy, and productivity. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory and Cognition*. **26**, 489-511.
- Burani, C.; Caramazza, A. 1987. Representation and processing of derived words. *Language and Cognitive Processes*. **2**, 217-227.
- Caramazza, A.; Laudanna, A.; Romani, C. 1998. Lexical access and inflectional morphology. *Cognition*. **28**, 297-332.
- Corpus de Referência do Português Contemporâneo* (<http://www.clul.ul.pt/pt/recursos/183-reference-corpus-of-contemporary-portuguese-crpc>)
- Frauenfelder, U. H.; Schreuder, R. 1991. Constraining psycholinguistic models of morphological processing and representation: the role of productivity. In: G. Booij; J. Marle (Eds.). *Yearbook of morphology 1990*. Dordrecht: Kluwer, 165-138.
- Ji, H.; Gagné, C.; Spalding, T. 2011. Benefits and costs of lexical decomposition and semantic integration during the processing of transparent and opaque English compounds. *Journal of Memory and Language*. **65**, 406-430.
- Kuperman, V.; Bertram, R.; Baayen, H. 2008. Morphological dynamics in compound processing. *Language and Cognitive Processes*. **23**, 1089-1132.
- Kuperman, V.; Bertram, R.; Baayen, H. 2010. Processing trade-offs in the reading of Dutch derived words. *Journal of Memory and Language*. **62**, 83-97.
- Kuperman, V.; Schreuder, R.; Bertram, R.; Baayen, H. 2009. Reading polymorphemic Dutch compounds: toward a multiple route of lexical processing. *Journal of Experimental Psychology: Human Perception and Performance*. **35**, 876-895.
- Laudanna, A.; Burani, C. 1995. Distributional properties of derivational affixes: Implications for processing. In: L.B. Feldman (Ed.). *Morphological Aspects of Language Processing: Cross-Linguistic Perspectives*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 345-364.
- Libben, G. 1998. Semantic transparency in the processing of compounds: consequences for representation, processing and impairment. *Brain and Language*. **61**, 30-44.
- Libben, G.; Gibson, M.; Yoon, Y. B.; Sandra, D. 2003. Compound fracture: The role of semantic transparency and morphological headedness. *Brain and*

Language. **84**, 50-64.

Linguatca (<http://www.linguatca.pt>)

Marslen-Wilson, W.; Tyler, L. K.; Waksler, R.; Older, L. 1994. Morphology and meaning in the English mental lexicon. *Psychological Review*. **101(1)**, 3-33.

Niswander-Klement, E.; Pollatsek, A. 2006. The effects of root frequency, word frequency, and length on the processing of prefixed English words during reading. *Memory and Cognition*. **34(3)**, 685-702.

Niswander, E.; Pollatsek, A.; Rayner, K. 2000. The processing of derived and inflected words during reading. *Language and Cognitive Processes*. **15**, 389-420.

Rainer, F. 2005. Constraints on productivity. In: P. Štekauer; R. Lieber (Eds.). *Handbook of word-formation*. Dordrecht: Springer, 335-352.

Rio-Torto, G. 1993. Formação de palavras em português. Aspectos da construção de avaliativos. (Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra). Coimbra.

Rio-Torto, G.; Rodrigues, A. S.; Pereira, I.; Pereira, R.; Ribeiro, S. 2016. *Gramática derivacional do Português*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2.^a edição revista.

Rodrigues, A. S. 2009. Portuguese converted deverbal nouns: constraints on their bases. *Word Structure*. **2**, 69-107.

Rodrigues, A. S. 2014. Causative eventive chains and selection of affixes in Portuguese nominalisations. *Lingue e Linguaggio*. **XIII(1)**, 159-184.

Rodrigues, A. S. 2015. *A gramática do léxico: morfologia derivacional e o léxico mental*. München: Lincom.

Rodrigues, A. S. 2016a. Multiple affixation in Portuguese: structural restrictions and processing conditions. Apresentado ao 17th International Morphology Meeting, 18-21 de fevereiro, 2016, Viena.

Rodrigues, A. S. 2016b. O processamento de lexemas com combinação afixal múltipla no português europeu. Apresentado ao XXXII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, 19-21 de outubro, 2016, Aveiro.

Rodrigues, A. S. (em publicação). Limits on the extension of affixal combination: structural restrictions and processing conditions.

Schreuder, R.; Baayen, H. 1995. Modeling morphological processing. In: L. B. Feldman (Ed.). *Morphological aspects of language processing*. Hillsdale,

- NJ: Erlbaum, V.
- Schreuder, R.; Burani, C.; Baayen, H. 2003. Parsing and semantic opacity. In: E. Assink; D. Sandra (Eds.). *Reading complex words. Cross-language studies*. Dordrecht: Kluwer, 159-189.
- Taft, M.; Forster, K. I. 1976. Lexical storage and retrieval of polymorphemic and polysyllabic words. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*. **15**, 607-620.

O VERBO *EXPLICAR* EM ENUNCIADOS DE TESTES DE AVALIAÇÃO DO ENSINO BÁSICO: ESTUDO DE VALORES SEMÂNTICOS E PRAGMÁTICOS

Sónia Valente Rodrigues

smcvro@gmail.com

Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal)

Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

Isabel Margarida Duarte

iduarte@letras.up.pt

Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal)

Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

Purificação Silvano

puri.msilvano@gmail.com

Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal)

Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

RESUMO. O presente trabalho, que se situa no campo da Linguística Aplicada ao Ensino, dá continuidade a investigação que relaciona análise linguística e textos produzidos em contexto educativo e de formação de professores.

A vertente da investigação que está relacionada com a análise textual de enunciados que constituem instruções de prova para os alunos do ensino básico permitiu destacar, entre outras características, a elevada frequência de uso do verbo *explicar* e os diferentes sentidos associados ao seu emprego, em contexto escolar avaliativo. Alguns desses usos são suscetíveis de criação de mal-entendidos

discursivos e pragmáticos, situação associada frequentemente ao insucesso escolar

O objetivo deste estudo é contribuir para a identificação desses problemas de uso referentes à expressão e à compreensão de enunciados de avaliação construídos com o verbo *explicar*. Para tal, constituiu-se um *corpus* composto por enunciados contendo o verbo *explicar* na instrução, extraídos de testes de avaliação escrita, e pelos textos de resposta a esses enunciados produzidos por professores e produzidos por alunos. Todos os textos (instruções e respostas) pertencem às disciplinas de Matemática, de Físico-Química, de Biologia, de História, de Geografia e de Português, constituindo os testes de avaliação documentos autênticos, utilizados no ano letivo 2014-2015, do Agrupamento de Escolas de Vilela.

O estudo realizado revelou que, para além de haver alguma discrepância entre os valores semânticos e pragmáticos do verbo *explicar* nas diferentes áreas disciplinares, também se verificam diferenças entre a resposta esperada pelos professores e a resposta dada pelos alunos, resultantes de atribuições de significado divergentes ao verbo da instrução.

Esta investigação produziu conclusões relevantes para compreender melhor o problema da falta de compreensão das instruções presentes em instrumentos de avaliação (como testes, fichas ou exames) por parte dos alunos, o que permitirá apontar soluções estrategicamente orientadas para a resolução desse problema.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística educacional, verbos de comando, texto instrucional, avaliação educacional.

ABSTRACT. This works, in the field of Applied Linguistics, carries out a line of research that relates linguistic analysis and texts produced in educational context and of teachers training.

The dimension of this research which analyses evaluation questions in tests for elementary students enabled us to highlight, among other features, the high frequency of the use of the verb *explicar* ('explain') and its several meanings in an evaluation school context. Some of these uses lead to discursive and pragmatic misunderstandings, situation which is frequently associated to school failure.

The objective of this study is to contribute to the identification of these use problems regarding the expression and comprehension of evaluation questions built with the verb *explicar*. To achieve this aim, we built a corpus with evaluation questions using the verb *explicar*, extracted from written evaluation tests, and with the answers given by teachers and students. All the texts are from the following subjects: Maths, Chemistry and Physics, History, Geography and Portuguese, and they are authentic documents, used during the school year 2014-2015, in Agrupamento de Escola de Vilela.

The study revealed that, in addition to the presence of some discrepancy between the semantic and pragmatic values of the verb *explicar* in the different school subjects, there are differences between the answers expected by the teachers and the ones given by the students, because of the different meanings attributed to the verb of the instruction.

This research produced relevant conclusions to better understand the problem of incomprehension of instructions in evaluation tools (like tests, worksheets or exams) by students, which will allow proposing some solutions strategically oriented to solve this problem.

KEYWORDS: Educational linguistics, command verbs, instructional text, educational evaluation.

1 – Introdução

O presente trabalho situa-se no campo da Linguística Aplicada ao Ensino, dando continuidade a investigação que relaciona análise linguística e textos de âmbito educativo, como os produzidos no campo da formação de professores (cf. Rodrigues e Silvano 2015, Silva *et al.* 2016, Duarte e Pinto 2015, Duarte e Rodrigues 2014, Duarte e Rodrigues 2016, Marques e Duarte 2016, e.o.) e no da atividade pedagógica, como testes de avaliação de aprendizagens, por exemplo (Duarte, Rodrigues, Machado, Guedes e Toriz 2016).

No processo de ensino e aprendizagem, o teste é um dos instrumentos mais recorrentes para a avaliação de aprendizagens escolares. Permite «recolher informação sobre o aproveitamento dos alunos/formandos quanto às capacidades desenvolvidas e aos conhecimentos adquiridos numa perspetiva do seu desempenho máximo e não do desempenho típico, isto é, do que habitualmente vão demonstrando e revelando saber.» (Neves & Ferreira 2015: 82).

Este instrumento de avaliação integra o conjunto das provas de «papel e lápis», «em que os alunos/formandos produzem respostas escritas a itens apresentados por escrito» (Neves & Ferreira 2015:52). Por outras palavras, entre o professor e os alunos é estabelecida a comunicação por meio de texto escrito funcionando o teste como objeto comunicativo, isto é, «portador de uma determinada intenção», com uma configuração de elementos (verbais ou verbo-icónicos) pensada em função dessa intenção» (Amor 1999).

Esta propriedade postula

“uma competência linguística e textual específica, por parte de professores e alunos, destinadores e destinatários de um tipo de textos altamente padronizado – os testes/ provas de avaliação, nas variantes conhecidas – cujas regras de codificação ambos devem dominar, no exercício dos seus distintos papéis, ainda que tais regras não cheguem a constituir, em si, objecto de estudo; a linguagem da avaliação constitui um subsistema da linguagem instrucional que também se pressupõe, de parte a parte, como adquirido, o que nem sempre se verifica.” (Amor 1999)

Essa competência linguística e textual específica assenta em diversos conhecimentos relacionados com a situação de comunicação concreta que se instaura por meio do teste. Para a sua compreensão cabal, importa estabelecer as principais coordenadas.

As perguntas ou instruções dos testes de avaliação correspondem a atos diretivos ou injuntivos, que, segundo Searle (1969), se caracterizam como aqueles em que o locutor procura conseguir uma atuação futura do seu interlocutor. No caso dos enunciados, típicos atos injuntivos, o professor indica o que o aluno tem de fazer, que comportamento terá de ser o seu, geralmente através de um imperativo (se o trata por tu: “seleciona”) ou por um conjuntivo com valor imperativo (se o trata na 3.^a pessoa: “indique”). Os verbos utilizados para a instrução são, normalmente, transitivos diretos, como os dos exemplos (1) e (2).

- (1) Nas questões 1 a 6, seleciona a opção que permite obter uma afirmação correta. (CN7_doc01)
- (2) Indique o tipo de metamorfismo representado no esquema da figura 1. (CN7_doc02).

O enunciado das perguntas tem, por vezes, recomendações, pistas, sobretudo se a resposta esperada é mais extensa e uma sequência composta, como em (3), (4) e (5). Tais recomendações, que são ainda atos diretivos, usam com frequência a modalidade deôntica, em fórmulas como: “deves dar exemplos”, “terás de ter em conta o plano já feito”, “não deves ultrapassar 150 palavras”, “não te esqueças de justificar a tua opinião”, por

exemplo. Os tópicos que o docente adianta e que devem ser tidos em conta, como conselho, podem vir enumerados no infinitivo: “não se esqueça de: fazer um plano para anexar ao texto; reler o que escreveu tendo em conta a lista de verificação anexa; ler a resposta em voz alta”, etc. Podem ser formulados, ainda, na forma de uma enumeração de itens, como em (4). Alguns pressupostos a serem tidos em conta completam, então, o discurso injuntivo (3) a (5):

- (3) A partir da análise da figura seguinte, descreve o processo de formação desta estrutura vulcânica. (CN7_doc15).
- (4) O gráfico apresenta a variação da temperatura de uma determinada quantidade de água durante o seu aquecimento.
Elabore um pequeno texto onde refira:
 - o intervalo de tempo no qual a água se encontra no estado líquido;
 - a temperatura à qual é possível encontrar a água no estado líquido e sólido ao mesmo tempo;
 - as razões que permitem concluir que se trata de uma amostra de água pura (substância). (FQ7_doc3).
- (5) Nós vivemos no sistema solar.
Escreve um pequeno texto onde indiques:
 - a localização da Terra no Universo, indicando o modo como os corpos celestes se organizam;
 - qual é a nossa galáxia, a sua forma e a localização do Sol nela;
 - como se tornou possível o conhecimento do Sistema Solar e do Universo. (FQ7_doc11).

A resposta elaborada pelo aluno é determinada pela necessidade de produzir prova de conhecimento sobre o que é mencionado na pergunta do professor como objeto de avaliação. Neste contexto, a resposta tem por função que o aluno prove que domina as aprendizagens requeridas (compreensão de um conceito, de uma teoria, de um sistema; capacidade de explicação, de relação, de síntese; entre outras). O texto que o aluno redige como resposta a uma pergunta ou instrução do professor apresenta globalmente uma configuração expositiva-explicativa, que Moirand

associa a uma “estrutura de três actantes, dos quais dois são animados (A explica algo a B)” (Moirand 2005: 231). Nos testes, porém, a assimetria de conhecimentos não coincide com a que caracteriza a sequência típica: nas respostas, B (o aluno) explica a A (o professor) algo que A conhece melhor do que B, para provar a A que compreende e pode reproduzir ou fazer algo com a relação (causal, funcional, intencional) entre fenómenos (*definir, classificar, sintetizar, analisar, mencionar, ...*).

Neste contexto, a interpretação da instrução significa, entre outros aspetos, reconhecer o significado adequado dos termos que, num dado item, dá uma instrução clara acerca do comportamento cognitivo-discursivo esperado. Num estudo realizado em 2016, Duarte, Rodrigues, Machado, Guedes & Toriz contabilizaram quarenta e três termos utilizados no conjunto de três disciplinas curriculares¹. Estes termos próprios da linguagem instrucional dos testes de avaliação escolar articulam-se com os objetivos de aprendizagem que orientam o processo pedagógico-didático. Na atividade de planificação e de avaliação escolares, são consensualmente aceites os quadros taxonómicos que referem, através de termos operacionais, comportamentos e operações cognitivas e discursivas de diversos níveis de complexidade associados ao desenvolvimento global dos alunos. Uma taxonomia funciona como um quadro referencial que permite aos agentes de ensino explicitar os objetivos de aprendizagem organizando-os de modo a que sejam mais facilmente compreendidos por todos e a que sejam implementados de modo mais eficaz. A avaliação das aprendizagens adquiridas pelos alunos é também apoiada no quadro taxonómico. O grau de dificuldade de um teste de avaliação pode ser aferido com base, por exemplo, no tipo de operações cognitivas e discursivas que são requeridas aos alunos.

¹ Os termos, ou expressões equivalentes, identificados foram os seguintes: *Selecciona, Indica, Faz corresponder, Refere, Explica, Dá exemplo, Classifica, Apresenta, Legenda, Identifica, Justifica, Distingue, Corrige, Compara, Comenta, Caracteriza, Menciona, Organiza, Atribui, Completa, Assinala, Determina, Estabelece, Ordena, Relaciona, Descreve, Exprime, Associa, Converte, Escreve, Calcula, Elabora, Determina, Copia, Define, Efetua, Interpreta, Marca, Mostra, Preenche, Representa, Simplifica, Traduz.*

Na divulgação das taxonomias educativas, é usual o recurso a listas de verbos que são usados para explicitar os objetivos de aprendizagem (no processo de planificação do ensino-aprendizagem) e para medir o grau de consecução desses objetivos pelos alunos (no processo de avaliação e de certificação de aprendizagens). São esses os verbos preferencialmente usados como comando na construção de itens de testes de avaliação.

Cada item de teste corresponde a um enunciado que contém uma pergunta, uma questão ou uma instrução à qual é atribuída uma pontuação. São itens de teste, por exemplo, um espaço em branco num item de completamento, uma questão de escolha-múltipla com as três ou quatro opções, uma frase para transformação gramatical ou uma questão para elaboração de resposta longa. Nos itens de construção, que pressupõem da parte do aluno a redação de uma resposta mais ou menos extensa, a instrução é expressa por um verbo, conjugado no modo imperativo (quando a forma de tratamento do aluno é a 2.^a pessoa do singular) ou no presente do conjuntivo (quando a forma de tratamento é a 3.^a pessoa do singular), e por uma expressão nominal (sobre que recai a indicação do conteúdo ou conhecimento que é objeto de avaliação). Para que a resposta obtenha a pontuação máxima atribuída a cada item, o aluno deve possuir uma competência linguística segura não só para interpretar a instrução, isto é, inferir a intenção específica do enunciado em causa, selecionar os dados adequados para a composição da resposta e organizar textualmente a resposta a redigir de modo a tornar evidente ao professor os seus conhecimentos e capacidades.

Verifica-se, contudo, que nem sempre as palavras-chave ou as expressões centrais da instrução significam o que se pretende que, em termos educacionais, elas signifiquem. Uma leitura apressada dos itens, com a atenção focalizada exclusivamente no verbo de comando (‘calcula’, ‘determina’, ‘relaciona’, ‘explica’, ‘justifica’), gera respostas erradas, imprecisas ou desviantes do foco da avaliação. Determinados verbos, por si só, parecem apontar para sentidos que uma análise mais aturada não valida. Um dos verbos particularmente problemático neste contexto é o *explicar*.

Numa das taxonomias mais utilizada em contexto educativo, a taxonomia do domínio cognitivo de Bloom², *explicar* é um dos verbos da lista exemplificativa de comportamentos e operações cognitivas a desenvolver no processo de ensino-aprendizagem e, consequentemente, a monitorizar através de diferentes técnicas e instrumentos de avaliação de aprendizagens. De acordo com esse referencial, a capacidade de *explicação* torna-se evidente quando o aluno consegue estabelecer uma relação de causa-efeito numa dada cadeia de eventos, como se comprova pela passagem a seguir transcrita:

Explaining occurs when a student is able to construct and use a cause-and-effect model of a system. The model may be derived from a formal theory (as is often the case in the natural sciences) or may be grounded in research or experience (as is often the case in the social sciences and humanities). A complete explanation involves constructing a cause-and-effect model, including each major part in a system or each major event in the chain, and using the model to determine how a change in one part of the system or one “link” in the chain affects a change in another part. An alternative term for explaining is constructing a model. (Anderson *et al.* 2014: 75-76)

Verifica-se, contudo, que este valor de *explicar*, validado para o contexto educativo pela taxonomia de Bloom, constitui uma especificação, quando comparado com a diversidade de aceções que este verbo alberga. Uma pesquisa lexicográfica e uma averiguação dos principais usos orais do verbo *explicar* apontam para uma larga variedade de contextos e de significados, como se pode verificar por alguns dados obtidos.

A consulta das aceções atestadas nos principais dicionários de português aponta justamente para aceções tão diversas como:

² A taxonomia de objetivos educacionais mais amplamente difundida, em contexto escolar, é a de Bloom, relacionada com a dimensão cognitiva da aprendizagem. Essa taxonomia, publicada pela primeira vez em 1952 e revista em 2001, preconiza diferentes categorias e processos cognitivos, organizados de acordo com um critério hierárquico de complexidade crescente.

- a) v. *tr.* dar a explicação de; tornar inteligível; interpretar; comentar; explanar; exprimir; declarar; justificar; leccionar a respeito de; *refl.* falar com clareza; (*pop.*) esportular; pagar. (Do lat. *explicāre*, «desdobrar; explicar»). (*Porto Editora*, 7.^a ed., 1994)
- b) v. (Do lat. *explicāre* ‘desdobrar’). **1.** Tornar ou tornar-se maior e mais largo; tomar dimensões maiores. = DESENVOLVER, DISTENDER, ESPALMAR. **2.** Caracterizar os detalhes, os pormenores, as especificidades..., de uma matéria, questão com a finalidade de tornar inteligível, passível de entendimento, compreensão... *Explicar a matéria. Explicar a situação.* **3.** Fazer saber uma necessidade...; dar a conhecer uma vontade. = AFIRMAR, EXPRESSAR, EXPRIMIR. **4.** Expor as razões, os motivos, as motivações; apresentar justificação. *Não precisa de me explicar porque chegou atrasado. Explicou que tinha perdido o avião.* **5.** Tornar ou tornar-se claro, evidente. = DESVENDAR. *Explicar um mistério. O enigma, por fim, explicou-se.* **6.** +-se. Dar a conhecer a sua convicção, opinião, pensamento sobre uma temática. *Não sei se me explico.* **7.** +-se. Fazer uma retribuição financeira em troca de um serviço. = PAGAR. (*Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Academia das Ciências de Lisboa);
- c) [Do lat. *explicare*.] *V. t. d.* **1.** Tornar inteligível ou claro o que é ambíguo ou obscuro: *Explicou o sentido daquelas estranhas palavras.* **2.** Ajuizar da intenção, do sentido de; interpretar: *explicar os textos bíblicos.* **3.** Justificar, desculpar: *Nenhuma razão explica a deslealdade.* **4.** Dar explicação (2) a, lecionar, ensinar: *explicar português.* **5.** Expressar, manifestar, significar: *Impossível explicar o que sentia.* **6.** Entender, compreender. *T. d. e i.* **7.** Expor, explanar, desenvolver: “E Rubião explicou aos novatos a alusão ao filósofo, e a razão do nome do cão” (Machado de Assis, *Quincas Borba*, p. 225). **8.** Dar a conhecer a origem ou o motivo de. *Int.* **9.** Dar explicação ou justificação; justificar(-se): “Nunca explicar. Silenciar.” (Iolanda Jordão, *Poesias*, p. 135). *P.* **10.** Exprimir-se, expressar-se. **11.** Dar razão das suas ações ou palavras; dar satisfação ou explicações. **12.** *Bras. Gír.* Pagar uma dívida; remunerar um serviço. [Conjug.: v. *trancar*.] (*Dicionário de Língua Portuguesa*, Aurélio Buarque de Holanda)

- d) *v. t.* 1 tornar inteligível; 2 dar os pormenores; explanar; 3 exprimir; declarar; 4 dar as razões; justificar; 5 leccionar a respeito de; dar explicações a; *v. refl.* 1 justificar as suas acções; 2 falar com clareza; 3 pagar; Do latim *explicāre*, «desdobrar; explicar» (Dicionário *Houaiss*)
- e) *v. t.* Distender, espalmar, desenvolver.|| Fazer compreender uma coisa desenvolvendo-a pormenorizadamente; expor, desenvolver, explanar.|| Dar a conhecer a origem ou motivo de (alguma coisa difícil de conceber ou cuja razão ignoramos).|| Especialmente, dar lições particulares a estudantes; dar explicações. || Interpretar, comentar.|| Justificar. || Entender, compreender.|| **E.-se**, *v. r.* Dar a conhecer o seu pensamento, fazer-se compreender. (Dicionário *Morais*)

A pesquisa numa base de dados que inclui o português europeu e o português do Brasil, como o *corpusdoportuguês* de Davies & Ferreira, dá-nos a informação de que é na oralidade que *explicar* é mais frequente.

Corpus do Português: Gênero/Histórico									
PESQUISAR				GRÁFICO	CONTEXTO	AJUDA			
s14	0	1.8	0.00						
s15	1	2.8	0.35						
s16	48	4.3	11.08						
s17	56	3.3	17.11						
s18	146	2.2	66.68						
s19	495	9.7	50.84						
s20	1,149	20.3	56.70						
PORT	551	10.2	53.94						
BRAS	598	10.0	59.51						
ACAD	227	5.8	39.45						
NOTIC	353	6.5	54.40						
FIC	396	5.9	66.69						
ORAL	173	2.1	83.04						
TOTAL	4,193								CLIQUE PARA VER TODAS AS OCORRÊNCIAS

QUADRO 1 – *Explicar* no *corpus do português* de Davies & Ferreira

A análise de alguns usos de *explicar* em contextos de oralidade informal corrobora a diversidade de significados, já referida. A pesquisa no C-ORAL-ROM resultou num total de 64 ocorrências, distribuídas do seguinte modo: 47 de *explicar*; 11 de *explicou*; 3 de *expliquei*; 2 de *explique*; 1 de *explicamos*.

Nas ocorrências analisadas, *explicar* é usado como sinónimo de “verbalizar”, “categorizar” e “selecionar”, como se ilustra de seguida.

(1) PDR – ah/e depois havia aquela personagem /que andava em
marcação /cerrada comigo /o Ça Va /

NUN- o Ça Va// que achou que eu tinha sido um pouco + hum /não
sei como é que hei-de **explicar** //

NUN- hhh

PDR estava a achar que ele estava a meter gente a mais / no nosso
quarto //

NUN - hhh

PDR - e ele não deve ter achado /piada /eu estar a questionar a /

NUN - hum

PDR - competência do homem /não é /no meio hoteleiro /

[pfammn18]

Explicar usa-se também com o significado de “justificar”, de “dizer por que motivo” aconteceu um dado facto, por exemplo, numa interação judicial, como se pode ver na transcrição seguinte:

(2) JUI – pronto/faça o favor de entrar esta testemunha //ou chame
esta testemunha //

FUN - Josefa Alves Serdoura//

JUI- bom dia //

JOS - bom dia //

JUI- deixe estar //era para lhe **explicar** /a sua presença aqui neste
tribunal /foi requerida /pela companhia de seguros/ [...] /e vinha
prestar testemunho /relativamente à matéria destes autos //neste
momento /a companhia de seguros /entende não poder ouvi-la/ pelo
que a senhora foi prescindida //

[pnatla01]

Com significados recorrentes na escola, vemos os exemplos (3), que relata, aliás, experiências de uma professora. Neste caso, *explicar* significa ‘dizer de outra forma parafraseando’:

(3) ELI - e a criança /portanto /eh /ia /para um mundo /que começava a abrir /para ele /diferente// portanto /ia começar a saber /dizer /por exemplo /uma palavra /em português /e outra no seu quimbundo// nós tínhamos que **explicar** também //saber /qualquer coisa deles / [pfamdl19]

Nos vários exemplos da conversa seguinte, *explicar* significa *dizer como é*, em outra língua: usar outra língua (gestos, sons) para traduzir; fazer compreender, empregando uma língua ou um código diferente:

(4) SRA - uma vez /para tentarmos perceber uma ementa /num restaurante /a moça fez /gestos/ desenhos /sons/ enfim ...

NUN - hhh

SRA - foi /qualquer coisa de fantástico hhh /para se **explicar** o que é que estava hhh lá escrito /e que nós não fazíamos a mínima ideia / como se deve imaginar

SRA - desde ir buscar à cozinha /ah /as especiarias ou os ingredientes para nos mostrar e **explicar** o que era hhh/

NUN- hhh

SRA - para nos **explicar** o que era uma vaca /houve sons /houve gestos //

SRA - depois dissemos/ que não percebíamos nada /e também já estávamos cheios //não queríamos nada //até que ela disse /que havia lá uma /que era mesmo boa //não nos conseguiu **explicar** o que era /mas disse que era /o melhor que tinha /então a gente resolveu pedir uma /para provar entre todos //

SRA - queríamos /experimentar comida /eslovaca/ típica //e perguntámos a uns /polícias /porque ninguém nos percebia //estavam lá uns polícias que finalmente nos conseguiram **explicar** /onde é que havia //

SRA -tinha uma menina simpática/ que nos fazia gestos para **explicar** a ementa /

[pfammn08]

Explicar pode significar também *identificar uma entidade, atribuir referência, dizer o significado de uma palavra desconhecida*³:

(5) ACV - as senhoras podem estar a querer saber/ e pode pensar que é mentira/ mas eu se fosse a qualquer lado /tinham que me **explicar** /como é que era isso da caralhota//

LSC - hhh

ACX - hhh

ACV - que eu não gostava de ouvir

ACV - e eu dizia assim / “ai minha senhora /diga-me lá /mas porque é que isto é uma caralhota” ?

LSC - claro //

ACV - eu /ficava-me aquilo cá a roer //e ela

LSC - hhh

ACV - **explicava**-me /e depois eu então ali acalmava //porque eu não gostava de ouvir //

ACV - nós fazemos que não disse //”não é /é uma caralhota” //nós **explicamos** como é //pessoas que não sabem /não é /

ACX - claro

ACV - ele estava aqui /e pediu //

[pf0248pu]

Tendo em conta que a intenção subjacente ao uso de *explicar*, em contexto educativo, opera uma especificação semântica deste verbo, em comparação com a diversidade de aceções que ele contém, há, pelo menos, dois problemas que importa investigar.

1 – Os itens de testes construídos com o verbo *explicar* como comando ativam a especificação semântica assumida pelos quadros taxinómicos para o contexto educativo?

2 – Nos itens de testes construídos com o verbo *explicar* como comando, quais os elementos linguísticos que concorrem para a interpretação adequada da tarefa a executar?

³ As ocorrências de (5), do C-ORAL-ROM são do Português Fundamental, de 1970.

A resolução destes problemas tem repercussão, pelo menos, a dois níveis: (i) esclarece os significados associados ao emprego do verbo *explicar* em situação de avaliação, mostrando o grau de proximidade e/ou de distanciamento em relação à especificação semântica assumida nas taxonomias educativas; (ii) identifica os elementos linguísticos a que importa atender nas instruções construídas com o verbo *explicar* para que a tarefa a realizar pelos alunos seja uma explicação escrita de algo dentro de um dado sistema ou de um fenómeno estabelecendo uma relação de causa-efeito entre diferentes eventos.

Estabeleceram-se, portanto, os seguintes objetivos para a pesquisa:

- (i) identificar regularidades na construção de itens de teste com o verbo *explicar*.
- (ii) conhecer as aceções habitualmente associadas ao verbo *explicar* nos itens de testes de avaliação escolar;
- (iii) esclarecer o contexto sintático que, nos itens de testes de avaliação escolar, concorre para a interpretação adequada da tarefa associada ao verbo *explicar* como comando;
- (iv) sistematizar as operações avaliadas por instruções construídas com o verbo *explicar* em função das propriedades de sintaxe-semântica e pragmática dos enunciados em que são vazadas.

Para a consecução destes objetivos, foi realizado o estudo que a seguir se descreve.

2 – Estudo

2.1 – Corpus

O objeto deste estudo foram os itens de testes utilizados em contexto escolar para avaliação das aprendizagens dos alunos, construídos com o verbo *explicar* como comando da instrução. O *corpus* principal (*corpus* 1) integrou 47 itens extraídos de testes utilizados em turmas do 7.º ano de escolaridade, numa escola pública do distrito do Porto, no ano 2014/2015, nas seguintes disciplinas: Ciências Naturais, Físico-Química,

Geografia, História, Matemática e Português. Foi ainda constituído um *corpus* secundário (*corpus* 2) com as respostas redigidas por 5 professores de Ciências Naturais às instruções com verbo *explicar* desta disciplina curricular, extraídas do *corpus* 1.

O facto de se ter optado por construir o *corpus* a partir de documentos autênticos teve como consequência a existência de enunciados repetidos, uma vez que é prática escolar comum a aplicação de testes semelhantes a diferentes turmas.

2.2 – Procedimentos

A investigação integrou os procedimentos a seguir descritos:

- análise dos itens de testes de avaliação para identificação dos constituintes sintáticos seleccionados pelo verbo *explicar* nesse contexto (*corpus* 1);
- análise das relações retóricas dos textos de resposta (*corpus* 2) na vertente da sua relação com os itens de testes de avaliação (*corpus* 1) e na da sua organização textual interna.

2.3 – Quadro de análise

2.3.1 – Para a caracterização sintática dos enunciados que contêm as instruções construídas com o verbo *explicar* como comando de instrução de avaliação foram utilizadas gramáticas do Português (Mateus *et al.* 2003; Raposo *et al.* 2013...).

2.3.2 – Para a determinação das diferentes operações cognitivas (relembrar, compreender, aplicar, analisar, avaliar, criar) e atividades discursivas (identificação, ativação, interpretação, exemplificação, classificação, comparação, explicação, implementação, etc.), geradas pelo verbo *explicar* como comando em instruções de avaliação educativa de diversas disciplinas curriculares foi utilizada a taxonomia de Bloom.

2.3.3 – Para a análise das propriedades pragmáticas associadas à avaliação das aprendizagens de enunciados com o verbo *explicar* foi

utilizado o quadro taxonómico bidimensional de objetivos de aprendizagem (Anderson & Krathwohl 2001)

2.3.4 – Para realizar análise das propriedades semântico-pragmáticas dos enunciados com o verbo *explicar* como comando, usámos *Segmented Discourse Representation Theory* (SDRT), de Asher & Lascarides (2003). Neste enquadramento teórico, a organização textual é estabelecida por meio de continuidades, concretizadas por uma série de relações retóricas que se estabelecem entre as unidades discursivas, i.e., relações de sentido que ligam os constituintes e que são inferidas pelo leitor com base em fontes de informação, designadamente a semântica lexical e composicional. Com base neste modelo teórico é possível descrever os processos decorrentes da tomada de decisão de quem produz o texto, tendo em conta que o texto é encarado como uma formação resultante de uma estratégia comunicativa ou pragmática.

O segmento discursivo objeto de análise deste trabalho corresponde a um diálogo ainda que deferido/ em ausência, apresentando, portanto, características retóricas diferentes dos segmentos discursivos em que surge apenas um locutor, como se pode ver no quadro 2.

Instrução	Cenários de resposta
31. Explique o que entende por rocha sedimentar. (E12)	A – As rochas sedimentares abrangem um leque muito diversificados de litologias tendo todas em comum o facto de se formarem à superfície. Estas rochas podem ser resultantes de detritos de rochas pré-existentes, que foram meteorizadas e erodidas, a partir da precipitação de substâncias dissolvidas na água ou pela acumulação de restos ou estruturas formadas por seres vivos. B – Rochas sedimentares são rochas que se formam a partir de restos ou sedimentos vindos de outras rochas, seres vivos ou substâncias químicas dissolvidas na água.
32. Explique o que entende por rocha magmática. (E12)	A – Rocha magmática é qualquer litologia que resulte da consolidação de uma mistura de materiais silicatados no estado fundido, ou seja, de um magma. Esta consolidação pode ocorrer em profundidade ou à superfície. B – Rocha magmática é uma rocha que se forma a partir da solidificação do magma.
21. Explica como se formou a lagoa [da ilha de S. Miguel nos Açores]. (E5)	A – A Lagoa corresponde a uma caldeira de subsidência. Estas estruturas geológicas formam-se depois da ocorrência de uma erupção de tal forma violenta que esvazia a câmara magmática totalmente. Desta forma, o cone vulcânico fica sem base de sustentação pelo que se dá o seu colapso. B – A lagoa formou-se quando a cratera vulcânica de um vulcão, após vários anos de inatividade e sujeito aos fatores erosivos do meio, cedeu e, juntamente com parte do cone vulcânico, desabou. Posteriormente, neste local, ao longo dos tempos, foi-se acumulando a água da chuva, formando a lagoa.

QUADRO 2 – Exemplos de pares pergunta-resposta na disciplina Ciências da Natureza

Nestes contextos, para além da consideração as relações retóricas ao nível do conteúdo (como a Elaboração) ou ao nível da organização textual (e.g. Paralelismo), é necessário ter em conta um outro grupo de relações retóricas cuja semântica envolve o estado cognitivo dos participantes do discurso, na medida em que estas descrevem a interação entre as crenças e as intenções, por um lado, e o conteúdo do discurso, por outro lado (cf. Asher & Lascarides 2003: 293).

Algumas das relações retóricas em diálogos que serão usadas na nossa análise (cf. Asher & Lascarides 2003, Lascarides & Asher 2008; Asher & Lascarides 2013), estão sistematizadas no quadro 3.

Relações retóricas ao nível cognitivo		
Relações retóricas	Definição	Exemplos
PQRI (Par questão-resposta indireta)	$PQRI(\alpha, \beta)$ - K_α é uma questão e K_β tem informação suficiente de tal modo que quando é acrescentada às crenças do inquiridor, ele interpreta-a como uma resposta direta.	P(rosecutor): Do you have any bank accounts in Swiss banks, Mr. Bronston? B(ronston): No, sir. P: Have you ever? B: The company had an account there for about six months, in Zurich. (Asher & Lascarides 2013: 2)
PQRP (Par questão-resposta parcial)	$PQRP(\alpha, \beta)$ - K_α é uma questão e, quando as crenças de $S(\alpha)$ são aumentadas com K_β , ele pode inferir que pelo menos uma resposta direta possível a K_α é falsa, mas não consegue obter uma resposta direta verdadeira.	A: Who's coming to the party? B: Well, I know Mary isn't coming. (Asher & Lascarides 2003: 468)
PQR (Par questão-resposta)	$PQR(\alpha, \beta)$ - K_α é uma questão e K_β é uma resposta direta à questão.	A: Onde fica a FLUP? B: Fica no Campo Alegre.
FIS (Falta de informação suficiente)	$FIS(\alpha, \beta)$ - K_β implica que $S(\beta)$ não sabe a resposta à questão K_β .	A: Onde fica a FLUP? B: Não sei.
Elaboração-Plano	Elaboração-Plano(α, β) - K_β fornece informação que desenvolve um plano para atingir o objetivo relacionado com o ato de fala de $S(\alpha)$.	A: Eu quero apanhar o comboio das 11:00. B: Vai sair da linha 1.

QUADRO 3 – Relações retóricas ao nível cognitivo

Estas são as relações retóricas que nos permitem analisar os segmentos pares pergunta-resposta. Assim, uma resposta só teria a cotação completa se o argumento que constitui a resposta se ligasse ao segmento da questão por PQR. A análise destas RR permite verificar em parte se o objetivo relacionado com o ato da fala do segmento da questão é, ou não, atingido.

Um terceiro parâmetro da nossa análise foi verificar qual a relação semântica e pragmática entre a instrução, construída pelo professor, e a resposta que ele esperaria que fosse dado pelo aluno. Este procedimento é fundamental para entendermos o significado que o professor atribui ao verbo *explicar* na instrução dada, e que espera que o aluno também atribua.

3 – Resultados

3.1 – Dados relativos à construção sintática da instrução

Os enunciados construídos com o verbo de comando *explicar* têm configurações sintáticas diferentes, de acordo com os resultados a seguir apresentados.

Em 47 itens de testes,

- 35 são constituídos por *Explica* + complemento direto;
- 12 apresentam outra estrutura.

Nestes 12 itens que apresentam uma estrutura sintática alternativa ao *Explica* + complemento direto, ocorrem as seguintes especificações:

1. SPrep sobre o modo como o aluno deve responder [”por palavras tuas” / “suas” (E7 [P7_doc06] e E10 [CN7_doc13]), “à tua escolha” (E9 [CN7_doc11]), “num pequeno texto” (E6 [FQ7_doc012]), “da forma mais completa possível” (E3 [H7_doc03]), “de forma completa” (E7 [H7_doc05], E8 [H7_doc06] e E9 [H7_doc06])];

2. oração subordinada gerundiva, que serve para especificar o âmbito da tarefa, restringindo-a, o que funciona como facilitador, pois guia o procedimento de resposta [“tendo por base os documentos” (E7 [H7_doc05], E8 [H7_doc06] e E9 [H7_doc06]), “recorrendo ao

conteúdo da última estrofe” (E1 [P7_doc02]), “tendo em atenção o sonho” (E11 [P7_doc15]);

3. oração subordinada gerundiva, que, embora pareça apontar para especificações, configura, afinal, uma nova tarefa acrescentada ao *Explica*, o que, a nosso ver, complexifica demasiado a instrução, por haver duas tarefas numa mesma questão. Vejam-se os exemplos seguintes:

- a) Explica a referida teoria, referindo também qual o mecanismo (E8 [CN7_doc11]);
- b) Explica esses movimentos, referindo-te às diferenças de temperatura (E6 [FQ7_doc012]);
- c) Explica se o nome é adequado, justificando com citações do texto (E10 [P7_doc08]).

Relativamente aos 35 itens de teste construídos com *Explica* + complemento direto, verificou-se que os constituintes sintáticos com função de complemento ocorriam quer com sintagmas nominais, quer com orações subordinadas. Os casos detetados de sintagma nominal com função de complemento direto possuem como núcleo os nomes a seguir destacados:

- “a importância de” (E2 [CN7_doc01]; E1 [G7_doc01]; E5 [G7_doc08]);
- “a teoria X” (E8 [CN7_doc11]);
- “um [dos 3 tipos de limites]” (E9 [CN7_doc11]);
- “o significado de” (E4 [FQ7_doc012]; E6 [CN7_doc08]);
- “o sentido da expressão X” (E3 [P7_doc05]; E5 [P7_doc05]; E9 [P7_doc08]);
- “a frase X” (E3 [H7_doc03]; E7 [H7_doc05]; E8 [H7_doc06]; E9 [H7_doc06]; E10 [H7_doc07]; E11 [H7_doc08]; E12 [H7_doc06]);
- “estes movimentos” (E6 [FQ7_doc012])⁴;

⁴ Por vezes, uma forma de perguntar quase equivalente é, no entanto, um pouco mais explícita quanto ao que se pretende. É o caso de “Explica esses movimentos” (E6 [FQ7_doc012]) e “Explica a que se devem esses movimentos da água” (E1 [FQ7_doc08] e E7 [FQ7_doc012]).

- “a legenda” (E2 [G7_doc01]);
- “a influência” (E3 [G7_doc04]);
- “o processo” (E4 [G7_doc06]);
- “o teu raciocínio” (E1 [M7_doc10]);
- “a opinião” (E7 [P7_doc06]);
- “a [uma relação de cumplicidade]” (E1 [P7_doc02]);
- “o motivo” (E11 [P7_doc15]).

Nos restantes casos de constituinte sintático com função de complemento direto de *explicar*, identificaram-se as orações subordinadas a seguir elencadas:

- “se o nome é adequado...” (E10 [P7_doc08]);
- “se este título é adequado ao texto...” (E2 [P7_doc05]);
- “como varia a idade dos fundos oceânicos com a diminuição das...” (E1 [CN7_doc01]);
- “como as alterações climáticas [...] conduziram...” (E1 [H7_doc01]; E2 [H7_doc02]);
- “por que razão...” (E3 [CN7_doc05]; E7 [CN7_doc09]; E2 [FQ7_doc010]; E3 [FQ7_doc011]);
- “porque é que...” (E4 [H7_doc03]; E5 [H7_doc04]; E6 [H7_doc04]);
- “o que entende por rocha magmática / sedimentar...” (E11 [CN7_doc13]; E10 [CN7_doc13]);
- “qual a diferença entre...” (E5 [FQ7_doc012]);
- “como se formou a lagoa...” (E5 [CN7_doc07]);
- “a que se devem esses movimentos...” (E1 [FQ7_doc08]; E7 [FQ7_doc012]);
- “o que são piroclastos...” (E4 [CN7_doc07]);
- “em que medida essa contribuição tende a ser negativa no futuro...” (E8 [P7_doc07]).

Ao analisar os diferentes SN, pudemos verificar que, quando se pede ao aluno que explique, se lhe está a pedir, por vezes, apenas que parafraseie, que diga, por palavras suas, aquilo que compreendeu. É o que

acontece com os exemplos seguintes: *explicar o significado de x, o sentido de uma expressão* ou *explicar uma frase transcrita na pergunta*. Em todos estes exemplos, pressupõe-se que se explicita o que se compreende. Ou seja, por vezes, testamos, na verdade, se o aluno é capaz de dar conta do que compreendeu. Se a frase a explicar é muito objetiva, na verdade o item equivale a pedir ao aluno que diga que conhecimentos foram adquiridos acerca de um dado tema, como no exemplo “Explica a frase: ‘O Faraó tinha um poder teocrático ou sacralizado e absoluto’” (E12 [H7_doc06]).

Já do elenco das orações subordinadas que são complemento direto de *explica*, podemos também perceber que, às vezes, este verbo requer uma definição, como nos exemplos:

- “Explique o que entende por rocha magmática.” (E11 [CN7_doc13]);
- “Explica o que são piroclastos.” (E4 [CN7_doc07].

Explica aproxima-se mais de uma verdadeira explicação quando o aluno tem de relacionar factos, desdobrar raciocínios, confrontar dados, demonstrar influências, dar conta de processos, de relações.

3.2 – Dados relativos às relações retóricas

3.2.1 – Dados relativos ao texto de cenário de resposta (produzido pelo professor)

A análise não ficaria completa sem descrevermos as relações retóricas que se estabelecem no segmento da resposta, pois serão estas que determinam se a resposta corresponde ao que é pedido com o verbo *explicar*. Portanto, teremos sempre de considerar dois grupos de relações retóricas: ao nível cognitivo (cf. secção anterior) e ao nível do conteúdo. No quadro seguinte, apresentamos algumas das RR ao nível do conteúdo, relevantes para a nossa análise:

Relações retóricas ao nível do conteúdo		
Relações retóricas	Definição	Exemplos
Narração (Asher & Lascarides 2003)	Narração (α, β) - K_β descreve um evento que se segue temporalmente ao evento descrito por K_α .	O João entrou e sentou-se.
Elaboração de eventualidade (Asher & Lascarides 2003)	Elaboração_Ev (α, β) - K_β descreve um subevento que está temporalmente incluído no evento descrito por K_α .	O João fez uma refeição deliciosa. Comeu salmão grelhado.
Elaboração de entidade (Prevót <i>et al.</i> 2008)	Elaboração_Ent (α, β) - K_β descreve uma entidade que é introduzida no segmento K_α .	O João conheceu uma rapariga. Ela era alta e loura.
Explicação (Asher & Lascarides 2003)	Explicação (α, β) - K_β é a causa da situação descrita por K_α .	O João caiu. O Pedro empurrou-o.
Resultado (Asher & Lascarides 2003)	Resultado (α, β) - K_β descreve o efeito da situação descrita por K_α .	O Pedro empurrou o João. Ele caiu.
Reafirmação (Mann & Thompson 1988)	Reafirmação (α, β) - K_β reafirma o que é descrito por K_α .	A well groomed car reflects its owner. The car you drive says a lot about you. (Mann & Thompson 1988: 277)
Enquadramento (Asher & Lascarides 2003)	Enquadramento (α, β) - K_α descreve o cenário em que K_β ocorre.	A Maria saiu. Estava escuro.
Continuação (Asher & Lascarides 2003)	Continuação (α, β) - K_β continua o que é apresentado em K_α .	O João gosta de jogar futebol e de participar em torneios de ténis.
Condição (Mann & Thompson 1988)	Condição (α, β) - K_β descreve uma situação cuja concretização depende da verificação da condição descrita em K_α .	Se estiver bom tempo, vou passear.
Alternativa (Asher & Lascarides 2003)	Alternativa (α, β) - K_β descreve uma situação alternativa a K_α .	Mary has Brown hair or Marc has green eyes (Asher & Lascarides 2003: 460)

QUADRO 4 – Relações retóricas ao nível do conteúdo

Convém ainda sublinhar que os textos de um determinado género exibem particularidades no que diz respeito à sua organização retórica. Assim sendo, faz sentido considerar a hipótese de que, na produção de texto de resposta às instruções, a escolha das continuidades e das relações retóricas entre as macroproposições e as microproposições expõe o entendimento que os alunos fazem da instrução dada pelo professor. Por outras palavras, é possível avaliar a disparidade de possibilidades de construção textual, no que diz respeito à organização textual e discursiva das respostas às instruções analisadas, a partir da descrição pormenorizada das relações retóricas entre os diversos segmentos que compõem o par pergunta-resposta.

Neste parâmetro da nossa análise, consideramos apenas uma amostra de uma parte do *corpus* 1, constituída por 11 instruções com o verbo *explicar* em testes de Ciências Naturais, que foram respondidas por cinco professores da disciplina, num total de 55 respostas. Dado que 10 instruções eram repetidas e dado que 2 foram consideradas não válidas, o *corpus* 2 inclui 43 respostas válidas.

Num primeiro momento, determinamos as relações retóricas que cada resposta globalmente estabelece com a pergunta. Os resultados são apresentados no quadro 5:

Estrutura sintática da instrução						
V+Subordinada interrogativa						V+SN
como		por que razão	O que			
Freq.	2		1	3		3
	V_Pres	V_PP		V(ser)_Pres	V(entender)_Pres	
RR Par Q-R	Elaboração_Ent	Elaboração_Ent (2) Elaboração_Ev (1) Explicação (1)	Explicação	Elaboração_Ent		Elaboração_Ent

QUADRO 5 – Relações retóricas Par Questão-Resposta

Como se pode depreender pela análise do quadro, a relação retórica mais frequente entre o par Q-R é a de Elaboração de Entidade, na medida em que os professores retomam uma entidade introduzida no segmento da pergunta e atribuem-lhe características que contribuem para a sua descrição. É o que se verifica não só quando o verbo *explicar* é seguido de SN (cf. (7)), mas também quando é seguido de uma interrogativa indireta introduzida por sintagmas-Q “o que” (cf. (8)).

(7) **P_{E6}:** **Explica o significado** das setas assinaladas pelos números 2, 5 e 6.

R_B: As setas assinaladas com os números 2, 5 e 6 referem-se a processos geológicos que transformam uma rocha num novo tipo litológico. Os números 2 e 6 representam processos metamórficos, ou seja, processos que alteram uma rocha em profundidade numa rocha sem haver fusão do material; 5 representa a fusão dos materiais rochosos, ou seja, a passagem do estado sólido ao estado fundido..

R_D: As setas 2 e 6 identificam o processo de metamorfismo; a seta 5 identifica o processo de fusão.

(8) **P_{E4}:** **Explica o que são** piroclastos.

R_A: Piroclastos é uma designação genérica que engloba todas as emissões de produtos sólidos libertados durante as erupções vulcânicas.

R_E: O termo piroclasto vem do grego, dos termos “*pyros*”= fogo + “*Klastos*” = fragmento π_2e , por isso, o termo designa os materiais sólidos provenientes da pulverização e arrefecimento e solidificação da lava.

Há dois casos, no entanto, que não obedecem a este esquema: quando as interrogativas indiretas são introduzidas por “por que razão” e “como” seguidos de verbo no Pretérito Perfeito. No primeiro caso, a relação retórica que liga a resposta à questão é a de Explicação, como se pode observar claramente no exemplo (9).

(9) **P_{E3}**: **Explica por que razão** na figura 1 não foram representadas as isossistas no oceano.

R_C: Não foram representadas as isossistas nos oceanos, uma vez que estas unem pontos de intensidade sísmica semelhante, numa determinada região, e a intensidade sísmica é medida pelo grau de destruição causado pelo sismo, situação que é difícil de avaliar no oceano.

O segundo caso revela que os professores interpretaram a instrução de maneira diferente, uma vez que, de acordo com a nossa análise, dois constroem uma resposta que se liga à questão por Elaboração de entidade, um por Elaboração de eventualidade e um por Explicação (cf. (10)).

(10) **P_{E5}**: **Explica como se formou** a Lagoa.

a) **R_B**: A Lagoa corresponde a uma caldeira de subsidência. Estas estruturas geológicas formam-se depois da ocorrência de uma erupção de tal forma violenta que esvazia a câmara magmática totalmente. Desta forma, o cone vulcânico fica sem base de sustentação pelo que se dá o seu colapso.

• **Elaboração de entidade** (π_q, π_r)

b) **R_C**: A lagoa formou-se quando a cratera vulcânica de um vulcão, após vários anos de inatividade e sujeito aos fatores erosivos do meio, cedeu π_3 , juntamente com parte do cone vulcânico, desabou. Posteriormente, neste local, ao longo dos tempos, foi-se acumulando a água da chuva, formando a lagoa.

• **Elaboração de eventualidade** (π_q, π_r)

c) **R_D**: A lagoa formou-se devido à acumulação de água na caldeira vulcânica.

• **Explicação** (π_q, π_r)

Em a), o professor opta por retomar a entidade introduzida na pergunta, “Lagoa”, e descrevê-la; em b), o professor refere os diferentes subventos que constituem o evento “formou-se”; em c), o professor apresenta uma causa para a formação da lagoa. Este é um exemplo que mostra de forma óbvia como nem o verbo *explicar*, nem a palavra interrogativa são interpretados do mesmo modo pelos inquiridos.

De seguida, dividimos os cenários de resposta em segmentos discursivos que constituem os argumentos das relações retóricas, tendo como critério para a sua delimitação a presença de uma situação, entendida neste contexto na sua aceção semântica enquanto representação de um estado de coisas. Os resultados desta análise revelam alguma variedade de relações retóricas e uma maior frequência das relações retóricas de Elaboração de entidade, de Resultado e de Continuação, como se pode depreender pela observação do gráfico 1.



GRÁFICO 1 – Relações retóricas no segmento de resposta

A distribuição das relações retóricas mais frequentes pelo tipo de estrutura da instrução é mostrada no quadro seguinte:

<i>Construção de item com Explica</i>		Relações retóricas predominantes nos cenários de resposta	
		Par Questão-Resposta	Dentro da resposta
Explica	o que é/são X.	Elaboração_Ent	Elaboração_Ent
	o significado de X.	Elaboração_Ent	Elaboração_Ent
	como varia X em função de Y.	Elaboração_Ent	Resultado Explicação Reafirmação
	como se formou X.	Elaboração_Ent Elaboração_Ev Explicação	Resultado Narração
	por que razão X.	Explicação	Explicação Resultado Enquadramento
	SN	Elaboração_Ent	Elaboração_Ent Resultado Continuação

QUADRO 6 – Relações retóricas no par Q-P e no segmento de resposta

Os exemplos (11) e (12) ilustram algumas das ocorrências das relações retóricas descritas no quadro.

(11) **P_{E3}: Explica por que razão** na figura 1 não foram representadas as isossistas no oceano.

π_1 Não foram representadas as isossistas nos oceanos, π_2 **uma vez que** estas unem pontos de intensidade sísmica semelhante, numa determinada região, π_3 e a intensidade sísmica é medida pelo grau de destruição causado pelo sismo, π_4 situação que é difícil de avaliar no oceano.

Explicação (π_1 , (π_2 , π_3))

Continuação (π_2 , π_3)

Elaboração (π_3 , π_4)

(12) **P_{E1}**: **Explica como varia** a idade dos fundos oceânicos com a diminuição da distância em relação ao rifte.

π_1 É ao nível dos riftes que se produz a crosta oceânica, π_2 **logo**, à medida que a distância ao rifte diminui, π_3 a idade das rochas do fundo oceânico diminui, π_4 **isto é**, quanto mais perto do rifte, mais novas são as rochas.

Resultado($\pi_1, (\pi_2, \pi_3)$)

Resultado (π_2, π_3)

Reafirmação ((π_2, π_3) π_4)

Em (11), podemos inferir que o segundo e terceiro segmentos da resposta, ligados pela relação de Continuação, estabelecem com o primeiro uma relação de Explicação, marcada pela locução conjuncional “uma vez que”, pois apresentam a razão para o estado de coisas descrito no primeiro segmento. Já o último segmento atribui uma propriedade à situação descrita no segmento três, daí a relação de Elaboração.

No exemplo (12), o segundo e terceiro segmentos estão ligados ao primeiro através da relação de Resultado por representarem o efeito da situação descrita no primeiro segmento, relacionando-se eles próprios por a relação de Resultado. De notar que no primeiro caso a relação de Resultado é marcada pela conjunção coordenativa conclusiva “logo”. A última relação retórica presente neste exemplo de resposta é também ela marcada lexicalmente pela expressão “isto é”, que funciona como pista para a inferência da relação Reafirmação.

No *corpus* analisado, são diversos os elementos e estruturas linguísticas que marcam as relações retóricas e que, deste modo, têm um papel decisivo no processamento das relações de sentido. O quadro 7 sistematiza essas ocorrências.

Relações retóricas	Elementos/Estruturas linguísticas que marcam RR
Elaboração_Ent	frases predicativas; orações relativas explicativas
Resultado	conjunção conclusiva <i>logo</i> ; gerúndio
Continuação	conjunção copulativa <i>e</i> , sequências de frases simples
Enquadramento	orações temporais com <i>quando</i>
Explicação	locução conjuncional <i>uma vez que</i> , <i>devido a</i>
Narração	sequência de tempos verbais com sucessividade temporal e advérbio <i>posteriormente</i>
Reafirmação	<i>isto é</i> , <i>ou seja</i>
Condição	oração condicional com <i>se</i>
Alternativa	conjunção disjuntiva <i>ou</i>

QUADRO 7 – Alguns marcadores das relações retóricas

4 – Discussão dos resultados

Os dados coligidos são suficientes para consolidarem a nossa hipótese de que, em contexto educativo de avaliação de aprendizagens, a ocorrência do verbo *explicar* gera um problema de interpretação associado não ao deficitário grau de conhecimento de Português dos alunos (como habitualmente é defendido), mas à disparidade de significações que este verbo origina em função das diversas construções sintáticas com que coocorre.

Os resultados da análise realizada parecem confirmar a ideia de que, numa instrução de avaliação, o comando para uma dada tarefa preenchido pelo verbo *explicar* não assegura, por si só, indicação suficiente para que a resposta a elaborar pelo aluno obedeça a uma organização textual de explicação. Como vimos, quando *explicar* é seguido de um sintagma nominal, a resposta esperada é desenvolvida com base em relações

retóricas de Elaboração de entidade, de Resultado e de Continuação em torno de um tópico específico; quando *explicar* é seguido de subordinada interrogativa iniciada por “como”, a resposta esperada é expressa através de um texto organizado por relações retóricas de Resultado e de Narração; quando *explicar* é seguido de uma oração subordinada introduzida por “o que”, a resposta esperada evidencia uma organização baseada em relações retóricas de Elaboração de entidade; neste caso, a resposta consiste numa definição do conceito mencionado na pergunta.

Tendo em conta os resultados, a interpretação da instrução terá de partir da especificação do significado de *Explica/Explique*, que é inferido não apenas com base no conteúdo lexical do verbo, mas do verbo com o constituinte sintático com o qual coocorre.

5 – Conclusão

Esta investigação produz conclusões relevantes para explicar alguns problemas de compreensão dos alunos relativamente às instruções contidas nos testes de avaliação, frequentemente apontados pelos professores como causa de baixas classificações escolares, o que permitirá apontar soluções estrategicamente orientadas para a resolução desses problemas.

Um desses problemas de compreensão relaciona-se, como vimos, com o valor lexical atribuído ao verbo *explicar*: para além de haver alguma discrepância entre os valores semânticos e pragmáticos deste verbo em diferentes áreas disciplinares, também se verificam diferenças quanto à intenção subjacente ao uso de *explicar* em testes de avaliação dentro da mesma área disciplinar. Este verbo, na verdade, pode estar associado a instruções tão diferentes como definir, legendar, explicitar, relacionar (sobretudo numa lógica de causa-efeito), parafrasear, entre outros.

A análise realizada não é, porém, conclusiva, uma vez que os dados recolhidos pertencem a uma amostra meramente exemplificativa do problema e das variáveis relacionadas com ele, integrada num estudo exploratório. Propomo-nos, em trabalhos posteriores, aprofundar a análise de ocorrências de *explicar* como verbo de comando em itens de testes de avaliação, em contexto escolar. Esse aprofundamento implica, entre

outros aspetos,; ampliar o *corpus* para que a análise possa gerar resultados mais robustos, verificar o que os alunos responderam e comparar essas perguntas com os cenários de resposta construídos pelos professores. Este aprofundamento permitirá extrair ilações que poderão ter consequências na construção de testes.

REFERÊNCIAS

- Amor, E. 1999. A dimensão linguística dos instrumentos de avaliação. Comunicação apresentada no *III Encontro Nacional de Professores*, organizado pela Associação de Professores de Português (APP), na Póvoa de Varzim.
- Anderson, L. & Krathwohl, D. A. 2001. *Taxonomy for Learning, Teaching and Assessing: A Revision of Bloom's Taxonomy of Educational Objectives*. New York: Longman.
- Anderson, L. W.; Krathwohl, D. R.; Airasian, P. W.; Cruikshank, K. A.; Mayer, R. E; Pintrich, P. R.; Rath, J., & Wittrock, M. C. 2014. *A Taxonomy for Learning, Teaching, and Assessing: A Revision of Bloom's Taxonomy of Educational Objectives*. Essex: Pearson Education Limited.
- Asher, N. & Lascarides, A. 2003. *Logics of conversation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Asher, N. & Lascarides, A. 2013. Strategic Conversation. In *Semantics and Pragmatics*, **6**, 2:1-62.
- Duarte, I. M. & Pinto, A. 2015. La construction de l'ethos scientifique: stratégies d'effacement et d'inscription de soi dans des dissertations académiques. In *Redis: revista de estudos do discurso*, **4**: 95-115.
- Duarte, I. M. & Rodrigues, S. 2014. Modalisation et distance énonciative dans des rapports d'évaluation d'activités de formation de professeurs. In *Redis: revista de estudos do discurso*, **3**: 11-30.
- Duarte, I. M., & Rodrigues, S. 2016. O comentário crítico em relatórios de observação de aulas. Contributos para uma reflexão sobre a profissionalidade docente. *REDIS - revista de Estudos do Discurso*, **5**: 70-91.
- Duarte, I. M. & Rodrigues, S. V.; Machado, A.; Guedes, M. M., & Toriz, H. 2016. A escrita escolar para expressão de conhecimentos e aprendizagens:

- um caso em estudo. In Carvalho, J.A.; Dionísio, M. L.; Mesquita, E. C.; Cunha, J. S., & Arqueiro, A. (org.). *Atas V SIELP/ Simpósio Internacional em Ensino de Língua Portuguesa/V Fórum Ibero-Americano de Literacias*. Braga: Universidade do Minho. 219-232.
- Lascarides, A. & Asher, N. 2009. The Interpretation of Questions in Dialogue. In Riester, A. & Solstad, T. (eds.) *Proceedings of Sinn und Bedeutung 13*, volume 5, SinSpeC. Working Papers of the SFB 732, University of Stuttgart. 17-30.
- Mann, W. C. & Thompson, S. A. 1988. Rhetorical Structure Theory: A Theory of Text Organization. In *Text*, 8: 243-281.
- Marques, M. A. & Duarte, I. M. 2016. Deixis e valores enunciativo-pragmáticos dos predicados verbais no discurso académico. In Marques, A. & Sánchez Rei, J. M. (Eds.) *As Ciências da Linguagem no espaço galego-português, Diversidade e Convergência*. Universidade do Minho. 179-208.
- Mateus, M. H.; Brito, A.; Duarte, I. & Faria, I. 2003. *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Ed. Caminho, 5.^a edição, revista e aumentada.
- Matos, G., & Brito, A. M. 2016. Traços referenciais de SCOMP: o que nos diz a alternância entre interrogativas subordinadas e relativas com antecedente. Comunicação no Colóquio Comemorativo dos 40 anos do CLUP, 24 e 25 de novembro de 2016. Porto: Faculdade de Letras.
- Moirand, S. 2005. De la médiation à la médiatisation des faits scientifiques et techniques: Où en est l'analyse du discours? In *Actes du Colloque Sciences, Médias, Société* (pp. 77-92). Acedido em : http://sciences-medias.ens-lyon.fr/article.php3?id_article=59
- Neves, A. C. & Ferreira, A. L. 2015. *Avaliar é preciso? Guia prático de avaliação para professores e formadores*. Lisboa: Guerra & Paz.
- Prévot, L.; Vieu, L. & Asher, N. 2009. Une formalisation plus précise pour une annotation moins confuse: la relation d'Élaboration d'entité". In *French Language Studies*, 19: 207-228. Cambridge University Press.
- Raposo, E. B. P.; Nascimento, M. F.; Mota, M. A. C.; Segura, L. & Mendes, A. (coord.) 2013. *Gramática do Português*, vols. I e II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rodrigues, S. V. & Silvano, P. 2015. O conhecimento linguístico na organização discursiva da escrita argumentativa no final do ensino secundário. In A. Moreno; F. Silva & J. Veloso (eds.) *Textos selecionados do XXX Encontro*

Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Porto: Associação Portuguesa de Linguística. 477-494.

Roulet, E.; Filliettaz, L., & Grobet, A. 2001. *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Berne: Peter Lang.

Searle, J. 1969. *Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press.

Silva, F.; Rodrigues, S. V.; Carvalho, A.; Fardilha, L., & Teixeira, A. P. 2016. Formação de Professores de PL2/PLE na FLUP: um modelo integrado de saberes. In Carvalho, J.A.; Dionísio, M. L.; Mesquita, E. C.; Cunha, J. S., & Arqueiro, A. (org.). *Atas V SIELP/ Simpósio Internacional em Ensino de Língua Portuguesa/V Fórum Ibero-Americano de Literacias*. Braga: Universidade do Minho. 559-568.

Dicionários consultados

Dicionário da Porto Editora, 7.^a ed., 1994

Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, Academia das Ciências de Lisboa

Dicionário de Língua Portuguesa, Aurélio Buarque de Holanda

Dicionário Houaiss

Dicionário Moraes

Corpora consultados

Corpus do português, Davies, M. & Ferreira, M. J. disponível em <http://www.corpusdoportugues.org/xp.asp>

C-oral rom Integrated Reference Corpora for Spoken Romance, Bacelar do Nascimento, M. F., Bettencourt Gonçalves, J., Veloso, R., Antunes, S., Martins, N., Barreto, F., Amaro, R. & Garcia Marques, M.

POLIFONIA NA VOZ AUTORAL: AGRADECIMENTOS E RESUMO NA TESE DE DOUTORAMENTO^{1*}

Joana Vieira Santos

jovieira@fl.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Portugal)

CELGA-ILTEC (Portugal)

Paulo Nunes da Silva

paulo.silva@uab.pt

Departamento de Humanidades, Universidade Aberta (Portugal)

CELGA-ILTEC (Portugal)

RESUMO. O trabalho apresenta uma análise contrastiva do parâmetro *voz autoral* em 100 *resumos* e 100 *agradecimentos*, textos dos géneros incluídos e contíguos em teses de doutoramento da Universidade de Coimbra. Procurou-se identificar os mecanismos e as componentes que sustentam a voz autoral (Coutinho & Miranda, 2009; Adam, 2008), nas dimensões individual/coletiva e dialogal (Matsuda & Tardy, 2007; Tardy, 2012), relacionando-os com as práticas sociodiscursivas das diferentes comunidades (Hyland, 2003, Hyland & Tse, 2004). A análise privilegiou as entidades a quem se dirigem os textos de ambos os géneros e os motivos subjacentes à sua elaboração. Os resultados apontam para uma voz autoral polifónica (Bakhtin, 1986). No *resumo*, dirigido a uma comunidade profissional e académica, os autores

¹ * Este trabalho foi financiado no âmbito do projeto UID/LIN/04887/2013 do CELGA-ILTEC pela FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia), Portugal 2020 e FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional).

seguem padrões textuais não marcados, de tipo coletivo, que também se encontram em outros géneros maiores, como a própria tese. A voz autoral adquire uma dimensão social, patente no uso de formas impessoais e de léxico especializado. Nos *agradecimentos*, os autores dirigem-se a pelo menos duas comunidades distintas: profissional e pessoal. Podem então identificar os destinatários através do uso de vozes diferentes, o que origina adaptação de modelos textuais através de mecanismos marcados e não marcados, como a oscilação entre formas impessoais e pessoais, os sentidos explícitos e implícitos, os usos especiais da pontuação e o humor. Esta pluralidade de vozes ou polifonia está presente tanto entre *resumos* e *agradecimentos* como no interior dos próprios *agradecimentos*, assinalando sempre a diferença entre as comunidades a quem se destinam os segmentos textuais. A polifonia constitui, portanto, um efeito da dimensão dialogal de ambos os géneros e confirma a importância da voz autoral enquanto parâmetro de género.

PALAVRAS-CHAVE: Género académico, resumo, agradecimentos, voz autoral, polifonia.

ABSTRACT. This article analyses a specific genre parameter – the authorial voice – in two included and contiguous academic genres within a corpus of 100 abstracts and 100 acknowledgements from PhD dissertations of the University of Coimbra. In these texts, authors build up their voices with the help of several devices (Coutinho & Miranda, 2009; Adam, 2008) and according to individual, collective and dialogical dimensions (Matsuda & Tardy, 2007; Tardy, 2012). The present analysis links these dimensions to the social and discursive practices of each author's disciplinary community (Hyland, 2003, Hyland & Tse, 2004) and takes into account the addressees and the aims of both genres. Results show a variety of authorial voices, i.e. polyphony (Bakhtin, 1986). Since an abstract is addressed to a professional academic community, authors prefer unmarked collective textual patterns similar to those of other major genres, such as the PhD dissertation itself. The authorial voices are built upon a social dimension through the use of impersonal forms and technical terms. On the other hand, an acknowledgement is addressed to at least two distinct communities, the professional and the personal one. Authors may thus separate addressees by using different voices and they may adapt textual models through various marked and unmarked devices such as shifting between personal and impersonal forms, implicit and explicit meanings, special uses of punctuation and humour. As this voice switching or polyphony separates abstracts and acknowledgements and is also present inside acknowledgements, where it marks the distinction between communities, it is clearly a consequence of the dialogical dimension of both genres. In conclusion, the importance of authorial voice in all texts makes it a genre parameter.

KEYWORDS: Academic genre, abstract, acknowledgements, authorial voice, polyphony.

1 – Introdução

O trabalho incide sobre propriedades de dois géneros textuais incluídos na tese de doutoramento – os *agradecimentos* e o *resumo* – e tem como objetivos identificar e explicitar a construção de um dos seus parâmetros inerentes: o da *voz autoral*. No caso dos textos do género *agradecimentos*, procura-se, também, identificar e explicitar as menções a entidades, que poderão considerar-se prototípicas.

Embora a bibliografia sobre o *resumo/abstract* em inglês seja vasta (Martín Martín, 2005; van Bonn & Swales, 2007; Bondi & Lorez Sanz, 2014, *i.a.*), o género *agradecimentos* não tem tido tanta atenção, podendo mesmo considerar-se um género “Cinderela” (Hyland, 2003: 243; Chan, 2015: 177). Ora, os textos de ambos os géneros manifestam semelhanças e estabelecem relações a vários níveis: extensão aproximada quanto ao nível material e localização sequencial quanto ao nível peritextual, pois ambos se situam antes do texto principal, no qual se expõe o processo e os resultados da investigação. São ainda textos de géneros incluídos (em relação à tese de doutoramento) e contíguos um em relação ao outro (Swales, 2004: 18; Rastier, 1989: 40; 2001: 253). Do ponto de vista da análise, são estratégicos para a tomada de posições por parte do autor e para o estabelecimento de relações discursivas com possíveis leitores. Por fim, poderá haver também uma proximidade temporal, por serem frequentemente redigidos no período em que está a ser ultimado o conjunto de textos que integram a tese.

Não obstante, *agradecimentos* e *resumos* apresentam especificidades que podem ser associadas, entre outros fatores, às respetivas áreas disciplinares (Hyland, 2003; Hyland & Tse, 2004) e às comunidades de leitores. Estes fatores justificam uma análise contrastiva, em particular no que diz respeito à construção da voz por parte de um mesmo autor, subsumida em escolhas textuais específicas (Mingwei & Yajun, 2010: 102-107; Zhang, 2012: 158-162; Yang, 2012: 63-65; Chan, 2015: 179-189, *i.a.*).

A hipótese de partida, enquadrada num modelo teórico-metodológico compósito, é a de que o mapeamento de coordenadas sociodiscursivas nos produtos concretos, que são os textos de ambos os géneros, permitirá identificar a construção de vozes autorais, sejam elas individuais, coletivas

e/ou dialógicas, isto é, polifónicas (ver 2.). A polifonia é atestada pelos dados do *corpus*, cujos critérios de seleção e metodologia de análise serão apresentados adiante (ver 3.). De acordo com os resultados (ver 4.) e na senda de estudos prévios, essa polifonia é indexável aos géneros em causa e às comunidades a quem se dirigem os textos, mas não exclui a liberdade de cada autor assumir uma voz autoral original.

2 – Enquadramento

2.1 – Pressupostos teórico-metodológicos

A análise fundamenta-se em propostas teóricas complementares. De acordo com o Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), todos os textos relevam dos géneros em que se inserem e configuram ações linguísticas que emergem em situações específicas (Bronckart 1997: 137-138). Justifica-se, por isso, que sejam abordados numa perspetiva descendente, tomando como ponto de partida os fatores externos inerentes às situações de comunicação, aos quais é associada a descrição das propriedades textuais. Entre esses fatores contam-se a área de atividade socioprofissional em que são produzidos e em que circulam, os papéis socioprofissionais dos seus autores e os objetivos a atingir. Na perspetiva adotada, que também integra propostas da escola francesa de Análise do Discurso, assume-se que esses fatores externos condicionam (ainda que de modo muito flexível) as propriedades internas dos textos (Bronckart 1997, Maingueneau 2014).

Complementarmente, justifica-se adotar, de igual modo, uma abordagem ascendente, ou seja, da concatenação das unidades menores para a configuração global do texto. Esta abordagem, enraizada em preceitos da Linguística Textual, foca-se predominantemente nas propriedades internas, de que se salientam os conteúdos manifestados, o plano de texto e questões de natureza estilística, como a seleção lexical e as estruturas sintáticas (Bakhtin 1986; Adam 2008, 2011).² No caso vertente, o contexto enquadra

² Outras propostas teóricas combinam as duas abordagens (descendente e ascendente), em particular no seio das áreas relativas ao Inglês para Fins Específicos/Inglês para Fins Académicos (Swales, 2004, *i.a.*) e aos Estudos Retóricos do Género (Devitt, 2004, *i.a.*).

de forma distinta o *resumo* e os *agradecimentos*, porquanto os papéis dos interlocutores em causa apresentam diferenças. Consequentemente, a voz autoral reconhece-se nas propriedades empíricas dos textos desses gêneros.

É também assumido que os gêneros configuram classes situadas no plano abstrato, enquanto os textos são objetos empíricos. Para articular a identificação e a explicitação de propriedades nos dois planos, foi adotada uma tríade de conceitos proposta por Coutinho & Miranda (2009: 40-43), que inclui os *parâmetros* ou propriedades específicas de um dado gênero. Tais parâmetros são atualizados em cada texto através de *mecanismos de realização textual*, isto é, propriedades atestadas quer nos textos empíricos, quer na situação de enunciação em que cada texto é produzido. Os mecanismos que têm uma função distintiva, identificando de forma inequívoca um dado gênero, constituem *marcadores*.

2.2 – Voz autoral

Esta tríade é adequada a uma análise da voz autoral, que se orienta por guiões inscritos em diferentes contextos e programados, entre outros fatores, em função das diferenças nas comunidades de interlocutores. O autor de cada texto comunica e relaciona-se de forma peculiar com essas comunidades. As opções textuais podem concretizar-se no seio de um horizonte de expectativas relativamente estável, ou, pelo contrário, derrogar esse horizonte, ao ponto de surpreender os leitores, o que origina percepções distintas e juízos de valor infinitamente variáveis. Segundo Matsuda e Tardy (2007: 239), “voice is **the reader’s impression** derived from the particular combination of the ways in which both discursive and non-discursive features are used.” (destacado nosso).

Compreende-se, então, que as opções textuais a respeito da voz não são meramente singulares ou ocasionais; antes obedecem a critérios sentidos pelo autor como adequados aos destinatários de cada comunidade. A *dimensão individual* configura uma voz singular, perceptível através de marcas que individualizam o locutor e que, nessa mesma percepção, construirão uma identidade única e irrepetível, especialmente saliente em contextos académicos. Já a *dimensão social* é identificável através de marcas específicas, não tanto do autor, como da área disciplinar a que

pertence (Matsuda & Tardy, 2007; Tardy, 2012). Esta dimensão identifica-se, por exemplo, através de escolhas lexicais, dos temas valorizados por uma dada área disciplinar, dos planos de texto, ou, até, de estruturas frásicas (Tardy, 2012: 38). A interação dialógica do autor do texto com a(s) comunidade(s) a quem se dirige condiciona a emergência de uma voz ora mais individual, ora mais social. Configura-se assim, sustentada pelas duas dimensões anteriores, a (supra) *dimensão dialógica* da voz, na qual se inclui a relação crucial com os leitores num dado contexto (Tardy, 2012: 40).

É neste âmbito que se inscreve a oposição entre elementos textuais marcados e não marcados da voz autoral (Matsuda & Tardy, 2007: 246). Os primeiros são os que se salientam, porque se afastam ou se desviam do que era expectável para uma dada comunidade de leitores, uma dada área disciplinar e um dado género. Os segundos são os que estão em conformidade com as expectativas gerais dos leitores/ouvintes e, por essa razão, podem não ser tão perceptíveis. Numa tese de doutoramento, que emerge no seio de uma comunidade socioprofissional, espera-se que quaisquer mecanismos associados à voz individual sejam os elementos marcados, ao passo que os mecanismos associados a uma voz social serão os elementos não marcados (cf. secção 4).

As distintas dimensões da voz autoral originam uma *heteroglossia* (Bakhtin, 1981: 294; Tardy, 2012: 39), ou, mais especificamente, uma *polifonia* (Bakhtin, 1984: 6) – a emergência de diversas vozes num mesmo texto. No presente trabalho, o conceito de *polifonia* foi articulado com o da voz autoral de Matsuda & Tardy (2007) acima referido. De acordo com a conceção adotada, a polifonia é detetada nos dois géneros incluídos através da emergência de vozes distintas, ora marcadamente de tipo social, ora marcadamente de tipo individual.

No *resumo*, o autor apenas dialoga com a comunidade socioprofissional, sendo portanto natural que, conforme verificado em pesquisas anteriores, afine a voz autoral pelos critérios vigentes na sua comunidade académica. Já nos *agradecimentos*, há dois tipos de destinatários: os da comunidade socioprofissional ou académica, com relações de tipo formal, e os da interpessoal, com relações predominantemente informais e afetivas. Além disso, os *agradecimentos*

concretizam atos ilocutórios decorrentes de um horizonte de expectativas sociais, que assinala a inscrição da própria tese de doutoramento num processo de comunicação e de retribuição entre o autor e as suas respetivas comunidades (Giannoni, 2002: 5; Salager-Meyer *et alii*, 2011: 764). É expectável, portanto, a emergência de adaptações variáveis a estes fatores externos.

Dentro deste enquadramento, o presente trabalho procurou confirmar uma expectativa inicial: dado que se dirigem a comunidades diferentes e têm objetivos distintos, os textos deveriam manifestar polifonia, isto é, segmentos com variação de voz nas práticas discursivas de um mesmo autor. No *resumo*, género que se dirige exclusivamente à comunidade académica em que o locutor pretende inserir-se, seriam identificados mecanismos predominantemente associados à dimensão *social*. Já nos *agradecimentos*, em que cada autor se dirige à comunidade académica e à comunidade interpessoal, seriam identificados mecanismos da dimensão *social e individual*.

3 – Seleção do *corpus* e metodologia de análise

O *corpus* foi selecionado a partir das teses de doutoramento do *Estudo Geral* (repositório digital de acesso aberto da Universidade de Coimbra). Foi balizado um período de dez anos (2003-2012), durante o qual foram contabilizadas 1290 teses. Destas, foram selecionadas apenas as 498 integralmente disponíveis (38,6 % dos registos), embora com uma distribuição desigual por áreas disciplinares³: 326 (65,5 %) situam-se em áreas disciplinares das Ciências (C, como Biologia, Engenharias,

³ Em muitos casos, os textos apresentavam restrições de consulta (permitindo aceder apenas ao índice e, por vezes, ao sumário e à introdução, encontrando-se o texto integral trancado). Além disso, em números absolutos, evidenciavam já uma distribuição não uniforme no que diz respeito às áreas disciplinares e respetivas faculdades/departamentos. O facto de estarem ou não disponíveis majorou este efeito. Eis o número total de teses apresentadas durante o período considerado e distribuídas por faculdades: Ciências e Tecnologia – 653 (50,7%); Letras – 172 (13,3%); Economia – 126 (9,8%); Psicologia e Ciências da Educação – 97 (7,5%); Medicina – 92 (7,1%); Direito – 70 (5,4%); Farmácia – 68 (5,3%); Ciências do Desporto e Educação Física – 12 (0,9%).

Medicina, etc.) e 172 (34,5 %) em áreas disciplinares das Ciências Sociais e Humanas e das Humanidades (CSHH, como História, Psicologia, Direito, Sociologia, Literatura, etc.).⁴ De seguida, foram selecionados 100 textos do género *agradecimentos* (Ag) e 100 textos do género *resumo* (R), tendo sido respeitada a proporção entre as grandes áreas disciplinares: 65 textos em C e 35 textos em CSHH. Cumprindo os requisitos de diversidade, representatividade e proporcionalidade (Biber, Conrad & Reppen, 1998), a seleção dos exemplares de cada subárea disciplinar fez-se com base no método de quocientes. Em C, as disciplinas mais numerosas são as de Biologia (13 exemplares), Engenharia Eletrotécnica (9), Farmácia (5) e Engenharia Civil (5), ao passo que, nas CSHH, são as de Psicologia (7), Sociologia (7), História (6) e Economia (5).

Selecionados os textos, procedeu-se ao cálculo da extensão total e da extensão média, considerando a unidade *palavra gráfica*. Foram depois identificados, categorizados e ordenados por frequência de menção os conteúdos típicos atestados nos textos dos dois géneros, com destaque para os do género *agradecimentos*, nomeadamente as entidades a quem se agradece (Hyland 2003, 2004; Hyland e Tse 2004; Alemi & Rejanezad, 2016). Foram também detetados e analisados de forma contrastiva os mecanismos linguísticos indexáveis à emergência quer de uma voz autoral individual, quer de uma voz autoral social. Embora alguns destes mecanismos já tivessem sido mencionados por outros autores, como as marcas de pessoa e as escolhas lexicais (Matsuda & Tardy, 2007; Mingwei & Yajung, 2010; Yang, 2012; Chan, 2015; Alemi & Rejanezad, 2016), outros foram detetados através da análise empírica dos textos do género Ag (pontuação, sentidos implícitos e mecanismos de humor).

⁴ Hyland (2009: 62-65, 128-129) fundamenta esta distinção entre Ciências / Ciências Sociais e Humanas e Humanidades com base em vários critérios, que incluem o tipo de investigação e as metodologias adotadas em cada uma das áreas, além de alguns géneros escritos específicos.

4 – Resultados

4.1 – Extensão dos *agradecimentos* e do *resumo* em diferentes comunidades

Os 200 textos analisados perfazem um total de 109.797 palavras (média de 549 palavras por texto, cf. quadro 1). Os *agradecimento* (Ag) totalizam 51.141 palavras e os *Resumos* (R) 58.656. Em média, cada R é constituído por 586 palavras, e cada Ag por 511 (diferença de 75 palavras). A extensão média dos Ag corresponde, então, a cerca de 87 % da extensão média dos R.

<i>Corpus /Sub-corpora</i>		N.º de textos	N.º de palavras	Média de palavras por texto
Agradecimentos	C	65	31.142	479
	CSHH	35	19.999	571
	Totais	100	51.141	511
Resumos	C	65	43.882	675
	CSHH	35	14.774	422
	Totais	100	58.656	586
Totais		200	109.797	549

QUADRO 1 – Extensão do *corpus*

Já a diferença de extensão no seio de cada género/área disciplinar é um pouco mais significativa. Os Ag de CSHH são mais extensos, apresentando uma média de 571 palavras (mais 92 do que os Ag em C, cuja média é de 479 palavras). Assim, a extensão média dos Ag em C corresponde a cerca de 84 % da extensão média dos textos do mesmo género em CSHH. Inversamente, os R de C possuem, em média, 675 palavras, ao passo que os de CSHH possuem 422 (menos 253 palavras). A extensão média de um R de CSHH corresponde a 63 % da extensão média de um R de C. Tal como em estudos prévios (Hyland, 2003; Hyland e Tse, 2004; Chan, 2015), pode, portanto, afirmar-se que estes dois géneros incluídos são tratados de forma ligeiramente diferente conforme as áreas disciplinares.

4.2 – Conteúdos dos Ag: a *quem se agradece*

No que toca especificamente aos conteúdos dos Ag, as componentes essenciais encontram-se esquematizadas na listagem seguinte, que corresponde ao texto mais curto do *corpus* (21 palavras):

(1) Agradeço a Deus⁵ / à minha família / aos meus amigos / a todos os que me apoiaram / o empenho e a disponibilidade do meu orientador (Pascoal, 2006: s/n)

As *entidades a quem se agradece* o apoio material, científico, afetivo, etc., aparecem discriminadas no gráfico 1. Agradece-se mais a indivíduos do círculo profissional (colunas a branco), especialmente por força das percentagens de menções a orientadores (presentes em todos os textos). Seguem-se menções a instituições (86%) e colegas (81%), o que coincide com os resultados de estudos prévios (Hyland, 2004: 307; Mingwei e Yajun, 2010: 100).

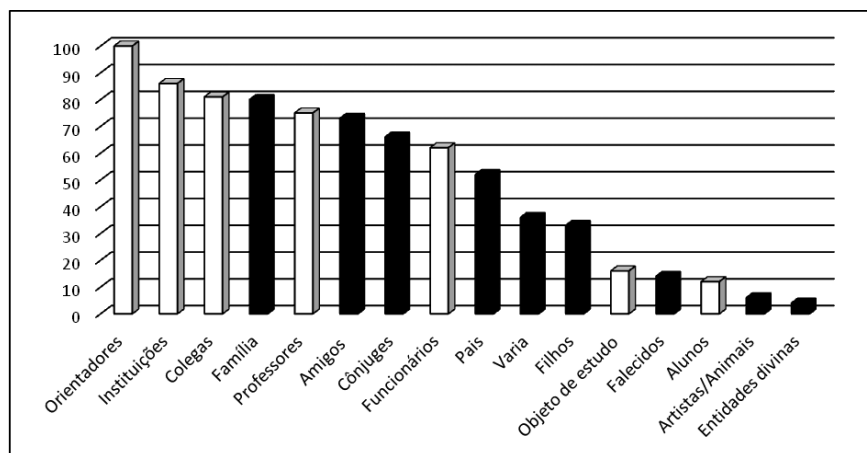


GRÁFICO 1 – Frequência de menções a entidades em 100 *agradecimentos*

⁵ As menções de entidades divinas são escassas neste *corpus*. Encontram-se igualmente referidas na bibliografia sobre outras comunidades académicas, nomeadamente a islâmica, onde é frequentíssimo mencionar Alá em epígrafe, o que constitui um pré-agradecimento (Alemi & Rezanejad, 2016). Por informação de estudantes (c.p. 2016), os Ag de teses produzidas na China podem inserir neste espaço a entidade *Partido Comunista* e os de teses de Timor-Leste podem inserir neste espaço a entidade *Deus Todo-Poderoso*, seguido de *a minha Pátria, Timor-Leste*. Tais menções constituem, portanto, uma especificidade cultural (ver uma resenha desta questão em Yang, 2012: 53-54).

Contudo, as menções a *familiares* – como *avós, irmãos, tios, etc.* – (a preto), que totalizam 80%, apresentariam um valor superior se incluíassem também as percentagens de menções a membros da família mais próximos, como *pais* (52%), *filhos* (33%) e *cônjuges* (66%), entidades que foram contabilizadas à parte para fazer sobressair os dados sobre a comunidade interpessoal (ver *infra*). Assim, o orientador, por um lado, e a família, por outro, representam simbolicamente as comunidades socioprofissional e interpessoal (cf. 2.2.). O mecanismo peritextual de abertura e de fecho dos Ag, onde predominam as menções ao orientador no início e à família no fim (ou, mais raramente, com a ordem invertida), reforça esta importância.

Para além desta tendência geral, os Ag podem ser analisados em função das duas grandes áreas disciplinares, uma vez que a frequência das menções não é idêntica em C e em CSHH. De acordo com o gráfico 2, embora a comunidade profissional prevaleça sempre sobre a interpessoal, há desvios significativos em entidades específicas.

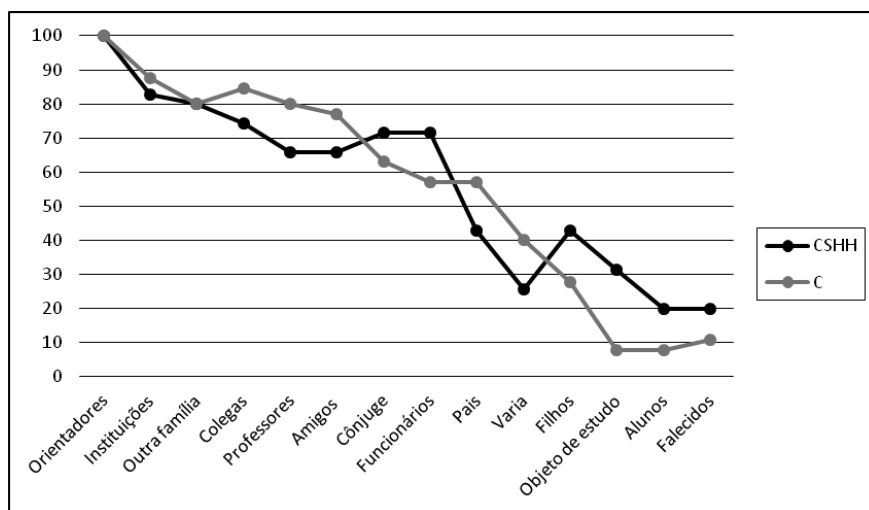


GRÁFICO 2 – Frequência de menções a entidades em C e CSHH

Na linha do que foi atestado em trabalhos prévios (Yang, 2012: 62), o *objeto de estudo* é mencionado numa percentagem elevada em CSHH – neste caso, acima dos 31%. Por contraste, a menção é de apenas 7% em C. Isto deve-se ao facto de esse objeto ser predominantemente humano

em CSHH, envolvendo, por isso, uma relação mais próxima com o investigador/autor da tese em que o Ag se inclui.

Pelo contrário, são mais elevadas nos Ag de C do que nos Ag de CSHH as menções a *colegas* (84% contra 74%), *amigos* (76% contra 67%), *instituições financiadoras* (87% contra 82%) e *professores* (80% contra 65%). Em compensação, nos Ag de CSHH, são mais frequentes as menções a *funcionários* (71% contra 56%) e a *alunos* (20% contra 7%). É provável que tais diferenças se devam ao facto de as comunidades de Ciências investigarem de forma coletiva, em equipas de laboratórios, centros e projetos, no âmbito dos quais as comunidades profissionais estabelecem laços mais fortes. Já as comunidades de CSHH investigam geralmente de forma mais individual ou autónoma (Hyland, 2003), com base em documentação e com ligação à carreira docente, pelo que será expectável surgirem menções aos responsáveis das bibliotecas, arquivos ou centros de documentação, e aos alunos que estimulam a investigação.

Por fim, nos Ag de CSHH, a voz autoral menciona mais vezes do que nos Ag de C os *cônjuges* (71% contra 63%), os *filhos* (42% contra 27%) e os *falecidos* (20% contra 10%), ao passo que, em C, menciona mais vezes os *pais* (37% contra 15%). Presumivelmente, este desvio estará ligado à faixa etária, indiciando que os autores de CSHH serão mais velhos e terão família constituída, por um lado, mas também, por outro, que já não terão os pais vivos (sobretudo o pai), o que faz aumentar a prevalência da menção aos pais em C.

Conforme delineado na hipótese de partida, a voz autoral que agradece à comunidade profissional deveria estar próxima da voz que refere os conteúdos num R, isto é, seria uma voz não marcada, ao passo que a voz que agradece à comunidade interpessoal estaria distante da voz dos R e seria portanto marcada, isto é, fortemente individualizada. Assim acontece no exemplo (2), em que uma mesma autora escolhe duas vozes distintas para dialogar com as suas comunidades:

(2a) A doença de Parkinson [...] é a doença neurodegenerativa mais comum associada ao movimento e à progressão da idade, que afecta actualmente mais de 1% da população acima dos 65 anos de idade.

(Perfeito, 2012: 32)

(2b) À minha mana [NP]⁶ [...] por me aturar há 26 anos, [...] por gostar de mim como sou [...] e pela maravilhosa cor que deu aos meus dias ao trazer ao mundo o meu Pipoquinha. [...] Ao meu querido [NP] [...] pelos incomparáveis dias 3, pelos girassóis da vida, pelos kiwis das manhãs, pelos ‘muito, muito, muito’ [...].

(Perfeito, 2012: s/n)

No excerto do R de (2a), a autora opta por léxico técnico, pela 3.^a pessoa, por um registo cuidado e por um sentido explícito. Já no exemplo dos Ag de (2b) opta por léxico hipocorístico, com diminutivos e adjetivação axiológica, pela reiteração da 1.^a pessoa, pelo registo familiar e por subentendidos apenas interpretáveis pela pessoa que será plausivelmente o cônjuge. A polifonia da voz autoral, que é desencadeada pela dimensão dialogal de cada texto, reforça a ideia de que se trata de dois géneros distintos, embora contíguos. Se, no R, emerge uma voz social, não marcada, idêntica à de todos os investigadores da respetiva comunidade e dirigida aos pares com os quais a autora estabelece uma relação profissional, já nos Ag destaca-se uma voz individualizada e fortemente marcada, assinalando uma proximidade afetiva.

Todavia, outros textos do *corpus* mostram que a divisão nem sempre é regular, uma vez que podem encontrar-se manifestações de gratidão que não seguem o padrão expectável, como é o caso de (3):

(3) [NP], é impossível que haja melhor chefe no mundo! As longas discussões científicas que tive contigo foram uma verdadeira inspiração durante o meu doutoramento, aprendi mais contigo do que possas imaginar!

(Azevedo, 2011: s/n)

Apesar de os motivos e a entidade referida serem igualmente os da comunidade profissional, a autora dirige-se a uma entidade profissional utilizando, além da justaposição frásica característica da sintaxe oral, a

⁶ Para preservar o anonimato, os nomes de pessoa foram substituídos pela sigla [NP], exceto no caso de alcunhas ou diminutivos pertinentes.

pontuação expressiva e o tratamento informal de 2.^a pessoa, próprios de uma sequência dialogal em estilo coloquial. É um caso em que a relação profissional e a afetiva coincidem, pelo que a voz se serve dos mecanismos que usaria para se dirigir à família ou aos amigos. A consciência da dimensão dialógica, o sentido do outro e da relação que com ele se estabelece sobrepõem-se ao *diktat* expectável neste género.

Inversamente no exemplo seguinte, uma outra autora redige os Ag usando mecanismos coincidentes em parte com os dos R:

(4) Finalmente, gostaria de agradecer à minha família por permitir que a execução deste trabalho fosse possível.

(Pereira, 2011: i)

Em (4), apesar de a entidade a quem se dirige pertencer à comunidade interpessoal, esta autora tem consciência do contexto de género incluído em que os Ag aparecem, ou seja, da proximidade em relação ao género maior tese de doutoramento e da proximidade em relação ao género contíguo do R. Manifesta-o através da opção por estruturas estilísticas menos marcadas, criando uma voz autoral mais social e menos individualizada, que contrasta com as identificadas em (2b) e em (3).

Por fim, num novo contraste flagrante, os autores dos exemplos seguintes fazem sobressair as marcas individuais da voz autoral, utilizando mecanismos de humor que nunca surgiriam num R e que estabelecem uma dimensão dialógica extremamente marcada:

(5) Às Oréades, ninfas das montanhas, quero exprimir a minha gratidão pela boa sorte e proteção [...]. § Aos cães, carraças, bois, vacas, cavalos, cabras e ovelhas, que não me morderam [...] e também aos javalis, lacraus, lobos, víboras e outras feras que tiveram a amabilidade de nunca se materializarem [...].

(Almeida, 2009: 16)

(6) Tenho de agradecer [...] a quaisquer pessoas que em algum momento tenham contribuído para a protelação de tarefas [...], pois há coisas que só se fazem sob pressão, e amigo que é amigo sabe bem empatar até irmos

trabalhar sob *stress* [...].

(Machado, 2012: x)

(7) [...] agradeço à pessoa que perdeu 20€ na Praça da República – a impressão dos primeiros manuscritos [...] foi bem mais célere do que, caso contrário, teria sido possível.

(Teixeira, 2011: iv)

Estes três últimos exemplos patenteiam uma individualização da voz que vai muito além do esperado, tendo em conta que os respetivos textos estão incluídos numa tese de doutoramento a apreciar pelos leitores da comunidade profissional.

5 – Conclusões

A análise de 100 Ag e de 100 R, incluídos em teses de doutoramento apresentadas à Universidade de Coimbra e produzidos entre 2003 e 2012, permitiu confirmar algumas das expectativas iniciais. Cada autor dialoga com comunidades de leitores que correspondem a dois círculos de relações: a comunidade profissional, em que é geralmente assumida uma voz autoral social, construída com base em elementos não marcados; e a comunidade interpessoal, em que é geralmente assumida uma voz autoral individual, assente em elementos marcados. Nos R, a voz autoral é uniformemente social, ao passo que, nos Ag, se desdobra. É mais frequentemente social quando se dirige à comunidade profissional e mais individual quando se dirige à interpessoal. No primeiro caso, o autor serve-se de elementos não marcados a nível da seleção lexical, da estruturação sintática e dos temas abordados. Já no segundo usa elementos marcados, ou seja, salientes no âmbito de textos do género tese de doutoramento: mecanismos de humor, uso expressivo da pontuação e sentidos implícitos apenas compreensíveis pelos interlocutores identificados no texto.

Contudo, o jogo das marcas pessoais e impessoais entre Ag e R é complexo, podendo acompanhar escolhas lexicais hipocorísticas, no primeiro caso, e técnicas, no segundo. Foram atestados casos em que,

dirigindo-se à comunidade profissional, o autor se serve de elementos marcados e outros em que, dirigindo-se à comunidade interpessoal, usa elementos não marcados. Assim, não há uma fronteira clara e linear no uso da voz autoral, o que é visível em especial dentro dos Ag. Diferentes autores adaptam a sua voz, com graus variáveis de flexibilidade, imprimindo-lhe uma marca mais personalizada ou, inversamente, diluindo-a pelo uso de mecanismos não marcados.

Observa-se, portanto, polifonia nos dois géneros estudados – ou seja, a existência de vozes distintas que dialogam com comunidades igualmente distintas. Essa polifonia é evidente quando se comparam os textos do género Ag com os textos do género R. Em segundo lugar, e pela mesma razão, constata-se polifonia no seio de textos do género Ag, pois cada autor tanto pode diferenciar as vozes de acordo com as *comunidades* a que se dirige, como diferenciá-las em função dos *géneros* em que se inserem os textos. As oscilações podem ser plausivelmente explicadas pela relação de inclusão dos Ag nas teses de doutoramento e/ou pela relação de contiguidade que existe entre os géneros Ag e R. Os Ag, porém, configuram um caso singular, pois trata-se de um género académico em cujos textos é tolerada e até valorizada a emergência de uma voz individual muito personalizada, em alternância com a voz social que predomina no R e na tese de doutoramento como um todo.

Em qualquer dos casos, a voz autoral deve ser perspectivada como uma das propriedades textuais que permite identificar, caracterizar e delimitar os géneros *agradecimentos* e *resumo*. Nesse sentido, constitui-se como um parâmetro nuclear de género, ao mesmo tempo que ilustra exemplarmente os princípios do ISD, de acordo com os quais os textos a um tempo refletem e constroem as práticas sociodiscursivas das comunidades nas quais circulam.

REFERÊNCIAS

- Adam, J.-M. 2008. *La linguistique textuelle. Introduction à l'analyse textuelle des discours*, 2.^e éd. Paris: Armand Colin.
- Adam, J.-M. 2011. *Les textes: types et prototypes*. 3.^e éd. Paris: Armand Colin.
- Alemi, M.; Rejanezad, T. 2016. The Generic Structure of Acknowledgments in Persian Dissertations. *The Journal of Teaching Language Skills*. **7(4)**: 1-28.
- Bakhtin, M. 1981. Discourse in the novel. *The Dialogic Imagination: Four Essays*. Austin: University of Texas Press, 269-422.
- Bakhtin, M. 1984. *Problems of Dostoevsky's poetics*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Bakhtin, M. 1986. The problem of speech genres. *Speech genres and other late essays*. Austin: The University of Texas Press, 60-102.
- Biber, D.; Conrad, S.; Reppen, R. 1998. *Corpus Linguistics. Investigating language structure and use*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bondi, M.; Lorès-Sanz, R. 2014. *Abstracts in Academic Discourse. Variation and Change*. Berne: Peter Lang.
- Bronckart, J.-P. 1997. *Activité langagière, textes et discours*. Paris: Delachaux et Niestlé.
- Chan, T. H.-T. 2015. A corpus-based study of stance in dissertation acknowledgements. *Journal of English for Academic Purposes*. **20**: 176-191.
- Coutinho, M. A.; Miranda, F. 2009. To describe Textual Genres: Problems and Strategies. In Bazerman, Ch.; Bonino, A.; Figueiredo, D. (Eds.). *Genre in a Changing World. Perspectives on writing*. Fort Collins: The WAC Clearinghouse & Parlor Press, 35-55.
- Devitt, A. 2004. *Writing genres*. Carbondale: Southern Illinois University.
- Giannoni, D. 2002. World of gratitude: a contrastive study of acknowledgment in English and Italian research articles. *Applied Linguistics*. **23 (1)**: 1-31.
- Hyland, K. 2003. Dissertation acknowledgements: the anatomy of a Cinderella genre. *Written Communication*. **20(3)**: 242-268.
- Hyland, K. 2004. Graduates' gratitude: the generic structure of dissertation acknowledgements. *English for Specific Purposes*. **23**: 303-324.
- Hyland, K. 2009. *Academic Discourse. English in a Global Context*. London: Continuum.
- Hyland, K.; Tse, P. 2004. "I would like to thank my supervisor": acknowledgements

- in graduate dissertations. *Applied Linguistics*. **14**: 259-275.
- Maingueneau, D. 2014. *Discours et analyse du discours*. Paris: Armand Colin.
- Martín, Martín, P. 2005. *The Rhetoric of the Abstract in English and Spanish Scientific Discourse – A Cross-Cultural Genre-Analytical Approach*. Berne: Peter Lang.
- Matsuda, P. K.; Tardy, Ch. 2007. Voice in academic writing: the rhetorical construction of author identity in blind manuscript review. *English for Specific Purposes*. **26**: 235-249.
- Mingwei, Z.; Yajun, J. 2010. Dissertation Acknowledgements: Generic Structure and Linguistic Features. *Chinese Journal of Applied Linguistics*. **33 (1)**: 94-109.
- Rastier, F. 1989. *Sens et textualité*. Paris: Hachette.
- Rastier, F. 2001. *Arts et sciences du texte*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Salager-Meyer, F.; Alcaráz-Ariza, M.A.; Luzardo Briceño, M.L.; Jabbour, G. 2011. Scholarly gratitude in five geographical contexts: a diachronic and cross-generic approach of the acknowledgment paratext in medical discourse (1950–2010). *Scientometrics*. **86(3)**: 763-784. DOI 0.1007/s11192-010-0329-y (acesso em 18-02-2017)
- Swales, J. 2004. *Research Genres. Exploration and applications*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tardy, Ch. 2012. Current Conceptions of Voice. In Hyland, K., Sancho-Guinda, C. (Eds.), *Stance and Voice in Written Academic Genres*. London: Palgrave MacMillan, 34-48.
- van Bonn, S.; Swales, J. 2007. English and French Journal abstracts in the Language Sciences: Three exploratory studies. *Journal of English for Academic Purposes*. **6**: 93-108.
- Yang, W. 2012. A genre analysis of PhD dissertation acknowledgements across disciplinary variations. *LSP Journal*. **33(2)**: 51-70.
- Zhang, J. 2012. A Cross-Cultural Study of Generic Structure and Linguistic Patterns in MA Thesis Acknowledgements. *The Asian ESP Journal*. **8(1)**: 141-165.

Referências do corpus (disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/>, acesso em 03-01-2017)

- Almeida, J. 2009. *Flora e Vegetação das Serras Beiro-Durienses*. Tese de Doutoramento em Biologia apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (<http://hdl.handle.net/10316/12178>).
- Azevedo, A. S. 2011. *Zebrafish Caudal Fin Regeneration: the effect of repeated amputations and ageing*. Tese de Doutoramento em Biologia apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (<http://hdl.handle.net/10316/24602>).
- Machado, N. 2012. *Chromone derivatives as antioxidant agents: the structural variable*. Tese de Doutoramento em Bioquímica apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (<http://hdl.handle.net/10316/23600>).
- Pascoal, R. 2006. *Modelos Envolvendo Saltos e Difusão por Cadeias de Markhov*. Tese de Doutoramento em Economia Matemática e Modelos Económétricos apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (<http://hdl.handle.net/10316/454>).
- Perfeito, R. 2012. *Interplay between Alpha-Synuclein and Oxidative Stress in Parkinson's Disease Cell Models*. Tese de Doutoramento em Biologia Celular apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (<http://hdl.handle.net/10316/24601>).
- Pereira, R. J. 2011. *Instrumentação ATCA para Diagnósticos de Espectroscopia Digital de Radiação Gama no JET*. Tese de Doutoramento em Física apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (<http://hdl.handle.net/10316/17957>).
- Teixeira, N. S. 2011. *A Mente Analógica e a Percepção Digital*. Tese de Doutoramento em Psicologia Experimental apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (<http://hdl.handle.net/10316/18477>).

ESCREVER: A RELAÇÃO ENTRE OS ENUNCIADOS INSTRUCCIONAIS E A APRENDIZAGEM DOS GÊNEROS DISCURSIVO-TEXTUAIS – O CASO DE MANUAIS DE PORTUGUÊS 9.º ANO¹

Isabel Sebastião

isabel.sebastiao@hotmail.com

Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal)
Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

RESUMO. Nos exercícios de escrita e nas avaliações escritas, os enunciados apresentados aos alunos exigem certas habilidades do domínio cognitivo: operações que o aluno desencadeia para estabelecer relações entre o conhecimento e os objetos que deverá produzir. Considera-se uma questão que assume relevância no panorama do processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que a avaliação de conhecimentos e de aprendizagens é realizada, na sua maioria, através da produção escrita. O objetivo principal deste texto, inserido num projeto mais amplo, visa compreender em que medida os enunciados existentes em manuais de português de 9.º ano, nos itens de construção de resposta extensa (Neves & Ferreira, 2015), contribuem para o percurso da aprendizagem da escrita no que se refere à dimensão discursiva dos géneros textuais.

O presente trabalho insere-se no campo da linguística aplicada ao ensino,

¹ Este trabalho faz parte do projeto de pós-doutoramento intitulado *Ensino e aprendizagem do conhecimento discursivo-textual de géneros da ordem do expor e do argumentar – o caso dos manuais de português do 9.º ano* desenvolvido no Centro de Linguística da Universidade do Porto, Faculdade de Letras da universidade do Porto, e financiado pela *Fundação para a Ciência e a Tecnologia* (SFRH/BPD/111294/2015).

mais especificamente no domínio da escrita. A análise apresentada incide em enunciados que convocam conhecimento(s) relativo(s) a géneros da ordem do expor e do argumentar (Adam, 1999; Schneuwly & Dolz, 2004). O *corpus* é constituído pelos manuais de 9.º ano que abrangem um maior número de escolas em Portugal, ou seja, os mais seleccionados pelos agrupamentos escolares, e, por isso, um maior número de alunos. O estudo segue uma metodologia na perspetiva da Análise do Discurso, mais especificamente, um quadro teórico pragmático-discursivo.

PALAVRAS-CHAVE: Enunciados instrucionais, discurso instrucional, géneros discursivo-textuais, produção escrita.

ABSTRACT. In writing exercises and written assessments, the instructional questions presented to the students demand certain cognitive domain abilities: activities which the student initiates to establish a relation between knowledge and the objects he/she must produce. It is considered an issue of relevance in the panorama of the teaching-learning process, since the assessment of knowledge and learning is done in most part through written production. The primary objective of this text, which is also part of a broader project, is to understand to what extent the existing questions in The Portuguese textbooks of Year 9, in the items of elaboration of extensive answers (Neves & Ferreira, 2015), actually contribute to the course of study of writing in relation to the discursive importance of textual genres.

The present study falls within the field of Applied Linguistics for Teaching, more specifically within the writing domain. The presented analysis focuses on instructional questions which call for knowledge concerning expository and argumentative writing genres (Adam, 1999; Schneuwly & Dolz, 2004). The *corpus* is composed of Year 9 textbooks which encompass a greater number of schools in Portugal, that is to say, the most commonly selected by the schools, and, therefore, a greater number of students. The study follows a methodology with a perspective of Discourse Analysis, more specifically, a theoretical pragmatic-discursive framework.

KEYWORDS: Instructional questions, instructional discourse, textual-discursive genres, written production.

1 – Introdução

As instruções possuem um papel importante no discurso pedagógico, uma vez que são mediadoras do processo de transmissão e regulação do conhecimento que o aluno adquire no processo de ensino e de aprendizagem. A análise destes enunciados, que configuram as instruções de escrita,

destinadas a resposta restrita e extensa, seguindo a nomenclatura de Neves & Ferreira (2015), nos manuais de português, permite-nos perceber de que forma os enunciados, e por extensão os manuais, se assumem como um contributo para o desenvolvimento da competência de escrita enquanto evento comunicativo e a aprendizagem esperada neste domínio. O modo como estas instruções estão formuladas permite, igualmente, perceber que tipo de processos cognitivos, metacognitivos e discursivos são exigidos ao aluno para concretização das tarefas.

O enunciado instrucional é um texto com uma função prescritiva que tem como finalidade a verificação da compreensão do exercício, da assimilação dos conhecimentos, e da capacidade de resolver/executar a tarefa, facto que carrega consigo a dimensão da avaliação desses conhecimentos, como afirma Amor (1999):

É geralmente reconhecido que as atividades de ensino-aprendizagem convencionais estão intimamente dependentes do modo de funcionamento da palavra escrita. Alguns dos autores que têm abordado esta questão destacam mesmo o predomínio da componente escrita como uma das tarefas escolares tradicionais, explicando-o pelo aumento da visibilidade dos produtos e pela possibilidade de controlo diferido dos mesmos.

Amor (1999: 27)

2 – Os enunciados instrucionais como textos

Como afirma Fonseca (1994), a aprendizagem da escrita é um processo de grande esforço que só se consegue com trabalho e afinho. Está, pois, indicado, à partida, qual deverá ser o papel da escola no processo de ensino e de aprendizagem da escrita – ajudar o aluno a iniciar, a desenvolver e a aperfeiçoar a sua competência de escrita, ou seja, contribuir para que o aluno se envolva neste processo que é moroso e difícil, mas muito necessário, dado que

a escrita é o uso da língua mais valorizado nas atividades escolares enquanto instrumento de diagnóstico, de avaliação e de certificação de conhecimento e

aprendizagens. Embora a maior parte da aula decorra mediante interação oral, a escrita é o modo a que se recorre para consolidação de aprendizagens e para verificação de conhecimentos.

Duarte *et al.* (2016: 219)

No percurso de aprendizagem e consolidação de conhecimentos, não só da língua materna, mas das demais disciplinas, os enunciados instrucionais desempenham uma função importante no que se refere à orientação do aluno no processo de escrita na medida em que definem o objeto a produzir, traçam o percurso relativo a estratégias cognitivas a desencadear e determinam o contexto em que esse evento textual surge. A produção e respetiva descodificação de uma instrução requer

exigências quanto à competência de escrita e à competência linguística, de ambos os intervenientes, professor e aluno, concretamente no que diz respeito à escrita para construção e expressão de conhecimentos. Isto significa que o aluno, a par dos conhecimentos e aptidões específicos de cada área do saber, necessita de proficiência em mais duas áreas: a compreensão da linguagem escrita e a expressão escrita.

Duarte *et al.* (2016: 220)

Qualquer enunciado vai exigir ao aluno, concomitantemente, a capacidade de compreender o que lê e de se expressar por escrito. No caso da língua materna e, neste caso, da escrita, os conhecimentos, os conteúdos a expressar são linguísticos.

Riestra (2004) considera os enunciados instrucionais textos orais ou escritos produzidos numa interação sócio-discursiva em todos os níveis de ensino, e passíveis de serem analisados como um texto de ensino que produz um determinado efeito sobre os alunos na realização de atividades de leitura e escrita. As instruções de escrita, elaboradas pelos profissionais em educação, têm, portanto, uma função organizadora do género discursivo-textual que se pretende realizado e servem para conduzir uma tarefa específica e concreta num determinado contexto. Tal como Riestra (2004), também Amor (1999) considera que os enunciados instrucionais são textos. Esta perspetiva dos enunciados instrucionais como textos, e

pelas suas características diversas, permite que os enunciados sejam observados e analisados do ponto de vista semântico, morfossintático, pragmático, textual e discursivo. Deste modo, analisar a forma como estão estruturados os enunciados instrucionais e as informações que contemplam, ajudará a compreender a conceção do processo de ensino e aprendizagem da escrita subjacente aos manuais e os processos mentais que os alunos têm de desenvolver na realização das tarefas. No caso deste trabalho, a análise incidirá sobre os aspetos discursivos presentes no enunciado referentes ao produto de escrita solicitado.

Os enunciados são, assim, a expressão do discurso instrucional que desencadeia todo um processo de desenvolvimento das habilidades cognitivas, metacognitivas e comunicativas relacionadas com a produção escrita dos alunos em contexto de ensino e aprendizagem.

2.1 – Os enunciados instrucionais e o processo de ensino e aprendizagem da escrita

O ensino e a aprendizagem da escrita constituem um processo complexo que se dá em função dos géneros, e, conseqüentemente, dos textos, e da sua prática, mas é necessário que os textos sejam produzidos mediante as situações de comunicação em que são postos em funcionamento, as situações em que podem ser utilizados. Para que o desempenho eficaz dos alunos possa ocorrer, é necessário que os enunciados instrucionais deem conta destas dimensões características dos textos e dos géneros. Para que consiga cumprir a sua função, considera-se que o enunciado instrucional deve conter indicações que auxiliem o aluno a identificar o género e as suas condições de realização, como

em que situação comunicativa se encontra e qual o género que melhor serve essa intencionalidade?, qual o objetivo do ato de escrita?, a quem se vai dirigir? (quem será o leitor?), que situação envolve os participantes (enunciador e coenunciador)?, o que preciso escrever/explicitar para uma melhor compreensão por parte do leitor do texto?, o que sabe e não sabe o leitor do texto?.

Sebastião (2017: 18)

Desta forma, consideram-se informações importantes as referentes a duas dimensões que configuram o texto: o contexto e a atividade discursiva. Estes aspetos tornam-se relevantes na medida em que contribuem para o objetivo do ensino e da aprendizagem da escrita e estão diretamente implicados nos objetivos que os alunos têm de alcançar e, consequentemente, os seus próprios resultados. O mesmo é dizer que as dimensões que são exigidas na avaliação de um texto, devem ser contempladas pelo enunciado instrucional.

As atividades propostas deverão ter sempre um propósito, um motivo e esse propósito deve estar, à partida, expresso no enunciado, para que, dessa forma, o aluno consiga reunir logo no momento da leitura do enunciado as coordenadas necessárias à configuração da atividade comunicativa.

Como defende Dolz *et al.* para o escritor, o aluno,

a possibilidade que tem antes mesmo de escrever, de representar para si mesmo um *modelo do produto* final que ele busca produzir, constitui-se uma ajuda. Essa representação preliminar ajuda-o a construir uma *postura enunciativa*, dado que ela o leva a adotar um papel mais definido (o que quero representar escrevendo o texto?).

Dolz *et al.* (2011: 24)

A aprendizagem da escrita deve ser, assim, vista como uma atividade discursiva (Camps: 2005). Os textos programáticos (PMCPEB, 2015) apresentam o ensino da escrita tendo como suporte o sistema de géneros. Os géneros possuem uma dimensão comunicativa e, por isso, no momento de recriação mental da situação de uso do género na escrita, o aluno tem de estar munido de todas as informações subjacentes à realização dos géneros para, assim, poder planificar mentalmente o texto que terá de produzir. Como defendem Dolz *et al.* (2011: 24-25), e reforçando o que se disse anteriormente, “No contexto escolar, a situação de comunicação pode corresponder à consigna.”. Para que o enunciado instrucional ajude o aluno a desempenhar a sua tarefa de produção escrita, e ao mesmo tempo adquira a funcionalidade de verificação e consolidação de aprendizagens, deve conter informação pertinente como as referentes à situação de

comunicação (Maingueneau, 1997) – que corresponde à definição de produtor e destinatário e os seus papéis sociais, a intencionalidade do texto, qual o objetivo comunicativo, o lugar social, a instituição e o lugar de circulação do texto. Para além destas informações, a identificação do género contribuirá para a concretização do produto final: o texto. Relembrem-se as palavras de Bakhtin relativamente à relação entre os indivíduos de uma comunidade e os géneros, de onde se pode inferir a pertinência do seu uso em sala de aula:

Esses géneros do discurso nos são dados quase da mesma forma que nos é dada a língua materna, a qual dominamos livremente até começarmos o estudo teórico da gramática. A língua materna – sua composição vocabular e sua estrutura gramatical – não chega ao nosso conhecimento a partir dos dicionários e gramáticas mas de enunciações concretas que nós mesmos ouvimos e nós mesmos reproduzimos na comunicação discursiva com as pessoas que nos rodeiam.

Bakhtin (2003 [1979]: 283)

Quando os alunos chegam à escola, já possuem configurações de género(s) no seu discurso ou já as reconhecem. Essas configurações foram apre(e)ndidas na sociedade, em contexto de interação com os pares. Desta forma, aproveitando este *saber*, e colocando-o ao serviço das atividades de sala de aula, o processo de aprendizagem pode sair enriquecido, como refere Maingueneau, uma vez que

Para um locutor, o facto de dominar vários géneros de discurso é um factor de considerável *economia* cognitiva [...] Graças ao nosso conhecimento dos géneros do discurso, não precisamos prestar uma atenção constante a todos os detalhes de todos os enunciados que ocorrem à nossa volta.

Maingueneau (2002: 63)

Os géneros assumem-se, deste modo, como um contributo nas aprendizagens, dado que moldam a forma de comunicar dos seus utilizadores. Os alunos poderão, assim, compreender o poder da escrita e estarão motivados a fazer o trabalho árduo de aprender a escrever efetivamente (Bazerman 2006: 11).

Os géneros apresentam-se como um instrumento de ensino (Schneuwly 2004: 20), configurando, assim, uma possibilidade de pôr em prática o ensino da escrita e de outros usos da linguagem. Estas ferramentas assumem uma função relevante no ensino e na aprendizagem da produção textual, uma vez que a concretização de um género obriga à existência da finalidade discursiva, da relação entre os interlocutores, do suporte (material) que serve esse género, e de uma organização linguística do texto que deve estar de acordo com as particularidades comunicativas da situação de interação (Sebastião 2013: 122). Tendo em conta que escrever é uma prática comunicativa, não se podem perder de vista as dimensões discursivo-textuais que são intrínsecas a cada ato de comunicação. Por esta razão, o enunciado instrucional deve dar conta desses aspetos necessários à produção do objeto textual.

3 – Metodologia

Servem de objeto de análise os três manuais de Português de 9.º ano mais vendidos em Portugal, no ano letivo de 2015/2016. O primeiro passo foi o da categorização dos enunciados instrucionais. Assim, e de acordo com Dolz (2016: 247), foram escolhidos os enunciados que se referem a exercícios de primeira categoria da produção escrita, são exercícios que propõem atividades que possuem objetos e modalidades de trabalho explícitos, ou seja, exercícios em que as propostas de escrita de textos estão ao serviço das aprendizagens da escola, configuram momentos de produção das mais variadas tipologias textuais e dos mais variados géneros textuais previstos pelos textos programáticos.

O estudo realizado é de natureza descritiva e qualitativa e inscreve-se numa metodologia na perspetiva da Análise do Discurso, mais especificamente, um quadro teórico pragmático-discursivo.

4 – Análise de enunciados instrucionais de escrita

Passemos agora à análise de exemplos de enunciados instrucionais que ilustram os enunciados presentes nos manuais que constituem o *corpus*.

No que se refere à identificação do género, é possível encontrar enunciados que não identificam nem género nem tipologia textual a que o aluno deve recorrer para assim poder dar corpo à tarefa solicitada.

Exemplo 1

Escreve um texto em que:

- a) Numa primeira parte, *descrevas* pormenorizadamente as imagens apresentadas;
- b) Numa segunda parte, estabeleças uma relação entre elas, *justificando* a tua opção.
- c) O teu texto deve ter um mínimo de 140 e um máximo de 200 palavras.

M3: 19

Neste exemplo, pode verificar-se a completa ausência da identificação do género ou da tipologia textual, embora, ao longo do enunciado se possa encontrar referência a dois processos cognitivos linguísticos “descrever” e “justificar” que, de algum modo, poderão ajudar o aluno a proceder a escolhas linguísticas necessárias na construção do “texto” requerido, uma vez que representam a intencionalidade do texto. Neste enunciado, um bom conhecimento lexical é determinante, na medida em que é apenas através dele que o aluno vai determinar as operações que terá de realizar. As informações são escassas e, de referir, de diferente natureza. As alíneas a) e b) referem-se à estruturação textual, a terceira alínea, a c), ao limite do texto. A última indicação é apresentada como se se tratasse da mesma ordem de ideias. Um enunciado deste tipo permitirá ter como resultado uma infinidade de respostas, ou seja, de objetos discursivo-textuais.

Este enunciado leva-nos a colocar as seguintes questões: Que género escolher? Como pode o aluno determinar os aspetos linguísticos que o poderão auxiliar na realização da tarefa e ajudar a configurar microestrutura e superestrutura textuais? Este enunciado não possui a representação de um quadro comunicativo, logo o aluno não percebe o propósito da atividade de escrita.

Tal como este exemplo, no que se refere às informações relativas

ao contexto e aos destinatários, a maior parte dos enunciados estudados também não as apresenta. Este facto tem implicações no processo e no resultado final, no produto textual, uma vez que um enunciado que não apresente estas informações está a dar ao aluno uma liberdade total na configuração da resposta, baseando-a em critérios individuais e permitindo que se distancie do produto inicialmente solicitado. Assim, poder-se-ão obter diferentes géneros perante um mesmo enunciado instrucional, porque a construção vaga do enunciado vai permitir a criação de diferentes interpretações. Este tipo de enunciados não apresenta orientação e regulação no que se refere ao processo de escrita do aluno.

Exemplo 2

Considera a seguinte afirmação:

“Os termos insultuosos geram ou aumentam a violência e a agressividade – consequências são sempre negativas.”

Escreve um *texto argumentativo* de 180 a 240 palavras, em que *explores* o tema sugerido. Nele deve ser evidente:

- uma tomada de posição;
- a apresentação de razões que justifiquem a posição tomada;
- a apresentação de argumentos que diminuam a força de posições contrárias;
- uma conclusão coerente, em que reforces a tua posição.

Segue as etapas apresentadas abaixo:

PLANIFICAÇÃO

Tendo como base os conhecimentos que já tinhas e que acabaste de adquirir sobre o tema em causa, faz o plano do teu texto, registando e organizando, no caderno, os tópicos a desenvolver na introdução, no desenvolvimento e na conclusão.

TEXTUALIZAÇÃO

Redige o texto seguindo o teu plano e tendo o cuidado de usar tipos de argumentos variados (argumentos de autoridade, universais, experienciais...).

REVISÃO

Revê o teu texto, corrigindo eventuais erros gramaticais e diversificando o vocabulário e as estruturas sintáticas.

M2: 103

Da observação deste enunciado, comece-se por referir a extensão. A dimensão do enunciado instrucional deve-se ao facto de o mesmo contemplar informações que não são solicitadas na instrução, mas que representam “etapas” inerentes ao processo de escrita de qualquer texto. Trata-se da referência ao modelo de processamento da escrita – planificação, textualização, revisão de Hayes & Flower (1980). Esta informação é recorrente nas propostas de atividades de todos os manuais estudados, ou seja, a cada enunciado instrucional de escrita, na sua dimensão restrita ou extensa, esta informação repete-se.

Relativamente a informações discursivas – contexto comunicativo – nada é referido. Nada é dito sobre que género utilizar. A instrução revela uma opção por um ensino de inspiração estruturalista – texto argumentativo – em que se enfatiza o ensino da estrutura linguística, e não por uma abordagem discursivo-textual. Não é dito ao aluno em que contexto surge este texto e a quem se dirige. Estas informações tornam-se relevantes na medida em que contribuem para a tomada de uma atitude enunciativa que permitirá ao aluno proceder a escolhas linguísticas como pronominalização, modalização, tempos e modos verbais, entre outras, e assim melhor construir a coesão e a coerência do (seu) discurso argumentativo. Invoque-se Marcuschi (2002: 21) que reforça que “os gêneros textuais não se caracterizam nem se definem por aspectos formais, sejam eles estruturais ou lingüísticos, e sim por aspectos sócio-comunicativos e funcionais”, explicitando que são os aspetos sócio-comunicativos que determinam os aspetos linguísticos que configuram um texto.

A esquematização mental da organização do texto, no momento da leitura do enunciado, e a possibilidade de ser capaz de traçar mentalmente, ou em rascunhos, o/um plano de texto, que posteriormente vai aprimorando em sucessivas versões do texto, contribui para o processo de aprendizagem e consolidação (esperado/a) da escrita. Bhatia (1993:32) afirma que essa esquematização textual corresponde à estrutura cognitiva

que os responsáveis pela elaboração dos géneros possuem em mente. O autor considera que essas estruturas funcionam como espécies de modelos mentais padronizados ou convencionados, que são ativados no momento da produção textual.

Perante este enunciado instrucional, o aluno poderá optar por escrever um texto de opinião, uma crónica ou até mesmo uma carta, entre uma diversidade de opções. Este é um exemplo dos muitos casos que se encontram nos manuais que se podem definir como ambíguos, uma vez que podem levar a distintas interpretações ou provocar confusão nos alunos no momento de tomada de decisão. Este tipo de enunciados instrucionais, que não especificam o género de texto pretendido, o contexto em que ocorre a situação discursiva, os destinatários, fazem com que o resultado obtido se distancie da proposta inicialmente pretendida/imaginada pelo professor.

Como anteriormente já se referiu, é importante que o aluno perceba “porque razão escreve”. Quando produz um texto a partir de um enunciado, o aluno tem de recuperar os elementos do contexto da situação comunicativa, referidos pelo enunciado, e ser capaz de planificar o seu texto em função de questões como: Sobre o que escrevo? Para quem escrevo? Qual o objetivo do texto que vou escrever? Como vou escrever?

Observem-se, agora, dois exemplos, com uma representatividade diminuta ao longo dos manuais estudados, de enunciados que têm em conta aspetos discursivos.

Exemplos 3 e 4

Escreve uma *Crónica para publicação num jornal ou num blogue da escola*, de acordo com as instruções.

M3: 27

Escreve a *crítica de um filme* que tenhas visto num texto de 120 a 180 palavras, para publicares no jornal ou blogue da tua escola, seguindo as instruções.

(...)

M3: 33

Estes dois enunciados, presentes no mesmo manual, são exemplo das raras ocorrências de indicação de aspetos discursivos na formulação dos enunciados instrucionais de escrita de resposta extensa. Apresentam-se semelhantes entre si, dando conta da dimensão comunicativa que tem de ser ativada no processo de escrita desencadeado pelos mesmos. Ao ler estes enunciados, o aluno percebe que os protagonistas do discurso estão implicados: um eu e um tu. O eu é quem escreve e terá de ter um registo de primeira pessoa, logo assume a responsabilidade enunciativa e ao mesmo tempo atribui subjetividade ao discurso: a opinião. O tu é o público alvo, embora esse público esteja mais explícito no segundo exemplo do que no primeiro. A partir desta responsabilidade enunciativa e do destinatário, todas as decisões discursivotextuais são tomadas, imprimindo nos diferentes géneros a produzir o estilo e a adequação, a coesão e a coerência textuais: um leque de escolhas de mecanismos linguísticodiscursivos adequados às necessidades comunicativas de cada ato comunicativo. O aluno sabe para quem escreve, logo pode adequar o seu texto ao seu leitor. Para além destes aspetos, há a referir a dimensão social da escrita na medida em que esta é apresentada ao aluno como meio de comunicação/interação entre o ele e os seus pares. Nestes enunciados instrucionais, a escrita é apresentada em função de situações particulares de comunicação, próximas da realidade: nos dois exemplos, a intencionalidade é argumentar de acordo com um destinatário: leitores de um jornal ou jornal da escola e leitores de um blogue que podem ser colegas de classe, colegas de escola, professores, pais, alunos de outra escola, definido o lugar social onde o texto sairá publicado: jornal, jornal da escola e blogue.

A formulação destes enunciados permite ir além da sala de aula, mostra ao aluno que os géneros são flexíveis, revestidos de uma plasticidade própria e que se adequa às distintas situações reais (que podem ser vivenciadas a partir da sala de aula).

5 – Considerações finais

Da análise dos manuais, verifica-se que os enunciados instrucionais analisados, na sua grande maioria, não consideram informações

necessárias para que os alunos produzam um texto que possa desempenhar uma interação eficaz, logo, não se revelam itens úteis para promover a aprendizagem e o desenvolvimento da escrita. Apresentam-se como incompletos e ambíguos. A maior parte das informações fornecidas pelos enunciados são relativas ao processo de escrita: às “etapas” de escrita relacionadas ou com a estrutura do texto – introdução, desenvolvimento e conclusão – ou com o modelo de processamento da escrita – planificação, textualização, revisão de Hayes & Flower (1980). Da observação que é feita dos exemplos 3 e 4, é possível perceber que formular enunciados instrucionais tendo em conta os aspetos discursivos dos géneros a produzir – destinatários do texto escrito e suas características, a intencionalidade comunicativa ou o propósito do texto escrito, situação social, histórica e institucional em que está inserido e os seus possíveis efeitos – oferece benefícios na aprendizagem da escrita, e, logo, do ensino da mesma, uma vez que contribui para um melhor entendimento da escrita enquanto evento comunicativo, abrindo assim possibilidade para o desenvolvimento da competência discursivo-textual e linguística.

Um mais completo enunciado instrucional, com informações relativas ao produto final da atividade de escrita, permitirá uma melhor compreensão do texto enunciado instrucional e, conseqüentemente, uma maior interação entre os papéis que o aluno tem de desempenhar neste complexo processo: leitor e escritor.

REFERÊNCIAS

- Adam, J-M. 1999. *Linguistique Textuelle – des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan.
- Atorresi, A. 2005. Construcción y evaluación de consignas para evaluar la escritura como competencia para la vida. *Enunciación*, (10): pp. 4-14.
- Bakhtin, M. 2003. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bazerman, C. 2006. A vida do gênero, a vida na sala de aula. In: A. P. Dionísio & J. C. Hoffnagel (org.), *Gênero, agência e escrita*. São Paulo: Cortez Editora, pp. 23-34.
- Bhatia, Vijay 1993. *Analysing genre: language use in professional settings*. London and New York: Longman.
- Beaugrande, R-A.; Dressler, W. U. 2005 (1981). *Introducción a la lingüística del texto*. Barcelona: Ariel.
- Bloom, B. S. et al. 1996 (1956) *Taxonomy of educational objectives*. New York: David Mckay, 1956. v. 1
- Camps, A. 2005. Pontos de vista sobre o ensino e aprendizagem da escrita. In: J.A.B. Carvalho; L.F. Barbeiro; A.C. Silva; J. Pimenta (Orgs.) *A escrita na escola, hoje: Problemas e desafios*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia, pp. 11-26.
- Charaudeau, P.; Maingueneau, D. 2008. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Editora Contexto.
- DGE 2015. *Programa e metas curriculares de Português do ensino básico*. Lisboa: DGE. MEC.
- Dolz, J. 2016. As atividades e os exercícios de língua: uma reflexão sobre a engenharia didática. *Delta*, 32.1, pp. 237-260.
- Dolz, J.; Gagnon, R.; Decâncio, F. 2011. *Produção Escrita e Dificuldades de Aprendizagem*. Campinas: Mercado das Letras.
- Duarte, I. M; Rodrigues, S. V.; Machado, A.; Guedes, Maria M.; Toriz, Helena 2016. A escrita escolar para expressão de conhecimentos e aprendizagens: um caso em estudo. In: José António Brandão Carvalho, Maria de Lourdes Dionísio, Elisete de Carvalho Mesquita, Juliana Cunha e Ana Arqueiro (orgs.), *Atas do V Simpósio Internacional de Ensino de Língua Portuguesa e do V Fórum Ibero-Americano de Literacias (V SIELP-FIAL)*. Braga: CIEd/Universidade do Minho. (pp. 219-232). ISBN: 978-989-8525-49-9 [Suporte Eletrónico]. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/>

- handle/1822/44992 ?
- Grice, H. P. 1975. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. L. (Orgs.). *Syntax & semantics: speech acts*. New York: Academic Press, v. 3.
- Koch, I. 2002. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez.
- Maingueneau, D. 1997. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Editora da Universidade de Campinas.
- Maingueneau, D. 2002. *Análise de Textos de Comunicação*. São Paulo: Cortez Editora.
- Marcuschi, L. A. 2008. *Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Marcuschi, L. A. 2002. Gêneros textuais: definições e funcionamento. In: Angela Dionísio; Anna R. Machado & Maria A. Bezerra. (orgs.) *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, pp. 19-36.
- Neves, A. C.; Ferreira, A. L. 2015. *Avaliar é preciso? Guia Prático de avaliação para professores e formadores*. Lisboa: Guerra e Paz.
- Oliveira, F. 2003. Modalidade e Modo. In: Mateus *et al.* *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, pp. 245-272.
- Riestra, D. 2004. *Las consignas de trabajo en el espacio socio-discursivo de la enseñanza de la lengua*. Tese de Doutoramento, Universidade de Genebra.
- Schneuwly, B. e Dolz, J. 2004. *Gêneros Orais e Escritos na Escola*. Campinas: Mercado das Letras.
- Schneuwly, B. 2004. Gêneros e tipos de discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas. In: B. Schneuwly, J. Dolz *et al.* (org.), *Gêneros Orais e Escritos na escola*. Campinas: Mercado das Letras, pp. 19-34.
- Searle, John R. 1979. *Expression and meaning*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Searle, J. 1969. *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sebastião, I. (2017). A escrita argumentativa nos textos programáticos e nos manuais – entre a teoria e a prática. *Atas do 12º Congresso Nacional da Associação de Professores de Português*. Lisboa: APP, pp. 1-23. ISBN: 978-989-96117-4-0.
- Sebastião, I. 2013. *Interactividade entre práticas e aprendizagens de estruturas discursivotextuais no ensino básico - o discurso epistolar*. Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.
- Van Dijk, T. (2010). *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Editora Contexto.

CRÍTICA CINEMATOGRAFICA: ANÁLISE LINGUÍSTICO-TEXTUAL¹

Fátima Silva

mhenri@letras.up.pt

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

António Leal

jleal@letras.up.pt

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

Purificação Silvano

msilvano@letras.up.pt

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

Idalina Ferreira

idalinaferreira9@gmail.com

Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

Fátima Oliveira

foliveir@netcabo.pt

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

¹ Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/LIN/0022/2016.

RESUMO. A apreciação crítica cinematográfica é um género textual marcado por um conteúdo temático, um estilo característico e uma estrutura composicional específica, na qual, para além da vertente informativa, constitui um traço definidor a apreciação do objeto cinematográfico. A apreciação supõe não só uma avaliação, positiva ou negativa, deste objeto, mas também as razões desta avaliação, o que implica a utilização de categorias e estruturas linguísticas apropriadas à expressão de uma avaliação positiva ou negativa e sua justificação. Com o objetivo de definir até que ponto a análise de mecanismos linguísticos textuais, especialmente os semânticos, é essencial para a textualização, em estreita correlação com a organização interna do texto, ambas tributárias das condições contextuais necessárias para a sua receção/produção, tratamos um *corpus* constituído por 12 críticas cinematográficas ocorrentes no jornal *Público* na sua edição digital. Na análise do *corpus* esteve subjacente a delimitação dos seguintes objetivos: i) determinar sumariamente as suas condições de produção e a sua estrutura composicional; ii) analisar algumas das marcas linguísticas mais frequentes para a expressão da opinião sobre o filme; iii) verificar se a expressão de opinião positiva ou negativa sobre o filme é feita através de mecanismos diferentes; e iv) correlacionar a valoração positiva ou negativa global do filme com o número de estrelas que lhe foi atribuído. A análise do *corpus* concentrou-se sobre a relevância de alguns elementos linguísticos – adjetivos, verbos e nomes – na coesão lexical, nomeadamente na determinação da polaridade (positiva ou negativa) da apreciação, a fim de delimitar as regularidades de cada grupo, mas também as suas diferenças, e no nível estrutural em que se marca a apreciação. Os resultados deste estudo mostram que as categorias sintáticas consideradas – adjetivo, nome, verbo – apresentam uma valoração positiva ou negativa, que é uma das suas marcas lexicais, podendo, contudo, a esta valoração sobrepor-se a valoração atribuída composicionalmente à expressão em que nome, verbo e adjetivo se inserem. Assim, verificou-se que a expressão de opinião positiva e negativa é feita através dos mesmos mecanismos nos dois subgrupos de textos que compõem o *corpus* de análise e que a polaridade global positiva ou negativa é, respetivamente, consistente com os filmes avaliados com 4* ou 1*. Verifica-se ainda que há uma interdependência entre as categorias semânticas que contribuem para a configuração textual e o género de texto, pois as marcas linguísticas analisadas são elementos fundamentais da textualização das apreciações cinematográficas consideradas, contribuindo para a sua coesão textual. De facto, a utilização destas categorias sintáticas estabelece de forma clara uma orientação argumentativa para o texto, evidenciando os argumentos aduzidos pelo locutor e que justificam a avaliação do filme.

PALAVRAS-CHAVE: Crítica de filmes, expressão da opinião, polaridade, género textual.

ABSTRACT. Movie reviews is a textual genre marked by a thematic content, a characteristic style and a specific compositional structure, in which, in addition to the informative nature, there is a relevant feature: evaluation of the movie.

This evaluation presupposes not only a positive or negative evaluation of this object, but also its justification, which implies the use of categories and linguistic structures appropriate for the expression of a positive or negative evaluation and its justification. To define the extent to which the analysis of textual linguistic mechanisms, especially semantic, is essential for textualization, in close correlation to the internal organization of the text, both of which are subject to the contextual conditions necessary for its reception / production, we analyzed a corpus constituted by 12 cinematographic reviews from *Público* in its digital edition. The analysis of the corpus has the following aims: i) to determine briefly its conditions of production and its compositional structure; ii) to analyze some of the most frequent linguistic marks for the expression of opinion on the film; iii) to verify whether the expression of positive or negative opinion on the film is made through similar or different mechanisms; and iv) to correlate the overall positive or negative value of the film with the number of stars attributed to it. The analysis of the corpus, which focused on the relevance of some linguistic elements - adjectives, verbs and nouns - in lexical cohesion, namely in determining the (positive or negative) polarity of the assessment, to establish the regularities of each group, but also their differences, on structural level in which the assessment is marked. The results of this study show that the syntactic categories considered - adjective, noun, verb - present a positive or negative evaluation, which is one of their lexical marks. However, this evaluation may overlap the evaluation compositionally attributed to the expression in which noun, verb and adjective are inserted. Thus, it was verified that the expression of positive and negative opinion is done through the same mechanisms in the two subgroups of texts that compose the corpus of analysis and that the positive or negative global polarity is, respectively, consistent with the films evaluated with 4* or 1*. It was also verified that there is an interdependence between the semantic categories that contribute to the textual configuration and the genre of text, since the linguistic marks analyzed are fundamental elements of the textualisation of the movie reviews considered, contributing to their textual cohesion. In fact, the use of these syntactic categories clearly establishes an argumentative orientation for the text, underlining the arguments offered by the speaker and that justify the evaluation of the film.

KEYWORDS: Movie reviews, opinion mining, polarity, textual genre.

1 – Introdução

A apreciação crítica cinematográfica é um género textual que tem sido estudado por autores de diferentes quadros teóricos e com objetivos diversos, ainda que, na sua globalidade, se manifeste como denominador

comum a preocupação com a caracterização do género, quer em termos das suas condições de produção, quer no âmbito da sua composicionalidade e textualização (Charaudeau 1988; Baud 2003; Berbare 2004; Barros 2008, 2009; Lhoutellier 2009; Taboada 2011; Callegaro 2015; Silva *et al.* 2015; Topa-Bryniarska 2017; e.o.).

Enquanto género² textual, ou subgénero, se o considerarmos no contexto mais amplo do género apreciação crítica, onde cabe a apreciação de diferentes objetos culturais, a apreciação crítica de filmes, na linha de Bakhtine (1984) e Bronckart (1996, 2001, 2008), constitui um instrumento para a realização de ações de linguagem, correspondendo cada uma destas ações a um texto empírico, que é contextualmente situado, o que lhe confere um carácter singular e único. Cada texto empírico é, portanto, um exemplar do género apreciação crítica de filmes, cujo modelo, em função das propriedades da situação em que é produzido, o locutor adota e adapta, num movimento simultâneo de identidade, centrado na sua reprodução, mas também de diferença, pelas suas possibilidades de variação (cf. Coutinho 2011). Existe, assim, “uma estreita interdependência entre o texto concreto (tal como circula em sociedade), a categoria género de que participa necessariamente (de forma mais dependente ou mais livre) e a prática ou actividade em que ambos se enquadram” (Coutinho 2006:6), o que confere ao género o seu carácter maleável e adaptável em função das práticas sociais em que se inscreve e determina. Isso não contradiz, no entanto, a possibilidade de “captar os factores que definem a (relativa) estabilidade de cada género, na (relativa) estabilidade (social e epocal) da actividade a que está associado” (Coutinho 2006:6), considerando-se, com Bakhtine, que

L'énoncé reflète les conditions spécifiques et les finalités de chacun de ces domaines, non seulement par son contenu (thématique) et son style de langue, autrement dit par la sélection opérée dans les moyens de la langue – moyens lexicaux,

² Não sendo objetivo deste trabalho a problematização do conceito de género, não nos detemos em considerações de natureza epistemológica sobre este conceito, que é tratado de forma aprofundada nos trabalhos de Bakhtine (1984), Bronckart (1996), Adam (2001, 2008), Maingueneau (2002), Marcuschi (2008), Coutinho (2007, 2011) e Miranda (2010), nos quais fundamentamos a nossa análise.

phraséologiques et grammaticaux –, mais aussi et surtout par sa construction compositionnelle. (Bakhtine 1984:265)

O modelo de ação da linguagem e o modelo de arquitetura textual definidos por Bronckart (1996) no quadro do interacionismo sociodiscursivo constituem um instrumento de análise bastante produtivo, na medida em que permitem estudar as construções mobilizadas em cada ação da linguagem, através da articulação das condições de produção com a determinação da arquitetura textual. As condições de produção dos textos designam “les propriétés des mondes formels (physique, social et subjectif) qui sont susceptibles d’exercer une influence sur la production textuelle” (Bronckart 1996:93), constituindo a base a partir da qual são tomadas decisões sobre a produção de um texto. Por sua vez, a arquitetura textual, isto é, o modo de organização interna de um texto, implica a consideração de três níveis: a infraestrutura interna do texto (na qual são considerados o plano de texto, os tipos de texto, as sequências, *scripts* e esquematizações), os mecanismos de textualização, que contribuem para o estabelecimento da coerência temática e integram os mecanismos de coesão, conexão nominal e coesão verbal, e os mecanismos enunciativos, responsáveis pela manutenção da coerência pragmática e subdivididos em gestão de vozes e modalizações³.

Este estudo, que se fundamenta nos princípios teóricos e metodológicos que acabamos de definir sumariamente, toma como objeto um *corpus* de doze apreciações críticas de filmes publicadas no jornal *Público* entre janeiro e setembro de 2016, que estão organizadas em dois subgrupos, de acordo com o número de estrelas que foi atribuído a cada filme pelo crítico, a saber, quatro ou uma. O trabalho tem como principais objetivos: i) determinar sumariamente as suas condições de produção e a sua estrutura composicional; ii) analisar algumas das marcas linguísticas mais frequentes para a expressão da opinião sobre o filme; iii) verificar se

³ É por essa razão que optamos por seguir, neste estudo, os princípios teóricos e metodológicos propostos pelo modelo de Bronckart. No entanto, há autores que têm seguido outros modelos na análise da apreciação crítica. É o caso de Taboada (2011), que segue o modelo sistémico-funcional de Halliday (1994).

a expressão de opinião positiva ou negativa sobre o filme é feita através de mecanismos semelhantes ou diferentes; e iv) correlacionar a valoração positiva ou negativa global do filme com o número de estrelas que lhe foi atribuído.

À consecução destes objetivos está subjacente a estrutura do artigo. Na segunda secção, sintetizamos algumas das características tipicamente associadas ao género apreciação crítica de filmes. Na terceira, apresentamos o *corpus* e a metodologia de análise seguida. A quarta secção consiste na apresentação dos resultados da análise linguístico-textual operada sobre a expressão da opinião em segmentos textuais delimitados na primeira fase da análise e respetiva discussão.

2 – Algumas considerações sobre o género apreciação crítica de filmes

A classificação dos textos do *corpus* como exemplares do género apreciação crítica de filmes decorre da conceção de género explicitada na introdução deste trabalho, procedendo-se, de seguida e antes de uma análise mais específica do *corpus*, à explicitação de algumas regularidades deste género, que permitem agrupar os textos empíricos sob a mesma designação genérica, apesar da sua singularidade.

A apreciação crítica de filmes ou, como é também frequentemente denominada, a crítica de cinema ou cinematográfica, “é um género jornalístico mobilizado pela esfera jornalística que transita entre o mundo jornalístico e o cultural, pois o tema pertence ao mundo das Artes, mas quem o veicula é a esfera jornalística” (Barros 2009:182). Por esse facto, alguns autores inscrevem este género no discurso jornalístico cultural, no qual o jornalista possui um papel social de mediação entre a obra de arte e o público (cf. Carvalho 2014; Topa-Bryniarska 2017). Este género tem como uma das suas principais marcas a apreciação crítica do objeto cultural que toma como tema, à qual se associa também uma finalidade informativa, que, em certa medida, está submetida ao valor dominante da apreciação. Neste sentido, Topa-Bryniarska (2017:3), na linha da maior parte dos autores que trabalharam este género, afirma que “la critique de cinéma (...) sera d’évaluer le contenu d’un film pour guider le récepteur

dans ses «choix cinématographiques»”. Formulando de modo distinto a sua definição deste gênero, Berbare (2004) integra elementos-chave da funcionalidade deste gênero, considerando que “criticar um filme é observar detalhes, identificar as características típicas da obra, compará-las a outras do gênero, criticar, elogiar o filme” (Berbare 2004: 4). Por esta razão, além do seu caráter argumentativo forte, manifestado discursivamente nos exemplares que o atualizam de forma mais explícita ou mais implícita, é possível atribuir a este gênero textual uma função persuasiva, que consiste em suscitar comportamentos de adesão ou rejeição dos leitores e potenciais espectadores do filme em apreço (cf., e.o., Onursal 2005; Topa-Bryniarska 2017), mas também informativa, que visa, frequentemente através de sequências descritivas e narrativas, fornecer ao leitor dados sobre a diegese, os procedimentos cinematográficos utilizados, nomeadamente no que se refere à montagem, aos atores, ao realizador, ao som, à iluminação e à música.

Ainda no domínio da finalidade central deste gênero textual, Callegaro (2015:7) seguindo Charaudeau (1997), considera-o como um *Acontecimento Comentado* (AC), destacando algumas categorias relevantes para a determinação das suas propriedades, também presentes, de forma mais ou menos sistemática, nos trabalhos dos outros autores já citados, a saber: o papel dos participantes, o tema e o suporte.

A relação dos participantes caracteriza-se por uma assimetria de papéis, na medida em que o enunciador da apreciação crítica, que assina sempre o seu texto, assume um duplo estatuto, que regula o seu discurso. Por um lado, apresenta-se como um especialista de cinema, que já viu muitos filmes e possui um conhecimento bastante informado e técnico sobre o mundo do cinema, sendo por esta via que legitima frequentemente a sua avaliação do filme ou de aspetos com ele relacionados; por outro lado, deseja mostrar-se próximo do que considera ser o leitor-modelo, o público que consome o jornal (ou revista) no qual escreve, através de várias estratégias discursivas, que procuram a sua captação. Além disso, é ainda necessário atender às condições físicas de divulgação da apreciação crítica (meio, suporte, espaço), que podem ser várias e têm consequências sobre a sua produção, nomeadamente ao nível da configuração do plano textual global da apreciação crítica e ao cumprimento da sua finalidade. A

este respeito, Barros (2009:182) afirma que “[a] tendência, ora para maior incidência na descrição, ora para a argumentação, vai depender do contexto em que a crítica está inserida: o tipo de suporte, o público-alvo, a linha editorial do jornal/revista, a competência e/ou o nível de especialização do crítico, os objetivos dos editores, etc.”⁴ Assim, os procedimentos textuais podem variar em função das condições de produção, mas também de acordo com a função predominante do texto e ainda com o estilo do seu enunciador.

3 – *Corpus* e metodologia

3.1 – *Corpus*

O *corpus* de análise, que constitui uma amostra de um *corpus* mais vasto, é composto por 12 textos de apreciação crítica, distribuído por dois subconjuntos com o mesmo número de textos, seis, distintos quanto ao número de estrelas, respetivamente, 4 estrelas e 1 estrela. Estes textos foram publicados na edição digital do jornal *Público* entre janeiro e setembro de 2016, na rubrica *Crítica Cinema*, sendo assinados por três críticos profissionais (Luís Miguel Oliveira, Jorge Mourinha e Vasco Câmara).

A escolha dos filmes foi aleatória quer quanto ao tema, quer quanto ao género cinematográfico, sendo critérios determinantes para a seleção desta amostra a variedade possível dos críticos e o número de estrelas dos filmes, assim como o suporte e a rubrica do jornal em que se inscrevem.

⁴ A influência destes fatores pode ser observada nas diferenças encontradas na apreciação crítica produzida em jornais ou em blogues. Veja-se, a título de exemplo, Silva *et al.* (2015).

TEXTO	CRÍTICO	FILME	DATA	ESTRELAS	PALAVRAS
1	Jorge Mourinha	<i>O que está por vir</i>	15/06/2016	4	504
2	Jorge Mourinha	<i>Carol</i>	03/02/2016	4	508
3	Jorge Mourinha	<i>Kubo e as Duas Cordas</i>	08/09/2016	4	537
4	Luís Miguel Oliveira	<i>Dusu Uzala – A águia da estepe</i>	03/08/2016	4	763
5	Luís Miguel Oliveira	<i>Os oito odiados</i>	03/02/2016	4	859
6	Vasco Câmara	<i>Os oito odiados</i>	10/02/2016	4	654
7	Jorge Mourinha	<i>A Canção de Lisboa</i>	14/07/2016	1	423
8	Jorge Mourinha	<i>As loucas da Toscana</i>	29/09/2016	1	321
9	Luís Miguel Oliveira	<i>O bebé de Bridget Jones</i>	16/09/2016	1	269
10	Luís Miguel Oliveira	<i>O amor é lindo... porque sim</i>	09/03/2016	1	590
11	Vasco Câmara	<i>The revenant: o renascido</i>	27/01/2016	1	399
12	Vasco Câmara	<i>A espera</i>	21/04/2016	1	216

TABELA 1 – Caracterização geral do *corpus*

3.2 – Metodologia

A análise do *corpus* foi realizada em duas etapas. A primeira etapa do trabalho consistiu numa análise global dos textos, tendo em conta algumas considerações preliminares sobre este género textual, as condições de produção subjacentes aos textos analisados, bem como uma análise da sua estrutura composicional. No contexto desta análise foi dada especial atenção aos segmentos textuais nos quais ocorriam estruturas linguísticas

de marcação da apreciação crítica.

Na segunda etapa, procedemos à anotação dos textos tendo em conta as marcas linguísticas em que assentava a apreciação crítica dos segmentos textuais destacados na primeira fase da análise dos textos. A análise foi feita manualmente pelos autores do artigo, tendo-se estabelecido previamente tanto os parâmetros a considerar como o procedimento para a sua realização, de modo a obter uma anotação consistente dos dados.

Na sequência da análise dos dados, apresentam-se os resultados mais relevantes, assim como a sua discussão. Tanto a apresentação dos resultados como a sua discussão são realizadas de forma comparativa, no sentido de mostrar como se comportam os dois subgrupos de textos em relação à expressão da opinião sobre os filmes e de verificar se há correlação entre a polaridade da expressão da opinião e o número de estrelas que lhes foi atribuído.

4 – Análise do *corpus*

A apresentação dos resultados da análise dos dados é subdividida em duas subsecções, correspondentes às etapas identificadas em 3.2., destinando-se a primeira a uma apresentação geral dos resultados obtidos e a segunda, a uma análise das marcas linguísticas da apreciação crítica nos segmentos destacados na primeira fase da análise.

4.1 – Análise global do *corpus*

A análise global do *corpus* baseou-se nos seguintes parâmetros: condições de produção dos textos, apresentação dos textos, infraestrutura dos textos e distribuição de elementos de apreciação nas diferentes partes dos textos.

4.1.1 – Condições de produção dos textos

Quanto às condições de produção, os textos apresentam as mesmas características, que são sintetizadas na tabela 2.

Dimensão material ↓ Contexto físico	Suporte	Digital
	Momento da produção	Previamente à estreia do filme
	Espaço físico	Internet
	Emissores	Autor da apreciação crítica
Dimensão sociopragmática ↓ Contexto sociosubjetivo	Recetores	Leitores do jornal
	Objetivo	Avaliação e informação sobre o filme
	Domínio discursivo	Jornalístico
	Enunciador	Crítico profissional
Dimensão Temática	Destinatário	Público interessado na apreciação de filmes que saíram recentemente
	Conteúdo temático	Apresentação de aspetos do filme e sua apreciação crítica

TABELA 2 – Condições de produção das apreciações críticas do *corpus*⁵

Da leitura desta tabela, concluímos que as apreciações críticas analisadas se inscrevem na esfera jornalística, tendo sido produzidas por críticos profissionais do jornal *Público*, na sua versão digital. A finalidade dos textos é a apresentação e apreciação de onze filmes diferentes, porque há duas apreciações críticas sobre o mesmo filme, embora realizadas por críticos distintos, na mesma rubrica do jornal intitulada “Crítica Cinema”. A circulação dos textos no mesmo suporte e espaço do jornal tem, do nosso ponto de vista, algumas consequências ao nível do plano textual global das apreciações críticas consideradas, que se apresenta de seguida.

4.1.2 – Elementos da infraestrutura interna dos textos

Do ponto de vista da sua configuração, as apreciações críticas surgem tipicamente num ambiente plurissemiótico, que fornece informações de

⁵ Tivemos em linha de conta, além de Bronckart (1996), também Richer (2011).

natureza peritextual, para além da informação textual específica. A figura 1⁶ sintetiza esquematicamente a configuração das apreciações críticas que ocorrem no *corpus*.

CRÍTICA CINEMA
O amor é lindo... e o filme é cândido e simplório
 Nada em *Amor é Lindo... Porque Sim!* está a pensar no cinema, apenas em modelos televisivos, da sitcom à aos programas de humor em sketchs.

O *Amor é Lindo... Porque Sim!* ★ ★ ★ ★ ★

 **LUÍS MIGUEL OLIVEIRA** • 9 de Março de 2016, 13:54 PARTILHA



Ingenuo e simplório em termos de ideias, pobremente televisivo em termos formais: O Amor é Lindo...

Enquanto a maioria crítica ocupa (sem saber muito bem o que faz e com) o espaço do cinema dito "autoral", ocupa, dir-se-ia que naturalmente, o espaço do cinema dito "popular". É um via, espécie de ironia visual, que o cinema em ambigües comerciais está em competição, não é com os "autóres" filmes. Não que, com igual naturalidade, este cinema tenha a parcerias com a televisão, porque é a ela que tem que render espetáculos, não é aos filmes de Pedro Costa ou de Miguel Gomes. *O Amor é Lindo... Porque Sim!*, sem ser tão dramático como alguns casos recentes, é mais um exemplo claro: nada no filme está a pensar no cinema, material ou lucrativamente falando, age nos modelos televisivos, da televisão aos programas de humor em sketchs.

Em termos "performativos", do cinema narrativo àquele "naturalista", muita coisa (porque na verdade é profundamente tipificado), que mostra que os diálogos quer a representação, não há outro universo referencial. O que ali é construído no caso de Vicente Alves do O, realizador que nos sete filmes anteriores (*Quatro Quartos* na Alma e *Heróis*), embora com resultados mistos, mostrava perseguir alguma realização cinética e ter a cabeça mais do que de cinema popular à escala universal. O cinema só aparece longinquamente, como inspiração remota: aquele mundo bairrista (a zona entre Belém e o Calheta), a sua tipificação clássica (os ricos e os pobres, em caricaturas esperadas sempre no laboratório berdoas), a sua população de folhetos e folhetos em seus próprios modelos americanos (em termos das suas gerações e histórias), e o mesmo mundo dos "Patos das Cantigas" de aristas, transposto para o tempo das "narrativas modernas" e outras coisas que tais.

Mas dito isto, há um aspecto em *O Amor é Lindo... Porque Sim!* que o torna quase "irresistível": a sua duração de 14 minutos, visto como um episódio também no âmbito de final de curso de uma escola de atores (com o "tergivers" da presença de profissionais bem rodados, como o subtexto do caso de Maria Ruff e de Ana Brito e Cunha). De parte a censura do filme – do seu argumento, dos seus diálogos, das suas personagens – explica-se por aí, e não o diáspora de maneira completamente depreciativa, porque a energia despendida de praticamente todos os atores (e a total falta de calma de alguns deles) deram espaço a alguns momentos e alguns momentos em que se ocupa, mesmo que involuntariamente, a representação com por como certa e marginal dos transgressores e transgressões televisivas (a cena do encontro entre a protagonista Anália e o seu pretendente "incerto" é um



★ ★ ★ ★ ★
O Amor é Lindo... Porque Sim!
 Realização: Vicente Alves do O
 Actores: Ana Brito, 2016
 Maria, Catarina Santos, Ana Brito e Cunha, Maria Ruff

FIGURA 1 – Apreciação crítica do filme correspondente ao texto 10 do *corpus*

⁶ Fonte da figura: <https://www.publico.pt/2016/03/09/culturaipsilon/critica/cantigas-no-patio-1725634>.

Como podemos observar na figura 1, tipicamente, cada apreciação crítica apresenta a seguinte composição:

- i. título;
- ii. subtítulo;
- iii. marcador de avaliação quantitativa sinalizado através de um dado número de estrelas;
- iv. assinatura do crítico, indicação da data e hora da publicação;
- v. fotografia legendada;
- vi. corpo do texto;
- vii. ficha técnica do filme acompanhada de uma fotografia, em geral do *trailer*.

Neste estudo, centrado essencialmente sobre as marcas linguísticas da expressão da opinião positiva ou negativa sobre o filme, não analisamos a informação imagética, mas apenas o título, o subtítulo e o corpo do texto.

Teremos ainda em conta a relação passível de ser estabelecida entre a avaliação textual, que explicita, essencialmente no corpo do texto, o valor de um filme e os critérios subjacentes à formulação desse valor. Estes critérios são definidos de acordo com a subjetividade de cada enunciador e invocados de forma mais ou menos consciente, com a avaliação numérica, simbolicamente expressa sob a forma de um número (1 a 5) e uma estrela (*), para indicar quantitativamente o valor do filme (cf. Lhoutellier 2009:16). Verificam-se, assim, duas formas distintas, frequentemente coocorrentes para julgar acerca do valor de um filme. A função de síntese de apreciação do crítico, contida na avaliação quantitativa, é desvalorizada por este autor, com o argumento de que “ce type d’évaluation se caractérise par une simplification et un réductionnisme excessifs qui évitent l’analyse et le véritable travail critique” (Lhoutellier 2009:16).

Embora sejamos sensíveis ao argumento apresentado, parece-nos produtivo o estabelecimento de uma relação entre a avaliação quantitativa e a avaliação qualitativa, pela compreensão dos processos de apreciação crítica desenvolvidos pela instância enunciativa e pelas pistas de leitura que podem representar para o público-leitor. Podemos estabelecer essa relação num texto, em cada um dos subgrupos de textos com a mesma avaliação e nos dois subgrupos entre si.

Tendo em consideração o corpo do texto, verificamos que os textos que constituem o *corpus* contêm, no total, 6043 palavras. O gráfico 1 mostra a sua distribuição por subgrupo do *corpus* e o gráfico 2 a média por texto, em função de cada subgrupo considerado.

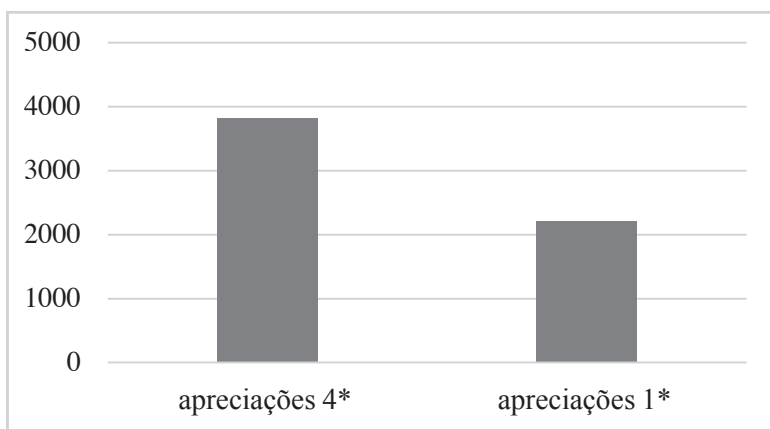


GRÁFICO 1 – Número total de palavras por cada subgrupo do *corpus*

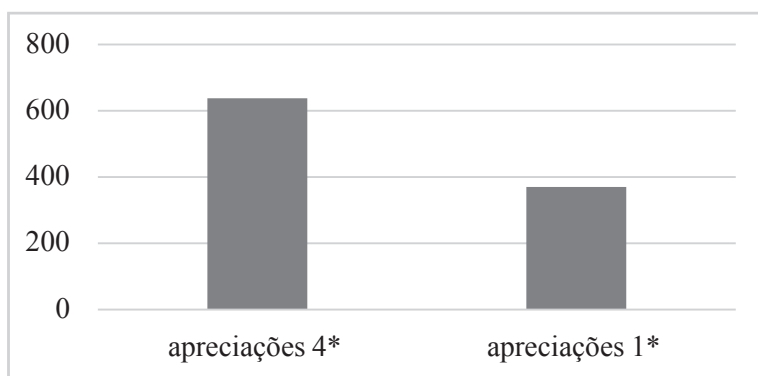


GRÁFICO 2 – Número médio de palavras por texto de cada subgrupo do *corpus*

Assim, verifica-se que, tipicamente, os textos de 4* são mais extensos - no que ao número de palavras diz respeito, com uma média de 637 palavras - do que os de 1*, com uma média de 370 palavras, o que equivale a que, em média, os textos de 4* sejam aproximadamente 72%

mais extensos do que os de 1*.

Ainda no que se refere à estrutura interna deste género textual, Taboada (2011) considera, na sequência de Leggett, (2005) que “[m]ovie reviews in general are not overtly complicated in structure” (2011: 252)⁷. A razão para esta conclusão reside no facto de, segundo estes autores, o texto tendencialmente descrever e avaliar o filme de acordo com categorias previsíveis, como a história, o realizador, os atores, e outros elementos relacionados com o objeto fílmico.

Em certa medida, o nosso *corpus* de análise corrobora esta argumentação, na medida em que, ainda que possam apresentar uma textualização singular e diversa, concentram-se sobre estes tópicos, e operam geralmente a um nível sequencial em que se encadeiam segmentos de natureza mais informativa, sob a forma de sequência narrativa ou descritiva, sem evidências de marcas linguísticas de avaliação, com segmentos com valor claramente argumentativo, em que a avaliação e a sua justificação são centrais. Frequentemente, porém, a avaliação vai permeando o texto nas suas diferentes partes constitutivas na análise dos tópicos convocados para a apreciação crítica. Os exemplos (1) a (3) ilustram, respetivamente, estes modos de organização no texto.

- (1) Professora de filosofia, realizada, casada, com dois filhos já feitos, directora de uma credenciada colecção de ensaios, é o modelo da média burguesia intelectual francesa que viveu os radicalismos do Março de 1968 e pugnou pelo estado social. E, num momento em que a contestação ao sistema voltou à superfície, eis que a sua vida se desmorona: o marido revela-lhe que a vai trocar por outra, a mãe tem de ser levada para um lar,

⁷ A proposta de trabalho de Taboada (2011) desenvolve-se no quadro teórico da linguística sistémica funcional, na linha de Halliday (1994), de acordo com o qual estabelece as categorias nas quais se organiza o género em análise. Embora se filie numa abordagem diferente, que se centra nas caracterizações estruturais baseadas nas categorias dos géneros, trata-se de um trabalho que tem dois pontos de contacto fundamentais com o nosso próprio estudo. Por um lado, procura delimitar as categorias que constituem a estrutura esquemática do género, delimitando categorias que, na nossa perspectiva, funcionam como tópicos centrais sobre os quais se centra a apreciação. Por outro lado, analisa as evidências lexicogramaticais que configuram essas categorias, articulando-as de forma estreita.

o futuro da colecção que dirige e do próprio manual escolar de referência que escreveu está em risco. Andei eu a lutar tantos anos e agora dou por mim aqui? pergunta-se Nathalie, e Mia Hansen-Løve propõe-nos acompanhar a surda crise de meia-idade de uma intelectual burguesa que acreditou que o futuro ia sempre estar ali ao alcance, e descobre que afinal não, e que não há filosofia nem pensamento que ajude. [T1]⁸

- (2) Ingénuo e simplório em termos de ideias, pobremente televisivo em termos formais: O Amor é Lindo... [T8]
- (3) Há algum tempo que não se via Binoche assim, tão seca, tão despida de maneirismos e tão esculpida pela luz e pela sombra de forma essencial – uma fotogenia reencontrada na idade madura. Interpreta o papel de uma mulher sacudida por um golpe emocional brutal, a morte do filho, que nos dias a seguir ao funeral ignora a existência do luto. É nesses dias que chega à Sicília, onde tudo se passa, a namorada francesa do filho, que nada sabe do que aconteceu. [T12]

4.1.3 – Distribuição dos elementos de apreciação crítica nos textos

Tendo em conta os objetivos deste estudo, a análise concentrou-se nos segmentos dos textos em que se produz a avaliação e, em especial, nas marcas linguísticas que a exprimem. Nesse sentido, procedeu-se primeiro à verificação da existência ou não de marcas de apreciação no título, no texto introdutório e no corpo do texto, para depois se analisar os tópicos sobre os quais recaía de forma mais frequente a avaliação, tendo, nesse âmbito, sido delimitados três focos dessa apreciação: o trabalho dos atores, o trabalho do realizador e o filme.

A tabela 3 sintetiza os resultados gerais desta análise.

⁸ A indicação entre parênteses retos reporta-se ao texto de onde foi extraído o exemplo.

parâmetros de análise	apreciações 4 *						apreciações 1 *					
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
apreciação no título										×	×	×
apreciação no subtítulo	×	×	×	×		×	×			×	×	×
apreciação no corpo do texto	×	×	×	×	×	×	×	×	×	×	×	×
avaliação dos atores	×	×	n/a			×	×		×	×	×	×
avaliação do realizador	×	×	×	×	×	×	×	×		×	×	×
avaliação do filme	×	×	×	×	×	×	×	×	×	×	×	×

TABELA 3 – Segmentos dos textos onde ocorre a apreciação crítica do filme

A leitura da tabela 3 permite-nos extrair algumas conclusões sobre a localização e o foco das marcas da apreciação.

Quanto à localização dessas marcas, verificou-se que os títulos dos textos de 4* são neutros, no sentido em que não indiciam qual o teor da apreciação crítica que introduzem. Já no caso dos textos de 1*, verificou-se que, em metade deles, havia nos títulos marcas linguísticas de apreciação crítica. De facto, os títulos, nos filmes com 1*, contêm geralmente expressões avaliativas de índole negativa, por vezes com humor. Vejam-se os seguintes títulos: “O amor é lindo... e o filme é cândido e simplório” (texto 10); “Figura de urso” (texto 11); “Piero Messina estraga Juliette Binoche” (texto 12).

No que concerne à existência de marcas de apreciação nos subtítulos, não se verificou grande diferença entre os dois grupos de textos, dado que, tipicamente, esses subtítulos apresentam marcas de apreciação crítica (5/6 textos de 4*; 4/6 textos de 1*). De facto, eles constituem tipicamente uma paráfrase ou repetição textual de um segmento integrado no corpo da apreciação.

Por fim, relativamente à avaliação do filme, assim como ao trabalho do realizador, não se regista grande diferença entre os textos de 4* e os de 1*: só num texto de 1* não é feita a apreciação do trabalho do realizador. Já no que diz respeito ao trabalho dos atores há alguma diferença entre estes dois grupos de textos, dado que é ligeiramente menos referido nos textos de 4* (3/5) do que nos textos de 1* (5/6).

Em suma, em relação a este conjunto de conclusões gerais: os textos de 4* concentram a apreciação, que diz respeito principalmente ao trabalho do realizador e ao filme, no subtítulo e no corpo do texto; os textos de 1*, embora concentrem a apreciação no subtítulo e no corpo do texto, apresentam marcas de apreciação também no título e põem em relevo não só o filme e o trabalho do realizador, mas também o trabalho dos atores (mais do que nos textos de 4*).

4.2 – Análise das marcas linguísticas da apreciação crítica

Numa segunda etapa, a nossa análise procurou pôr em evidência as marcas linguísticas em que assentava a apreciação crítica dos aspetos textuais anteriormente mencionados. Deste modo, verificou-se a relevância de alguns elementos linguísticos - adjetivos, nomes e verbos - na coesão lexical, nomeadamente na determinação da polaridade (positiva ou negativa) da apreciação. A tabela 4 apresenta alguns dados gerais relativos a estas categorias gramaticais tendo em conta, para a delimitação do seu número, o caráter de valoração positiva e negativa intrínseco ao seu significado lexical.

Textos	n.º palavras por subgrupo	adjetivos por subgrupo		nomes por subgrupo		verbos por subgrupo	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%
Com 4*	3825	34	1,17%	29	0,81%	19	0,49%
Com 1*	2218	38	2,38 %	38	1,26%	17	0,76%

TABELA 4 – Distribuição de N, ADJ e V relevantes para a apreciação crítica

Considerando, de seguida, a análise destas categorias no que se refere globalmente à sua valoração positiva (VP) ou negativa (VN) por subgrupo de textos, observamos a sua distribuição nos gráficos 3 e 4.

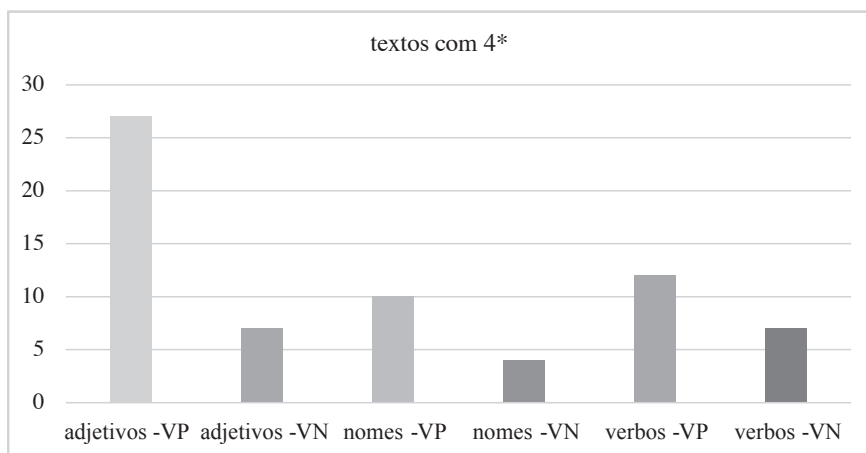


GRÁFICO 3 – Adjetivos, nomes e verbos nos textos com 4* com valoração positiva e negativa

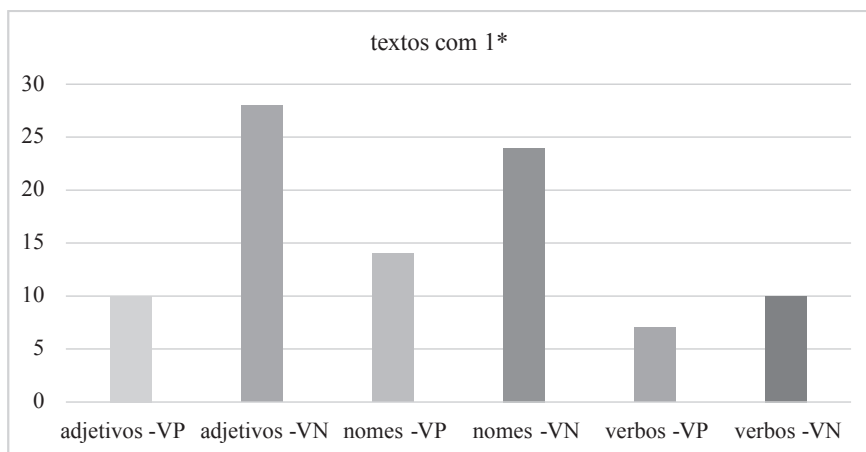


GRÁFICO 4 – Adjetivos, nomes e verbos nos textos com 1* com valoração positiva e negativa

A comparação entre os gráficos 3 e 4 permite verificar que há uma correlação entre a apreciação quantitativa dos filmes e a tendência na valoração de adjetivos, nomes e verbos. Assim, nos filmes avaliados com 4*, a ocorrência de adjetivos, nomes e verbos com valoração positiva é superior à ocorrência das mesmas categorias com valoração negativa. Em contrapartida, nos filmes aos quais foram atribuídas 1*, verifica-se o inverso, pois a ocorrência de adjetivos, nomes e verbos com valoração negativa é claramente superior à daqueles que têm polaridade positiva.

Um outro aspeto a salientar da nossa análise prende-se com o nível estrutural gramatical em que se marca a apreciação. De facto, tanto a valoração positiva como a negativa pode ser marcada: (i) lexicalmente (por verbos, nomes ou adjetivos), ou seja, a valoração está dependente do significado lexical dos itens em questão; (ii) composicionalmente, ou seja, é o sintagma (verbal, nominal ou adjetival) que codifica a valoração positiva ou negativa. Assim, verificou-se sistematicamente, no *corpus* analisado, o seguinte conjunto de possibilidades:

- i. Adjetivo/nome/verbo marcado lexicalmente com valoração **positiva** → inserido numa expressão com valoração **positiva**
- ii. Adjetivo/nome/verbo marcado lexicalmente com valoração **negativa** → inserido numa expressão com valoração **negativa**
- iii. Adjetivo/nome/verbo marcado lexicalmente com valoração **positiva** → inserido numa expressão com valoração **negativa**
- iv. Adjetivo/nome/verbo marcado lexicalmente com valoração **negativa** → inserido numa expressão com valoração **positiva**

De seguida, fazemos a exemplificação de cada um destes casos, começando pelos adjetivos.

4.2.1 – Adjetivos

Os exemplos (4)-(6) ilustram os casos em que os adjetivos são marcados no léxico com uma valoração positiva (“imperial”, “glorioso”, “excelentíssimo”), valoração essa que se mantém nos exemplos em apreço.

- (4) Cate Blanchett é absolutamente **imperial** no papel de Carol... [T2]
- (5) Haynes é um **glorioso** formalista [T2]
- (6) Haynes sempre foi um **excelentíssimo** director de actores e, sobretudo, de actrizes [T2]

Da mesma forma, os adjetivos “pretensos”, “rasteiro”, “desalmado”, “calculista” e “mercantilista” assumem lexicalmente valoração negativa, a qual se mantém nos exemplos (7)-(9).

- (7) encerra-se a trilogia de (**pretensos**) “Novos Clássicos” [T7]
- (8) O que os três filmes têm em comum é serem uma transposição para o grande ecrã do modelo mais **rasteiro** da estética da produção televisiva nacional [T7]
- (9) Apenas um objecto **desalmado, calculista, mercantilista** [T7]

Por seu lado, os exemplos que se seguem ilustram os casos em que a polaridade do adjetivo é distinta da polaridade do sintagma em que se insere. Assim, em (10), o adjetivo “novo” tem lexicalmente uma valoração positiva, mas a expressão em que se insere (“nada de novo”) tem uma valoração negativa. O mesmo se passa em (11), na relação entre o adjetivo “sinfónica” e a expressão “incontinência sinfónica”.

- (10) Estes “novos clássicos” não têm nada de “**novo**”... [T7]
- (11) Todas as modulações mais secretas são enfatizadas pela incontinência **sinfónica** de Messina [T12]

Já (12) e (13) ilustram os casos inversos, ou seja, os casos em que os adjetivos (“demoníaco” e “mau”) são marcados lexicalmente com uma valoração negativa, mas a expressão em que se inserem tem uma valoração positiva. Por exemplo, em (13), a ocorrência de “mau” no superlativo relativo de inferioridade é interpretada como de valoração positiva, embora “mau” seja lexicalmente negativo.

- (12) Há algo de **demoníaco** na forma como Tarantino excita a

capacidade do espectador para “ver filmes” dentro deste filme...
[T6]

- (13) *A Canção de Lisboa* sofre de muitos dos mesmos problemas de *O Pátio das Cantigas* e *O Leão da Estrela* mas é o menos **mau** dos três. [T7]

Em termos gerais, e no que diz respeito aos adjetivos, as apreciações com 4* têm um domínio de adjetivos cujo significado lexical apresenta tipicamente valoração positiva. Nos casos em que há mudança da valoração do significado de base, ela decorre essencialmente da distribuição do adjetivo e assume tipicamente valoração positiva no contexto de uso. Já as apreciações com 1* têm um domínio de adjetivos cujo significado lexical apresenta tipicamente valoração negativa e, nos casos em que há mudança da valoração do significado de base, nomeadamente quando o significado de base tem valoração positiva, ela decorre essencialmente da distribuição do adjetivo e assume tipicamente valoração negativa no contexto de uso.

4.2.2 – Nomes

Consideremos agora os exemplos em que o item lexical relevante para a apreciação é um nome. Os exemplos (14) a (16) mostram os casos em que nomes com valoração positiva ocorrem em expressões com valoração positiva, e os exemplos (17) a (19) mostram os casos em que nomes com valoração negativa ocorrem em expressões com valoração negativa. Já os exemplos seguintes ilustram os casos em que a polaridade do nome não corresponde à polaridade da expressão em que se insere: (20) e (21) ilustram casos de nomes com valoração lexicalmente negativa em expressões com valoração positiva; (22) e (23) correspondem aos casos de nomes com valoração lexicalmente positiva em expressões com valoração negativa.

- (14) É um filme perfeitamente dominado, que acerta em tudo o que tenta tocar, e vive numa **justeza** imaculada do princípio ao fim
[T3]

- (15) ... a fotografia de Ed Lachman é um **mimo** [T2]

- (16) *Kubo e as Duas Cordas* é um bicho de **requinte** formal e visual

quase insolente, no modo como se inscreve na grande tradição clássica do cinema (não só de animação). [T3]

- (17)... e com a **incapacidade**, recorrente na comédia romântica contemporânea, de lidar de forma satisfatória com ausência de interditos [T9]
- (18) Em termos “performativos”, do **corridinho** narrativo àquele “naturalismo”, muito falso (porque na verdade é profundamente tipificado) [T10]
- (19) Como não pode habitar isso, Inárritu, que sempre foi mais astuto do que sincero, compensa com proeza, com **ruído**. [T11]
- (20) Talvez o que mais nos agrada neste melodrama de uma modéstia transcendentemente segura seja a sua **recusa** total de modernismos gratuitos [T1]
- (21)... deixa espaço a alguns sorrisos e alguns momentos em que se escapa, mesmo que involuntariamente, à reprodução cem por cento certa e maquinal dos **maneirismos** e convenções televisivas [T10]
- (22) O cinema só aparece longinquamente, como **inspiração** remota [T10]
- (23)... a energia desajeitada de praticamente todos os actores (e a total falta de **carisma** de alguns deles) deixa espaço a alguns sorrisos [T10]

Em termos gerais, e tal como se verificou com os adjetivos, também no caso das apreciações com 4* existe um domínio de nomes cujo significado lexical apresenta tipicamente valoração positiva e, nos casos em que há mudança da valoração do significado de base, ela assume tipicamente valoração positiva no contexto de uso. Note-se que esta mudança de valoração de base dos nomes decorre essencialmente da distribuição do adjetivo que acompanha o nome.

Por seu lado, as apreciações com 1* têm um domínio de nomes cujo significado lexical apresenta tipicamente valoração negativa e, tal como acontece com os adjetivos, nos casos em que há mudança da valoração do significado de base, ela decorre essencialmente da distribuição do nome.

4.2.3 – Verbos

Finalmente, atente-se nos exemplos em que o item lexical relevante para a apreciação é um verbo. Os exemplos (24) e (25) mostram os casos em que verbos com valoração positiva ocorrem em expressões com valoração positiva, enquanto (26) e (27) ilustram os casos em que verbos com valoração negativa ocorrem em expressões com valoração negativa. Quanto aos exemplos (28) a (31), ilustram os casos em que a polaridade do verbo não corresponde à polaridade da expressão em que se insere, dado que, em (28) e (29) os verbos têm uma valoração lexicalmente positiva, mas as expressões em que se inserem têm valoração negativa, enquanto (30) e (31) correspondem ao caso inverso (verbos com valoração lexicalmente negativa em expressões de valoração positiva).

- (24) Claro que, como Nathalie é Isabelle Huppert, a coisa **ganha** logo outro nível [T1]
- (25) É a ilusão de live show, as imagens do ecrã a **estimularem** a sala e a sala a prolongar o filme pela memória, pela imaginação para além dos limites do saloon. [T6]
- (26) O Renascido não tem universo, não tem fantasmas, **esbraceja** e está parado. [T11]
- (27) ... ao fazê-lo **desbarata** as suas atrizes e a sua narrativa num melodrama competente mas transparente. [T8]
- (28) Mas dizer que **sobe** um bocadinho a fasquia não é dizer muito face ao nível subterrâneo em que Leonel Vieira a colocara nos filmes anteriores [T7]
- (29) Como não pode habitar isso, Iñárritu, que sempre foi mais astuto do que sincero, **compensa** com proeza, com ruído. [T11]
- (30) A diferença é que, em Carol, esse formalismo, sendo central para um filme onde as fachadas constroem e aprisionam as personagens, não é o seu centro nem **afoga** tudo o resto. [T2]
- (31) Tem-se falado da ironia – para alguns desapontante - do facto de Tarantino usar o ecrã largo (...) para **encafuar** as personagens em espaços fechados, sem horizonte, sem “paisagem. Quanto a nós é uma das coisas brilhantes do filme... [T5]

Em termos gerais, as apreciações com 4* têm um domínio de verbos cujo significado lexical apresenta tipicamente valoração positiva (tal como com nomes e adjetivos). Nos casos em que há mudança da valoração do significado de base dos verbos, ela decorre essencialmente de outros elementos da predicação projetada por este item lexical.

Já as apreciações com 1* têm um domínio de verbos cujo significado lexical apresenta valoração negativa ou positiva e, tal como se verifica nos textos de 4*, há em vários contextos mudança de polo (de positivo para negativo) que se deve a elementos que coocorrem na predicação projetada pelo verbo.

Em suma, verifica-se que as categorias sintáticas consideradas – adjetivo, nome, verbo – apresentam uma valoração positiva ou negativa, que é uma das suas marcas lexicais. Contudo, a esta valoração pode sobrepor-se a valoração atribuída composicionalmente à expressão em que nome, verbo e adjetivo se inserem. Assim, verificou-se que a expressão de opinião positiva e negativa é feita através dos mesmos mecanismos.

5 – Considerações finais

Neste estudo, delimitámos alguns mecanismos linguístico-textuais relevantes para a análise do género apreciação crítica de filmes. Com esse objetivo e tendo por base um *corpus* de 12 exemplares deste género publicados na edição digital de um jornal generalista de grande tiragem, numa rubrica dedicada à crítica de cinema, determinámos sumariamente as suas condições de produção e a sua estrutura composicional, em função das quais pudemos delimitar alguns dos seus parâmetros. Tendo em conta que a avaliação é uma finalidade central deste género textual, na medida em que a apreciação crítica consiste, em grande medida na apresentação de um filme, que se avalia na sua globalidade ou em relação a determinados elementos do filme, analisámos algumas das marcas linguísticas mais frequentes para a expressão da opinião sobre o filme, sobretudo para a determinação da polaridade (positiva ou negativa) da apreciação. Concluimos que a valoração pode ser dada lexicalmente, por verbos, nomes ou adjetivos, ou composicionalmente, através do sintagma verbal,

nominal ou adjetival, sendo, na generalidade, feita através dos mesmos mecanismos nos dois subgrupos de textos analisados. Verificamos ainda que é possível correlacionar a valoração positiva ou negativa global do filme com o número de estrelas que lhe foi atribuído, na medida em que essa avaliação tende a ser de polaridade claramente negativa nos filmes com 1* e, em contrapartida, muito positiva, nos filmes com 4*.

Por outro lado, observou-se que as marcas linguísticas analisadas são elementos fundamentais da textualização das apreciações cinematográficas consideradas, contribuindo para a coesão textual. De facto, a utilização destas categorias sintáticas estabelece de forma clara uma orientação argumentativa para o texto, evidenciando os argumentos aduzidos pelo locutor e que justificam a avaliação do filme.

REFERÊNCIAS

- Adam, J.-M. 2001. *Les textes: Types et prototypes*. Paris: Nathan-Université.
- Bakhtine, M. 1984. *Esthétique de la création verbale*. Paris: Gallimard.
- Barros, E.M.D. 2008. A apropriação do género crítica de cinema no processo de letramento Londrina: Universidade de Londrina. Acedido em 13 de maio de 2016, a partir de <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000129058>.
- Barros, E.M.D. 2009. Gêneros textuais e práticas de letramento: a temporalidade verbal no gênero crítica cinematográfica. *RBLA*, **9** (1), 177-200.
- Baud, D. 2003. Analyse de genre: la critique de cinéma dans la presse quotidienne britannique. *ASp*, 39-40, 1-10, mis en ligne le 04 mai 2010. Acedido em 23-10-2016, a partir de <http://asp.revues.org/1282>.
- Berbare, A. P. 2004. Crítica de cinema: caracterização do gênero para projetos de produção escrita na escola. In: M. A. Lopes-Rossi(Org.). *Gêneros discursivos no ensino de leitura e produção de textos*. Taubaté (SP): Cabral, 41-58.
- Bronckart, J.-P. 1996. *Activité langagière, texts et discours. Pour un interactionisme socio-discursif*. Lausanne: Delachaux et Niestlé.
- Bronckart, J.-P. 2001. L'enseignement des discours. De l'appropriation pratique à

- la maîtrise formelle. In: M. Almgren; A. Barreña; M.-J. Ezeizabarrena; I. Idiazabal; B. MacWhinney (Orgs.). *Research on child language acquisition*. New York: Cascadilla Press, 1-16.
- Bronckart, J.-P. 2008. Genres de textes, types de discours et degrés de langue. Hommage à François Rastier”. *Texto*, **XIII (1)**. Acedido em 15-01-2017, a partir de http://www.revue-texto.net/docannexe/file/86/bronckart_rastier.pdf.
- Callegaro, A. 2015. La reseña crítica cinematográfica: configuración del género en la prensa diaria. *RiHumSO*, **7 (1)**: 1-14.
- Carvalho, R. O. 2014. A crítica cinematográfica sob a perspectiva dos gêneros jornalísticos: o caso Walter da Silveira. *Culturas Midiáticas*. **VII (12)**: 103-118. Acedido em 15 de dezembro de 2017, a partir de <http://periodicos.ufpb.br/index.php/cm/article/viewFile/19745/10907>.
- Charaudeau, P. 1988. La critique cinématographique: faire voir et faire parler. In: H. Boyer *et al.* *La Presse. Produit, production, réception*. Paris: Didier Érudition, 47-70.
- Charaudeau, P. 1997. *El discurso de l'información mediática*. Barcelona: Gedisa.
- Coutinho, M. A. 2007. Descrever gêneros de textos: resistência e estratégias. In: A. Bonini, D.C. Figueiredo; F. Rauen (Eds.). *Proceedings of the 4th SIGET – International Symposium on Genre Studies*. Publicação em CD.
- Coutinho, M. A. 2011. Macroestruturas e microestruturas textuais. In: I. Duarte, I. & O. Figueiredo. *Português, língua e ensino*. Porto: Porto Editorial, 189 - 220.
- Coutinho, M. A. 2006. O texto como objecto empírico: consequências e desafios para a linguística. *Veredas* 10 (1-2): 1-13. Acedido em 15 de junho de 2017, a partir de http://www.revistaveredas.ufjf.br/volumes/veredas_portugal/artigo07.pdf.
- Halliday, M. A. K. 1994. *An introduction to functional grammar*. London: Arnold.
- Leggett, B. J. 2005. Convergence and divergence in the movie review: Bonnie and Clyde. *Film Criticism*. **30(2)**: 1-23.
- Lhoutellier, A. 2009. *Du journalisme cinématographique aux avis d'internautes sur les sites de presse: analyse et comparaison des discours critiques de films d'actualité dans la presse généraliste et culturelle*. Mém. IEP, Lyon: Université de Lyon 2. Acedido em 12 de novembro de 2017, a partir de <http://doc.sciencespo-lyon.fr/Ressources/Documents/Etudiants/Memoires/>

- Cyberdocs/MFE2009/lhoutellier_a/pdf/lhoutellier_a.pdf.
- Maingueneau, D. 2002. Les composantes du genre. In: C. Dardy; D. Ducard; D. Maingueneau. *Un genre universitaire. Le rapport de soutenance de thèse*. Paris: Presses Universitaires du Septentrion, 49-88.
- Marcuschi, L. A. 2008. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola.
- Miranda, F. 2010. *Textos e gêneros em diálogo: uma abordagem linguística da intertextualização*. Lisboa: FCG.
- Onursal, İ. 2005. *Critique de film comme genre de discours*. Dilbilim Günleri Sempozyumu, İstanbul Üniversitesi, 263–273. Acedido em 12 de outubro de 2016, a partir de <http://www.journals.istanbul.edu.tr/iudilbilim/article/view/1023017127>.
- Richer, J-J. 2011. Les genres de discours: une autre approche possible de la sélection de contenus grammaticaux pour l’enseignement/ apprentissage du F.L.E.?. *Linx*. **64-65**: 15-26.
- Silva, F.; Leal, A.; Ferreira, I.; Oliveira, F.; Silvano, P. 2015. Marcas linguísticas no texto de apreciação crítica. In: *Literatura e Gramática: Um diálogo infinito*. Lisboa: Associação de Professores de Português.
- Taboada, M. 2011. Stages in an online review genre. *Text & Talk*, **31 (2)**: 247–269.
- Topa-Bryniarska, D. 2017. La critique de cinéma comme activité rhétorique. *Cognitive Studies/Études Cognitives*, 17, 1-9. Acedido em 3 de janeiro de 2018, a partir de <https://ispan.waw.pl/journals/index.php/cs-ec/article/viewFile/cs.1456/3063>.

A RELAÇÃO RETÓRICA DE ELABORAÇÃO: SUBTIPOS E CARACTERIZAÇÃO SEMÂNTICA

Purificação Silvano

msilvano@letras.up.pt

Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal)
Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

Fátima Oliveira

foliveir@netcabo.pt

Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal)
Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

Ana Soraia Coelho

anasoraia.coelho@hotmail.com

Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal)
Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

RESUMO. O objetivo deste trabalho é contribuir para o refinamento da relação retórica de Elaboração, que, apesar de estar presente na maioria das teorias discursivas (Mann e Thompson, 1988, Asher e Lascarides, 2003), tem sido objeto de algum debate motivado pela ambiguidade das definições propostas na literatura (cf. Fabricius-Hansen e Behrens, 2001).

Para lidar com este problema, nomeadamente com a falta de clareza na distinção entre Elaboração e Background, Prevót, Vieu e Asher (2009) propõem a relação retórica Elaboração de Entidade (*Entity-Elaboration*), distinta da relação clássica Elaboração, agora designada Elaboração de Eventualidade (*Eventuality-*

Elaboration).

A Elaboração de Entidade (Elaboração-Ent) é inferida quando o segmento β representa uma proposição na qual a eventualidade principal é um estado $e\beta$ descritivo de x , sendo x um referente discursivo acessível (Estado descritivo ($e\beta$, x)) (cf. Prevót, Vieu e Asher, 2009:215).

Apesar da distinção entre estes dois tipos de Elaboração poder contribuir para explicar de forma mais precisa as relações de significado deste tipo, as suas definições não dão conta de todos os dados, particularmente de dados de textos literários e jornalísticos.

A análise dos dados que reunimos revela que podemos distinguir dois tipos de Elaboração-Ev e dois tipos de Elaboração-Ent.

Assim, neste trabalho, para além de uma breve análise crítica de propostas sobre Elaboração, analisamos dados recolhidos de três contos e de notícias de alguns jornais. Nesta análise, os nossos objetivos são: por um lado, mostrar que, para os dados serem explicados de modo completo, é necessária uma definição mais clara das condições de inferência da relação Elaboração, o que só será possível se identificarmos os elementos/mecanismos que configuram os segmentos; por outro lado, verificar se as condições de inferência dos subtipos de Elaboração são as mesmas nos dois tipos de textos considerados. No final, apresentaremos uma proposta de diferentes subtipos e das respetivas regras de inferência.

PALAVRAS-CHAVE: Semântica, relações retóricas, Elaboração de Entidade, Elaboração de Eventualidade, texto literário, texto jornalístico.

ABSTRACT. The aim of this work is to contribute to the refinement of the rhetorical relation of Elaboration, which, despite being present in most Discourse theories (Mann e Thompson, 1988, Asher e Lascarides, 2003), it has been the subject of some debate due to the ambiguity of the definitions that are proposed (cf. Fabricius-Hansen e Behrens, 2001).

To handle this problem, namely the lack of clarity in the distinction between Elaboration and Background, Prevót, Vieu e Asher (2009) propose the rhetorical relation *Entity-Elaboration* (Ent-Elaboration), distinct from the ‘classical’ Elaboration relation, now named *Eventuality-Elaboration* (Ev-Elaboration).

The Ent-Elaboration is inferred when the β segment represents a proposition in which the main eventuality is a state $e\beta$ descriptive of x , where x is an accessible discourse referent (Descriptive State ($e\beta$, x)) (cf. Prevót, Vieu and Asher, 2009:215).

Although the distinction between these two types of Elaboration can contribute to explain more accurately meaning relations of this kind, their definitions do not account for all data, particularly data in literary and journalistic texts. The analysis of the data reveals that we can distinguish two subtypes of Ev-Elaboration and two subtypes of Ent-Elaboration.

In this work, in addition to a brief critical review of existing proposals on Elaboration, we analyse data collected from three short stories and news from some

newspapers. In this analysis, our objectives are, on the one hand, to show that, for the data to be fully explained, we need a clearer definition of Elaboration's inference conditions, which is only possible if we identify the linguistic elements/mechanisms that configure the segments; on the other hand, we check if the inference conditions of the Elaboration subtypes are the same in both types of text. Finally, we will make a proposal on Elaboration subtypes and their respective rules of inference.

KEYWORDS: Semantics, rhetorical relations, Entity Elaboration, Eventuality Elaboration, literary text, journalistic text.

1 – Introdução

No âmbito da coesão textual, o interesse pela coesão gramatical, mais precisamente pelas relações de sentido que se estabelecem entre as diferentes partes do discurso, tem aumentado consideravelmente. Essas relações de sentido, as relações retóricas, são fundamentais numa análise objetiva da construção do significado. Neste seguimento, quanto mais rigorosas e inequívocas forem as definições das relações retóricas, mais robusta e detalhada será essa análise.

Do vasto leque existente de relações retóricas, neste trabalho focar-nos-emos na relação retórica de Elaboração, pois apesar de ser uma das poucas relações retóricas presente na maioria das teorias do discurso, nomeadamente em Hobbs (1985), Mann e Thompson (1988) e Asher e Lascarides (2003), entre outros, e de ser uma das relações mais importantes e mais usadas no discurso (cf. Bärenfänger *et al*, 2008), não deixa de ter algumas lacunas na sua formulação teórica, em particular no que diz respeito à ambiguidade existente nas diferentes propostas e à semelhança que parece haver entre esta relação retórica e a de Background (cf. Fabricius-Hansen e Behrens, 2001; Kleiber e Vassiliadou, 2009, e.o.).

Assim, o principal objetivo deste trabalho é contribuir para o refinamento da relação retórica de Elaboração, fazendo desta uma relação mais clara para que possa contribuir para uma análise mais precisa e rigorosa das sequências discursivas.

De forma a atingirmos o nosso objetivo principal, começámos por fazer a recolha de um *corpus* composto por três contos literários da

autora Sophia de Mello Breyner Andresen (*Os Três Reis do Oriente*) e doze notícias, retiradas do *Jornal de Notícias* e do *Público*. De seguida, procedemos a uma análise detalhada dos dados de modo a verificar quais (i) as relações retóricas que ligam os diferentes segmentos discursivos; (ii) os elementos/ mecanismos linguísticos que motivam a inferência dessas relações retóricas; e (iii) as diferenças/semelhanças quanto aos subtipos de Elaboração e respetivas condições de inferência nos dois tipos de textos considerados. Terminamos com a sistematização da nossa proposta e com algumas considerações finais.

2 – A revisão da literatura

Nesta secção, fazemos uma revisão muito sucinta das principais propostas teóricas sobre Elaboração, uma vez que esta relação retórica é o foco central do nosso trabalho.

De forma a aprofundarmos o estudos das relações retóricas e consequente análise do nosso *corpus*, foi necessário fundamentarmo-nos nos alicerces fundamentais dos estudos do texto como unidades coesas repletas de sentido e estrutura. Assim sendo, consideramos abordagens teóricas como as de Hobbs (1985), Mann e Thompson (1988), Kehler (2002) e Asher e Lascarides (2003), uma vez que foram pioneiros no estudo das relações retóricas e na apresentação de teorias robustas com estas relações de significado, e ainda Fabricius-Hansen e Behrens (2001), Prevót, Vieu e Asher (2009) e Coelho (2015), que trabalha sobre o Português Europeu, dado que estes estudos se debruçam especificamente sobre a relação retórica de Elaboração.

2.1 – Hobbs (1985)

Hobbs é dos primeiros teóricos a afirmar que um texto é uma unidade constituída por estrutura, pois, quando interpretamos um texto, podemos identificar as suas partes integrantes completamente organizadas através de paralelismos, contrastes, elaborações, explicações, etc. Hobbs (1985) considera essas várias unidades de sentido, dando-lhes o nome de ‘relações

de coerência' que, por sua vez, funcionam como estratégias de construção textuais que o falante usa para facilitar a compreensão do ouvinte. O autor faz a divisão das relações de coerência em quatro tipos diferentes: *relações de ocasião*, *relações de avaliação*, *relações que evocam o conhecimento do ouvinte* e *relações de expansão*. A Elaboração encontra-se no último grupo, o de expansão, uma vez que esta relação não contribui para o avanço do texto, mas sim para a expansão do discurso.

Assim, na relação de Elaboração, “infe-re-se a mesma proposição *P* a partir das asserções de S_0 e S_1 ” (Hobbs, 1985:18). Esta definição é ilustrada pelo seguinte exemplo:

(1) Time is running out on Operation Candor.

Nixon must clear himself by early in the new year or lose his slipping hold on the party.

(Hobbs, 1985:19)

Neste exemplo, o ouvinte infere a relação de Elaboração quando compreende que ambas as situações, S_0 e S_1 , são composições semelhantes que abordam o mesmo tópico.

Embora o trabalho de Hobbs (1985) tenha sido seminal para os estudos do discurso com base nas relações retóricas, no que diz respeito à relação de Elaboração, a definição dada é demasiado geral, faltando-lhe informações mais detalhadas sobre as respetivas condições de inferência.

2.2 – Mann e Thompson (1988)

Mann e Thompson (1988), na sua proposta intitulada *Rhetorical Structure Theory* (RST), consideram que as relações retóricas são constituídas por um Núcleo (N) e um Satélite (S), transmitindo o primeiro a informação mais importante, e o segundo a informação complementar.

No âmbito desta abordagem teórica, também eles exploram a relação de Elaboração, explicitando que esta é inferida quando o Satélite fornece mais detalhes acerca do Núcleo, numa das formas descritas em baixo.

set - member
 abstraction - instance
 whole - part
 process - step
 object - attribute
 generalization - specific

(Mann e Thompson, 1988:52)

Os segmentos discursivos em (2) exemplificam a relação de Elaboração.

- (2) 1. Sânga-Säby-Kursgård, Sweden, will be the site of the 1969 International Conference on Computational Linguistics, September 1-4.
 2. It is expected that some 250 linguistics will attend from Asia, West Europe, East Europe including Russia, and the United States.

(Mann e Thompson, 1988:53)

Neste exemplo, o Núcleo, que corresponde ao segmento 1, avança com a informação mais importante e o Satélite, que, por sua vez, corresponde ao segmento 2, acrescenta mais alguns detalhes.

A proposta de Mann e Thompson (1988) apresenta uma definição de Elaboração mais completa do que a de Hobbs (1985), prevendo também que esta relação seja inferida quando o satélite descreve um atributo dum objeto apresentado no núcleo. No entanto, consideramos que a definição, por ser demasiado abrangente, pode gerar alguma ambiguidade, nomeadamente na distinção entre a relação de Elaboração e outras como a Circunstância (*Circumstance*) e Background, como se pode concluir das estipulações estabelecidas para a intenção do locutor.

Relações retóricas	Intenção do locutor
Elaboração	O leitor reconhece o Satélite como fornecendo detalhe adicional para o Núcleo. O leitor identifica o elemento do assunto para o qual o detalhe é fornecido.
Circunstância	O leitor reconhece que o Satélite fornece o enquadramento para interpretar o Núcleo.
Background	A capacidade para o leitor compreender o Núcleo aumenta.

QUADRO 1. As intenções do locutor para as relações retóricas de Elaboração, Circunstância e Background (cf. Mann e Thompson, 1988)

2.3 – Kehler (2002)

Kehler (2002) defende que tão importantes como as relações sintáticas e semânticas aquando da análise das sequências de palavras são as relações de coerência das sequências de orações.

O autor apoia-se nas relações de coerência de Hobbs (1985) e Sanders *et. al.* (1992) para fundamentar a sua proposta, relacionando alguns fenómenos linguísticos como elipses, estruturas coordenadas, interpretações pronominais e verbais com os resultados dos processos discursivos utilizados para estabelecer coerência textual (Silvano, 2010:192).

Na sua proposta, considera três grandes grupos de relações retóricas: *Resemblance relations*, *Cause-Effect relations* e *Contiguity relations*. No primeiro tipo, *Resemblance relations*, os argumentos são constituídos por relações em comum ou contrastantes, em que a proposição é a mesma. É neste grupo que se encontra a relação de Elaboração. Vejamos o seguinte exemplo:

- (3) Peter bought Ann a perfume. He tried many in the store and chose a sweet perfume.

(Kehler, 2002:20)

Como podemos observar, as duas frases estão relacionadas uma com a outra, e a segunda oração funciona como uma espécie de conjunto de pequenos fragmentos constitutivos que levaram à realização da tarefa presente na primeira frase.

2.4 – Asher e Lascarides (2003)

Em 2003, Asher e Lascarides apresentam uma proposta denominada *Segmented Discourse Representation Theory* (SDRT), que funciona como uma extensão melhorada da DRT de Kamp e Reyle (1993). Nesta proposta as relações retóricas são cruciais para o entendimento do significado de uma unidade discursiva e a sua respetiva estrutura. Dessa forma, no âmbito desta abordagem, as relações retóricas ligam o conteúdo ou as significações das orações, levando, assim, às leituras adequadas.

Os autores dividem as relações retóricas em cinco grandes grupos (*content-level relations; text structuring relations; cognitive-level relations; divergent relations; metatalk relations*), e a relação retórica de Elaboração encontra-se no primeiro grupo. Segundo Asher e Lascarides (2003), infere-se a relação de Elaboração quando as eventualidades do segundo constituinte são partes mereológicas do primeiro, como se pode observar em (4):

- (4) Alexis did really well in school this year. She got *As* in every subject.

(Asher e Lascarides, 2003:159)

Uma novidade na proposta de Asher e Lascarides (2003) é a integração de uma condição de inferência desta relação retórica (e de outras) na respetiva definição. Neste caso, a consequência temporal é de inclusão temporal, ou seja, o segundo constituinte encontra-se incluído no primeiro.

Contudo, apesar da proposta destes dois autores ser das mais relevantes, estes limitam a relação de Elaboração à descrição de eventualidades, nada referindo relativamente à descrição de entidades, o que causou mais tarde alguns problemas na anotação de textos com

relações retóricas, em particular devido à confusão entre Background e Elaboração (cf. secção 2.6).

2.5 – Fabricius-Hansen e Behrens (2001)

Não obstante o facto de ser um trabalho ainda em progresso e de as autoras se focarem principalmente em verificar se a relação de Elaboração se comporta da mesma forma em três línguas distintas (inglês, alemão e norueguês), Fabricius-Hansen e Behrens (2001) propõem uma importante distinção entre diferentes tipos de Elaboração.

Ao contrário dos autores supramencionados, Fabricius-Hansen e Behrens (2001) fazem uma distinção entre Elaboração de Eventualidade (e-Elaboration) e Elaboração Individual (i-Elaboration), afirmando que algumas propostas oferecem definições de Elaboração que são vagas e ambíguas e que não fazem a distinção necessária entre estes dois subtipos. Assim, a Elaboração de Eventualidade caracteriza-se pela descrição de referentes discursivos estabelecidos por eventualidades, proposições, etc., enquanto a Elaboração Individual se refere às descrições dos participantes nas eventualidades (cf. Fabricius-Hansen e Behrens, 2001:3).

Apesar do significativo desenvolvimento alcançado por estas autoras ao separarem dois tipos de Elaboração, quer as definições, quer as condições de inferência destes dois tipos de Elaboração carecem ainda de um aprofundamento maior.

2.6 – Prevót, Vieu e Asher (2009) (Cf. Coelho (2015) para o PE)

Prevót, Vieu e Asher (2009) defendem que é necessária uma “formalização mais precisa” da relação de Elaboração para que a anotação dos textos com as relações retóricas seja “menos confusa”. Nesse sentido, propõem que se considere, para além da Elaboração já definida na SDRT (Asher e Lascrides, 2003) e designada Elaboração de Eventualidade por Fabricius-Hansen e Behrens (2001), a relação de Elaboração de Entidade (*élaboration d’entité*).

Para que esta relação seja inferida entre dois segmentos α e β , é necessário que o segundo segmento seja um estado descritivo de x , sendo x um referente discursivo já introduzido no discurso e acessível. Em termos

aspetuais, o primeiro segmento pode ser um evento ou um estado, desde que não seja um estado descritivo de x. Temporalmente, as duas situações sobrepõem-se.

A frase em (5) exemplifica a relação retórica de Elaboração de Entidade, dado que o segundo segmento (sublinhado) contém um estado descritivo do referente discursivo “Marnaval”.

- (5) Jean Baudesson, (...) installa à Marnaval – qui signifiait val ou vallée de la Marne ou bien en aval de la Marne –, une forge
(*L'Est Républicain*) (Prevôt, Vieu e Asher, 2009:218)

Para o Português Europeu, Coelho (2015), ao analisar um *corpus* constituído por um conto, sentiu necessidade de se sustentar num tipo de relação retórica que não era uma Elaboração clássica, descrita na literatura, uma vez que não fazia descrições de situações, nem era de Background, pois a descrição não era do espaço circundante. Pelo contrário, a descrição feita era relativa a uma determinada entidade, estabelecida numa predicação estativa. A essa relação, Coelho (2015) deu o nome de Elaboração E. Veja-se o seguinte exemplo:

- (6) A Maria é uma rapariga de 23 anos. Ela é alta, tem olhos azuis, cabelo loiro e é muito simpática. (Coelho, 2015:72)

Como podemos observar, neste caso, o segundo segmento (sublinhado) procede a uma descrição da entidade representada pela expressão nominal “a Maria”, com informações físicas e psicológicas adicionais.

Os autores em questão definem de uma forma mais precisa um segundo tipo de Elaboração, a Elaboração de Entidade. No entanto, como iremos demonstrar, os dois tipos de Elaboração propostos na literatura podem ainda ser mais especificados, permitindo uma análise mais exata das relações de significado que se estabelecem em segmentos textuais.

3 – O estudo

3.1 – O problema

As propostas apresentadas na literatura para dois tipos de Elaboração parecem dar conta apenas de parte das relações de significado que ligam os segmentos do *corpus* que construímos para este trabalho e que é composto por três contos literários, *Os Três Reis do Oriente*, de Sophia de Mello Breyner Andresen, e por doze notícias do *Jornal de Notícias* e do *Público*. De facto, a distinção entre Elaboração de Eventualidade e Elaboração de Entidade descreve a relação retórica que se estabelece em dados como os apresentados em (7) e (8).

- (7) Por isso na manhã seguinte o rei Baltasar, tendo despido os seus vestidos de púrpura, envolveu-se num manto de estamena e saiu sozinho do palácio para **procurar o homem**. Desceu pelas ruelas estreitas da encosta, e, longe das grandes avenidas triunfais onde a brisa faz sussurrar as folhas duras das palmeiras, percorreu longamente os bairros pobres da beira do rio.
- (8) **A placa de barro** tinha passado de geração em geração, de idade em idade, de mão em mão. Nela estava inscrito que ao mundo seria enviado um redentor e que uma estrela se ergueria no Oriente para guiar aqueles que buscavam o seu reino. A placa era um pequeno rectângulo de argila, enegrecido pelo tempo, de aspecto frágil, pobre e gasto.

No primeiro caso, os segmentos sublinhados estabelecem com o segmento a negrito uma relação de Elaboração de Eventualidade na medida em que “descer pelas ruelas estreitas” e “percorrer longamente os bairros pobres da beira do rio” são substituições da situação “procurar o homem”. Já em (8), como os segmentos sublinhados fazem uma descrição de uma entidade que é introduzida no segmento anterior, “a placa de barro”, infere-se a relação de Elaboração de Entidade.

Contudo, há dados como os de (9) e (10) que se apresentam como problemáticos neste quadro de relações de Elaboração.

(9) **A assembleia reuniu-se durante um mês no palácio do rei.**

Era o meio do Verão e o calor poisava pesadamente sobre os terraços cegos do sol. Nos jardins as palmeiras roçavam umas nas outras, com um rumor metálico, as suas folhas afiadas e duras como serras.

Ao cair das tardes, os sábios sentavam-se em círculo no pátio interior do palácio. Melchior presidia.

(10) O círculo de homens sentados descrevia uma área vazia e no centro dessa área tinha sido colocada uma mesa de pedra sobre a qual estava poisada **a placa de barro**. Parecia extremamente pequena e insignificante, no meio de tanto espaço e opulência, parecia um detrito das eras antigas que ali tinha sido abandonado pelo tempo.

Numa primeira leitura, as relações retóricas a inferir nestes exemplos seriam Elaboração de Eventualidade e Elaboração de Entidade, respetivamente. Porém, numa leitura mais atenta, podemos observar que há diferenças quando comparamos estes exemplos com os apresentados em (7) e (8). Ao contrário do que acontece em (7), em que os segmentos sublinhados são eventivos, descritos no pretérito perfeito, em (9), o segundo segmento relevante descreve uma situação estativa, representada pelo pretérito imperfeito. Quanto aos exemplos (8) e (10), note-se que, no primeiro caso, o segmento sublinhado é, de facto, um estado descritivo, enquanto, neste último exemplo, o segmento sublinhado, embora contribua para a descrição da entidade “a placa de barro”, na verdade, é uma avaliação feita pelo narrador.

Dados como os ilustrados em (9) e (10), encontrados com alguma frequência no nosso *corpus*, motivaram a proposta que apresentamos na secção seguinte.

3.2 – A nossa proposta

Para proceder à análise das relações retóricas de Elaboração no *corpus*, consideramos que se torna necessária uma definição mais detalhada desta relação retórica. Por isso, propomos quatro tipos de Elaboração, descritas no quadro 2.

Elaboração de Eventualidade (Elaboração-Ev)	Elaboração-Ev₁ : o segmento β descreve um evento que é uma parte mereológica do evento descrito pelo segmento α (cf. Asher e Lascarides, 2003:159).
	Elaboração-Ev₂ : o segmento β descreve um estado que é uma parte do evento descrito pelo segmento α .
Elaboração de Entidades (Elaboração-Ent)	Elaboração-Ent₁ (direta) : o segmento β representa um estado $e\beta$ descritivo de x , sendo x um referente discursivo acessível (Estado-Descritivo($e\beta, x$)).
	Elaboração-Ent₂ (indireta) : o segundo argumento não representa um estado descritivo de x , mas sim uma avaliação/comentário que contribui para a construção do estado descritivo de x , sendo x um referente discursivo acessível (Avaliação($e\beta, x$)).

QUADRO 2. Tipos de Elaboração

3.3 – A análise do *corpus*

Na análise do *corpus*, observamos que, no que diz respeito à relação de Elaboração, há diferenças significativas entre o *corpus* literário e o *corpus* jornalístico. De facto, o *corpus* literário apresenta uma maior frequência e maior variedade de exemplos de Elaboração quando comparado com o *corpus* jornalístico. Para além disso, observamos também diferenças quanto ao tipo de Elaboração mais frequente nos dois *corpora*. Enquanto no *corpus* jornalístico, registamos apenas a ocorrência de Elaboração-Ent₁, no *corpus* literário, ocorrem os quatro tipos de Elaboração.

A título exemplificativo, apresentamos alguns dados que comprovam as observações feitas. Assim, os exemplos (11)-(14) do *corpus* literário ilustram os quatro tipos de Elaboração.

- (11) π_1 Depois desse dia, muitas calamidades se abateram sobre Gaspar. π_2 Os bandidos assaltaram as suas caravanas e os ladrões saquearam os seus palmares. π_3 Mãos misteriosas apedrejavam de noite a sua casa e na água das suas cisternas apareciam frutos podres e aves mortas a boiar.

Elaboração-Ev₁ (π_1, π_2)

Elaboração-Ev₂ (π_1, π_3)

- (12) π_1 Os muito pobres, os muito envergonhados, os muito humilhados, não ousavam apresentar-se. π_2 Eles eram como uma raça à parte ...

Elaboração-Ent₁ (π_1, π_2)

- (13) π_1 Quando os pensadores se retiraram, Melchior levantou-se do trono e avançou até à mesa de pedra. Entre as grandes colunas que rodeavam o pátio, π_2 a placa de argila parecia extraordinariamente frágil e pequena.

Elaboração-Ent₂ (π_1, π_2)

No exemplo (11), o evento descrito em π_2 é uma parte do evento “muitas calamidades se abateram sobre Gaspar”, pelo que se infere a relação de Elaboração de Eventualidade₁ (cf. Quadro 2). Já π_3 descreve estados habituais que também são uma parte do evento representado por π_1 . Por isso, a relação retórica que melhor se adequa a esta relação de sentido é a da Elaboração de Eventualidade₂ (cf. Quadro 2).

Os dados em (12) e (13) são exemplos da relação de Elaboração de Entidade, na medida em que ambos contêm segmentos estativos (π_2) que contribuem para a descrição de uma entidade introduzida anteriormente no discurso, “os muito pobres, os muito envergonhados, os muito humilhados” e “a placa de argila” (que estava em cima da mesa de pedra), respetivamente. A diferença entre os dois tipos de Elaboração de Entidade (cf. Quadro 2) reside na natureza da descrição feita: enquanto, em (12), π_2 é um estado descritivo, em (13), é uma avaliação do narrador.

O exemplo (14) é indicativo da complexidade que as relações retóricas podem assumir em textos.

(14) π_1 Naquele tempo, na cidade de Kalash, o príncipe Zukarta instaurou o culto do bezerro de oiro.

(...) π_2 Era um jovem bezerro de pequenos cornos torcidos e pernas musculosas, de testa obtusa, curta e franzida. π_3 As suas quatro patas, firmemente poisadas na terra, davam uma grande impressão de firmeza e estabilidade que tranquilizava o coração dos seus fiéis. π_4 E em todo o seu corpo brilhava o oiro, oiro compacto, duro, pesado, faiscante.

π_5 Em frente do ídolo as mulheres curvadas sacudiam sobre o mármore claro dos degraus os sombrios cabelos quase azuis. Dos confins do deserto, dos longínquos oásis, das aldeias perdidas, chegavam homens que depunham em frente do altar a sua oferta: vinham oferecer oiro ao oiro. E os homens bons de Kalash, juízes e chefes guerreiros, desfilavam reverentes em frente do bezerro. Atrás deles vinham os comerciantes, os vendedores, os oleiros, os tecelões. Beijavam os degraus do altar e depunham no chão a sua oferta: traziam oiro ao oiro. Até os sacerdotes da Lua e os seus fiéis e acólitos se prostravam, de joelhos, com a cabeça tocando o solo, em frente do ídolo novo de Kalash.

Elaboração-Ent₂ (π_1, π_3)

Elaboração-Ent₁ ($\pi_1, (\pi_2, \pi_4)$)

Elaboração-Ev₂ (π_1, π_5)

O segmento π_3 estabelece com o segmento π_1 uma relação de Elaboração de Entidade₂, dado que representa uma avaliação (“davam uma grande impressão”) da entidade introduzida em π_1 , isto é, o bezerro de oiro. Os segmentos π_2 e π_4 , como contêm estados descritivos da entidade *o bezerro de oiro*, ligam-se ao segmento π_1 através da relação retórica de Elaboração de Entidade₁. Por sua vez, o segmento π_5 representa vários estados habituais que são parte do evento do culto do bezerro de oiro, daí a inferência da Elaboração de Eventualidade₂.

Os dados apresentados em (15)-(17) são exemplificativos das ocorrências da Elaboração no *corpus* jornalístico.

- (15) π_1 Um emigrante português no Brasil foi assassinado a tiro durante um assalto ocorrido anteontem em Fortaleza, por volta das 15:30 horas locais.. π_2 Nuno Torres tinha 39 anos π_3 e era natural de Penafiel (...).

Elaboração-Ent₁ ($\pi_1, (\pi_2, \pi_3)$)

- (16) π_1 “O PS reage com profundo pesar à morte de José Lello, π_2 que além de ser um destacado dirigente socialista, π_3 foi sempre um activo importante em todas as lutas da afirmação do Porto”.

Elaboração-Ent₁ ($\pi_1, (\pi_2, \pi_3)$)

- (17) π_1 Gaspar Elias, π_2 61.º do ranking mundial, π_1 qualificou-se, ontem para a segunda ronda do torneio de Estocolmo (...).

Elaboração-Ent₁ (π_1, π_2)

Tal como já referimos, neste *corpus*, observamos apenas ocorrências de Elaboração de Entidade₁. Deste modo, nestes três exemplos, o segundo e terceiro segmentos contêm informações relevantes para a descrição das entidades denotadas pelas expressões “um emigrante português no Brasil”, “José Lello” e “Gaspar Elias” respetivamente. Apesar de nos referidos segmentos, no primeiro caso ser usado o pretérito imperfeito (“tinha 39 anos e era natural de Penafiel”) ¹, no segundo o pretérito perfeito (“foi sempre um activo importante em todas as lutas...” e no terceiro apenas uma expressão nominal (“61.º do ranking mundial), os três representam estados descritivos das entidades já mencionadas.

3.4 – A discussão dos dados

A análise dos dados permite-nos fazer algumas considerações gerais, que passamos a especificar.

Em primeiro lugar, a frequência e variedade de tipos da relação

¹ Para uma análise mais detalhada relativamente aos efeitos semântico-pragmáticos do uso do pretérito imperfeito com diferentes tipos de estado, veja-se Oliveira (2004).

retórica de Elaboração nos dois *corpora* analisados revelam características que se coadunam com o género textual a que pertence cada *corpus*.

Como já foi demonstrado, no *corpus* literário, os quatro tipos de Elaboração estão presentes, como seria de esperar num género textual composto por sequências narrativas e descritivas. Com efeito, a Elaboração de Eventualidade permite relatar situações complexas, que se subdividem em subsituações e a Elaboração de Entidade permite fazer a caracterização das entidades introduzidas no discurso, quer de forma direta, quer de forma indireta.

Por sua vez, no *corpus* jornalístico, os eventos são descritos recorrendo à Narração e à Narração Invertida e não à Elaboração de Eventualidade, o que significa que as situações são representadas de uma forma mais simples e menos complexa (isto é, constituída por menos subeventos). Por outro lado, a descrição das entidades referidas é feita sobretudo recorrendo a expressões nominais (cf. (17)), não havendo Elaboração de Entidade com recurso a situações estativas com tanta frequência como nos textos narrativos. De destacar ainda que a ausência de Elaboração de Entidade₂ seria de esperar tendo em conta a natureza objetiva que deve ter este tipo de texto.

Em segundo lugar, a análise dos dados permitiu identificar algumas características semânticas das predicções envolvidas nesta relação retórica, nomeadamente de natureza temporal e aspetual. Tendo como base estas propriedades, definimos as condições de inferência dos quatro tipos de Elaboração, sistematizadas no quadro 3.

1. Elaboração de Eventualidade (Elaboração-Ev)	1.1. Elaboração-Ev₁ Elaboração-Ev ₁ (α, β) $\rightarrow \beta$ é um subsituação de α , em que α e β são eventos no PP Consequência temporal: $\beta \subseteq \alpha$
	1.2. Elaboração-Ev₂ Elaboração-Ev ₁ (α, β) $\rightarrow \beta$ é um subsituação α , em que α é um evento e β é um estado habitual derivado no PIMP Consequência temporal: $\beta \subseteq \alpha$ Nota: Com alguma frequência α é uma nominalização ou nome ‘abstrato’: <i>culto do bezerro; assembleia (o seu funcionamento), calamidades, tempo de solidão, crescer do tempo</i> ; aos quais se pode atribuir uma estrutura interna e a elaboração é feita a partir daí.
2. Elaboração de Entidade (Elaboração-Ent)	2.1. Elaboração-Ent₁ Elaboração-Ent ₁ (α, β) $\rightarrow \beta$ é um estado descritivo de α , em que β é um estado básico ou derivado Consequência temporal: $\beta \text{ O } \alpha$
	2.2. Elaboração-Ent₂ Elaboração-Ent ₁ ($\alpha, \beta \rightarrow \beta$ é uma avaliação de α , em que β é um estado básico ou derivado no PIMP Consequência temporal: $\beta \text{ O } \alpha$ Nota: São frequentes verbos como <i>parecer, surpreender, tranquilizar, dar a impressão...</i>

QUADRO 3. Condições de inferência dos quatro tipos de Elaboração

4 – Considerações finais

Neste trabalho, foi nosso objetivo mostrar que os dois subtipos de Elaboração propostos na literatura, a Elaboração de Eventualidade (Hobbs, 1985; Mann e Thompson, 1988; Asher e Lascarides, 2003, e.o.) e a Elaboração de Entidade (Fabricius-Hansen e Beghren, 2001, Prévot et

al., 2009, Coelho, 2015) não explicam cabalmente as relações de sentido de natureza elaborativa que se podem estabelecer entre segmentos textuais.

A análise do *corpus* conduziu-nos à estipulação de mais dois novos subtipos de Elaboração e das respectivas condições de inferência, definidas com base em informação semântica: a Elaboração de Eventualidade construída com estados habituais e a Elaboração Indireta de Entidade construída com estados e expressões valorativas.

Consideramos que esta proposta torna menos ambíguo e mais rigoroso o processo de inferência da relação retórica de Elaboração, facilitando a anotação das relações retóricas e melhorando a análise de textos.

REFERÊNCIAS

- Asher, N.; Lascarides, A. 2003. *Logics of Conversation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bärenfänger, Maj; Goecke, D.; Hilbert, M.; Lungen, H.; Stührenberg, M. 2008. Anaphora as an Indicator of Elaboration: A Corpus Study. *JLCL*. **23** (2): 49-72.
- Coelho, A. S. 2015. Relações Retóricas e Temporais no Texto. Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Fabricius-Hansen, C.; Behrens, B. 2001. Elaboration and related discourse relations viewed from an interlingual perspective. In: C. Smith (Dir.). *Proceedings of the Third Workshop on Text Structure*. University of Austin: Texas.
- Hobbs, J. 1985. *On the Coherence and Structure of Discourse*. Report no CSLI-85-37. Center for the Study of Language and Information.
- Kamp, H.; Reyle U. 1993. *From Discourse to Logic: Introduction to Modeltheoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- Kehler, A. 2002. *Coherence, Reference, and the Theory of Grammar*. United States: CSLI Publications.
- Kleiber, G.; Vassiliadou, H. 2009. Sur la relation d'Élaboration: des approches intuitives aux approches formelles. *Journal of French Language Studies*.

- Relations de cohérence et fonctionnement des anaphores* (special issue). Cambridge: Cambridge University Press (CUP). **19**: 183-205.
- Mann, W. C.; Thompson, S. A. 1987. *Rhetorical Structure Theory: a theory of text organisation*. Technical report ISI/RS-87-190, Information Sciences Institute.
- Oliveira, F. 2004. O imperfeito e o tempo dos indivíduos. In: F. Oliveira; I. Duarte (Eds.). *Da língua e do Discurso*. Porto: Campo das Letras, 505-528.
- Prévot, L.; Vieu, L.; Asher, N. 2009. Une formalisation plus précise pour une annotation moins confuse: la relation d'Élaboration d'entité. *French Language Studies*. Cambridge: Cambridge University Press. **19**: 207-228.
- Sanders, T.; Spooren, J. W.; Noordman, Leo G. M. 1992. Toward a Taxonomy of Coherence Relations. *Discourse Processes*. **15**: 1-35.
- Silvano, P. 2010. *Temporal and rhetorical relations: the semantics of sentences with adverbial subordination in European Portuguese*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

PROPOSTA DE EDIÇÃO E GLOSSÁRIO DO *FORAL DA COVILHÃ* (1510)

Filipe Castela Soares

filipecastelasoares@gmail.com

Universidade da Beira Interior (Portugal)

Paulo Osório

pjtrso@ubi.pt

Universidade da Beira Interior (Portugal)

RESUMO. O *Foral Manuelino da Covilhã* é um livro que se encontra à guarda do Arquivo Municipal da Covilhã. Este estudo apresenta uma explicação modernizadora, simples e de fácil interpretação, do documento. A investigação incide em dois momentos diferenciados. Numa primeira parte, faz-se parte da transcrição e interpretação do *Foral da Covilhã* e, numa segunda parte, apresenta-se parte do glossário do *Foral*, aliás elucidativo do léxico próprio deste tipo de documentos do século XVI.

PALAVRAS-CHAVE: Transcrição, glossário, *foral*.

ABSTRACT. The *Foral Manuelino da Covilhã* is a book which can be found in the town's archive (Arquivo Municipal da Covilhã). This paper presents an edition that clarifies the study of the document with a modern point of view. This research distinguishes two different moments. In the first moment, it transcribes part of the document and interprets the *Foral da Covilhã* and, secondly, it aims at showing a part of descriptive glossary, namely representative of the typical lexicon of the XVI Century.

KEYWORDS: Transcription, glossary, *foral*.

1 – Introdução

O foral outorgado por El Rei Dom Manuel I à Covilhã a 1 de junho de 1510, preservado no cofre municipal, à guarda do Arquivo Municipal da Covilhã, é constituído por três cadernos (mais um caderno posterior com correições) com dezassete fôlios (mais dois fôlios com correições e uma folha solta de foral que, provavelmente, não pertence ao foral em estudo, uma vez que a mesma não se encontra completa, faltando as letras iniciais iluminadas e os caldeirões, encontrando-se estes espaços em branco e fazendo, ainda, uma referência à “entrada por terra”, que mostra que se trata de uma folha de um foral que deveria ter, também, entrada por mar, impossível para o documento do município em causa no estudo) em papel e pergaminho.

O foral manuelino da Covilhã, assim como todos os outros forais quinhentistas, fazem parte de um amplo conjunto de documentos designados de *Leitura Nova*, assim denominados, pois o mesmo núcleo documental inclui, também, muitos outros registos importantes para enriquecer o poder do rei e para a própria história de Portugal, sendo que estes documentos são transcrições de outros manuscritos anteriores ao reinado de Dom Manuel (Chorão e Deswarte 1997: 4). Segundo Coelho (2007: 22), o pergaminho foi utilizado nos documentos da *Leitura Nova*, apesar de o papel já ser utilizado em outros manuscritos. Os documentos da *Leitura Nova* eram caracterizados por belas ornamentações, nomeadamente iluminuras de inspiração flamenga, bem como por simbologia régia e figuras ligadas à natureza.

A 1 de junho de 1510, Dom Manuel I atribuiu à Covilhã o seu segundo foral, tendo sido o primeiro concedido por Dom Sancho I no dia 1 de setembro de 1186. A génese deste manuscrito, estabilizador da vida concelhia, concedido pelo Rei, firmou-se nas reestruturações executadas para substituir os forais velhos, contribuindo desta forma para o centralismo do poder real, político, fiscal e jurídico. Assim, «*mandamos fazer tres [exemplares] hum delles pera a camara da dita villa e outro pera o Senhorio dos ditos direitos e outro pera a nossa torre do tonbo pera todo tempo se poder tirar qualquer duvida que sobrsjo possa sobre vir*». O documento em estudo encontra-se, hoje, classificado no Arquivo Municipal da Covilhã.

O documento é composto por cadernos de pergaminho completados, em grande parte, com o texto que compõe o foral. Depois das guardas iniciais e a folha de papel, encontram-se os cadernos de pergaminho. É importante referir que os restauros a que esteve sujeito não correspondem à sequência original das folhas, sendo desta forma difícil perceber se a cosedura agrupou a forma original de alguns dos fólhos, perfazendo em termos atuais vinte fólhos, que equivalem a quarenta páginas.

Ao longo de todo o manuscrito são observáveis manchas de humidade e de manuseamento que não afetam a leitura do mesmo. Foi acrescentada, posteriormente, no reto e no canto superior do fólho, numeração árabe. Na margem interna inferior dos fólhos, com a exceção dos fólhos das correições e fólho final (fólho que não deve pertencer ao foral), há pequenos orifícios circulares, tocando todo o documento que se destinava à passagem de um cordão fino, o trancelim, que suportava o selo régio com um pendente de chumbo, com as armas reais e que tornava autêntico o manuscrito (Heitlinger 2011: 11) e que deve ter sido tapado num restauro.

A disposição dos fólhos cumpre uma representação simples, medindo cada sensivelmente 280 mm de altura por 190 mm de largura. A caixa de texto suporta as medidas aproximadas de 180 mm de altura e os 120 mm de largura. As mesmas são delimitadas por linhas finas, que sobressaem pouco devido ao uso ténue de pigmento, subdividindo-se em vinte e quatro e vinte e cinco linhas de escrita, por leves lineamentos horizontais.

Nos fólhos, o texto é escrito numa única coluna, o da “*tavoada*” e a folha ii, r. e v., apresentam vinte e quatro linhas. As restantes folhas do foral têm vinte e cinco linhas. Esta “*tavoada*” ou índice do documento aparenta não aparecer no local correto, talvez resultado de alguma intervenção posterior. Desta forma, o mesmo índice surge entre o fólho do frontispício e o fólho numerado com ii e, muito provavelmente, fora de sequência.

O frontispício do foral é decorado com uma apreciada iluminura que pode dividir-se em três faixas. O rosto do foral, nesta parte superior, é cruzado, na diagonal, por um rasgão, que foi alvo de restauro. Na segunda faixa do frontispício surge a toda a largura o nome “DOM . MANVEL”, em letras capitais, sob um fundo vermelho. Por fim, na parte inferior da página, aparece uma caixa de texto onde está escrito “*per graça de deus Rey de portugal e dos algarves da quem e dalem mar Em africa Senhor da*

Guine e da conquista e na vegaçam e comércio de Etiopya Arabya persya e Indya. A quantos”, rodeada com motivos florais. A ornar a intitulação real estão presentes elementos florais ligados ao culto mariano, cravos (no lado direito, dois cravos e um botão de cravo sobre um fundo vermelho), rosas (do lado esquerdo observam-se uma rosa e um botão de rosa) e animais, nomeadamente uma borboleta, inseto que no culto se refere à Semana Santa e à transfiguração de Cristo, e uma coruja (do lado direito) com um capuz, metáfora da sabedoria (Neto 2006: 163).

A *Leitura Nova* recrutou um grande número de preparadores de pergaminho, iluminadores e escrivães, que revelou um enorme investimento financeiro. Nos escritos da *Leitura Nova*, em especial, nos forais, o Rei idealizou a sua imagem, assim como a do império que nascia. Dom Manuel determinou fazer num material de suporte muito duradouro com tintas equitativamente perduráveis, que subsistem no tempo, os testemunhos escritos que homenageavam a lembrança do país (Neto 2006: 163).

No corpo do documento são utilizados o sinal de caldeirão, apresentando-se, alternadamente, a vermelho e a azul. Os títulos laterais estão grafados a vermelho e na cor do texto. A numeração das folhas aparece a vermelho, unicamente no reto, como era característico da época.

2 – Transcrição de parte do documento

Por uma questão de extensão do texto aqui apresentado, apenas apresentamos, a título exemplificativo, uma parte da transcrição do documento. Assim, no que respeita aos critérios de transcrição, sublinhamos as palavras de Emiliano (2002: 2), em que, para o investigador, editar um texto prevê uma interpretação das informações apresentadas nos textos. Assim sendo, a edição de um escrito é um método que distancia continuamente o texto do seu original, ancorando a interpretação do editor. Desta forma, não existem edições concludentes ou inteiramente imparciais.

São definidos para esta transcrição os seguintes critérios:

- a) respeito pela grafia fiel e original do documento, com a inserção das seguintes alterações: i) desenvolvimento das abreviaturas; ii) introdução de pontuação, sempre que tal ajude a esclarecer o sentido das frases; iii) atualização do *scilicet*, por “a saber” ou

“isto é”.

- b) Colocação entre [] das palavras que foram acrescentadas aos textos originais;
- c) respeito pela grafia original, mantendo maiúsculas e minúsculas;
- d) separação de palavras que, no documento original, estejam unidas e ligação de sílabas ou letras de uma mesma palavra que estejam separadas;
- d) indicação dos fólhos;
- e) manteve-se o sinal de caldeirão que, muitas vezes, antecede palavras e a numeração dos fólhos.

2.1 – Exemplo de transcrição de uma parte do documento

DOM MANUEL

per graça de deus Rey de portugal e dos algarves da quem e dalem mar
Em africa Senhor da Guine e da conquista e naveguçam e comércio de
Etiopya Arabya persya e Indya. A quantos

esta nossa carta de foral dado a nossa a villa de Covilhã virem fazemos
saber que per bem das dilligências **ysames[125]** e emquerições que em
nossos Reinos e Senhorios mandamos jeralmente fazer pera justificaçam
e decraraçam dos foraaes delles e per algumas sentenças e detriminações
que com os do nosso conselho e leterados fizemos acordamos visto ho
foral da dita villa dado per el Rey dom Sancho primeiro que as rendas e
direitos Reaaes se devem hy darecadar na seguinte:

[À margem:] **Colheita**

Primeiramente avemos daver da dita villa em cada hum anno quatro
mil e sete centos e oytenta e dous **Reais[103]** da colheita que chamam
dangoa[52] e **Recada se[102]** de cada morador dezasete **ceptis[40]** em
cada hum anno pera a dita pagua e o que diso creçe alem da dita soma he
pera as Rendas do conçelho da qual paga nom sera escusa nhũa pessoa por
nhũ privilegio nem Isençam posto que clerigos seiam.

[À margem:] **℄ Gaado do vento[67]**

O **Guado do vento[67]** posto que jeralmente em todos nossos Reinos
pertença a nos Insolido porem na

(...)

Cii

dita villa se guardara o que atee ora senpre costumaram a saber que sendo o guado junto na serra da estrella no veram quando vem ao pasto se fazem tres ajuntamentos na mesma serra per **alcaldes[6]** pera jso ordenados aos quaes vão os pastores e criadores da **comarca[46]** que tiverem perdido algum gaado e conhecendo o seus donos ho levaram. E o guado que nom he achado Senhorio he trazido a a dita villa de Covilhã dya de Santiago onde jso mesmo ho vão buscar as pesoas que ho perderam e conheçendo lhe he jso mesmo entregue. E pasado o dito dya de Santiago depois da audiencya he julguado por perdido todo o guado a que nom saae dono. O qual he feito em três partes e a huma dellas levam os **alcaldes[6]** da serra por terem carregado dajuntar o guado e outro terço aos **juizes[72]** ordenarios da dita villa. E o outro terço he pera nos ho qual se arrecadara pollo nosso **alcaide moor[5]**. E asy mandamos que se cumpra pera o diante. E os **alcaldes mores[5]** ou outras pesoas que ouverem daver o dito direito do **guado do vento[67]** nos lugares

da dita **comarca[46]** nam tomaram ho dito gaado aos criadores que ouverem de vir a dita serra salvo aquelle que nos outros tenpos do anno se ajuntase em outra parte ou perdese nam sendo em nenhum dos tempos que o dito guado vaa ou venha pera a dita serra por que este tal em qualquer tempo e lugar em que se perder queremos que se julgue na dita serra e villa como dito he e nam em outros lugares posto que la seja achado. E os donos porem dos taaes guados e poderam hyr buscar em todo o tempo e lugar e sendo conhecido lhe sera entregue.

[À margem:] **Pena darma[93]**

A **pena das armas[93]** he do **alcaide moor[5]** e pagar se ha por nossa ordenaçam isto é duzentos **Reais[103]** sem mays outra cousa com decaraçam de que a dita villa tinha privilegyo antiguo confirmado per nos que a dita pena senam leve senam de **ferro mudo[62]** a quall avemos por bem que pera sempre asy se guarde com as outras cousas deste foral. Com estas decarações a saber o que **apunhar espada[14]** ou qual quer outra arma sem atirar ou tomar paao ou pedra sem fazer mal com ella nam paguara pena e se em **Reixa[105]** nova e sem

Ciii

preposito com paao ou pedra fazer mal nam paguara pena. Nem ha pagara

moço de quinze anos pera baixo nem molher de qual quer jdade que seja. Nem pagaram a dita pena aquellas pesoas que castigando sua molher e filhos e escravos e criados tirarem sangue nem paguara a dita pena de sangue quem jugando punhadas sem armas tirar sangue com bofetada ou punhada. E as ditas penas e cada huma dellas nam paguaram jssso mesmo quaesquer pesoas que em defendimento de seu corpo ou por apartar e estremear outras pesoas em **aroido**[15] tirarem armas posto que com ellas tirem sangue. E se os **juizes**[72] da dita villa cheguaem ao **aroido**[15] primeiro as armas que se hy no tal caso perderem levaram livremente os ditos **juizes**[72] e a pena dellas ficara toda vya pera a dita alcaidarya como senpre se costumou.

[À margem:] **℥ Acougajem**[3]

Item se pagara de cada talho em que se talhar carne huma **arova**[16] de **sevo**[109] em cada um anno com tanto que os **acougues**[4] pera jso sejam coregidos de todo e Repairados a custa dos ditos direitos ou de quem os de nos tener. A qual **arova**[16] de **sevo**[109] asy levaram tambem no termo onde se carne ouver de talhar a peso se no tal lugar jso mesmo lhe der **acougues**[4] ou casas pera jso mesmo lhe der **acougues**[4] ou casas pera jso convenientes sem embargo da qual **arova**[16] os carneçeiros se poderam conçertar por menos quando lhe bem parecer. convenientes sem embargo da qual **arova**[16] os carneçeiros se poderam conçertar por menos quando lhe bem parecer.

3 – Glossário

Cada palavra ou expressão é reconhecida com um número que está identificado na transcrição do documento, seguida da referência bibliográfica. Para melhor decifrar as palavras e expressões do glossário e, após a sua definição, as mesmas são contextualizadas com excertos do texto do Foral. Foram registadas, ao longo do documento, cento e vinte e cinco entradas de palavras e expressões. Neste artigo, a título ilustrativo, apenas apresentamos as palavras da letra A:

A

[1] **ADENS (pl. de ADEM)** – Ganso ou ave doméstica bravia, da ordem das palmípedes, da família dos anatídeos, também chamada de mancão, pato-bravo, pato-real, pescoço-verde, tarratão, entre outros (Peixoto 2008: 291); nome do pato na Índia (Gomes 1996: 55), (Coelho e Morujão 2010: 97).

*«E de coelhos e lebres perdizes patos **adens** ponboons galinhas e de totalas outras aves e caça nom se pagara nem huma portagem pollo comprador nem vendedor nem o faram saber.»*

[2] **AÇAFATES (pl. de AÇAFATE)** - Cestas destinadas a ser carregadas à cabeça pelas mulheres (Soeiro 2010: 261).

*«E por todallas alcofas esteiras seiroomens **açafates**[2] e cordas e das obras e cousas que se fizeram da dita palma e esparto etç.»*

[3] **ACOUGAJEM (AÇOUGAGEM)** - Imposto que pagavam os que tinham açougue ou um posto de hortaliças (Garcia e Manso 2005: 95).

*«**Acougajem**[3]*

Item se pagara de cada talho em que se talhar carne huma arova de sevo em cada um anno com tanto que os acougues pera jso sejam coregidos de todo e Repairados a custa dos ditos direitos ou de quem os de nos tener.»

*«**Acougajem**[3]*

A pagaram os almocreves soamente da dita villa que trouxerem pescado a vender a a dita villa e praça della por anno dez reais que se chama de brancagem por acharem a praça e alpenderes della pera jso coregidos a a custa do Senhorio e asy mandamos que se faça.»

[4] **ACOUGES (pl. de AÇOUGUE)** – Do árabe “as-sóq”, feira, loja onde se vendiam bens de primeira necessidade, embora destinados à venda de peixe e carne (Santos e Vargas 2000: 111), comumente conhecidos por talho ou mercado (Coelho e Morujão 2010: 97).

*«E asy poderam descarregar na praça ou **acouges**[4] do lugar sem a dita manifestaçam dos quaes...»*

*«Item se pagara de cada talho em que se talhar carne huma arova de sevo em cada um anno com tanto que os **acougues**[4] pera jso sejam coregidos de todo e Repairados...»*

*«A qual arova de sevo asy levaram tambem no termo onde se carne ouver de talhar a peso se no tal lugar jso mesmo lhe der **acougues**[4] ou casas*

pera jso convenientes sem embargo da qual arova os carnezeiros se poderam conçertar por menos quando lhe bem parecer.»

[5] ALCAIDE MOOR (pl. ALCAIDES MORES) – Capitão, governador de uma praça ou província, que devia defender a praça ou castelo até ao último extremo (Dias 1996: 29).

*«E o outro terço he pera nos ho qual se arrecadara pollo nosso **alcaide moor**[5].»*

*«E os **alcaldes mores**[5] ou outras pesoas que ouverem daver o dito direito do guado do vento nos lugares da dita comarca nam tomaram...»*

*«A pena das armas he do **alcaide moor**[5] e pagar se ha por nossa ordenaçam...»*

[6] ALCAIDES (pl. de ALCAIDES) – Governador ou capitão responsável pela defesa de um castelo, que representava o rei no concelho, província ou comarca, com jurisdição civil e militar (Dias 1996: 29), (Peixoto 2008: 291).

*«(...) junto na serra da estrella no veram quando vem ao pasto se fazem tres ajuntamentos na mesma serra per **alcaldes**[6] pera jso ordenados aos quaes vão os pastores e criadores da comarca...»*

*«O qual he feito em três partes e a huma dellas levam os **alcaldes**[6] da serra por terem carregado dajuntar o guado e outro terço aos juizes ordenarios da dita villa.»*

[7] ALCATRAM (ALCATRÃO) – Essência untuosa, de cor negra, cheiro intenso e sabor amargo, matéria resinosa constituída de resina, pez líquido e óleo ou sebo. Por destilação obtém-se da hulha, da madeira de pinho e outras (Gomes 1996: 55).

*«De çera mel azeyte çevo hunte queijos secos pez manteiga salgada Razyna breu sabam **alcatram**[7] por carga mayor nove Reais.»*

[8] ALCOFAS (pl. de ALCOFA) – Do árabe “alquffa” Cesto com duas asas feitas com folhas de palma (Rocha 2013: 29).

*«E por todallas **alcofas**[8] esteiras seirooens açafates e cordas e das obras e cousas que se fezerem da dita palma e esparto etç.»*

[9] ALMOCREVES (pl. de ALMOCREVE) – A palavra de origem árabe “al mukari”, pessoa que aluga cavalos (Almeida, Martins e Monteiro 2002: 282).

*«A pagaram os **almocreves**[9] soamente da dita villa que trouxeram*

pescado a vender a a dita villa e praça della...»

[10] ALMOXARIFE (pl. ALMOXARIFES) – Do árabe “al-muxrif”, tesoureiro (Santos e Vargas 2000: 111), oficial do fisco, que tinha a seu cargo o arrendamento, a cobrança dos direitos reais nos almoxarifados ou circunscrições fiscais espalhadas pelo reino (Dias 1996: 29), (Gomes 1996: 55), (Coelho e Morujão 2010: 97).

*«(...) e sem disso poder conhecer **almoxarife[10]** nem contador nem outro official nosso nem da nossa fazenda em caso que ho hy aja.»*

*«E mays as pessoas que em seu nome ou por ele o fezerem emcoreram nas ditas penas e os **almoxarifes[10]** e escrivaaes e officiaaes dos ditos direitos que asy nam comprirem perderão loguo os ditos officios...»*

[11] ALPENDERES (pl. de ALPENDRE) – Tipo de teto sustentado, erguido sobre colunas ou pilares (Bittar e Veríssimo 1999: 52).

*«(...) a vender a a dita villa e praça della por anno dez reais que se chama de brancagem por acharem a praça e **alpenderes[11]** della pera jso coregidos a a custa do Senhorio e asy mandamos que se faça.»*

[12] ALQUEIRES (pl. de ALQUEIRE) - Medida de capacidade para secos, variável de região para região (varia entre 11 e 22 quilogramas) (Dias 1996: 29), medida para azeite equivalente a meio almude, equivalente a aproximadamente treze ou dezasseis litros, a sexagésima parte do moio (Corresponde 21,762 hectolitros) (Garcia e Manso 2005: 95), (Gomes 1996: 55), (Coelho e Morujão 2010: 97).

*«E quem tiver pera fora de quatro **alqueires[12]** pera baixo nam pagara nada nem faram saber a aportagem.»*

[13] ANIL – Matéria corante e que servia para tingir de azul, extraída da planta anileira (Dias 1996: 29), (Coelho e Morujão 2010: 97), (Peixoto 2008: 291).

*«E de graam **anil[13]** brasil e por totalas Cousas pera tingir e por papel e toucados de seda ou algodam.»*

[14] APUNHAR ESPADA – Lançar a mão ao punho da espada, empunhar (Marques, 2005: 129).

*«Com estas decrrações a saber o que **apunhar espada[14]** ou qual quer outra arma sem atirar ou tomar paao ou pedra sem fazer mal com ella nam paguara pena...»*

[15] AROIDO (ARRUÍDO) – Perturbação de ordem pública, briga

(Santos e Vargas 2000: 111), (Marques 2005: 129).

*«E as ditas penas e cada huma dellas nam paguaram jso mesmo quaesquer pessoas que em defendimento de seu corpo ou por apartar e estremear outras pessoas em **aroido[15]** tirarem armas posto que com ellas tirem sangue. E se os juizes da dita villa cheguaem ao **aroido[15]** primeiro as armas que se hy no tal caso perderem levaram livremente os ditos juizes e a pena dellas ficara toda vya pera a dita alcaidarya como senpre se costumou.»*

[16] AROVA, AROVAS, AROBA, AROBAS, HAROBA (ARROBA/pl. ARROBAS) – Medida de peso de 32 arráteis, ou um quarto de quintal, 14,688 kg, arredondado para 15 kg (Dias 1996: 29) (Gomes 1996: 55) (Coelho e Morujão 2010: 97).

*«Item se pagara de cada talho em que se talhar carne huma **arova[16]** de sevo em cada um anno com tanto que os acougues pera jso sejam coregidos de todo...»*

*«A qual **arova[16]** de sevo asy levaram tambem no termo onde se carne ouver de talhar a peso se no tal lugar jso mesmo lhe der acougues ou casas pera jso convenientes sem embargo da qual **arova[16]** os carneçeiros se poderam conçertar por menos quando lhe bem parecer.»*

*«(...) asy como nos titollos seguintes do pam e dos panos he limitado sem mays se fazer nos outros capitollos a dita Repartiçam de carga mayor nem costal nem **arovas[16]** soamente pollo titollo da carga mayor de cada cousa se emtendera o que per ese Respeito...»*

*«E quem levare pera seu uso de mea **arova[16]** pera baixo nam pagara nada. E por todallas alcofas esteiras seirooens açafates e cordas e das obras e cousas que se fezerem da dita palma e esparto etç. Por carga mayor seis Reais. E e de mea **arova[16]** pera baixo quem as tirar nam pagara nada.»*

*«De todos los panos de seda ou de laan ou dalgodam ou de linho se pagara por carga mayor nove reais e por menor quatro reais e meo e por costal dous reais e dous ceptys e por **aroba[16]** hum Real.»*

*«E a carega mayor se emtende de dez **arobas[16]** e a monor de cinco **arobas[16]** e ho costal de duas **arobas[16]** e mea. E nem asy per esta conta e Respeito cada aroba[16] em cinco ceptys e hum polos quaes se pagara hum Real.»*

*«De carga mayor de pescado ou marisco hum Real e cinco çeptys e quem levar de mea **aroba**[16] pera baixo nam pagara. E do pescado dagoa doce atee mea **aroba**[16] nam pagara portagem nem fara saber asy da venda como da compra sendo soamente truitas bordalos ou bogas e dy pera baixo.»*

*«E quem levar das ditas cousas mea **haroba**[16] pera seu huso nam pagara.»*

*«De carga mayor de telha ou tigello ou qualquer louca de barro que nam seja vidrada dous reais e de menos de duas **arobas**[16] e mea nam pagara portagem pollo comprador.»*

*«E quem das ditas cousas levar de costal pera baixo que sam duas **arobas**[16] e mea nam pagaram nada.»*

[17] ASNA, ASNA, ASNO, DASNO (ASNO/D'ASNO) – Mamífero doméstico mais pequeno que o cavalo, burro, jumento (Augé 1948: 66).

*«(...) do cavallo Rocim ou egua e de muu ou mulla hum Real e cinco çeptys. E do **asno**[17] ou **asna**[17] hum Real. E se as eguaas ou **asnas**[17] se venderem com criancas nam pagaram portagem senam pollas mays.»*

*«E por carga menor se entenda carga **dasno**[17].»*

[18] ATAFANA (ATAFONA) – Moinhos movidos a tração animal ou manuais, para moer grão (Coelho e Morujão 2010: 97). Azenha (Gomes 1996: 55), (Peixoto 2008: 291).

*«E de moos de barbeiro dous Reais e das de moynhos ou **atafana**[18] quatro Reais.»*

4 – Conclusão

A letra utilizada na escrita deste livro é a caligrafia gótica homogénea, característica dos forais manuelinos, distinguindo-se por traços finos que rematam muitas formas de letras (Heitlinger 2011: 11). As cores utilizadas¹ são o azul, da azurite; o pigmento vermelho, do vermelhão ou vermelho de chumbo; o verde, da malaquite, ou em alternativa, a mistura do amarelo de

¹ Agradecemos a informação prestada pela Dra. Sandra Ferreira do Arquivo Municipal da Covilhã.

ocre (goetite) com azurite; o pigmento branco, do Branco de chumbo e foi, ainda, aplicado ouro na coroa que está no frontispício, sendo ainda visíveis alguns vestígios.

Ao longo do documento são visíveis anotações nas margens das caixas de texto onde se encontra o texto do foral, a saber:

- No fólho III, pode ler-se «punhados»;
- No verso do fólho III, por cima de «ochavas»;
- No fólho III, por cima de «maninhos», pode ler-se «pensões»;
- No fólho b, na margem direita;
- No verso do fólho b, na margem esquerda;
- No fólho X, na margem direita, entre «fruta seca» e «cumagre casca»;
- No fólho XIII, na margem direita.

Encontram-se entre o fólho XI (verso) e o fólho XII duas frações dos fólhos VI e VII, após a cosedura, parecendo que foram cortadas duas folhas, mas na verdade não há vestígios de corte.

Os forais manuelinos representam símbolos e textos de uma nova época ancorada no Renascimento. Ao analisarmos as iluminuras neste documento percebemos, desde logo, a forte influência que têm da liturgia e dos livros sagrados. Neste Foral, são visíveis pormenores aliciantes da vida em comunidade, dos costumes alimentares e das tradições artesanais e práticas comerciais dos habitantes da Covilhã.

REFERÊNCIAS

- Almeida, M. A. P., Martins, C. A. e Monteiro, N. G. 2002. *Dicionário das Ocupações - História do Trabalho e das Ocupações*. Oeiras: Celta Editora.
- Augé, C. 1948. *Nouveau Larousse Universel - Dictionnaire Encyclopédique en Deux Volumes*. Paris: Librairie Larousse.
- Bittar, W. e Veríssimo, F. 1999. *500 Anos da Casa no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Chorão, M. e Deswarte-Rosa 1997. *Leitura Nova de D. Manuel*. Lisboa: ANTT/Ianap.

- Coelho, M. H. C. 2007. *Foral de D. Manuel I a Santarém*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém.
- Coelho, M. H. C. e Morujão, M. 2010. *Foral Manuelino do Jarmelo*. Guarda: IMC.IP/Museu da Guarda.
- Dias, M. 1996. *Os Forais de Vilar Maior: D. Dinis - 17-11-1296 D. Manuel - 01-06-1510*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, Lda.
- Emiliano, A. 2002. *Critérios e Normas para Transcrição e Transliteração de Textos Medievais*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa.
- Garcia, M. A. e Manso, H. 2005. *Forais de Penamacor*. Santa Maria da Feira: Gráfica Monumento, Lda.
- Gomes, C. 1996. *Forais do Sabugal*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, Lda.
- Heitlinger, P. 2011. Os forais da chancelaria manuelina, a letra com que foram escritos. *Cadernos de Tipografia e Design*. Consultado em 5/11/2015 em <http://tipografos.net/cadernos/CT18-unciais.pdf>
- Marques, M. 2005. *Foral de Angeja - 1514*. Paredes: Reviver editora.
- Neto, M. S. 2006. O foral manuelino de Viseu: “por lei e privilégio”, *Revista Beira Alta*, vol. 6, 19-66.
- Peixoto, A. 2006. *Os Forais de Viana*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo.
- Rocha, S. M. 2013. *Branding para a Marca Companhia das Cestas - Personalidade, Identidade Visual e Produto Engenharia*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Santos, M. C. e Vargas, J. M. 2000. *Foral de Alhos Vedros*. Setúbal: Câmara Municipal da Moita - Departamento de Ação Cultural.
- Soeiro, T. 2010. *A Cestaria Tradicional em Penafiel*. Porto: Portugalia.

PORTUGUÊS PARA DEFICIENTE AUDITIVO: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DA OBRA DE MARLENE DE OLIVEIRA GOTTI

Vanessa Gomes Teixeira

vanessa_gomesteixeira@hotmail.com

Universidade do Porto (Portugal)

RESUMO. Ao analisarmos a historiografia da educação de surdos, podemos constatar que no decorrer dos anos houve a implementação de diversos métodos voltados para o ensino de Português para essa comunidade no Brasil, como o Oralismo, a Comunicação Total e o Bilinguismo. Esses métodos, por sua vez, assentavam em diferentes concepções acerca de quem é o sujeito surdo, de o que é a surdez, de como são as línguas de sinais e seus papéis no processo de ensino aprendizagem do surdo e de como o Português deveria ser ensinado para esse aluno. Levando em conta essas questões, o presente artigo, a partir do arcabouço teórico da Historiografia Linguística, busca analisar um tratado voltado para o ensino de Português para a comunidade surda, intitulado “Português para deficiente auditivo”, elaborado em 1992 por Marlene de Oliveira Gotti. Nesse contexto, o trabalho é organizado da seguinte forma: inicialmente, faço uma revisão de literatura nas áreas de Historiografia Linguística e da História do Ensino de Português para surdos; depois, descrevo como foi feita a análise e quais os critérios adotados; por fim, analiso a obra de Gotti (1992).

PALAVRAS-CHAVE: Educação de surdos, português para surdos, surdez, comunidade surda, historiografia linguística.

ABSTRACT. When we analyze the historiography of the education of deaf people, we can see that in the course of the years we have implemented several methods aimed at teaching Portuguese to this community in Brazil, such as Oralism, Total Communication and Bilingualism. These methods, in turn, had different conceptions

about who the deaf individual is, what deafness is, what are sign languages and which are their roles in the learning process of the deaf and how Portuguese should be taught for this student. Taking into account these questions, this article, based on the theoretical framework of Linguistic Historiography, seeks to analyze a book about Portuguese teaching for the deaf community entitled “Português para deficiente auditivo” and elaborated in 1992 by Marlene de Oliveira Gotti. In this context, the work is organized in three parts: First, I review the literature in the areas of Linguistic Historiography and History of Portuguese Teaching for the Deaf. Then I describe how the analysis was done and what criteria were adopted. Finally, I analyze the work of Gotti (1992).

KEYWORDS: Education for deaf people, Portuguese for deaf people, deafness, deaf community, linguistic historiography.

1 – Enquadramento teórico

1.1 – A Historiografia Linguística

A pesquisa em questão é norteadada pela perspectiva teórica da Historiografia Linguística. Esse campo interessa-se pelas diferentes formas de constituição do saber metalinguístico ao longo da história. Segundo Law (2003), percebemos a História a partir de sua relação com o presente e, ao mesmo tempo, esse presente relaciona-se com uma série de possíveis futuros. Isso mostra que estamos sempre em transição, da mesma forma que toda era passada também fez parte de um processo de transição e mudança conduzido para o tempo atual. Nessa perspectiva, a Historiografia Linguística é uma disciplina que investiga as ideias que havia sobre a língua antigamente: o historiógrafo, ao estudar textos e analisar fatos históricos, busca entender o motivo de as pessoas apresentarem determinado ponto de vista em uma época específica e as consequências disso.

Para realizar uma análise historiográfica, é necessário estudar a história intelectual do período, ou seja, os contextos (científico, filosófico, gramaticográfico, pedagógico, político, religioso, editorial, histórico, social, etc.) nos quais a obra se insere. Quanto maior o conhecimento que pudermos adquirir a respeito do momento no qual o texto foi escrito, melhor, pois isso ajuda a perceber como era o pensamento da época e quais visões

de mundo e do próprio ser humano existiam: o que as pessoas pensavam sobre a língua é aproximadamente relacionado com o que elas pensavam acerca do mundo e de si próprias. Isso porque, como explica Law (2003), a língua reflete a natureza do Homem e abrange, desde sua base física no trato vocal ou nas ondas sonoras até sua vida na interação humana e seu potencial no conhecimento despertado do invisível e do não dito, a diversidade característica do ser humano. Consequentemente, visões sobre a linguagem são um guia para visões sobre o Homem e o estudo das ideias linguísticas a partir da perspectiva histórica permite-nos descobrir como o ser humano era compreendido em qualquer época.

O estudo historiográfico também parte de modelos de descrição e interpretação da história que resultam em possibilidades diferentes de organização da pesquisa. Além disso, leva em conta fatores internos e externos em sua análise. Em relação à pesquisa em questão, analisei o tratado didático de Gotti (1992) levando em conta o clima de opinião da época, conceito que será discutido a seguir.

1.1.1 – Clima de Opinião

Koerner (2014) explica que as ideias linguísticas se desenvolvem em um contexto socioeconômico e político no qual circulavam outras correntes intelectuais. Por vezes, a influência da situação socioeconômica, e mesmo política, deve igualmente ser tida em conta. Logo, em uma análise historiográfica é necessário o estabelecimento do “clima de opinião” geral do período em questão, ou seja, o pensamento, a ideologia, o contexto cultural e social da época.

No presente estudo, faço uma breve revisão da História do ensino de Português para surdos no Brasil no século XX, com o objetivo de contextualizar o período em que se insere a obra analisada e tentar compreender o pensamento intelectual da década de 90.

1.2 – História do ensino de Português para surdos no Brasil

A história do ensino de Português para surdos é um processo que se relaciona diretamente com a língua de sinais. Fernandes (2007) explica

que, à luz de narrativas sobre a Antiguidade Clássica, sempre houve surdos na sociedade, mas a dispersão dos mesmos impossibilitava a criação de um grupo social e de uma comunidade linguística. Levando em conta que, até meados do século XVI, os surdos eram considerados ineducáveis, muitas vezes eles eram isolados socialmente e não tinham acesso à escolarização.

O fortalecimento desse grupo só ocorreu no século XVIII, com a fundação das primeiras instituições assistenciais voltadas para surdos na Europa, pois o convívio entre eles em internatos possibilitou a ampliação e sistematização de sinais em regras e o aparecimento da primeira língua de sinais do mundo, a Língua de Sinais Francesa (“Langue des Signes Française” - LSF). Assim como qualquer língua humana natural, as línguas de sinais surgiram a partir das necessidades de comunicação de um grupo social, no caso, os surdos.

No caso do Brasil, foi a partir de 1855 que começa a se pensar em metodologias voltadas para o ensino de surdos. A mando do imperador Dom Pedro II, o professor surdo Eduardo Huet veio para o Rio de Janeiro com o intuito de abrir uma instituição voltada para a comunidade surda. Assim, em 1857 foi fundada a primeira escola para surdos no Rio de Janeiro, o “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos”, que mais tarde passaria a se chamar “Instituto Nacional de Educação de Surdos” (INES). Foi nela que surgiu, a partir dos sistemas já usados pelos surdos de várias regiões do Brasil e com influência da Língua de Sinais Francesa, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

No entanto, apesar de serem línguas naturais de aquisição espontânea por surdos, as línguas de sinais foram proibidas durante muito tempo. Em 1880, realizou-se o Congresso de Milão e, por se acreditar que estas línguas prejudicavam o processo de aprendizagem do indivíduo surdo, um grupo de educadores ouvintes excluiu-as do seu processo educacional e designou o Oralismo como método de ensino. Dessa forma, com objetivo de incentivar o uso da língua oral, foi proibida qualquer outra forma de comunicação no contexto escolar, não só o uso de línguas de sinais como também de gestos.

O Oralismo não teve resultados satisfatórios, pois, como explica Lacerda (1998), a maior parte dos surdos apresentou grande dificuldade em desenvolver a aquisição da fala e, mesmo quando eles conseguiam

algum sucesso, esse desenvolvimento era parcial e tardio em relação à fala do ouvinte. Além disso, a implementação desse método gerou várias implicações linguísticas, psicológicas, sociais e políticas no ensino voltado para surdos. Entretanto, mesmo com a exclusão das línguas de sinais do ensino formal, elas não deixaram de ser usadas, pois, paradoxalmente, a proibição fortaleceu a comunidade surda. Gesser (2009) comenta:

O agrupamento nos internatos que pregavam o oralismo a todo custo serviu para os surdos se identificarem como pares constituintes do mesmo grupo, passando a usar, disseminar e reforçar um eventual sentimento de valorização dos sinais e da identidade cultural surda (Gesser, 2009: 26).

Devido ao fracasso do Oralismo, surge, na década de 60, a filosofia da Comunicação Total, que defendia a utilização da língua de sinais, do alfabeto digital, da amplificação sonora, da fonoarticulação, da leitura labial, da leitura e da escrita da língua oral no desenvolvimento da linguagem da criança surda. No entanto, como explica Lacerda (1998), estudos realizados apontavam que, apesar de haver melhora no processo escolar dos surdos se compararmos esse método ao Oralismo, eles ainda apresentavam dificuldades na comunicação fora do contexto escolar e na produção de linguagem ao expressar sentimentos e ideias.

Paralelamente ao desenvolvimento da Comunicação Total, a partir da década de 50, surgiram alguns estudos sobre Língua de Sinais Americana (ASL), tendo destaque a descrição feita por Willian Stokoe, publicada em 1965. Segundo Veloso & Maia Filho (2009), essa pesquisa representou uma revolução na área de ensino para surdos, pois Stokoe (1965), ao comparar um grupo de crianças surdas que aprendiam uma língua de sinais como língua materna e um grupo de crianças que não a aprendiam, concluiu que essa língua não prejudicava, e sim ajudava o desenvolvimento cognitivo e social dessas crianças, já que elas compreendiam o mundo a sua volta e adquiriam uma identidade.

Além dessas pesquisas, também começaram a ser feitos estudos voltados para o processo de aquisição da linguagem em crianças surdas filhas de pais surdos (Meier, 1980; Loew, 1984; Lillo-Martin, 1986; Petitto, 1987). Por serem filhas de surdos, essas crianças tinham contato

com línguas de sinais em condições semelhantes às de crianças ouvintes quando aprendem uma língua oral-auditiva. Segundo Quadros (2004), essas pesquisas apresentaram resultados semelhantes, pois:

Todos esses estudos concluíram que o processo das crianças surdas adquirindo língua de sinais ocorre em período análogo à aquisição da linguagem em crianças adquirindo uma língua oral-auditiva. O fato de o processo ser concretizado através de línguas espaço-visuais, garantindo que a faculdade da linguagem se desenvolva em crianças surdas, exigiu uma mudança nas formas como esse processo vinha sendo tratado na educação de surdos (Quadros, 2004: 3).

No caso do Brasil, a pesquisa sobre a Língua Brasileira de Sinais começa a ser desenvolvida na década de 1980, com Ferreira Brito (1986) e seu grupo, e estudos sobre a aquisição dessa língua nos anos 1990, com Karnopp (1994) e Quadros (1995). A partir dessas investigações e com a influência de pesquisas na área do Bilinguismo, surge uma nova visão sobre a Língua de Sinais, que permitirá que essa língua tenha seu status linguístico reconhecido.

Dessa forma, após anos de luta da comunidade surda, em 24 de abril de 2002, a Língua Brasileira de Sinais teve seu status linguístico reconhecido, quando entrou em vigor a Lei nº 10.436, que prevê a LIBRAS como meio de instrução para aprendizado de conteúdos escolares e o ensino da Língua Portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua. Segundo o artigo 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.436/2002:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (Lei n. 10.436, 2002).

O Decreto nº 5.626, aprovado em 22 de dezembro de 2005, também representa uma grande conquista na área, pois, além de regulamentar a lei nº 10.436, prevê medidas de inclusão importantes para a comunidade surda e garante aos surdos o direito a intérpretes em espaços públicos e privados.

Por fim, a partir dessas pesquisas e com o fortalecimento da

comunidade surda e de seu engajamento político, diversas reivindicações começaram a ser feitas, o que permitiu mudanças no cenário mundial. A partir da década de 90, começa a se pensar no Bilinguismo, metodologia de ensino que defende que o surdo deve adquirir uma língua de sinais, considerada sua língua natural, como materna (L1) e a modalidade escrita da língua oficial de seu país como segunda (L2). Segundo Skliar, Massone & Veinberg (1995):

A educação bilíngue nessa concepção é uma proposta de ensino que preconiza o acesso a duas línguas no contexto escolar, considerando a língua de sinais como língua natural e partindo desse pressuposto para o ensino da língua escrita. A proposta bilíngue busca resgatar o direito da pessoa surda de aprender em sua língua, levando em consideração os aspectos sociais e culturais em que está inserida. (Skliar, Massone & Veinberg, 1995: 16).

O documento que propõe a educação bilíngue para surdos no Brasil é a Política Nacional de Inclusão de 2007 – a qual é inspirada na Declaração de Salamanca. Tal documento prevê a aprendizagem da LIBRAS como primeira língua e do Português, na modalidade escrita, como segunda língua por surdos. Com essa proposta, constata-se que é necessário mudar o processo educacional dos alunos surdos e verificamos a preocupação de o campo educacional em adaptar metodologias de ensino e materiais didáticos para que suas especificidades sejam levadas em conta e para que eles possam ser incluídos no cotidiano escolar. Ramos (2013) comenta:

A partir de 2005 as ações políticas públicas vêm se direcionando para a utilização da LIBRAS “nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior”. Assim, tornou-se imprescindível a elaboração e a execução de projetos para garantir ao alunado surdo materiais didáticos com acessibilidade em sua Língua Brasileira de Sinais. (Ramos, 2013: 1)

Após essa breve revisão da História do ensino do Português para surdos no Brasil no século XX, descrevo, no tópico 2, como foi feita a análise, elencando os critérios adotados e quais elementos analisados.

2 – A análise: critérios

Levando em conta o arcabouço teórico da Historiografia Linguística, segui as sugestões de Gurgel (2008), que apresenta como base as ideias de Altman (2004). Altman (2004) explica que o historiógrafo, com o objetivo de interpretar fenômenos relevantes do período estudado, parte da rede de relações existente entre os agentes, das questões linguísticas e dos dados levantados sobre a história intelectual do período. Para construir essa rede de relações, o historiógrafo tem como auxílio modelos interpretativos e parâmetros de análise, que contemplam a dimensão externa e interna do material. Nesse sentido, analisei o tratado didático em questão com base também nos seguintes critérios:

HISTORIOGRAFIA LINGÜÍSTICA
(1) a influência do clima de opinião - dos contextos histórico, político, social e pedagógico - e de outros tipos na elaboração do MD em questão e até que ponto esse era adequado para aquele contexto pedagógico;
(2) percepção do Português para surdos: <ul style="list-style-type: none"> (a) concepção de língua; (b) concepção de línguas de sinais; (c) concepção de ensino da língua; (d) concepção do Português e seu ensino; (e) concepção da surdez; (f) concepções de sujeito surdo; (g) concepção do processo de ensino-aprendizagem do surdo.

TABELA 1 – Critérios específicos de análise

Por fim, saliento que a presente análise não levou em conta a biodata da autora devido à escassez de dados biográficos existentes sobre Marlene de Oliveira Gotti. Entre as poucas informações encontradas, tive contato com duas entrevistas em que era dito que ela já foi coordenadora técnica do MEC/SEESP e consultora PNUD (Programa das Nações Unidas). As entrevistas também não foram utilizadas no intuito de compreender o pensamento de Gotti acerca da educação de surdos, pois não foi possível identificar até que ponto sua fala representava sua opinião sobre a temática ou a voz das instituições das quais ela fazia parte.

3 – Análise da obra “Português para deficiente auditivo”

O livro “Português para deficiente auditivo” de Marlene de Oliveira Gotti foi publicado em 1992 e teve uma 2ª edição em 1996. A obra trata-se de um registro do que foi realizado em aulas de linguagem no Centro Educacional de Audição e Linguagem Ludovico Pavoni (CEAL-LP), escola conveniada com a Fundação Educacional do Distrito Federal. Essas aulas tinham como objetivo ensinar, por meio do diálogo, o Português oral e fornecer ao surdo o instrumento que o tornasse capaz de dialogar, favorecendo a formação de sua identidade e o contato com a sociedade majoritariamente ouvinte. Gotti (1992) também comenta que sua pesquisa busca preencher lacunas existentes nas diversas instituições formadoras de profissionais na área de educação de surdos, colaborando, inclusive, com professores que trabalham com essa comunidade.

3.1 – O clima de opinião do período e a percepção do Português para surdos

Levando em conta o clima de opinião do período e a influência dos contextos - histórico, político, social e pedagógico -, analiso neste tópico as concepções presentes na obra acerca da língua, das línguas de sinais, do ensino de língua, do Português e seu ensino, da surdez, do sujeito surdo e de seu processo de ensino-aprendizagem.

3.1.1 – Concepções de língua, das línguas de sinais, de ensino de língua e do Português e seu ensino

Gotti (1992) em seu tratado defende que, devido ao fato de o Português ser a língua oficial do Brasil e ser falado pela maioria dos falantes do país, esse idioma deve ser ensinado à comunidade surda através do Oralismo. A autora comenta que o surdo pode e deve falar, pois “o conversar favorece a formação de sua identidade além de integrá-lo no mundo dos ouvintes” (p. 87). Para alcançar esse objetivo, é necessário que a comunidade surda aprenda a linguagem funcional, ou seja, “utilize o instrumento que o torne capaz de conversar, favorecendo a formação de sua identidade precisa e o

contato com outra pessoa” (Gotti, 1992: 15). Segundo a autora:

E mais ainda, se por socialização entende-se o ter alcançado a capacidade de interagir, de usar os recursos do grupo em que se vive, precisa-se dar muito cedo ao surdo a linguagem falada, sem a qual ele nunca conseguirá se abrir às exigências de uma sociedade falante. Estes fatores interferem no crescimento do pensamento e na adequada estruturação da personalidade. (Gotti, 1992: 15)

Nesse contexto, a pesquisadora define a língua de sinais como “sistema de símbolos convencionais, expressos com movimentos visíveis das mãos e dos braços” (Gotti, 1992: 14). Ela parece não reconhecer a língua de sinais como língua, pois a compara com gestos e mímicas e a caracteriza como uma “linguagem limitada e parcial”, porque não é compreensível a todos. Uma possível explicação para essa visão seria o contexto daquele período: na década de 90, a LIBRAS ainda não era reconhecida como língua e, com isso, era considerada uma linguagem primária e limitada utilizada pelos surdos, semelhante à mímica.

Já em relação à sua concepção de ensino de língua, a investigadora defende que, no desenvolvimento da oralização, a dramatização deve ser utilizada na escola para treinar a conversação do aluno e alfabetizá-lo, pois essa estratégia pode desenvolver a fluência e desinibir o estudante, já que, por meio do diálogo, ele descobre o significado das palavras e principalmente dos verbos. Como explica Gotti (1992), “A linguagem aprende-se escutando, falando e observando. Na falta do canal acústico, o deficiente auditivo aprende observando, dramatizando e falando” (p. 21). Ademais, a autora justifica a importância do trabalho com a dramatização comentando que “as coisas, os seres, os objetos estão ligados às ações. Das ações concretizadas, dramatizadas surge a compreensão lógica; a compreensão faz surgir o pensamento, e a denominação dos sentimentos e sensações faz surgir a linguagem” (p. 21).

A pesquisadora também propõe que sejam trabalhadas a estrutura frasal - que enriquece e amplia as construções do aluno -, a interpretação - que favorece o seu entendimento - e a redação, que vai dar-lhe oportunidades de escrever com mais facilidade, pois os passos da escrita são detalhadamente ensinados.

3.1.2 – Concepções da surdez, do sujeito surdo e de seu processo de ensino-aprendizagem

Gotti (1992) define a surdez como uma ineficiência parcial ou total do órgão da audição. De acordo com a autora, essa deficiência traz uma desvantagem para o surdo, pois é “o resultado de um déficit ou uma inabilidade que pode limitar e até impedir seu desenvolvimento completo, pois há uma discordância entre suas capacidades individuais, as expectativas do indivíduo e aquelas do ambiente em que ele vive” (Gotti, 1992: 13).

Nesse sentido, o surdo é visto como um deficiente, que, segundo a investigadora, pode ser caracterizado como:

[...] portador de uma falha sensorial que influi sobre a sua percepção, sobre os contatos sociais, e por isso sua organização interna é “diferente”, uma vez que sua personalidade se forma sobre quatro canais sensoriais e não cinco, e com o agravante – o canal que lhe falta desenvolve um papel primário superior aos outros. (GOTTI, 1992: 13)

A pesquisadora também explica que outra característica que o sujeito surdo pode apresentar é a agressividade, ocasionada devido ao seu isolamento por causa da surdez:

Toda sociedade é fundamentada sobre a comunicação verbal, por isso a vivência de um deficiente auditivo é antes de tudo de isolamento, de não realização, de frustração que provoca a agressão. Nele, então, a agressividade é um sinal de vitalidade, é a resposta de uma pessoa viva às limitações que se opõem à sua realização como ser humano (Gotti, 1992: 14).

Estudos posteriores, realizado no séc. XXI, vão comprovar que a agressividade do surdo não ocorre devido à falta de acesso ao Português oral, e sim por causa da ausência de qualquer língua, inclusive a de sinais. Logo, como não desenvolve sua linguagem nem seu pensamento, a agressividade torna-se a única forma de esse sujeito interagir com o mundo que o cerca, tendo como base apenas seus instintos.

Além disso, a autora, ao explicar as diferenças entre o processo de

ensino-aprendizagem dos ouvintes e dos surdos, cria a dicotomia “criança normal” x “deficiente auditivo”, o que nos permite concluir que, nessa perspectiva, o surdo também poderia ser considerado como anormal devido à sua especificidade.

Logo, nota-se que Gotti (1992) apresenta em sua obra uma visão medicalizada da surdez, definindo-a apenas como uma deficiência e não como um *modus vivendi* diferente, que faz com que o surdo apreenda o mundo a partir do visual. Na perspectiva da autora, o surdo é visto como um deficiente que está em desvantagem em relação ao ouvinte por não conseguir ouvir. Essa visão relativa à surdez e ao surdo mudará apenas em 2002, a partir da implementação da lei que reconhece a LIBRAS como língua, pois ocorre o fortalecimento da comunidade surda e ela passa a ser vista não mais pela sua deficiência, mas pelo seu reconhecimento político como minoria linguística.

Por outro lado, é importante salientar que, mesmo a investigadora parecendo acreditar que a comunidade surda apresenta desvantagem em relação ao ouvinte devido à surdez, ela reconhece que essa desigualdade pode ser gerada devido à falta de acesso que os surdos têm nos primeiros anos de vida a uma língua e ao conhecimento de mundo fornecido pelos pais e pela sociedade, já que a maioria da população não sabe se comunicar em língua de sinais:

Enquanto a criança normal chega à escola com uma enorme bagagem cultural, lexical e quase todas as estruturas linguísticas prontas, o deficiente auditivo pouco traz além da imagem visual. [...] Talvez se possa afirmar que as diferenças entre os ouvintes e os deficientes auditivos não estejam na maneira peculiar da pessoa surda, mas antes no fato de que a eles falta “notícia” de muitas coisas que o homem médio ouvinte aprende, não com adestramento formal, mas simplesmente através da experiência e do contato social. (Gotti, 1992: 14-15)

Outra questão relevante é a aproximação que a autora faz da língua materna da comunidade surda com a língua oficial do país. Gotti (1992), ao comentar que “a criança que nasce surda ou torna-se tal nos dois primeiros anos de vida não terá oportunidade de adquirir, por meio da audição, a linguagem materna” (p. 13), insinua que o Português seria a língua materna

do surdo. Na década de 90, como a LIBRAS ainda não era reconhecida como língua, essa não era vista como a primeira língua da comunidade surda nem o Português era considerado sua segunda língua. Essa visão será mais tarde criticada por estudos que mostraram que, como o input linguístico do Português é oral e esse input não é perceptível para os surdos, eles não aprendem a modalidade oral dessa língua de forma natural, e sim por meio da oralização; logo, as línguas de sinais serão reconhecidas como a língua natural do surdo por seu input ser visual e perceptível para esse sujeito. Salienta-se também que, mesmo considerando o Português a língua materna da comunidade surda, a autora propõe algumas atividades voltadas geralmente para o ensino de uma segunda língua, como o trabalho com vocabulário e diálogos básicos relativos a situações cotidianas.

Por fim, em relação ao processo de ensino-aprendizagem do surdo, a autora comenta que esse aluno consegue fixar melhor acontecimentos do que os conceitos e apresenta dificuldades em associar ideias, ligar conceitos novos aos antigos e captar conteúdos abstratos. Gotti (1992) explica novamente que essas dificuldades ocorrem por causa da ausência de audição, sentido considerado por ela um fator biológico para a aquisição da linguagem. A partir dessa perspectiva, a autora em diversos momentos da obra compara os surdos com os alunos que considera “normais”:

Supõe-se que todas as estratégias apresentadas para o desenvolvimento da linguagem do surdo tornam-se excelentes quando desenvolvidas por crianças ‘normais’. [...] A diferença está no fato de que os alunos normais rapidamente realizam todos os passos, enquanto o surdo aprende a linguagem devagar, com dificuldade. As estruturas complexas, a linguagem figurada são adquiridas lenta e paulatinamente (Gotti, 1992: 88).

Além disso, segundo a pesquisadora, a percepção do surdo tende à “subjetividade por falta da percepção acústica. Isso acarreta uma coleta maior de dados visuais e uma relevante coloração pessoal da realidade” (p. 14). Percebe-se que a autora reconhece que a percepção do mundo pelo surdo é, de algum modo, influenciada pela questão visual. Estudos posteriores, realizados no século XXI, apontam essa característica como um fator fundamental na aprendizagem do surdo e que deve ser levada em

conta no ensino de Português para esse aluno. Atualmente, por exemplo, defende-se que manuais para alunos surdos devem utilizar a imagem como um recurso facilitador da compreensão do sentido do texto.

4 – Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo analisar o livro “Português para deficiente auditivo” de Marlene de Oliveira Gotti, publicado em 1992. Trata-se uma obra pedagógica, voltada para professores, cujo objetivo é ensinar a língua oral, e não descrever as regras da língua. Apesar de seu contexto institucional ser uma escola religiosa, aborda questões relacionadas ao Cristianismo apenas na sua introdução com o texto “Êfeta”.

Apesar do contexto histórico da década de 90 ser caracterizado pelo não reconhecimento do status linguístico da língua de sinais e de o Português ser considerado a língua materna do surdo naquele período, nota-se que a autora sugere algumas atividades voltadas para o ensino de uma segunda língua, como o trabalho com frases do cotidiano do aluno e questões de vocabulário. A pesquisadora reconhece que o aluno surdo não chega à escola com o mesmo conhecimento prévio da língua que a criança ouvinte apresenta e, por isso, esses conteúdos precisam ser ensinados na aula.

Gotti (1992) também leva em conta em suas propostas pedagógicas algumas especificidades dos alunos surdos, como a diferença de estruturas entre as línguas de sinais e o Português; a percepção visual e o uso de imagens; a importância do uso de textos autênticos para que se possa trabalhar com gêneros e tipos textuais no ensino da língua; e a avaliação diferenciada, focada no processo de aprendizagem e não apenas no resultado final.

Em relação às concepções existentes na obra, primeiramente é importante relembrar que a lei que reconhece o status linguístico da Língua Brasileira de Sinais só é aprovada em 2002. Isso quer dizer que, na década de 90, a LIBRAS ainda não era reconhecida como língua e o Português ainda não era considerado a segunda língua do surdo. Devido a esse contexto, nota-se a defesa do ensino do Português oral por ser a língua

oficial do país e, com isso, a língua que integra a sociedade.

Além disso, salienta-se que foi justamente a partir do reconhecimento linguístico da LIBRAS que a comunidade surda se fortaleceu e passou a ser vista não mais pela sua deficiência, mas pelo seu reconhecimento político como minoria linguística. Isso esclarece a visão apresentada na obra em relação à surdez e ao sujeito surdo: a surdez era vista como uma deficiência que prejudicava o acesso do surdo ao conhecimento e sua integração quando, na verdade, o que realmente ocorria era que ele não conseguia se adequar a um modelo de ensino voltado para ouvintes e, por isso, apresentava tantas dificuldades.

Portanto, conclui-se que a obra de Gotti (1992), apesar de ser a favor do ensino do Português oral, apresenta algumas atividades que dialogam com o Bilinguismo, proposta metodológica defendida atualmente no ensino para surdos. Além disso, a autora, a partir da sua experiência, busca com a sua obra esclarecer algumas questões relativas ao ensino do Português para surdos, desmistificando alguns pré-conceitos acerca dessa comunidade e reafirmando outros, mas, acima de tudo, tentando incluí-la no cotidiano escolar e na sociedade, ainda que não seja por meio das línguas de sinais.

REFERÊNCIAS

- Altman, C. (2004). Filologia e Linguística - outra vez. In: *Filologia e Linguística Portuguesa* 6: 161-198.
- Fernandes, S. (2007). Avaliação em língua portuguesa para alunos surdos: algumas considerações. In: *Secretaria de Estado da Educação. Grupos de estudos por área*. Curitiba.
- Gesser, A. (2009). *Libras: que língua é essa?*. São Paulo.
- Gotti, M. de O. (1992). *Português para Deficiente Auditivo*. Brasília: Edunb.
- Gurgel, S. (2008). *O período dos estudos linguísticos brasileiros dito científico na questão da colocação pronominal (1880-1920)*. (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, Brasil.
- Koerner, E. F. K. (2014). *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos*

- selecionados*. Braga: Estúdio de Artes Gráficas.
- Lacerda (1998), C. B. F. de. (1998). A prática fonoaudiológica frente as diferentes concepções de linguagem. In: *Revista Espaço, Instituto de Educação de Surdos*, 10, pp. 30-40, Rio de Janeiro.
- Law, V. (2003). *The history of Linguistics in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002 (2002). Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Congresso Nacional, Brasília, DF.
- Quadros, R. M. de. (2004). Bilinguismo: as línguas na educação de surdos. In: *FILE III - Fórum Internacional de Ensino de Línguas Estrangeiras*. Pelotas: UCPEL - Universidade Católica de Pelotas.
- Ramos, C. R. (2013). Livro didático digital em Libras: Uma proposta de inclusão para estudantes surdos. In: *Revista Virtual de Cultura Surda*, ed. 11.
- Skliar, C., Massone, M.I. y Veinberg, S. (1995). El acceso de los niños sordos al bilinguismo y al biculturalismo. In: *Infancia y Aprendizaje*, 18, pp. 85-100. Madrid.
- Veloso, É., Maia Filho, V. (2009). Aprenda LIBRAS com eficiência e rapidez. In: *Mãos Sinais*, vol. 1 e 2, Curitiba/PB.

DESLIZAMENTO CATEGORIAL EM SINTAGMA NOMINAL: TRAÇOS MORFOSSINTÁTICOS E ASPECTOS SEMÂNTICO-DISCURSIVOS

André Crim Valente

prof.acvalente@gmail.com

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Brasil)

RESUMO: O sintagma nominal constituído de dois substantivos permite diferentes abordagens de sua estrutura. Pode-se considerar o segundo elemento um substantivo em função atributiva. Há quem veja no segundo elemento uma função adjetiva, o que já se registra em dicionários de referência, como se comprovará adiante. Neste estudo, dar-se-á prioridade ao conceito de deslizamento categorial desenvolvido por Maria Helena Moura Neves. A autora defende a ideia de que o segundo termo do sintagma nominal, não obstante apresentar aspectos de adjetivo, mantém, formalmente, a natureza de substantivo. Nas obras consultadas sobre o assunto, inclusive grâmaticas brasileiras e portuguesas, de forte embasamento linguístico (ver referências bibliográficas), não se encontrou estudo tão aprofundado como o de Neves. Ela, para suas análises, constituiu um *corpus* com sintagmas nominais retirados da mídia impressa brasileira. O nosso *corpus* contém exemplos das mídias brasileira e portuguesa e da literatura brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Sintagma nominal, deslizamento categorial, texto, discurso.

ABSTRACT: The noun phrase consisting of two nouns allows different approaches to its structure. The second element can be considered a noun in attributive function. Some people see in the second element an adjective function, which is already registered in a reference dictionary, as will be proved later. In this study, priority will be given to the concept of categorial slip developed by Maria Moura

Neves. The author defends the idea that the second term of the noun phrase, despite presenting aspects of adjective, formally maintains the nature of noun. In the works consulted on the subject, including Brazilian and Portuguese grammars, with a strong linguistic background (see bibliographical references), no study was found as deep as that of Neves. She, for her analysis, constituted a corpus with nominal phrases retracted from the Brazilian print media. Our corpus contains examples of Brazilian and Portuguese media and Brazilian literature.

KEY WORDS: Nominal phrase, categorial slip, text, speech.

1 – Introdução

O estudo aqui proposto parte da premissa de que a descrição linguístico-gramatical deve aceitar os deslizamentos categoriais no tratamento de classes e funções das palavras. Tal abordagem implica o reconhecimento da gramaticalização como recurso indispensável e perturbador nas sistematizações a serem desenvolvidas. Em gramáticas atuais, como as de Mateus *et alii* (2003), Azeredo (2008) e Neves (2012), percebe-se a relativização de fronteiras categoriais nos campos da linguagem e da gramática. Há, inclusive, visões distintas: em passagens como “Ele é muito *homem*” e “Ela é muito *mulher*”, os termos destacados podem ser entendidos como adjetivos (Mateus *et alii*, admitindo a quantificação através do advérbio) ou substantivos (em função atributiva, segundo Azeredo). Nos casos de sintagmas nominais com dois substantivos, Neves comparou exemplos e destacou categorizações distintas em dicionários. Em *norma-padrão* e *célula-mãe* (com hífen no VOLP), há reconhecimento de deslizamento categorial no substantivo posposto. Aurélio e Houaiss falam, respectivamente, em valor adjetivo e substantivo determinante. Nossa proposta intenta combinar traços morfosintáticos com aspectos semântico-discursivos na análise de sintagmas nominais com dois substantivos: o 1º, comum; o 2º, próprio ou comum. Para tanto, recorreremos a estruturas como *Pagode mulherzinha*, *Cabelo-joãozinho*, *Governo Dilma/Governo Temer* e *palavra sono / palavra outono / palavra carne* (Drummond). Buscar-se-á, em cada exemplo analisado, identificar a classe de palavra e seu efeito de sentido com o propósito de, a partir da língua, se chegar ao

discurso. O que pode significar, intra e extralinguisticamente, *mulherzinha*? Como funciona morfológicamente? No discurso, o que sugere o termo em um contexto – pagode – predominantemente masculino? Para responder a essas questões, dar-se-á prioridade a uma sistematização que rejeita o engessamento das palavras em classes e funções rígidas e hierarquizadas de forma imutável.

No estudo da linguagem e na sistematização do seu uso, existe, segundo Neves (2012: 83), “a noção de que as entidades linguísticas se configuram com zonas difusas na significação, com superposições funcionais e com imprecisão de fronteiras categoriais”.

Trata-se de um ângulo que configura olhar as entidades da língua de um modo que não apenas reconheça fluidez no estabelecimento e na definição de categorias, mas, mais que isso, que ponha como foco os deslizamentos categoriais e suas implicações. Isso implica aceitar esses deslizamentos, sim, como perturbadores das sistematizações rígidas, mas ao mesmo tempo, significa avaliá-los como garantidores de uma proposição mais fiel e segura, mais real e sustentável do sistema da língua, em cada momento de sua organização e/ou reorganização. (Neves 2012: 83)

É fundamental, nos estudos de natureza linguístico-discursiva, trabalhar com a premissa de que o que caracteriza a linguagem humana é a dinamicidade, e não a estaticidade. Assim, as palavras, os sintagmas e as frases só são – ou não são – quando contextualizadas. Não se pode afirmar, aprioristicamente, que teriam tal classe gramatical ou função sintática.

2 – Determinação do valor categorial do substantivo

Há, no entanto, quem reconheça a tendência de algumas palavras funcionarem, quase sempre, como substantivos, como se constata na abordagem de Camacho *et alii.*:

A análise da relação entre núcleo nominal e periféricos e da posição que ocupam no interior do SN é determinante para a identificação do próprio substantivo enquanto

categoria morfológica/lexical. Sem o acionamento desses critérios, poderia tornar-se difícil, por exemplo, a distinção entre substantivo e adjetivo, dadas as propriedades mórficas que ambos partilham [...]. Não se pode, nesse passo, ignorar a existência de substantivos como mesa, lápis, computador etc., cuja categorização como substantivo é quase sempre inequívoca, ou seja, categorizam-se tipicamente como substantivos, independentemente das relações que contraem no interior de um SN. (2014: 18-19)

Os autores observam que existem outros substantivos que dependem da sua distribuição no sintagma nominal para que se possa estabelecer sua classe gramatical:

Outros, entretanto, só permitem a definição categorial a partir das relações estruturais que mantêm na sintagmatização. Por exemplo, um mesmo item lexical pode enquadrar-se na categoria de substantivo ou de adjetivo, determinação depreensível somente a partir das relações estruturais, como se observa nos pares de ocorrências a seguir:

- (13) a. o nível do *operário americano* é o nível do operário americano? Japonês melhor que americano NÃO É!, que o *operário japonês* não é nem operário exato [EF RJ 379]

b. *americano operário* / *japonês operário*

(Camacho; Dall’aglio-Hattner; Gonçalves 2014:18-19)

3 – O adjetivo

Na comparação entre substantivo e adjetivo, quando aparecem como segundo elemento de um sintagma nominal, Neves faz importante distinção que pode contribuir para análises semântico-discursivas:

Os adjetivos em geral (assim como os substantivos colocados à direita de outros) também trazem propriedades (mais especificamente, feixes de propriedades) que se acrescentam àquelas que já constituem a natureza daquilo que é referenciado no substantivo qualificado ou tipificado pelo adjetivo. Entretanto, com o uso de adjetivos, estabelece-se uma qualificação ou uma tipificação que, em princípio, tem

menor especificidade do que aquela que se obtém com um substantivo à direita.
(Neves 2012: 91)

4 – Composição

4.1 – No estudo de Ribeiro & Rio-Torto (2016)

No capítulo sobre composição, Ribeiro & Rio-Torto (2016) consideram não apenas duas, mas três classes de compostos:

- Compostos morfológicos
- Compostos morfossintáticos
- Compostos sintagmáticos

Informam que, no Dicionário Terminológico em vigor no ensino básico e secundário de Portugal, “apenas se diferencia **composição morfológica** [...] e **composição morfossintática**” (2016: 474).

Para os objetivos deste artigo, interessam-nos os compostos morfossintáticos, particularmente o primeiro dos quatro padrões apresentados pelas autoras.

[NN]_N: bebé-proveta, cheque-saúde

[AA]_A: claro-escuro, morto-vivo

[VV]_N: pára-arranca (sic), vaivém

[VN]_N: beija-mão, finca-pé

Nas relações sintáticas intracomposto, Ribeiro & Rio-Torto organizam os compostos em três grupos de estruturas: compostos coordenados, compostos subordinados e compostos modificativos.

Os compostos coordenados “caracterizam-se pela presença obrigatória de dois elementos com a mesma categoria gramatical, entre os quais se estabelece uma relação de adição” (2016: 490).

Dos três tipos de compostos coordenados, dois não têm interesse para este artigo: os compostos adjetivais (morto-vivo, austro-húngaro) e os compostos nominais de estrutura [VV]_N (corre-corre, treme-treme). Interessam-nos os compostos que ocorrem em sequências NN, designando agentes (autor-intérprete), locais (café-restaurante), eventos (jantar-comício) e objetos (garrafa-termo).

4.2 – No estudo de Villalva (2003)

Diferentemente de Ribeiro & Rio-Torto, Villalva (2003) considera apenas dois tipos de composição, “entre os quais é possível estabelecer uma clara proximidade semântica” (2003: 971): **compostos morfológicos** (herbívoro. Biblioteca) e **compostos morfo-sintáticos** (papa-formigas, surdo-mudo).

Ao tratar da composição morfo-sintática (sic), Villalva destaca que os compostos morfo-sintáticos (sic) “são unidades lexicais que ocupam posições terminais nas estruturas sintáticas, mas que têm uma estrutura híbrida, exibindo algumas das propriedades das estruturas sintáticas e algumas das propriedades das estruturas morfológicas” (2003: 978).

Na sequência, Villalva faz uma observação relevante para este artigo: “Neologismos como os seguintes mostram a vitalidade deste processo e são exemplos dos casos a considerar na sua descrição (2003: 978):

- Político-fantoches
- Primavera-verão
- Governo-sindicatos

Villalva distingue compostos morfossintáticos formados por adjunção (aluno-modelo e bomba-relógio) dos compostos morfossintáticos que têm uma estrutura de junção (autor-compositor, surdo-mudo).

5 – Registro lexicográfico

O estudo de Neves (2012) levou em conta a entrada dos sintagmas nominais em dicionários de referência: o VOLP, o Aurélio, o Houaiss, o Aulete, o da Melhoramentos, o DUP (Dicionário de Usos do Português) e o da UNESP. Na primeira tabela, apenas o VOLP foi utilizado visto que o objetivo era o registro do termo.

Sintagmas nominais	VOLP/Hífen X: não está no VOLP
público alvo	hífen
palavra chave	hífen
situação limite	x
ideia mãe	hífen
mulher objeto	hífen
língua padrão	x
navio fantasma	x
cópia pirata	x
criança problema	hífen
criança prodígio	x
célula mãe	hífen
cidade símbolo	x
carro esporte	x

TABELA 1 – Sintagmas no VOLP

No desdobramento do estudo, para tratar do deslizamento categorial, foram utilizados os outros dicionários.

OBRA	REFERÊNCIA AO DESGLIZAMENTO DE FUNÇÃO DO SEGUNDO SUBSTANTIVO											
	alvo	chave	limite	mãe	objeto	padrão	fantasma	pirata	problema	prodígio	símbolo	esporte
Aulete	Não	-	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Melhor.	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim**	Não	Não
Houaiss	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim**	Não	Sim *
Aurélio	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim*	Não	Não	Não	Sim***
DUP	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim*	Sim	Sim	Não	Sim
UNESP	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim

* Já se categoriza o termo, explicitamente, como adjetivo.

** Define-se **menino prodígio** como “criança excepcionalmente inteligente”.

*** O enunciado assim se inicia: “diz-se de...”.

TABELA 2 – Deslizamento categórico-funcional de um substantivo à direita de outro
(Neves 2012: 94)

Nosso estudo combinou exemplos de Neves (os sete primeiros) com outros (os doze seguintes) por nós encontrados na pesquisa com linguagem midiática. Entendemos que muito desses sintagmas apresentam traços de neologismos semânticos, conforme a visão de Guilbert. O autor entende que os neologismos podem ser formais ou semânticos: os primeiros são os novos significantes; os segundos, novos significados para significantes já existentes. Segue o quadro que formulamos para os sintagmas que apresentam, na sua maioria, valor de novidade:

Sintagma Nominal	VOLP/Hífen X: não está no VOLP
estado gendarme	X
estado babá	X
estado jardineiro	X
estado empreiteiro	X
norma padrão	hífen
língua padrão	X
efeito estufa	X
efeito Petrobras	X
papo cabeça	X
papo calcinha (programa de tv)	X
pagode mulherzinha	X
cabelo joãozinho	X
filme pipoca	X
filme denúncia	X
sessão pipoca	X
mulher melancia	X
fita banana	X
governo Dilma	X
governo Temer	X

TABELA 3 – Novos Sintagmas

6 – Análise do corpus

6.1 – Sintagmas nominais vernaculares

(a) Autor defunto x Defunto autor

“Suposto o uso vulgar seja começar pelo nascimento, duas considerações me levaram a adotar diferente método: a primeira é que eu não sou propriamente um autor defunto, mas um defunto autor, para quem a campa foi outro berço.”

(*Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Machado de Assis)

A sempre citada passagem machadiana, na exemplificação de sintagmas nominais com possível mudança de classe de palavras, ainda gera controvérsias na abordagem do jogo linguístico – autor defunto x defunto autor – proposto por Machado de Assis. No Brasil, predomina a seguinte leitura: no primeiro sintagma, autor é substantivo e defunto, adjetivo; no segundo, defunto é substantivo e autor, adjetivo. Em consonância com o título do livro, costuma-se destacar que o segundo elemento é substituível por oração adjetiva (autor que morreu e defunto que escreve). Nas práticas pedagógicas, há quem considere a existência de dois substantivos em ambos os sintagmas.

(b) Pagode mulherzinha

REVISTA O GLOBO 8 DE FEVEREIRO DE 2015

Pagode mulherzinha

GÊNERO DOMINADO POR VOZES MASCULINAS SE RENOVA COM INTÉRPRETES DE CABELOS ESCOVADOS, ROUPAS JUSTAS, 'PIERCINGS' E TATUAGENS

POR JOANA DALE
joana.dale@oglobo.com.br

Assim como muitas garotas que cresceram nos anos 1990, Ana Clara, Erika e Hellen Caroline amavam o Só Pra Contrair e o Raça Negra. Nas rodas de samba do churrasco em família, soltavam a voz na hora dos hits mais açucarados. Pagodeiras assumidas, as três investiram na carreira musical e hoje são destaques em nova safra de cantoras de pagode romântico, um gênero antes dominado por vozes masculinas.

— O pagode vive um novo momento. Nós temos grandes cantoras de samba, como Alcione, Beth Carvalho, Eliana de Lima... E agora também no pagode este espaço está se abrindo para as mulheres — diz o cantor Alexandre Pires.

Cristina Monteiro está aí para provar que sempre existiram talentos femininos no pagode, estilo musical derivado do samba que surgiu nos fundos de quintais cariocas na década de 1970. Nos últimos anos, porém, pagodeiras do Rio, de São Paulo e até de Santa Catarina começaram a chamar a atenção em vídeos no YouTube. E caíram nas graças de empresários do ramo.

— A renovação do gênero vem para somar e tem um público grande que já está abraçando o trabalho das mulheres no pagode. É a nova promessa — acredita Alexandre.

Visualmente, as pagodeiras contemporâneas em nada lembram as cantoras de samba com seus vestidos floridos: elas têm cabelos longos e lisos, usam roupas justas e brilhosas e ostentam piercings e tatuagens pelo corpo.

— Além de talentosas, as cantoras que estão surgindo são mulheres lindas. Pode ter certeza de que os pagodeiros estão recebendo as pagodeiras de braços abertos — avisa outro sambista, Mumuzinho. ■

FIGURA 1- Revista *O Globo*, 8/02/2015

Importa aqui ressaltar o aspecto linguístico-discursivo do emprego de *mulherzinha*. Opta-se por considerar, no plano morfológico, como substantivo o termo em questão. Reforça esse tipo de entendimento o fato de ser usado no diminutivo, grau próprio de substantivo. Costuma ter valor estilístico o emprego de adjetivos no grau diminutivo (“Ele é filhinho de papai”). No campo semântico, recorre-se à substituição de *mulherzinha* por *feminino* para se considerar o valor de adjetivo. Ocorre que a sinonímia tem de ser relativizada por não dar conta de toda a carga discursiva presente no sintagma *pagode mulherzinha*, o que não se encontra em *pagode feminino*. Não obstante o termo ser usado com valor pejorativo (“mulher vulgar ou desprezível”), como registra o dicionário *online* Infopédia, da Porto Editora, ganha destaque, no Brasil, o emprego de *mulherzinha* para a mulher que se cuida, que não abre mão da sua feminilidade, inclusive em situações profissionais.

O texto reforça a imagem positiva das pagodeiras contemporâneas quando estão trabalhando: “... elas têm cabelos longos e lisos, usam roupas justas e brilhosas e ostentam piercings e tatuagens pelo corpo. Além de talentosas, as cantoras que estão surgindo são mulheres lindas”.

(c) Efeito Petrobras



FIGURA 2 – O Globo, 15/10/2016

O sintagma só admite a leitura da presença de dois substantivos. Sua particularidade reside no jogo intertextual presente nas referências analógicas com sintagmas bastante utilizados com sentido crítico: *efeito estufa* e *efeito cascata*.

O subtítulo da matéria – “Redução de preços deve aliviar pressão na inflação, e analistas veem corte de juro maior” – mantém a criticidade e sinaliza para um aspecto positivo na economia brasileira.

(d) Palavra sono / palavra outono / palavra carne

Não rimarei a palavra sono

Com a incorrespondente palavra outono.

Rimarei com a palavra carne

Ou qualquer outra, que todas me convêm.

(*Consideração do Poema*, Carlos Drummond de Andrade)

Os versos drummondianos trazem uma particularidade sintática no emprego de três sintagmas nominais: *palavra sono*, *palavra outono* e *palavra carne*. A tradição gramatical brasileira abordou sintagmas nominais com dois substantivos – o primeiro, comum; o segundo, próprio – no estudo do aposto apelativo (também chamado nominativo ou especificativo), em exemplos como “O rio *Amazonas* tem vários afluentes” e “O compositor *Chico Buarque* também é escritor”. No aposto apelativo, o segundo substantivo (próprio) nomeia o primeiro (comum). A inovação do poeta consiste no emprego de dois substantivos comuns, em que o segundo, metalinguisticamente, nomeia o primeiro.

6.2 – Sintagmas nominais híbridos

Abordam-se aqui sintagmas nominais com termos das línguas inglesa e portuguesa. Tal emprego vem ganhando destaque na mídia brasileira, o que se acentuou no período das Olimpíadas no Rio de Janeiro. Nos *media* portugueses, também se encontram vários exemplos.

(a) Garota Heavy Metal

FIGURA 3 – *O Globo*, 12/08/2016

O sintagma tem como elemento nuclear (determinado) o substantivo *garota*. O elemento periférico (determinante) é um sintagma da língua inglesa na estrutura clássica (adjetivo + substantivo). *Heavy Metal* apresenta caráter polissêmico: tanto remete ao gênero musical (rock) quanto à premiação com medalhas (uma relação metonímica). A expressão também dialoga, intertextualmente, com “Garota Rosa-Shocking”, título do filme de Howard Dentch, de 1986. A garota do filme, tal qual a judoca brasileira, é exemplo de superação.

(b) Bailão reggae



FIGURA 4 – *O GLOBO*, 15/08/2016

O sintagma nominal *bailão reggae* gera novo efeito de sentido a partir da combinação dos substantivos do português e do inglês. O primeiro, em forma aumentativa, constitui signo polissêmico: grande baile com música reggae e vitória esmagadora do atleta jamaicano. No jargão esportivo, “dar um (grande) baile” corresponde a uma vitória expressiva sobre o adversário. O segundo substantivo do sintagma tipifica o primeiro e remete à música oriunda da Jamaica, terra do superatleta Usain Bolt. Cabe destacar que ele sempre valorizou a cultura do seu país com passos de dança após vitórias em competições, como se pode atestar no subtítulo da matéria: “Jamaicano faz a festa ao cruzar a linha de chegada e põe o público para dançar o ritmo caribenho ao som de Bob Marley e Jimmy Cliff”.

(c) Esquemas hacker

O sintagma foi utilizado na matéria jornalística com o título “Nossa maluquez” na Revista O Globo (28/08/2016) e o subtítulo “Cinco exemplos de transtornos do século XX que estão tornando mais difícil a manutenção da tão prezada lucidez”. Um dos transtornos é “Jogos, cibercondria e googleeffect: a internet e os seus prozacs virtuais”. Nele surge um sintagma

híbrido quando se informa que “a Coreia do Sul tentou instaurar a chamada lei da Cinderela, espécie de toque de recolher para adolescentes, proibindo da meia-noite às 6h os jogos virtuais”. Após a introdução, o texto destaca que, “formado o pandemônio, crianças abriram o berreiro, adolescentes fizeram *esquemas hacker* para dar suas tecladas por meio de servidores ocidentais, companhias ameaçaram bloquear todas as contas e os pais processaram o governo em nome da tão prezada liberdade de jogar”. Na constituição do sintagma, é o elemento determinante da língua inglesa que estabelece vínculo maior com o conteúdo exposto. O termo *hacker* vem sendo utilizado há anos para designar o especialista em Internet capaz de invadir e decodificar sistemas bancários e governamentais. Chama atenção o emprego do termo para práticas de adolescentes.

(d) Campanha ‘movember’



FIGURA 5 – DESTAK, 21/11/2016

A matéria da capa publicada no Destak, em Portugal, destacava a campanha ‘Movember’ no combate às doenças masculinas. Continua, na parte interna do jornal, com o título “Hora de dar um bigode à doença” e o subtítulo “Novembro é o mês do bigode. E é o mês do homem, ou melhor,

da saúde masculina, momento que serve de alerta para a necessidade de a ter debaixo do olho”. O texto estabelece comparação com campanhas voltadas para a saúde feminina, como o “Outubro Rosa”, particularmente com o câncer de mama.

O sintagma *campanha movember* designa a campanha da Movember Foundation. Trata-se do desafio *Move*: “que pede apenas uma coisa aos participantes: que estejam fisicamente ativos durante o evento”. Merece destaque o elemento determinante constituído por meio de palavra *portmanteau* (move+november) com o intuito de chamar atenção para o movimento no mês dedicado à saúde masculina.

(e) Canudos fast-food

O povo português não é estúpido e já não vai em cantos de sereias nem em hipocrisias de última hora. Sabe que este governo não é o melhor do mundo mas que não se pode comparar com aquela arrogância governamental de outrora, fruto de uma certa imaturidade democrática e cultural, dos canudos fast-food e das “universidade de verão”.

J.C. Palha (Público, outubro de 2016)

O texto de José Carlos Palha, dublê de médico e escritor, convida a uma reflexão sobre o momento político vivido pelo governo de coalizão comandado por António Costa, Primeiro-Ministro de Portugal. Palha rebate críticas ao governo que, a despeito de alguns problemas, é melhor que o anterior, marcado pela “arrogância governamental de outrora”. Na sua crítica, o autor vale-se de um sintagma nominal híbrido – *canudos fast-food* – em que se destaca uma ironia argumentativa enfatizada pelo determinante da língua inglesa. Há uma expressiva interdiscursividade uma vez que *fast-food* costuma ser utilizado para designar um tipo de alimentação ligeira e inferior, característica de lanchonetes internacionais. O autor critica, de forma bem-humorada, trajetórias acadêmicas vazias e superficiais. Se os canudos são *fast-food*, que nível têm aqueles que os recebem?

7 – Considerações finais

Nossa pesquisa constatou uma carência, em perspectiva linguístico-discursiva, na literatura sobre sintagmas nominais constituídos de dois substantivos. Dentre as obras de renomados autores consultados, somente encontramos estudo aprofundado em Neves (2012). Temos afinidade com a proposta dela pelo fato de a autora não se limitar a uma descrição de cunho morfossintático para identificar categorias gramaticais e papéis sintáticos na descrição dos nomes. Os excelentes estudos sobre composição desenvolvidos por Ribeiro & Rio-Torto (2016) e Villalva (2003) não apresentam uma abordagem linguístico-discursiva, como se encontra no trabalho de Neves, o que justifica a nossa opção. Cabe reconhecer que é redutora a visão de apenas identificar o segundo elemento do sintagma *Estado babá* como substantivo, adjetivo ou substantivo em função adjetiva. Igualá-lo a *Estado protecionista* também reduz as possibilidades de leitura uma vez que a relativa sinonímia despreza a força do discurso, a riqueza da linguagem. Na trilha da proposta de Neves, fizemos nossa pesquisa e desenvolvemos as análises. Os comentários feitos sobre os sintagmas *pagode mulherzinha* e *canudos fast-food*, entre outros, confirmam a valorização dos aspectos discursivos e a nossa opção teórico-metodológica.

REFERÊNCIAS

- Andrade, C.D. 2002. *Poesia Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- Assis, M. 1992. *Obra Completa: volume I*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- Azeredo, J. C. 2008. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha.
- Camacho, R.G.; Dall’aglio-Hattner, M.M.; Gonçalves, S.C. 2014. O substantivo. IN: ILARI, Rodolfo (org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: volume III: palavras de classe aberta*. São Paulo: Contexto.
- Guilbert, M. L. 1975. *La créativité lexicale*. Paris: Larousse.
- Mateus, M.H. M. 2003. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.

- Neves, M. H. de M. 2012. *A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Ribeiro, S. & Rio-Torto, G. 2016. Composição. Capítulo 8. In: Rio-Torto, G. (coord). 2016. *Gramática derivacional do português*. Coimbra: Imprensa Universidade de Coimbra.
- Villalva, A. 2003. Formação de palavras: composição. Capítulo 24. In: Mateus, M.H. M. 2003. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.

O “INTERJUDGE AGREEMENT” COMO FORMA DE VALIDAÇÃO DE TRANSCRIÇÕES DE AMOSTRAS DIALETAIS

João Veloso

jveloso@letras.up.pt

Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal)
Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

Pedro Tiago Martins

pmartima23@alumnes.ub.edu

Universitat de Barcelona (Espanha)
Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

RESUMO. Neste estudo, discutimos a aplicação do *Interjudge Agreement* à transcrição fonética de dados dialetais. Analisaremos os resultados de uma experiência de transcrição, com recurso a esta metodologia, de uma amostra selecionada a partir de um *corpus* dialetal do português europeu. Com base nos dados analisados, será proposto que o *Interjudge Agreement* melhora a qualidade e a fiabilidade da transcrição fonética deste tipo de dados.

PALAVRAS-CHAVE: Transcrição fonética, *interjudge agreement*, variação fonética, *corpora* dialetais.

ABSTRACT. In this study, we shall discuss how Interjudge Agreement can be applied to phonetic transcription of dialectal data. The results of a small-scale transcribing task based on a corpus of dialectal samples of European Portuguese will lead us to the proposal that Interjudge Agreement enhances the accuracy and reliability of phonetic transcription of this kind of speech.

KEYWORDS: Phonetic transcription, interjudge agreement, phonetic variation, dialectal corpora.

1 – Introdução

A transcrição fonética de amostras de fala concretas confronta frequentemente os transcritores com um conjunto de dificuldades relativamente bem tipificadas na literatura (cf., entre outros: Pandeli et al. 1997; International Phonetic Association 1999; Wells 2006), para as quais se torna necessário encontrar critérios seguros e fiáveis que permitam responder aos problemas que essas dificuldades suscitam.

Algumas dessas dificuldades e as causas que lhes estão associadas são, entre outras, as seguintes:

- o **nível de detalhe pretendido**. A opção por se obter uma transcrição absolutamente fiel ao sinal de fala registado, dando conta de todas as particularidades acústicas e articulatórias da cadeia fonética independentemente do seu estatuto fonológico, pode conduzir o transcritor a critérios diferentes daqueles que serão seguidos quando se pretende uma transcrição “larga”, que se limite a registar fundamentalmente os segmentos sucessivos e uma ou outra marca prosódica mais proeminente do ponto de vista fonológico, ignorando as variações subfonémicas atestadas. A opção por um tipo ou outro de transcrição, ou por um dos muitos tipos intermédios entre eles¹, fará com que se tenha de conceder ou recusar importância a uma série de marcas fonéticas e, concomitantemente, de se adotar ou abandonar um conjunto de convenções mais adaptadas ao nível de detalhe fonético pretendido;

¹ “Transcrição fonética estreita” e “larga” devem ser entendidas aqui como a idealização, eminentemente teórica, de duas possibilidades extremas que admitem, na prática, níveis intermédios que combinam em graus diferentes as propriedades mais prototípicas de uma e de outra (cf., p. ex., as considerações a este respeito em Wells (2006), bem como os diversos tipos de transcrição fonética contemplados por este autor).

- a **qualidade das amostras sonoras**. Muitos dos traços transpostos, ou não, para a transcrição fonética dependem, frequentemente, da qualidade das amostras sonoras. Amostras acusticamente pouco satisfatórias, p. ex., podem ocultar aspectos importantes das realizações fonéticas ou introduzir no material sonoro a transcrever objetos acústicos estranhos à produção de fala original, tornando-se necessário adotar critérios que distingam inequivocamente o que deve ser transcrito daquilo que deve ser ignorado;
- as **imprecisões das realizações fonéticas**. Mesmo perante gravações sujeitas a grande controle acústico e apresentando uma elevada qualidade técnica, os transcritores são muitas vezes confrontados com realizações fonéticas que, por uma diversidade de razões, se apresentam como difíceis de categorizar. Falantes com articulações imprecisas (devido a fatores de natureza patológica ou outra), fenómenos como hesitações ou indecisões por parte do locutor ou produções muito idiossincráticas podem gerar dúvidas quanto à realização ou não de certos sons ou sequências sonoras, bem como relativamente às suas propriedades fonéticas;
- a **(in)adequação dos símbolos fonéticos disponíveis**. Esta dificuldade, propositadamente deixada para o final, é, na verdade, a mais fundamental de todas, por ser transversal a todas as anteriores. Em resultado dos problemas gerados por qualquer uma das circunstâncias mencionadas nos parágrafos precedentes, o transcritor depara frequentemente com dúvidas sobre o símbolo fonético (ou outra convenção de transcrição fonética) que deve considerar mais apropriado para registar certas propriedades do sinal de fala, vendo-se na necessidade de adotar critérios de segurança e fiabilidade que confirmem a maior credibilidade possível à transcrição final.

Estando estas dificuldades potencialmente presentes em todos os tipos de transcrição fonética, existem domínios muitas vezes identificados como aqueles em que as questões desta natureza se colocam de forma mais

notória. De entre estes domínios, destacam-se os campos da aquisição e desenvolvimento articulatorio e fonológico (Amorosa et al. 1985; Crystal 1985; Edwards 2004; Teoh & Chin 2009) e da fala patológica (Shriberg & Kwiatkowski 1982; Ball 1991; 2008; Ball & Rahilly 2002; Teoh & Chin 2009), eventualmente por estarem na origem de dados sujeitos a um elevado grau de variação idiossincrática, por isso menos tipificados nas descrições fonéticas mais canónicas de cada língua.

As especificidades fonéticas deste tipo de produções encontram reconhecimento, p. ex., em projetos de criação de símbolos segmentais e diacríticos específicos para a sua transcrição, conforme encontramos em propostas como as da International Clinical Phonetics and Linguistics Association (Duckworth et al. 1990) e da International Phonetic Association (2008).

A resolução das dúvidas dos transcritores quanto à adequação das suas transcrições conhece dois procedimentos padronizados na prática da transcrição fonética:

- a **análise acústica das amostras a transcrever** (Tyler, Edwards & Saxman 1990; Shriberg & Lof 1991; Louko & Edwards 2001; Howard & Heselwood 2002; Rvachew 2003; Teoh & Chin 2009; Shriberg, Fourakis, Hall et al. 2010): na dúvida perante a realização ou o apagamento de certos sons ou acerca das propriedades fonéticas das cadeias a transcrever, o recurso à análise laboratorial de fala é, conforme salientado, entre outros, pelos autores que acabamos de citar, uma forma objetiva e rigorosa de observar o sinal acústico, independente da subjetividade auditiva do transcritor e das expectativas criadas, p. ex., pela sua experiência linguística ou profissional;
- o recurso a **painéis de transcritores** (Shrout & Fleiss 1979; Shriberg, Kwiatkowski & Hoffmann 1984; Shriberg, Hinke & Trost-Steffen 1987; Shriberg & Lof 1991; Shriberg, Austin, Lewis et al. 1997; Shriberg, Tomblin & McSweeney 1999; Shriberg, Fourakis, Hall et al. 2010). Trata-se de um procedimento também muito frequentemente utilizado para a resolução de dúvidas na transcrição fonética e consiste em solicitar a um conjunto de transcritores um conjunto de transcrições fonéticas individuais

e independentes entre si da mesma amostra de fala, procurando-se verificar posteriormente se existe consenso entre esses transcritores e quais as taxas de tal consenso. Desta forma também, procura-se eliminar, na medida do possível, a subjetividade que conduz às dúvidas do transcritor original, assumindo-se que a coincidência, junto de vários ouvintes treinados, na identificação de um som ou de uma dada propriedade fonética é um indício importante, passível de ser assumido como suficientemente objetivo, do segmento ou propriedade fonética sobre que recaem as dúvidas do transcritor original.

A medida obtida através da comparação entre respostas de diferentes transcritores incluídos num painel com a natureza e os fins que acabamos de descrever recebe a designação, em inglês, de *Interjudge Agreement* (doravante, no presente texto: IJA).

Tendo sido originalmente concebido e desenvolvido como um procedimento para aumentar a fiabilidade da transcrição fonética de dados da fala infantil, a sua aplicação encontrou um outro domínio importante no campo das patologias da fala (cf. novamente os estudos conduzidos por Larry Shriberg acima citados, repartidos por estas duas áreas: Shriberg & Kwiatkowski 1982; Shriberg, Kwiatkowski & Hoffmann 1984; Shriberg, Hinke & Trost-Steffen 1987; Shriberg & Lof 1991; Shriberg, Austin, Lewis et al. 1997; Shriberg, Tomblin & McSweeney 1999; Shriberg, Fourakis, Hall et al. 2010).

No presente estudo, daremos conta da possibilidade da sua aplicação no domínio mais específico da transcrição de dados dialetais, a partir do tratamento de um conjunto selecionado de amostras pertencentes a um *corpus* dialetal do português europeu, o Arquivo Dialetal do Centro de Linguística da Universidade do Porto (CLUP 2012; Veloso & Martins 2013). Sublinhamos neste momento que as dúvidas geradas pela transcrição deste tipo de dados podem advir, designadamente, de dois fatores principais: (i) alguns desses dados poderão ser provenientes de normas pouco documentadas ou insuficientemente descritas em estudos anteriores, em relação às quais pode não haver, por isso, uma tradição estabelecida quanto ao uso de determinados símbolos para a transcrição de determinados sons;

(ii) por outro lado, os transcritores apresentarão, inevitavelmente, graus de familiaridade diferentes relativamente às diversas variedades regionais da língua. A tarefa de transcreverem dados de normas com as quais estejam menos familiarizados resultará obrigatoriamente na necessidade de uma recategorização auditiva dos estímulos a processar e da subsequente escolha de critérios objetivos e de procedimentos uniformizados para a transcrição de realizações fonéticas mais típicas dessas mesmas variedades.

2 – O *Interjudge Agreement*: medidas de consenso entre transcritores

Conforme brevemente descrito mais acima, o IJA consiste na transcrição, efetuada por vários transcritores trabalhando independentemente entre si, de uma mesma amostra de fala, com vista à obtenção de um conjunto de transcrições diferentes. Posteriormente, procede-se a uma comparação entre essas transcrições com vista à extração de coincidências e incoincidências relativamente aos pontos da cadeia fonética sobre os quais uma primeira transcrição não tenha fornecido indicações suficientemente claras, quer em termos da realização ou apagamento de certos segmentos fonéticos, quer relativamente às propriedades fonéticas dos segmentos realizados. A coincidência de transcrições nos pontos sobre os quais incide a investigação é assumida como um indício seguro e fiável para a escolha de uma transcrição definitiva. É ela que permite anular os efeitos advenientes da subjetividade de um só transcritor baseado na sua própria audição e eventualmente enviesado pela sua experiência linguística, pela sua familiaridade com o material a transcrever e pela sua expectativa prévia acerca dos fenómenos a detetar.

Diversos níveis de IJA, com interpretações diversas e diferentes impactos ao nível dos índices de fiabilidade das transcrições consensualizadas a partir desta metodologia, têm sido propostos em estudos anteriores.

Shrout & Fleiss (1979), entre os estudos pioneiros nesta matéria, estabelecem quatro patamares distintos de fiabilidade de uma transcrição fonética a partir das percentagens de coincidência entre transcrições dentro de um painel de transcritores, conforme se pode ver no Quadro 1.

Consenso = 100% :	Fiabilidade plena
Consenso > 75% < 100% :	Fiabilidade excelente
Consenso > 40% < 74% :	Fiabilidade moderada
Consenso < 40% :	Fiabilidade não considerável

QUADRO 1 – Índices de fiabilidade de transcrições fonéticas a partir do *Interjudge agreement* propostos por Shrout & Fleiss (1979)

Em propostas mais recentes, centradas sobretudo nos domínios da aquisição fonológica e da fala patológica, como sucede nos estudos de Shriberg, Tomblin & McSweeny (1999) e Shriberg, Fourakis, Hall et al. (2010), entre muitos outros, rejeita-se qualquer grau de fiabilidade a transcrições que obtenham, em painel de transcritores, consensos inferiores ao limiar de 80%.

3 – O Arquivo Dialectal do Centro de Linguística da Universidade do Porto

O Arquivo Dialectal do Centro de Linguística da Universidade do Porto (CLUP 2012; Veloso & Martins 2013; doravante, neste texto: Arquivo ou AD-CLUP) é um acervo de registos de português oral recolhidos em diversos pontos do país (Continente e Ilhas). No seu site (<http://cl.up.pt/arquivo>) são disponibilizadas cerca de 120 amostras do acervo total, sendo para cada uma delas fornecidas diversas informações de natureza descritiva, bem como as respetivas transcrições ortográfica e fonética estreita.

Cada uma das amostras conservadas no Arquivo tem uma duração média de c. 90 segundos.

Todo o material disponibilizado foi sujeito, conforme acima afirmámos, a transcrição fonética estreita. As transcrições foram todas realizadas por um único transcritor com treino específico (o segundo autor deste artigo), sob supervisão, e controle das amostras em que tal foi considerado necessário por algum dos membros da equipa, de um outro responsável pelo projeto (o primeiro autor).

Perante um acervo desta dimensão, o número de casos em que as dúvidas de transcrição foram suscitadas ascende, naturalmente, a uma quantidade bastante significativa.

Mesmo após a verificação, pelo segundo supervisor, das transcrições efetuadas pelo primeiro transcritor, subsistiram bastantes casos em que não foi possível chegar perentoriamente a um primeiro consenso quanto à transcrição fonética definitiva de determinadas passagens das amostras orais. A metodologia a que se recorreu em primeiro lugar para resolver tais casos consistiu em submetê-los a análise acústica, através de software especializado (PRAAT: Boersma & Weenink 2017).

Ainda assim, a transcrição de todo o material continuou a apresentar casos duvidosos quanto à natureza precisa das realizações fonéticas encontradas em pontos localizados de um conjunto delimitado das amostras armazenadas no Arquivo.

Para a sua resolução, foi posta em prática uma primeira experiência de obtenção de consenso entre transcritores para se obterem índices de IJA.

Neste trabalho (vd. secção seguinte), apresentaremos uma parte dos resultados obtidos através dessa metodologia.

4 – IJA nos dados do Arquivo Dialectal do Centro de Linguística da Universidade do Porto

Conforme dissemos na secção anterior, uma parte dos dados fonéticos do AD-CLUP foi submetida à metodologia do painel de transcritores. Conforme acima referido também, tais dados correspondem a um subconjunto das amostras constantes do acervo do Arquivo acerca das quais não foi possível chegar, numa primeira fase da transcrição fonética e posterior análise acústica, a uma transcrição considerada satisfatória, que reunisse total consenso entre o primeiro transcritor e o segundo leitor do material transcrito.

Na sua maioria, tais casos correspondem a realizações de fenómenos fonéticos relativamente bem tipificados na literatura, considerados pelas descrições fonéticas, fonológicas e dialetológicas do português como de difícil identificação ou transcrição, conforme referiremos mais adiante.

Para o presente estudo, selecionámos um subconjunto de tais realizações fonéticas que, por se encontrarem nas circunstâncias acima descritas, constituíram o primeiro material sujeito a validação por um painel de transcritores para obtenção de valores de IJA.

MATERIAL LINGUÍSTICO SELECIONADO

Para a seleção das amostras do Arquivo candidatas à experiência de IJA, restringimos os casos de dúvidas levantadas na primeira descrição àqueles cuja incerteza na transcrição fosse motivada por um dos fenómenos fonéticos que passamos a enumerar.

- 1) **Realização/apagamento de chevá.** De todas as vogais átonas do português europeu contemporâneo, [i] é aquela que pode ser apagada em todos os contextos, conforme unanimemente salientado pelas descrições do português, das mais tradicionais às mais recentes (Stevens 1954; Mateus & Delgado-Martins 1982; A. Andrade 1994; Mateus & E. Andrade 2000; Mateus et al. 2003; Veloso 2007; 2010; Massini-Cagliari, Cagliari & Redenbarger 2016; Rodrigues 2016; Rodrigues & Hora 2016). Mesmo quando foneticamente realizada, a identificação objetiva desta vogal, inclusive com recurso à análise acústica, é frequentemente difícil, dada a considerável indefinição das suas propriedades articulatórias e acústicas, que não lhe conferem uma configuração espectrográfica estável e invariável (A. Andrade 1994; Fernandes 2007; Veloso 2010).
- 2) **Modo e ponto de articulação da “vibrante múltipla”** ([r, ʁ, ʁ̃, ...]). Diversos estudos recentes, provenientes de campos como a fonética e a fonologia (Veloso 2015; Massini-Cagliari, Cagliari & Redenbarger 2016), a aquisição (Amorim 2014) e a variação dialetal (Rennicke & Martins 2013), sugerem que a classe dos “róticos” está a sofrer, no estágio atual da língua, mudanças que dispersam as realizações fonéticas das “vibrantes fonológicas” por uma multiplicidade de resultados de superfície não suficientemente descritos pela bibliografia disponível – o que concorre para as indecisões e dificuldades no momento da

escolha dos símbolos mais adequados para a sua transcrição. Neste estudo, este aspeto é restringido às realizações da “vibrante múltipla” apenas.

- 3) **Realização não contínua ou contínua de /b d g/ ([b d g]) vs. ([β ð γ]).** O fenómeno tradicionalmente designado como “fricatização das oclusivas sonoras” do português, apresentado como mais frequente em posição intervocálica (Velo 1995a; 1995b; 1997), é outro caso de variação cuja identificação, descrição e transcrição nem sempre é inteiramente fácil. Contrariamente ao que algumas descrições mais tradicionais defendem, não é um fenómeno estritamente contextual, e as realizações fonéticas a que ele dá origem variam consideravelmente do ponto de vista acústico, não lhes correspondendo por isso um padrão espectrográfico altamente invariável, o que poderá estar na origem das dificuldades da uma mais clara identificação dos alofones resultantes desta variação (Velo 1995a).
- 4) **Vozeamento/desvozeamento da sílaba final átona.** Trata-se de um outro fenómeno muito corrente em português, muito irregular e assistemático e responsável por uma grande dispersão de realizações fonéticas, na sua maior parte acústica e espectrograficamente muito imprecisas e difíceis de identificar e delimitar. Trata-se de mais um fenómeno mencionado e descrito ao longo de mais de meio século de descrição fonética e fonológica do português (Lacerda & Hammarströmm 1952; Lüdtke 1953; Companys 1954; Stevens 1954; Mateus & Delgado-Martins 1982; A. Andrade 1994; Mateus & E. Andrade 2000; Mateus et al. 2003; Massini-Cagliari, Cagliari & Redenbarger 2016; Rodrigues 2016; Rodrigues & Hora 2016).

Para cada um destes fenómenos fonéticos, foram seleccionadas no *corpus* do AD-CLUP 5 ocorrências que, conforme referido anteriormente, continuavam a suscitar dúvidas quanto às opções de transcrição fonética a tomar, mesmo após verificação, pelo segundo leitor, da transcrição originalmente feita pelo primeiro transcritor e subsequente análise acústica.

Para cada um desses casos, foi seleccionada uma cadeia fonética de

curta duração (máx.: 3 s) em que o ponto da realização fonética que suscitava dúvidas ocorria em contexto lexical (1 a 3 palavras, aproximadamente).

Obteve-se assim, para a experiência aqui descrita, o *corpus* constante do Quadro 2.

Fenómeno fonético	Cadeia fonética usada como estímulo
Realização/apagamento de chevá	1. “cinco equações matemáticas” 2. “também tem as suas desvantagens” 3. “feira medieval” 4. “é muito diferente” 5. “como refeição”
Modo e ponto de articulação da “vibrante múltipla”	6. “e estava tudo revoltado” 7. “arreligiosa” 8. “pronto e regressar novamente ao carro” 9. “quando isto encerra” 10. “correr”
Realização não contínua ou contínua de /b d g/	11. “gostei mais da cidade” 12. “a ver os concertos à borla” 13. “e basicamente fui” 14. “não é nada de fabuloso” 15. “para entregar até”
Vozeamento/desvozeamento da sílaba final átona	16. “porque” 17. “livros” 18. “eu acho que é mesmo desenho” 19. “comer umas bolachinhas” 20. “um livro sobre matemática”

Quadro 2 – Cadeias fonéticas sem consenso na primeira transcrição (Sublinhado: representação ortográfica do(s) segmento(s) em dúvida)

SUJEITOS

O painel de transcritores a quem os estímulos indicados no Quadro 2 foram dados a ouvir para se obterem os índices de IJA foi constituído por 7 sujeitos adultos de ambos os sexos, linguistas ou terapeutas da fala,

com formação avançada em fonética e transcrição fonética, pertencentes a diversas instituições e sem qualquer contacto prévio com o material a transcrever ou com os objetivos concretos do estudo.

PROCEDIMENTO

Para a audição dos estímulos foi construída uma apresentação de diapositivos.

Cada estímulo foi apresentado num diapositivo à parte, sendo dado a cada participante controle total sobre o tempo que poderia demorar para transcrever o estímulo, assim como a possibilidade de ouvir o mesmo estímulo tantas vezes quantas as que considerasse necessárias. Assim, cada participante controlava completamente o tempo de resposta, o tempo de transição entre estímulos e o número de apresentações de cada estímulo, manipulando diretamente a apresentação dos diapositivos.

Cada participante foi testado numa sessão individual, usando o seu próprio computador.

As respostas foram manuscritas em folhas de questionário previamente preparadas, sendo pedido aos sujeitos que fizessem a transcrição fonética estreita do material ouvido em cada estímulo/diapositivo utilizando os símbolos e as convenções do Alfabeto Fonético Internacional.

A ordem pela qual os estímulos foram incluídos na apresentação de diapositivos, seguida por cada ouvinte no momento experimental, foi previamente aleatorizada.

RESULTADOS

O Quadro 3 mostra, para cada sujeito participante, os resultados obtidos para cada um dos estímulos apresentados, de acordo com a ordem e a numeração constantes do Quadro 2 (que não correspondeu, conforme já dissemos, à ordem de apresentação dos estímulos aos sujeitos participantes).

Devido ao carácter exploratório deste estudo, à natureza dos dados recolhidos e ao número reduzido de estímulos e de sujeitos, os dados são apresentados sem terem sido primeiramente submetidos a análise estatística robusta de tipo inferencial.

Estímulo	Sujeitos							Consenso
	LJ	CP	ARV	ML	CS	VF	CA	
1	apagamento	apagamento	apagamento	apagamento	apagamento	apagamento	apagamento	apagamento**
2	apagamento	apagamento	apagamento	apagamento	apagamento	apagamento	apagamento	apagamento**
3	i	apagamento	i	i	i	apagamento	apagamento	i*
4	apagamento	apagamento	apagamento	i	apagamento	apagamento	apagamento	apagamento**
5	apagamento	apagamento	i	i	i	i	apagamento	i*
6	ʁ	ʁ	R	ʁ	R	R	R	R*
7	ʁ	ʁ	R	ʁ	R	R	R	R*
8	ʁ	ʁ	R	-	R	R	R	R*
9	ʁ	ʁ	ʃ	ʁ	ʃ	R	R	ʁ*
10	ʁ	ʁ	R	ʁ	R	R	R	R*
11	d	d	d	d	ð	ð	ð	d*
12	b	b	b	-	β	b	b	b**
13	b	b	b	b	β	b	b	b**
14	b	b	b	b	β	b	b	b**
15	g	g	g	g	ɣ	g	g	g**
16	vozeada	apagamento	apagamento	vozeada	vozeada	apagamento	apagamento	apagamento**
17	vozeada	vozeada	vozeada	vozeada	vozeada	apagamento	desvozeada	vozeada**
18	apagamento	apagamento	-	vozeada	vozeada	apagamento	vozeada	-
19	vozeada	vozeada	vozeada	vozeada	vozeada	vozeada	vozeada	vozeada**
20	vozeada	vozeada	vozeada	vozeada	vozeada	vozeada	vozeada	vozeada**

QUADRO 3 – Resultados do *Interjudge Agreement* obtidos no presente estudo

Valores de consenso adotados: (*) = IJA > 40% < 75%; (**) = IJA ≥ 75%

5 – ANÁLISE DOS RESULTADOS, COMENTÁRIOS FINAIS E PISTAS PARA TRABALHO FUTURO

Verifica-se que, à exceção do estímulo 18 (“eu acho que é mesmo desenho”), foi obtido consenso, de acordo com os critérios acima explicitados, em relação à transcrição dos segmentos em dúvida. Mais de um terço das cadeias fonéticas sujeitas a IJA (7 em 19) obtiveram uma taxa de consenso acima dos 75%. Destes, é de notar que 4 (estímulos 1, 2, 19 e 20) obtiveram uma taxa de consenso de 100%, indicativa de fiabilidade plena (vd. Quadro 3).

No caso das 20 cadeias fonéticas contempladas pelo estudo, foram consideradas como definitivas – e como tal registadas nas transcrições disponibilizadas publicamente através do site do AD-CLUP – as transcrições que obtiveram, nesta experiência, taxas de IJA iguais ou superiores a 75%.

Desta forma, pensamos ter contribuído para o incremento da qualidade e da fiabilidade das transcrições fonéticas deste material e dos dados disponibilizados pelo Arquivo, sendo um objetivo em curso deste projeto generalizar este procedimento a todas as passagens que não reúnam, no momento da primeira transcrição e após análise acústica, acordo absoluto entre o primeiro transcritor e o segundo leitor do material.

O trabalho aqui apresentado consistiu numa experiência de pequena escala, com toda as limitações que isso acarreta. Vários aspetos que gostaríamos de ter controlado e medido não couberam neste estudo preliminar. De qualquer modo, os resultados obtidos mostram que uma experiência do mesmo tipo, mas de maior dimensão e contemplando variáveis não exploradas neste trabalho, poderá ser levada a cabo, com algumas adaptações e modificações como as que, a título de exemplo, passamos a elencar de forma não exaustiva:

- utilização de um maior número de estímulos, abrangendo outros fenómenos de variação fonética;
- composição de painéis de transcritores com um maior número de sujeitos;
- realização de uma experiência de controlo, através da qual seria pedida aos sujeitos a transcrição de amostras não problemáticas, a fim de aferir a fidelidade das transcrições de cada transcritor e detetar tendências ou estilos individuais de transcrição fonética.

Os resultados desta experiência seriam então usados tanto como fator de exclusão de participantes, como em auxílio de uma análise mais ponderada dos resultados da experiência principal;

- medição de tempos de reação dos transcritores;
- registo do número de repetições do estímulo;
- comparação dos resultados obtidos recorrendo a diferentes propostas para aferição dos índices de IJA;
- realização de análise estatística robusta (inferencial) dos resultados (o que se tornará possível em grande parte após a adoção de algumas das modificações contempladas pelos parágrafos anteriores);
- verificação da eventual existência de fenómenos de variação que possam ser aceites como intrinsecamente mais difíceis de transcrever do que outros.

Estamos em crer que um desenho experimental retificado em alguns aspetos metodológicos, que deixamos para trabalho futuro, poderá fornecer mais dados concretos e contribuir para incluir definitivamente a verificação do *Interjudge Agreement* como uma metodologia válida na rotina de análise de transcrições fonéticas de dados dialetais.

REFERÊNCIAS

- Amorim, C. 2014. *Padrão de aquisição de contrastes do PE: a interação entre traços, segmentos e sílabas*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Amorosa, H.; Von Benda, U.; Wagner, E.; Keck, A. 1985. Transcribing phonetic detail in the speech of unintelligible children: A comparison of procedures. *British Journal of Disorders of Communication*. **20(3)**: 281-287.
- Andrade, A. 1994. Estudo Acústico de Sequências de Oclusivas em Português Europeu. *Actas do IX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL/Colibri, 1-15.
- Ball, M. J. 1991. Recent developments in the transcription of nonnormal speech.

- Journal of Communication Disorders*. **24**: 59-78.
- Ball, M. J. 2008. Transcribing disordered speech: by target or by production?. *Clinical Linguistics and Phonetics*. **22(10-11)**: 864-870.
- Ball, M.; Rahilly, J. 2002. Transcribing disordered speech: the segmental and prosodic layers. *Clinical Linguistics and Phonetics*. **16(5)**: 329-344.
- Boersma, P.; Weenink, D. 2017. *Praat: Doing phonetics by computer*. <http://www.praat.org/>
- CLUP. 2012. *Arquivo Dialectal do CLUP*. Centro de Linguística da Universidade do Porto. Disponível em <http://cl.up.pt/arquivo>.
- Compagnys, M. 1954. Notes sur les finales atones portugaises après consonne sourde. *Revista do Laboratório de Fonética Experimental* [Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra]. **II**: 105-127.
- Crystal, D. 1985. Things to remember when transcribing speech. *Child Language Teaching and Therapy*. **1(2)**: 235-239.
- Duckworth, M.; Allen, G.; Hardcastle, W.; Ball, M. J. 1990. Extensions to the International Phonetic Alphabet for the transcription of atypical speech. *Clinical Linguistics and Phonetics*. **4**: 273-280.
- Edwards, M. L. 2004. Phonetic transcription of children's speech. In: R. D. Kent (Ed.). *The MIT Encyclopedia of Communication Disorders*. Cambridge MA: The MIT Press, 150-153.
- Fernandes, A. C. G. 2007. *Apagamento de Vogais Átonas em Trissílabos Proparoixítonos: Um Contributo para a Compreensão da Supressão Vocálica em Português Europeu*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Howard S. J.; Heselwood, B. C. 2002. Learning and teaching phonetic transcription for clinical purposes. *Clinical Linguistics and Phonetics*. **16**: 371-401.
- International Phonetic Association. 1999. *Handbook of the International Phonetic Association. A Guide to the Use of the International Phonetic Alphabet*. Cambridge: Cambridge University Press.
- International Phonetic Association. 2008. *extIPA Symbols for Disordered Speech*. <https://www.internationalphoneticassociation.org/sites/default/files/extIPAChart2008.pdf>.
- Lacerda, A.; Hammarström, G. 1952. Transcrição fonética do Português normal. *Revista do Laboratório de Fonética Experimental* [Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra]. **I**: 119-135.

- Louko L. J.; Edwards, M. L. 2001. Issues in collecting and transcribing speech samples. *Topics in Language Disorders*. **21**: 1-11.
- Lüdtke, H. 1953. Fonemática Portuguesa. II – Vocalismo. *Boletim de Filologia*. **XIV(3-4)**: 197-217.
- Massini-Cagliari, G.; Cagliari, L. C. ; Redenbarger, W. J. 2016. In: W. L. Wetzels, S. Menuzzi, J. Costa (Eds.). *The Handbook of Portuguese Linguistics*. Malden MA/ Oxford: Wiley Blackwell, 56-68.
- Mateus, M. H. M.; Brito, A. M.; Duarte, I.; Faria, I. H.; Frota, S.; Matos, G.; Oliveira, F.; Vigário, M.; Villalva, A. 2003. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5ª ed. Lisboa: Caminho.
- Mateus, M. H. M.; Delgado-Martins, M. R. 1982. Contribuição para o estudo das vogais átonas [ə] e [u] no português europeu. *Biblos*. **LVIII**: 111-125.
- Mateus, M. H.; Andrade, E. 2000. *The Phonology of Portuguese*. Oxford: Oxford University Press.
- Pandeli, H.; Eska, J. Ball, M.; Rahilly, J. 1997. Problems of phonetic transcription: The case of the Hiberno-English slit-t. *Journal of the International Phonetic Association*. **27(1-2)**: 65-75.
- Rennicke, I.; Martins, P. T. 2013. As realizações fonéticas de /R/ em português europeu: análise de um corpus dialetal e implicações no sistema fonológico. In: F. Silva, I. Falé, I. Pereira (Orgs.). *Textos Seleccionados do XXVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Coimbra: Associação Portuguesa de Linguística, 509-523.
- Rodrigues, C. 2016. Variação sociolinguística. In: A. M. Martins, E. Carrilho (Eds.). *Manual de linguística portuguesa*. Berlin: De Gruyter, 98-115.
- Rodrigues, C.; Hora, D. 2016. Main Current Processes of Phonological Variation. In: W. L. Wetzels, S. Menuzzi, J. Costa (Eds.). *The Handbook of Portuguese Linguistics*. Malden MA/ Oxford: Wiley Blackwell, 504-525.
- Rvachew, S. 2003. Computer applications and treatment outcomes. *Perspectives on Language Learning and Education*. **10(1)**: 17-20.
- Shriberg, L. D., Fourakis, M.; Hall, S. D. et al. 2010. Perceptual and Acoustic Reliability Estimates for the Speech Disorders Classification System (SDCS). *Clinical Linguistics and Phonetics*. **24(10)**: 825-846.
- Shriberg, L. D.; Austin, D.; Lewis, B. A.; McSweeney, J. L.; Wilson, D. L. 1997. The Percentage of Consonants Correct (PCC) metric: Extensions and reliability data. *Journal of Speech, Language, and Hearing Research*. **40**:

708-722.

- Shriberg, L. D.; Hinke, R.; Trost-Steffen, C. 1987. A procedure to select and train persons for narrow phonetic transcription by consensus. *Clinical Linguistics and Phonetics*. **1**: 171-189.
- Shriberg, L. D.; Kwiatkowski, J. 1982. Phonological disorders III: A procedure for assessing severity of involvement. *Journal of Speech and Hearing Research*. **47**: 256-270.
- Shriberg, L. D.; Kwiatkowski, J.; Hoffmann, K. 1984. A procedure for phonetic transcription by consensus. *Journal of Speech and Hearing Research*. **27**: 456-465.
- Shriberg, L. D.; Lof, G. L. 1991. Reliability studies in broad and narrow phonetic transcription. *Clinical Linguistics and Phonetics*. **5(3)**: 225-279.
- Shriberg, L. D.; Tomblin, B.; McSweeney, J. 1999. Prevalence of speech delay in 6-year-old children and comorbidity with language impairment. *Journal of Speech, Language and Hearing Research*. **42**: 1461-1481.
- Shrout, P. E.; Fleiss, J. L. 1979. Intraclass correlations: uses in assessing rater reliability. *Psychological Bulletin*. **86**: 420-428.
- Stevens, P. D. 1954. Some Observations on the Phonetics and Pronunciation of Modern Portuguese. *Revista do Laboratório de Fonética Experimental* [Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra]. **II**: 5-29.
- Teoh, A.; Chin, S. 2009. Transcribing the Speech of Children with Cochlear Implants: Clinical Application of Narrow Phonetic Transcriptions. *American Journal of Speech and Language Pathology*. **18(4)**: 388-401.
- Tyler, A. A.; Edwards, M. L.; Saxman, J. H. 1990. Acoustic validation of phonological knowledge and its relationship to treatment. *Journal of Speech and Hearing Disorders*. **55**: 251-261.
- Veloso, J. 1995a. *Aspectos da Percepção das “Oclusivas Fricatizadas” do Português. Contributo para a Compreensão do Processamento de Contrastes Alofônicos*. Dissertação apresentada em Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Veloso, J. 1995b. The Role of Consonantal Duration and Tenseness in the Voicing Distinctions of Portuguese Stops. In: K. Elenius, P. Branderud (Eds.). *Proceedings of the XIIIth International Congress of Phonetic Sciences*. Stockholm: KTH/Stockholms Universitet, 2, 266-269.

- Veloso, J. 1997. As diferentes denominações das “Oclusivas Fricatizadas” do português. Implicações linguísticas da questão. In: A. M. Brito et al. (Orgs.). *Sentido que a Vida faz. Estudos para Óscar Lopes*. Porto: Campo das Letras, 845-854.
- Veloso, J. 2007. Schwa in European Portuguese: The Phonological Status of [i]. In: O. Crouzet, J.-P. Angoujard (Orgs.). *Actes des/Proceedings of JEL'2007. Schwa(s). 5.èmes Journées d'Etudes Linguistiques*. Nantes: Université de Nantes, 55-60.
- Veloso, J. 2010. Central, epenthetic, unmarked vowels and schwas: A brief outline of some essential differences. *Linguística*. **5**: 193-213.
- Veloso, J. 2015. The English R Coming! The never ending story of Portuguese rhotics. *OSLa. Oslo Studies in Language*. **7(1)**: 323-336.
- Veloso, J.; Martins, P. T. 2013. O Arquivo Dialectal do CLUP: disponibilização on-line de um corpus dialectal do português. In: F. Silva, I. Falé, I. Pereira (Orgs.). *Textos Seleccionados do XXVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Coimbra: Associação Portuguesa de Linguística, 673-692.
- Wells, J. 2006. Phonetic transcription and analysis. In: D. B. Fry, A. C. Gimson (Eds.). *Encyclopedia of Language and Linguistics*. Amsterdam: Elsevier, 386-396.

